3943
Ex 2

MAURA PARDINI BICUDO VÉRAS

O BAIRRO DO BRÁS EM SÃO PAULO: UM SÉCULO DE TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO OU DIFERENTES VERSÕES DA SEGREGAÇÃO SOCIAL

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PUC São Paulo

Biblioteca MA – PUCSP
100006719

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
BIBLIOTECA MONTE ALEGRE

Biblioteca Setor de Pós Graduação
PUC SP

São Paulo - 1991

BANCA EXAMINADORA

Biblioteca do Setor de Pós Graduação
PUC SP

O BAIRRO DO BRÁS EM SÃO PAULO: UM SÉCULO DE TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO URBANO OU DIFERENTES VERSÕES DA SEGREGAÇÃO SOCIAL

ÍNDICE ANALÍTICO

AGRADECIMENTOS i

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 1 - Diferentes concepções sobre a cidade: uma introdução ao estudo das relações entre espaço urbano e classes sociais 14

1.1. A Escola de Chicago 15
1.2. A Economia marginalista e a cidade 18
1.3. Uma abordagem compreensiva e liberal sobre a cidade 30
1.4. A perspectiva histórico-materialista e sua interpretação sobre a cidade 35
1.5. Espaço urbano e cidadania 51
1.5.1. Críticas às teorias sobre o espaço 55
1.5.2. Para uma teoria marxista sobre o espaço 58
1.5.2.1. A leitura estruturalista de Castells 60
1.5.2.2. Cidade como espaço dos meios de consumo coletivo 79
1.5.3. Conclusões preliminares 96
1.5.4. Cidade como ambiente construído 101
1.6. Espacialização das classes sociais 106
1.6.1. Habitação, segregação e espoliação urbana 112
1.6.1.1. Habitação 117
1.6.1.2. Um recorte espacial: o bairro 143
1.6.1.3. Reconstrução e renovação urbanas 153

CAPÍTULO 2 - A formação do bairro do Brás 167

2.1. Antecedentes: São Paulo nos tempos coloniais 169

2.2. São Paulo como burgo de estudantes: a paragem do Brás 180

2.3. A metrópole do café e o início da industrialização: o Brás se configura como bairro popular 198

2.3.1. Café 203

2.3.2. A imigração italiana 214

2.3.3. Melhoramentos urbanos e industrialização 232

2.3.4. O Brás está configurado 248

CAPÍTULO 3 - O Brás, um bairro de operários e um bairro de italianos 261

3.1. A Sociedade Industrial: o café e a indústria em São Paulo 269

3.2. A moradia operária e o espaço segregado: cortiços, vilas e cidadelas 285

3.2.1. A moradia alugada e os bairros populares. Cortiços 292

3.2.2. Habitações "higiênicas" 310

3.2.3. Habitações burguesas - contrastes 323

3.2.4. Conjuntos habitacionais e o mutualismo 330

3.2.5. Outras soluções 332

3.3. Movimentos Operários e Movimentos Urbanos: a luta pelo espaço, pela moradia e a luta operária. As greves. A imprensa operária 335

3.3.1. As lutas por moradia 341

3.3.2. Lutas operárias e lutas urbanas 345

3.3.2.1. A identidade operária, etnia e "nacionalidade" 352

3.4. Cultura Operária e Cultura Italiana. Condições de Vida no Brás 363
3.4.1. Movimento Anarquista. Escolas. Teatros 364
3.4.2. Sociedades lítero-musicais 375
3.4.3. Cinemas e cinegrafistas 377
3.4.4. Festas, a vida nas ruas. Pregões 385
3.4.5. Criminalidade 391
3.4.6. Problemas urbanos do Brás 397
3.4.7. Relações entre cultura italiana e brasileira 400
3.4.7.1. Teatro popular. Caricaturas 408
3.4.7.2. Literatura 412

CAPÍTULO 4 - A remodelação de São Paulo como metrópole industrial e o processo de descaracterização do Brás. 421

4.1. A estruturação da cidade até 1940: a industrialização capitalista, a modernização de São Paulo e seu reflexo no Brás 426
4.1.1. O crescimento da cidade e seus agentes 426
4.1.2. A habitação popular no período da São Paulo moderna 430
4.1.3. Os efeitos da Revolução de 30 440

4.2. A metropolização de São Paulo nos anos 40, início da descaracterização do Brás 449
4.2.1. Industrialização e urbanização por dominação imperialista 449
4.2.2. Migrações internas 453
4.2.3. Metropolização 465
4.2.4. Crise de habitação em São Paulo 471
4.2.5. As principais transformações do Brás: início de seu esvaziamento e seus novos ocupantes 481

4.3. Descaracterização do Brás: nordestinização, "deterioração", transformações de uso 490

4.3.1. A fase do capitalismo associado e a sociedade industrial paulistana 490

4.3.2. O Brás e sua "deterioração" e nordestinização 501

4.3.3. São Paulo e o Brás após 1970. A Cia. do Metrô 520

CAPÍTULO 5 - O Brás nordestino: a remodelação e degradação do espaço urbano Cortiços, vida associativa e cultura popular (da tarantella ao xaxado) 560

5.1. São Paulo hoje: seu papel no desenvolvimento brasileiro 563

5.2. Espoliação urbana em São Paulo e a pauperização dos trabalhadores 568

5.3. A situação habitacional na capital de São Paulo: a segregação social 575

5.3.1. Carências habitacionais no Município de São Paulo 578

5.3.2. Habitação coletiva precária de aluguel - cortiços 586

5.4. A estrutura urbana de São Paulo e a inserção do Brás nos anos 80 602

5.5. O Brás de hoje: um aporte preliminar 620

5.5.1. Os limites para o estudo 620

5.5.2. Dados gerais da população e uso do solo 622

5.6. Moradias proletárias: Cortiços no Brás de hoje 638

5.7. Condições de vida dos moradores do Brás 651

5.8. A cultura nordestina no Brás. Família, conterraneidade e cantoria 690

CONSIDERAÇÕES FINAIS 721

BIBLIOGRAFIA 746

ANEXOS

ÍNDICE DOS MAPAS

MAPA 1: Planta da Cidade de São Paulo - 1881. Levantada pela Companhia Cantareira de Esgotos. Engenheiro em Chefe Henry B. Joyner M.I.C.E.
Edição para o 4º Centenário da Cidade de São Paulo

MAPA 2: Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus arrabaldes - 1810. Desenhada e publicada por Jules Martin em 1890.
Edição para o 4º Centenário da Cidade de São Paulo

MAPA 3: Planta Geral da Capital de São Paulo - 1897. Organizada sob a direção do Dr. Gomes Cardim.
Edição para o 4º Centenário da Cidade de São Paulo

MAPA 4: Subdistrito do Brás.
Reproduzido de: A Cidade de São Paulo, vol. III, org. por Haroldo de Azevedo, op. cit.

MAPA 5: Área de Urbanização Brás-Bresser
Reproduzido da Revista "A Construção São Paulo", nº 1473.

MAPA 6: Município de São Paulo - 1990. Reproduzido de São Paulo: Crise e Mudança, org. por: R. Rolnik, L. Kowarick e N. Somek. SP, Brasiliense, 1990.

MAPA 7: Subdistrito do Brás - Perímetro Atual. Emplasa.
Escala: 1:10.000 - Setores Censitários e Setores de RI

MAPA 8: Município de São Paulo - População de Baixa Renda(0 a 8 Salários Mínimos) em 1987
Reproduzido de: São Paulo: Crise e Mudança, op. cit.

MAPA 9: Município de São Paulo - Densidade de Cortiços
Reproduzido de São Paulo: Crise e Mudança, op. cit.

MAPA 10: Município de São Paulo, Mancha Urbana em 1930
Reproduzido de São Paulo: Crise e Mudança, op. cit.

MAPA 11: Município de São Paulo - Mancha Urbana em 1965
Reproduzido de São Paulo: Crise e Mudança, op. cit.

MAPA 12: Município de São Paulo - Mancha Urbana em 1988
Reproduzido de São Paulo: Crise e Mudança, op. cit.

ÍNDICE DAS FOTOS

As fotos relativas ao bairro do Brás e à Cidade de São Paulo nos finais do século XIX e inícios do século XX, são do acervo da Eletropaulo e foram reproduzidas do Documento São Paulo - Registros, 1899-1940, organizado por Benedito Lima de Toledo e J. Alfredo Vidigal Pontes, Edição Eletropaulo, São Paulo, 1982.

F-1: Av. Rangel Pestana, 1900

F-2: Rio Tamanduateí e Gazômetro, 1900

F-3: Rio Tamanduateí, 1900

F-4: Largo São Francisco, 1900

F-5: Estação da Luz, 1900

F-6: Av. Paulista, 1900

F-7: Largo do Brás, 1903

F-8: Várzea do Tamanduateí, 1903

F-9: Av. Rangel Pestana, 1904

F-10: Praça da República, 1908

F-11: Teatro Municipal(s/d) ± 1911

F-12: Largo da Sé, 1916

F-13: Bonde p/operários, 1916

F-14: Vale do Anhangabaú, 1927

F-15: Zona Leste vista da torre da Estação da Luz (s/d)

F-16: Av. Rangel Pestana (s/d)

F-17: Hospedaria dos Imigrantes Rua Visconde de Parnaíba - 1990

F-18: Rua do Gazômetro nº 100 - 1990

F-19: Praça Agente Cícero em frente à Estação Roosevelt e Pça. Agente Cícero - 1990

F-20: Barraca na feira de sábado - 1990 Praça Agente Cícero

F-21: Estação Roosevelt - 1990

F-22: Praça Agente Cícero - 1990

F-23: Largo da Concórdia - 1990 Feira de Sábado

F-24: Largo da Concórdia - 1990

F-25: Largo da Concórdia - 1990

F-26: Largo da Concórdia - à esquerda, 1990 Viaduto Alberto Marino

F-27: Av. Rangel Pestana - 1990 Comércio de confecções

F-28: Rua Miller - 1990

F-29: Rua Fco. Withaker - ao fundo a fábrica ZELO,
outrora Cine Oberdan

F-30: Igreja Senhor Bom Jesus do Brás - 1990
Av. Rangel Pestana

F-31: Grupo Escolar Romão Puiggari - Av. Rangel Pestana. 1990

F-32: Cortiço - Rua Caetano Pinto - 1990

F-33: Cortiço - Idem - 1990

F-34: Metalúrgica Mattarazzo - 1990

F-35: Instituto Fontoura - 1990

F-36: Igeja Nossa Senhora de Casalucce. 1990

F-37: Cortiço - Rua Wandenkolk - 1990

F-38: Construção de 1896 - 1990

F-39: Torres da COHAB-SP - 1990

F-40: Idem

F-41: Torres da COHAB ao fundo e o contraste com
o entorno - Rua Campos Sales - 1990

RESUMO

O estudo procurou revelar, à luz de uma determinada ótica teórica sobre o espaço construído, a verdadeira face da questão urbana em São Paulo. Através de dados secundários, fontes bibliográficas, documentos oficiais e de pesquisa de campo sobre cortiços no Brás, bem como relatos de memórias de moradores, procurou-se examinar a construção e transformação da cidade ao longo do século(1890-1990), apreendidas pelo bairro do Brás, mostrando as condições de vida dos habitantes da maior metrópole da América Latina. Revelou-se o processo de segregação sócio-espacial como resultante do jogo dos agentes Capital, Estado e Trabalho em curso no país. As mudanças no bairro refletem diferentes etapas do processo capitalista no Brasil, processos que moldaram o espaço urbano e se representaram por diferentes configurações. Até os anos 20 deste século, bairro de imigrantes notadamente italianos, com suas habitações operárias, cortiços, hábitos peculiares. Nas décadas de 30 e 40 passou por grande apogeu comercial. Seu esvaziamento, e chamada "deterioração" datam da década de 50, por efeito das transformações da metrópole industrial, das alterações do seu sistema viário e pelos fluxos migratórios nacionais, que marcaram o começo da nordestinização. Com a implantação do Metrô, nos meados da década de 70, o bairro se descaracteriza, recrudesce o encortiçamento e seu feitio cultural é nordestino, com suas feiras, seus ambulantes. Bairro de "excluídos" tanto antes como hoje, através dele, a cidade capitalista revela sua face discriminatória, a segregação.

Começa a ser ocupado pelas "rendas médias" — torres de edifícios da COHAB-SP, caracterizando novamente a expulsão dos mais pobres, por efeito dos planos de "renovação" urbana. A memória representou pois, recurso importante na reconstrução da história urbana, documentando, pois, os processos descritos neste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese, apenas na aparência um trabalho solitário, só foi possível graças à participação de pessoas que formaram ao meu redor uma cadeia de apoio e amizade.

Ao agradecer a todos, que são muitos, quero destacar as instituições de apoio à pesquisa, notadamente o CNPq, pela concessão de bolsa-doutorado e de auxílio pesquisa,obtido através do Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas do Departamento de Sociologia da PUCSP,e ao CEPE-PUCSP,pela bolsa pesquisadora que me facultou reduzir minha jornada de trabalho docente.

Aos colegas do Departamento de Sociologia da PUCSP pelo estímulo constante, aos colegas do Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas, particularmente a Bader Burihan Sawaya e Edimilson Bizelli.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCSP, em especial às orientações iniciais de Vilmar E. Faria e a Octavio Ianni, pelas valiosas contribuições durante largo tempo de elaboração da tese.

A Flávio Villaça e Lucio Kowarick pela importante contribuição quando do exame de qualificação, ajudando a precisar a direção pretendida.

A Aída Pompeo Nogueira, amiga constante em todo o processo, bem como Marcelo Bernardini e Ester Kutner.

Aos caríssimos colegas da Secretaria Municipal de Planejamento e da Superintendência de Habitação Popular - HABI (SEHAB), presentes no debate da questão urbana, na colaboração e no incentivo.

A toda a minha família, especialmente à minha mãe Ophélia, ao meu irmão Ary Celso, ao Zemaria e aos meus filhos — Sergio, André e Daniel, que suportaram todos os transtornos domésticos e desgastes do processo de elaboração da tese, e, afinal, proporcionaram de formas diferentes, todas essenciais, seu apoio e ajuda possíveis.

Aos queridos colegas da PUCSP e a todos os meus alunos pela confiança, estímulo e carinho, ao lado da colaboração efetiva em relação aos diversos ângulos abordados neste modesto trabalho.

A Fábio Landa, cuja participação foi fundamental na superação de conflitos e dificuldades inerentes a todo processo de crescimento pessoal.

À competente datilografia de Márcia Cunha, que cuidou da composição final, bem ainda de outros detalhes, no calor do prazo.

Por último, minha gratidão à minha orientadora e amiga Lúcia Maria Machado Bógus, que acolheu esta orientação com respeito e confiança, pela leitura inteligente e pela análise pertinente das questões enfocadas, partilhando comigo da luta por um urbanismo democrático.

INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo constitui relevante objeto de estudo diante do papel destacado que representa nos processos de industrialização e urbanização brasileiros. É o "locus" da aglomeração metropolitana de maior vulto do país e parque industrial de proeminência; um espaço privilegiado de constituição da sociedade burguesa, da ordem social competitiva. Em São Paulo se clarificam o uso do espaço pelas classes sociais, a intervenção do Estado, os movimentos e lutas sociais bem como diferentes manifestações culturais de tantas "nacionalidades" aqui presentes: no último quartel do século XIX, além do negro, escravo e liberto, o imigrante europeu; após a década de sessenta, o migrante nacional, notadamente o nordestino, provindo de regiões esvaziadas pelo processo capitalista brasileiro, e assim por diante. O processo histórico da cidade — moldado pelo processo econômico e social mais amplo — explica sua configuração: seus bairros, sua segregação, seus hábitos e tradições, e seu novo modo e estilo de vida, em sua arquitetura, em sua cultura, enfim.

Dessa forma, uma história da cidade de São Paulo baliza-se pela dupla demonstração de que a cidade é uma unidade de investigação (unidade empírica) e sobretudo uma unidade analítica que, à luz da teoria sociológica, permite observar tendências e o peso dos agentes nas múltiplas determinações do processo de urbanização brasileiro: o papel do Estado, as relações entre Capital e Trabalho, as relações entre as classes sociais e o espaço urbano. Como diz Ianni:

> "A história de uma cidade pode ser um espelho da história de uma província, estado, região, nação. Se não

> um espelho fiel, ao menos um reflexo de muitos traços, que a história da nação às vezes esconde. A sociedade nacional, em suas diversidades,articulações e antagonismos, tem sempre algo a ver com a cidade. A Colonia, o Império, a República,conforme as especificidades de cada época, inscrevem-se no todo e nas partes. É claro que cada época tem o seu jeito e modo, mas também tem muito a ver com a maneira de cada um em todos os lugares. Na história da cidade, às vezes, estão mais visíveis traços marcantes da história da nação. A fisionomia da nação naturalmente é distinta, mas uma pode ser cúmplice da outra, em suas convergências e em seus desencontros."(1)

Por outro lado, aqui se pretende reconstruir a história da cidade de São Paulo, passada e atual, e isto será feito através da história de um bairro, o Brás, que descreve e documenta momentos significativos da vida nacional, regional e local. Duas premissas básicas, pois, emergem do esforço de reconstrução histórica do Brás:

a) Na reconstrução do passado urbano, na história de um bairro, enquanto recorte espacial e enquanto "pedaço", não se consegue separá-lo da história da cidade como um todo e das relações que se estabelecem com as demais partes desse conjunto. Desse modo, reconstruir o passado do bairro do Brás significa percorrer a trajetória da cidade de São Paulo em suas etapas significativas, destacando o peso e o papel que tal bairro desempenhou nesse todo. Ainda é preciso, contudo, relacionar essa totalidade aos processos mais amplos da constituição da ordem burguesa na nação.

b) Além disso, reconstruir o passado de uma cidade — e, em particular, de um bairro — implica em defrontar-se com a multiplicidade de aspectos que configuram uma dada forma ao espaço e às relações sociais e culturais dos que dele

---

(1) Octávio Ianni - Uma cidade antiga. Campinas,Editora da UNICAMP; São Paulo, Museu Paulista da USP, 1988, p. 5.

se utilizam. Obriga a, de um lado, considerar características topográficas e suas coordenadas geográficas — e como foram tratadas desde sua ocupação original; de outro, acompanhar as diferentes atividades econômicas ali desenvolvidas, o uso do solo, as relações entre as classes sociais, a intervenção do Estado, afinal, um conjunto de processos que foi deixando suas marcas nesse "ambiente construído"(2): as edificações existentes, o traçado do sistema viário, a presença dos equipamentos, a população que ali habita, ou trabalha, ou circula, a paisagem enfim, um complexo de traços visíveis a revelar um modo de vida e os sentidos e valores que a ele emprestam seus ocupantes. Assim, se nosso recorte é sociológico e desse ponto de vista privilegiará temas específicos, como o objeto se reveste de múltiplos aspectos, é preciso recorrer a todo arsenal disponível que dê conta das relações recíprocas e constitutivas desse "real".

Dessa maneira, tentando dar conta dessa complexidade, procuraremos servir-nos de fontes diversificadas da memória, as bibliografias disponíveis, quer de pesquisas publicadas (e é vasto o material fornecido por historiadores, cronistas, urbanistas, economistas) sobre a história de São Paulo e, em especial sobre o bairro do Brás (monografias, dissertações), bem como nos utilizaremos de mapas, documentos do Estado, recortes de jornais, anúncios, literatura e também da memória dos velhos.

Na história atual do Brás, atentos que estamos para as diferentes manifestações de seus habitantes e usuários,

---

(2) A expressão é de David Harvey: "O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas" - Trad. Flávio Villaça. (Mimeo)

ganharam destaque as condições de moradia, a inserção dos moradores no mercado de trabalho, a constituição de grupos familiares, sua composição demográfica que os qualifica para a luta pela sobrevivência, os níveis de renda, bem como a utilização do espaço de que usufruem: praças, ruas, casas, equipamentos sociais, vida política e associativa.

Para a análise dessas condições atuais do bairro, servimo-nos de várias informações: uso do solo, censos demográficos, cadastro imobiliário, bem como dos dados sobre a população encortiçada residente no Brás, sobre os imóveis que habitam[3], utilizando-nos de fontes oficiais (documentos do Poder Público — secretarias municipais, Companhia do Metropolitano de São Paulo, Emplasa, FIBGE, Fundação SEADE,e bibliografia disponível no momento.

A memória representa um importante recurso para entender a cidade e seus "pedaços". Percebida através de monumentos, casas e estilos que permanecem como sintomas de outras épocas de uma cultura, a memória está também nas "pedras da cidade" que continuam falando de histórias, individuais e coletivas, dos que por ali passaram, trabalhando, amando, lutando. As memórias de velhos, sobretudo, são "a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara, pois, como dissera W. Benjamim,só perde o sentido aquilo que no presente não é percebido como visado pelo passado."[4]

---

(3) Baseamo-nos nos dados coletados para a pesquisa sobre Cortiços no Município de São Paulo, publicada em 1985: Cortiços em São Paulo: frente e verso, SEMPLA. Além desse trabalho, relatórios de Uso do solo para ocupação urbana - Várzea do Campo - SEMPLA(1987), Pesquisa O-D, 1987, Cia. do Metropolitano de São Paulo e outras.

(4) Marilena Chauí - "Os trabalhos da memória" - Apresentação a Lembrança de Velhos, de Ecléa Bosi, São Paulo, T.A.Queiroz Editor,1979. pp. XVII e seguintes.

> "Destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros. A memória das sociedades antigas se apoiara na estabilidade espacial e na confiança em que os seres de nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. Constituíam-se valores ligados à praxis coletiva como a vizinhança (versus mobilidade), a família larga, extensa (versus ilhamento da família restrita), apego a certas coisas, a certos objetos biográficos (versus objeto de consumo). Eis aí, alguns arrimos em que a memória se apoiava."(5)

A história das pessoas comuns está inscrita nas "pedras da cidade", na vida dos bairros de outrora com suas classes sociais e manifestações culturais. Pelas lembranças, vê-se

> "embaciar o contorno da cidade, quando o Brás, o Bexiga e a Barra Funda se convertem em nomes sem paisagem, quando São Paulo, familiar como a palma da mão, quando suas dimensões eram humanas, converteu-se em escombro de cimento armado (...) E a frase, tantas vezes repetida no discurso dos velhos — 'Já não existe mais' — fica como um punhal a dilacerar tantas lembranças (...) cheios de temor ficamos esperando que cada um dos lembradores não realize o projeto de buscar uma rua, uma casa, uma árvore, guardadas na memória, pois sabemos que não irão encontrá-las nessa cidade onde (...) os preconceitos da funcionalidade demoliram paisagens de uma vida inteira."(6)

Do ponto de vista social e urbano, são grandes as perdas que o capitalismo ocasiona com seu enfoque predatório, na lógica da "demolição/reconstrução", movida por interesses lucrativos do setor imobiliário. Tal lógica leva, porém, a uma redução no montante do valor de uso disponível globalmente, como também à perda do trabalho socialmente necessário à sua realização. É indiscutível que a demolição leva à perda da memória do espaço construído, pois, além do valor arquitetônico e histórico de parte do patrimônio, todo o tecido urbano é patrimônio da comunidade(7). E apesar de tudo isso, no dizer de

---

(5) Idem, ibidem, p. XIX.
(6) Idem, ibidem, pp. XIX, XXVII, XXXI.
(7) Verificar Andreina Nigriello - Conservar para desenvolver - tese de doutoramento apresentada a FAU-USP. São Paulo, 1987.

Benedito Lima de Toledo,

> "A cidade de São Paulo é um palimpsesto — um imenso pergaminho cuja escrita é raspada de tempos em tempos, para receber outra nova, de qualidade literária inferior, no geral. Uma cidade reconstruída duas vezes sobre si mesma, no último século."(8)

Justamente por isso ganham importância os recordadores, eles participam do passado cultural de outrora: a ópera, o teatro, o cinema, as festas cívicas e religiosas, o grupo escolar, as cantinas e padarias do Brás, os lampiões de gás, os pregões de rua, as vilas operárias, as ruas de cortiços,as greves, as barricadas, o bonde. Tudo a revelar a participação e a "exclusão", as classes e diferenças sociais,também mensuráveis na ocupação do espaço urbano e no patrimônio edificado.

O livro de Ecléa Bosi - Lembrança de Velhos - inicia-se, em especial, com um esclarecimento: "Entrevistei longamente pessoas que tinham em comum a idade superior a setenta anos, e um espaço social dominante em suas vidas: a cidade de São Paulo"(9), contribuindo, assim, para que se alcance uma memória social, familiar e grupal, e urbana, como é nossa preocupação, através das memórias pessoais.

Ao concentrar-nos na história da cidade de São Paulo, especialmente do Brás, teremos que percorrer o caminho da reconstrução de seu passado, iniciando-se em meados do século XVIII, quando foi erigida a Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos por um português, proprietário rural da região — José Brás — parecendo ter advindo daí o nome do bairro. Ata da Câmara de 1765 fez referência a um caminho "pegando da Capela

---

(8) Benedito Lima de Toledo - São Paulo: três cidades em um século,São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1981, p. 67.

(9) Ecléa Bosi - Lembrança de Velhos, São Paulo, T.A. Queiróz Editor,1979, p. 1 (griffos nossos).

do Senhor Bom Jesus até a Freguezia de Juquery", que pode ser a citada igreja; em 1769, um termo de vereança manda "fazerem pontes que ficam entre o caminho de José Brás até a Chácara do Nicolau"(10). A região ficou, assim, conhecida como a "Paragem do Bráz", "pessoa prestante e útil à governança"(11), pois em torno da capela floresceu um núcleo e a rua do Bráz era o caminho que levava à Penha, mais a leste. Na época da República ela viria a ser a Avenida Rangel Pestana.

A cidade de São Paulo ainda era um apêndice do campo e o Brás não passava, pois, de um subúrbio rural. Aliás, São Paulo manteve sua ocupação original, em torno da colina central limitada pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú, durante os três largos primeiros séculos de sua história; só irá sofrer consideráveis transformações a partir da segunda metade do século XIX.

Julgamos conveniente resumir brevemente esse início do processo de constituição da cidade de São Paulo, diferente, por muitos motivos, de outros centros do Brasil Colonial (Rio de Janeiro, Salvador, Recife), apesar de conter também os traços comuns impressos pela colonização portuguesa.

Em seguida, procuramos acompanhar o Brás no contexto da cidade ainda provinciana da primeira metade do século XIX: o "burgo de estudantes"(12), quando ainda assumira seu

---

(10) Baseamo-nos fortemente em três trabalhos: Ebe Reale - Brás, Pinheiros, Jardins: três bairros, três mundos, São Paulo, Ed. Pioneira e Ed. Universidade de São Paulo, 1982, p.13; Maria Celestina Teixeira Mendes Torres - O bairro do Brás, Dep. Cultura, Secretaria Educ. e Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1969 e André R. Martin: O bairro do Brás e a deterioração urbana, dissertação de mestrado apresentada ao Dep. de Geografia - FFCL-USP, São Paulo, 1984.

(11) Cf. Nuto Sant'Anna: São Paulo histórico - vol. IV, 1944, p. 221.

(12) Expressão de Ernani Silva Bruno: História e Tradições de São Paulo. SP, Ed. Hucitec, 1984.

papel suburbano e rural: pouso de tropa de burros, local de chácaras e recanto idílico. Com o advento do café e da ferrovia, as mudanças econômicas e tecnológicas alteraram o perfil urbano de São Paulo que passa a ser centro comercial básico à exportação do produto para Santos. A modernização da cidade se alia à concentração da mão de obra imigrante, especialmente italiana que se aglomera no bairro de várzeas, insalubre, às margens da ferrovia e nas vizinhanças da Hospedaria dos Imigrantes.

No limiar do século XX, o bairro do Brás está configurado, enquanto abrigo da força de trabalho (com vilas operárias e numerosos cortiços) e como local de inúmeras indústrias — fabriquetas do início da industrialização paulistana[13].

As duas primeiras décadas do século XX encontram o Brás com o palpitar dos bairros operários, com vida política e cultural efervescente, com um feitio especial de sua inserção na metrópole do café e da indústria: os italianos — sobretudo napolitanos — , o anarquismo, os hábitos alimentares, as festas religiosas, os centros de cultura social.

O apogeu do bairro, enquanto centro industrial e comercial, parece ter sido nas décadas de 30 e 40; após esse período, a metropolização crescente de São Paulo e os esforços por torná-la cada vez mais apta à internacionalização do capital, trazem mudanças substantivas no seu sistema viário: viadutos, vias expressas, iniciando um processo de descaracterização do Brás. Seu esvaziamento vai sendo paulatino. Antigos mo-

---

(13) Paula Beiguelman informa: "No começo do século, as massas operárias imigrantes concentravam-se no Brás e Bom Retiro, que contavam com maior número de fábricas..." - A formação do povo no complexo cafeeiro. São Paulo, Pioneira, 1977, p.121.

radores bem sucedidos fogem do desconforto do bairro comercial, já começando a "deteriorar-se". Novos moradores, nordestinos geralmente, desembarcam da Estação Roosevelt e se instalam nas velhas edificações de seu entorno, pensões e cortiços outrora ocupados por italianos pobres trabalhadores.

A construção do Metrô - linha leste-oeste (em meados da década de 70), causa desapropriações e demolições,ajuda a desfigurar o velho bairro. O estoque habitacional adaptou-se, adensou-se; o comércio e os serviços também se adaptam aos novos ocupantes. A maioria deles, vai inserir-se no setor terciário, diferentemente de seus antecessores industriários do início do século. Revive, durante algum tempo,uma cultura nordestina com seus repentes, cordéis; algum esboço de solidariedade de vizinhança.

A deterioração começa a marcar a descrição do velho bairro, não só no pensar de muitos de seus moradores,particularmente os velhos italianos que teimam em resguardar certos hábitos culturais, quanto do Poder Público, surgindo os planos de "reurbanização ou renovação urbanas". Já nos finais dos anos oitenta, torres de edifícios de apartamentos para a classe média são sintomas da expulsão dos pobres, da descaracterização do bairro, consequências de tais planos de reurbanização. Pari passu, a deterioração, o aumento da delinquência, as praças vazias e sem o pulsar outrora conhecido da cultura popular. Não só os italianos custam a freqüentá-las, como os próprios nordestinos parecem ter desacreditado de alguma convivência: fogem para outros locais menos "degradados".

O bairro do Brás carrega muitas lembranças e muitas marcas de seu passado. Há, portanto, formas físico-espaciais, arquiteturais e que são sintomas da práxis social (a

ocupação das classes sociais no espaço, seu enfrentamento) e manifestações socioculturais e políticas no uso desse espaço. Dessa forma, o bairro do Brás se nos apresenta tema relevante para análise porque assume uma forma que deve ser explicada à luz da teoria sociológica: sua inserção na cidade de São Paulo, suas configurações resultantes de um processo econômico e político, em suma, do capitalismo no Brasil.

Ao longo deste século, este jogo entre os agentes (Capital, Trabalho, Estado) veio se alterando mediante diferentes conjunturas e interesses e os resultantes espaciais acompanharam essas mudanças. Em contrapartida,tais arranjos espaciais e formações atuaram, a seu modo, nas condições sociais, políticas e culturais. É indiscutível que a configuração do Brás nas décadas de 1910 e 1920 — a presença operária imigrante,as habitações proletárias próximas ao parque fabril(cortiços e vilas), o movimento anarquista, as greves de 1917, os hábitos da ópera, da cançoneta e das festas religiosas de Santo Vito Martire ou Nossa Senhora da Casaluce, são manifestações associadas de forma inquestionável.

Para contrastar, em outra conjuntura como a da década de oitenta, o Brás encontra-se esvaziado populacionalmente (as estatísticas revelam uma diminuição relativa do número de seus habitantes) mas ainda marcado pelas velhas pensões,hospedarias e cortiços que se adensaram; como a estratégia de reprodução da força de trabalho quanto à moradia não é mais o abrigo próximo aos locais de trabalho desde as décadas de 60 e 70, mas o rumo às periferias desequipadas e distantes, a utilização do transporte coletivo rodoviário, o trinômio loteamento clandestino, autoconstrução e casa própria passam a representar a solução típica dos trabalhadores empobrecidos. Assim, a

classe operária horizontalizou-se no Município de São Paulo, o que repercutiu na (des)ocupação do bairro central do Brás.

Contudo, a situação do inquilinato após a recessão econômica de 1983, dos efeitos perversos dos planos de estabilização econômica (Plano Cruzado sobretudo) jogam inquilinos de moradias de aluguel de baixa renda, no despejo e no desespero. Recrudescem os níveis de encortiçamento nas áreas melhor servidas de infraestrutura e serviços urbanos(14). Em 1990, estudos mostraram que o padrão de crescimento de São Paulo deixou de ser a expansão horizontal prevalescente, para adensar o centro já verticalizado(15).

O Brás continua a revelar seu feitio de bairro de "excluídos", de migrantes nordestinos, muitos recém-chegados de fora da cidade, outros que passaram por locais periféricos da metrópole e ali acharam algum abrigo a preços acessíveis, apesar da extrema precariedade. Sem vida associativa organizada, sem direção política conhecida, inseridos no terciário da economia (especialmente serviços), nem preservando mais sua cultura nordestina, eventualmente indo a forrós,mas preferindo as danceterias com músicas americanas, a fragmentação de sua identidade é evidente. Mesmo nos tempos da "lambada", a concorrência com a música estrangeira é flagrante.

Que lógica presidiu essa transformação? A transformação do bairro e a transformação de seus ocupantes refletem as mudanças sociais à luz do processo capitalista no Brasil e

---

(15) Suzana Pasternak Taschner: População paulistana na virada do século - SEMPLA, São Paulo, Maio/1990.

(14) Verificar Maura Véras: "Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI" - Revista São Paulo em Perspectiva, nº 1, São Paulo, Fundação SEADE, 1987.

no mundo. A cidade de São Paulo se moldou nesse contexto e seus habitantes também. Essa é a lógica que explica as formas sociais do espaço urbano, a estrutura social presente em cada bairro, não só nas modalidades de habitação quanto à convivência cotidiana.

Nosso enfoque neste trabalho procurará, pois, descobrir, desse espaço urbano, esse "ambiente construído", os traços reveladores do processo social que o engendrou historicamente e, ao mesmo tempo, revelar o inverso: o peso que tais configurações sócio-espaciais — efeitos de exclusão social e segregação — tiveram nas múltiplas determinações desse concreto.

Por que se moldou o Brás como bairro operário nos inícios de sua formação? Por que se manteve com tal papel na cidade, a quais fatores se deve tal fato? E por que ele se alterou? Como a classe trabalhadora ali residente foi afetada por esse papel? E qual a consequência daa alterações da composição da classe operária para a cidade e para o bairro? Haveria uma questão cultural (étnica e nacional) para ser desvendada no bojo dessa discussão, pois o Brás ilustra um período em que operários eram imigrantes e hoje ambulantes, comerciários, autônomos, são nordestinos?

Se um percurso de investigação poderia ser aquele de acompanhar para onde se desloca a classe operária em São Paulo (e na metrópole), descrever seu estilo de vida e conseqüentes estratégias e organizações, inclusive seus novos locais de moradia, também seria válido optar por um caminho inverso: ou seja, fixar-se em um local determinado da cidade e verificar quais foram seus ocupantes ao longo do tempo. Opta-

mos pelo segundo, crendo que seria um trajeto válido de pesquisa pois ele também desnudaria todas as facetas explicativas do primeiro caso, já que ambos são faces do mesmo processo que emoldura a vida social no país.

Essas questões teóricas e metodológicas nos incitaram a prosseguir na pesquisa empírica que foi-se revelando profícua. Do conjunto de aspectos constituintes desse "ambiente construído", ganhou destaque na presente investigação a habitação proletária, considerada o indicador por excelência do acesso à cidade de seus ocupantes; não é possível contudo, especializar-se demasiado essa vivência urbana, pois além da localização e acesso a serviços e equipamentos, é preciso dar conta da complexidade do habitar: convivência, cultura, uso da rua e da casa e assim por diante.

Em uma primeira parte (Capítulo I) procuraremos balizar teoricamente o tema, procurando debatê-lo à luz das várias abordagens metodológicas existentes, como um marco de referências sobre a questão urbana, compilando-se os principais autores clássicos e contemporâneos que pensaram a cidade, contextualizando-se suas respectivas perspectivas.

Buscou-se também pensar o peso que o fator habitação representa no acesso à cidade, bem como relacionar tal papel ao processo de exclusão social e urbana e segregação sócio-espacial.

Os capítulos subseqüentes tratam do Brás "italiano" e sua formação (Capítulos II e III) transição (Capítulo IV) e o Brás "nordestino" e atual (Capítulo V).

CAPÍTULO 1 - DIFERENTES CONCEPÇÕES SOBRE A CIDADE: UMA INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO URBANO E CLASSES SOCIAIS

Como dizia Weber[1] há muitas e diferentes formas de se tentar definir a cidade. Para uma clarificação teórica sobre o tema por aproximações sucessivas, poderíamos iniciar sobre a questão da aglomeração e, posteriormente, sobre a dimensão política e espacial da cidade.

Porém, estamos convencidos de que é impossível um consenso sobre o que venha constituir-se tal categoria, na medida em que esse debate envolve também uma discussão teórico-metodológica e dos fundamentos das Ciências Sociais. Também convém lembrar que a ciência está saturada historicamente, em outros termos, a discussão sobre a cidade está impregnada dos componentes sociais, culturais e mesmo ideológicos que envolvem o fazer científico.

É dessa perspectiva que se compreende a ênfase atribuída à cidade e ao urbanismo na sociologia contemporânea dado o destaque que o empreendimento capitalista, em grande escala, impõe às aglomerações humanas, abrangendo da vila à megalópole, nos aspectos quantitativos e qualitativos. Assim, é preciso resgatar como o tema foi tratado historicamente.

1.1. A Escola de Chicago

Desde o início do Século XX, surgem referências explícitas a uma Sociologia Urbana como área específica de conhecimento. É a Escola de Chicago que dominou até bem recentemente a concepção sobre os debates urbanos.

---

(1) Max Weber: Economia y Sociedad . Mexico - Fondo de Cultura Economica, 1969.

Sua influência pode ser resumida em duas grandes linhas de argumentação. A primeira, defendida por Robert Park[2], consiste no enfoque ecológico da cidade com relação a suas cercanias.

Concebe-se numa analogia com processos biológicos, ou seja, a vida animal e vegetal distribui-se de maneira ordenada no espaço ecológico, de acordo com modos de adaptação a esse ambiente. Nesse sentido, a cidade aparece quase como "máquina de filtrar" e discriminar os membros da população. Aqueles mais preparados para viverem em determinada região irão segregar-se, mediante processos de competição, invasão e sucessão, comparáveis aos que ocorrem biologicamente.

Organiza-se, pois, a cidade em "áreas naturais", regidas pelos processos acima apontados, configurando zonas distintas: área central, intermediária, periférica, com características diferentes, respectivamente: concentração de negócios, áreas residenciais, subúrbios de classe operária.

O que Park e Burgess procedem é, de fato, uma descrição da cidade capitalista contemporânea, nos seus traços empíricos mais fortes, sem se preocuparem com a explicação desses mesmos traços. Contudo, apontam também características do comportamento humano: a cidade é "um estado de espírito, um corpo de costumes...". Justamente nessa direção, Louis Wirth desenvolve o segundo ponto de vista da Escola

---

(2) "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano" - 1916 in O fenômeno urbano org. por O. Guilherme Velho, RJ, Zahar, 1967, pp. 29/72 e Human Comunities, Glencoe, The Free Press, 1952.

de Chicago: "o urbanismo como modo de vida". Suas idéias estão resumidas no artigo que leva o mesmo nome[3] e procuram apontar características universais na vida das cidades.

De acordo com a visão desse autor, a aglomeração urbana assume três características: tamanho, densidade e heterogeneidade da população.

Embora a proximidade das pessoas, predominam os contatos transitórios, impessoais; com base em rotinas ordenadas, regras definidas por categorias anônimas e não por contatos simpáticos.

Essas teses foram muitas vezes vítimas de ataques e defesas caricaturais. Como dissemos inicialmente, seu exame só pode ser feito à luz de seus pressupostos teóricos mais amplos.

Dado, porém, o caráter introdutório desta discussão, limitar-nos-emos a indicar alguns comentários críticos.

Primeiramente, registre-se que seus tópicos são baseados nas características das cidades norte-americanas das décadas de 20 e 30 e não podem ser generalizados nem para outras cidades do capitalismo industrial, muito menos para cidades precapitalistas. Além disso, a cidade não se explica por si só, mas com as relações da sociedade mais ampla de que faz parte, relações com o campo, com o Estado, enfim, com a "civilização" em geral.

Outro traço que se nos apresenta problemático é o contraste dualista implícito em sua análise: sociedade "tradicional" para sociedade "industrial", "comunidade e socieda

---

(3) O fenômeno urbano - op. cit. pp. 97/122.

de", nos termos similares de Tonnies e de Simmel: ora, esconde-se aí uma perspectiva de caráter evolucionista ou desenvolvimentista além de esconder uma analogia "naturalista" da sociedade humana.

Dessa forma, o debate sobre o urbano está perspassado pela ótica adotada e dentro da Sociologia acadêmica, sua instauração se deu na ótica positivista, pois, imbuída de certos preceitos ideológicos.

Propomo-nos percorrer o tema dentre as posturas mais expressivas da literatura sociológica, adotando o partido de enfocar tanto as características mais observáveis, como a aglomeração, por exemplo, quanto ao aspectos mais nebulosos, por mais mercantilizados e fetichizados, como o espaço e luta política.

1.2. A economia marginalista e a cidade

A busca da "cientificidade", fez a ideologia burguesa produzir muitas teorias sobre a cidade, entendendo-a sobretudo enquanto aglomeração (de pessoas, de capital, de empresas, de economias e deseconomias etc.). Sustenta a economia marginalista[4] as concepções de localização urbana como resultado de "tomada de decisão" entre agentes econômicos, vistos enquanto demandantes de equacionar as relações entre produção e consumo, com os menores gastos possíveis, obtendo assim a maximização de lucros ou receitas. Parece conceber o processo urbano como derivado do jogo de atores individuais (empresas e ramos) buscando certo equilíbrio entre oferta e procura.

---

(4) Cf. Richardson, Harry - Elementos de Economia Regional, Zahar Edit. RJ, 1973, especialmente Cap. 3: "Localização e Aglomeração".

A partir de uma série de constatações da cidade capitalista, toma-a como modelo absolutizado (como "natural, eterna e necessária") sugerindo uma abordagem positivista e matemática na busca do equilíbrio do sistema de preços. Porém, a constatação das regularidades (relações constantes entre fenômenos) não se configura como explicativa em si própria, pois toma a realidade como "coisa", dado da natureza, positivamente captado pelo pensamento em sua ordem e por sua aparência. Essa postura parece cair em sua própria armadilha: a de não perceber-se também como produto histórico, construção humana e portanto, transitória e "comprometida" com determinada visão de mundo.

Como diria Marx: "(...) toda ciência seria supérflua se a aparência das coisas coincidisse diretamente com sua essência"(5). A propósito dos economistas burgueses,Marx chamava-os de adeptos da "economia vulgar", pois esta "trata apenas das relações, rumina, continuamente, o material fornecido, há muito tempo, pela economia científica, a fim de oferecer uma explicação plausível para os fenômenos mais salientes, que sirva ao diário da burguesia limitando-se, de resto, a sistematizar pedantemente e a proclamar como verdades eternas, as idéias banais, presunçosas, dos capitalistas sobre seu próprio mundo"(6).

Enquanto pressupostos, a economia marginalista tem como pontos de partida a concepção da sociedade humana enquanto um palco da luta econômica entre agentes atomizados, privados, que se defrontam como produtores (empresas,"firmas") e

---

(5) Cf. K. Marx: El Capital, Mexico, FCE, 1946 - vol. III - Cap.XLVIII, p.757, tradução nossa.

(6) Cf. Marx,K. - El Capital, Mexico, FCE, 1946 - vol. I, p. (nota de rodapé - tradução nossa).

consumidores. O mercado regularia essas relações, através de um sistema de preços que, por sua vez, refletiria a concorrência e competição na busca de equacionar "satisfação" e produção (necessidade de consumo e produção seriam mecanismos regulados pela oferta e procura): a uma dada quantidade de demandas corresponderia uma certa oferta de bens produzidos.Essa "mão invisível" a regular o mercado, faz-nos lembrar Adam Smith(7).

Dessa forma, cada empresário calcularia o quanto deve produzir para obter maiores lucros e, pela "lei do rendimento decrescente" (cada unidade produzida poderá sair mais cara), há um limite em que deve parar a produção para não ter prejuízo. A última unidade produzida ao ponto de não trazer benefícios ao produtor é dita marginal. No nível do consumo, também cada indivíduo (cliente) procura adquirir bens com seus rendimentos a tal ponto que, além deste, não poderia obter nenhuma outra mercadoria marginal suplementar.

O cenário montado sobre esses pressupostos trai um modelo empirista e matemático da realidade social vista como mercado. O sistema de preços equilibra a qualidade de bens produzidos (e o reflete). A troca é satisfatória, ou seja, na distribuição de bens, todos serão satisfeitos em um grau possível, pois aumentando-se a satisfação de alguém,prejudica-se a de outro.

Portanto, a teoria marginalista concebe um modelo explicativo calcado nos conceitos, a nosso ver equívocos, de utilidade, raridade, eficiência e cálculo racional.Entende-se

---

(7) Smith,Adam - Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações - 1776 - tradução livre do original em inglês. Observa-se que desse ponto de vista, ter-se-ia que incluir nessa mesma direção as contribuições de J. Bentham, James Mill - com seus pressupostos liberais e utilitaristas.

sempre a busca da maximização (de lucros, de receitas) evitando desperdícios, quer ao nível da produção, quer do consumo. Supõe, pois, um mercado onde a concorrência seria perfeita e onde seus agentes estariam com as mesmas possibilidades de entrar nessa competição.

Essas considerações nos levam a pensar nesta abordagem como o lado fetichizado da ciência econômica,pois parte de algumas constatações e "receitas" próprias da consciência burguesa na tentativa de aumentar a produtividade e lucros. Ignora a dominação e o nexo explicativo da propriedade privada dos meios de produção, a mercantilização universal e, sobretudo, da "força de trabalho", o agudo desenvolvimento das forças produtivas a serviço do capital, enfim, as condições estruturais da produção como atividades sociais. As relações entre os homens aparecem rotuladas como resultantes de um "sistema de decisões", calcados em cálculos racionais, lógicos, "tecnológicos". Submete-se ao equilíbrio coletivo o interesse individual. Um "homo economicus", o empresário capitalista retratado, racional, que procura maior utilidade, é pensado como mola do processo e que, se busca o melhor para si, todos estarão beneficiados.

Esse breve relato preliminar das premissas gerais do modelo marginalista objetiva questionar seu caráter "teórico" e por isso mesmo, "explicativo". Ao analisar o processo urbano, visto como localização e aglomeração, indiscutivelmente chama a atenção para características presentes na urbanização capitalista. Porém, seu ponto de partida é o espaço dado, já construído quase como "natural" e suas "constatações" são de caráter empírico, sem que se preocupe com o processo produtor da situação descrita.

A preocupação de H. Richardson com sua "teoria da localização", ao tratar do espaço e da distância é oferecer subsídios à "tomada de decisão", pois a atividade econômica se localiza no espaço. Segundo ele, é importante discutir o espaço na medida em que influirá econômica, política e tecnologicamente. Esse processo afetará a distribuição da população e das empresas e provocará desigualdades regionais(8).

As causas de aglomeração são visualizadas como economias de escala, especialmente buscando poupar os custos de transporte. As vantagens mais acentuadas da aglomeração estão nas economias internas (unidades de produção), externas às firmas mas dentro do ramo industrial e economias externas à indústria, ou seja, economias de urbanização.

Dentro das unidades de produção (economias internas) a aglomeração evita despesas de frete e protege de deseconomias externas. Acentuando as localizações já existentes, a economia de escala atua como barreira à entrada de novas firmas perpetuando a desigualdade de localização.

As vantagens que a aglomeração traz às firmas diferentes do ramo industrial abrangem a gravitação em torno de fontes de matéria prima ou acesso a recursos não transportáveis. Também em casos de densidade demográfica não uniforme, empresas que venham a localizar-se posteriormente em regiões

---

(8) Através do núcleo conceitual aglomeração, a grande indagação é sobre as causas das atividades econômicas se localizarem de forma centralizada no espaço. Essa questão básica se complementa com as seguintes subquestões:
a - por que a produção e a população se aglomeram em certas regiões da economia?
b - por que essa distribuição desigual se acentua com o tempo, desde que não haja intervenção deliberada?
c - como se efetua esse processo na cidade, ou seja, na localização urbana, as firmas equilibram custos de aluguéis, custos de congestionamento para a opção de sua localização em regiões centrais ou não?

aglomeradas, irão beneficiar-se da mão de obra concentrada.

Contudo, as grandes vantagens da aglomeração estão nas economias de urbanização (externas à indústria, ou com nossas palavras, fora do processo produtivo propriamente dito). Nesse caso eleva o rol de benefícios advindos de escala: a capacidade de ter acesso às facilidades de pesquisa e desenvolvimento, desenvolvimento de "pools" de mão de obra especializada, crescimento de indústrias auxiliares,desenvolvimento de mercado de matérias primas e de consumo.Essas vantagens "explicam" (sic) por que uma indústria permanece em locais centrais ainda que isso lhe pareça desvantajoso do ponto de vista dos custos (aluguel, congestionamento etc.). Mesmo que ocorram as citadas deseconomias pecuniárias (elevação dos valores da terra, custos salariais, custos de tráfego congestionado) a aglomeração pode assumir a forma de pequenos núcleos centrais — subaglomerações do tipo suburbanas.

Os argumentos marginalistas sobre a aglomeração se completam com o exame de um "teórico da localização" — Alfred Weber que a trata do ponto de vista da "economia de localização" (ou seja, economia de escala externa à empresa mas dentro do ramo industrial). Seus conceitos nucleares são o peso locacional e a isodapana crítica[9].

---

(9) O peso locacional é entendido como o peso total de todos os bens(produtos, matéria prima, combustível) que têm de ser transportados de e para o local da produção por unidade produtiva. Seria o peso de uma unidade do produto acabado mais o peso das matérias localizadas(isto é, matérias primas que não se acham disponíveis em todos os locais). A isodapana é concebida como curva de transportes iguais,pois,partindo de um ponto determinado de custo de transporte mínimo(P_1) pode-se demarcar outros pontos que se desviam de P_1, formando outras curvas de custos de transportes. A isodapana crítica marcaria o local em que os custos de transporte seriam iguais aos custos de outra localização.

Para beneficiar-se das economias de aglomeração, pois, a indústria precisa equacionar os custos de transporte mínimos (é interessante que se localize dentro dos limites fixados pela isodapana crítica) e o peso locacional. O lugar ideal será aquele que oferecer o menor custo de transporte para a produção combinada total. Entre a escolha de locais alternativos para a indústria em que teremos três pontos de custo de transporte mínimo, P_1, P_2 e P_3, e suas respectivas isodapanas críticas, a localização melhor deverá ser o ponto de intersecção entre estas três curvas, pois as economias de aglomeração servirão aos três pontos dados. Também a localização pode ser feita em cada um desses pontos, sendo menos custosa que a dispersão nos três.

Richardson discorre sobre isso dizendo que, em havendo três firmas, a maior das unidades produtivas deverá atrair as menores para o local original de CTM (Custo de Transporte Mínimo). Surge a concentração, mas há também custos de transição e depende-se da resolução do conflito de interesse entre as empresas, envolvendo as respectivas capacidades de negociação.

Nas previsões quanto às tendências de aglomeração, o autor privilegia os custos de transportes influindo na localização. Esta será ótima para a indústria ou na fonte de matéria prima ou no mercado consumidor, e não em pontos intermediários. Há também um poder atrativo de pontos terminais de transporte e nos pontos de transbordo quando se usarem formas alternativas de transportes. É grande vantagem para a indústria de transformação localizar-se perto de terminais ferroviários, rodoviários e portos. Portanto, configura-se um efeito "normal" (sic) do transporte induzir à aglo-

meração da indústria: nódulos e centros de transporte próximos às principais rotas são focos potenciais de aglomeração.

A decisão de localizar novas unidades produtivas depende das decisões políticas de seus correspondentes; assim, oligopólio é a estrutura de mercado típica da economia espacial. Mesmo na ausência de economia de escala, a interdependência locacional pode produzir a aglomeração pois comporta diferenças espaciais nos custos de produção e variações na demanda.

A interdependência locacional deve sempre ser considerada quando se instalam novas firmas na indústria.O relaxamento da concorrência espacial reforça a aglomeração em alguns casos, enquanto em outros, estimula a dispersão.Nesse processo costumam exercer influência importante a elasticidade da procura, as taxas de frete, a forma da curva do custo marginal, a distribuição desigual da população, contatos pessoais, o sistema de preços etc.

Discutindo os critérios de decisão sobre localização, Richardson conclui que a indústria tende a aglomerar-se nas regiões prósperas da economia — perto de centros populacionais de matérias primas e combustível — embora variações tecnológicas tenham ampliado grandemente as escolhas de local. A orientação para o mercado tem aparecido como uma crescente tendência de localização industrial. Nos últimos vinte anos, tem-se comprovado certa direção de frequência na localização "foot-loose", indústrias situadas "em qualquer parte"(10).

(10) Cf. Richardson,H. - op. cit., p. 75.

Têm havido deslocamentos quando existem estímulos para a mudança que repousam na proibição da expansão nos locais domésticos.

Contudo, prevalece, de maneira geral, uma inércia locacional, principalmente no caso de transferências regionais, especialmente para casos de economias externas e buscando maximização de lucros ou receitas.

De certa forma, uma conclusão emerge das considerações acima: as firmas raramente procuram novo local, a menos que o atual não ofereça nenhum espaço para ampliação ou apresente desvantagens dignas de nota. As localizações antigas são preteridas quando há congestionamento de mão de obra e demais custos de congestionamento.

O modelo de satisfação envolverá cálculos exatos em função de rotas de transporte, de matéria prima e suas fontes e reserva de mão de obra, próxima aos centros populacionais etc. Também são excluídos centros de alto congestionamento.

Quanto à questão formulada inicialmente sobre como se dá o processo de localização na cidade, Richardson enfoca a localização urbana, e por sua vez, as comprovadas "aglomerações de fábricas e estabelecimentos" (sic), afirmando que sua escolha equilibra o potencial de mercado e vantagens de proximidade ao centro. Retoma ALONSO(1964) que define essa aglomeração em função da oferta de aluguel.Explicando melhor, o aluguel da terra varia com a distância, assim podem ser traçadas curvas de isolucros; a firma irá localizar-se onde o aluguel da terra seja igual ao aluguel em que a firma possa pagar para obter maiores lucros. Assim, umas empresas

poderão procurar o centro, outras a periferia.

O problema, visto por Richardson, nesta "explicação" é que supõe a existência de apenas um núcleo central na cidade, quando podem ocorrer muitos, formando várias hierarquias de aluguel, e tornando mais complexas as decisões.

As forças de aglomeração e desaglomeração dentro da cidade refletem, muito mais do que a busca de acessibilidade, os efeitos de altos aluguéis nos pontos centrais.

Assim, a cidade surge como arena de competição entre agentes no mercado. A "explicação" contida nessas considerações parece centrar-se em um eixo norteador: agentes econômicos (empresas, empresários, produtores) traduzidos como firmas, secundariamente tratando dos clientes (consumidores), baseiam suas decisões (escolhas) em função dos melhores meios para atingir seus fins específicos, espertamente procurarão o equilíbrio buscando um "otimum" econômico. Predomina uma racionalidade entre a escolha de um local que lhe proporcione maximização de receita (e/ou de lucro), que via de regra, numa série de fatores, tende ao equacionamento dos menores custos de transportes (de matéria prima e suas fontes e dos bens produzidos ao mercado consumidor — peso locacional e isodapanas críticas), valores de aluguel (calculados principalmente em função da distância do centro ou "sub-centros", com fatores adicionais), custos de tráfego e congestionamento, custos salariais, renda psíquica e outras vantagens de ordem subjetiva e social, proximidade a "pool" de mão de obra, etc.

É no mercado que se cruzam e entrechocam os interesses dessas "firmas", baseando suas escolhas e decisões no aumento de produtividade e receitas, evitando gastos com a

localização. Predominaria uma inércia locacional, reforçando a tendência a aglomeração, pois novas firmas se agregam a locais equipados e mais favoráveis economicamente. Especialmente quanto ao processo que ocorre nos centros urbanos, pesariam o custo da terra (aluguel) que é função da distância do centro.

Essa abordagem parece segmentar a realidade urbana (e social, sobretudo) tratando-a como um palco de negociações e decisões mercantis (troca) para que os atores(empresas, unidades produtivas e, aliás, da análise) desenvolvam seus papéis: busca de maximização de satisfação e produção dirigidas por cálculos racionais (utilidade, menor custo, mais repidez, mais eficiência, menos prejuízos). Afiguram-se,de imediato, como uma série de recomendações para os empresários; esse modelo apreende e constata uma série de aspectos empiricamente observáveis nas sociedades capitalistas, sobretudo as mais avançadas (cita exemplos saxônicos, americanos) aspectos esses que, seguramente, acrescentam e enriquecem as abordagens sobre a cidade, mas não a explicam no seu processo genético e nas suas leis de desenvolvimento.

O discurso marginalista "absolutiza" a cidade, partindo dela como mercadoria, ela mesmo, no seu conjunto de alternativas locacionais, prestando-se ao aumento de benefícios (lucros industriais, comerciais e consumo). Deve-se reconhecer, como já dissemos, que essa abordagem chama a atenção para as regularidades (repetidas frequências de comportamento dos agentes, padrão de ocorrências), constatações essas, que sem dúvida, não devem ser desprezadas.As restrições que se fazem não estão ao nível de aproveitamento dessas observações e generalizações empíricas, mas à preocupação de

como apreendê-las agora e na sua transitoriedade? As referidas restrições e críticas, preliminarmente, fazem-se à sua tentativa de constituirem "teoria" e "explicações", pois uma teoria é mais que um rol de aspectos observáveis como tentativa de aproximação, que partem de segmentos da realidade e vão tentando esgotá-la por partes cumulativamente.

As "descobertas" sobre o uso do espaço urbano objetivando economias de aglomeração, por vantajosas, deixam de enfeixar-se na pesquisa das causas, do processo gerador, repousando sobre uma "natureza humana racional", abstração do empresário capitalista, tipificação de um modo de produção fetichizado sob a aparência de racionalidade.

Em extremo, buscam-se "explicações" que de tão abstratas, nada explicam do histórico e do singular, quedando como particularidades, talvez como teoria de médio alcance de R. Merton[11].

Segundo Lipietz[12] a teoria marginalista vem a constituir-se em "arma ideológica" contra a teoria marxista. Pretende substituir uma teoria de valor fundada no trabalho por uma teoria matemática fundada na utilidade e raridade. Trata de um sistema (input/output) entre produtores e consumidores como motivacional do capitalista.

A teoria marxista, por ser mais ampla, permite abranger a economia capitalista, inclusive na sua "ciência burguesa" ou teoria marginalista:

---

(11) Cf. F. Hegel: A fenomenologia do Espírito. "A certeza sensível", SP, Coleção os Pensadores, Abril Cultural, 1974 e R. Merton - Sociologia, Teoria e Estrutura, SP, Ed. Mestre Jou, 1967, espec. cap. 1,2 e 3.

(12) Cf. Lipietz, Alain - Le Capital et son espace - Paris - Librairie François Maspero, 1977, cap. 4 pp. 104/134.

> "Reconhecemos que o 'cálculo à margem' de cada empresa é uma representação relativamente conveniente ao cálculo privado em vista de sua inserção no trabalho social representado sob a forma de mercado. O marginalismo é justamente a sistematização ideológica e apologética da percepção empirista que se faz compreender privada (alheia) de sua participação no trabalho social". "(il y a marché, je m'yinsère!)"(13).

1.3. Uma abordagem compreensiva e liberal sobre a cidade

Max Weber[14] com seu arsenal metodológico sofisticado, pretendeu abordar a cidade enquanto categoria histórica e ao mesmo tempo, enquanto tipo, linha de ação pensada. Tal abordagem tipológica permite apanhar, de imediato, a dimensão política de cidade capitalista.

Historicamente, cidade e política são conceitos ligados, pois o próprio significado etimológico explicita as relações civitas (do latim, cidade, conjunto dos cidadãos, da civilização, interesse público, dos membros do Estado, civil, sociedade civil) e polis (política, em grego, cidade-Estado). No fundo, designam, nesses dois idiomas diferentes, um modo de habitar e de participar e dirigir.

Os clássicos haviam demonstrado essa relação entre habitar e governar; Marx, demonstrara que a existência de uma economia urbana supõe um processo de divisão social do trabalho e uma definição do processo de exploração de uma classe por ou

---

(13) Cf. Lipietz,Alain, Le Capital et son espace, op. cit. p.108 (tradução livre).

(14) Max Weber - Economia y Sociedad op. cit., utiliza-se do método compreensivo, interpretativo (ação social, conduta significativa dos agentes históricos) e explicação causal (probabilística) dos processos históricos. A preocupação com a racionalidade do agente, e a do cientista — é um recurso heurístico para dar conta da realidade em si, inesgotável e que oferece múltiplas interpretações. Para uma discussão sobre o 'tipo' em Weber ler: Ensaios sobre a teoria social,Ed. Presença, 1974.

tra (produção e apropriação do excedente). No capitalismo, pois, a cidade aparecera como historicamente indispensável para a acumulação. Aí encontram-se o trabalhador livre e disponível, as economias de aglomeração, o capital e seus proprietários, que entrarão em relações sociais de produção e de troca tipicamente urbanas.

Segundo Weber, o mercado define a primeira característica essencial à cidade; dá aos homens da cidade uma condição comum: são livres, iguais para a troca capitalista, impessoais. A comuna urbana agrupa burguesia e proletariado, para simplificar, como substantivação de formas específicas de exploração social viva.

Mas essa "comunalização" no mercado é ao mesmo tempo econômica e política. Atrás da igualdade formal, está a contradição imposta pela classe dominante (a ideologia burguesa do mascaramento da desigualdade entre as classes, dos interesses gerais) que revela os seus interesses específicos e particulares de burguesia. Agora, não há mais "tradição", linhagem, leis, que asseguravam privilégios estamentais: agora, o cenário urbano irá acolher a luta de interesses objetivos, que serão politicamente deflagrados.

Weber procura entender a origem e desenvolvimento da cidade à luz do capitalismo ocidental, na base dos nexos típicos ideais, sua postura teórico metodológica. Enfatiza que a cidade no mercado ocidental caracteriza-se, além da existência do mercado, pela autoridade político-administrativa que ao dominar os habitantes da cidade, também lhes assegura o exercício de certos direitos políticos.

Para Weber, também, é no Ocidente que surgem as cidades de um modo típico pensado: comunidade, com um alto

grau de "autonomia" (mercado, fortificação, exército, justiça, leis e também um sistema de lealdade). A cidade incorpora-se a Estados nacionais, inserindo-se em uma unidade mais ampla: a do capitalismo e da sociedade burguesa, deixando de explicar-se por si mesma.

> "Nem toda 'cidade' no sentido econômico, nem toda fortaleza que, no sentido político-administrativa, supunha um direito particular dos habitantes, constitui uma 'comunidade'. A comunidade urbana, no sentido pleno da palavra, existe como fenômeno externo unicamente no Ocidente (...) Para isso seria necessário que encontrássemos estabelecimentos de caráter industrial-mercantil bastante pronunciado, a que, correspondem estas características: 1) a fortaleza, 2) o mercado, 3) tribunal próprio e direitos ao menos parcialmente próprios, 4) o caráter da associação, e unindo a isso 5) ao menos, uma autonomia e autocefalia parcial, portanto, administração a cargo de autoridade em cuja escolha os burgueses participassem de alguma forma". (15)

O caráter abstrato, revelador dos direitos políticos do habitante, é próprio do Ocidente, onde o "cidadão" opõe-se ao "rústico". Aí, o lema parecia ser "o ar da cidade torna livre (libertação do escravo ou servo, no caso)[16].

A propósito, a influência da cidade na atribuição de direitos e deveres a seus habitantes, está presente no significado do conceito "cidadania".

Marshall discute a origem histórica do conceito, formado por três tipos de elementos: civis, políticos e so-

---

(15) Weber, M. - Economia y Sociedad - op. cit. pp. 938-955.

(16) Em casos concretos, como o da América Latina, por exemplo, vale repensar que a "cidade" por si só, não significa essa "liberdade" acontecida no caso europeu. O miolo da vida política urbana na América Latina nem na época do populismo, força política importante, parece ter se libertado dos moldes de dominação "patrimonialista" — hoje, a dominação da burocracia da empresa (do capitalismo internacional) da tecnoburocracia, completam o quadro do autoritarismo que se manifesta também no "urbano". Nossas cidades são cidades sem "cidadania" onde as classes subalternas lutam por ela.

ciais, simplificadamente esquematizados como surgidos no século XVIII, XIX e XX respectivamente.

> "O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual — liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último difere dos outros porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. Isto nos mostra que as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de Justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investidor da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o conselho de Governo local. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais". (17)

A expressão de Marshall revela sua postura liberal, no bojo do discurso burguês, apontando traços ilustrativos da cidadania. Vai na mesma direção, a distinção do conceito de cidadão, opondo-se ao de "morador", nos termos utilizados por Fernando Henrique Cardoso e outros:

> "Caracteriza-se em seu relacionamento com a cidade por ter tudo a pedir-lhe, mas a partir de níveis mínimos, que lhe asseguram quase que exclusivamente a sobrevivência na cidade. Esta sobrevivência, como vimos, está ancorada num valor que se faz possível para muitos (a casa própria) e no trabalho. O morador precisa, portanto, que lhe seja assegurada a mobilidade no espaço, condição para sua outra mobilidade, no emprego e, talvez na escala social. A partir deste patamar modesto, luta por sua conquista que é a um tempo de êxito individual e de integração urbana. Mas luta isoladamente (no máximo, mas raramente, exprimindo seus interesses de "morador" por intermédio de uma sociedade de amigos de Bairro). Transporte, polícia (segurança para si e para a família nos bairros afastados), asfalto na rua principal da vila, luz, se possível,

---

(17) Marshall, T.H. - Cidadania, Classe Social e Status, RJ, Zahar Ed., 1967, pp. 63-64.

> posto de saúde, e escola, enfim toda a gama de "serviços básicos", sem discriminação e sem escala de prioridade. Qualquer reivindicação atendida é ganho líquido. Dado o grau de carência urbana generalizada, a hierarquização de prioridade e a escolha de métodos e alternativas adequadas é um luxo redundante". (18)

O cidadão é, pois, aquele que participa e que é capaz de apreender, do conjunto de relações fetichizadas e mercantilizadas em que vive, a lógica que as preside: é aquele que pode perceber as contradições fundamentais da produção capitalista no conjunto das condições concretas urbanas.

Como um dos temas típicos e clássicos do mundo moderno, a cidade participa das discussões sobre sociedade civil e Estado, classe e revolução, ordem e progresso, comunidade e sociedade, multidão, massa e povo(19). Em especial, a multidão, que surge na sociedade civil, urbano-industrial burguesa, se manifesta em vários países (como na Revolução Francesa em 1789 em Paris, na mesma cidade a Comuna em 1871, nas demais revoluções liberais européias de 1848-49), aparecendo com diversos nomes: plebe, malta, ralé, massas trabalhadoras, "coletividades em busca de cidadania, povo em luta pela conquista de direitos políticos e sociais(20).

Entre os conservadores, a multidão aparece como massa (composta de trabalhadores assalariados, empregados e desempregados), como coletividade forte mas que depende da tutela das "elites" que lhes fornecerão guias, regras, objetivos, comando e organização. Os liberais tratarão o tema enquanto povo:

---

(18) Cf. Cultura e Participação na Cidade de São Paulo, SP, Cadernos CEBRAP, nº 14, 1973, pp. 19 e seguintes

(19) Cf. Octavio Ianni - A sociologia e o mundo moderno, SP, EDUC, 1988, pp. 19 e seguintes.

(20) Idem, ibidem.

conjunto de cidadãos com direitos organizados em partidos políticos ou movimentos sociais, que podem votar e ser votados.

E uma terceira corrente entre os sociólogos trata a multidão como classe social, que é uma categoria que expressa as desigualdades geradas na maneira como se produz e distribui a riqueza social. A mais valia, o pauperismo estão na base da carência, dos despossuídos, dos "descamisados". É a abordagem marxista.

1.4. A perspectiva histórico-materialista e sua interpretação sobre a cidade

A ciência da História, única reconhecida por Marx e Engels[21] trata da realidade humana: o "vir a ser" das atividades dos homens para produzir e reproduzir condições necessárias à vida. É a praxis, assim, trabalho transformador da natureza, e de onde emergem formas e organizações sociais (divisão de trabalho, classes sociais) que vão exprimir o caráter das sociedades humanas[22].

---

(21) Cf. Marx,K. e Engels,F. La ideologia alemana - Ed. Pueblos Unidos, Buenos Aires, 1976 - "Feuerbach".

(22) O método dialético é o único que se torna capaz de apreender esse devir histórico das sociedades humanas, abrangendo desde o ser humano por inteiro (na sua essência) até as transformações estruturais e conjunturais da formação social (historicamente determinados). É o conjunto das forças produtivas e das relações de produção que identifica o modo de produção de uma população. Conjunto esse que é herdado de gerações anteriores e se prolonga pela ação dos sujeitos da História (homens "que a fazem sob condições determinadas"). Assim é na base concreta e material que se deve buscar a explicação da vida social. Sobre essa base, constrói-se uma superestrutura jurídica — política e ideológica. Essa totalidade articulada é estudada em sua transitoriedade, nos seus momentos de afirmação, negação e transformação, lei do "devir" na História. Estes pressupostos do materialismo histórico, aqui esboçados sucintamente, levam Marx a buscar as verdadeiras causas, não na consciência dos homens, determinada e sujeita a mitos, fetichismos e ideologias, mas na vida material que carrega em seu bojo as contradições necessárias à sua superação e transformação. Verificar, entre outros: K.Marx: Contribuição à Crítica da Economia Política - "Prefácio - Introdução" - Ed. Presença, Lisboa, 1975.

A ciência, para Marx, visa justamente desnudar as relações essenciais (não percebidas necessariamente pelos agentes sociais) com o objetivo de transformação dessa sociedade. Essa é sua metodologia abrangente: captar a totalidade, aparência e essência, desde as estruturas da produção material da vida até as formas culturais e ideológicas que as reproduzem. Para destacar sua transitoriedade inevitável, especialmente quanto ao modo de produção capitalista, Marx procura "descobrir a natureza íntima do Capital, assim como o movimento aparente dos corpos celestes só é intelegível para aquele que conhece seu movimento real, mas inatingível pelos sentidos"(23). A descoberta da mais valia, da mercantilização e fetichização universal e, sobretudo do trabalho excedente apropriado pelo capitalista, aparece como a grande revelação, buscada em meio a uma série de aparências: do contrato frio e impessoal, da troca de equivalências(o salário), de formas ideológicas de consciência.

A cidade só pode ser entendida como um dos produtos e produtora das atividades dos homens na obtenção das condições necessárias à vida. É dentro do modo de produção que a cidade se explica.

De um breve exame da literatura marxista sobre a cidade emergem as explicações de diferentes contextos produtivos e suas respectivas formas urbanas.

A cidade antiga enfatiza suas ligações com o Estado. Marx e Engels em "A Ideologia Alemã", retratam as formas pelas quais a cidade antiga, a partir do desenvolvimento da

---

(23) Cf. Marx,K. - El Capital - op. cit. vol. I - cap. XIV, p. 474.

propriedade comunal e do Estado, constitui lugar de troca e opõe-se ao campo.

> "No interior das próprias cidades, encontra-se a oposição entre comércio marítimo e a indústria, e também as relações de classe entre cidadão e escravo atingem o seu completo desenvolvimento"(24).

Outrossim, "Roma jamais ultrapassou o estágio da cidade e estava ligada às províncias através de laços quase que unicamente políticos..."

A cidade antiga marca um dos efeitos da divisão do trabalho. A partir da cisão entre trabalho material e intelectual deu-se o marco original da desigualdade social: indivíduos diferentes obtêm tarefas diferentes: uns produzirão, outros consumirão (gozo e trabalho). Ou seja, as forças produtivas, o estado social, a consciência, entrarão em conflito entre si através da divisão do trabalho. Esta, no início, originada da divisão quase natural no seio da família,depois, comunalmente (que provêm de várias tribos numa cidade, nos contatos ou conquista), passa a constituir a propriedade privada de escravos, e posteriormente, de imóveis.

Essa sociedade antiga, com seu modo de produção escravagista, foi-se apagando lentamente, sem produzir outro modo de produção, outra sociedade. Sua história se extingüe, fechada em si própria, devastada por lutas internas. Revoltas de escravos, e as havia, foram sendo vencidas,pois o seu domínio de cidade política se garantia sobre os campos vizinhos. Mas a contradição interna da cidade, emprego de escravos nos trabalhos agrícolas (nos latifúndios) dependia da cidade que se servia dos seus meios de produção e das condições de seu poder. Isso impunha graves limitações à cidade antiga, efeitos auto-destrutivos e não de superação.

---

(24) Cf. Marx,K. e Engels,F. - La ideologia alemana - op.cit. pp. 21-22.

Em oposição a Roma e à Grécia, o desenvolvimento feudal principia sobre um campo mais extenso, preparado pelas conquistas romanas e pela extensão da agricultura.

A propriedade feudal repousava sobre uma "comunidade" composta não mais de escravos, mas por camponeses avassalados, "classe" diretamente produtora. O campo era uma propriedade imobiliária, estrutura hierarquizada que conferia à nobreza a onipotência sobre os seus, protegida por escoltas armadas. Havia oposição contra cidades, organizadas em corporações(25).

A produção, em geral, oferecia limitados lucros, pela "cultura rudimentar e restrita do solo e pela indústria artesanal"(26). A divisão de trabalho era muito restrita e cada feudo continha sua própria oposição entre campo e cidade. Enquanto no campo havia oposição entre príncipes reinantes, nobreza, clero e camponeses, a cidade, apesar do trabalho ser pouco dividido entre as profissões e nada dentro de cada profissão, comportava a separação entre mestres, companheiros e aprendizes. A oposição com o campo é conflitual, contra a comunidade dos camponeses. Essas comunidades serão subjugadas à estrutura feudal, hierarquizada, com base na suserania fundiária e militar. Esta estrutura feudal dirigia-se ao mesmo tempo contra a classe produtora dominada (camponeses) e contra as cidades (e seus habitantes), burgueses que se dedicam

---

(25) As corporações surgem de pequenos "montantes" economizados; a nascente concorrência dos servos que migravam para as cidades desenvolveu condições para o artesão existir como industrial e comerciante, e fez nascer uma hierarquia semelhante à do campo: o aprendiz,o jornaleiro.

(26) Cf. Marx,K. e Engels,F. - La Ideologia Alemana - op. cit. p. 24.

ao comércio e às trocas. É, portanto, uma dupla luta de classes, luta entre burgueses e senhores e entre senhores e servos. E é dessa luta que vai surgir a revolução urbana da Idade Média. A cidade medieval até então subordinada à estrutura feudal é que vai acabar por destruí-la, incorporando-a, transformando-a.

A cidade medieval apresenta-se com uma certa unidade (a "ordem" dos burgueses dominantes e das corporações) que se opõe dialeticamente à nobreza rural. Na ordem feudal, na cidade aparecerá a "classe", por excelência, contra o estamento rural.

> "Um nobre é sempre um nobre, um plebeu sempre um plebeu..." Na representação, os indivíduos são mais livres sob o domínio da burguesia do do que antes porque as suas condições de existência são-lhes contingentes; na realidade, são naturalmente menos livres porque muito mais subordinadas a um poder objetivo". (27)

O "Capital" das cidades, sem o domínio da troca e da circulação de bens e dinheiro, apresenta-se mais sob a forma de herança: - ferramentas, habitação, clientela, transmitida de pais para filhos. Não se avaliava ainda em termos monetários, diretamente ligado ao trabalho determinado do seu possuidor, ligado a um ofício ou ordem, ao contrário do capital moderno. Não há ainda, o capital abstrato nem o trabalho abstrato.

Essa cidade medieval apresenta, pois, "capital" sem capitalismo e trabalhador sem proletariado. No processo de luta dos homens associados contra a natureza, a cidade medieval representa um aspecto nodal: representa a luta da cidade con-

---

(27) Cf. Marx,K. e Engels,F. - La Ideologia Alemana, op. cit. p. 39 (tradução livre).

tra a terra e seus detentores, mas ainda não se desliga totalmente da natureza. O capitalismo se aproxima. A cidade medieval é o domínio da acumulação primitiva, da mão de obra, do mercado, da riqueza, de técnicas[28].

No entanto as cidades medievais se associam e de outro lado, com a divisão social do trabalho algumas exploram ramos industriais ou artesanais diferentes. Essas associações trazem também o intercâmbio de produtos, de técnicas e de conhecimento. O comércio torna-se mundial. E uma das primeiras consequências é a manufatura. Ela surge como efeito da relação campo X cidade: aproveita-se da habilidade dos artesãos em manejar suas ferramentas: o carpinteiro, o marceneiro, o sapateiro, e da máquina de tecer dos camponeses que embora rudimentar, contribui para o desenvolvimento do ramo manufatureiro. O capital primitivo reune esses trabalhadores ex-servos e e artesãos: os tecelões foram os primeiros trabalhadores da manufatura. A cidade medieval se ultrapassa, gerando o capitalismo, a burguesia, o mercado mundial, a nação e o Estado, o proletariado. As cidades comerciais, centros de burguesia, atingem grande desenvolvimento. Mas é com a grande indústria que a cidade capitalista vai revelar-se em seu caráter de síntese das condições gerais da produção.

A cidade capitalista

Estamos entendendo por "cidade capitalista" as aglomerações urbanas, resultado da divisão social e territorial do trabalho do processo de acumulação capitalista. Trata-se, historicamente, de uma associação de trabalhadores agregados num espaço por conta do processo de acumulação primitiva.

---

(28) K.Marx: El Capital, op. cit. vol. I, Cap. XXIV: "La llamada acumulación originaria", pp. 607-649.

Na cidade capitalista, mais que simples fato demográfico ou ecológico, concentram-se os meios de produção e a força de trabalho. Há Capital e Proletariado. Há produção e consumo.

Marx busca descobrir a essência do modo de produção capitalista: a produção da mais valia, gerada na troca desigual da mercadoria "força de trabalho", mercadoria essa que gera um valor maior que o recebido em forma de salário (fetiche de troca equivalente, mas que é calculado com base nos custos de reprodução dessa força de trabalho[29]. Trata da constituição histórica desse modo de produção, que submete o trabalhador fazendo-o vender sua força de trabalho (livre para vendê-la mas necessariamente obrigado a vendê-la para sobreviver) e, paulatinamente, a partir do desenvolvimento das forças produtivas (e das relações técnicas de produção) é obrigado a fazer parte do trabalhador coletivo, onde a jornada de trabalho combinada será típica e ele, enquanto trabalhador individual, enfraquecerá.

Cada vez mais, o trabalhador terá apenas sua nudez de trabalhador, e sobretudo, será parte do trabalho coletivo. Sua subordinação ao capital será, de início, formal e depois, real. Marx trata desse processo ao analisar a transformação da mais valia absoluta em mais valia relativa, como

---

(29) Percebe-se aqui o valor de uso da cidade como "locus" da produção e da reprodução de força de trabalho.
Historicamente o período tratado por Marx, ou seja, o período manufatureiro até o surgimento da grande indústria pode ser situado entre os séculos XVI e XVIII. Essa época marca um processo produtivo basicamente manual e baseado em duas formas fundamentais de forças produtivas: a cooperação e a divisão do trabalho.
Cf. Marx,K. - El Capital - op. cit. vol. I - Cap. XI, XII e XIII, pp. 259-424.

procedimentos calcados no modo de produção que pretende a maior produtividade como forma de obter cada vez mais lucro, proporcionando pela P (plus valia), mais valia, gerando maior acumulação. Esse ciclo se repete em reprodução ampliada, carregando homens, máquinas, maios de produção equivalentes, valores, moral, habitação, utensílios, enfim tudo aquilo que se convencionou chamar de "capital constante e variável" e "força de trabalho viva e suas condições de reprodução".(30)

Mas a proximidade desses trabalhadores no mesmo local, o uso coletivo da oficina, dos instrumentos de produção, começam a surtir efeitos — o processo de cooperação típica do modo de produção capitalista: por divisão do trabalho(31).

---

(30) Cf. Marx,K. - El Capital, op. cit. cap. XI. A produção capitalista teve início, histórica e formalmente, no século XVI, quando um capitalista reuniu, no mesmo local, vários trabalhadores que ao mesmo tempo fabricavam a mesma classe de mercadorias. Isso acontecia como um sucedâneo do grêmio artesanal, distinguindo-se deste porque empregava maior número de operários, diferença quantitativa, de início. Posteriormente, modificações substantivas iriam processar-se alterando-se o próprio processo produtivo, através de jornada combinada. Outra origem da manufatura foi a reunião de trabalhadores que produziam mercadorias complementares (Cap. XII).

(31) Cf. Marx,K. El Capital, op. cit. p. 262.
O processo de cooperação é entendido como "forma de trabalho de muitos trabalhadores coordenados e reunidos com fins ao mesmo plano no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas relacionados". Ela é tanto soma de forças — quantitativamente — que resulta em mais energia de massa, quanto contato social estimulante, pois, como já dizia Aristóteles, o "homem é um animal social e político". Assim, doze operários trabalhando doze horas diárias produzirão muito mais em um dia que um homem isolado trabalhando doze horas diárias durante doze dias.
A cooperação pode assumir dois tipos básicos: pode fazer trabalhadores isolados executarem o mesmo trabalho simultâneamente ou trabalhadores individuais representarem diferentes fases do trabalho coletivo. No primeiro caso, trata-se de cooperação simples, realização do trabalho por manobras conjuntas, por operações análogas. No segundo, é a cooperação complexa, por divisão do trabalho, onde operações diferentes se somam. Em suma, a cooperação permite diminuir o tempo do trabalho e permite estender o raio de ação do trabalho no espaço. É indispensável para executar tarefas cujos prazos serão fixados pela natureza aumentando a produtividade na tosquia de ovelhas, colheitas, pesca. Também é indispensável para a extensão do trabalho no espaço, produzindo em menor tempo diques, estradas, canais, rodovias.

Em síntese, a aglomeração de operários, coordenados, agrupados em diferentes operações do trabalho, a concentração dos meios de produção e a economia de gastos inúteis, levam a maior produtividade (produzem-se maiores quantidades de valores de uso) e a cooperação aparece, assim, com força produtiva do trabalho social, força produtiva específica da jornada de trabalho combinada, onde o homem se sobrepõe a suas limitações e produz mais valores.

Mas a cooperação não é vista como um conceito formal, despido de seu conteúdo histórico. Marx trata das condições concretas em que se desenvolve a cooperação no capitalismo. Há condições prévias para o uso capitalista do processo em que trabalhadores cooperam(32).

A verdadeira natureza da cooperação capitalista está na direção despótica do capital. O trabalhador submete-se ao capitalista no início formalmente, obedecendo ordens e executando suas funções individualmente. Com a aglomeração dos trabalhadores, surge a necessidade de dirigi-los, coordenar o trabalho coletivo, como um maestro diante da orquestra, um general diante do batalhão. A subordinação do trabalhador passa a ser real, sob as funções de vigilância e controle. A coopera-

---

(32) a) é preciso que suas forças de trabalho tenham sido compradas pelo mesmo capitalista, simultaneamente (deve portanto esse capitalista reunir uma soma de capital variável, soma equivalente ao que pagará em salários para esses trabalhadores), ou seja, deve dispor dos meios de subsistência de muitos trabalhadores. Assim, o número de operários que cooperam depende da grandeza do capital variável de que dispõe cada capitalista;
b) o capitalista deve dispor dos meios de produção e matéria prima necessários ao emprego de muitos trabalhadores. Deve reunir, logo, capital constante. A segunda condição, pois, é que quanto maior a concentração dos meios de produção — grandeza do capital constante — mais intensa a cooperação.

ção capitalista é, pois, a transformação do processo de trabalho em processo social de valorização. Quando o trabalho se subordina ao capital, o processo realmente se modifica, e se caracteriza como cooperação complexa: forma típica do modo de produção capitalista.

A análise do processo de cooperação realizada por Marx trata do trabalho dentro da unidade de produção: da oficina manufatureira à grande indústria. No capítulo: Divisão do Trabalho e Manufatura, esboçam-se as formas clássicas de cooperação. O mecanismo de produção em que os homens são órgãos, peça do trabalhador coletivo, passa a ser a forma clássica da cooperação baseada na divisão de trabalho e surge historicamente da manufatura, que se originou de duas formas: ou da reunião de vários oficiais independentes sob a mesma direção ou da reunião de trabalhadores do mesmo ofício no mesmo local, coordenados pelo mesmo capitalista. O trabalho manual passou assim, a ser decomposto em diferentes fases que o integram e cada operário passou a assumir uma dessas partes. Surgiu a divisão do trabalho como uma forma de cooperação(33).

O trabalhador coletivo será, pois, o conjunto combinado, com certa precisão, regularidade e interdependência.

---

(33) Duas são as formas fundamentais da manufatura: a heterogênea, por composição mecânica e justaposição de partes independentes, como na fabricação de relógios ou a orgânica, por manipulação integrada da mesma matéria prima que irá passando por trabalhadores diferentes, como no fabrico de agulhas. Em ambos os casos, a unidade de manufatura é o trabalhador parcial e sua ferramenta: operário que desenvolve sua perícia no manejo dos instrumentos de produção e preparará condições para o posterior desenvolvimento da maquinaria. Contudo. o trabalhador coletivo, soma dos trabalhadores parciais, é estabelecido mediante a direção despótica do capital, regulado em sua proporcionalidade e surgem ramificações qualitativas. A contextura dependerá da divisão do trabalho.

A hierarquia entre as forças de trabalho passa a estabelecer-se, criando "peões" e especializados, com escalas diferentes de salários.

Importa notar também que a divisão de trabalho dentro da manufatura contrasta com a divisão de trabalho na sociedade. Ora, na sociedade, os produtores são tomados individualmente e concorrencialmente, são trabalhadores parciais, como por exemplo o boiadeiro, o sapateiro, trocando seus produtos como mercadorias (peles, couros, botas). Os meios de produção estão fracionados entre eles, existe arbitrariedade, predominando a lei do valor e da necessidade.

No interior da manufatura, a divisão de trabalho obedece à direção do capitalista que comprou a força de trabalho combinada. Cada trabalhador parcial não produz mercadoria, mas todos são necessários para a produção — é o trabalho social. Existe a concentração dos meios de produção, com proporcionalidade regulada.

Assim, na sociedade capitalista, há a <u>anarquia da produção social</u> e na manufatura, o <u>despotismo da divisão de trabalho</u>. Ambos se condicionam reciprocamente. A consciência burguesa reclama dos limites impostos pelo planejamento global, que poderá influir na concorrência, mas não reclama do controle exercido dentro da fábrica que elevará a produtividade e com ela a mais valia.

A manufatura teve um caráter capitalista, aumentando o Capital Constante e o Variável e trouxe o desenvolvimento de condições para a maquinaria e grande indústria.

> "O enriquecimento da força produtiva social do trabalhador coletivo, e portanto, do Capital, achava-se condicionado pelo empobreci-

> mento do trabalhador em suas forças produtivas individuais"(34).

Marx finaliza sua análise dizendo que com a organização do trabalho social, aumentando-se a produtividade através do método de criação da P relativa, surge o contexto ideal para determinada forma de consciência burguesa: aparece a Economia Política.

A cidade aparece, pois, como o local da produção capitalista, reunindo o Capital Constante e o Variável, a Força de Trabalho concentrada e suas condições de reprodução. Seria a síntese que abriga processos internos às unidades produtivas, a concorrência entre elas e processos "externos" a elas: o alojamento da força de trabalho e os meios necessários à sua reprodução.

O estágio do capitalismo monopolista veio alterar em parte essa descrição do quadro urbano contida nos capítulos citados de Marx. O Estado passa a intervir nesse contexto de forma mais direta, alterando as "condições gerais de produção, a "anarquia" da produção social". As classes sociais também se enfrentam a partir da vivência na cidade(a nível de produção e consumo) e reivindicam equipamentos e infraestrutura, requisitos urbanos necessários à sua reprodução. Em uma das óticas do pensamento marxista recente, essa especificidade urbana estaria na reprodução coletiva da força de trabalho(35) e na luta pelos meios de consumo coletivos(36) ou pelo ambiente construído(37). Aspectos que

(34) Cf. Marx,K., El Capital, op. cit., p. 294.
(35) Cf. Castells,Manuel - La Question Urbana. México, Siglo XXI,1977,4ª ed.
(36) Cf. Lojkine,Jean - O Estado Capitalista e a Questão Urbana. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1981.
(37) David Harvey - Justiça Social e a Cidade - São Paulo, Hucitec, 1980.

serão enfocados oportunamente.

A Cidade Capitalista, pela relação que estabelece entre os meios de consumo coletivo, os meios de circulação material com o espaço urbano, remete-nos aos conceitos marxistas de cooperação e divisão do trabalho, entendendo-os, porém, não apenas como associação de trabalhadores na unidade de produção mas como instrumento essencial do desenvolvimento da produção social.

O valor de uso do espaço social se explicita na discussão que Marx faz dos efeitos da cooperação: "a cooperação permite aumentar o espaço no qual o trabalho se estende" e por outro lado, desenvolvendo a escala da produção, "ela permite estreitar o espaço onde o processo de trabalho se executa"(38).

Ora, é a cooperação, assim, poderosa alavanca para produzir, instrumento tornado possível pela aglomeração dos trabalhadores que farão tarefas próximas, conectadas e pela concentração dos meios de produção. Essas condições existem dentro da oficina, mas também fora, na "anarquia" da produção social; é na cidade que irão manifestar-se (a dita aglomeração dos trabalhadores, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades). Em suma, a cidade é componente essencial para o capital aumentar a produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais da produção.

A cidade se insere, pois, em oposição ao campo,na base da divisão do trabalho na sociedade. O fenômeno,por is-

---

(38) Marx,K. - El Capital - op. cit, vol. I, cap. XI.

so, precedeu o capitalismo. Marx evita reduzir a relação entre urbanização e capitalismo a uma relação direta e unívoca. Mas no modo de produção capitalista, a urbanização, mais que simples fato demográfico (concentração da população em um território restrito) supõe um certo volume de população com certa densidade (determinada por redes das vias de comunicação) "que substitui a aglomeração na oficina"(39).

Trata-se de uma repartição espacial dos meios de produção, do capital e dos meios de consumo: "divisão territorial do trabalho que atribui certos ramos de produção a certos distritos de um país".

Mas não estende a analogia entre a cooperação dentro da oficina à da sociedade, pois entre elas há uma diferença de essência e não de grau. A direção despótica do capitalista traz a lei de ferro da proporcionalidade para determinado número de operários para funções determinadas dentro da oficina, enquanto o acaso e o arbitrário fariam jogo desordenado na distribuição dos produtores e meios de produção entre os diversos ramos do trabalho social.

Na empresa capitalista, a cooperação é planificada, mas na formação social capitalista, ela seria anárquica, resultado da concorrência entre produtores independentes de mercadorias. Contudo, marx evidencia que o capitalismo busca aumentar a produtividade do trabalho através da cidade: manufatura, fábricas, meios de comunicação e transporte, abrigo para a força de trabalho, meios de consumo coletivo.

---

(39) Cf. Marx,K. - El Capital - op. cit.

Movido pela contradição fundamental do modo de produção capitalista, o "urbano" resume a luta de classes; um verdadeiro desafio sociológico é descobrir o que se esconde sob os problemas da distribuição social e espacial desigual desses meios de consumo coletivo(40).

A divisão do trabalho no modo de produção capitalista apresenta-se de um lado, dentro da oficina (empresa) levando à cooperação. De outro, faz-se no mercado,onde, sem a racionalidade existente na empresa, há concorrência. O período monopolista afetou essa livre concorrência e trouxe uma forma especial de divisão do trabalho para as cidades e para a relação campo X cidade. A terra, grande laboratório, vai sendo devastada, modificada pela atividade social, sendo substituida cada vez mais por espaço construído.

A cidade, como a terra em que se apóia, é um "meio ambiente", um intermediário, uma mediação, um meio, o mais vasto dos demais, o mais importante... Embora não haja "modo de produção urbano", como não há "modo de produção agrário", a cidade, ou mais exatamente sua relação com o campo, veicula as modificações da produção fornecendo simultaneamente o receptáculo e a condição, o lugar e o meio.

> "Na cidade e pela cidade, a natureza cede o seu lugar à natureza segunda. A cidade percorre assim os modos de produção, processo que se inicia logo que a comuna urbana substitui a comunidade (tribal ou agrária) ligada de perto à terra. A cidade torna-se assim, o grande laboratório das forças sociais, em vez da terra,como se diz..."(41)

---

(40) Cf. Lojkine,J. - op. cit. 1981, pp. 122 e seguintes.

(41) Cf. Lefèbvre,Henri - O pensamento marxista e a cidade: Portugal - Ulissea Editores - 1972, p. 89.

Essa substituição da "naturalidade" para a "natureza social" faz-se mediante alterações da propriedade, produção e troca. Enquanto as forças produtivas e o poder social avançam sobre a natureza e crescem, este crescimento irá provocar um poder contrário que pesará sobre o trabalho — e os trabalhadores — em forma de opressão. E esse poder é a "economia política", o capital e a burguesia.

> "Ligada às forças produtivas e sendo ela mesma força produtiva, a cidade é a sede do econômico, e do seu monstruoso poder. Nela, no decurso da história (a sua) o valor de troca venceu lentamente o valor de uso; a história dessa luta ficou escrita nas muralhas das cidades, nos edifícios e nas ruas; delas as cidades guardam vestígios e dão testemunho.
> Do mesmo modo, a cidade é sede do poder político que garante o poder econômico do capital e protege a propriedade (empresa) dos meios de produção, domesticando-a pela proibição dos excessos e da violência. O Estado dispõe de muitos meios: o exército, a política, mas também a economia política e a ideologia(...). A cidade permite igualmente a luta política contra o poder político, agrupando as populações e concentrando com os meios de produção, as necessidades, as reivindicações, e as aspirações: nestes termos, contém uma contradição que não pode desaparecer, que poderá acentuar-se, mas que já não pode passar por central (motriz)" (42).

No capitalismo, as categorias econômicas são determinantes e dominantes. Os conflitos são resultantes das relações de produção. A burguesia faz que o valor de troca vença o valor de uso, e os bens são acumulados como mercadorias. A economia política é, pois, invenção da burguesia, sua condição, seu meio de ação, seu meio ideológico e científico. Desse modo, a cidade é palco para se desenvolverem as categorias econômicas, o salário e o capital, o sobreproduto e a produção, as classes sociais, e suas formas de enfrentamento.

---

(42) Cf. Lefèbvre, H. - op. cit., pp. 44 a 115.

> "Quanto maior é a cidade (a sua fábrica) maiores são as vantagens da aglomeração: trabalhadores, meios de comunicação (sistema viário, estradas, serviços urbanos, transportes de matérias primas, máquinas e técnicas, bolsa, mercado, bancos etc). Enquanto a concentração do capital se acelera, para o proletariado os costumes são destruídos e também 'as condições de vida dos velhos tempos'." (43)

Ao optar pela teoria marxista como forma de conhecimento, pretendemos a totalidade do processo social, abrangente, por ser capaz de captar inclusive suas oponentes (ideológicas, ditas racionais e científicas, burguesas) em sua origem e transformações. Permite chegar à essência da cidade capitalista, como síntese da atividade prática dos homens que molda o espaço urbano e é condicionada por ele (determinante/determinado, no dizer de Milton Santos[44]. A teoria marxista explica, e seu eixo prioriza temas mas não esquece o contexto estrutural e histórico.

1.5. Espaço urbano e cidadania

Se o termo espaço veio sendo tratado de formas diferentes ao longo do tempo (forma conceitual, meio ilimitado, continente, capacidade, sítio, lugar, grandeza física, como idéia ou como coisa), a depender de diversas posturas filosóficas, a questão urbana também tem merecido vários enfoques. A noção de espaço não tem recebido um tratamento unívoco, muito menos a de espaço urbano. Mesmo entre os geógrafos têm surgido muitas metáforas espaciais, mas a noção mesmo de espaço

---

(43) Cf. Engels, F. - A situação da classe trabalhadora na Inglaterra - Porto - Edições Afrontamento, 1975, pp. 53 e 54.

(44) Cf. Santos, Milton - Por uma geografia nova - SP, Hucitec, 1980.

tem permanecido como um tipo de "quebra-galho" sem forma, difícil de operacionalizar-se uma dada direção.

No entanto, Milton Santos[45] afirma que para definir o objeto da Geografia, é indispensável identificar o espaço como categoria fundamental — como este se apresenta enquanto produto histórico, interessando-nos primordialmente os fatos relativos à sua gênese, funcionamento e evolução. Para isso necessita do concurso de várias ciências, uma interdisciplinariedade. Ora, "o espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem através do seu trabalho"[46], assim o espaço humano surge como "ambiente construído"[47].

O espaço é geográfico e também social. Passou pelos conceitos de lugar, sistema, depois "perto" dentro de um sistema, presente e depois passado. Enfim, o espaço é um conjunto de formas do presente e do passado, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual, com evolução diferente. De acordo com a noção de relatividade (introduzida por Einstein), substitui-se o conceito de matéria por campo, supondo as relações entre matéria e energia.

O debate em torno do espaço envolveu oscilação entre o idealismo e o realismo. Berkeley, Croce, Bergson, Russel fizeram escola entre geógrafos como Hettner e Ratzel, dizendo que o espaço era uma forma de percepção. Em Hegel, também

---

(45) Por uma Geografia Nova - op. cit. p.117. Essa discussão é feita especialmente nos capítulos X, XI, XII e XIII, que serve de base a nossas colocações.

(46) Santos, M. op. cit., p. 119.

(47) A expressão é utilizada por David Harvey: "O Trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em Torno do Ambiente Construído nas Sociedades Capitalistas Avançadas". Ed. Mimeo, s/data, Trad. Flávio Villaça.

o espaço nada mais era que predicado do pensamento:

> "Nas bases geográficas de história, estão o clima, o solo, a localização... a natureza existe por ela mesma, mas depende da idéia para sua construção filosófica".

No entanto, se Kant e Campanella consideravam o espaço como "receptáculo": condição de possibilidade de fenômenos", há também posturas em que o espaço é apenas um reflexo da sociedade[48], ou "a cidade é a projeção da sociedade sobre o terreno". Esse debate entre - a) o espaço a priori e b) o espaço como reflexo da sociedade, reflete a consideração de que o espaço é um nível da sociedade, não dotado de qualquer autonomia, nem relativa.

Como vimos, o espaço não é um quadro neutro, vazio matemático, imenso; as noções de campo de força e sistema de relações introduzidas pela relatividade de Einstein repõem o problema em outros termos, porque essas forças e relações se dão fora do Indivíduo, independentemente de sua decisão pessoal.

Em outro extremo estão aqueles que consideram o espaço como fato social como diria E. Durkheim[49], como "coisa" em sua realidade objetiva, que se impõe ao Indivíduo. É preciso entender o espaço como natureza e construção, ou seja, como sua própria produção: o espaço é assim, natureza socializada, fato social como histórico: produto e produtor, determinante e determinado: fato, fator e instância.

---

(48) Cf. Henri Lefèbvre - O Direito à Cidade, SP, Ed. Documentos, 1969.

(49) E. Durkheim - As regras do Método Sociológico - C.E. Nacional, SP, 1970.

O espaço como fator: agente que reproduz e acentua as diferenças de ocupação e localização, reforçando a lógica do Capital (transporte, infraestrutura, economia de aglomeração e concentração). O espaço reforça a distribuição desigual (a terra não é um fator nulo). Segundo Engels, o espaço geográfico era um elemento de formação da sociedade, atuando na história[50], como prática influente ou inércia-dinâmica.

Cada sociedade, cada praxis social marca o espaço, resultando formas espaciais[51], ou rugosidades[52]: espaço construído, tempo histórico que se transformou em paisagem: "Assim, o espaço, espaço paisagem, é o testemunho de um momento de um modo de produção nestas suas manifestações concretas, o testemunho de um momento do mundo"[53].

O espaço é, então, forma durável, momento cristalizado e condição eficaz e viva da realização concreta dos modos de produção (que trazem as marcas do modo de produção anteriores). O homem trabalha sobre a herança ("fazem a história sob determinadas condições"[54].

Contudo, ao pensar a sociedade como totalidade, teóricos marxistas e burgueses têm esquecido o papel do espaço. Entre os marxistas muitos esquecem o espaço como instância social. Pensam a totalidade como o conjunto das forças produtivas, das relações sociais, das estruturas econômicas, jurídico-político-ideológicas, culturais etc. Quando surge tal categoria, aparece como "social-espacial", histórico-social.

---

(50) Santos,M. - op. cit. p. 136.
(51) Formas espaciais ecológicas, no dizer de Manuel Castells.
(52) Santos,M. - op. cit. p. 138.
(53) Cf. Milton Santos - op. cit. p. 138.
(54) Marx e Engels - La Ideologia Alemana - Ed. Pueblos Unidos, 1974 - "Feuerbach".

1.5.1. Críticas às teorias sobre o espaço

Entre as teorias que tratam do espaço, muitas são dotadas de concepções empiristas(55). Aqui se incluem os geógrafos que tratam do real "aos pedaços espacialmente delimitados" — regiões, países, "personalidades das regiões" etc. São tratados como dados da natureza e não produções da atividade social. A nova Geografia quantitativa anglosaxônica acaba por defender postura semelhante ao acreditar que a mensuração é fundamental para a questão do espaço. É o caso de Brian Berry e suas medidas de "rank-size", por exemplo.

Essa postura, como já apontado, pode coadunar-se ao positivismo que observa, constata e não se interroga o porque do fato. Citando G. Bachelard, Lipietz retoma a idéia de que primeiro é preciso refletir para depois medir (o vetor do conhecimento passa primeiro pelo racional e depois pelo real).

Outra postura empiricista é a da Economia Espacial (Losh, Von Thunen e W. Alonso) que apreende o espaço de dois modos: a) partindo de teorias econômicas gerais e desagregando objetos de estudos e subobjetos "regionais". O espaço econômico aparece aqui como o conjunto discreto de pontos (distância entre pontos), daí surgiu uma teoria da localização, muito usada em microeconomia; b) considerando o espaço euclidiano em duas dimensões, como bem em si mesmo, como superfície, que se consome, mas que não se produz. É o caso da ótica da renda na economia espacial de W. Alonso.

---

(55) A. Lipietz - Le Capital et son espace - op. cit., cap. 01.

De maneira geral, efetivamente, espaço discreto e espaço euclidiano são formas refinadas de mesma percepção empirista de um espaço homogêneo e isótropo, neutro,no qual se desenrolam os fatos econômicos. No primeiro caso, cada região se reduz a uma personalidade mensurável, como dado; no segundo caso, a teoria explica a materialização de um espaço único. Em suma, o espaço é continente (lugar das coisas) ou conteúdo (as coisas)?

A fraqueza destas idéias que apreendem o solo como bem caracterizado pela distância ao centro e sua superfície, está em que na realidade o que é pago é o direito de disposição em um espaço jurídico que se superpõe (articula) a uma divisão econômica e social do espaço. O espaço é o efeito concreto das articulações das múltiplas relações e práticas da esfera econômico-social(56).

---

(56) Toda realidade material existente tem uma dimensão espacial e temporal, é preciso captar categorias intelectuais de espaço e tempo para conferir às condições materiais (e toda relação social tem uma forma de existir material). O que deve ser criticada é justamente a concepção empirista que fez do espaço e tempo realidades neutras, dadas — essa concepção consegue fazer da história, da geografia ou da economia espacial a arte de extrair do dado temporal ou espacial os tais "pedaços escolhidos". Criticando a concepção empirista do espaço, Lipietz usa as observações de Althusser para a concepção empirista do tempo. Retoma Hegel nas características essenciais do tempo histórico: continuidade homogênea e contemporaneidade do presente histórico, que ensejam uma visão empirista do tempo e do espaço: espaço como contínuo homogêneo onde se inscrevem as coisas e espaço como totalidade (coespacialidade do espaço).
Ora, face à uma problemática marxista, necessariamente diferente da hegeliana, cabe perceber a existência de níveis diferentes, "instâncias articuladas na totalidade". A unidade estrutural é complexa e composta de determinações específicas. Cada nível (forças produtivas, relações de produção, superestrutura jurídico-política e ideológica) tem um tempo próprio. Por conseguinte um conceito materialista do espaço fundado em Althusser coloca-se como ligado ao de formação social que articula diferentes modos de produção (cada um com uma dinâmica própria) e dominância de um sobre outro. Um processo que conecta a lógica industrial e a lógica fundiária, as relações de mercado, as classes sociais, o Estado e tudo isso se expressa no espaço(mesmo que às vezes apenas metaforicamente). O espaço concreto se apresenta como reflexo da articulação das relações sociais. A sociedade recria seu espaço sobre a base do espaço concreto, já dado, herdado do passado. Essa é a forma pela qual se deva examinar a organização do território.

Contudo, há algum fundamento objetivo na concepção empirista do espaço: o espaço sócio-econômico é uma das dimensões do "ambiente construído", um momento da reprodução da sociedade, uma síntese do trabalho social, entendido como a soma de trabalhos privados. Aliás, essa contradição social/privado é encoberta por uma dupla ilusão: a da aparência do espaço social como autônomo diante dos espaços privados, como uma rede natural externa e o inverso, a aparência de que o espaço social é produzido pelos agentes individuais.

Coloca-se a seguinte questão: na resolução da contradição social/privado, existe uma lei de valor. No caso do espaço, existiria uma lei do valor? O espaço é produzido, é sujeito a uma genealogia. Poderia vir a ser considerado mercadoria? A contradição social/privado tem sido enfocada pela idéia de mercado, como "espaço de representação". Teorias de localização, superfície e como sistema têm abordado o espaço, sem resolver a citada contradição(57).

O "espaço como conteúdo de plano" é representação de um ideal, de um projeto de firma ou do Estado, envolvendo noção de prática, técnica, nem sempre científica. A crítica feita a Perroux é a de que esquece ser o espaço determinado pela articulação das forças sociais. Pensa que a firma matriz é que aglutina. Procura superar a contradição social/privado através da atribuição a certos espaços privados dos atributos do espaço social (espaço polarizado, conteúdo do plano).

---

(57) Enquanto teorias burguesas de localização, A.Lipietz, op. cit., cita o Espaço Localização.

1.5.2. Para uma teoria marxista sobre o espaço

Se a lei do valor regula a troca de mercadorias no capitalismo, a dimensão espacial deve ser considerada como também regulada por essa lei. Ela deve ser resolvida na contradição social/privado. De início, não existe lei do valor no espaço, pois, ela perturba como efeito externo (nem sempre produzido, mas dado da natureza). Não há no espaço o equivalente geral. O capital privado se faz capital coletivo quando se materializa. É justamente sua genealogia que explica as marcas no espaço (modos de produção anteriores) "rugosidades" no dizer de Milton Santos. Do ponto de vista da empresa privada, há lei do valor no espaço, através da localização que calcula preços da força de trabalho, terra etc. Por aí se impõe a lei através da qual o social se impõe ao privado. Assim, como a lei do valor passa por diferentes formas (concorrência, monopólio) também a relação da inscrição material no espaço e a genealogia do espaço social envolvem uma periodização.(58)

a) no estágio concorrencial; os capitalistas concorrem pelo preço do solo, tipo de habitação etc., pois pagam pelo uso do solo, o que torna a produção imobiliária rentável. O preço do solo construído se eleva pelo tipo de habitação que marca o espaço. O pagamento do solo torna impossível o uso do solo menos lucrativo. Assim, os mecanismos tributários são como operadores econômicos da divisão social do espaço, havendo certa analogia da lei do valor na troca concorrencial. Para os marxistas, a acumulação capitalista encontra no solo um elemento estranho - a propriedade jurídica que vem da fase anterior, perturbando o desenvolvimento capitalista concorrencial.

---

(58) A. Lipietz - op. cit.

b) no estágio monopolista, desloca-se a contradição social/privado para duas entidades: o Mercado e o Estado, que pairam acima dos agentes privados, fazendo cumprir as leis da Divisão do Trabalho e da Propriedade Privada. Ao nível econômico, as firmas monopolistas impõem novas normas (preços) em função do interesse privado. Isso se reflete no espaço através da produção de novos setores no quadro da produção: grandes conjuntos habitacionais, renovação urbana etc., revelando a importância do papel do Estado primordialmente. Muda a escala na produção social: internacionaliza-se o "ambiente construído". Na resolução do social/privado, empresa, mercado e Estado redefinem, pois, o seu papel, procurando modificar as marcas do estágio concorrencial, ou seja, apagar as determinações genealógicas. Programa-se, portanto, outro espaço, reprojetando-o (desapropriação, renovação, planejamento urbano). A apropriação extra capitalista do tributo fundiário (tributo fundiário endógeno) era determinada pelo nível de investimento do capitalismo. No estágio monopolista, surge o "tributo diferencial exógeno" custo do capital empreendedor cujo determinante é o cálculo interno do planejador, onde a alocação de recursos para o novo espaço produzido (grandes conjuntos, renovação maciça de zonas da cidade, zonas industriais e portuárias) depende da relação capital investido e benefício esperado. O preço pelo qual será vendida cada unidade desse espaço produzido (grande conjunto que por sua vez dependerá da infraestrutura etc.) dependerá da qualidade e da quantidade, incluindo a vizinhança, as condições do entorno etc., situação que um capitalista individual dificilmente conseguirá produzir por si só.

O planejador pode realizar uma "mais valia" do espaço (o Estado ajuda a acumulação, pois o capitalista privado cria o espaço social), podendo surgir perda, sublucro ou sobrelucro, dependendo da quantidade de capital investido e da quantidade de negócios realizados. Assim, o Estado evita a queda da taxa de lucro, socializa a produção e privatiza o lucro. O que o mercado não consegue resolver satisfatoriamente (a contradição social/privado) remete-se ao Estado que permanece sempre como uma representação ilusória de comunidade. "As razões que fazem que o espaço seja o continente da sociedade civil são as mesmas que fazem que o Estado apareça pairando sobre ela - 'Divisão de Trabalho e a Propriedade Privada'."(59)

1.5.2.1. A leitura estruturalista de Castells

. A cidade como estrutura subordinada ligada ao processo de Reprodução da Força de Trabalho

Ao enfocar a cidade, M.Castells(60) define o espaço como uma estrutura subordinada, expressão da estrutura social. Nesse caso, parece ser o espaço humano tomado em seu conjunto e não apenas o espaço urbano. Concebido assim, o espaço é reflexo da sociedade global e também forma determinante de outras estruturas sociais. Mas que é estrutura? É reprodução, recorrência, isto é, o espaço organizado pelo homem é,como as outras estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordi-

---

(59) Cf. A. Lipietz - op. cit., p. 134.

(60) La Question Urbana - Ed. Siglo XXI, 1977, Cap. 8, cujos pontos de vista serão enfocados especificamente.

nante, dispondo de certa autonomia, leis próprias de sua própria evolução.

Sendo a memória dos modos de produção do passado não pode ser apenas um reflexo do modo de produção atual, pois, sobrevive pelas suas formas e ao mesmo tempo condiciona o momento atual. Se o espaço é estrutura subordinada, não é exclusivamente econômico (marxismo vulgar) mas totalidade(61). Milton Santos prefere evocar o traço dialético das ações recíprocas, das "múltiplas determinações": efeito da política (do Estado), das relações sociais e culturais(62). Lembra esse Autor igualmente que a especificidade do espaço é sua inércia-dinâmica, que reproduz ativamente a realidade social e também, dimensão ativa no devir das sociedades. As formas espaciais são duráveis (ligadas a modos de produção precedentes) mas vivificados pelo processo social. É fixo, é relação, mercadoria dotada de indivisibilidade, manifestação local, mas plena do desenvolvimento desigual da sociedade.

O espaço é também história que se tornou estrutura. É suporte (fatos), com características particulares. Sua lógica específica é essa:

> "o espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos: ele envolve as coisas produzidas e compreende suas relações em sua consciência e simultaneidade:ordem (relativa) ou desordem (relativa). Ele é o resultado de uma série, de um conjunto de operações, e não pode ser reduzido a um simples objeto. Assim, nada tem de ficção, de irrealidade ou de 'idealidade' comparável à de um signo, de uma representação, de uma idéia, de um sonho. Efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou as proíbe". (63)

---

(61) Nos termos em que Marx colocou explicitamente em "Introdução" da Contribuição à Crítica da Economia Política(1857).

(62) M. Santos, 1980, op. cit.

(63) Henri Lefèbvre - apud M. Santos - op. cit. p. 152.

Com a expansão do modo capitalista de produção, a mercantilização universal se estende ao espaço. A universalização da economia, a internacionalização de produção e consumo, conduzem a uma nova noção de "habitat": o espaço social é mais que o conjunto dos "habitats", é o espaço social do Capital, das lutas políticas entre países soberanos e não soberanos, classes sociais e assim por diante.

Se a construção do espaço é obra da sociedade em sua marcha histórica ininterrupta (resultado da acumulação global da sociedade) não se deve esquecer que esta idéia abstrata mascara a desigualdade entre seus produtores: homens que se dividem em classes. Dessa forma, a apropriação e o uso do espaço também indicam a desigualdade entre os homens: surge o espaço mercadoria. Para desentranhar a verdadeira noção de espaço, desmistificando-a, é necessário levar em conta dois dados essenciais: a paisagem, lugar da reificação e funcionalização da estrutura tecnoprodutiva; de outro lado a formação social que anima o espaço ou, em outras palavras, ver homens e espaço não como valores de troca, não como símbolos. Essa é uma tarefa do cientista social(64).

Tratando especificamente do espaço urbano, M.Castells(65) diz que o espaço é a expressão concreta de cada conjunto histórico no qual uma sociedade se especifica. É um produto material em relação a outros elementos materiais; no espaço, elemento material indispensável à atividade humana, traço aliás tão evidente que chega a dificultar a percepção de sua especificidade enquanto categoria de análise das relações sociais, é uma grandeza física que, enquanto tal, nada nos diz de seu

(64) Santos,M. - op.cit. pp. 218 e seguintes.

(65) La Questión Urbana - op.cit., espec. caps. 8,9,10 e o "Posfácio".

papel na mediação da prática social. O espaço, e as condições geográficas só nos interessam enquanto "suporte de uma certa trama de relações sociais"(66), enquanto práticas sociais em um espaço - conjunturas históricas. Do ponto de vista social, só há, pois, o espaço-tempo: construído, trabalhado, praticado pelas relações sociais. O espaço, enquanto espaço físico, não determina; apenas o faz quando uma certa atividade social se expressa eficazmente numa certa forma espacial, pois os "sofrimentos do meio físico" são mediatizados pelas condições sociais. A esse respeito, a prática histórica concilia o "natural" e o "cultural" na determinação social.

A divisão social do espaço e o tipo das unidades só têm sentido dentro do modo de produção e da formação social: da instância determinante e dominante do capitalismo, no caso, o econômico. Essa dinâmica se faz sobre um fundo de formas historicamente cristalizadas do espaço(67).

Castells afirma que a problemática fundamental é a especificidade espacial dos processos de reprodução da força de trabalho e dos processos de reprodução dos meios de produção. Pensa que o capitalismo avançado, com uma estrutura econômica tão complexa, leva a organização espacial dos meios

---

(66) Castells - Posfácio, op cit., p. 14.

(67) Nesses termos, na produção capitalista tem-se uma organização do espaço especial para cada elemento do modo de produção:
1. para o processo de produção imediato (força de trabalho e reprodução de força de trabalho, meios de produção e sua reprodução)
2. para a gestão do processo de trabalho
3. Para o processo de circulação do capital
Estes dois últimos, no estágio do Capitalismo monopolista caracterizam-se por sua deslocalização, movimentando-se em escala mundial. Enquanto o espaço vai sendo tendencialmente eliminado, pois, o tempo passa a ser cada vez mais central no processo.

de produção em escala muito maior que no âmbito da empresa: as "economias externas", de aglomeração, como dizem os marginalistas, os recursos e técnicas se realizam no aparelho de produção (diferentemente em zonas residenciais) em termos de regiões. A questão regional, com efeito, tratada como desenvolvimento desigual das forças produtivas e organização dos meios de produção, tem essas bases econômicas segundo ritmo ligado aos interesses diferentes do capital.

Quanto à organização espacial da reprodução da força de trabalho, esta sim tem se caracterizado por aglomeração, no sentido estatístico comum do termo. Essas aglomerações não são unidades produtivas, nem institucionais, nem ideológicas. O que caracteriza uma unidade urbana, segundo Castells, é uma certa unidade residencial - conjunto de habitações e os "serviços" correspondentes. Não é uma unidade produtiva, mas sim, um espaço com especificidade em termos da vida cotidiana que consiste no processo de reprodução da força de trabalho. Para entender esse processo é importante distinguir entre o consumo coletivo e o consumo individual. Ambos são articulados na prática, mas o consumo coletivo estrutura com sua lógica o conjunto do consumo-reprodução da força de trabalho e reprodução das relações sociais. Assim, a noção do urbano conota-se enquanto reprodução coletiva de força de trabalho (objetivamente socializada) no modo de produção capitalista. A cidade é, pois, "conotação genérica de unidades urbanas"(68).

---

(68) Efetivamente, é do ângulo do consumo coletivo e da reprodução da força de trabalho que Castells relativiza a dicotomia rural-urbano como uma "camisa-de-força" estreita demais para captar grande variedade de formas espaciais (aldeia, burgo, cidade média, metrópole etc.) diversidade essa que se explica não por termos tipológicos ou descritivos mas pelo seu desempenho no seio do referido processo de consumo co-

.../

Precisa ainda Castells voltar sua atenção sobre a especificidade social do processo de reprodução da força de trabalho e das unidades urbanas que dele resultam porque a análise dos componentes espaciais aí envolvidos explica o "centro urbano". Fundamentalmente: o processo de reprodução da força de trabalho tem uma certa especificidade — depende do conjunto da estrutura social, da articulação das instâncias econômicas, políticas e ideológicas. Mais ainda, é estruturado ele mesmo (como todo processo social) por uma combinação específica, organizada pela contradição principal entre as classes, elementos fundamentais da estrutura social. <u>É esta estruturação interna do processo de reprodução coletiva da força de trabalho que chama de "estrutura urbana"</u>(69).

Não se trata de combinações formais de elementos estruturais, mas de articulações históricas determinadas, especificando-se de formas próprias a contradição capital e trabalho (da luta de classes) e outras contradições daí resultantes.

Essa perspectiva evitará análises culturalistas do urbano, geográfico-deterministas, e centrar-se-á na espe-

---

.../ (68) cont.
letivo. Essa contradição rural/urbano, na fase do capitalismo monopolista não se coloca mais como tradicionalmente, pois os espaços de produção e consumo estão imbricados pelo desenvolvimento muito desigual e combinado: apenas se definindo espacialmente em função da divisão social ou técnica do trabalho. Retomando Marx e Engels em "A Ideologia Alemã", Castells coloca a contradição campo X cidade como forma histórica do desenvolvimento da divisão do trabalho manual - intelectual. Castells - Posfácio, op. cit. p. 18.

(69) Castells, M. - "Posfácio" - op. cit. p. 21 (grifos nossos). Nota-se muito a influência de L. Althusser sobre Castells na compreensão da totalidade social enquanto estruturas.

cificidade do urbano[70].

No entanto, a crítica de Castells não é suficientemente ampla para abordar todos os aspectos da literatura urbana. Falta-lhe também precisar a natureza de sua crítica: centra-se na construção do objeto teórico (o urbano). Sua teoria urbana detém-se em um tema — hipótese central (ou de trabalho, como no Posfácio): a reprodução coletiva da força de trabalho. "Nas sociedades capitalistas o processo estruturante do espaço é aquele relativo à reprodução simples e ampliada da força de trabalho".

Tentando estabelecer os laços entre conceituação teórica e entendimento ideológico das práticas do consumo coletivo, Castells discute quatro temas: estrutura urbana, planejamento urbano, movimentos sociais urbanos e processo urbano[71].

---

(70) Essa maneira de enfocar o espaço urbano feita por Castells em seu Posfácio (1975) procurou precisar e reajustar algumas das colocações feitas inicialmente em seu "La Questión Urbana" (1972). Nesta obra tentara realizar uma crítica das teorias urbanas existentes até então, questionando mesmo a existência de uma "sociologia específica" e chamando-as de "as ideologias sobre o urbano". Propunha ali uma análise marxista do urbano. Castells procura pensar as características específicas do "espaço urbano". "Estou tentanto enfatizar a necessidade de construir, seja teoricamente ou ideologicamente, qualquer objeto de análise". Rejeita assim o "urbano" inespecífico como consta das teorias anteriores, e dirige a atenção para o processo capitalista de urbanização. Destrói os mitos da "cultura urbana", da determinação ambiental, da ideologia que vê no urbano a "modernidade", e o progresso tecnológico. Critica também a "política urbana" e a "esquerda". Castells, M. - La Questión Urbana - 1977 - cap. 9 - "Os elementos da estrutura espacial".

(71) Considerado o lado mais frágil de sua análise, a estrutura urbana é concebida como descrição de objetos empíricos em três níveis: o econômico, o institucional e o simbólico. Por sua vez, o econômico está subdividido na produção (localização industrial), consumo (habitação, segregação urbana, meio ambiente) e troca (transporte). São elementos do espaço urbano: produção (indústria, oficina): consumo (habitações, equipamentos coletivos), troca (circulação, comércio), gestão (regulação, gestão monopolista, urbana). Segundo seus críticos, Castells acaba caindo naquilo que refutara: a descrição empírica pura e simples. Descreve a localização industrial como derivada da dimensão tecnológica, econômica e a posição relativa em face de outras firmas, baseando-se no caso de Paris e não desenvolvendo um rigoroso raciocínio teórico.

Apesar de outras limitações imputadas ao livro, há aspectos relevantes, sobretudo sobre a natureza conjuntural das contradições urbanas. Sem precisar os efeitos conjunturais ao separá-los dos outros de natureza mais sistemática, Castells parece ter eliminado de cena as contradições, as dialéticas, presentes quer no planejamento urbano, quer nos movimentos sociais. Fala nessas contradições apenas como "sobredeterminação" — conceito ainda de pouca utilidade teórica.

No seu Posfácio, como vimos, revê algumas categorias utilizadas, enfatiza que seu formalismo não foi muito útil e que sua discussão de estrutura urbana é frágil e estática. Em outros termos, Castells agora coloca: "mais história e menos formalismo conceptual"(72).

Ora, dentre todas as teorizações feitas sobre o "urbano", o trabalho de Castells é dos que têm maiores pretensões. Partindo dos mesmos pressupostos de outros estudiosos, tais como desvendar o(s) processo(s) pelo qual o urbano se estrutura, Castells foi um dos primeiros a colocar o problema na categoria de científico, pois "A Questão Urbana"

---

(72) Comenta "a cidade é mais que unidade de consumo: é composta por grande diversidade de práticas e funções". Contudo, a questão urbana, a seu ver, refere-se principalmente a uma reflexão ideológica sobre o processo de reprodução coletiva de força de trabalho. Ao analisar o espaço de consumo, embora ciente de que este não pode ser desvinculado do processo de produção, propõe relacioná-lo ao processo de reprodução coletiva. Leva em consideração quatro aspectos: a) o consumo coletivo caracteriza o urbano nas sociedades capitalistas avançadas; b) a especificidade dos centros urbanos origina-se basicamente de seu caráter reprodutivo; c) esta característica reprodutiva é importante para distinguir a análise urbana de outra qualquer sobre o espaço; d) o processo "urbano" de reprodução de força de trabalho é "relativamente autonômo" e articula, de forma estruturada, os níveis econômico-políticos e ideológicos do modo de produção.
Castells,M. - A Questão Urbana, op. cit.

procurava o estabelecimento de critérios de garantia da validade enquanto ciência desse objeto em estudo.

Contudo, sua proposta deve ser analisada levando-se em conta o seu caráter político. Castells apontara um certo mascaramento ideológico nos outros estudos sobre o assunto (principalmente os de linha positivista e neopositivista). Sua tarefa foi política pois, quer pelo desmantelamento do arcabouço sustentado pelos intelectuais a serviço da classe dominante, como também pelo resgate da questão urbana no universo da contradição no qual se insere. Essas duas funções de seu trabalho, justificam por um lado o seu tamanho e,por outro, a crença na sua capacidade transformadora.

Entendendo o urbano como produto social, o eixo central da análise de cada situação concreta deriva da sua inserção no processo político:

> "as relações de poder definem-se como relações entre classes sociais e estas como lugares contraditórios definidos no conjunto da estrutura social, concebendo o poder como a capacidade de uma classe ou fração de classe, de realizar seus interesses objetivos,o que, evidentemente, se faz pela exploração"(73)

Adotando a tese da luta de classes como motor da história, compreende o urbano como lugar privilegiado onde esta se desenrola, pois é determinada pelas instâncias sócio-políticas-econômicas. Assim, o fato do urbano ser produto social, torna a compreensão do seu fundamental papel no capitalismo condição essencial para a "criação de uma <u>política justa</u>.(74)

---

(73) Castells,M., op. cit. p.290, citando definição de Nicos Poulantzas.
(74) Castells,M. op. cit., p.472 (grifos nossos).

O conceito de sistema urbano responde à necessidade de se aprofundar os elementos da estrutura urbana e suas relações entre si, nas suas articulações com o conjunto da estrutura social.

> "Entende-se por sistema urbano a articulação específica de uma estrutura social no interior de uma unidade (espacial) de reprodução de força de trabalho". (75)

Especifica os elementos de estrutura espacial, tanto do sistema econômico (produção e consumo) e do sistema simbólico (o ideológico).

Desdobrando cada ponto, pretende, além de aprofundar a análise, encontrar referências na realidade empírica que forneçam evidências para a teoria formulada. Essa análise dos processos entre si e em si, chegou quase a um sistema "fechado" e que serve de base para o estabelecimento de práticas sociais, situações históricas concretas, e para o estabelecimento de leis. Se esta construção lhe permite pensar situações sociais, por outro lado não favorece captar o processo social que as produziu. Exige-se daí a introdução da análise sobre os agentes sociais capazes de conferir a dinâmica contraditória da luta de classes dentro deste quadro. A análise da estrutura do espaço prepara e exige, pois,o estudo da política urbana, outra etapa fundamental do trabalho de Castells.

---

(75) Castells,M. - op. cit., p. 280.

1.5.2.1.1 O Urbano e a Política

Para Castells, "o coração da análise sociológica da questão urbana está no estudo da articulação específica dos processos designados como 'urbanos' com o campo da luta de classes e, por conseguinte, com a intervenção da instância política (aparatos do Estado) objeto e centro da luta de classes"(76).

Na medida em que os problemas urbanos se apresentam como problemas políticos, emerge a necessidade de um estudo da política urbana, tanto para dimensionar a questão social quanto captar a evolução histórica das sociedades capitalistas avançadas(77).

O estudo da política urbana se decompõe em dois campos analíticos totalmente ligados: o planejamento urbano e os movimentos sociais urbanos.

1. Planejamento urbano - "entende-se como a intervenção do político sobre a articulação específica das diferentes instâncias de uma formação social no seio de uma unidade coletiva de reprodução de força de trabalho, e isto, com a finalidade de assegurar sua reprodução ampliada, de regular as contradições não-antagônicas suscitadas e de reprimir as

---

(76) Castells,M. - op. cit. p. 292.

(77) Para a delimitação do campo teórico da política urbana, o autor situa três especificidades teóricas:
- o político - instância pela qual uma sociedade trata as suas contradições imanentes, e amplia suas leis estruturais buscando os interesses da classe dominante;
- a política - sistema de relações de poder;
- o urbano - já definido anteriormente como produto social, e explicado no seu nexo com o processo de reprodução da força de trabalho.

contradições antagônicas. Assegurando assim os interesses da classe social dominante no conjunto da formação social e a reorganização do sistema urbano, de modo que se dê a reprodução estrutural do modo de produção dominante"(78).

2. Movimento social - "entende-se como um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, simultaneamente pela inserção dos agentes-suportes na estrutura urbana e na estrutura social, de natureza tal que seu desenvolvimento tenda objetivamente, no sentido da transformação estrutural do sistema urbano ou no sentido da uma modificação substancial da correlação de forças na luta de classes, ou seja, em última instância, no poder do Estado"(79).

A partir desse quadro, definirá em detalhe cada tipo de prática urbana. A classificação assim hierarquizada, ou seja, da estrutura do geral à estrutura do particular, lhe permite a criação de um novo sistema onde cada prática é proveniente de cada unidade e a combinação entre elas é compatível ao jogo possível das forças da luta de classes(80).

---

(78) Castells,M. - op. cit. p. 479.

(79) Idem, ibidem.

(80) Ao delimitar o Sistema de Determinações de Práticas Urbanas,pois, o autor parte do princípio que: "todo problema urbano está definido estruturalmente pelo lugar que ocupa na conjuntura de um sistema urbano dado. Além de seu lugar no sistema urbano, o 'problema' se define simultaneamente:
- por seu lugar na estrutura social geral - principalmente no processo de produção, no ideológico (em particular nos aparelhos de Estado) e no político-jurídico.
- por seu lugar na organização social (que é definida como formas sociais historicamente dadas, que resultam da articulação específica das estruturas e práticas sobre um campo do real: são os efeitos da conjuntura) e principalmente seu tratamento pelos:
a) sistema de distribuição do produto entre os agentes-suportes.
b) sistema organizativo (comunicações)
c) formas materiais (físicas) do campo tratado.

Admite que os vínculos entre estes diferentes sistemas e os diferentes problemas não são estabelecidos por uma relação estrutural e sim pela mediação dos "seres-sociais"(81) (homens definidos pelas condições socialmente dadas). Estes "seres-sociais" devem também ser definidos de maneira específica ao sistema urbano, vinculados aos lugares que ocupam nas outras instâncias da estrutura social. Daí Castells definir um sistema de agentes urbanos por apropriação diferencial dos lugares em cada elemento do sistema urbano(82), e os articular com os lugares definidos nas outras instâncias e com as práticas sociais que incidem sobre diferentes campos específicos dos problemas urbanos.

A "novidade" de seu trabalho, portanto, está na emergência do campo teórico da política urbana para que desmistificasse as ideologias vigentes.

Toda a investigação de Castells está permeada de um circuito mecânico: a busca de uma estrutura cristalizada para a explicação da realidade, crendo ser viável inteligi-la através do congelamento de seu movimento. Duplamente contraditório quando toma como ponto de apoio e justificativa teórica, a dialética da luta de classes. A influência althusseriana se faz sentir aí, explícita.

Na "Advertência Final", onde o autor se retrata de seus erros e ajuda a crítica ao exercê-la sobre si próprio, há porém, pontos questionáveis, que, por dizerem respeito ao seu objeto e seu procedimento, ganhariam em conteúdo se comparados a outros autores simultaneamente.

---

(81) No texto: actores-soportes

(82) O que sem dúvida, elimina o caráter de autonomia que porventura pudessem possuir.

Feldmann[83] formula críticas quanto a esses aspectos, como se Castells tivesse caído em sua própria armadilha. Identifica a ideologia num determinado momento do processo de produção/reprodução e nela caiu, teoricamente. Ora, a instância ideológica é abstrata, só existe dentro de práticas históricas específicas. O mesmo acontece com o espaço: "abstração livre a não ser que esteja situada dentro de uma configuração histórica". Como rotular o urbano como sendo uma ideologia se ambos os termos se referem a produtos históricos particulares? Se a especificidade do urbano, assim como a do ideológico, está delimitada pelo modo de produção, Castells só poderá validar sua hipótese de trabalho quando mostrar que o modo capitalista de produção é necessariamente um eixo cotidiano de práticas ligadas à reprodução da força de trabalho e à sua apreensão ideológica como problemas "urbanos".

Se realizar essa tarefa, ainda deve procurar os matizes dessa "esfera ideológica", como surgiu (ainda que admitamo-la como instância autônoma) mas sobretudo em suas relações dialéticas com a produção e a reprodução[84].

---

(83) M. Feldmann - "Uma resenha crítica da Questão Urbana de Castells" in Revista Espaço e Debates nº 01, SP, Cortez Editores, 1981.

(84) Feldmann diz: (...) "se admitirmos: 1) A produção capitalista supõe inicialmente, o 'livre' trabalhador assalariado e como tal, certa autonomia de consumo; 2) A mercadoria, como valor em contínua expansão penetra em todos os níveis do consumo; 3) que existe uma relação entre tecnologia da produção, luta de classes e forma do produto; 4) a produção determina o volume de valores a serem consumidos; 5) a distribuição do produto entre as classes estabelece a parte correspondente na divisão social do consumo; 6) há necessidades determinadas objetivamente para medir a natureza da força de trabalho, que restringem as formas de sua reprodução; 7) os diferentes movimentos das classes e frações dentro da produção (rotatividade, desemprego etc.) estabelecem complexos movimentos na esfera do consumo - nada disso 'precisa necessariamente' passar-se no 'urbano', embora historicamente esse processo tenha acontecido através da cidade.

Em outras palavras, é preciso demonstrar que "a ideologia urbana" é a face necessária (insubstituível) da reprodução.

> "No meu ponto de vista o 'urbano' é constituído pelo movimento contraditório dos momentos de socialização do processo de trabalho e da realização da mais-valia na forma do espaço construído — estes vínculos inexoravelmente aos ciclos e estágios de acumulação". (85)

A análise de Castells é a de que sua abordagem do consumo coletivo equacionaria problemas que vêm chamando a atenção de muitos especialistas:

1) A concentração da população em aglomerações cada vez mais gigantescas seria explicada como a socialização objetiva da reprodução da força de trabalho, concentração dos meios de consumo em seguida à concentração e centralização dos meios de produção e sua gestão.

2) A intervenção maciça do Estado na produção e distribuição dos equipamentos coletivos no arranjo urbano como intervenção necessária e permanente para atenuar a rentabilidade diferencial dos setores de produção dos meios de consumo é assegurar o funcionamento de um processo cada vez mais complexo.

3) Os novos conflitos sociais nas suas formas urbanas como reivindicação das classes dominadas no que se refere mais e mais ao "salário indireto" na medida em que ele toma um lugar maior no seu processo de reprodução simples e ampliada.

---

(85) Feldmann,M. - op. cit., pp. 53/54.

4) O desenvolvimento acelerado dos "discursos sobre o urbano", da "tomada de consciência sobre esses problemas", especialmente pelos aparelhos institucionais oficiais, como o tratamento desses problemas pela "ideologia dominante", descaracterizando-os, naturalizando-os.

Coloca Castells: a cidade é palco de luta de classes que se expressa em movimentos sociais urbanos. Parafraseando Jordi Borja:

> "(...) a análise dialética concebe toda a estrutura como uma realidade contraditória em mudança contínua. Essas contradições objetivas suscitam conflitos sociais que aparecem como agentes imediatos de mudança. Não há estruturas que não sejam outra coisa senão um conjunto de relações sociais contraditórias e conflituais, mais ou menos cristalizados, mas sempre em processo de mudança.E não existem movimentos urbanos, dos quais participem todas as classes sociais em graus diferentes, que não se situem no interior de estruturas, exprimindo-as e modificando-as de forma constante".

Em outras palavras, todas as mudanças qualitativas na estrutura urbana passam-se mediante diferentes articulações de movimentos urbanos e movimentos de classe operária em lutas políticas de classe.

Nas sociedades capitalistas, sobretudo as avançadas, as contradições urbanas tornam-se cada vez mais questões políticas centrais. Essa tendência histórica parece ter provocado interpretações divergentes: para Lefèbvre, por exemplo, essas contradições relativas ao "quadro de vida" são um novo eixo dos antagonismos e substituem a oposição entre capital e trabalho. Para outros, essas contradições urbanas são apenas uma expressão, entre outras, de lutas de classe.

Castells posiciona-se, nesse sentido, declarando

que as contradições urbanas são formas novas do conflito de classes: não repousam sobre uma contradição direta entre burguesia e classe operária, mas entre os interesses particulares da burguesia e os interesses do conjunto das classes dominadas, classes essas que sofrem cotidianamente em uma cidade organizada pela lógica do capital.

Além disso, há aspectos políticos nas contradições urbanas, pois o Estado será chamado a intervir direta ou indiretamente sobre a produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo.

Com o desenvolvimento do capitalismo, já no seu estágio monopolista, a reprodução de força de trabalho ganha cada vez maior importância. A concentração do capital engendrou a dos meios de produção e gestão, o que determinou a concentração da força de trabalho. Consequentemente, a socialização objetiva de seu processo de reprodução como vem ocorrendo principalmente nas metrópoles exigem mais desenvolvimento dos meios de consumo coletivo.

Esses meios devem estar organizados para o crescimento do consumo do mercado individual, também. O estímulo ao consumo desempenha papel fundamental na circulação do capital: publicidade, mecanismos de créditos, sistemas de comunicação e viário. E aí o Estado deve intervir para tornar possível essa circulação.

Ademais, a evolução das forças produtivas aumenta o papel da força de trabalho no processo de produção do valor, e por isso, todo o sistema depende da reprodução desta força de trabalho — o que reforça o papel dos meios coletivos nessa reprodução.

Sobretudo o desenvolvimento das lutas de classes e movimentos operários, vêm revelando que a socialização do consumo trouxe consigo a organização e mobilização crescentes das massas populares que reivindicam meios de consumo coletivo aos aparelhos de Estado encarregados de sua gestão, especialmente no nível municipal.

Ora, esta progressão de importância dos meios de consumo coletivo no orçamento das famílias operárias (salário indireto) entra em contradição com o caráter capitalista da produção e gestão desses meios. É um fato histórico que esses meios não são geralmente rentáveis numa produção capitalista (a taxa de lucro do capital investido em sua produção é inferior à taxa média, sempre que o Estado não tenha criado condições de rentabilidade). Assim é que o Estado tem procurado intervir (como por exemplo na habitação popular no Brasil, via SFH, procurando torná-la mercadoria rentável, atuando sobre a demanda tornando-a solvável) para superar essa contradição[86]. Irá procurar agir direta (ações orçamentárias e administrativas) e indiretamente (procurará agir nos mecanismos econômicos sociais que atuam sobre a reprodução da força de trabalho). Assim, premido de um lado pela necessidade que o capital tem de reprodução da força de trabalho e dos meios de consumo coletivo para tal, e de outro, pelas exigências das próprias massas populares, o Estado passa a comportar além das funções políticas tradicionais (militares, administrativas, políticas) as "novas": meios coletivos de consumo: habitação, urbanização, educação e cultura, transportes etc.

---

(86) Cf. Maura Véras - A vida em conjunto, um estudo da política de habitação popular - dissertação de mestrado apresentada a PUCSP, SP, 1980.

Essa intervenção acaba por politizar o conjunto das contradições urbanas — transforma o Estado naquele que ordena os equipamentos da vida cotidiana, globaliza e politiza os conflitos dessa ordem. Portanto, apesar de pretender-se regulador, o Estado torna-se nova fonte de contradições e conflitos. "Assim, exprime e ao mesmo tempo acelera a crise do Estado capitalista"(87).

A crise urbana característica do capitalismo é, pois, a incapacidade do capital de tornar rentáveis os meios de reprodução de força de trabalho (requerido tanto pelo processo de produção quanto pelas reivindicações dos trabalhadores) e do Estado em realizar uma intervenção sobre os efeitos dessa crise urbana. O Estado capitalista tem se revelado ineficaz em assumir o domínio do conjunto das funções necessárias à reprodução desse sistema.

O Estado é um "aparelho" que resulta da cristalização da hegemonia das classes dominantes (embora atravessado pelas lutas de classes ao longo da história) e executa funções necessárias à reprodução da ordem existente, numa dialética dupla com relação às classes dominadas e dominantes (garantindo os interesses destas, reprimindo, integrando ou manipulando ideologicamente aquelas). No domínio da socialização dos meios de consumo, porém, sem conseguir que sua gestão seja coletiva, o Estado se torna vulnerável. E torna-se vulnerável, não só para as classes de menor renda, como para mais amplas faixas da população atingida pelas carências urbanas (a pequena burguesia, por exemplo) que se somarão para reivindicar. E o urbano será o palco de "novas lutas", aprofundando a crise do Estado capitalista.

---

(87) Castells,M. - op. cit., p.167.

1.5.2.2. Cidade como espaço dos meios de consumo coletivo

Com posição semelhante a Castells, Jean Lojkine[88] vem colocar a cidade como refletindo uma nova modalidade do conflito de classes.

A produção do espaço é obra coletiva, resultado do trabalho de muitos, mas o consumo é mediatizado pelo papel das classes sociais.

Assim, no circuito "produção, realização e repartição da mais-valia", a "cidade" absorve uma parte do capital na sua construção. É nesse solo, repartindo desigualmente, que vão alojar-se os trabalhadores, submetidos aos meios de consumo coletivo. O investimento utilizado na construção da cidade procura a ampliação do capital, age adquirindo meios de produção. Por analogia, assim como a máquina utilizada pelo capitalista industrial para ajudar a produção da mais-valia será sempre do proprietário (capital constante) a cidade também "pertence" aos investidores e não aos que a construiram, os trabalhadores.

Também a cidade é fundamental para a "realização" da mais-valia, pois exige um mercado, um sistema de créditos e descontos, enfim um palco para o dinheiro desempenhar seu papel de circulação de meios de pagamento, mercadorias, valores de troca enfim. É importante completar o circuito da

---

(88) Jean Lojkine - O Estado Capitalista e a Questão Urbana, SP, Livraria Martins Fontes, 1981; "Análise Marxista do Estado" in Revista Espaço e Debates, nº 01, SP, Cortez Ed., 1981; "O papel do Estado na Urbanização Capitalista" in Reginaldo Forti (org.) - Marxismo e Urbanismo Capitalista, São Paulo, Livraria C. Humanas, 1979.

circulação, para que o dinheiro volte ao capitalista, como capital. É nesse grau de desenvolvimento (afastados da natureza) que o capital domina a mercadoria. Mas em volta da grande empresa industrial gravita uma multidão de pequenas empresas dependentes (pequena e média indústria, artesanatos, manufaturas) satelitizadas, e é também aí que se concentram os "serviços"(89).

Isso sem esquecer dos "aparelhos" administrativos e políticos, burocracias, os dirigentes, a burguesia e seus "séquitos". A cidade abriga pois a força de trabalho, o poder capitalista e o Estado. É neste quadro que se opera a repartição dos recursos da sociedade. No urbano se dá também, a repartição da mais-valia. Do ponto de vista econômico, cada capitalista recebe a sua parte da mais-valia proporcionalmente ao capital que empregou (globalmente a taxa média de lucro é dependente da composição orgânica média dos capitais. No plano político, o Estado retira uma parte da mais-valia para pagar os gastos gerais com a sociedade. Pelo sistema de contribuições e impostos, verbas colossais destinam-se a manter a burocracia de Estado (repressiva e ideológica) que se reproduz assegurando a reprodução das condições de produção. O Estado administra também as "necessidades sociais" — as dos trabalhadores, das minorias (velhos, mulheres, crianças) e as da cidade especificamente.

Na segunda metade do século XX, estas necessidades passam a revelar-se sob a ótica dos "equipamentos coletivos", zoneamento do território, higiene pública etc. Cabe lembrar aqui que a cidade influi nas condições de vida da população: a própria organização do espaço urbano, da infraestrutu-

---

(89) Maura Véras - op. cit.

ra e dos "serviços" determina a qualidade de vida. Na reprodução da força de trabalho, esta tem de consumir, e esse consumo pode dividir-se em individual (aqueles bens e serviços comprados individualmente, como os alimentos,roupas, móveis, casas, atendimento médico, beleza) e que depende do dinheiro que haja recebido em forma de salário.

Há porém serviços que são de uso coletivo, mas aos quais o acesso é individual e para aqueles que possam pagá-los (e são organizados geralmente para estes): a chamada infraestrutura urbana, água, esgoto, eletricidade e os transportes coletivos, certas formas de lazer e divertimentos públicos.

Há também uma série de bens e serviços cujo custo recai sobre a coletividade de pagantes de impostos: abertura de ruas, parques e praças, coleta de lixo, iluminação pública etc. O acesso a esses serviços se faz desigualmente pela valorização imobiliária, pois os terrenos e moradias melhor servidos são mais caros, causando assim a distribuição espacial da população. Pode-se falar, talvez, numa renda fundiária urbana pois o solo urbano, uma vez que há trabalho nele cristalizado (renda diferencial) desde a densidade de ocupação à infra e superestrutura urbanas, se reparte desigualmente[90].

---

(90) Consulte-se a esse respeito Christian Topalov: "Análise do Ciclo de Reprodução do Capital Investido na Produção da Indústria de Construção Civil" e Jean Lojkine: "Existe uma renda fundiária urbana?". "Marxismo e Urbanismo Capitalista" - São Paulo, 1979 - Livraria Editorial Ciências Humanas e Henri Lefèbvre - "O pensamento marxista e a cidade" - Povoa de Varzim, Editora Ulissea, 1972.

Assim, o custo da reprodução da força de trabalho também se mercantiliza e industrializa, ou seja, passa a ter componentes cada vez mais urbanos:

> "(...) o transporte, por exemplo, não pode ser resolvido pelo trabalhador senão pelos meios industrializados e mercantilizados que a sociedade oferece, e energia elétrica que ele e sua família utilizam também não comporta soluções 'primitivas' a educação, a saúde, enfim, todos os componentes do custo de reprodução se institucionalizam, se transformam em mercadorias: o consumo de certos produtos também passa, necessariamente, pelo mercado (...): as condições concretas do sistema capitalista, para não falar em direitos, tanto as classes médias como as classes trabalhadoras têm 'necessidade' de consumir e de utilizar os novos meios técnicos, culturais, para a sua reprodução; a este respeito as diferenças existentes são diferenças de renda..."(91)

A cidade, pois, inserida na produção capitalista, é inserida como espaço de consumo, mas também, elemento chave para entender as relações de produção, pois alterou as "condições gerais da produção"(92).

A cidade capitalista se caracteriza, de um lado, pela concentração crescente dos meios de "consumo coletivo" que aos poucos vão fazendo surgir uma "civilização urbana" e, de outro, pela aglomeração do conjunto dos meios de produção (do capital e da força de trabalho), o que é condição fundamental para o desenvolvimento econômico(93).

---

(91) Cf. Francisco de Oliveira - "A economia brasileira - crítica à razão dualista" - Seleções CEBRAP - vol. I - S.Paulo, 1977. p. 46.

(92) Marx,K. - El Capital, op. cit.

(93) Escoramo-nos nessa discussão em Jean Lojkine - "O papel do Estado na urbanização capitalista" in Marxismo e urbanismo Capitalista - op. cit. 1979.

Nesse sentido, os meios de consumo coletivos aparecem como condições gerais indiretas da produção, na medida em que favorecem ou influem, pelo menos, na produtividade do trabalho (a exemplo da ciência que, embora independentemente do trabalho, é força produtiva colaborando para aumentar a produtividade) pela formação da mais-valia relativa.

Os meios de consumo coletivos seriam, pois,as forças "socializadas e autonomizadas de organização do processo de consumo", cujos custos se conectam com os do processo de produção.

Lojkine busca, neste texto, apontar as características principais, assim como as contradições mais importantes da urbanização capitalista, sobretudo no que se refere ao estágio mais desenvolvido do modo de produção capitalista, ou seja, o capitalismo monopolista de Estado. Sua análise é baseada nos países capitalistas avançados, principalmente a França, o que restringe sua aplicação à urbanização nos países subdesenvolvidos. Sua postura é marcadamente marxista, preocupando-se em se remeter a conceitos e categorias criadas por Marx, sem, no entanto, se verificar uma rigidez nesta reinterpretação. Lojkine utiliza-se ainda dos textos de Paul Boccara quando procura analisar o capitalismo monopolista de Estado.

Ressalte-se ainda que seu trabalho é marcadamente conduzido por um objetivo político da perspectiva que propõe uma aliança entre a classe trabalhadora, as "chamadas" classes médias e mesmo o pequeno e médio capital não monopolista contra o grande capital monopolista, visando o acesso ao aparelho estatal. Importante para a compreensão da obra de Lojkine, pois coloca a questão urbana no centro de uma nova contra

dição que, no capitalismo monopolista de Estado, passaria a ser a mais importante contradição. A contradição capital/trabalho, conflito principal no capitalismo concorrencial e mesmo no estágio monopolista simples, situando-se no centro da luta de classes, passa a desempenhar um papel secundário, sendo substituído pelo conflito em torno do acesso e da distribuição dos meios de consumo coletivo e dos meios de circulação material.

Tal questão política é fundamental cabendo a dúvida se a "teoria" veio em defesa de certa estratégia política já estabelecida ou o contrário. De qualquer modo, é importante compreender que sua teoria sobre a urbanização capitalista está estreitamente vinculada a uma posição política que trata o espaço urbano como palco privilegiado das novas e mais importantes contradições da fase atual do capitalismo. Depois de ponderar que Marx não elaborou uma análise do "sentido da revolução urbana nas relações capitalistas", busca estender e ampliar o sentido de alguns conceitos e categorias marxistas para tentar formular uma "teoria marxista da urbanização capitalista". As categorias mais importantes utilizadas são "condições gerais de produção" e "cooperação".

Para Lojkine, a urbanização desempenha um papel tão importante no desenvolvimento geral do capitalismo quanto a multiplicação da potência mecânica do trabalho na unidade de produção, ou seja, a maquinaria. Marx demonstrara que o capitalismo era obrigado a revolucionar continuamente os meios de produção, para aumentar a produtividade e o sobre-trabalho — requisito necessário ao desenvolvimento da acumulação capitalista; Lojkine argumenta que a análise das

relações entre o desenvolvimento das forças produtivas e acumulação de capital não se limita ao trabalho na oficina e na unidade de produção. Assim a socialização das forças produtivas e o desenvolvimento da mais-valia relativa estendem-se, além da formação do trabalhador coletivo no local da produção, à reprodução do conjunto do capital social. É neste sentido que desenvolve e amplia o conceito de "condições gerais de produção" para definir a relação entre o processo imediato de produção (unidade de produção) e o processo conjunto da produção e da circulação de capital. O conceito de condições gerais de produção não fora utilizado por Marx de forma a dar-lhe um sentido imediatamente relacionado ao fenômeno urbano, sendo usado para se referir aos efeitos dos meios de comunicação e transporte. Lojkine julga, entretanto, que o significado desse conceito deve ser ampliado pelo surgimento de novos fatores na criação de condições necessárias à reprodução das formações capitalistas desenvolvidas, ou seja, os meios de consumo coletivos, juntam-se aos meios de circulação material(comunicações e transporte) e a concentração espacial dos meios de produção e de reprodução das formações sociais capitalistas.

Partindo disso, procura definir o que caracteriza a cidade capitalista, alertando que não seria a aglomeração dos meios de produção e de troca, pois na cidade medieval já se exerciam as atividades produtivas e mercantis. O que caracterizaria a cidade capitalista seriam não só a concentração crescente dos meios de consumo coletivo que criam um novo modo de vida, mas também o modo de aglomeração específico dos meios de reprodução (do capital e da força de tra

balho) que vai se tornar uma condição cada vez mais determinante do desenvolvimento econômico.

Lojkine procura, assim, analisar a natureza dos bens de consumo coletivos, demonstrando que se situam,a princípio, na esfera do consumo final e improdutivo (como os meios de consumo individuais) — e não na esfera do consumo produtivo — mas em maior profundidade, sua especificidade é de justamente não ser consumido diretamente pela força de trabalho, não sendo "objeto da transformação direta de capital variável em salário". Eles seriam, por conseguinte, "adiantamento de capital" — que não cria produto, nem valor — o que se poderia denominar "capital pseudo-constante".Pode-se até estabelecer um paralelo entre a função dos custos de circulação (social) e dos custos de consumo (coletivo), na medida em que são condições necessárias para a continuidade do processo de reprodução do capital e da força de trabalho, como complementares e às vezes necessárias do ponto de vista social, mas totalmente improdutivos. Os meios de consumo coletivo, do ponto de vista capitalista da rentabilidade,permanecem despesas a fundo perdido, pois não criam nenhum valor, mas realizam uma punção sobre o valor já criado. Por outro lado, eles intervêm a nível de reprodução da força de trabalho, sendo considerados "supérfluos" na ótica da reprodução do capital. Suas características específicas — a indivisibilidade, a longa duração de seu consumo e sua não materialização em produtos exteriores às atividades que produzem — só reforçam este caráter, dificultando, impedindo ou enfraquecendo sua rentabilidade capitalista.

Lojkine, desenvolve também o conceito da coopera-

ção (estendida para além da fábrica), pois que determina o vínculo que une os diferentes modos de socialização do consumo e da circulação no espaço, elo fundamental para se entender como os meios de circulação material especificam a cidade capitalista. Por cooperação o autor entende mais do que a simples concentração dos meios das diversas operações, e sim as fases distintas do processo de produção. A aglomeração urbana, com todos seus componentes, seria portanto um fenômeno ligado às leis de acumulação de capital, pois não pode ser dissociado da tendência do capitalismo em aumentar a produtividade do trabalho, socializando as condições gerais da produção (onde a urbanização figura como essencial).

Esta analogia entre a cooperação dentro da fábrica e a que ocorre no território urbano, não pode ser entendida sem seus limites claramente definidos, como já mostrara Marx(94). Ou seja: se a cooperação é planejada e integrada na empresa capitalista, ela se apresenta anárquica no nível do conjunto da formação social capitalista, limitado pela concorrência entre produtores de mercadorias isoladas. Os meios de transporte e comunicação são revolucionados pela grande indústria, que modifica a anterior oposição entre unidade de produção e pluralidade de produtores pelo surgimento de monopólio — rede de múltiplos estabelecimentos ligados uns aos outros, numa estratégia de maximização dos lucros. Coloca-nos diante do caráter contraditório da socialização capitalista das condições gerais de produção, pois estamos frente à contradição da necessidade técnica da socialização e da necessidade social da concorrência.

---

(94) El Capital - op. cit., vol. I, cap. XI e XII.

É no interior dessa contradição entre duas lógicas (tecnológica e social) que Lojkine definirá a cidade capitalista:

> "não podemos definir a cidade como conjunto de bens individuais, (...) imóveis e duráveis, sem acrescentar de imediato que o sistema capitalista vai procurar dividir, fragmentar estes efeitos úteis de aglomeração, diminuir seu período de vida e sua frágil mobilidade, a fim de os incorporar em sua esfera de produção mercantil".(95)

Aponta ainda os limites capitalistas de urbanização: de um lado a cidade é a materialização da necessidade de economizar os falsos custos de produção, os custos de circulação e os custos de consumo, para aumentar o período no qual o capital é valorizado: por outro lado, o desenvolvimento urbano não é assegurado pela necessidade constante do capitalismo aumentar a produtividade do trabalho social,porque esta tendência é contrariada por alguns aspectos, esquematicamente:

- como o aumento da produtividade provoca o aumento da composição orgânica do capital, o que levaria a queda da taxa de lucro, para evitar este processo ocorreria uma reação de freagem e de relação de desenvolvimento das forças produtivas.

- a necessidade de cooperação entre os diferentes agentes da produção no espaço urbano é contraditória devido às leis de concorrência capitalista e à renda fundiária urbana.

Em decorrência desses dois aspectos, Lojkine estabelece três limites capitalistas à organização racional e socializada do território urbano: quanto ao financiamento dos

---

(95) Jean Lojkine - O Estado capitalista e a questão urbana, op.cit.p.142.

meios de consumo coletivo, quanto à concorrência dos agentes e promotores na sua implantação e quanto à função social da propriedade. O primeiro é relativo aos limites capitalistas de financiamento dos meios de consumo coletivo e dos meios de comunicação. Para a discussão desse limite usa da demonstração de que as despesas urbanas têm o mesmo papel que o emprego das máquinas no aumento da composição orgânica do capital, provocando uma baixa tendencial da taxa de lucro. A cidade capitalista é definida como produto de uma dupla socialização (das condições gerais e do espaço) onde ocorrem efeitos úteis produzidos pelos meios de circulação e consumo e efeitos de aglomeração - produtos da justaposição dos meios de produção e reprodução não ligados diretamente a um objeto material particular.Nos efeitos úteis ou "serviços", o valor de uso não está cristalizado num objeto material, ao contrário das outras mercadorias, pois os meios de circulação social e os meios de consumo coletivos não acrescentam valor, sendo improdutivos de mais-valia. As únicas exceções são o transporte e a estocagem, onde há transformação de valor e de valor de uso.

A tese de Lojkine é que nesses dois casos ocorre uma despesa de capital improdutivo (capital avançado) e não uma despesa de rendimento. Paul Boccara denominou estas despesas — improdutivas de valor embora necessárias(gastos para estudo, formação, pesquisas, gestão, comercialização etc) ou produtivas mas de capital desvalorizado pela intervenção pública — como <u>capital de custos</u>, que se comporta como capital constante na tendência para baixa da taxa de lucro.

Para discutir essa questão, Lojkine se utiliza da tese de superacumulação/desvalorização, permitindo distinguir

graus diferentes de valorização de capital.

Como os meios de circulação material, apesar de acrescentarem valor, têm uma composição orgânica de capital muito alta (um setor desvalorizado) enquanto os meios de consumo coletivo e de circulação social têm um valor adicionado igual a zero, e têm longa duração (sendo indivisíveis) isso não permite uma variação da produção com as flutuações da demanda, entre outros aspectos que dificultam a rentabilidade capitalista e tornam estes investimentos como despesas a fundo perdido.

Por causa dessas características ocorre um efeito de seleção e de freagem na produção e no financiamento dos meios de consumo coletivo, que atingem desigualmente os diferentes grupos sociais, num processo de segregação social — onde a localização no espaço se tornaria um elemento fundamental. Além disso, nem todos os MCC, assim como os meios de circulação material são tratados da mesma maneira, havendo uma certa priorização, também objeto de disputas e conflitos.

O segundo limite trazido por Lojkine refere-se àqueles nascidos da concorrência anárquica entre os diferentes agentes que ocupam ou transformam o espaço urbano. Os critérios de implantação espacial das grandes firmas (sempre tendentes a reforçar o caráter de definição do espaço, atendendo a suas necessidades individuais de lucro), entram em contradição com as necessidades tecnológicas e sociais de uma verdadeira organização do território, isto é, de uma cooperação desenvolvida em escala nacional.

O terceiro limite é representado pela função social da renda da terra na organização urbana. A apropriação

privada do solo urbano é um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas, pois os proprietários fundiários desempenham um papel decisivo na capacidade de aglomerar e combinar socialmente os meios de produção e reprodução de uma formação social. De outra parte, apesar da renda da terra urbana constitui-se em obstáculo estrutural ao planejamento urbano, não se prevê sua supressão, pois a renda fundiária tem sido cada vez mais apropriada pelos grandes grupos monopolistas, numa fusão de capital financeiro com a renda fundiária, que longe de resolver a contradição, a intensifica. A renda da terra é pois, um fator fundamental na criação e no desenvolvimento da segregação social que cada vez mais se define no território urbano.

A íntima relação, portanto, entra a esfera de produção e a de troca e consumo é constante e o "urbano" não se insere assim, no domínio do "não trabalho", do "consumismo", como domínio estranho ao que se realiza dentro da empresa do produtor da mais-valia, na medida em que a indústria moderna requer uma formação ampliada da força de trabalho (onde influem os meios de consumo coletivo).

A nova divisão espacial de atividades na cidade (zonas de comércio, indústrias etc.) e as novas condições de trabalho exigem uma força de trabalho complexa, adaptada a esta "socialização do território nacional e multinacional"(...).

> "Para localizar suas unidades de produção, de gestão de pesquisa ou de direção, os capitalistas não exigem mais somente rodovias ou instrumentos de telecomunicação, mas também conjuntos habitacionais, escolas, universidades, centros de pesquisa". (96)

---

(96) Jean Lojkine - "O papel do Estado na urbanização capitalista" - op. cit., 1979, p. 43.

Esse relato das bases econômicas da vida urbana complementa-se com as relações sociais que dão forma a esse espaço, enfrentando-se as classes sociais pelo uso do solo, dos equipamentos, dos aparelhos de Estado.

A propósito do conceito de "lutas de classes" e como esta se manifesta, através da relação com o funcionamento do aparelho de Estado, dentro do contexto urbano, Lojkine chama a atenção para a "complexidade das relações sociais" e de tipos de contradições que elas encerram.

Inicialmente, distingue quatro tipos de relações sociais ligadas à noção de luta de classes:

a) as relações de produção - entendidas como relações contraditórias entre as forças produtivas e organização social da produção;

b) as relações de classe - entendidas como relação de dominação entre duas classes antagônicas, sem que a classe dominada seja capaz de tornar-se "ativa" na cena política.

c) a luta de classes - entendida como relações antagônicas, econômicas e politicamente representadas pela organização da classe dominada.

d) a luta de classes levada ao limite — o caminho para questionamento da dominação e da hegemonia da classe dominante através de uma contra-hegemonia da nova classe ascendente.

Esses quatro níveis de análise de luta de classes acarretam por sua vez, quatro momentos essenciais para a análise do Estado, entendida como "síntese da sociedade":

1) O Estado como forma desenvolvida na socialização do processo de produção, resposta do modo de produção dominante à contradição entre forças produtivas e relação de produção.

2) O Estado como instrumento de dominação e hegemonia a serviço da classe dominante.

3) O Estado como espaço de enfrentamento, de "equilíbrio instável" entre forças políticas antagônicas, defendendo os interesses da classe dominante e fazendo algumas concessões às dominadas para salvaguardar os interesses dos primeiros.

4) O Estado como espaço de ruptura ou de transição entre uma classe "dominante" e uma classe dominada ascendente. Essa ruptura ou transição irá manifestar-se por decomposição do aparelhos hegemônicos do Estado, minados em seu interior por essa forma aberta da luta de classe.

No entanto, Lojkine tem apenas uma intenção metodológica em esquematizar esses momentos. Reitera a necessidade de se articularem esses quatro níveis da realidade na

apreensão do concreto; deve-se respeitar ainda o modo de produção considerado, o estágio histórico do seu desenvolvimento e enfim, a formação social em pauta. O que quer evitar é a conceituação e construção de um Estado segmentado, como por exemplo, apenas como nível 1 (infra-estrutura) ou nos níveis 2 ou 3 (apenas como política das classes).

Em síntese, Lojkine propõe uma visão do Estado capitalista contemporâneo que se radica nas quatro idéias acima esboçadas:

Um Estado apreendido do início, como forma desenvolvida de socialização capitalista das "condições de produção", entre os quais está o "urbano", quer incluindo o financiamento público dos grandes meios de consumo coletivo, quer o do planejamento espacial. Coordena unidades de produção e consumo, preenchendo a condição infraestrutural: forças produtivas e relações de produção.

A seguir, apreende o Estado como um processo de distribuição social que reproduz e amplia a oposição e o antagonismo entre as classes sociais. Haverá um processo de segregação social (a classe dominante garantindo para si as porções melhores do espaço urbano) que levará as classes dominadas, como vítimas, a um modo de distribuição social e espacial dos meios de consumo coletivo.

Contudo, o proletariado constitui-se como força política organizada, e introduz-se aqui o nível político de luta de classes (no dizer de Gramsci, "diferenciação do campo político"). O Estado agora deve ser analisado não mais apenas como instrumento da classe dominante,mas nas pressões que

os aparelhos hegemônicos começarão a sentir, partindo da classe dominada. As concessões feitas às reivindicações "populares" revelarão um espaço de confronto, de equilíbrio instável entre classes antagônicas, embora ainda preservando a dominação.

Finalmente, apenas com a constituição de uma "contra-hegemonia", pode-se falar em rompimento de dominação dos aparelhos de Estado.

Lojkine justifica sua preocupação com as contradições urbanas enquanto luta de classes, face ao desenvolvimento do capitalismo monopolista que, segundo ele, coloca ao lado das contradições principais (capital/trabalho) outras múltiplas e secundárias (contradições secundárias entre frações não dominantes do capital e proletariado, contradições entre frações dominantes e dominadas do capital, contradições entre camadas de assalariados). Além disso, há novos conflitos no Estado monopolista (monopólios contra camadas não monopolistas). Assim, as contradições secundárias passam a ser tão importantes quanto as principais, e principalmente se manifestam como "lutas" urbanas.

O desenvolvimento do capitalismo monopolista levou a novas formas de exploração coletiva, quebrou o isolamento do consumo com relação à produção e fez emergirem movimentos urbanos antimonopolistas. O modo capitalista de produção comporta no urbano, pois, uma grande contradição: os meios de consumo coletivo serão o cerne do conflito entre as exigências do capital e as exigências de complementariedade, de coordenação no desenvolvimento das diferentes "condições gerais" (reprodução da força de trabalho etc.). A socialização das forças produtivas entram em choque com a propriedade privada dos meios de produção, choque esse revelador no urbano, do caráter historicamente limitado da produção capitalista.

1.5.2.3.Algumas conclusões preliminares

A título de breves conclusões sobre o exposto até aqui, queremos chamar a atenção para o esforço de alguns desses teóricos marxistas em "fixar" uma teoria do urbano. Ao fazê-lo, contudo, acabam muitas vezes em acreditar demais em seu próprio paradigma metodológico, fechando-se em um círculo, por vezes, tautológico.

Em Castells, a pretensão de abranger para seu campo explicativo a problemática urbana resultou em um projeto de elaborar uma "ciência do urbano", calcada em tal sistematização da política urbana, que procurou apurar conceitualmente através da estrutura da realidade, com certa cristalização das variáveis constitutivas, quase não cabendo nesse circuito a dialética da luta de classes, de que tanto fala. O tratamento que dá ao espaço ilustra certa ortodoxia, menosprezando a importante ligação entre infraestrutura e seu correspondente efeito social. No seu Posfacio, o Autor acaba por "desqualificar" o peso do espaço:

> "do ponto de vista social, não existe espaço (magnitude física mas entidade abstrata enquanto prática), mas sim um espaço-tempo historicamente definido, um espaço construído, trabalhado, praticado pelas relações sociais" ... "Não existe determinação espacial do social? Sim. Mas não enquanto espaço, e sim como determinada eficácia da atividade social expressa em determinada forma social" (Castells, op. cit.)

Em Lojkine, a dimensão atribuída ao espaço urbano é explicitada enquanto parte da sociedade capitalista: a urbanização tornou-se fundamental à manutenção e reprodução do sistema pela contínua necessidade do capital de aumentar a produtividade do trabalho social e garantir as condições de sua reprodução. Assim é que na urbanização capitalista ganham destaque

a aglomeração (cooperação), e os meios de circulação material e de consumo coletivo (condições gerais da produção). Porém, nada esclarece quanto ao papel que ocupa a questão espacial pois o que aparece é o jogo entre agentes que desempenham suas funções pré estabelecidas sobre um "território, campo de lutas", base sobre a qual operam na busca de efeitos úteis da aglomeração para aumentar a produtividade. O espaço aparece assim, como suporte de necessidades e contradições que se dão em instancias determinantes, particularmente na econômica. O espaço urbano aparece como determinado, construído para suprir necessidades econômicas - componente concreto onde se instala a segregação social produzida em outras instâncias.

Ao analisar como eixo central a crescente necessidade dos meios de consumo coletivo (situados na esfera da reprodução da força de trabalho) e das dificuldades do capitalismo em garantir seu financiamento, coloca esse traço como contradição fundamental do capitalismo, só superada com a supressão desse modo de produção. E pára aí, sem analisar concretamente esses equipamentos e o papel que desempenham no cotidiano dos seus usuários, suas formas de gestão, seu espaço e as novas contradições que acarretam. Além disso, subentende a necessidade de luta política pela obtenção desses equipamentos, sem, contudo, explicitar que tal conquista envolve não só o Estado concebido em sua globalidade, como no interior das instituições que oferecem esses serviços. De certa forma, faltou detalhar os diferentes espaços urbanos - diversos espaços de luta política - que englobou no termo "urbano".

Assim, embora aprofundando muito mais a análise do urbano do que as teorias neo-clásicas, o referencial marxista não consegue explicar o concreto de determinado espaço, e mesmo

do cotidiano de viver a cidade. O espaço é entendido como "reflexo" das instâncias determinantes como "produto" sem dar-lhe dimensão própria, portadora de múltiplos sentidos e sobrecarregando a instância econômica como determinante.

O referencial de Lojkine/Castells, pois, é indispensável mas não suficiente. Recorreremos a D. Harvey, portanto, que prenuncia uma linha de análise que contempla as lutas existentes no local de trabalho e no local de viver, ou seja, do cidadão no seu cotidiano, no espaço urbano também, o que envolve novo foco de conflitos não desprezíveis do ponto de vista teórico.

A hipótese que formulamos quanto ao alheamento do espaço pela teoria marxista se baseia no fato de o "espaço urbano" apresentar-se, de imediato, como um objeto inerte, fixo e não dialético. A cidade enquanto "quadro construído" se afigura como negação do dinamismo histórico, o que é paradoxal, pois é a negação dos pressupostos do materialismo histórico dialético.

A teoria marxista, ao compreender o movimento histórico baseado nas contradições geradas no processo social da produção, a luta de classes impulsionando as transformações e a superação dos momentos anteriores, carregou na ênfase das determinações sócio-econômicas e políticas, nas questões do tempo mais que no espaço, mas não negou as influências espaciais.

O homem - determinado socialmente - faz-se na exterioridade da natureza e descobre-se como humano (interioriza-se) na medida em que humaniza a natureza. Humanizá-la, significa negá-la enquanto tal e historicizá-la, através da capacidade

transformadora do trabalho [97]. Mas os objetos criados pelo homem, são também portadores de sentido e se impõem ao homem como exterioridade e produzem novas necessidade e novas criações, quer como valores de uso, quer como valores de troca.

Os objetos produzidos, de natureza diferente da do homem, opõem-se-lhe, são seus contrários, e se tornam significados, permitindo estabelecerem-se novas relações. Nesse sentido, tanto o espaço natural e, sobretudo o espaço construído, no caso, a cidade, contêm uma inegável potencialidade explicativa , pois é produto, que por sua vez, acarreta novas relações. Visto sob esse prisma, o espaço urbano deixa de ser apenas contingência e reflexo das categorias econômicas, para articular-se com a chamada "infraestrutura" e com as relações de poder, com as formas ideológicas e os ordenamentos jurídicos, eliminando-se, pois, traços mecanicistas e tornando essa abordagem mais próxima da realidade enquanto concreto pensado [98].

E ainda, salienta-se o abuso do conceito de reprodução da força de trabalho, pelos teóricos do urbano, particularmente marxistas ou então sempre a se utilizar deste conceito visando contrapô-lo à reprodução do capital, como se aí estivesse um conflito fundamental. Admite-se muitas vezes, que o "Estado capitalista favorece a reprodução do capital não se preocupando com a reprodução da força de trabalho ..." E ainda a questão ganha importância central quando um autor como Castells define a cidade capitalista como local de reprodução da força de trabalho. Outros autores também se utilizam deste conceito

---

(97) K. Marx e F. Enyes: La ideologia alemana, Buenos Aires, Editoriel Pueblos Unidos. Ver também El Capital, Cap. 1, op. cit.

(98) K.Marx - Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política, Cap. 1 - La Mercancia, SP, Abril Cultural, 1974.

procurando distinguir as atividades urbanas necessárias à reprodução da força de trabalho das necessárias à reprodução do capital. Também nesse sentido, aparece como perspectiva política progressista aquela que privilegiasse a reprodução da força de trabalho.

Queremos ressaltar que tanto a reprodução da força de trabalho como a reprodução do capital são requisitos da mesma lógica, ou seja, a lógica do sistema capitalista. Para o capitalismo é que a força de trabalho precisa se reproduzir, porque ela é mercadoria somente na lógica criada por ele. Para os trabalhadores o que importa é viver e bem (não alienados e não dominados etc.). Ora, o que é reprodução da força de trabalho senão o mínimo necessário para o trabalhador desempenhar suas funções e criar seus filhos para que o substituam? É o que interessa ao capital e nisso resume-se reprodução da força de trabalho, apesar da variação no tempo e no espaço e do seu dinamismo. Esta é uma questão política importante, pois a perspectiva que se nos coloca é a de modificar a condição de mercadoria da força de trabalho, e não só "azeitar" a engrenagem produtiva.

Uma revisão desse conceito e sua amplitude é importante para não cristalizar uma teoria quase como forma de "racionalizar" o urbano sob o capitalismo, mesmo que seja num estágio mais desenvolvido, em lugar de trabalhar no sentido de uma real transformação do modo de produção.

1.5.2.4. Cidade como "Ambiente Construído"

Trata-se, como diz D. Harvey [99] de entender a ciência e seus paradigmas (ciência normal), superados pela revolução científica, nos termos de T. Kuhn [100], fato histórico e social que é. Portanto, o debate sobre o espaço e o ambiente construído radica-se em uma grande contradição epistemológica: pelo menos duas posturas estão envolvidas, simplificadamente, positivismo: (e suas desviantes e derivadas) e o materialismo histórico. O primeiro, procura constatar, observar, tirando seus conceitos e pressupostos de uma dada realidade, absolutizada. O Marxismo, procurando descobrir as causas que produziram os fatos. Além disso, trata-se de uma questão de objeto: Sociologia, Geografia, Economia têm estudado o que se convencionou chamar de urbanismo.

As idéias de Harvey fundamentam nossas conclusões sobre o urbano enquanto síntese de múltiplas determinações neste delineamento teórico. Nesse caso, o espaço pode ser considerado como um fato isolado a ser constatado ou como parte de uma totalidade produzida (que envolve homens e natureza em suas múltiplas relações. A cidade aparece nesta perspectiva como resultante de um dado modo de produção, e o urbano, como dimensão concreta dependente e articuladora dessa forma de prática social. Assim diz Harvey "o problema da correta conceituação do espaço é resolvido através da prática humana em relação a ela. Não há resposta filosófica para as questões filosóficas que surgem sobre a natureza do espaço - as respostas estão na

(99) Justiça Social e Cidade - SP, Hucitec, 1980, cap. 2, 4 e 7, principalmente. Consulte-se também o já citado "O Trabalho, o Capital e o Conflito de Classes" em torno do Ambiente Construído nas Sociedades Capitalistas Avançadas - mimeo - FAU - USP - Trad. Flávio Villaça.

(100) T. Kuhn - A Estrutura das Revoluções Científicas, SP, Ed. Perspectiva, 1982, cap. 3 e 8.

prática humana. A questão "o que é espaço" é portanto, substituída pela questão "como é que distintas práticas humanas criam e fazem uso de distintos conceitos de espaço. A relação de propriedade, por exemplo, cria espaços absolutos, nos quais pode operar o controle monopolístico" (101).

O modo correto, pois, de entender-se o espaço urbano é fazê-lo de forma ampla: percebê-lo como "coisa" (série de objetos arranjados de acordo com algum padrão) não dá conta de sua realidade, pois é uma totalidade que estabelece relações entre si. Mas esta não deve ser encarada como sistema, nem como estrutura, esquecendo a dialética do vir a ser, e privilegiando os aspectos recorrentes e mais estáveis. Portanto, o espaço urbano deve ser entendido no seu aspecto objetivo, mas como resultado das relações sociais que refletem a sociedade como um todo. Se considerarmos o urbanismo como uma estrutura separada, com suas próprias leis e transformação ou construção interna, teremos de identificar essas tais leis que o estruturam e quais suas transformações internas, como processo semi-autônomo. Se o encararmos como expressão de um conjunto de relações que fazem parte de uma estrutura social mais ampla, temos que estabelecer o processo pelo qual o urbanismo decorre das outras estruturas.

O caminho, segundo Harvey, está na utilização do método aplicado à história, voltado sobre o concreto; recorrendo a Marx, mostra que a cristalização da primeira grande luta de classes se revelou na contradição cidade e campo, configurando-se o espaço urbano aí como uma estrutura separada (resultante) de outras estruturas. Surgidas, porém, da contradição das forças produtivas e relações de produção, pois, no início

(101) D. Harvey - Justiça Social e Cidade - op. cit. pág. 05.

exercia-se como força política, ideológica e militar com efeitos diretos na manutenção das relações de produção (forma da propriedade antiga), funções estas superestruturais (102).

O autor retoma Lefébvre que colocara diferentes estágios: cidade política, cidade comercial e cidade industrial (103). A tese principal de Lefébvre, aceita por Harvey é de que a "revolução urbana" é fase decisiva do mundo contemporâneo, impondo-se à discussão em ampla escala mundial. No entanto, a realidade urbana modifica as relações de produção sem ser suficiente para transformá-las. "O urbanismo torna-se força na produção, do mesmo modo que a ciência. O espaço e a organização política do espaço expressam relações sociais, mas também reagem de volta sobre elas" (104). Lefébvre diz então que a cidade industrial apenas preparara o caminho para o urbanismo.

Aceita a idéia de cidade como totalidade, entidade autosuficiente que expressa e modela as relações com outras estruturas da totalidade, como Lefébvre tenta chegar a conceitos adequados de espaço, frisando o conflito entre a dialética do processo social e a geometria estática da forma espacial, chegando ambos a uma conceituação abrangente: processo social/forma espacial. O espaço desempenha um papel na organização da

---

(102) Essa função do urbanismo antigo, também é discutida por Max Weber: Economia y Sociedade - México - Fundo de Cultura Econômica, 1974 - a cidade era fortificação, mercado, leis autônomas e etc." - vol. II - pág. 494.

(103) O Pensamento Marxista e a Cidade - Ed. Ulisséa - Povoa de Varzim - op. cit. Do primeiro ao segundo estágio, a transformação pode ter-se dado como interna ao próprio urbanismo, predominando a função mercantil sobre as outras. Mas com a revolução industrial, no entanto, a mudança não foi interna. Absorveu as antigas funções e foi resultado de uma reorganização das forças produtivas (mecanização, mudanças tecnológicas, economias de escala).

(104) H. Lefébvre, 1970 apud Harvey D. op. cit., cap. 07 - pág. 264.

produção e na padronização das estruturas sociais e se estrutura na cidade. Contudo, o urbanismo não se esgota enquanto estrutura decorrente do espaço. Repousa em ideologias, que por sua vez, moldarão o modo de vida de um povo. Por sua vez, a estrutura urbana acaba afetando as relações sociais em seu desenvolvimento e a organização de produção. A cidade como forma edificada e urbanismo como modo de vida se condicionam reciprocamente, apesar de unidades separadas.

Com o desenvolvimento do capitalismo, a organização urbana se amplia(como já vimos) tornando-se cada vez mais difícil manter a distinção público/privado, marcando especificamente a organização política do espaço, acarretando a discussão do papel do Estado no sistema econômico social. O processo social assim se expressa no espaço urbano.

O urbanismo se torna, pois, cada vez menos homogêneo, crescem e se modificam estruturas, pois a ocupação do espaço se torna cada vez mais diferenciada (heterogeneidade cultural, segregação). O espaço criado substitui o espaço efetivo como princípio dominante de organização geográfica. A industrialização alterou as diferenciações ecológicas, antes plasmadas em simbiose de atividades sociais com a natureza. A força do mercado mundial, a divisão internacional do trabalho eliminam estilos de vida regionais e objetos produzidos deixam de ter uso local. Os recursos urbanos envolvem estruturação e diferenciação do espaço através da distribuição de investimentos fixos de capital e quanto mais estes são importantes para a vida, mais a estruturação do espaço também se torna vital. Nos termos marxistas, "o espaço criado passa a dominar o espaço efetivo como consequência da mudança de composição orgânica do capital" (105).

---

(105) Harvey, D. - op. cit., pág. 267.

Harvey afirma que a criação do espaço tem significado mais profundo: de recriação simbólica de suposta ordem cósmica no mundo antigo, na cidade moderna tem uma proposta ideológica: parte das idéias de classe dominante na sociedade: das forças do mercado, do "domínio étnico", por vezes, do complexo significativo da cultura em seus símbolos e sinais.

Harvey separa-se da tese de Lefèbvre, quando este concebe o urbanismo dominando a sociedade industrial, pois acredita que a estrutura urbana é dotada de uma dinâmica própria, embora medida através da interação e contradição com outras estruturas. Além disso, em aspectos vitais a sociedade industrial continua a dominar o urbanismo, porque:

- o espaço criado é moldado através do desenvolvimento do capital fixo. A mudança da composição orgânica do capital e o volume crescente de investimentos de capital constante, ainda comandam o processo.

- a urbanização oferece oportunidades para o capital industrial dispor dos produtos que cria e por isso é impulsionada por ele, pois a criação de necessidades e a manutenção da demanda efetiva são produzidas pelo capitalismo industrial.

- a produção, apropriação e circulação da mais valia não se tornaram subordinadas à dinâmica interna do urbanismo, este sim é que se adequou às exigências do capital industrial. Os circuitos de circulação da mais valia e especulação da propriedade predominam .

Harvey salienta ter Lefèbvre destacado aspectos hipotéticos e tendenciais de nossa época, mas o importante é compreender as forças que trabalham para a diferenciação urbana.

> "A velha estrutura do capitalismo industrial, então uma força de mudança revolucionária na sociedade, aparece agora como obstáculo. A conceituação crescente de investimentos de capital fixo, a criação de novas necessidades e demais efetivos, e um padrão de circulação de mais valia que se apoia na apropriação e exploração, tudo emana da dinâmica interna do capitalismo industrial. Os padrões de circulação da mais valia estão mudando, mas eles não alteram o fato de que as cidades essas "oficinas de civilização" - estão fundadas na exploração de muitos por poucos. Um urbanismo genuinamente humano ainda está por surgir" (106).

1.6. Espacialização das Classes Sociais

Acreditamos ter abordado os problemas contidos nas relações entre espaço urbano, processo social e classe trabalhadora e através dos conceitos de D. Harvey, sintetizado os aspectos cruciais na presente discussão.

Em torno pois, do "ambiente construído" é que se desenrolam os conflitos entre as classes sociais, abrangendo desde a produção até o consumo. O processo de criação do espaço é necessário às finalidades da produção e consumo, mas cheio de contradições e tensões. Parcelas do capital (proprietários de terra, empresas imobiliárias, capitalistas de "giro", capital da construção civil, capital em geral) e a força de trabalho, entram em choque nesse ambiente construído. O modo de produção capitalista acaba por separar "trabalhar" e o "viver", e as lutas urbanas expressam essas contradições ao nível do consumo, o trabalhador requisitando os valores de uso necessários às suas condições de reprodução (e tornados mercadorias). As lutas entre proprietários de terra, apropriadores, construtores e trabalhadores, são manifestações mediatizadas do profundo conflito entre capital e trabalho e se revelam no espaço urba-

(106) Harvey,D. - op. cit., pp. 270-271.

no. É tarefa da ciência descobrí-los, desmistificar o ilusório, como prática teórica. Como diz Harvey, isso cabe a uma teoria revolucionária, e à prática revolucionária, cabe desempenhar a transformação(107).

A separação entre o trabalhar e o viver do operário está garantida pela propriedade privada dos meios de produção. O capital necessitando para o seu melhor funcionamento, de "controlar" o local do trabalho e do viver, provoca lutas, que no fundo emanam das próprias contradições capital-trabalho, tornando-se, na realidade, quase verdadeiras lutas de classes. Enquanto no local de trabalho a luta é por melhores condições de trabalho e salários mais elevados, no local de viver, luta-se contra as formas secundárias de exploração e apropriação.

O objetivo deste trabalho é enfocar, principalmente os conflitos no local de viver. Uma vez que a força de trabalho, para se reproduzir, necessita de um conjunto específico de atividades de produção e consumo dentro da unidade familiar, também requer valores de uso sob a forma de ambiente construído.

À primeira vista, as forças que atuam nesse ambiente são o trabalho, os apropriadores de renda e os interesses da construção. A terra situa-se, portanto, como condição para o trabalhador viver, e da mesma maneira é um meio de produção para o capital. A propriedade privada exclue, assim, o trabalho da terra como condição de produção, assim como pode ser utilizada para excluir o trabalho da terra como condição de vida.

A habitação é considerada, portanto como um dos elementos de vida para o trabalho (espaço de consumo, abrigo e

---

(107) "O Trabalho, o Capital ..." in Justiça Social e a Cidade - pág. 271.

condição de reprodução da força de trabalho) (108). Além disso, o transporte, o lazer e os equipamentos urbanos, o acesso à rua, à praça, compõem esse espaço de viver. Por ser a habitação o mais importante meio de consumo coletivo necessário à reprodução da força de trabalho, e dada a "apropriação" privada, o trabalho fica situado em posição antagônica à da propriedade fundiária e à da apropriação de renda, bem como à dos interesses da construção, que procuram lucro com a produção dessa mercadoria.

O caráter fixo e "imóvel" do ambiente construído passa a acarretar os fortes efeitos de "vizinhança" ou de "externalidade". Desse modo, pode-se atribuir parte do valor de uma residência às condições que a rodeiam, fato este acentuado pelas competições monopolistas do espaço - ganha importância, pois, a questão do bairro, do pedaço, da parte desse todo construído.

Dado seu caráter lucrativo, o capital procura definir a qualidade de vida para o trabalho no ambiente construído, vinculando-a às mercadorias que ele pode produzir com grande lucratividade. Sob esse aspecto está o fato conflitante de se produzir para o lucro e se produzir para o uso.

Dessa forma, a sobrevivência do capitalismo requer que o trabalho seja dominado pelo capital, não apenas no processo de criação do valor, mas também na própria definição de qualidade de vida na esfera do consumo. Parafraseando Marx pode-se dizer que: "a produção não só produz consumo, mas também o modo de consumo subjetiva e objetivamente". (109).

---

(108) Ver Maura Véras "Os impasses da crise habitacional em S. Paulo ou os nômades urbanos no limiar do séc. XXI" in Revista São Paulo em Perspectiva. Fundação SEADE nº1 - 1987.

(109) Introdução à Critica da Economia Política - Col Os Pensadores - Ed. Abril - SP - 1974 - p. 116.

Devido a abrangência e sua interferência significativa na economia capitalista como um todo, o capital "em geral" não permite que lutas se deem simplesmente vinculadas a facções particulares do capital, necessitando que o Estado entre como regulador e articulador das forças em jogo, atuando em vários níveis. No primeiro deles quanto à propriedade privada da casa para o trabalhador, o capital tem o papel de se "aliar" ao trabalho e quase que dificultar ganhos excessivos dos proprietários fundiários, de forma a facilitar ao trabalhador a aquisição da casa própria. Porque, em última instância, as reivindicações de inquilinos por acesso à propriedade pública ou municipalização, colocam em questão os princípios da propriedade privada e fazem aflorar as contradições entre o capital e o trabalho (110).

No segundo nível, quanto ao valor de força de trabalho, o Estado atua como regulador de certos elementos chaves que influem na elevação do custo de vida. Tomando a habitação por exemplo, o mecanismo funciona com o capital tendendo a forçar para baixo os preços dos terrenos, diminuindo as rendas dos proprietários fundiários com o fim de baixar o custo desse bem de consumo. Com o mesmo objetivo o Estado também pode participar como promotor da industrialização da construção civil

(110) Em meio à aparência de provedor do Estado, ao promover a casa própria, está a intenção de colocar o trabalhador como um guardião da propriedade privada. Considerando que alguns trabalhadores serão proprietários e outros não, cria-se uma escala de exploração entre ambos através da apropriação de custos e benefícios produzidos no ambiente construído. Isso funciona como mecanismo desmobilizador de qualquer organização de classe que ataque os conflitos entre capital e do trabalho. Outro aspecto é aquele em que o trabalhador se sujeita para adquirir sua habitação, advinda de financiamento, que visa outro fim; o de dinamizar o capital financeiro e situá-lo hegemonicamente no mercado da habitação. Ver a respeito clássico trabalho de F. Engels: "A questão da habitação in Textos nº2, SP, Ed. Sociais. Ver também Flávio Villaça. Habitação - Ed. Global, SP, 1986 e Maura Véras. A vida em conjunto - op. cit.

e racionalizador do ambiente construído, através de políticas de planejamento do uso do solo, e de subsídios às habitações. No entanto, tais medidas nada têm de caridosas: estão objetivando exclusivamente diminuir os custos da reprodução da força de trabalho. Se elevados esses custos, podem levar os trabalhadores a se unir para reivindicar maiores salários e estes, atuariam diretamente na redução dos lucros do capital.

No terceiro nível, sendo organizado o consumo coletivo dos trabalhadores na direção de uma grande acumulação do capital, com o desenvolvimento do capitalismo industrial ocorrem fortes oscilações do mercado, provenientes do consumo de diversos tipos de produtos de acordo com os diferentes padrões individuais dos trabalhadores e que podem levar a uma "irracionalidade" do consumo, ou seja, acarretam crises econômicas. Para evitá-las, o capital age de forma a coletivizar o consumo, canalizando-o na direção pretendida e utilizando os mais variados veículos de comunicação (rádio, jornal, televisão etc.). Desse modo, estimula a criação de necessidades ao trabalhador, de acordo com as suas possibilidades de fornecer as mercadorias que lhes sejam mais lucrativas.

No quarto nível está a relação entre as formas do ambiente construído e a imposição de uma disciplina de trabalho, o que pode ser explicado pelo surgimento da industria fabril que acarreta toda uma série de transformações na estrutura do trabalho anterior e exige uma extraordinária adaptação da vida social. O camponês e o artesão independentes são transformados em simples "coisas" dentro do processo de produção da mais-valia. Processa-se a alienação do trabalho, desagrega-se a estrutura familiar e separa-se o local do viver do trabalhar. Dessa forma, submetido às exaustivas jornadas de trabalho, o operário requer

determinados valores de uso para se adaptar ao novo modo de produção.

O capital procura moldar, pois, a pessoa em seu local de vida para adequá-lo às exigências do local de trabalho. Gramsci diria, referindo-se ao fordismo, "houve necessidade de se elaborar um novo tipo de homem adequado ao novo tipo de trabalho e ao novo tipo de processo produtivo (111). E ainda: "os trabalhadores tinham que gastar seu dinheiro racionalmente a fim de manter, renovar e se possível, aumentar (sua) eficiência muscular e nervosa". Os violentos ataques ao álcool e a atividade sexual eram também parte do esforço global no sentido de impregnar hábitos e costumes necessários aos novos sistemas de vida do trabalhador.

O processo de trabalho foi sofrendo uma moldagem ao longo dos tempos. Não só através de normas disciplinares dentro da fábrica, como também definiram-lhe a qualidade de vida, utilizando-se do ambiente construído como parte de uma estratégia geral.

Em síntese, as verdadeiras intenções do Estado no ambiente construído são desnudadas de forma a fazer emergir o que realmente se expressa no espaço: uma nova modalidade do conflito de classes sociais.

---

(111) Gramsci, G. - Obras Escolhidas, vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1974, pág. 146.

1.6.1. Habitação, segregação e espoliação urbana

1.6.1.1. Habitação

A habitação que, à primeira vista preenche as funções de abrigo, local da privacidade, da satisfação de necessidades biológicas, sociais e emocionais dos homens - e de suas famílias, no capitalismo passou a ser o local de reprodução da força de trabalho, onde são produzidos alguns valores de uso indispensáveis à sobrevivência (112). Mais que um objeto, a "casa" é um cosmos, fornecendo-nos simultaneamente imagens dispersas e um corpo de imagens, através das lembranças de "todas as casas que encontramos abrigo, além de todas as casas que sonhamos habitar" (113); procurando realizar o estudo da habitação em termos psicanalíticos e fenomenológicos, Bachelard trata a casa como concha, ninho, procurando descobrir o sentido da cabana, do porão ao sotão.

Como a casa reune um grande número de nossas lembranças, porque contém porão e sotão, cantos e corredores, "nossas lembranças têm refúgios cada vez mais bem caracterizados", que o psicanalista deveria conhecer, fazendo uma topoanálise, porque só o tempo não é suficiente na apreensão da memória, na medida em que esta é também "fixações espaciais".

> "É no espaço que encontramos belos fósseis de duração concretizados por longas permanências" (114).

---

(112) Ver Flávio Villaça: O que todo cidadão precisa saber sobre habitação, São Paulo, Global 1986, espec.pp.83 e seguintes.

(113) Gaston Bachelard - A Poética do Espaço, SP, Liv. Martins Fontes, 1989. p. 23.

(114) Idem, ibidem p. 29.

No capitalismo, os direitos à casa e à cidade enquanto universo de valores de uso são negados, e estas condições indispensáveis à vida são reduzidas a mercadorias raras, acessíveis aos que podem pagá-las. O atendimento das necessidades de habitar envolve questões complexas, desde a posse da terra e sua localização na cidade, acesso a serviços e equipamentos públicos, características construtivas, condições de ocupação do domicílio e assim por diante. Tais valores de uso são sufocados pelos "valores de troca", mercadorias produzidas e trocadas por algo equivalente reduzidas a um "quantum" quantidade média de trabalho social necessária a sua produção (115). Dessa maneira seu valor depende das condições de produção e das regras do mercado: custos de terra urbana (com respectivos equipamentos e serviços, infraestrutura) material de construção (e respectivas tecnologias) e força de trabalho empregada. Há necessidade de financiamento, pois os custos são elevados e longos os períodos para sua confecção - daí a intervenção do Estado, geralmente para facilitar a aquisição, financiada, na ótica da propriedade privada, a reduzir seu consumo aos estratos de renda capazes de suportar o peso dessa aquisição ou locação (116).

A maioria da população trabalhadora não consegue adquirir habitação no mercado corrente, pois tratada como mercadoria e não como parte da questão social, seus valores oscilam em diferentes conjunturas, passando a ser vista da ótica da "carestia", da "crise", da "carência", entregue aos frios mecanismos de oferta e procura, sofrendo os efeitos da especulação imobiliária e denunciando, mais do que nunca, a apropriação privada

(115) K. Marx: El Capital - op. cit. vol.I cap.1 da mercancia

(116) Ver a respeito Maura Véras. A vida em conjunto (1980) op. cit. p. 6, e Os impasses da crise habitacional em S. Paulo - Revista S. Paulo em Perspectiva - Fundação SEADE - 1987, pp. 40/58.

(valorização do preço da terra) do que é fruto do trabalho de muitos - os trabalhadores - e do Estado. Além disso, a mercantilização universal foi despindo a casa (moradia) de todos os valores de uso outrora ali produzidos e consumidos, desde à confecção de vestuário, educação dos filhos e até os ofícios(como os medievais), para resumir-se no local de viver, fundamentalmente repouso.

Ao expropriar os trabalhadores de seus meios de produção, com o crescimento das cidades, com a formação das áreas industriais, comerciais e residenciais, com a sofisticação da produção industrializada (alimentos, roupas etc.) o capitalismo fez a casa despir-se da conotação de local de viver mais completo, transformando-se em local de abrigo, onde a apropriação da cidade (da localização dos serviços urbanos disponíveis) vem a ser mais vital ainda que a da casa. Os trabalhadores pobres das cidades agigantadas do 3º mundo conhecem bem a separação do local de trabalhar e do de viver - os estrangulamentos do transporte coletivo com os deslocamentos diários.

A cidade assume, pois, ser local de reprodução da força de trabalho, como local de viver. Dessa maneira, o homem e sua família ancoram-se territorialmente, surgem os "bairros", os pedaços e as zonas segregadas. A disputa das classes sociais sobre o ambiente construído, se dá também no consumo da habitação e do "perto e longe" - o tempo dispendido dos deslocamentos intraurbanos (117).

No espaço urbano, como a distribuição das classes sociais na especulação não é aleatória, mas obedece aos movimentos dos agentes: Capital, Estado e Trabalho, o "pedaço" da cidade ilustra a desigual-

(117) Flávio Villaça - op. cit. p. 92 e 93.

dade social. A formação de bairros segregados e a agregação desses pedaços segregados — como por exemplo a Zona Leste em São Paulo [118] — revelam a cidade da classe dominante e a dos "excluídos", dominados, de outro.

> "(...) a zona leste de São Paulo, do Brás ao Itaim Paulista e Guaianazes, a maior região pobre da cidade. Até os anos 50 o Brás era o grande centro do comércio e serviços que atendia a toda zona leste. Embora menor que no quadrante Sudoeste, a participação das classes média e média alta no total da população dessa zona era maior que hoje. Essa participação se refletia no alto padrão do comércio e dos serviços do Brás. Ali estavam vários teatros, boas confeitarias, restaurantes, filiais das principais lojas do centro e as matrizes das maiores lojas da cidade como as Lojas Pirani - "a gigante do Brás" - e a Eletroradiobras, e ainda os maiores cinemas de S. Paulo, como o Universo, o Piratininga, o Oberdan. Nesse bairro estava a maioria das cantinas italianas de S. Paulo e para lá é que iam as famílias dos Jardins, de Higianópolis ou do Pacaembu, quando queriam comer boa comida italiana. Quase não havia cantinas italianas na Bela Vista até o início dos anos 50. Antes da década de 40 esse bairro era conhecido pelos seus cortiços, não pelas suas cantinas. Vários dos melhores médicos de São Paulo tinham dois consultórios: um no centro da cidade outro no Brás; atendiam as famílias de classe média alta que moravam na zona Leste. Tudo isso mudou. É claro que ainda há famílias dessas classes morando hoje no Tatuapé, Alto da Mooca e outros bairros da zona Leste, porém em proporção muito menor do que no passado. O empobrecimento do comércio do Brás reflete o empobrecimento da população residente na zona Leste, que é a sua zona de influência. Esse empobrecimento, não foi devido somente à redução dos salários reais dos trabalhadores, mas também, e especialmente à crescente fuga das famílias de classe média para o quadrante sudoeste, principalmente a partir da década de 50. Essa fuga tirou a base de sustentação do "bom" comércio do Brás e este, por sua vez, teve também que fugir desse bairro. Com o crescimento mais intenso da classe média no quadrante sudoeste, este passou a concentrar uma proporção crescente do total dessa classe, enquanto que na zona norte e no ABC essa proporção caía (...)".

Dessa maneira, a existência de zonas ricas e pobres em termos habitacionais torna-se um fato cada vez mais visível,

---

(118) Flávio Villaça - op. cit. p. 92 e 93.

especialmente no que se refere a certa aproximação entre elas formando zonas (como por exemplo a zona leste em São Paulo). Esse traço revela a separação de duas cidades: a dos que comandam a sociedade e os dominados, marginalizados, embora por vezes, ocupando porções descontínuas(119).

Por conseguinte, os centros comerciais andam, deslocam-se pela cidade, como as classes de renda média e alta também buscam bairros para morar cada vez mais confortáveis — é o caso da direção sudoeste em São Paulo, expandindo-se para fora dos limites municipais, como é o exemplo de Alphaville.

É dessa forma que se pode entender a questão da segregação e da espoliação urbanas.

Ainda relacionado ao enfoque da habitação operária e sua inserção no espaço urbano, tem-se o problema da família e várias configurações e estratégias de sobrevivência no contexto da cidade.

Nosso estudo se insere no campo da sociologia urbana e como tal volta-se para as interrelações da habitação com os demais aspectos da sociedade, não se limitando a uma abordagem do tipo setorial. Nesse sentido, o "social" se desenha em vários campos analíticos, envolvendo o estudo das relações familiares e seu comportamento na moradia, níveis de vida e correspondentes necessidades espaciais, dentro e fora da casa, consistindo das relações entre o público e o privado(120).

---

(119) Convém lembrar que não há uma homogeneidade nos quadrantes da cidade. Embora caracteristicamente empobrecida, a zona Leste apresenta alguns "bolsões" de renda mais alta, o que também ocorre na zona Norte(ex.: Jd. S.Bento, em Santana. Ver "Folha de S.Paulo",maio de 1990.Há quem diga que a pobreza é predominante na cidade, havendo apenas alguns "bolsões de riqueza": Jardins, Morumbi.

(120) Não é, com certeza, o adjetivo que qualifica os fenômenos que são objeto da Sociologia. Os contornos são nebulosos, mas deve-se procurar a configuração das formas de viver na cidade,que abrangem as estratégias familiares da classe trabalhadora na cidade, como se examinasse,no detalhe, uma parte da sociedade e depois recompusesse a paisagem global. Verificar Jacques Donzelot - A polícia das famílias. Trad. M.T.C. Albuquerque, RJ, Graal, 2a. ed., 1986.

1.6.1.2. A segregação urbana

O processo urbano capitalista, pré-condição e resultado da industrialização, transformou as metrópoles modernas em cidades do capital, e não em cidade para os homens. O espaço urbano tornou-se o "locus" onde se concentra e centraliza a produção do capital e a circulação de mercadorias, mas também aí se abriga e reproduz a força de trabalho, em grande parte daquilo que se convencionou chamar "a vida cotidiana".

Nesse sentido, ganha muito destaque a consideração das estratégias todas utilizadas pela classe trabalhadora em sua manutenção e reprodução: a questão do alojamento, as demandas pelos meios de consumo coletivo, as formas de intervenção do Estado nesses setores. Quanto a esse aspecto, nota-se, cada vez mais, o Estado direcionando sua ação para "submeter-se" à iniciativa privada, ou atuando na sua esteira, tendo como base a mais valia social. Disso resulta a desigualdade no consumo da habitação e equipamentos sociais e no direito à cidade, excluindo e marginalizando aqueles que não podem pagá-lo (ou que se situam à margem do mercado formal de trabalho).

Dessa forma, a cidade, embora produto das atividades dos homens é estranha e alheia à grande maioria deles, que graças à injusta distribuição de renda, não podem adquirir ou consumir sua porção do espaço urbano com toda a complexidade de seu valor de uso. O estudo da cidade, pois, de uma perspectiva crítica, deve desnudar a desigualdade na apropriação e utilização do solo; o acesso à infra-estrutura básica, aos serviços e equipamentos sociais, e ao sistema viário e transporte. A falta de moradia e seus complementos, as formas pre

cárias existentes, são a negação do direito mínimo da cidadania aos trabalhadores; por sua vez, o Estado regula o direito de propriedade e as disposições administrativas para o uso das frações desse espaço. Não é apenas um guardião da ORDEM, mas viabiliza a especulação imobiliária, valorizando algumas áreas com implantação de infraestruturas adequadas e aplicando uma política tributária compatível e até condescendente com a estocagem de terras.

A população trabalhadora, na maior parte, de "baixa renda", distribue-se de forma irregular nas porções da cidade, como pode, nas suas franjas, ou nos vazios centrais, ou adensando o estoque habitacional. As áreas inundáveis, terrenos de grande declividade, zonas distantes e periféricas, desprovidas de infra-estrutura e equipamentos, enfim, são as que abrigam esses segmentos da população, quase nômades urbanos(121), quer como favelados, quer como encortiçados, moradores de loteamentos clandestinos e/ou periferias, de casas originadas da auto-construção, da locação de cômodos de fundo de quintal, tentando fugir do destino quase inexorável da expulsão, da remoção, do despejo, da desocupação da área, da repressão à "invasão" e assim por diante,em uma fenomenologia bastante conhecida.

As precárias condições de vida dos habitantes das metrópoles brasileiras têm concentrado a atenção de cientistas sociais, planejadores, urbanistas, dada sua magnitude e complexidade, envolvendo muitos aspectos: sub-habitação, in-

---

(121) Ver Maura Véras. Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação Seade 1(1), abr/jun de 1987, pp. 40-58.

salubridade, ausência de saneamento, dificuldades do transporte coletivo, o incremento dos índices de criminalidade, queda dos níveis de nutrição, saúde, educação e assim por diante. Justamente as metrópoles, responsáveis pelo grande desenvolvimento urbano do país nas últimas décadas, é que apresentam uma notável deterioração da sua qualidade de vida urbana.

Por outro lado, surgem movimentos sociais de reivindicação pela terra, pela habitação, pelos serviços públicos e equipamentos sociais, colocando o Estado (que assume o papel de provedor dos meios de consumo coletivo) no centro dos conflitos urbanos. E nesses movimentos ressalte-se sua base espacial, ou seja, o peso que o espaço urbano ocupa nos processos de reivindicação e conscientização social, na luta pelo direito à cidade para esses cidadãos.

Dentro de uma visão teórica que encara o urbano como explicável pelo estágio atual de desenvolvimento do capitalismo, seu espaço e respectivas configurações refletem as contradições inerentes ao conflito capital-trabalho, contradições essas que se manifestam concretamente no que se convencionou chamar "segregação urbana", ou seja,como espacialização das classes sociais. Cada bairro, vila, subdistrito, "pedaço", recortam frações do espaço que são ocupados de forma diferente pelas classes sociais.

Nas visões de inspiração positivista da Escola de Chicago, dos inícios deste século, a segregação urbana ou espacial era encarada como um fator de integração de diferentes grupos, que conviviam harmonicamente em um dado habitat dividido com funções diferentes repousando justamente tal equilí-

brio nesse ajustamento espacial. Ao contrário, os marxistas enfatizam justamente a segregação como resultante de processo excludente,dos conflitos de classe da produção capitalista.

Retomando Lojkine, segundo o qual a cidade é fundamental no desenvolvimento do capitalismo, e que, por sua vez, é moldada e modelada de acordo com as necessidades da acumulação capitalista, esta cria regiões menos equipadas e regiões congestionadas, como pólos dicotômicos e complementares em uma diferenciação espacial e com distâncias que tendem a crescer[122].

Um dos efeitos da acumulação capitalista e da consequente divisão social do trabalho é a geração de dois fenômenos espaciais contraditórios, mas que decorrem simultaneamente da busca comum pelo lucro (e redução das falsas despesas da produção) por parte das empresas particulares. Essa situação se reflete no que Marx chamara "anarquia da produção social"[123] e que aqui, no caso, refere-se à divisão territorial do trabalho, na distribuição dos produtores e dos seus meios de produção. Tudo contrastando com a cooperação que se dá dentro da unidade produtiva ou mesmo num conjunto de estabelecimentos controlados pelo mesmo grupo capitalista.

---

(122) Jean Lojkine, O Estado Capitalista e a Questão Urbana, trad. Estela dos Santos Abreu, São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1981, especialmente Cap. II - "Da política estatal à política urbana". O papel do Estado na urbanização capitalista; item 3: O papel da renda fundiária no planejamento urbano. Preço do solo e segregação urbana,pp.163-174 e cap. IV: Política urbana e segregação social, pp. 221/256.Lojkine entende a aglomeração urbana precipuamente como local de reprodução da força de trabalho, onde se dá o espaço de consumo (embora admita que a cidade é também locus da produção); destaca a importância dos meios de consumo coletivos. Justamente na contradição entre as necessidades da reprodução da força de trabalho e as necessidades da reprodução do capital é que está a origem dos problemas urbanos,segundo esse autor.

(123) Marx,K. - O Capital, 1º vol., cap. XI - "Cooperação".

O próprio planejamento urbano — a intervenção do Estado — que pretende controlar o território num esforço de cooperação comum (planejamento territorial) de acordo com as necessidades tecnológicas e sociais, entra em contradição com os critérios de localização das empresas capitalistas que buscam vantagens "de localização", cada uma por si, na escolha de locais de instalação: facilidade de vias, comunicação, equipamentos, ou seja, o "conjunto de infra-estruturas urbanas"(124), nos termos do que Marx chamou de "densidade relativa" da população. Assim, o desenvolvimento anárquico e desigual das cidades decorre em grande parte das estratégias de implantação das empresas capitalistas.

Outro agente na estruturação do espaço urbano e que opera para o crescimento desigual das cidades é a propriedade fundiária. É necessário refletir sobre a natureza específica do solo urbano(125).

Lojkine aponta um terceiro valor de uso para o solo e que assume uma importância cada vez maior com a socialização das condições gerais da produção: a capacidade de "aglomerar, de combinar socialmente meios de produção e meios de reprodução de uma formação social(126). Mas a apropriação privada do solo acaba por fragmentar esse valor de uso (o qual, por definição, devia ser de consumo coletivo) e vai tornar-se um obstáculo no interior do modo de produção capitalista, para o

---

(124) Lojkine, op. cit., p. 162.

(125) Ver Marx, K. O Capital, livro III, 6a. seção, cap. XLVI - "Renda do solo. Renda de minas - preço da terra", p. 717 e seguintes. "Na terra podem investir-se frutiferamente quantidades sucessivas de capital porque a própria terra funciona como instrumento de produção, coisa que não ocorre, ou só acontece dentro de limites muito restritos, tratando-se de uma fábrica, pois aí só atua como base, como sítio, como base local de operação", p. 724, Fondo de Cultura, México, 1974. Marx, em O Capital, tratará o solo e seu valor de uso de duas maneiras: como instrumento de produção (minas, quedas d'água, terreno agrícola) e simples suporte passivo dos meios de produção (usina), de circulação (armazém, banco), ou consumo (moradias).

(126) Cf. Lojkine, op. cit. p. 164. Suas considerações serão resumidas aqui quanto a esse ponto pois espelham a situação européia, sobretudo.

desenvolvimento das forças produtivas sociais. Esse autor procura também detectar a importância da renda fundiária urbana no estágio atual do capitalismo, através do delineamento de quem são os atuais proprietários urbanos(127).

Por um lado, uma considerável renda surge da distinção entre o incorporador imobiliário — proprietário da terra — e seu inquilino capitalista; de outro, fraca composição orgânica do setor de circulação do capital permite a

---

(127) Considera que a apropriação da renda fundiária urbana é feita pela pequena e média burguesia que se aproveitam da fragmentação fundiária dos últimos 200 anos. Nesse sentido, a renda fundiária,ao mesmo tempo que representa os interesses dos seus pequenos proprietários, como sobrevivência de camadas sociais pré-monopolistas e cujos interesses de classe entram em oposição com o desenvolvimento monopolista, representa também um freio, um obstáculo para o desenvolvimento econômico, bem como para a livre circulação de capitais. Pergunta-se sobre qual seria o motivo pelo qual o desenvolvimento capitalista monopolista, já desde os finais do século XIX, não tenha abolido esse obstáculo "arcáico" que estaria freando sua expansão. E ainda, por que o Estado, tão eficiente e sistematicamente interventor do lado do capitalismo monopolista, não chegou a suprimir a renda fundiária urbana (proveitosa apenas para camadas sociais "decadentes"?) (sic). Uma das explicações, pelo menos na França, poderia estar no aspecto político, ou seja, as classes médias proprietárias seriam apoio necessário à hegemonia das frações dominantes do capitalismo e tornariam impossível a coletivização do solo ou o controle de preços do solo pela coletividade. Mas, tal hipótese não se sustenta no caso dos demais países capitalistas avançados, onde a dominação monopolista, mesmo sem apoio da massa de pequenos proprietários, não suprimiu a propriedade privada do solo. Segundo Lojkine o capitalismo monopolista se caracteriza pela apropriação progressiva da renda da terra pelos grupos monopolistas. Essa fusão (monopólio fundiário e monopólio financeiro) elimina a separação entre a parte do lucro que seria recolhida pelo proprietário fundiário e a parte que seria recolhida pelo capitalista propriamente dito. A propósito, desde a última guerra, vem se desenvolvendo cada vez mais a reconstituição de uma renda fundiária por meio do aluguel de locais comerciais para empresas capitalistas.
Segundo Lenin - O imperialismo, estágio superior do capitalismo,vol. 1, explicava que a renda fundiária se fundia com o capital financeiro e com o das vias de comunicação porque o preço do terreno dependia das condições urbanas, facilidade de comunicação e acessibilidade ao centro; essas condições e comunicações estavam nas mãos das grandes companhias, ligadas aos bancos. Nessa época — estágio do capitalismo monopolista simples, a apropriação monopolística da renda fundiária se apresentava principalmente pela especulação das companhias de estrada de ferro ou bondes, ao lotear terrenos situados em torno das vias de comunicação urbana.

formação de sobrelucros. Assim, ao estágio clássico do capitalismo marcado pela oposição entre o capital industrial e a propriedade fundiária agrícola, sucede pois o estágio monopolista marcado pela fusão do capital financeiro com a renda fundiária(128) . Essa fusão desenvolve a contradição entre as tendências parasitárias do capital especulativo e a tendência de aumentar a taxa de mais-valia pelo aumento de investimento na produção e não opõe o capital à renda da terra.

Além disso, a apropriação monopolista da renda fundiária urbana é também fator de agravamento da tendência à baixa taxa de lucro, e é um obstáculo estrutural para uma real planificação urbana. De fato, é mais compatível a pequena propriedade privada com a coletivização do uso do solo urbano do que esta e a propriedade privada monopolista, cuja supressão supõe o próprio fim do modo de produção capitalista.

> "Qualquer estudo histórico sério dos incorporadores imobiliários mostra, de fato, a passagem que se efetua progressivamente de uma renda fundiária urbana fragmentada por uma multidão de pequenos incorporadores independentes para uma renda fundiária monopolizada pelos grandes grupos financeiros internacionais que dominam o mercado fundiário e imobiliário". (129)

A renda fundiária urbana vai marcar de forma durável o desenvolvimento urbano, como limite inerente ao modo de produção capitalista. Sua principal manifestação espacial é a segregação, processo produzido pelo mecanismo de formação dos preços do solo. Por sua vez, os preços da terra são determinados pela nova divisão social espacial do trabalho.

Dessa maneira, há a formação de um submercado imobiliário específico, fundado na produção maciça dos suportes

---

(128) Lojkine, op. cit. p. 166.
(129) Idem, ibidem.

físicos da concentração dos imóveis para negócios e escritórios; esse submercado corresponde à nova divisão monopolista do trabalho, marcada principalmente pela apropriação privada dos meios de consumo coletivos concentrados nos grandes centros urbanos (meios de informação e formação de alto nível, telecomunicações etc.) em proveito das funções de direção dos grupos multinacionais.

Através do jogo dos preços do solo, esse submercado acaba determinando a formação dos preços imobiliários para as grandes metrópoles e garante uma segregação econômica e social quase que mecanicamente nas funções e classes sociais que conseguem residir no centro.

Lojine distingue principalmente três tipos de segregação urbana(130):

1) oposição entre o centro — onde o preço do solo é o mais alto — e a periferia. A aglomeração, no caso, explica essa "renda por localização".

2) Separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular.

3) Distribuição das "funções urbanas" por zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zonas de escritórios, zona industrial, zona de moradia etc. (A política urbana sistematizou e racionalizou isso sob o nome de zoneamento).

---

(130) Lojkine, op. cit., p. 167.

Segundo Lojkine, a segregação do tipo especialização de funções urbanas está vinculada com a renda fundiária através do mecanismo de seleção social, formado pela diferença entre os preços do solo na periferia e no centro, este cada vez mais reservado às sedes sociais das firmas internacionais, as únicas que podem apropriar-se dessa vantagem de localização. Se a hipótese central desse autor estiver correta, ou seja, se a segregação do espaço urbano for determinada, em última instância, pela divisão monopolista do trabalho, deve-se concluir que há uma hierarquização das três formas de segregação em função da vinculação com a contradição principal entre o uso monopolista e o uso não monopolista do solo.

A própria oposição entre estratos de consumidores — assim definidos pela correlação entre sua renda e modo de acesso aos meios de consumo coletivos — acaba se tornando secundária em relação à oposição principal entre a fração monopolista do capital, de um lado, e o conjunto das camadas não monopolistas, tanto capitalistas como assalariadas, excluídas do uso social (e exclusivo) dos equipamentos coletivos mais ricos em meios de produção ampliada do trabalho intelectual (equipamentos cuja raridade acarreta a concentração espacial), equipamentos esses que o capital monopolista tende a garantir para si.

Na verdade, a contradição está entre o capital monopolista e o capital não monopolista. Os demais consumidores do espaço não participam desse jogo, a não ser pelas sobras no mercado. Esta seria a lógica que preside o desenvolvimento urbano para Lojkine: subordina a estratificação urbana à segregação social. Claro que as camadas sociais não monopolis-

tas disputam entre si seu espaço e têm acesso desigual aos meios de consumo coletivo, mas a segregação é que é determinante na relação das classes sociais para com os valores de usos urbanos. Em outros termos, a faixa superior das camadas médias, assalariadas ou não (engenheiro, executivo ou profissionais liberais, grandes comerciantes ou industriais) além de não ser a principal beneficiada pela expulsão dos mais pobres (operários, empregados, aposentados) para fora do centro urbano. Mas, sobretudo, as frações não monopolistas (pequeno e médio capital) também são excluídas pelo jogo da renda fundiária, do acesso aos grandes meios de comunicação e de consumo coletivos.

Essa hipótese é complexa, pois não rejeita a oposição real entre as camadas sociais não monopolistas (segundo seu acesso desigual aos meios de consumo coletivo) e sim procura subordinar essa estratificação urbana a uma segregação social.

A política urbana exacerba as contradições subjacentes à sua intervenção (não as suprime), pois, de fato, a socialização das condições gerais da produção que pretende, permanece uma socialização capitalista, e como tal leva ao auge a contradição entre a reprodução da força de trabalho e a reprodução do capital e tem como seu efeito social a segregação social da habitação e equipamentos urbanos, ao mesmo tempo que mantém sua função unitária no nível do conjunto do aparelho do Estado. A política urbana, pois, responde à lógica da segregação social.

Segundo esse autor, essas preocupações se clarificam com a separação entre usuários dos meios de consumo urba-

nos em duas categorias distintas[131]: os que pertencem à reprodução do capital e os que pertencem à reprodução da força de trabalho (divisão provisória e heurística), o que introduz a questão do lugar e papel das classes sociais no âmbito da urbanização.

Em outros termos, as classes sociais relacionadas à fração dominante do capital e de seus representantes políticos — problema-chave dos anos 60 — explica a situação e a posição de classe das camadas urbanas assalariadas. Por exemplo, as camadas médias assalariadas desempenham em relação ao capital monopolista, junto aos trabalhadores assalariados, o mesmo pepel que o médio capital desempenha junto às diferentes frações capitalistas.

Trata-se, pois, de analisar os efeitos da política urbana monopolista sobre as classes sociais. Essa hipotética separação entre interesses urbanos distintos da classe operária e das camadas médias assalariadas (executivos) se baseia na identificação de três tipos de segregação social e espacial[132]:

1) Segregação no nível da habitação: ou seja, a lógica "operária" da "renovação-deportação" opndo-se à logica do "em burguesamento" do centro urbano renovado ou das residências para "executivos".

2) Segregação ao nível dos equipamentos coletivos (creches, escolas, equipamentos esportivos, sociais etc.): os conjuntos operários sub-equipados opondo-se ao super-equipamento dos conjuntos burgueses.

---

(131) Lojkine, op.cit.,cap.IV -"Política urbana e segregação social", p. 22 e seguintes.
(132) Lojkine, op.cit., p. 222.

3) segregação ao nível do transporte domicílio-trabalho: a crise do transporte coletivo para o operariado que contrasta com os privilégios burgueses do uso do automóvel.

Os deslocamentos das classes sociais, com base nas pesquisas empíricas, parecem apontar para fatos desiguais: dos que saem, porque querem sair, e outro fato, o da população ser obrigada a sair (por programas de renovação, nível dos aluguéis, deslocamento do local de emprego etc.) — se o movimento é o mesmo, as causas podem ser outras.

Lojkine acha que é o preço da habitação a causa desse deslocamento e o querer (no caso dos executivos), refere-se à possibilidade de usufruir (consumir) de um determinado espaço urbano. O preço, é óbvio, refere-se à habitação (preço, condomínio, qualidade), aos transportes, aos equipamentos comerciais e sócio-culturais. Isso deve ser relacionado à oferta e procura de habitações novas (como acesso à propriedade) e a distribuição de renda da população, ou seja, qual a evolução do consumo das camadas médias assalariadas no que se refere à habitação e qual o equilíbrio e estratégias adotadas em cada orçamento do ponto de vista do peso de cada ítem nesse orçamento (o operário gastaria mais em transporte, alimentação e as classes médias em cultura, lazer, transporte e habitação?)...

Salienta que não se deve confundir a estratificação a nível do consumo — repartição, com a contradição e antagonismo de classes a nível das relações de produção. Ou seja, a contradição fundamental para Lojkine está entre a fração monopolista — o capital financeiro — e o conjunto das

camadas não monopolistas. Isso é que terá consequências para a repartição — e o acesso à habitação. Para reafirmar essa tese, Lojkine usa a pesquisa de Topalov que prova estarem as camadas assalariadas médias obrigadas a recorrer cada vez mais aos empréstimos bancários com altas taxas de juros, na medida em que o crédito imobiliário aumentou a taxa dos juros de empréstimos especiais. Na impossibilidade de pagar essas altas taxas, começam a procurar moradia nas periferias(133). Outra conclusão é importante: a interferência do capital bancário na circulação das habitações.

Outro aspecto relevante é a observação(de Chamboredon e Lemaire) de que não há coincidência entre proximidade espacial e proximidade social: "a co-habitação das camadas médias assalariadas e da classe operária nos grandes conjuntos habitacionais pode muito bem exacerbar a consciência que elas têm de sua "distância social" em vez de ser cadinho unificador"(134).

Também lhe parece descartável a hipótese de que o conjunto habitacional se transforme em comunidade, ou seja, é inegável que as distinções entre classes antagônicas permaneçam. Contudo, Lojkine acha que não há uma contradição de classes antagônicas mas contradições secundárias entre camadas sociais sujeitas ao mesmo tipo de exploração — ou, pelo menos, à mesma fração de classe exploradora.

---

(133) Pesquisas recentes (O-D,1987) e SEMPLA para o Plano Diretor,mostram que em São Paulo a tendência de expansão periférica diminui nos finais dos anos 80, para adensar-se e"encortiçar-se" as áreas centrais. São Paulo,Município: crise e mudança. SEMPLA,1990.

(134) Lojkine, op. cit., p. 236.

> "A consciência do questionamento global de seus meios de consumo pode então levar à luta econômica e até ao combate político que permitem relegar a segundo plano a distância social que separa os diferentes estratos de moradores". (135)

Apesar dessas restrições a uma simplista visão da divisão do espaço pelas classes sociais, a contribuição de M. Castells vem reforçar a existência da segregação urbana, que ele define como

> "a tendência à organização do espaço em zonas de forte heterogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia": (136)

A segregação para Castells aparece como resultado da distribuição dos locais residenciais que, por sua vez, obedece às leis gerais da distribuição dos produtos — e assim, trabalha os reagrupamentos em função da "capacidade social" dos indivíduos, o que significa dizer que, no capitalismo, as pessoas se definem pela sua renda mensal, nível de instrução, status profissionais, filiação étnica, da fase do ciclo de vida etc. Dessa forma, quase que correspondendo à estratificação social (sistema de distribuição dos produtos entre indivíduos) há uma estratificação urbana e, nos casos de maior distância social — a segregação urbana.

Essa visão de Castells, segundo sua própria advertência, não implica em uma visão estática da realidade urbana, pois vê esta como resultado da interação de várias estruturas — econômica, política, ideológica, e assim, há especifidades, combinações particulares em cada caso concreto. No entanto, re

---

(135) Lojkine, op. cit. p. 236.

(136) M. Castells, A questão urbana, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, 1ª ed. (em Paris, 1972), p. 210 - trad. de Arlene Caetano.

gistra as tendências que se impõem na lógica da reprodução, caso as atividades práticas, socialmente determinadas, vierem a se opor a elas. Dá-se, pois, uma interação entre fatores diferentes na ocupação do espaço: de um lado, as determinações econômicas, políticas, culturais, e de outro as articulações das lutas de classes no local de moradia, tudo isso alterando as demarcações e fronteiras ecológicas (137).

Percebeu-se uma relação com o tempo de existência dos aglomerados urbanos, no caso de cidades antigas,o centro passava a ser ocupado por camadas mais pobres da população e os subúrbios viriam a ser habitados pelas classes médias, com um "status" mais elevado que as áreas centrais. No caso das cidades de urbanização mais recente, a situação se inverte, ou seja, as construções na área central são recentes para se deteriorarem. Dessa forma, o período (e a conjuntura) da urbanização são decisivos na composição social do espaço.

---

(137) Castells faz uma crítica às teorias funcionalistas, com base em dados empíricos, no caso da literatura sociológica americana, como os estudos de O. Duncan, e B. Duncan, sobre Chicago; o de Beshers sobre estratificação social e urbana; o de Schnore, o de Greer, entre outros. Segundo estudos clássicos da perspectiva funcionalista, haveria uma correspondência direta entre a estratificação social e a composição social urbana, com a constatação de que os "semelhantes" se agrupavam e ficavam mais distantes dos "diferentes", em uma distribuição sócio-espacial que obedecia às leis do mercado, mesmo no caso da segregação étnica. Com novos dados empíricos, novas interpretações se colocaram, dando origem às teses sobre segregação e "deterioração urbanas". Com base nas pesquisas mais recentes realizadas nos Estados Unidos, Castells afirma que as interpretações clássicas do esquema funcionalista devem ser revistas, ou seja,que a correspondência direta entre estratificação social (em termos de proximidade ocupacional) e composição urbana (proximidade geográfica), não pode ser afirmada com segurança. Exemplificando com muitos dados empíricos, expõe que ocorrem singularidades tanto no nível do modelo geral das relações dos grupos entre si, como na estruturação do espaço urbano. Os estudos de Schnore (1963) afirmam estar havendo uma hierarquia nas áreas suburbanas, quando se distinguem por serem residenciais ou por abrigarem atividades produtivas (indústrias, por exemplo).

Segundo Castells, pois, "a estratificação e a segregação urbanas não são a projeção direta sobre o espaço do sistema de estratificação social, mas um efeito na distribuição do produto entre os sujeitos, e do produto moradia no espaço, bem como da correspondência entre estes dois sistemas de distribuição"(138). Isto equivale dizer que a composição do espaço social deve ser deduzida do estudo do processo de produção das formas urbanas e da distribuição dos indivíduos entre elas — a história é explicativa.

Castells encontra tendências gerais no processo de urbanização dos Estados Unidos e aqui reproduzimos algumas notas essenciais desse debate por interessarem de perto à nossa discussão sobre segregação e "deterioração" urbanas. A primeira dessas tendências refere-se à constatação de que em sessenta anos da história deste século (1900-1960) houve um crescimento das áreas metropolitanas, acelerando-se a concentração nessas áreas, e uma dupla direção, diminuem as zonas centrais, esvaziam-se, e aumentam as zonas suburbanas(139). Ora, acompanhando essa tendência, observou-se que houve um deslocamento das camadas médias da população para o subúrbio, pois elas contam com mais equipamentos individuais (o transporte é o automóvel e têm renda para fazer frente às despesas com ele) e se beneficiam da massa de empregos terciários, assim como recorrem ao crédito individual para adquirir uma moradia unifamiliar. Simultanea e paralelamente a esse movimento, ocorre outro relativo ao "centro esvaziado": as mora-

---

(138) Cf. Castells, M. – A questão urbana, op. cit. p. 213 (grifos nossos).

(139) Os dados são do Censo de População, US, 1960, citado por Castells, p. 214.

dias abandonadas não são demolidas e sim reocupadas por novas camadas da população, dos estratos inferiores da renda e/ou vítimas da discriminação étnica, em especial os negros, os migrantes rurais etc.

Assim, fica caracterizado um dos processos de encortiçamento, como assim o chamamos em São Paulo: "à medida que as habitações do velho núcleo urbano são abandonadas por seus ocupantes, elas são redispostas pelos proprietários e divididas em apartamentos menores, com a finalidade de obter rendas superiores, multiplicando o número de ocupantes"(140). O proprietário tem até interesse na "deterioração" física do imóvel e pára de efetuar reparos, pois de um lado,o preço do imóvel (edificação) está em baixa diante do preço do terreno, escasso na localização central — terreno caro, construção barata; de outro, o proprietário sabe que há muita procura de moradia por parte dos novos ocupantes,de baixa renda, assim como muita procura de empregos urbanos(exército de reserva industrial e a nível de moradia) — surgirão muitos locatários.

Quando houver, então, a construção de novos prédios ou vier a ocorrer uma operação de renovação urbana, o proprietário será beneficiado na venda do terreno.

A deterioração física do imóvel se acelera com este tipo de ocupação e gestão da moradia e ocorre então uma deterioração desse "pedaço" da cidade — áreas são deterioradas: as famílias mais abastadas querem sair desse "bairro" marcado pela ocupação dos "estratos inferiores" sócio-

---

(140) Castells, op. cit., p. 215.

economicamente e/ou dominados do ponto de vista étnico. As camadas médias procuram aí o subúrbio. Começam a ocorrer choques interpessoais e surge a discriminação a nível dos equipamentos coletivos, dos quais a escola recebeu atenção especial do autor, por julgar este que nela irão se desenvolver atitudes discriminatórias, se não quiser afrontar valores das classes dominantes.

Esse processo de abandono de umlado pela classe média e sua substituição pelos estratos sociais e étnicos inferiores leva ao desaparecimento do terciário pré-existente e sua substituição pelo comércio e "diversões" adequados à nova população — mudam, pois, as funções das áreas.

Em síntese, o resultado desse processo é a ocupação da cidade central das grandes metrópoles por uma "proporção importante de cidadãos pobres" e/ou pertencentes a minorias étnicas, desfavorecidas no mercado e do ponto de vista econômico, político e ideológico"(141).

Segundo Hodge e Hauser, esse movimento deve se acelerar, e dentro das "melhores previsões"(sic), entre 1960 e 1985, as cidades centrais iriam "perder 5% de sua população branca e viriam aumentar de 94% sua população negra"(142).

Em suma, não é importante o registro de uma tendência, de uma proporção ou taxa, mas a constatação das consequências sociais que daí decorrem: a concentração acaba por suscitar uma sub-cultura, reações de hostilidade entre essa

---

(141) Castells, op. cit., p. 217.

(142) "The Challenge of America's Metropolitan", Outbook, 1960 a 1985, Prayer, N.Y., 1969, citado por Castells, op. cit., p. 219.

"localidade" e os aparelhos de Estado. A segregação urbana pois, é muito mais que um reflexo da estratificação social geral, ela se constitui enquanto fenômeno específico. Torna-se a expressão ecológica da desigualdade social.

Desse ângulo, a cidade central é mais do que um lugar, um estrato urbano colocado no inferior da escala Ela é a expressão ecológica dos "under" — gueto, submundo,"zona", reduto da sociedade da opulência, cristalização da dominação, pólo. É bom lembrar que a segregação étnica e social se interpenetram, são altamente reveladores da especificidade do capitalismo americano. Nesse caso, o negro é, ao mesmo tempo, proletário, exército industrial de reserva e desenvolve efeitos específicos da dominação ideológica. A segregação ultrapassa a simples desigualdade de distribuição de habitações no espaço, sobretudo quando funde situações sociais e situações espaciais e produz novos efeitos — efeitos pertinentes nos termos de Castells — ou seja, coisas novas, específicas aos dados espaciais que atuam sobre as relações de classe e no conjunto da dinâmica social.

Outro ângulo da questão foi apresentado por Castells dizendo respeito aos deslocamentos dos indivíduos no espaço residencial e de seus motivos. Este é um aspecto que geralmente envolve as "preferências" ideológicas, mas não obstante, os resultados de vários estudos empíricos realizados foram reveladores[143].

(143) abu-Lughod e Fooley (1960) davam que 30% das mudanças de moradia eram involuntárias, das quais 10% provinham da criação de novos lares e 20% da demolição da antiga moradia ou de expulsão; os estudos de Rossi(1955) na Filadélfia e outros, mostravam que 50% da mobilidade intra-urbana resultavam de mudança por necessidade de moradia, produzida por uma nova etapa do ciclo de vida (sobretudo nascimento ou partida dos filhos). Os dados são todos de Castells, op. cit., p. 221 e seguintes.

Deve ser buscada, pois, na composição da população a causa principal da mobilidade social. Constatou-se a tendência de morar-se o "mais perto possível do antigo lugar de residência"(144) — e assim, o deslocamento se dava em razão de motivos causados por novas necessidades e não por uma redefinição do espaço urbano a partir dos valores dos indivíduos. Se a estrutura do mercado de habitação cria sua demanda, de outro lado, os sujeitos circulam "biologicamente" — devido a seu ciclo de vida ou à perda de sua moradia, nesse espaço produzido.

> "A segregação urbana não aparece então como a distribuição da residência dos grupos sociais no espaço, segundo uma escala mais ou menos exposta, mas como a expressão, a nível da reprodução da força de trabalho, das relações complexas e mutáveis que determinam suas modalidades. Assim, não há espaço privilegiado antecipadamente, em termos funcionais, sendo o espaço definido e redefinido segundo a conjuntura da dinâmica social"(145).

Castells propõe, assim, seu esquema das <u>determinações para a estrutura do espaço residencial</u>:

1) <u>No nível econômico</u>: a estruturação do espaço residencial obedece à distribuição do produto entre os indivíduos e à distribuição específica do produto "habitação", sendo este um fator básico no conjunto do processo. Neste nível, os locais de produção exercem influência indireta sobre o espaço residencial, ou seja, através da rede de transportes. Assim, a segregação é vista de forma dinâmica, como uma capacidade de deslocamento e acesso em relação a pontos estratégicos da cidade.

---

(144) Castells, op. cit., p. 222.

(145) Idem, ibidem, p. 223.

2) No nível político-institucional: em cada "unidade administrativa" os interesses de uma fração aí dominante podem reforçar a segregação, pois podem praticar uma política de serviços voltada a tais interesses, uma "democracia local". As "coletividades locais" privilegiadas, a "autonomia local", podem perpetuar a desigualdade, uma vez que os recursos locais dependem do nível econômico da população residente e ela fechará "fronteiras" reivindicando serviços e equipamentos coletivos para si — deixarão ao Estado Federal que se encarregue das subvenções necessárias para as coletividades desfavorecidas. O belo ideal igualitário do jefersonismo,resulta na prática, no reforço da desigualdade entre as municipalidades e a institucionalização das barreiras da distância social no espaço.

3) No nível ideológico, Castells vê que há dois movimentos diferentes quanto à segregação residencial. De um lado, os símbolos ideológicos relacionados às relações de produção, produzem influências nas leis econômicas de distribuição dos indivíduos entre os tipos de moradia e de espaço.De outro lado, a correspondência entre situação social e implantação espacial pode reforçar tendências da autonomização ideológica de grupos e levar às "subculturas", ecologicamente delimitadas. A segregação favorece, às vezes, a constituição de comunidades que reforçarão as distâncias sociais e espaciais e, ao mesmo tempo, poderão torná-las dinâmicas,atuantes, transformando a diferença em contradição.

4) No nível da luta de classes, a segregação, em sua forma e ritmo, é duplamente influenciada:

a) no que se refere às relações entre as classes, uma situação de luta aberta reforça a explosão espacial, podendo até ocorrer "guetos" proibidos. De outro modo, quando a dominação de classe é aceita em todos os níveis, pode haver mistura residencial, uma espécie de paternalismo ecológico, onde clãs dominantes e dominados podem habitar o mesmo bairro,mesmo que sob diferentes condições.

b) no que diz respeito às estratégias da classe dominante, a intervenção do aparelho de Estado pode ser de caráter repressivo, como por exemplo, em um traçado urbano controlador e mantenedor da ordem das "comunidades" consideradas perigosas; ou pode ser integradora, visando a diluição da comunidade,dispersando-a no conjunto de um espaço residencial hostil.

Com esse esquema, Castells acredita ter desnudao as determinações hierarquizadas na constituição de um espaço residencial, tal como a ele se referiu no caso da segregação urbana nos Estados Unidos (146).

---

(146) Utilizando-se do estudo de P. de Vise, sobre a segregação social em Chicago(1967), Castells exemplifica o esquema proposto. Em termos bastante resumidos, o trabalho compara dez municípios superiores e dez inferiores (em termos de status social e econômico) e mostra que diferentes setores ecológicos da área metropolitana estão sob influência do jogo de fatores acima enunciados. Segundo esses dados, há uma forte determinação na diferenciação social do espaço conforme o lugar ocupado nas relações de produção. E que essa distribuição espacial ainda é sobredeterminada por uma nova divisão, político-ideológica, referente à discriminação racial — os negros eram objeto de segregação(mesmo quando em igualdade de nível sócio-econômico) e formavam 90% das dez municipalidades menos favorecidas.
Esta organização espacial era reforçada pelo jogo das instituições locais — como é o exemplo do imposto atribuído aos gastos escolares (e que depende da receita de rendas próprias a cada município) e é um reflexo da assimetria sócio-econômica já estabelecida. Isso acontece também no conjunto de serviços públicos.
No plano ideológico, há o reforço da subcultura étnica, no plano da luta de classes, simultaneamente o Estado aparecia como visando a dispersão do gueto — ou sua limitação — e também consolidando estas zonas como lugar de revolta e organização das minorias étnicas americanas. Os dados estão reproduzidos em Castells, op. cit. pp. 226-227.

Muito importante foi a conclusão de Castells quanto à segregação: que a situação descrita para os Estados Unidos, embora revele as leis gerais da distribuição de moradias no espaço, mostra, ao mesmo tempo, sua especificidade histórica determinada pela conjuntura e os ritmos da formação social considerada. Uma comparação com o espaço de cidades européias ou latino-americanas revelará o "abuso de uma generalização das formas concretas do processo em questão"(147). No próprio caso americano, despontam diferenças. A ecologia racial de Montreal, por exemplo, mostrou a importância do fator étnico e cultural na distribuição espacial da população.

Porém, através da diversidade das formas históricas, é possível vislumbrar a ação de "leis gerais de distribuição dos indivíduos nas moradias"(sic) — essas (as leis):

> "... tem uma relação apenas longínqua com a primeira impressão do espaço — reflexo da estratificação social, pois elas colocam em ação a totalidade complexa de determinações que caracterizam cada formação social. A segregação social no espaço é portanto a expressão específica dos processos que visam a reprodução simples da força de trabalho, mas estes processos estão sempre inseparavelmente articulados com o conjunto das instâncias de estrutura social"(148).

De certa forma, as abordagens sobre a segregação — espacial, urbana e residencial —, se mesclam com o significado de separação de atividades ou grupos sociais no espaço como resultantes de determinados processos. Na abordagem marxista, pois, a segregação aparece como resultante de processo de "exclusão" resultante dos conflitos sociais na luta pelo espaço. Determinada, pois, pelos processos gerais de pro-

---

(147) Castells, op. cit. p. 228.

(148) Idem, ibidem.

dução e apropriação dos meios de consumo coletivo e da habitação e mecanismos de formação do preço do solo; as diferentes capacidades de consumo qualificam os segmentos da população para ocupação dos diferentes bairros da cidade.

Estudos mais recentes de Castells e Lacascade, Remy e Voyé[149] acabam por retomar a segregação sem separar os processos integradores dos processos excludentes, mas enquanto dimensões próprias e concomitantes da segregação. A separação residencial no espaço pode não constituir-se necessariamente em exclusão e marginalização, mas ao contrário, pode permitir aos diferentes grupos sociais alguns universos alternativos, com modos próprios de habitar onde tais grupos sentem-se seguros. Nesse caso, a integração é tomada como estratégia de resistência, enquanto a mistura espacial poderia levá-los a uma forma padronizada imposta pelo grupo dominante.

Lacascade chegou a apontar áreas segregadas, como por exemplo no caso de imigrantes, como forma de resistência e oposição à pressão homogeneizadora da negação da identidade. Também Castells, em seu estudo sobre a comunidade "gay" em São Francisco aponta que a separação espacial pode ser uma escolha do grupo para tornar visível sua identidade sexual e expressarem sua sociabilidade enquanto grupo.

---

(149) J.L.Lacascade - Actes de colloque, segregation spacial, Renés,16-17 mai, Plan Construction 1978, Jean Remy e Liliane Voyé: Ville, Ordre et violence - Paris, Presses Universitaire de France, 1982 e M. Castells: The city and the grassroots, California,University of California Press apud Sarah Feldman. "As segregações espaciais da prostituição feminina em São Paulo". São Paulo, Revisra Espaço e Debates - NERU - Ano IX, 1989, pp. 59-66.

Dessa forma, tais abordagens permitem apanhar aspectos multifacetados da segregação, como resultante de processos de exclusão, mas representando movimentos de resistência e onde interesses diferentes se sobrepõem, para reforçar ou diluir as distinções espaciais. A demarcação de territórios, a análise espacial, revela-se, portanto, como meio eficaz para compreender os diferentes atores — classes em confronto na apropriação desse espaço.

Já no século passado, Engels chamara a atenção sobre a existência de sonas segregadas na cidade capitalista. Em seu texto sobre as grandes cidades, escrito em 1845, analisa a situação da classe trabalhadora nas cidades inglesas nos meados do século XIX. Segundo esse autor, na cidade industrial onde se aglomeram os trabalhadores, expressa-se a luta de classes na configuração espacial. Os trabalhadores ocupam as áreas mais sujas, deterioradas e desprovidas de infraestrutura.

> "Toda gran ciudad tiene uno o varios malos barrios, en los que se amontoa la clase trabajadora. A menudo la pobreza habita en callejuelas escondidas junto a los palacios de los ricos; pero, em general, se la ha confinado en una zona aparte, lejos de la vista de las clases mas afortunadas donde tiene que apañarse-las como pueda. En todas las ciudades de Inglaterra estos 'barrios pobres' están dispuestos más o menos del mismo modo: las peores casas en las peores zonas de la ciudade".(150)

Engels afirma também que as grandes cidades tornaram aguda a enfermidade do organismo social que se apresentava no campo como forma crônica e assim pôs em relevo sua essência e o modo para curá-la.

---

(150) F. Engels: El problema de la vivienda y las grandes ciudades, Barcelona, Ed. Gustavo Gili S.A., 1974, p. 97 e seguintes. Ver também F. Engels: "Contribuição ao problema da habitação, in Textos nº 2, SP, Ed. Alfa e Ômega, s/data, pp. 41-116.

Assim, para entender a inserção da classe trabalhadora na cidade, além de conhecermos o grau de pauperização a que está submetida, graças à exploração do trabalho nos níveis prevalecentes e respectivos níveis de consumo individual, é necessário conhecer a sua localização na cidade, o consumo coletivo indispensável à reprodução da força de trabalho: o transporte, saúde e saneamento, habitação e respectivos serviços e equipamentos (água, esgoto, pavimentação, energia elétrica) e os serviços sociais como educação, saúde, mensurados através da espoliação urbana:

> "somatória das extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência das classes trabalhadoras e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho". (151)

Como na cidade de São Paulo, segundo seu modo de expansão, há áreas vazias, retidas especulativamente, resultou-se uma configuração segregada e rarefeita, com a população trabalhadora alojando-se nas porções periféricas (década de 70), à exceção das zonas centrais decadentes que abrigam moradores empobrecidos de cortiços — as zonas "deterioradas" (mais características dos finais dos anos 80).

---

(151) Lucio Kowarick - A espoliação urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980 in J.A. Moisés e outros - Cidade, povo e poder, São Paulo, Cedec e Paz e Terra, 1982. "O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana", p. 34.

1.6.1.3. Recorte espacial: o bairro

É importante, pois, justificar a seleção de um bairro, como base empírica de nosso estudo. Não se pretendeu mostrar que os moradores desse recorte espacial teriam um comportamento específico, diferente do da classe trabalhadora de São Paulo. Ao contrário, seu local de moradia e sua vivência no espaço urbano irão documentar as determinações gerais como ali se manifestam, carregando sua singularidade histórica. Assim, debruça-se sobre a realidade nacional, embora circunscrita à análise de um bairro; apreende-se a realidade em movimento, procurando acompanhar a luta de classes na cidade ao longo do século. Acompanhamos as diversas partes da cidade, como uma das escalas da análise do ambiente construído, partindo da rua, da casa, do bairro. É como se utilizássemos uma lupa para examinar determinado ponto de uma grande gravura, para examinar em detalhe, recompondo o todo posteriormente.

A própria definição do que é bairro é polêmica. Em sua origem popular, tal como se utiliza em linguagem corrente, o bairro constitui um conjunto original dentro da cidade. Afigura-se ao cidadão como um "pedaço" diferente dos outros, em uma definição sintética.

Embora a divisão dos bairros tenha também uma origem administrativa, ele tem conotações funcionais, morfológicas e relativas à estrutura social, pois baseia-se também na divisão ou segregação de classes e determinadas funções econômicas. O próprio nome do bairro é apoiado por uma tradição ou permanência histórica. De qualquer modo, o bairro é uma unidade empírica, com alguma unicidade que pode ser investi-

gada objetiva e subjetivamente pela população que o habita, por ele circula, e assim, habita a cidade.

O bairro e/ou área de estudo pode ser definido minimamente como uma região urbana que se revela por alguma característica de homogeneidade física ou social. Mais que um conjunto de ruas e limites administrativos, o bairro se assume enquanto determinada paisagem, por certo conteúdo social, por funções próprias. Qualquer um desses elementos pode alterar os limites do bairro. Tampouco se confunde com o zoneamento puro e simples.

Para nossos objetivos, pois, importa definir nosso recorte como estudo de "localidade", termo este preferido ao de "comunidade", devido às confusões existentes com relação a este último(152). O termo localidade, ou o status de "locus" define, no máximo, uma unidade analítica, não como parte de um sistema fechado. Há, portanto, uma distinção dentre os "loci", caracterizada por um agregado de pessoas mais ou menos pertinente" ou um agregado de residências, ou por alguma tipicidade ou de usos e consequentes separações (vazios, rios, avenidas etc.) são as áreas de estudo, constituindo "pontos nodais de interação" que comportam diferentes graus de densidade, contendo forças centrípetas e centrífugas.

Nas localidades são visíveis empiricamente as relações familiais (parentesco) as de vizinhança, de ambiência,

(152) Cf. A. Leeds e E. Leeds - A sociologia do Brasil urbano, RJ, Zahar Ed., 1978, p. 31 e seguintes. O termo comunidade, tão frequente na literatura sociológica do séc. XIX, embora seus variantes teórico-metodológicos, expressa sempre, com ou sem base espacial próxima, um agregado de pessoas, com sentimento de pertinência, como unidade sócio-estrutural de algum tipo. Tais características são difíceis de encontrar no contexto do capitalismo contemporâneo. O termo localidade não exige uma unidade mínima ou máxima de organização como a comunidade.

de grupos informais como bandos e cliques, gangs, grupos de trabalho, organizações profissionais, as bandas e as escolas de samba e assim por diante, Caracterizam-se pois, relação face a face, mas também há as secundárias e impessoais, incluindo as que ocorrem nos pontos comerciais, nos serviços de massa (transporte coletivo, do trem, ônibus , bonde ou metrô) instituições corporativas. Enfim, uma gama flexível de relações que podem passar da proximidade, solidariedade para competição e conflito, na vida cotidiana ou esporadicamente. São, de alguma maneira, unidades ecológicas dispondo de base territorial; quando reforçadas com segregação étnica, pode representar resistência a interferências supralocais ou externas. No caso de uma metrópole,as localidades são pontos de referência,embora não autônomas,porque sua auto-definição depende da referência aos outros pontos locais dos quais se exclui. Trata-se também aqui da questão da "identidade" de seus moradores.

De acordo com a definição dos geógrafos, uma cidade — o lugar onde se manifestam os fatos urbanos — ocupa um sítio: sua área, sua superfície, que constitui a projeção de forma da cidade sobre um plano horizontal ou por partes determinadas. O sítio e a localização e ubicação definem a cidade(153).

Desse conjunto, pode-se destacar a "área de estudo" à qual damos um determinado contorno, de acordo com vários critérios: ou pelo sistema viário, ou pela existência de barreiras naturais (várzeas, rios, montanhas, vales) ou por condições históricas que imprimiram características precisas e de qualidade diferente. Essa delimitação permite

---

(153) Aldo Rossi - La arquitetura de la ciudad - Barcelona, Gustavo Gili, 1966, p. 100.

abordar com mais propriedade, determinados processos sob exame. É uma área — um recorte espacial e sociológico que, nem sempre área "natural" — um recinto, uma seção[154], um bairro que se individualiza do conjunto urbano, que emergiu por movimentos diferentes da história etc.

Se considerado o espaço da cidade como um todo, a área de estudo é uma abstração, como recurso heurístico para definir melhor certos fatos, como método de trabalho. Este estudo é válido tanto do ponto de vista da intervenção (planejamento) quanto da própria compreensão da cidade, que é feita de partes heterogêneas, por características formais e sociológicas. É possível, pois, captar o todo pelas suas partes, de seus momentos decisivos; desde que a "unidade destas partes está dada fundamentalmente pela história, pela memória que a cidade tem de si mesma".[155]

A existência dessas "partes" é indicativa de certa massa e densidade e também da tensão interna na vida dessa mesma cidade.

As noções de área de estudo e bairro, são, pois, estreitamente vinculadas. O bairro é pedaço da cidade, um momento, um setor da forma da cidade, "intimamente vinculado a sua evolução e à sua natureza, constituída por partes e à sua imagem"[156]: uma unidade morfológica. Os bairros situam-se na metrópole com alguma autonomia e alguma dependência do todo e essa dupla realidade é sua característica fundamental — o jogo dialético da parte e do todo, da unidade na diversidade.

---

(154) Aldo Rossi - La arquitectura de la ciudade, op. cit. p. 101.
(155) Idem, ibidem, pp. 103-104.
(156) Idem, ib. p. 105.

Essa conceituação não redunda na teoria dos círculos concêntricos de Burgess (1923) sobre Chicago: zona central de negócios, zona de transição degradada, zona de residência operária, zona de residência dos ricos e zona externa, teoria já contestada neste trabalho e universalmente — pois as zonas ali só são descritas por suas funções. É evidente que toda cidade tem uma zona central, mas este centro pode mudar e assumir feições diversas: comerciais, administrativas etc. Há também uma rede terciária complexa e polinuclear, mas isto deve ser estudado em cada caso particular.

Assim, a história urbana comprova o acerto do estudo de áreas — ou bairros — "área residencial", desde as cidades antigas (gregas e romanas) até as modernas, de Paris, Londres, Viena, Nova York, Chicago a São Paulo.

No caso da habitação, convém frisar que não se está "zoneando" a cidade por suas funções, mas reiterando uma função decisiva para todo o aglomerado urbano, pois toda cidade é caracterizada amplamente como lugar de habitação. A forma urbana está, pois, estreitamente ligada e marcada pela tipologia das edificações de moradia e sua distribuição no espaço. Por outro lado, a casa é uma manifestação puntual e indicativa de uma cultura, dos costumes, dos gastos, dos usos de um povo; e dos seus níveis de renda e suas classes sociais, mensurados pela localização(157).

---

(157) Aldo Rossi - op. cit. p. 112. Cita este autor como em Roma Antiga se dava a divisão em 14 regiões de Augusto, adotando-se a classificação dos tipos residenciais: domus (nobre) e insula (pobres, moradia operária e coletiva, os cortiços?).

Por sua vez, a localização da moradia, como vimos, reporta.se a fatores econômicos, históricos e também geográficos, morfológicos. A determinação econômica é visível pela especulação e relaciona-se à existência da mercadoria solo urbano — com serviços públicos e equipamentos coletivos, a presença ou ausência de transportes coletivos a explicar a concentração ou dispersão das habitações dos trabalhadores.

Dessa maneira, nada é tão ilustrativo do caráter de uma cidade quanto o estudo da habitação e sua distribuição espacial. Talvez nada ilumina tanto as diferenças estruturais entre uma cidade e outra quanto o problema habitacional. Há portanto, considerações muito válidas do ponto de vista sociológico e político "sobre o valor do problema habitacional como momento de vida de uma cidade e do mesmo problema social"(158).

Assim, a habitação, a moradia designaria um espalo privado dentro da cidade; ao sair desse espaço, começa o "público": atividades "fixas" (armazéns, edifícios comerciais, hospitais, universidades, escolas e equipamentos urbanos,serviços, infraestrutura e de circulação(ruas), praças,avenidas), elementos constitutivos pois desse modo de viver — uma certa polarização entre o público e o privado se exerce em toda vida urbana, inclusive cotidianamente e quanto mais forte e presente esta polarização, mais urbana é a vida de um agregado(159).

Dessa forma, separar a cidade e suas partes é um dos recursos de apropriação do real, da totalidade, já que

---

(158) Aldo Rossi, op. cit. p. 115.

(159) Cf. Hans P. Bahrdt - "Apuertes de sociologia urbana" apud Aldo Rossi op. cit. p. 131.

não é possível captar a "coisa toda de imediato, mediante a simples contemplação ou mera reflexão. Para tal, é preciso uma determinada atividade[160]. É preciso realizar a análise, decompor o todo em partes para depois recompo-las na síntese, aparecendo o concreto como síntese das múltiplas determinações. Dessa forma, há modos específicos de acesso ao real urbano (tanto o acesso artístico, arquitetônico,geográfico, histórico, econômico, social) quanto é válido decompor as partes desse todo (os bairros), para depois reuni-los, após as várias angulações, no seu movimento dialético.

No dizer do urbanista Fritz Schumacher, "A grande cidade é hoje uma criação surgida de diversos e numerosos problemas de conformação; todas as zonas da cidade se separam cada vez mais claramente umas de outras, e seria totalmente falso querer encerrá-las em uma única lei de desenvolvimento formal"[161].

De outro ponto de vista, é absolutamente necessário considerar a interação homem-entorno próximo para honrar os velhos compromissos das ciências sociais em torno das sempre renovadas questões da influência da herança-habitação, na formação da Personalidade. Em especial quando se trata do estudo de um bairro, em que se investiga precisamente um "meio", uma localidade delimitada com relativa estabilidade,torna-se fundamental tratar não só do que nos parecem detalhes sentimentais — como o apego e sentimento de moradores ao seu "pe

---

(160) Verificar K.Marx - Introdução à crítica da economia política - "O método da economia política", SP, Abril Cultural, Col. Os Pensadores, 1974 e Karel Kosik - Dialética do concreto,RJ,Paz e Terra,1980.

(161) Citado por Aldo Rossi - "Aspetti e problemi della tipologia edilizia" - CLUVA, Venecia, 1964, pp. 133. (Tradução livre nossa).

daço" de origem — mas a profunda influência que experiências locais lhes imprimiram, pois a maturação intelectual e de conduta se produz na experiência de ambientes estimuladores concretos. "O bairro não é só um recipiente onde se deposita uma população, é um molde que a conforma"(162).

E um estudo psico e sóciocultural acompanhado de pesquisas sensoriais e perceptivas do bairro permitirão perceber de fato qual o papel deste espaço no conjunto da cidade e sua população.

Do ponto de vista do habitante, pois, o bairro se reveste de caráter de uma determinada vivência espaço-temporal, uma definição sensorial e situacional, entorno próximo, entorno longe e totalidade. Desse ângulo, o conhecimento do bairro torna-se importante não apenas com motivações estéticas, mas também para projetos de intervenção urbana que não queiram correr o risco de parecer medidas isoladas inefi cazes, e para um planejamento ambiental capaz de reconhecer o peso do ambiente sensorial nos níveis de saúde e desenvolvimento psíquico de seus habitantes.

O problema do espaço não pode ser equacionado apenas nos níveis econômicos e jurídicos, mas nas suas dimensões semântica, estética, social e psicológica. Preservar um espaço arquitetônico próprio de um espaço-tempo, significa,pois, não só preservar objetos contidos nesse espaço, como uma da-

---

(162) Amalia Alvarez, Pablo del Rio et allii - La vida en el Barrio,estudio sobre formas de vida y modelos urbanos en Sevilla y su casco histórico, Madri, Prosevilla S.A, Ed. Hijos de Minierva, 1978 - Terceira Parte, p. 190 (tradução livre).

da configuração e estrutura desse mesmo espaço.

Como o espaço é percebido sensorialmente pelo indivíduo (desde criança aprende a movimentar-se em diferentes estratégias cognitivas) há toda uma mensuração que se inicia pelo topológico tátil, vivencial e depois, se estende para um espaço euclidiano. O ambiente próximo serve de pauta de referência para a cidade em nossos conhecimentos, designando-nos itinerários, o colorido dos sinais, a altura dos edifícios, os ruídos etc.

O caráter tátil, visual e sonoro do espaço ganha destaque cada vez maior nos estudos sobre o espaço.Por exemplo, a construção urbana atual é cada vez mais visual e euclidiana, deixando longe as dimensões humanas apreciáveis na construção histórica e tradicional(163). Os espaços geométricos repetidos e a escala impessoal não são compatíveis ao esquema do espaço corporal e o contato dos homens com eles se dá quase de forma antinatural, abstrata. O automóvel, parâmetro principal considerado hoje para o sistema viário,destroi o esquema motor e corporal humano, não compensando com nada, e sim afogando-o em um pseudo-contato e impondo-lhe um ritmo forçado, sem controle de paradas, no fluxo regulado pela corrente geral de veículos e normas de circulação.

Nossa realidade urbana acaba, assim, de forma distanciada e destruidora, perdendo-se seu sentido cinestésico biológico (espaço-tempo-movimento) para cair em um continuum linear.

---

(163) A. Alvarez, P. del Rio et allii - op. cit. p. 195 e seguintes.

Dessa forma, o bairro se situa nesse continuum da atividade de seus habitantes, como local de dimensões vivenciadas do espaço. Em particular, a delimitação de espaços públicos e espaços privados, esse preordenamento das atividades no bairro, acarreta todo um fluxo de contatos e trocas em uma dada topologia de forças psico-sociais. A experiência do espaço ambiental não se apresenta como experiência "global e unitária", mas permite infinitas possibilidades de esquematizações e fragmentações(164).

A ecologia dos contatos (frequência, tipo, intra ou interbairro), está condicionada pelas condições sensoriais: densidade, largura das ruas, entropia visual, alcance da voz humana em função do ruído ambiente, possibilidades táteis ou proxêmicas etc. O meio urbano industrial, em seu perfil euclidiano, som monótono, desnaturalizado pelo ruído, olfato contaminado, o asfalto descaracteriza o ambiente e o automóvel é determinante. A superfície toda geométrica substitui a iconografia artesã.

No circuito público e privado, notam-se mecanismos compensatórios para a falta de espaços públicos e pelo "refúgio ao privado" como a impermeabilização das paredes da esfera pessoal (entrincheiramento em sua casa como santuário e a destinação de espaços para visitas) a busca da tranquilidade dos bairros residenciais — bairros-jardins, pseudocampos e pseudocidades.

---

(164) Maurice Munir Cerasi - La lectura del ambiente, Barcelona, Publicacaciones del Colegio Oficial de Arquitectos de Cataluña y Baleares, 1973, pp. 22 e seguintes.

A propriedade privada introduz essa dialética público/privado, respectivamente locais de trabalho e trânsito, comércio e locais de viver = habitar, onde existem metas privadas e metas públicas, caminhos comuns e caminhos privados e todo um jogo de forças e contatos(165).

1.6.2. Reconstrução e renovação urbanas

A cidade capitalista se transforma rápida e violentamente impulsionada basicamente por fatores econômicos, ou por suas consequências como é o caso da especulação que, sem dúvida, explica muito do crescimento das cidades burguesas modernas.

Na lógica da demolição de velhos bairros/reconstrução sobre novos terrenos a valorizar, cabe-nos perguntar: são os especuladores, nos mais diferentes tipos, surgidos repentinamente na cidade os causadores desse movimentos ou estes são resultantes dos movimentos da população urbana em uma evolução de suas necessidades o que determina tais demolições aí as novas construções exigem especuladores?

Na verdade é do conjunto do capital que saem as pressões e não de um ou outro capitalista isolado; as pressões são constantes e constitutivas da cidade moderna. Maurice Hallbwachs(166) analisando o caso de Paris objeto das reestruturações propostas pelo plano Hausmann, ilustra tais considerações.

---

(165) A. Moles - Psicologia del espacio, Ricardo Aguilera, 1972.

(166) La population et les tracés de voies à Paris déspuis un siècle, Paris, 1928, apud Aldo Rossi, op. cit., p. 135.

Os motivos alegados nos rasgos abertos na cidade por Hausmann, inclusive a abertura do Boulevard de Strasbourg, foram estratégicos (não se sabe se alegadas como pretextos ou verdadeiros). Está-se tentando mostrar que a abertura das ruas só pode e deve ser explicada no contexto histórico do país. Porque os argumentos estratégicos quanto aos efeitos topográficos não acrescentam nada, apenas do ponto de vista econômico. Os argumentos podem ser também de caráter "moral", estético e de higiene etc., mas enquanto resíduos do econômico.Este precisa sim ser investigado preliminarmente e depois os outros, secundariamente.

Engels, no seu famoso ensaio de como a burguesia resolvia o problema da habitação popular(167) enfatizava que o interesse no assunto, a par das hipocrisias filantrópicas, estava radicado no medo das epidemias pois as ciências naturais provavam a relação entre bairros insalubres e focos de doenças. A questão habitacional não foi tratada como questão social pelo Estado burguês. É nesse contexto que surgem os métodos de demolição/reconstrução:

> "Em realidade, a burguesia não conhece senão um método para resolver à sua maneira o problema da habitação, isto é, para resolve-lo de tal sorte que a solução crie sempre de novo o problema.Esse método chama-se Haussmann (...) entendo aqui por "Haussmann" não somente a maneira específica bonapartista do Haussmann parisiense de abrir ruas amplas, largas e certas através dos bairros operários construídos estreitamente e enfeitá-las de cada lado com edifícios luxuosos; sua finalidade, ao lado da de caráter estratégico visando tornar mais difícil a luta de barricadas,era formar um proletariado da construção especificamente bonapartista e dependente do governo, assim

(167) F. Engels -"Contribuição ao problema da habitação" in Textos nº 2, São Paulo, Ed. Alfa e Omega, 1976 e F. Engels: A situação da classe operária na Inglaterra - op. cit.

> como transformar Paris numa cidade de luxo.Entendo por "Haussmann" a prática generalizada de abrir brechas nos bairros operários particularmente os situados no centro de nossas grandes cidades,quer isso corresponda a uma medida de saúde pública ou de embelezamento, quer a uma procura de grandes locais comerciais no centro, quer a necessidade de comunicação, como ferrovias etc. O resultado é o mesmo em toda parte, qualquer que seja o motivo invocado: as travessas e os becos sem saída desaparecem e a burguesia se glorifica com um resultado tão grandioso; mas... travessas e becos sem saída aparecem em outra parte,e com enorme frequência em lugares muito próximos".(168)

Ilustrando tais afirmações com exemplos de Manchester de 1843 e 1844, Engels cita casos de demolições totais ou parciais de bairros operários por ferrovias e construção de novas ruas, avenidas e com o aumento da população na cidade, outros bairros vieram a ser tão feios e sujos quanto os primeiros e ainda, alguns deles pioraram tanto quanto já eram antes das intervenções.

> "Todos esses focos de epidemia, esses buracos e sótãos imundos, nos quais o modo de produção capitalista encerra nossos operários noite após noite, não são liquidados, mas somente... transferidos. A mesma necessidade econômica que os fizera nascer em um lugar, os reproduz mais adiante, e enquanto existir o modo de produção capitalista será um absurdo pretender resolver isoladamente o problema da habitação ou qualquer outra questão social que afete a sorte do operário..."(169).

A burguesia remodela o espaço urbano de acordo com seus projetos políticos. Isso aconteceu também em Viena,quando os liberais conquistaram o poder político em 1860,transformaram as instituições do Estado segundo os princípios do constitucionalismo e dos valores da classe média. Centro de irradiação da vida intelectual e bastião político e econômico, Viena

---

(168) F. Engels - "Contribuição ao problema da habitação", op. cit. p.93.
(169) Idem, ibidem, p. 95.

sofreu grande transformação:

> "Desde que ascenderam ao poder, os liberais começaram a remodelar a cidade à sua própria imagem e quando foram expulsos do poder no final do século, em larga medida tinham conseguido: a face de Viena estava transformada. O centro dessa reconstrução urbana foi a Ringstrasse. Vasto complexo de edifícios públicos e residências particulares, ela ocupava uma ampla faixa de terra, que separava a antiga cidade interna e os subúrbios. Graças à sua escala e homogeneidade estilística, a 'Viena da Ringstrasse' converteu-se num conceito para os austríacos, uma forma de invocação mental das características de uma época, equivalente à noção de 'vitoriano' para os ingleses, 'Gründerzeit' para os alemães ou 'Segundo Império' para os franceses". (170)

Mais tarde, a Ringstrasse tornar-se também o centro simbólico da crítica ao liberalismo, um termo pejorativo — "Ringstrassenstil", apontado pelos intelectuais da virada do século, para designar sua descrença diante da pujança liberal de outrora.(171)

Ao lado da impressão dos valores liberais no "granito e no espaço", esses intelectuais procuravam também dotar

---

(170) Carl E. Schorske - Viena, fin de siècle, Política e Cultura, São Paulo, Cia. das Letras/Ed. Unicamp, 1988, p.49 (tradução de Denise Boltmann). Este autor trata da efervescência cultural e política do final do século austríaco, com os mais ousados conceitos vindo à tona em seus famosos cafés: a psicanálise nascente, o novo urbanismo, artes plásticas, música atonal, matemática etc.

(171) Foi no seio da Ringstrasse que surgiram dois nomes importantes no pensamento sobre a cidade e sua arquitetura. Camillo Sitte (um dos teóricos da cidade comunitária até hoje reverenciado por autores como Lewis Munford e Jane Jacobs) e Otto Wagner (utilitarista radical que goza da simpatia de funcionalistas modernos e críticos como Pevsner e Giedion). Embora de concepções diferentes, ambos puseram em destaque dois traços culturais austríacos marcantes do século XX: a "sensibilidade aos estados psíquicos e a preocupação com as consequências negativas e/ou potencialidades da racionalidade como guia da vida".
Carl E. Schorske - op. cit. p. 44.

a cidade de condições razoáveis de saúde e segurança para acomodar uma população em rápido crescimento. Assim é que muitos serviços públicos foram implantados, de forma comum às demais metrópoles modernas em expansão. Para proteger-se das frequentes inundações, o Danubio foi canalizado e foi implantado um notável serviço de abastecimento de água. Em 1873, inaugurou-se o primeiro hospital da cidade que assumiria, em nome da Municipalidade, os serviços outrora prestados pela Igreja. Embora a tuberculose ainda grassasse nos bairros operários, um sistema sanitário público foi implantado e eliminou grandes epidemias.

Viena continuava seu compromisso barroco com os espaços abertos e os parques eram concebidos ("os pulmões da megalópole") não só de acordo com traçados geométricos, mas também por princípios biológicos e orgânicos. Não constavam da Ringstrasse, porém, os traços de planejamento urbano que fizeram a fama de Viena mais tarde — o fornecimento de habitações a baixo custo e a planificação social da expansão urbana. Na época, tal atuação pública restringiu-se a um controle sobre a altura dos edifícios e largura das ruas, baseando-se em um sistema de grade indiferenciada.

Na verdade, queriam transformar o "rosto" da cidade, apesar de terem desenvolvido serviços que constituiam "ossos e músculos da cidade moderna". Sua remodelação visual causou impacto, seus objetivos práticos se subordinaram à sua função simbólica de representação — a autoprojeção cultural, cujo termo correto era "embelezamento da imagem da cidade" (Verschönerung des Stadtbildes)[172].

---

(172) Carl Schorske - op. cit.

Cumpre observar também que havia um objetivo estratégico na ocupação das faixas vazias ao redor da cidade interna de Viena; tais faixas, sintomas de certo atraso histórico da cidade que mantivera suas fortificações muito além das outras capitais européias mantinham isolado o centro de seus subúrbios. Essas esplanadas tiveram sua função redefinida, não pela ação de José II que havia procurado ali desenvolver atividades recreativas, mas após a Revolução de 1848. A abolição da jurisdição política feudal aproximou os subúrbios para a cidade e a constituição municipal de 1860 forneceu um quadro para o avanço das reivindicações. Com o desenvolvimento populacional e econômico, surgem novas reclamações de caráter político, civil e urbano. A escassez de moradias se torna evidente(173). A Revolução de 1848 havia mostrado que o inimigo não era mais o invasor estrangeiro, mas o povo revolucionário. A corte imperial devia manter-se em segurança contra possíveis ataques do "proletariado dos subúrbios e locais distantes": Era o medo da turba, da malta, do tumulto. Tais preocupações só deixaram de prevalecer diante das pressões econômicas crescentes, e na década de 1860, caiu "a muralha de pedra" que por muitos séculos mantivera os nobres membros de Viena "prisioneiros de um feitiço maléfico"(174). A Igreja e o Exército foram de certa forma privilegiados nesse espaço (foram construídas a Votivkirche, a grande igreja, e dois quartéis e importante complexo de novos aresenais perto da ferrovia), deixando sua marca em larga avenida, para dar mobilidade às tropas e evitar possíveis barricadas. Dessa forma, "considerações militares e de

---

(173) Carl Schorske - op. cit.

(174) Idem, ibidem, p. 48.

sejos civis assim coincidiram na escolha de um imponente bulevar que daria a Ringstrasse sua forma circular e sua escala monumental"(175).

Com seus imponentes edifícios públicos, a universidade, com monumentos, estátuas, seu Parlamento, a Ringstrasse era um modo de vida. Mas sua área era ocupada basicamente por grandes edifícios residenciais, utilizando-se da iniciativa privada, e que serviria de abrigo para a nova classe média ascendente.

A opção pela moradia multifamiliar — prédios de apartamentos de 4 a 6 andares, deu-se segundo necessidades e aspirações dos construtores e sua clientela, adaptando-se o estilo de Adelspalais (palácio aristocrático) para Mietpalast (palácio de aluguel) e do ponto de vista do investidor, de Zinspalast (palácio de rendas). Apesar de ostentar alguma aristocracia em comparação com as casernas de aluguel, monótonos prédios de vários andares dos bairros externos de Viena e que abrigavam operários, o Mietpalast exibia a marca da transformação trazida no século XIX pelo capitalismo nas habitações: a separação da vida pessoal e o trabalho, a residência e a oficina (ou escritório). Havia áreas comerciais no Mietpalast mas não eram os locais de trabalho de seus moradores. Abdicou-se da escolha da casa urbana inglesa e da residência aristocrática, prevalecendo o prédio de apartamentos com diferenciação e ostentação internas, e com características "enobrecedoras" como escadarias grandiosas e vestíbulos amplos para dar sensação de grandeza.

---

(175) Carl Schorke, op. cit. p. 49.

Os planos de renovação, são, portanto, de demolição e reconstrução e existem para servir aos desejos da acumulação, em especial aos interesses econômicos do setor imobiliário. Ao contrário, qualquer demolição significa uma perda no montante de uso disponível globalmente e respectivo trabalho social necessário à sua realização(176).

Desse ponto de vista, enquanto uma edificação abrigar pessoas e atividades ela está exercendo seu valor de uso, socialmente útil. Sua demolição se justifica quando não houver condições de segurança para tais funções e não for exequível sua restauração. Mesmo assim, deve-se verificar se há outras edificações em número suficiente para melhor resolver as necessidades sociais.

Uma contínua marcha de sucessivas demolições e reconstruções das edificações leva a uma certa especialização do uso do solo e uma espacialização das classes sociais, acarretando deslocamentos das camadas mais pobres para outros locais mais acessíveis o que prejudica a consolidação de organizações de vizinhança e demais relações sociais de localidade. E ainda, a demolição é uma "perda da memória do espaço construído, cuja importância não se limita ao patrimônio histórico de valor arquitetônico, mas abrange todo o tecido urbano, enorme patrimônio da comunidade"(177). Funcionam, assim, como elemento de suporte para a produção e consumo e são "capital fixo". Este, paulatinamente, irá transferir-se para seus usuários e/ou mercadorias ali produzidas não se esgotando de todo em um único ciclo produtivo

---

(176) Andreína Nigriello - Conservar para desenvolver - tese de doutoramento apresentada à FAU-USP, São Paulo, 1987.

(177) Idem, ibidem, p. 2.

Assim como peças de uma máquina, as edificações no sistema capitalista se colocam como partes de uma "grande máquina", como Folin chama a cidade(178).

Como a demolição pode ocorrer tanto quando o "capital fixo" nela incorporado já foi transferido aos produtos e/ou aos seus usuários, quanto antes dessa transferência se completar, deduz-se que ela será oportuna quando a expectativa de novas rendas seja superior não apenas ao custo de uma nova edificação mas também à perda do capital nela imobilizado(179).

Dessa maneira, novas rendas imobiliárias são esperadas ou por substituição de atividades mais lucrativas, ou por mudança de zoneamento, que permita maiores densidades e nova localização dessas atividades mais lucrativas,por investimentos maciços do Estado em equipamentos e infraestrutura (metrô, por exemplo) ou, no caso de habitações, substituição dos usuários por outros de renda mais alta.

> "Expectativas de novas rendas para os proprietários de terrenos vagos ou ocupados por edificações em parte ou totalmente depreciadas podem finalmente ocorrer quando os preços de seus imóveis tendem a ser aumentados por um afluxo de capital no setor imobiliário, provocado, em geral, por uma redução na taxa de juros no mercado financeiro". (180)

---

(178) M. Folin - La ciudad del capital - Mexico,DF, Ed. Gili,1977,p.35.

(179) P. Vieira da Cunha e M. Smolka - Notas críticas sobre a relação entre rendas fundiárias e o uso do solo urbano. São Paulo, FUNDAP, 1978.

(180) Andreina Nigriello, op. cit. p. 6.

O preço do solo irá se elevar com o afluxo de capital para o setor imobiliário, ao mesmo tempo que maiores capitais se tornam disponíveis para a compra de terrenos para construção ou ocupadis por edificações antigas. Surge também maior interesse especulativo na compra desses imóveis para estoque até que novo patamar de preços se fixe.

Esse processo envolve vários agentes, tais como os proprietários de edificações e terras, proprietários dos meios de produção e dos capitais necessários às realizações futuras: incorporações e novas edificações. Nesse contexto, o Estado exerce igualmente um papel decisivo pela sua ação urbanizadora.

No que se refere aos proprietários das edificações a serem demolidas, eles detêm o direito jurídico do solo e recebem por isso parte da mais valia — o sobrelucro — diferença entre a taxa de lucro média geral e a taxa de lucro específica ao processo de produção e comercialização de edificações. Essa parte da mais valia, pois, é dirigida aos proprietários fundiários urbanos como renda, que pode ser caracterizada como renda absoluta(181). Atuando como especuladores imobiliários e visando a maximização da renda fundiária, estocam velhas edificações, geralmente situadas em áreas equipadas da cidade, de modo a controlar a oferta desses terrenos bem localizados para a indústria da construção civil. Tais edificações antigas ficam fechadas e se transformam em cortiços. Muitas vezes, após as demolições das antigas construções, os terrenos são alugados como estacionamentos, até que novas obras se concretizem.

---

(181) K.Marx - El Capital, Mexico, FCE, Tomo 3, Livro 3,Cap.47,1946,p.907 e Lojkine - "Existe uma renda fundiária urbana?". In Reginal Forti: Marxismo e urbanismo capitalista, SP, LECH, 1979.

Asseguram também para si a realização de "rendas diferenciais" pelas vantagens de localização, índices de construtibilidade de seus imóveis (frequentemente pressionando o poder público para realizar obras e serviços públicos e regulamentação do solo para beneficiar um patrimônio privado)[182]. Garantem para si, assim, recursos escassos e produzidos como a acessibilidade, bem como uma renda de monopólio (decorrente da existência de localizações que conferem aos que as ocupam o monopólio de fornecimento de determinadas mercadorias, tirando delas maiores preços)[183], pois conseguem pagar a demanda interessada em imóveis com especiais características e que existem em quantidade limitada no mercado.

Dessa forma, os proprietários atuam individualmente, interferindo na adequação do tecido urbano, acabando por provocar a segregação espacial da população por níveis de renda ao forçarem a distribuição desigual de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos.

Por sua vez os proprietários dos meios de produção e dos capitais aplicados na indústria de construção civil, participam da construção do espaço urbano através da aplicação de capital fixo na realização das obras, quase sempre um processo mediado pelo Estado que produz equipamentos e financia a longo prazo aos empresários, ajudando a regular a taxa média de lucro.

---

(182) K.Marx - El Capital - op. cit. e P. Vieira da Cunha e M. Smolka, op. cit.

(183) Paul Singer - O uso do solo urbano na economia capitalista, SP, CEBRAP, 1977, mimeo.

Os capitais de propriedade de bancos e de investidores privados têm interesse na rotação rápida do processo de produção e comercialização de edificações (para garantir entrada de lucro a curto prazo e reiniciar o processo em outras terras); quanto mais os usuários de construções produzidas tiverem renda para efetuar sua compra, maior será o lucro desses empreendedores. No que se refere às habitações, a alta de salários produziria condições de mais dinheiro ser canalizado para o mercado imobiliário, na medida que aumentasse a quota do salário destinada à aquisição da casa própria. Para o capital aplicado na construção civil isso traria mais lucro enquanto concomitantemente reduziria a taxa de lucro do capital industrial(184). Por sua vez, quando o Estado favorece o congelamento dos aluguéis e dos salários, o setor industrial é em parte favorecido e prejudica, inversamente, o setor imobiliário.

No caso das antigas edificações localizadas em áreas centrais dotadas de todos os equipamentos, o capital imobiliário tem interesse nas operações de demolição/construção, especialmente nos períodos em que há retração dos salários e consequente menor capacidade aquisitiva da população, pois paga tais edificações por preços que retribuam a seus proprietários não só a renda absoluta, como a diferencial e/ou monopólio, mas garante a produção de edificações bem localizadas e destinadas a atividades rentáveis ou à população de renda mais alta. Esse esquema é preferível a pagar menores valores (renda absoluta) por edificações ou terrenos das áreas periféricas para construir neles habitações populares.

---

(184) Charles Topalov - Capital et proprieté foncière, Paris, CSU, 1973.

Existe, pois, certa tensão entre os proprietários dos meios de produção e dos capitais da construção civil e os proprietários fundiários porque estes retêm os terrenos especulativamente e provocam interrupção no processo produtivo de construções. Para evitar isso parte do capital imobiliário tem sido aplicado cada vez mais na especulação de terrenos já edificados ou ainda não ocupados. Há, contudo,uma contradição nesse procedimento porque contrapõe tendências parasitárias e especulativas do capital (buscando rendas fundiárias) aos investimentos produtivos que aumentam a taxa de mais valia(185).

Convêm destacar a participação da parcela do capital imobiliário representada pelos incorporadores (realizadores de novos edifícios, vendedores das frações e responsáveis pela entrega da obra) que adquirem terrenos, contratam firmas de projetos e empresas construtoras e de comercialização, bem como levantam financiamento do Estado. O incorporador recupera o valor investido a curto prazo, geralmente e com altas taxas de lucro, pois calcula o custo das construções (material, mão de obra, as quotas do terreno valendo o preço do mercado na data fixada para o término das obras) acrescido de taxas de lucro da construtora, da administração e do capital financiado. A venda das unidades é feita por preços que compensam todo o capital inicial, agregado de mais valia e lucro incorporado(186).

Finalmente, o Estado ocupa papel de destaque no processo de demolição/construção, quando implanta programas

---

(185) Cf. Jean Lojkine - O Estado capitalista e a questão urbana, op. cit.
(186) Andreina Nigriello, op. cit., pp. 11 e 12.

de "renovação", recuperação urbanas, ou através de localização de equipamentos públicos em espaços já edificados. Via de regra tais intervenções costumam expulsar as populações menos favorecidas ali residentes para outros locais, mesmo através da "garantia", dada pelo Estado, de dar prioridade aos "pioneiros" das áreas beneficiadas, mas que não têm renda para adquirir as novas habitações mais recentes e valorizadas pelas novas melhorias.

Os investimentos do Estado, assim, nem sempre produzem benefícios que serão socializados em grande escala. Podem contribuir para o capital industrial, ou para a população em geral ou para o capital imobiliário, a depender da localização dos equipamentos e melhorias que implanta, da redução do tempo de realização do processo de produção e comercialização de mercadorias e assim por diante. Especialmente no caso de demolições de áreas cuja ocupação é medianamente adensada e ainda pouco valorizadas, o Estado vai provocar maior aproveitamento do terreno com a construção de edifícios de apartamentos, escritórios ou centros comerciais, geralmente destinados à população de renda superior à anteriormente existente.

Também não protegendo o patrimônio edificado com instrumentos legais, não criando linhas de financiamento voltadas à conservação e/ou reforma das edificações existentes e financiando produção de imóveis em terrenos ocupados, o Estado contribui para a demolição e seus efeitos.

O Estado, pois, exerce seu papel na cena urbana: mantém a segregação que é funcional e, "além disso, garante os modos pelos quais a ordem urbana se expande"(187).

(187) B. Schmidt - "A politização do espaço no Brasil", Salvador, 33ª Reunião da SBPC, 1981, mimeo, p. 29.

CAPÍTULO 2 - A FORMAÇÃO DO BAIRRO DO BRÁS

CAPÍTULO 2 - A FORMAÇÃO DO BAIRRO DO BRÁS

A história do bairro do Brás só pode ser vista junto à história da Cidade de São Paulo que, por sua vez, conta muito da história da região e da Nação. Em uma abordagem preliminar sobre esse recorte da cidade, tem-se de percorrer o caminho da reconstrução do passado, iniciando-se em meados do século XVIII, quando foi erigida a Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinho por um português, proprietário rural da região - José Brás - e que parece ter dado nome ao bairro. Ata da Câmara de 1765 faz referência a um caminho "pegando a Capela do Senhor Jesus até a Freguezia do Juquery" que pode ser a citada igreja; em 1769, um termo de vereança manda "fazerem pontes que ficam entre o caminho do José Brás até a chácara do Nicolau" (1).

São Paulo ainda era um apêndice do campo e o Brás não passava, pois, de um subúrbio rural. Aliás, a

---

(1) Cf. Maria Celestina Teixeira Torres: O Bairro do Brás, Deptº de Cultura da Secretaria de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1969; e Ebe Reale: Brás, Pinheiros, Jardins: três bairros, três mundos, São Paulo, Ed. Pioneira e Ed. Universidade de São Paulo, 1982, p.13.

cidade manteve sua ocupação original em torno da colina central, limitada pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú, durante os três largos primeiros séculos de sua história. Apenas sofreria consideráveis transformações a partir da segunda metade do século XIX, quando se configuraria o Brás como bairro popular. Sua estruturação decisiva deu-se basicamente no último quartel do século XIX (1870-1900), apresentando seu feitio de bairro operário: na várzea do Tamanduateí, terrenos alagadiços e insalubres abrigavam a rede ferroviária (que demandava o Rio de Janeiro) e alí também se instalou a Hospedaria dos Imigrantes, onde esses emigrados, notadamente italianos, ocuparam o território, moldando a inserção do bairro no conjunto da cidade.

A história do bairro, permite, pois, recuperar a trajetória da Cidade de São Paulo e suas relações com o contexto mais amplo da urbanização brasileira.

2.1. Antecedentes: São Paulo nos Tempos Coloniais

A cidade de São Paulo, durante todo o período colonial, apresentava-se quase como exceção no contexto da urbanização brasileira, cujo padrão geral fora marcado fortemente pelo mercado externo e pela localização

no litoral (2), pois era afastada da costa e não conhecia o latifúndio propriamente dito nessa época.

São Paulo nasceu como colégio, fundado em 25 de janeiro de 1554, por iniciativa da Companhia de Jesus e, apesar de atender às preocupações de defesa e colonização do território diante da pressão dos castelhanos do

---

(2) Os autores parecem concordar que o caráter geral da urbanização brasileira foi marcado pela empresa colonial, tendo o capital mercantil interesse de retirar valores de usos das colônias para sua posterior realização na Europa como valor de troca. Esse foi o caráter das "feitorias", primeiros núcleos litorâneos fortificados para defesa do território e escambo do pau-brasil. Outras medidas foram tomadas mais tarde para povoamento e ocupação, que concilias sem tais objetivos predatórios aos escassos recursos financeiros e demográficos de Portugal. O cultivo da cana-de-açúcar no Nordeste, em relação ao capital holandês, montou um sistema produtivo de natureza agro-industrial com a expansão no mercado mundial do produto. A monocultura açucareira, de base escravocrata, formando a camada dos senhores de engenho, marcaria nossa história social de suas primeiras raízes: capital mercantil, latifúndio e Estado; enquanto garantia o lado interno da produção e da colonização, o Estado controlava o lado externo, a circulação e realização do produto. O empreendimento açucareiro que dominava os grupos indígenas e se utilizava de mão-de-obra africana, tornara mais estável o povoamento, mas acabou inibindo o desenvolvimento de atividades urbanas como o comércio e o artesanato. Este, circunscrito às fazendas, e o comércio só acontecendo nos principais pontos da costa. As vilas litorâneas assumiram as feições de fiscalização e de centros políticos, comerciais, culturais e religiosos, enquanto as vilas do interior, pequenos centros subsidiários da economia de subsistência, viviam isoladas e quase estagnadas. No seu conjunto, o Brasil contava com uma rede urbana díspar, concentrada no litoral e débil no interior, sem articulação interna e com relações intermitentes. Os senhores de engenho, sobretudo, permaneciam o tempo todo nas suas propriedades rurais, só se dirigiam às cidades pelas necessidade impostas pela colonização. Até meados do século XVII, quando a lavoura comercial do Nordeste começou a dar mostras de decadência, os núcleos urbanos mostravam grande dependência da produção rural. E, até o ciclo minerador do século XVIII, o Brasil apresentava apenas 66 vilas e oito cidades, entre as quais São Paulo, que fora elevada a esta condição em 1711. Consultar a respeito, entre outros, Nestor Goulart Reis: Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil, São Paulo, Ed. Pioneira e Ed. Universidade de São Paulo, 1968.

sul, combinou tais interesses do Estado português aos da Igreja que era a catequese dos índios (3). A escola havia sido fundada na "lombada de campo alto, interposta às águas dos ribeiros Tamanduateí e Anhangabaú (4) e alcança va um horizonte relativamente amplo. Abrangia a citada vár zea do Tamanduateí e a colina da Penha, de um lado, e de outro, o Vale do Anhangabaú. A presença de rios e ribeiros da bacia do Tietê mostrava recursos positivos para seu de senvolvimento, não só como reserva de alimentos, mas tam bém como meio de locomoção e transporte. Além disso, o cli ma afigurava-se aos europeus como mais agradável que o do Nordeste ou do Rio de Janeiro.

Diria dessa terra o padre Anchieta: "terra de grandes campos, fertilíssima, de muitos pastos e gados, de bois, porcos, cavalos, abastada de muitos mantimentos. Nela se dão uvas e fazem vinhos, marmeladas e outras árvores

---

(3) Em 1640, essa coincidência de interesses deixaria de existir, com a expulsão dos jesuítas da Vila que haviam fundado. A catequese dos índios conflitava com interesses dos fazendeiros que queriam escravizá-los para a lavoura do açúcar e outras; e o Estado português, identificando-se com o interesse comercial, hostilizava os jesuítas. Cf. Aroldo de Azevedo - (org.): A Cidade de São Paulo: um estudo da geografia urbana, vol. II, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1958, especialmente R. Andrade e Silva: "São Paulo nos tempos coloniais".

(4) Teodoro Sampaio: "São Paulo no tempo de Anchieta", in III Centenário do Venerável Joseph Anchieta", citado por M. Celestina Torres, op. cit., p.23.

de frutas da terra de Portugal. Idem se dão rosas, cravinas, lírios brancos (5).

Esse aldeiamento de padres e índios marcou suas habitações, seu arruamento e sua população de traços diferentes de outros centros do litoral, enriquecidos pela agro-indústria. Desligada de Lisboa, São Paulo de Piratininga distanciava-se do resto do Brasil, apenas cumprindo ordenações do poder municipal: desde 1560 tinha Câmara e Juízo.

A Vila de São Paulo, fortificada com paliçadas, em torno da colina, parecia uma "acrópole rústica, senhoreando os campos, várzeas circundantes, de onde podia surgir a surpresa de assaltos armados" (6). Embora a catequese, durante todo o quinhentismo esteve sujeita a ataques de índios hostis e mantinha-se como posto avançado no interior, com suas 120 casas no morro e uma população de mil habitantes (7).

---

(5) Raul Andrade Silva: "São Paulo nos tempos coloniais", in Aroldo de Azevedo (org.) A cidade de São Paulo, op. cit.

(6) R. Andrade e Silva, op. cit., p.14.

(7) Nestor Goulart Reis, op. cit., 85 e seguintes, e Richard Morse: Formação histórica de São Paulo, São Paulo, Difel, 1970.

Sua situação geográfica abria-lhe possibilidades estratégicas de conquista do vasto interior - era "boca do sertão", ficando próxima ao vértice sul do Tratado de Tordesilhas. Podia bloquear, assim, as pretensões espanholas e, ao mesmo tempo, colonizar os quadrantes sul e oeste da terra. Esse "voltar-se para interior", de costas para o litoral, tornou São Paulo centro de apoio para expedições em busca de riquezas, entradas e bandeiras, procurando ouro ou índios.

Com uma estrutura econômica muito simples, vida modesta voltada à subsistência, pois a Serra do Mar isolava o planalto tanto do litoral como da Metrópole, cultivavam trigo, algodão e vinhas, produção essa marginal à fase mercantil dominante. Seu artigo mais característico era o doce de marmelo, exportado, e o charque, com base na criação de gado existente. Quase nenhuma importação: armas, sal e pouca manufatura (8).

Talvez a principal atividade paulistana tenha sido o apresamento de índios até o início do século XVII, porque a Holanda controlava o fornecimento de escravos negros monopolizando esse comércio e porque os parcos recursos

---

(8) Idem, ibidem.

paulistas não permitiam a compra dessa mão-de-obra. Os paulistas, mamelucos insubmissos à Coroa, aprofundavam-se pelos sertões para apresar índios, o que expandiu o território, conforme vasta bibliografia conhecida.

Em meados do século XVII, com a descoberta de ouro na região das Minas Gerais, inicia-se novo ciclo e os paulistas se viram em verdadeiro êxodo, apesar de batidos pelos portugueses que detinham a propriedade das minas. São Paulo no século XVII era um humilde "arraial de sertanistas", o que perdurou durante o século XVIII (9).

Ao iniciar-se o século XVIII, após sua derrota na Guerra dos Emboabas (10), São Paulo está em situação difícil: o bandeirismo havia cumprido sua tarefa histórica e a economia paulista, extenuada e desorganizada. As forças centrífugas da vila eram maiores que as centrípetas.

"O núcleo urbano, em meados do século XVII e início do século XVIII não era mais do que a área contida

---

(9) Cf. Richard Morse, op. cit., e M. Celestina Torres, op. cit. A expressão "arraial de sertanistas" é de Ernani Silva Bruno: História e tradições da Cidade de São Paulo, São Paulo, Ed. Hucitec e Prefeitura do Município de São Paulo, 1984, vol. I "Arraial de Sertanistas" (1554/1828).

(10) A rivalidade que se desenhou entre a população mestiça de São Paulo e os portugueses veio se acentuando com várias escaramuças, até que em 1720, a província de Minas Gerais se separou. Cf., entre outros, Richard Morse, op. cit.

no espaço entre os conventos de São Bento, do Colégio do Carmo, de São Francisco e o bairro de Tabatinguera" (11), formando quase um triângulo, limitado a leste pelo Tamanduateí e a oeste pelo Anhangabaú (12).

Em 1776, Pierre Monbeig (13) apontava 534 casas e 2.026 habitantes em São Paulo, circunscritos ainda à colina histórica no interior do interflúvio Ahangabaú/Tamanduateí. A estrutura urbana, espelho de uma economia de subsistência, apresentava fazendas em torno da colina central e mais afastados alguns aldeiamentos indígenas até os limites demarcados da competência municipal. Ao norte, um íngreme caminho para o lado do bairro da Luz; a oeste, uma rua paralela à São Bento, a Nova de São José (hoje Líbero Badaró) aberta para o lado do Anhangabaú, para leste o Convento do Carmo era praticamente o limite da cidade, onde se erigia o primitivo templo de Nossa Senhora do Carmo, e onde surgiria mais tarde a Rua do Carmo, hoje em um trecho

---

(11) M. Celestina T.M. Torres, op. cit.

(12) Esse triângulo setecentista fica demarcado pelo rossio da vila (terrenos de uso comum do povo) em 1769: "Sesmaria da Meia Légua". Na Segunda metade do século XVIII as fazendas se distribuíam por diferentes bairros paulistanos. O primeiro recenseamento, em 1765, apontava os seguintes bairros (pequenos vilarejos ruralizados, com capelas e casas modestas): Cantareira, Santana, Tatuapé, Pari, Penha, Aricanduva, São Caetano, Pirajuçara, Embuaçava, Pinheiros e Caraguaçu. M. Celestina T.M. Torres, op. cit.

(13) Pierre Mombeig: "Aspect-s geográficos do crescimento da cidade de São Paulo", in Separata do Boletim Paulista de Geografia nº16, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1954.

a Roberto Simonsen:

"Do convento e da igreja, construções modestas, de taipa, pintada de branco e com palmeiras no páreo, podia se avistar a Várzea do Carmo, a entrada que levava à Penha, o futuro bairro do Brás. No fundo do antigo templo o convento, corria o Tamanduateí (14).

"A pequena São Paulo em cima do morro era quase uma ilha cercada de brejos e sapos por todos os lados" (15).

As atividades econômicas e sociais se mantinham dispersas nas propriedades rurais, não havendo propriamente vida urbana na colina. Esse traço dominante do ruralismo, com base na policultura de subsistência das chácaras circundantes, no trabalho escravo na lavoura, transportes e serviços domésticos, se expressava no fato de que fazendeiros só vinham ao pequeno burgo para funções político-administrativas e para atividades religiosas de domingos e dias de festas. A População fixa de São Paulo compunha-se de raros comerciantes e excepcionalmente algum artesão. Esse

---

(14) M. Celestina T.M. Torres, op. cit., pp. 31 e 32.

(15) Carlos Lemos: Alvenaria burguesa, São Paulo, Ed. Nobel, 1985, "A cidade feita da terra", pp. 25 e 26.

sistema social e econômico de vida moldou uma dada configu ração do espaço e do uso da cidade. Sobrados - residências urbanas dos fazendeiros - ocupavam as ruas e praças princi pais (só visitadas em finais de semana), enquanto as ladei ras de acesso à cidade eram construídas por habitações mais modestas (casas térreas) das pessoas de menores posses (16). Um tecido urbano irregular, com a ocupação do solo e implantação das ruas moldando-se à sinuosidade do terreno, com as edificações dispostas segundo a vontade de seus pro prietários.

Com suas casas de taipa-pilão, a arquitetura paulista era chamada de caipira pelos visitantes, adjetiva ção irônica pela sua simplicidade: construções de terra so cada, paredes internas feitas a taipa de mão, grandes, com profundos beirais e grandes panos lisos de parede esbranquiçadas de tabatinga, cômodos escuros. Como não havia pedra nem calcáreo, nem madeiras nobres, a cidade foi feita de terra, o que atribuiu um caráter especial ao núclo pau lista (17).

As terras entre o Tamanduateí e Tabatinguera eram cobertas de capoeiras e matos (chácaras e quintas,

---

(16) Richard Morse, po. cit., p. 58 e seguintes.

(17) Ernani Silva Bruno, op. cit., e Carlos Lemos, op. cit. - este autor denominou São Paulo, no período colonial como "cidade feita de terra".

roças e sítios constituíam bairros onde viviam os mais categorizados habitantes da cidade), além do Tamanduateí, só terras devolutas, que podeiam ser concedidas aos que as requeressem à Câmara Municipal. O abastecimento de água era irregular, com chafarizes, havendo também inundações e problemas sérios com a conservação das toscas pontes existentes.

A Várzea do Carmo ainda era depósito de lixo onde andavam soltos animais, ao lado de caçadores e lavadeiras que cantavam no rio durante seu trabalho. O caminho para a Penha, que seria no futuro a principal artéria do populoso bairro do Brás, apresentava-se com terrenos fechados por valados profundos, habitações mal edificadas, raras e dispersas.

Nesses três séculos, São Paulo evoluiu político-administrativamente de vila (1560) para sede da capitania (1660), cidade (1711) e em 1745 é a sede do Bispado. Embora sua importância estratégica, de defesa do território sul (18) pela localização geográfica, os paulistas viviam na pobreza. No final do século XVIII, registrar-se-ia um surto comercial que, ampliando-se no século seguinte, transformará São Paulo em centro mercantil agrícola, cujo principal produto será o açúcar (19).

---

(18) Richard Morse, op. cit.

(19) R. Andrade e Silva, op. cit.

O núcleo urbano passou a exercer novas funções, tendo sido benéfico nesse ponto o declínio da mineração. Despediu-se São Paulo do período colonial nos finais do século XVIII, caracterizando o término do período das forças centrífugas e cedendo lugar à fase das forças centrípetas.

A vocação de São Paulo para ser centro articulador do mercado nacional havia sido preparada por sua singularidade histórica: o duplo traço de sua economia, voltada para dentro (a de subsistência) e voltada para fora (busca de enriquecimento na exploração de outros territórios). Essas tendências, combinando a "autonomia" paulista (era desinteressante para o capital comercial externo, mas positiva para o mercado interno), e a identificação com os interesses do colonizador (colonização, escravismo e exploração), foram possibilitadas pelos seus fatores de localização geográfica (20).

---

(20) Caio Prado Junior: "O fator geográfico na formação e desenvolvimento da Cidade de São Paulo" e "Contribuição para a geografia urbana de São Paulo", in Evolução política do Brasil e outros estudos, São Paulo, Ed. Brasiliense, 10a. ed., 1977. Consulte-se também A cidade de São Paulo - geografia e história, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983. Caio Prado Júnior salienta os contornos das linhas irradiadas por São Paulo no final do séculoXVIII: a norte, o caminho dos Guaiazes, passando por Jundiaí, Mogi Guaçú e Mogi Mirim, e na rota do sul de Minas, passando por Nazaré, Atibaia e Bragança; a leste, no Vale do Rio Paraíba, passava por Jacareí, São José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Cruzeiro, Bananal; na rota dos Santos, a sul, o Caminho do Mar, passando por Mogi das Cruzes e Paraibuna; a nordeste, no vale do Rio Tietê, percorria-se Itu, Porto Velho, Tietê, Piracicaba, Araraquara e a oeste, para Campos de Sorocaba, passava por Sorocaba, Itapetininga, Faxina, Itararé.

Ainda nos inícios do século XIX, São Paulo era marcada pela superioridade da casa rural sobre a vila, não contando mais que vinte mil habitantes, enquanto o Rio de Janeiro contava à época com cem mil moradias (21). Contudo, iriam criar-se condições para maior divisão de trabalho dentro da cidade, quando assumiria o papel de articulador do comércio inter-regional, dos fluxos do litoral para o interior e do norte para o sul, o que se acentuou com o refluxo da mineração. Como era centro obrigatório de passagem do gado sulino para a área das Minas e entreposto para o fluxo de mercadorias importadas do Rio de Janeiro, com a instalação da Família Real no Rio e a intensificação do comércio, as trocas se acentuaram e as bandeiras foram substituídas pelas "monções e tropas de mulas". A Cidade de São Paulo viria a ser o centro de atração, reunindo funções comerciais, culturais, religiosas e políticas.

2.2 São Paulo como Burgo de Estudantes[22]: A Paragem do Brás

No plano nacional, o século XIX se iniciara no Brasil com uma valorização maior da vida urbana, em grande

---

(21) Aroldo de Azevedo (org.): "Vilas e cidades do Brasil colonial", in Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. XI, tomo I, 1957, São Paulo.

(22) A expressão "burgo de estudantes" é de Ernani Silva Bruno, op. cit. delimitando o período na história da cidade de 1828 a 1872, com a instalação da FAculdade de Direito do Largo São Francisco e que foi passo decisivo para a quebra do isolamento anterior desse núcleo urbano.

parte devido à mudança da corte real portuguesa para o Rio de Janeiro e a abertura dos portos ao comércio internacional. Progressos excepcionais foram trazidos, desse ponto de vista, para o panorama geral da pobreza colonial: centro comercial e político transplantando a cultura européia, o Rio se destacava com suas festas e teatros, além das tradicionais missas e procissões.

De outra parte, a passagem para o século XIX trouxera uma crise no Sistema Colonial Mercantilista, com o consequente ajustamento à nova ordem econômica mundial ditada pela Inglaterra e pela livre concorrência. Também as repercussões da Revolução Francesa far-se-iam notar nos vários movimentos de independência na América.

Foi no interior desse quadro que o Brasil alcançaria sua independência política, na crise do declínio da mineração e permanência de uma corte parasitária. Um país tensionado, pois, entre a "estagnação" econômica e a instabilidade política (23).

As rotas de comércio, especialmente de tecido e açúcar (produto este que veio a constituir breve ciclo

---

(23) Emília Viotti da Costa. Da monarquia à República, São Paulo, Livraria Ciências Humanas, 1979, especialmente cap. VI: "Urbanização no Brasil no século XIX", p. 181.

econômico nessa primeira metade do século XIX na região de Campinas, principalmente), eram feitos por meio de tropas de mulas e passavam por São Paulo. Seu desenvolvimento, contudo, continuava dependendo de estímulos externos, uma vez que não era centro produtor, mas exercia grande atração do ponto de vista religioso, político e cultural. A instalação da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em 1828, marcou uma nova fase da cidade (24).

O impulso favorável do comércio colocou São Paulo no centro dos acontecimentos que redundaram na Independência. As exigências comerciais ocasionaram um mercado urbano onde comerciantes e artesãos, residentes no núcleo, atribuíram certa importância à produção e mercado de consumo urbanos. Tudo preparou condições para melhoria dos equipamentos e extensão da área edificada da cidade.

A cidade ainda se confinava à colina central e carecia de maiores recursos, porém seus arredores haviam se desenvolvido, formando um cinturão rural em torno da área principal e fazendo surgie os primeiros bairros que sob jurisdição da Câmara Municipal, delimitavam a cidade (25). São Paulo parece ter crescido de forma polinuclear e não

---

(24) Ernani, S. Bruno, op. cit.

(25) Maria Luiza Marcílio. A cidade de São Paulo, povoamento e população, São Paulo, Ed. Pioneira, e Ed. Universidade de São Paulo, 1974.

à moda "mancha de óleo". Apesar da dificuldade de acompanhar a história do desenvolvimento de seus "bairros", é possível perceber que este se deu de forma estelar, acompanhando as vias de circulação.

O mapa de 1810 revela uma cidade com um centro urbano ainda como apêndice do campo (26), este sim considerado a moradia principal. O problema do abastecimento para a vida urbana era resolvido através das chácaras onde, através do trabalho escravo, era desenvolvido o cultivo de alimentos, a criação de aves porcos, contando-se, ademais, com a presença de ribeirinhos que preenchiam as funções hidráulicas existentes nas moradias da cidade (27). Assim, as chácaras eram ocupadas por pessoas abastadas, considerando-se o afastamento do centro urbano como medida de conforto e não desligamento.

Nesse contexto, o Brás é considerado com características rurais significativas, pois apesar de sua proximidade à colina central, dela se separava pela várzea do rio Tamanduateí. Para leste dessa colina central, à direita do rio, era difícil a urbanização devido aos constantes deslizamentos de terra e à várzea insalubre.

---

(26) Mapa de 1810 - Planta da Imperial Cidade, levantada pelo Engenheiro Rufino F. da Costa e copiada em 1841 com todas as alterações.

(27) Nestor Goulart Reis. Quadro da arquitetura no Brasil, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1976, p. 30 e seguintes.

A antiga várzea do Carmo, início da Zona Leste, no caminho que ia até a Penha (hoje o Parque Dom Pedro II, mais ou menos dez quilômetros dalí até os limites da zona, em linha reta, onde as avenidas Rangel Pestana e Celso Garcia constituem a mais antiga radial conhecida como entrada da Penha), era região de relevo modesto, onde corriam pequenos afluentes do Tietê e Tamanduateí, com extensão de terras planas, com altitudes que oscilavam entre 725 metros a 750 metros, cotas baixas. As colinas se elevam pouco ao Sul e Sudeste, mas não ultrapassam 75 metros (28).

Cumpre notar que havia em São Paulo duas colinas históricas: a primeira, a de São Paulo de Piratininga, com o colégio dos jesuítas. A segunda, a leste, com a Capela de Nossa Senhora da Penha França. Entre esses dois pontos, estabeleceu-se a tradicional Estrada da Penha, depois a antiga Rua do Brás, transformada mais tarde na Avenida Rangel Pestana e Celso Garcia.

A "paragem do Brás originou-se da Capela do Senhor Bom Jesus dos Matozinhos, cuja reedificação deu-se

---

(28) Maria Celestina M. Torres, op. cir., p. 18 e seguintes.

a 5 de abril de 1800, e em seguida declarada matriz (29) Em torno dessa igrejinha vão sendo, aos poucos, concedidas datas de terras, misturando-se como pontos de referência, a estrada do José do Bras e o patrimônio da Capela. Algumas datas são vastas, requeridas para Casas de Campo, para "agricultura miúda de hortas e pomares", sendo registradas numerosas chácaras entre 1810 e 1811. A freguesia do Senhor Bom Jesus de Matozinhos tinha sua capelinha branca, suas casas de taipa cobertas de telhas, chácaras, hortas e pomares. Necessariamente seus proprietários deveriam aplainar, cultivar e construir, destruir formigueiros etc. A antiga paragem do Brás tornou-se parada obrigatória para os que se dirigiram à freguesia de Nossa Senhora da Penha, nas devoções tradicionais, procissões que demandavam a Sé e vice-versa, numa "estrada religiosa". Ao longo da estrada, raras e humildes casas e, mais para o interior, as chácaras.

Zaluar descreve o Brásda seguinte forma: "entramos em um lugar chamado Brás. É um dos arrabaldes mais belos e concorridos, notável pelas chácaras onde residem muitas famílias abastadas" (30).

---

(29) M. Celestina Torres, op. cit., p. 44 e seguintes. Discute-se aí que a relação entre José Brás e a Capela do Bom Jesus de Matosinhos é questionável. Em 1802, é constituído o patrimônio da Igreja, dizendo-se protetor e fundador da citada capela o tenente coronel J. Correa de Moraes que para ela transfere propriedade.

(30) Emílio A. Zaluar. Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861) São Paulo, Ed. Martins, 1953.

Aí estão as chácaras do Bispo, da Figueira, chácara Bresser, Loskiell.

A chácara do Ferrão, situada na esquina da Rua do Brás com a Rua da Figueira, pertencia a D. Domitila de Castro Canto e Melo, a Marquesa de SAntos e também era conhecida como da Figueira, pois aí se erguia uma gigantesca e secular arvôre (só derrubada em 1905). Anúncios de jornais trazem notícias de vendas de chácaras, de seus exemplares botânicos, permanecendo isso até a segunda metade do século XIX.

Ernani Bruno retrata o bairro como local de casas abarracadas bem "ao gosto paulista", citando José de Alencar que, em um de seus romances, descreve "uma chácara imensa que ficava em um dos mais pitorescos arrabaldes da capital - o Brás" (31).

Apesar disso, as constantes cheias do Tamamduateí tornavam a região um verdadeiro alagadiço. Em termos geomorfológicos, seu terreno de relevo suave era formado por aluviões arenosos e argilosos que tornavam a planície sujeita a enchentes periódicas. No Brás, "algumas ruas são planejadas mais largas em determinados pontos, por serem localizadas em lugares pantanosos, o que revela ruas encharcadas

---

(31) Ernani da Silva Bruno, op. cit.

e enlameadas, esburacadas pela passagem de carros e tropas. Caminho do Rio de Janeiro, zona de passagem, e rua principal do Brás não seria muito diferente da rua do Carmo, esburacada pelas rotas dos carros de boi e enlameadas pelas enxurradas" (32).

Apesar disso, o Brás merecia descrições bucólicas, como a de Bernardo Guimarães: "a capela de São Brás, com seu campanário branco, e aquelas casas dispersas pela planície, exalam um perfume idílico que enleva a imaginação" (33).

Até 1850, em São Paulo havia dez freguesias, sendo as centrais a da Sé, a do Brás e a Santa Ifigênia. As casas de taipa, predominantemente, não excediam a ordem de grandeza de 4.200 (34).

Com a cidade de São Paulo se caracterizava por ser centro de distribuição de rotas para vasta região do interior, também os rios eram utilizados. O Tamanduateí era navegável e já fora retificado no século XVIII, por causa

---

(32) M. Celestina Torres, op. cit. p. 69.

(33) Bernardo Guimarães - Rosaura, a Enjeitada apud E. S. Bruno, op. cit.

(34) Odilon Nogueira Matos. "São Paulo no século IX", in Aroldo de Azevedo (org.). A Cidade de São Paulo, op. cit., pp. 49/99.

das inundações frequentes. Em 1810, fizeram novas valas no centro da várzea, ao mesmo tempo em que se construiu o aterro em continuidade à ladeira do Carmo. Com esses empreendimentos ganham melhores condições os caminhos terrestres que ampliaram o povoamento progressivamente. Constitui-se um sistema viário que repercutiu na organização do espaço nos arredores da cidade. Em síntese, constituíram-se quatro grandes rotas: na direção norte, a entrada para Bragança e sul de Minas; ao sul; o caminho para Santos; a oeste, a estrada para Sorocaba e, principalmente, a leste, a estrada para o Rio de Janeiro, passando pelo Brás, Penha e Mogi das Cruzes.

Assim, a história do Brás está intimamente ligada ao caminho de São Paulo para o Rio de Janeiro, entrada esta que saía da Ladeira do Carmo e passava por três pontes: a ponte do Carmo, a ponte do Meio e a ponte do Ferrão e no meio da várzea abria-se em dois ramais: à direita ia-se para a Moóca; à esquerda, passava pelas atuais ruas do Gazômetro e Monsenhor Andrade até o Pari. Ainda era necessário passar por uma quarta ponte, a ponte do Nicolau, próximo onde foi construída, mais tarde, a Estação Norte.

O sistema de transporte e as tropas de burros necessitavam de estabelecimentos e atividades correlatas ao seu funcionamento: abrigos, alimentação dos viajantes e animais, sítios e fazendas que se destinavam a criar

animais, oficinas de seleiros e cangalhas, vendas e botequins; assim, multiplicam-se locais como pousos de tropa, especialmente às margens das estradas como a que demanda o Rio de Janeiro.

Dessa forma, além das chácaras, o bairro do Brás expandiu-se linearmente, acompanhando a estrada que se desdobra através da várzea, como uma gigantesca jibóia.

Em 1836, quando se fez o recenseamento da Província por Daniel Müller, registraram-se na cidade de São Paulo, 4.068 "fogos", compreendendo 21.933 habitantes. O centro urbano era formado por três freguesias: Sé (5.668 habitantes); Santa Ifigência (3.064 habitantes) e Brás (659 habitantes), englobando um total de 9.391 habitantes o restante se espalhava pelos então "subúrbios": Guarulhos, Nossa Senhora do Ó, Cotia, Nossa Senhora da Penha, São Bernardo, Juqueri e M'Boi (Embu). Mais tarde, o centro incluiria a Consolação.

Enquanto na província de São Paulo a população era de 284.012 habitantes, Santo Amaro apresentava 5.451 habitantes, Parnaíba (4.196 habitantes), Mogi das Cruzes (10.472) e Jundiaí (5.885 habitantes). Ainda segundo esse censo, cerca da metade da população era branca, conforme a tabela 1 (35).

(35) M. Celestina Torres, op. cit., e Langenbuch, J. Richard. A estruturação da Grande São Paulo, Rio de Janeiro, FIBGE, 1971.

TABELA 1: Distribuição por sexo e cor da população da cidade de São Paulo (1836)

ELEMENTOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL Nº Absoluto	TOTAL %	FREGUESIAS					
					FREGUESIA DO BRÁS		FREGUESIA DA SÉ		SANTA IFIGÊNIA	
Brancos*	4.715	5.233	9.948	45,4	328	50,0	2.557	46,0	1.196	39,0
Indios	205	240	445	2,0	-	-	1	-	62	2,0
Pardos	2.813	3.534	6.347	28,9	175	26,0	1.085	19,0	1.067	35,0
Pretos Crioulos	1.520	1.632	3.152	14,4	156	24,0	1.085	35,0	739	24,0
Pretos Africanos	1.209	832	2.041	9,3						
TOTAL nº Hab.	10.462	11.471	21.933	100,0	659	100,0	5.668	100,0	3.064	100,0
TOTAL %	47,7	52,3	100,0							

* Não se conhecia a proporção de imigrantes. A maioria era de portugueses e seus descendentes.

Nessa cidade restrita, o Brás representava um núcleo ainda mais modesto, constituindo apenas um dos polos do cinturão de chácaras que a circundava. Os viajantes da época davam-no como lugar de alojamento, hospedagem, pois lá se encontravam vendas e albergues. Dizia Saint-Hilaire: "não querendo chegar à noite em São Paulo, onde não saberia como alojar meu pessoal e burros, tomei a liberdade de passar os três quartos de légua da cidade numa venda de que depende um pasto fechado" (36).

As atividades de apoio ao centro urbano eram, assim, transferidas para a periferia, não comportando o núcleo central a criação de animais e seu fornecimento. O Brás assumia tais funções, pela sua proximidade, era ideal para os pernoites dos viajantes que iam ou vinham do Rio de Janeiro. Mas permanecia, ainda, desligado do bulício do centro da cidade. "Desligado até daquilo que dera a São Paulo novamente sua legítima função cultural - a Academia de Direito, seus estudantes preferiam residir mais próximos da Faculdade, nessa época em que, mal escurecia, as ruas da cidade, mal iluminadas ou completamente escuras, transformavam-se em perigosos desertos". Isso era reconhecido pelo vigário do Brás, ainda em 1843 (37).

---

(36) Auguste de Saint-Hilaire. Viagem a província de São Paulo, São Paulo, Livraria Martins Ed., 1940, p.77.

(37) M. Celestina Torres, op. cit., p. 76.

A cidade de São Paulo, não perdera, contudo, seu provincianismo (38), mesmo sob a influência de sua Academia de Direito. A própria Faculdade, instalada inadequadamente no Convento de São Francisco, abrigava desavenças entre o superior franciscano e o diretor da Faculdade, e seu ensino formal, antiquado e obsoleto, era muito questionado. Apesar dessa precariedade, a presença de numerosos estudantes conferiu novo estilo ao burgo, com suas habitações em "repúblicas", suas revistas literárias, suas trocas e escaramuças políticas. Novos hábitos, novas escolas e a Academia ia disseminando o gosto pela leitura.

Embora essa força centrípeta, visitantes estrangeiros e imigrantes exerciam frágeis influências sobre uma comunidade ainda um pouco xenófoba (39), desconfiada dos recém chegados.

A arquitetura era simples, não obstante os edifícios públicos como o Palácio do Governo e a Câmara Municipal

---

(38) Richard Morse, op. cit., cap. V, p. 89.

(39) Os imigrantes aqui chegados se aculturavam, sendo absorvidos pelos arredores rurais de São Paulo. Em 1828, chegaram 336 colonos alemães que a Agência de Colonização Estrangeira no Rio encaminhou para Santo Amaro e Itapecirica. De forma geral, os paulistanos demonstravam sua usual desconfiança para com os de fora. De 1827 a 1829 vieram 955 trabalhadores imigrantes e 834 de 1830 a 1845. Portanto, em 18 anos, São Paulo acolheu 2.125 imigrantes. Richard Morse, op. cit.

começassem a requintar-se. Também era o caso dos muitos conventos e igrejas, com ornamentação de sacadas de ferro forjado, por exemplo. As praças irregulares e pequenas, destacando-se a do Páteo do Colégio, da Sé e da Câmara Municipal; semi-abandonados, o Largo dos Curros (hoje Praça da República) e o Jardim Botânico (atual Jardim da Luz). A cidade tinha seus limites definidos, ou seja, a distinção entre o centro e os arrabaldes situava-se nos largos São Bento e Carmo, enquadrando-se além do "portão" (instalada na Ponte do Cisqueiro) as freguesias de Santa Ifigênia (parte), Santa Cecília, Consolação e a chamada Cidade Nova (40).

As casas ainda eram simples, de taipa, caiadas e de contraste com o vermelho dos telhados. As mais antigas efetivaram adaptações que as aproximassem do estilo em moda: molduras em "peito de pomba", cimalhas de madeira pintada, beirais forrados com cachorros escondidos. Havia certa modernização da paisagem urbana, por influência pombalina: vieram as janelas com vergas curvas e o vidro começou a se popularizar, verificando-se também ornatos tipificados (conchoides), ou leques lavrados em madeira. Chegava novo estilo copiado do Rio de Janeiro, já modificado pela Missão Francesa - estilo pombalino neoclássico regionalizado, pombalino acaipirado que marcou época após a

(40) Ernani Silva Bruno, op. cit. p. 560.

Independência (41). Os sobradões, com rótulas ou muxarabiê nas janelas, para impedir o olhar de estranhos. Na metade do século surgem palacetes de fazendeiros: Paes de Barros, Barão de Piracicaba, e outros. O casarão oitocentista era mal iluminado por velas a candeeiros, postos pelos escravos.

A precariedade urbana era indubitável: a iluminação das ruas, feita por lampiões a óleo de peixe, exigia uma hora para acendê-los e uma hora para apagar. A iluminação a gás só viria em 1872. A drenagem das ruas, projeto temporário mantinha as inundações periódicas, permanecendo a questão: "seria possível canalizar o Tamanduateí pelo Brás?". Tampouco havia fornecimento de água potável (42). Só em 1858, as ruas seriam pavimentadas por macadame.

O escasso sistema viário era congestionado por carros de boi e animais de transporte. FAmílias abastadas possuíam carruagem e, em 1865, aparecem as primeiras carruagens de aluguel.

A casa da Correição, ainda em 1845, continuava em construção, vivendo os presos em estado deplorável. Não

---

(41) Carlos Lemos. Alvenaria burguesa, op. cit., p. 28.

(42) Richard Morse, op. cit.

era melhor a situação dos dementes que iam para a Cadeia Pública, em extrema penúria, como também leprosos e os enjeitados da Roda dos Expostos, cuja metade, pelo menos, falecia por maus tratos. A Santa Casa, vivia de doações de beneméritos.

Ainda do ponto de vista sanitário, a ausência de cemitérios favorecia a incidência de moléstias, sendo costume a sepultura nas igrejas. Os primeiros cemitérios desvinculados das igrejas instalaram-se em meio às chácaras, por volta de 1851 (o dos Protestantes) e, em 1858, o da Consolação. Inicialmente precárias as condições de salubridade de seus rios (o Anhangabaú e o Tamanduateí enchiam-se de resíduos, despejos domésticos e dos abates dos currais e matadouros), e permanecia deficiente a assistência médica e social. Frequentes as epidemias de varíola, febre tifóide, comuns nos aterros do Tamanduateí (Brás) e Anhangabaú, convertidos em depósitos de sujeiras.

No período de 1828 a 1872, as chácaras dos arredores paulistanos mantiveram-se nos "bairros" de Santa Ifigênia, Bom Retiro, Brás, Consolação, Liberdade, Cambuci, Moóca, Pari, Barra Funda, Água Branca, Higienópolis e Vila Buarque (43).

---

(43) Ernani da Silva Bruno, op. cit., grifosnossos.

A partir de 1850 as chácaras iriam desmanchar-se, cedendo à expansão urbana. Desenharam-se ruas, assemelhadas a estradas, habitadas por gente pobre ou servindo de "repúblicas" para estudantes. Em 1856, Atas da Câmara Municipal destacavam a necessidade de ampliar as terras compreendidas nos limites demarcados por Martin Afonso, insuficientes para as necessidades dos habitantes da cidade, cedendo ao povo os terrenos reclamados para edificações até uma légua ao redor da cidade, tendo como ponto central a Praça da Sé (44).

Exterior ao cinturão das chácaras, havia um cinturão caipira, como duas faixas concêntricas, com o papel polarizador da cidade de São Paulo. Esses arredores (Santo Amaro, Barueri, Mogi, Jundiaí, Parnaíba, Embu, Atibaia, Rio Grande da Serra, São Bernardo e outros), desempenharam a função de celeiros e fornecedores de São Paulo, com produção e atividades agro-pecuárias. Produziam arroz, feijão, milho, farinha de mandioca, chá, café, algodão e fumo, legumes e frutas. Criava-se gado vacum, porcos, muares, carneiros e sobretudo, cavalos (45). Assim como o cinturão das chácaras foi absorvido pela expansão da cidade, o "caipira" seria abrangido futuramente pela expansão suburbana da metrópole.

---

(44) Idem, ibdem.

(45) J. Richard Langenbuch, op. cit. p. 13 e seguintes.

São Paulo não se transformara ainda em centro industrial e comercial, embora houvesse várias empresas de comércio e indústria: pequenos estabelecimentos fabris, oficinas artesanais de velas, licores, tecidos e chapéus, curtumes, tendas de seleiros e arreios, cangalhas. Nas vendas, achava-se melado, queijo, doce. Negras quituteiras vendiam peixe, doces e salgados. As lojas principais estavam quase todas nas mãos de franceses, portugueses e alemães e se localizavam nas ruas Direita, Rosário e Quitanda. Só em 1870 edificou-se o Mercado Central, á beira do Tamanduateí.

A cidade apresentava, igualmente, seus movimentos de religiosidade bastante mesclados com as tradições populares, a exemplo das procissões dos Passos e Corpus Christi, a do Enterro, tidas como acontecimentos máximos para a população. Diversões de rua eram reduzidas: passeios à várzea do Tamanduateí, ao Sítio da Luz e à dança dos negros no páteo do Rosário. Datam de 1857 os cortejos carnavalescos. Os estudantes levavam peças nos teatros - a Casa da Ópera e o Teatro São José, em 1864. A música erudita também era muito prestigiada, as serenatas marcavam as noites e na música popular destacavam-se as canções dos negros: os batuques e os caiapós.

2.3. A Metrópole do Café e o Início da Industrialização: o Brás configura-se como bairro popular

A partir de 1850, profundas transformações sócio-econômicas acarretariam mudanças na Cidade de São Paulo; entre tais fatores estariam o café, a ferrovia, a presença do imigrante, o declínio e a Abolição da Escravatura. São Paulo transforma-se na metrópole do café, grande polo econômico da nação; nela, o bairro do Brás vai ganhar grande significado, documentando aspectos importantes do processo histórico brasileiro.

Apesar das dificuldades dos recenseamentos do século passado, pois só dois censos eram dignos de crédito (o de 1836, já citado, e o de 1872, a partir do qual se tornaram mais frequentes), pode-se dizer que a população do Município de São Paulo cresceu de 43% entre estas duas datas, aumentando a uma taxa geométrica de cerca de 10% ao ano. Sua população urbana mais que duplica no período, com um crescimento de 106%. Tudo significa que, apesar de um crescimento lento do município como um todo, acentuou-se o processo de concentração urbana (46).

---

(46) Paul Singer. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, São Paulo, C. Ed. Nacional, 1974, p. 19 e seguintes.

No seu conjunto, São Paulo em 1860 ainda era uma cidade relativamente insignificante (47). O papel que ocupará doze anos adiante, em 1872, com 19.347 habitantes e 31.385 no Município todo, ainda será o 10º lugar entre as cidades brasileiras, superada por Niterói, Fortaleza, Cuiabá e São Luis (48).

A tabela 2 revela a variação da população entre 1836-1874, indicando que a população de São Paulo cresceu mais que a de suas imediações (49).

---

(47) A população de São Paulo (urbana) em 1860 era de 15.200 habitantes, e a população total do Município de aproximadamente 28 mil pessoas. P. Singer, op. cit.

(48) J. R. Araújo, in A cidade de São Paulo, org. por Aroldo de Azevedo, São Paulo, 1958.

(49) Reproduzida de Richard Langenbuch, op. cit., p. 63 e seguintes.

Tabela 2

Variação da População Urbana de São Paulo (Província) entre 1836-1874.

Unidade Territorial Comparável	População 1836	População 1874	Variação (1836=100)
Sé	5.668	9.223	163
Santa Ifigênia e Consolação	3.064	7.816	250
Brás	650	2.308	352
Sub-Total (S.Paulo urbano) Unidade	9.391	19.347	206
Guarulhos	2.225	2.604	117
Penha de França	1.206	1.883	156
Nossa Senhora do Ó	1.759	2.023	115
São Bernardo	1.247	2.787	206
Juqueri	2.181	2.720	124
Santo Amaro/Itapevi/Embu	5.855	10.366	176
Cotia	3.370	5.024	149
Parnaíba/Araçariguama	4.196	4.959	118
Mogi das Cruzes/São José	10.472	20.687	197
Jundiaí/Itatiba	5.885	14.465	246
Demais Unidades	38.586	67.518	175
Total da Província	284.012	837.354	295

No que tange ao núcleo urbano propriamente dito da cidade de São Paulo, o maior crescimento se deu na região do Brás (252%); depois, Santa Ifigência (150%) e, em seguida, a Sé, praça mais central (63%). Em outros termos, a cidade se expandia para além da colina entre Anhangabaú e Tamanduateí, ocupando e urbanizando a margem esquerda do Anhangabaú, sobretudo por causa do Brás.

Durante seus três primeiros séculos, São Paulo fora o entreposto comercial entre a economia de subsistência do interior e a do "exterior", corrente de comércio que explicou a manutenção da cidade. Como vimos, desde os fins do século XVIII, era rota de fornecimento de muares vindos do sul e da corrente das "monções", interligando a zona aurífera de Mato Grosso ao levar materiais de consumo para Cuiabá.

Nos inícios do século XIX, sua agricultura de subsistência transformou-se em modesto setor de exportação o açúcar, um certo renascimento da agricultura, principalmente em Campinas e Itu (50). Inaugura-se o sistema São Paulo-Santos (51), desempenhando a capital paulista novo

(50) O. Ianni. Uma cidade antiga, op. cit., fala da prosperidade de Itu, "O crescimento demográfico, o aumento da escravaria e a expansão do núcleo urbano" por causa da cana-de-açúcar dos finais do século XVIII e inícios do século XIX.

(51) Odilon M. Matos, in A cidade de São Paulo, AGB, op. cit.

papel de entreposto comercial voltado ao mercado externo. Apesar de continuar um modesto núcleo urbano, a presença dos fazendeiros de açúcar na cidade começou a alterar a fisionomia de São Paulo, graças ao excedente dos ganhos comerciais alí investidos, o que contribuiu para o desenvolvimento do setor terciário (serviços). Ademais, a Faculdade de Direito e o fato de ser capital da Província criavam pré-condições para seu desenvolvimento urbano.

Embora os limites entre zona rural e urbana ainda não fossem nítidos, sobretudo devido ao cinturão das chácaras, São Paulo apresentava certo artesanato: 77 carpinteiros, 69 sapateiros, 54 ferreiros, 49 alfaiates, 38 oleiros, 30 ourives e 28 marceneiros (52).

Mas seria praticamente nas últimas décadas do século XIX, quando outras cidades do país já tinham avançado em suas proporções e feitios, que São Paulo se tornaria um grande centro urbano. Foi a presença do café, como principal fator de desenvolvimento da economia paulista e brasileira, que as fez integrarem-se no sistema econômico-mundial.

---

(52) Na expressão de Caio Prado Júnior. Evolução política do Brasil e outros estudos, Aão Paulo, Ed. Brasiliense, 1953.

2.3.1- Café

A cafeicultura, ou melhor, o "complexo cafeeiro", exigia um sistema articulado para sua produção e comercialização. O capital gerado pelo café, assim. era reinvestido em setores que, embora ligados à lavoura, eram mais amplos, tais como a criação de comissariados para exportação, bancos e a construção de estradas de ferro. Além disso, configurar-se-ia uma sociedade de classes com base na propriedade privada da terra para o produto de exportação (grande fazenda) e pela monetarização da economia: a apropriação dos meios de produção por uma classe e a manutenção da força de trabalho por outra. A cafeicultura iria alimentar-se da escravidão, do colonato e da imigração.

Bastante conhecida a história do café no Brasil, convém que a resumamos apenas nos largos traços que são explicativos das alterações da cidade de São Paulo e do bairro do Brás, em particular. Introduzido no Brasil desde o século XVIII, incorpora-se à agricultura de subsistência e estendera-se pelo território todo. A partir do início do século XIX, torna-se produto de exportação (em 1821, representava 18,4% na exportação e o açúcar representava 30,1%), cultivado no Rio de Janeiro, Baixada Fluminense, litoral Norte e Vale do Paraíba. Até que supere o acúcar nessa pauta, vai ganhando paulatinamente seu papel de produto principal, o que ocorre após a segunda metade do século. Em 1890-1900, o café atinge 64,5% de nossa pauta de exportação,

superando o açúcar que já apresentava menos de 20%, e assim foi se acentuando o contraste, aumentando um e outro reduzindo-se a insignificante no início do século XX.

O café alterou o desenvolvimento de São Paulo. Quando era cultivado comercialmente no norte da Província, no Vale do Paraíba - núcleo produtor até 1865 - seu escoamento era feito pelo porto do Rio de Janeiro. Essa rota de comercialização continuou a acontecer, mesmo quando a cafeicultura ocupou a região mais central da Província de São Paulo: região de Campinas, Bragança, Jundiaí, Itu, Piracicaba. Isso causava estranheza a muitos, e só se justificava por uma tarifa ferroviária especial (53). Em 1836, 86,5% das arrobas produzidas em São Paulo provinham da porção norte (Vale do Paraíba) e adjacências e eram embarcadas no Rio de Janeiro (54). A cafeicultura paulista passou a afetar a Capital quando se localizou em zonas, direta e exclusivamente ligadas ao sistema São Paulo-Santos.

"É nos anos 60 do século passado que a cafeicultura se expandiu para oeste da Cidade de São Paulo e a partir de 1868, quando passa a funcionar a ligação ferroviária entre São Paulo e Santos, que uma parcela considerável do café paulista será exportado por esta última cidade" (55).

---

(53) Paul Singer, op. cit., p. 28 e seguintes.

(54) Idem, ibdem.

(55) Idem, ibdem, op. cit., p. 29.

Dessa época em diante, o sistema São Paulo-Santos se insere cada vez mais solidamente no empreendimento cafeeiro, e, a partir de 1890, arrebata ao Rio sua posição de liderança, tornando-se o eixo de comercialização do principal produto de exportação brasileiro.

O novo eixo econômico ligava São Paulo diretamente ao Porto de Santos, tanto porque a comercialização do café era feita na cidade, quanto porque fornecia a mão-de-obra necessária à lavoura. São Paulo era sede do governo e subvencionava a imigração. Todos os interesses do café acabavam convergindo para São Paulo, centro de decisões.

A maioria dos autores parece concordar com a modernização verificada na sociedade brasileira após 1850. A partir desse marco, o sistema escravocrata passou a ser considerado atividade condenada, devido à dupla causalidade: de um lado, a pressão externa da Inglaterra desde o reconhecimento da Independência brasileira, e de outro, a ameaça representada pelos portugueses enriquecidos com o tráfico de negros para os proprietários da terra. Esse novo período histórico iria preparar o país para o advento da indústria e da maquinaria (56). O novo momento da

(56) Caio Prado Junior. História econômica do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1978.

economia brasileira parece compor-se, pois, do trabalho livre, do industrialismo e da maior significação do mercado interno: um período de transição em que a sociedade burguesa iria impor-se aos valores aristocráticos da situação colonial. Ainda outras inovações influiriam sobre as condições gerais da produção: navegação a vapor, ferrovias, telégrafos, melhorando as condições de transportes e entrelaçando os núcleos urbanos.

Com o abandono do trabalho escravo, que não se apresentava mais satisfatório, o café traria vigorosa imigração de europeus, desenvolvendo formas assalariadas de relações de trabalho e consolidando o mercado interno. A partir daí, as maiores cidades brasileiras passaram a possuir serviços e níveis de conforto quase comparáveis a alguns centros da América ou Europa.

Observando-se o Brasil como um todo, é indiscutível que tais mudanças foram fundamentais para a urbanização do país (e assentaram as bases em que se apoiaria a industrialização), porém, mantinha-se a solidez do latifúndio exportador como base da economia - uma das heranças do sistema colonial, - o que acentuava a distinção entre os grandes centros e as cidades do resto do país. De fato, melhoramentos urbanos como a iluminação a gás, bondes, telefone, concentravam-se nas principais cidades enquanto solicitação dos fazendeiros, e ainda porque eram voltados à

exportação, ao mercado externo. Esses núcleos se "europeizaram" mas não conseguiram transmitir toda a modernização ao resto do país. Assim, foi criada uma rede urbana desigual, com cidades "progressistas" e outras decadentes ou estagnadas, sendo quase ausentes os centros de porte médio, quadro bem diferente das nações capitalistas modernas (57). São Paulo é um exemplo notável do caráter progressista, com seu progresso, com a instalação da rede ferroviária entroncando várias linhas para escoamento do café, o que prejudicou cidades com base nos transportes de animais (mulas) e/ou navegação fluvial. A industrialização altera esse panorama brasileiro, pois, se de um lado acentuou a concentração em alguns polos, por outro conseguiu integrar as cidades do país em uma única rede nacional, sobretudo por influência de São Paulo. Mas o exame da industrialização e seus efeitos virá a seu tempo.

A expansão cafeeira traria efeitos diretos ao crescimento da cidade de São Paulo. No período de 1860 a 1886, sobretudo, as suas consequências são visíveis, pois ainda a industrialização não se fizera forte o suficiente para ser notada. Um desses efeitos é o crescimento populacional (58).

---

(57) André R. Martin. O bairro do Brás e a deterioração urbana. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia - USP, São Paulo, 1984, pp. 13 e seguintes.

(58) REproduzido de Paul Singer, op. cit., p. 31, com adaptações nossas.

Tabela 3

População Paulistana

Anos	População Urbana	%	População Rural	%	População Total
1836	9.391	43	12.542	57	21.933
1860	15.200	54	12.700	46	27.900
1872	19.347	62	12.038	38	31.385
1886	38.997	82	8.700	18	47.697

Fonte: Censo de 1836 e 1872, Relatório de 1886 e cálculo estimativo.

O ritmo de crescimento populacional no período abrangido pela Tabela é acentuado, eis que a população total cresceu de 71% entre 1860 a 1886 (com uma taxa geométrica ao ano de 2%), mais acelerado ainda de 1872 a 1886, onde a taxa geométrica de crescimento da população urbana foi de mais de 5% por ano (59). Outro maior contraste está entre 1836 e 1860, quando a população urbana quase se duplica.

Outro efeito direto da expansão cafeeira sobre São Paulo foi a ampliação de suas anteriores funções de

(59) Paul Singer, op. cit., p. 31.

entreposto comercial. Se Santos era de fato a grande praça cafeeira pois havia na capital paulista apenas 13 casas comissárias em 1873 (enquanto no Rio chegavam a 2.000), é em São Paulo que está a rede bancária: de quatro estabelecimentos, no mesmo ano, passam a cinco com duas sucursais de bancos bancos ingleses em 1889, pois, além de tudo, São Paulo era a capital da Província e os negócios dependiam das políticas governamentais. Criam-se laços estreitos entre o café e o negócio bancário. Os fazendeiros precisam de crédito para novos cafezais, de um lado, e de outro eles mesmos se tornavam proprietários de bancos. Assim, estabeleceu-se em São Paulo um mercado de capitais, pois a cafeicultura é um sorvedouro de recursos - os cafezais custavam a produzir, e era preciso também investir na aquisição de mão-de-obra escrava. E não havia capital nos bancos paulistas que suportasse essa "fome" de recursos, dado que a poupança interna era insuficiente. Foi inevitável a atração de capitais estrangeiros - especialmente ingleses, além de que os exportadores britânicos emprestavam a prazo médio aos importadores brasileiros. Dessa forma "o comércio de importação é que financiava o de exportação" (60). Se o capital estrangeiro era o mais forte do mercado, os bancos nacionais amparavam o fazendeiro face ao intermediário que o financiava, procurando apoiá-lo nas oscilações do

(60) Celso Furtado. Formação econômica do Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1959, p. 187.

negócio (os preços do produto variavam de acordo com o volume produzido, em razão inversa). Grandes fortunas se consolidaram. Por conseguinte, a rede bancária foi capaz de complementar a oferta de capital estrangeiro.

Além disso, com a Abolição da Escravatura, os bancos puderam emitir mais e ampliarem seu raio de ação através do ingresso de parte dos capitais, outrora empregada na aquisição de mão-de-obra, e com os subsídios do governo à imigração.

Outra mudança trazida pelo café e que influiu sobre São Paulo foi o fato de que os fazendeiros agora fixavam residência na cidade. Essa aristocracia rural era formada de empresários comerciais e sendo para eles a comercialização do café tão ou mais importante que sua produção, fez-se inprescindível sua presença na cidade. "A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma ampla frente: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica" (61). Essa nova população paulistana, fazendeiros e suas famílias, passou a gastar parte das rendas obtidas com o café na própria cidade. O setor de serviços, o artesanato, o comercio varejista

---

(61) Celso Furtado, op. cit., pp. 139/140.

e mesmo certos ramos da indústria leve se aceleram. Registra-se a presença, em 1887, de "três tecelagens, uma cerâmica, cinco grandes fundições, quatro fábricas de artefatos de madeira e uma de mobília, uma de produtos suínos, uma de fósforo, duas de chapéus e centenas de pequenas fábricas e oficinas de artesão" (62).

Os fazendeiros pretendiam morar na cidade mas também viajar para suas lavouras, o que demandava um mais eficiente sistema de estradas e transportes. Por outra parte, o aumento da produção cafeeira e sua exportação, sua expansão para o interior, o aumento da receita, reclamavam empreendimentos mais rápidos que as tropas de mulas ou carros de boi. Surgiria, destarte, um novo sistema de transporte por iniciativa do grupo de empresários provindos da cafeicultura emergente (oeste novo paulista): a ferrovia, por iniciativa de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá (depois Visconde), que já havia implantado ramos industriais no Rio de Janeiro, como o da construção naval, telégrafo, iluminação a gás e bondes puxados a burros. A primeira ferrovia data de 1854, no Rio, da sociedade do Barão de Mauá com capitais ingleses e fazendeiros de café. E a primeira locomotiva, a "Baronesa" era responsável justamente pelo carregamento do café do Rio a Petrópolis. Em São Paulo, a primeira ferrovia foi "The San Paulo Railway Company Ltd" (depois com o nome de Estrada de Ferro Santos a Jundiaí).

---

(62) Paul Singer, op. cit., p. 37.

A empresa de Mauá foi firmada em Londres, com seus sócios. Esta estrada de ferro cortava o planalto paulistano de Santos a Jundiaí, passando por São Paulo e foi inaugurada em 1867 (63). Em 1875, vieram os trechos paulistanos da estrada de ferro "do Norte" e Sorocabana. A Ituana, a Mogiana, a Cia. Paulista E.F., a Cia. Rio Claro, Bragantina, eram outras companhias de estrada de ferro, configurando um surto ferroviário em terras paulistas. Em 1872, dera-se também a concessão de Estrada de Ferro São Paulo-Rio, e mais tarde iria entroncar-se com a Estrada de Ferro Central do Brasil. São Paulo estava, pois, ligada a Santos, à Capital Federal e conectada com as principais zonas de vanguarda cafeeira da Província: Campinas, Itu e outras. A São Paulo Railway Company inaugurara em 1865 suas estações no Brás e na Luz, ainda como rústicos barracões. Mais tarde receberiam as construções que existem até hoje (64).

As ferrovias iriam funcionar como indutores de organização do espaço das cidades, enquanto provocaram a decadência do sistema de transporte a tração animal - as tropas de burros. Como uma das características das estradas de ferro era seu traçado geralmente reto, com óbvia preferência pelos terrenos planos, as várzeas vinham a calhar desse ponto de vista topográfico. Assim, as ferrovias

(63) Richard Morse, op. cit., p. 205.

(64) Paul Singer, op. cit.

alcançaram fácil as proximidades do centro, sem desapropriações vultosas. Isso era o oposto do que acontecia em rotas das tropas de muares que, procurando evitar as várzeas, realizavam curvas, num traçado sinuoso.

As ferrovias passavam a valorizar as terras que percorriam, em detrimento daquelas que margeavam as estradas de tropas, antes privilegiadas. Os núcleos que outrora prestavam serviços àquele tipo de circulação, ficaram prejudicados, tanto em termos da mudança da forma de transporte, quanto pela alteração de itinerário. Aconteceu dessa forma com a Penha e Nossa Senhora do Ó, antigos pousos de tropa e que sofreram alguma queda por estarem fora da rota das ferrovias, grandes indutores de urbanização.

Com o Brás, contudo, embora também fosse pouso de tropa, isso não ocorreu, uma vez que recebeu a implantação da ferrovia por ser zona de várzea e próxima ao centro. Este fato marcou sua vocação dentro da organização espacial da cidade, pois a ferrovia atrairia para suas margens, graças aos preços relativamente baixos dos terrenos e facilidade de acesso aos transportes, futuras indústrias, depósitos, além da presença da mão-de-obra imigrante em suas modestas moradias.

2.3.2. A Imigração Italiana

A nova sociedade paulistana contava também com numerosos imigrantes.

A imigração veio inicialmente para a cafeicultura, mas pouco a pouco esses estrangeiros foram-se dispersando e trabalhando como artesãos, chacareiros etc. "Foi o imigrante, principalmente, que substituiu o escravo nas fazendas de café. Poucos ex-escravos permaneceram nas fazendas; muitos foram para a cidade, outros lugares, outros ramos de atividade. E o caboclo, ou caipira, que continuou a substituir na área ao longo do século XIX e entrando pelo século XX, não foi mobilizado pela cafeicultura a não ser em pequenas escalas e de forma parcial. Algumas famílias de caipiras transformaram-se em colonos, mas talvez poucas (...). O regime de trabalho que predominou nas fazendas de café nos anos 1888-1930, foi o do colonato. Assim, ao trabalhador escravo sucedeu o trabalhador livre, ao negro sucedeu o branco, à senzala sucedeu a colônia" (65). O colono era o trabalhador livre que, recebendo dinheiro à base de tarefas ou empreitadas, também tinha direito a utilizar parte da terra para sua roça ou criação. Os italianos, espanhóis e portugueses, e pequenos grupos japoneses participavam do trabalho de plantio, tratamento, colheita, secagem e transporte de café.

---

(65) Octávio Ianni. Uma cidade antiga, op. cit., p. 50 e seguintes.

Dos artesãos e operários que demandavam São Paulo, muitos eram estrangeiros, imigrantes trazidos originalmente para trabalhar nas fazendas de café. Após o movimento abolicionista, a política do governo federal e dos estaduais favoreceu a elaboração de leis e programas de subsídios à imigração dos trabalhadores europeus. A Cidade de São Paulo era ponto natural de passagem dos que vinham do exterior e retinha parte dos que por ela transitavam. Dos 3.390.000 imigrantes que entraram no Brasil entre 1871 e 1920, os italianos constituíam 1.373.000, os portugueses 901.000 e os espanhóis, 500.000 (66). A maioria dos imigrantes deu preferência ao Estado de São Paulo, cujo governo, controlado pela classe dos produtores de café, oferecia maiores subsídios à imigração. Grande parte dos italianos, provenientes das zonas rurais da Itália, concentrou-se nas fazendas de café, porém outra grande parte veio construir a maior comunidade estrangeira da Capital.

A partir de 1870, a imigração italiana começou a assumir dimensões apreciáveis até tornar-se fenômeno de massa, contribuindo decisivamente para o aumento demográfico do país. O Brasil iria colocar-se em terceiro lugar no "fluxo incessante da emigração italiana entre os anos 80 e a Primeira Guerra Mundial, depois dos Estados Unidos (5 milhões entre 1875 e 1913)

(66) F. Carneiro appud Sheldon Leslie Maram. Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979, p. 13.

e Argentina (2.400.000)" (67). A propósito da imigração italiana, diz-nos o significativo trabalho de Constantino Ianni:

"(...) a emigração italiana tem sido um movimento coletivo que de nenhum ponto de vista pode ser considerado normal. Em confronto com a população do país, nenhum outro povo moderno sofreu tão grande êxodo de massas humanas" (68).

De 1869 até 1962, partiram da Itália cerca de 24 milhões de emigrantes. Entre 1869 a 1880, a média anual de expatriações se manteve pouco acima dos cem mil. Mas de 1880 em diante, com o agravamento das crises agrícolas, a média anual de embarques subiu para 154 mil. Ainda entre 1885 e 1990, com o encarecimento do pão e crise no vinho, a média de emigrados subiu para 221.977 unidades. E de 1890 em diante, a partida de expatriados chegava a quase 260 mil casos. E continuaria nos inícios do século XX, agora mais como emigração transoceânica, constituída basicamente de meridionais (69).

---

(67) Trento, Angelo. Do outro lado do Atlântico, um século de imigração italiana no Brasil, São Paulo, Nobel, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988. - pag. 18.

(68) Constantino Ianni. Homens sem paz, os conflitos e os bastidores da imigração italiana, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1972, p. 13

(69) Idem, ibidem, p. 93.

Intensa propaganda na Europa ajudava a imigração. Na itália, sobretudo, que proporcionou o maior contingente de imigrantes para São Paulo, as forças de expulsão eram mais fortes que a mera sedução dos agentes. Destacamos as lutas políticas advindas do processo de unificação após 1860, o desenvolvimento do capitalismo no campo, que levou à concentração de propriedade da terra e ocasionou o desemprego de milhares de famílias, o crescimento da indústria no norte do país que, por sua vez, provocava a falência de pequenas fábricas e manufaturas do sul, causando também o desemprego etc.

A Itália justificava a emigração como plano para seu desenvolvimento econômico e social, usando o refrão; "A Itália é pobre"; na verdade, não o era para todos (70). Malgrado seu colonialismo na África, procurou o governo italiano encontrar substância econômica e política nas comunidades do exterior - "colônias" comerciais (como abertura de novos escoadouros para a exportação) e de desfrutamento (pelas remessas). Eram também colônias de despovoamento, como forma de aliviar a pressão demográfica interna (71).

Esquematicamente, pode-se dizer que o fluxo emigratório foi provocado por fatores de ordem demográfica

---

(70) Constantino Ianni, op. cit. p. 13.

(71) Idem, ibdem

e, principalmente, de ordem econômica. O latifúndio expulsava os camponeses, e a causa era a miséria, mais que o excesso populacional. A depressão agrícola, a dificuldade de dinheiro vivo para circulação entre os camponeses para pagamento de impostos fundiários, de registro e transmissão, dívida hipotecária, taxações sobre a farinha, confisco de propriedades, vendas por dívidas e assim por diante, constavam como causas diretas da emigração (72).

"O regime de propriedade da terra e a política econômica e financeira dos governos italianos de 1860 em diante, atuaram de vários modos como um processo social, econômico e político de fabricação de emigrantes" (73).

Abrangendo mutos interesses econômicos na Itália, a emigração se fazia em diferentes acordos com os países de migração. As companhias de navegação, principalmente, tratavam diretamente com o Estado interessado em emigrantes, contra o pagamento da importância da viagem. Mandavam seus representantes a todos os povoados e vilas da Península, com mirabolantes promessas (tais emissários ganhavam comissão por cabeça). Um requisito era que fossem camponeses, pois iriam trabalhar nas lavouras de café e, assim, seguiam para Santos. Os bancos também tinham interesses entrelaçados aos da Cia. de Navegação. O Banco de Nápoles, por exemplo, em 1901, receberia o monopólio das remessas de

(72) Angelo Trento. op. cit.

(73) Constantino Ianni, op. cit., p. 53.

além-mar. Além desses, outros intermediários se beneficiavam das remessas provindas da emigração, bem como o Estado Italiano.

A imigração italiana moldou a Cidade de São Paulo, e o Brás, de seu feitio no final do século XIX. Até 1873, São Paulo contava quase exclusivamente com imigrantes portugueses; em 1874 vieram para cá cerca de 20 mil imigrantes; em 1877, mais treze mil italianos e, em 1888, mais de 200 mil deles chegavam ao Brasil.

Após as tentativas anteriores de colonização com imigrantes (colônias de parcerias, imigração chinesa, alemã e outros), o Governo Brasileiro iniciara a imigração subvencionada: as despesas de viagem do imigrante e sua família (traço muito importante era o da composição familiar desse contingente), eram pagos pelo Governo e os fazendeiros arcavam com os gastos do colono durante o seu primeiro ano no país (74). Os colonos recebiam salário fixo anual e mais parte que variava com a colheita; depois, poderiam mudar de fazenda ou se deslocar à cidade em busca de outra ocupação. O papel do Governo Imperial foi decisivo, pois os fazendeiros nem sempre poderiam arcar com despesas e os governos provinciais receberam vantagens para tal, como, por exemplo, autorização para venderem apólices. Surgem também

(74) Emília Viotti da Costa. Da senzala à colônia, São Paulo, Difel, 1966.

algumas Associações em São Paulo visando a imigração, como a Sociedade Promotora da Imigração (composta por fazendeiros e ligada ao Governo da Província) e a Associação Auxiliar da Colonização e Imigração (com o objetivo de fiscalizar e "moralizar" os contratos de trabalho) (75).

Entre 1872 e 1886, a população estrangeira de São Paulo elevou-se de 8% para 25% da população total. Em 1897, os italianos superavam os brasileiros na Capital, na proporção de dois para um, provindos de correntes ininterruptas desde 1882.

São os seguintes dos dados relativos à imigração via Santos, no período 1882-1891, indicando o grande peso dos italianos (76).

---

(75) Zuleika Alvim. Brava gente/os italianos em São Paulo - 1870-1920, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986. Esta autora cita que, entre os agentes de imigração em São Paulo, estava Caetano Pinto. Em 1877, ele cedeu seu nome para rua no bairro do Brás.

(76) Reproduzido de Richard Morse, op. cit. , p. 241.

M - 1

MAPA 1

PLANTA
DA
CIDADE DE SÃO PAULO
LEVANTADA PELA
COMPANHIA CANTAREIRA E ESGOTOS
HENRY B. JOYNER M.I.C.E.
ENGENHEIRO EM CHEFE

ESCALA

1881

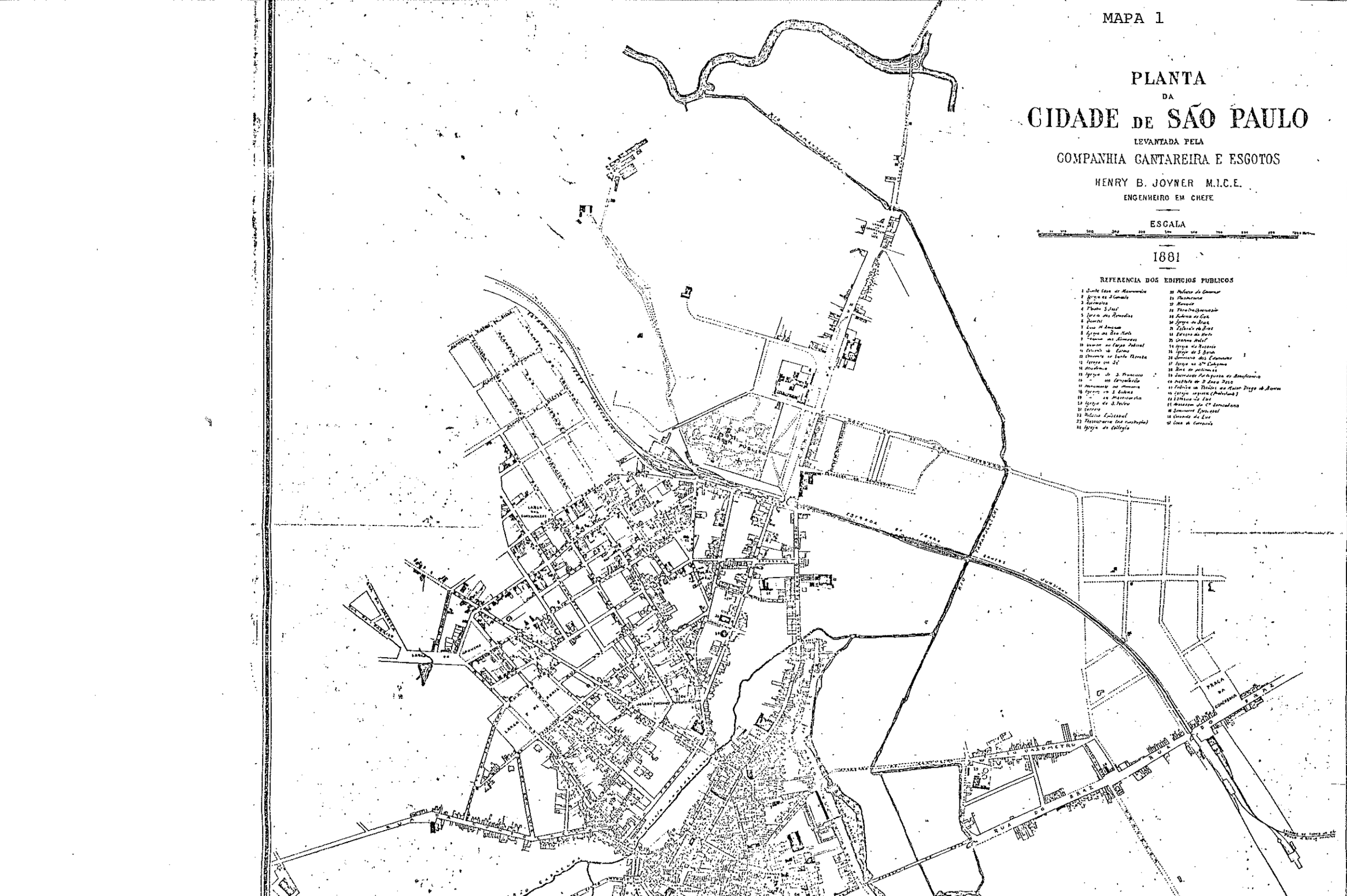

REFERENCIA DOS EDIFICIOS PUBLICOS
RUA DE SANTA EFIGENIA
RUA DE SANTA IFIGENIA

Tabela 4

Procedência de Imigrantes Chegados ao Brasil - 1882-1891.

Italianos	202.503
Portugueses	25.925
Espanhóis	14.954
Alemães	6.196
Austríacos	4.118
Russos	3.315
Franceses	1.922
Dinamarqueses	1.042
Belgas	851
Ingleses	782
Suecos	685
Suíços	219
Irlandeses	201
Outros	483
Total	263.196

Fonte: Sociedade Promotora (1892), Relatório ao Vice-Presidente do Estado de São Paulo, Anexo nº17.

Muitas idéias sobre o imigrante diziam que vinham para "fazer a América" e voltar. As partidas, entretanto, eram sempre dolorosas:

"L'acqua di quel gran mare
é l'acqua dell'oblio ..." (76).

O sucesso lhes parecia depender da "fortuna", das forças incontroláveis do destino e só estas fariam que pudessem voltar ricos - isso, especialmente, era válido para os "contadini", os camponeses do Sul. Na realidade, fugiam das condições adversas com a penetração do capitalismo no campo.

Embora durante muito tempo se tenha acreditado que a maioria dos italianos que vieram para o Brasil fosse meridional, isso não é verdade porque "o maior contingente compunha-se de vênetos" (77), região que forneceu 30% dos enviados para cá entre 1870 e 1920.

As variações no movimento emigratório, segundo a região de que se origina, dependeram mais das condições da Itália, em termos de expulsão, que de outros fatores brasileiros, como as preferências dos fazendeiros paulistas,

(76) "A água daquele grande mar é a água do esquecimento", poeta Cesídio Cantille, in Ianni, Constantino, op. cit., pp. 101-102.

(77) Zuleika Alvim. Brava gente! os italianos em São Paulo - 1870/1920, São Paulo, Ed. Brasiliense, p. 62.

por exemplo. Pode-se dizer, assim, que a transição capitalista italiana quase que se espalhou por regiões sucessivas e a emigração acompanhou tais movimentos. Até 1901, predominavam os vênetos (326.793 pessoas), seguidos dos de Campania (108.301), dos lombardos (86.585) e calabreses (67.944). Após 1902, quando diminui o volume de emigrados em relação à primeira fase, a liderança do fluxo é da Calábria (63.211 pessoas), depois a Campania (57.779), os vênetos (38.917) e, por último, os lombardos (19.388) (78). Zuleika Alvim (79), com base no Anuário Estatístico (Commissariato GEnerale dell Emigrazione), aponta que, de 1876 a 1920, viveram para o Brasil cerca de 1.243.633 pessoas, predominantemente do Vêneto (30%), Campania (13,5%), Calábria (10%), Lombardia (8,5%), Abruzzi/Molise (7,5%), Toscana (6,5%), decrescendo assim progressivamente os percentuais relativos a Emilia Romagna (4,8%), Basilicata (4,2%), Sicília (3,6%), Piemonte e outros lugares.

---

(78) Idem, ibdem. Esta autora cita também que foram os vênetos os que mais retornaram à Itália. Em 1902, voltaram 23.702 pessoas, 69% dos saídos. Da Campania, voltaram 40,9% e da Calábria, 42%.

(79) Brava gente, op. cit., p. 62

TABELA 5 - Emigrantes Italianos para o Brasil, Conforme Procedência Regional - 1878-1902 e 1903-1920 (80)

Região da Itália	1878-1902		1903-1920		Total	
	valores absolutos	%	valores absolutos	%		
Piemonte e Vale de Aosta	23.563	2,5	16.773	5,5		
Ligúria	5.479	0,6	3.849	1,2		
Lombardia	86.585	9,2	19.388	6,3		
Vêneto e Friuli	329.498	35,2	36.212	11,8		
Emília e Romanha	50.774	5,4	9.103	3,0		
Itália do Norte	495.899	52,9	85.325	27,8	581.224	(46,7)
Toscana	59.628	6,4	21.428	7,0		
Marcas	18.693	2,0	6.381	2,1		
Umbria	9.390	1,0	2.428	0,8		
Lácio	12.581	1,3	3.395	1,1		
Itália Central	100.292	10,7	33.632	11,0	133.924	(10,8)
Abruizos e Molise	66.207	7,4	23.065	7,5		
Campania	117.851	12,6	46.123	15,0		
Apulia	20.981	2,2	16.154	5,3		
Basilicata	34.408	3,7	17.996	5,9		
Calábria	71.706	7,7	58.595	19,1		
Sicilia	20.758	2,2	24.966	8,1		
Sardenha	5.374	0,6	796	0,3		
Itália do Sul e Ilhas da Itália	340.785	36,4	187.695	61,2	528.480	(42,5)
Itália	936.976	100,0	306.652	100,0	1.243.628	(100,0)

FONTE: MAIC (Ministero Dell'Agricoltura,Industria e Commercio, Censimento degli Italiani all'Estero(dic 1881) Roma, 1884 e outros anos.

(80) Reproduzido de Angelo Trento. Do outro lado do Atlântico, um século de imigração italiana no Brasil, São Paulo, Ed. Nobel e Instituto Italiano di Cultura de San Paolo: Instituto Cultural Italo Brasileiro,1988,pp.39 e 60 com adaptações nossas. Observe-se que há poucas divergências entre os dados desta tabela e aqueles apresentados por Zuleika Alvim,op. cit.

Dos imigrantes que vieram da região do Veneto, a maioria até 1902, e sobretudo até 1885, eram pequenos proprietários (arrendatários e meeiros assalariados, colonos, plantadores de uva e trigo, carroceiros e "braccianti" - trabalhadores braçais). Dos meridionais, no período 1876-1882, a massa calabresa era de Cosenza - pequenos proprietários e pequenos arrendatários. A partir de 1902, a composição dos italianos que migram para cá, deixa de ser o nordeste da Itália para ser a Sicília, a Basilicata, a Calábria, a Campania e o Abruzzi. Contudo, no conjunto, predominou ainda a maioria de Veneto.

Essa diversidade de origens explicaria, em parte, suas diferentes ocupações em São Paulo, bem como seus anseios e formas de resistência à proletarização. "Nessa linha, é preciso estar atento aos valores próprios da sociedade pré-industrial e às diferenças regionais, que as faziam identificar-se como vênetos, calabreses, lombardos, e outros, muito mais do que como italianos, já que isso influi em sua integração na sociedade paulista" (81).

Há, por conseguinte, uma distinção entre meridionais e setentrionais que importou na configuraçao da "identidade" de trabalhador. Muitos lombardos e toscanos ficaram em São Paulo dedicando-se ao pequeno comércio de

(81) Zuleika Alvim, op. cit., pp. 61, 62 e 63.

óleos comestíveis e artesanatos, alojando-se nos diferentes bairros da cidade, como Brás, Bexiga, Bom Retiro.

Os imigrantes descontentes com a lavoura acabaram vindo para São Paulo, sem falar em muitos que (cerca de 30%), mesmo subvencionados para a agricultura, permaneceram na cidade (82) (tabela 6).

Tabela 6

Imigrantes que vieram para a Província de São Paulo - 1879.

Período	Imigrantes subvencionados que vieram para a Província (A)	Número que permaneceu na Capital (B)	B/A %
1879	424	198	46,7
Janeiro a outubro/1883	3.955	1.322	33,4
Abril, junho/ 1884	2.032	380	18,7
Total no período	6.411	1.900	29.6

Fontes: Relatórios Provindiais de Laurindo de Brito (1880), Domingos Raiol (1884) e Luis Carlos d'Assunção (1884), reproduzido de Richard Morse, op. cit., p. 239, com adaptações nossas.

(82) Cf. Richard Morse, op. cit., p. 239.

Dois terços dos imigrantes dirigiam-se ao campo. Os fazendeiros preferiam os vênetos e lombardos, por sua "parcimônia, frugalidade" e, sobretudo "docilidade" (83), julgando os meridionais como rebeldes. Estes, geralmente optaram pela cidade (84). Muitos de Toscana, outros do norte, em geral, revelavam tendência para dedicar-se às atividades artesanais ou industriais (operários têxteis), eram pintores, pedreiros, marceneiros, ferreiros, sapateiros, construtores, comerciantes, engraxates e se dirigiam às cidades.

Muitas as causas que traziam os imigrantes das lavouras de café de volta a São Paulo. A verdadeira odisséia dos italianos trabalhadores já começava antes do embarque, geralmente enganados por agentes inescrupulosos; acresciam-se as dificuldades da travessia em navios apinhados, com péssima alimentação, em condições insalubres, havendo muitos mortos por doenças entéricas e até por asfixia. No Brasil, as hospedarias eram outros centros de "tortura": ali esperavam os fazendeiros que os contratariam através de intermediários (intérpretes nem sempre honestos), com contratos verbais que não seriam cumpridos, via de regra, quanto a salários, folgas, etc. As rudes condições das fazendas, onde os casebres eram da pior qualidade, sem higiene alguma, associavam-se à decepção de terem o salário

(83) Angelo Trento, op. cit. p. 41.

(84) Zuleika Alvim, op. cit., pp. 71 e seguintes.

reduzido por mil expedientes do fazendeiro. A família imigrante mesmo cuidando de muitos pés de café não recebia o equivalente à soma das forças de trabalho empregadas, cujos excedentes poderiam valer-lhes renda suplementar. Muitas vezes esses produtos acabavam vendidos ao próprio fazendeiro e por preços irrisórios. O isolamento da fazenda, o costume de lidar com escravos por parte dos proprietários rurais, levam o imigrante a ter experiências traumáticas com a lavoura do café. Além de obrigados a rotinas estafantes, cercados pelo autoritarismo do fazendeiro e seus capangas, vendo ou sofrendo espancamentos e outras violências físicas, enfrentando outras desvantagens sérias na vida rural: o fazendeiro que adulterava pesos e medidas, confiscava produtos, aplicava multas por qualquer motivo, até por "malcriação", enquanto o colono não contava com qualquer proteção legal. Eram muitos e graves os riscos quanto à saúde (malária, varíola, febre amarela, tracoma, ancilostomiase e até bicho de pé). Talvez o único item de consumo que lhes parecia vantajoso diante da Itália era a alimentação que, apesar de no primeiro ano ser racionada, na ocasião da colheita colocava na mesa do colono arroz, feijão, carne de porco, hortaliças e frango.

Com pouquíssimas possibilidade de poupança, a exceção de algumas famílias vênetas, muitos imigrantes

fugiram da lavoura e voltaram para os centros urbanos (85).

Uma vez na cidade, o trabalhador imigrante procurava lugar para se instalar, compatível a seu poder aquisitivo e que fosse próximo a se local de trabalho. Daí a procura pelo Brás, como veremos adiante. Brás, Bexiga e Bom Retiro mereceram a preferência dos imigrantes; os italianos, por exemplo, procuraram fixar-se no Brás por conter terrenos de várzea, mais baratos, e pela presença ali da Hospedaria dos Imigrantes, da ferrovia e de indústrias.

Como é sabido, os imigrantes já vinham com uma cópia de seu contrato de trabalho, mesmo antes de empreender viagem. Assumiam o compromisso perante as leis brasileiras de trabalharem na lavoura, por um ano, com direito a ferramentas, sementes, habitação gratuíta. Ao desembarcarem no porto de Santos, eram enviados em vagões de carga para o antigo alojamento de Imigrantes, inicialmente no bairro do Bom Retiro. Como este não comportava mais os fluxos cada vez mais crescentes, em 1885 foi aprovada a construção de um prédio maior que abrigasse o contingente esperado. O governo determinou que o terreno se localizasse no Brás e o mais próximo possível das estações ferroviárias

(85) Ver a respeito, entre outros, Angelo Trento. Do outro lado do Atlântico, op. cit., pp. 41-52; Zuleika Alvim, op. cit., pp. 74 em diante; M. Hall. The origins of mass immigration in Brazil, 1871-1914, Columbia University, 1969, pp. 29 a 128.

daquele bairro, isto é, imediações das estações do Norte e do Brás. Desse modo, o prédio teve sua construção iniciada em 1886, próximo a um dos ramais da ferrovia S.P.R. (São Paulo Railway) em estilo arquitetônico de tendências neoclássicas, e com capacidade para 3.000 imigrantes. Seu nome mudou-se para Hospedaria dos Imigrantes e o governo, homenageando seu iniciador - Dr. Antonio Queiroz Telles -, Visconde de Parnaíba, assim denominou a rua em que se situa.

Durante a década de 1890, chegou a abrigar quinhentos a mil imigrantes, em média, que se revezavam a cada oito dias. Este movimento chegou a cuasar problemas entre adm9nistração e estrangeiros. Muitas famílias não de adaptavam ao novo ambiente e, portanto, queriam retornar ao local de origem; outras, que deveriam ir para as lavouras de São Paulo, desejavam dirigir-se a diferentes províncias; outras, ainda, não aceitavam os empregos que lhes eram destinados e subsistiam às custas do Governo. Por várias vezes, a Hospedaria encontrou-se em funcionamento irregular, ocasionando problemas aos órgãos públicos que, através de seu serviço de imigração, tentavam amenizá-los. Dos imigrantes italianos, os calabreses ficaram no bairro do Bexiga (atual Bela Vista); os vênetos do Bom Retiro e os napolitanos, quase todos, se fixaram no Brás.

São Paulo conheceu grande incremento demográfico por causa do desenvolvimento do café e da imigração (o

que desempenharia papel importante na industrialização, pelo mercado de capitais e mercado de trabalho). Entre 1872 e 1893, a imigração revela-se nos dados da população paulistana (86).

Tabela 7

População de São Paulo

Anos / Distritos	1872	1886	1890	1893	1872/1893 Variação 1872=100
Sé	9.213	12.821	16.395	29.518	320
Santa Ifigênia	4.459	11.909	14.025	42.715	958
Consolação	3.357	8.269	13.337	21.311	635
Brás	2.308	5.998	16.807	32.387	1.403
Penha	1.883	2.283	2.209	1.128	-0,60
Nossa Senhora do Ó	2.023	2.750	2.161	2.350	1,2
Total de São Paulo	23.243	44.030	64.934	192.409	828

(86) Richard Morse, op. cit., p. 238.

A população de São Paulo cresce vertiginosamente no período. Observa-se que o Brás foi o distrito que mais incrementou sua população, apresentando um crescimento de 1.300%, em detrimento da Penha e Nossa Senhora do Ó, abandonados pela distância das ferrovias.

2.3.3. Melhoramentos Urbanos e Industrialização

São Paulo passou a ser mercado de distribuição de produtos e de mão-de-obrs, além de contar com uma infra estrutura de serviços que fixou a aristocracia rural no núcleo urbano. Toda a cidade se modificou no seu uso, no seu espaço, na sua escala. "A vida urbana invade o campo", e o cinturão das chácaras é que vai sofrer as conseqüências, formando os bairros residenciais. As antigas "casas de fins de semana" dos fazendeiros eram de reduzidas dimensões para abrigar as funções de moradias permanentes e, assim, passou-se a lotear áreas e prepará-las para as habitações da classe dominante; os terrenos são de grande dimensões - a chácara é transplantada para a cidade, iniciando-se um processo de progressivo retalhamento da área rural, contígua à cidade, extensão urbana por "aglutinação" (87). Todo esse processo é, sem dúvida, comandado pelos objetivos de lucro imobiliário.

---

(87) J. Richard Langenbuch, op. cit., pp. 79 e seguintes.

Em 1886, um italiano, Dr. Lomonaco, observava São Paulo dessa forma:

"São Paulo não apresenta ainda os aspectos de grande cidade, no sentido exato da palavra. Está sujeita, presentemente, a um regimen. a uma obra de contínuas demolições e transformações. que a melhoram e embelezam de dia para dia e não pode concluir-se em breve lapso.

Ao lado dos belos palacetes, em condições de figurar em qualquer grande cidade, ainda se notam os casebres baixos e humildes, as casas de taipa construídas pelos primeiros colonos portugueses. Em conflito com algumas ruas, bem pavimentadas, com numerosos edifícios, outras já se apresentam, apenas delineadas e de edificação esparsa, cobertas de hervas rasteiras, ou de chão de terra, impraticáveis desde que chova.

Tal equilíbrio de construção e de diferenças de aspectos materiais, observa-se tanto na parte velha como na nova. Não há bairro, pode-se dizer, do qual se afirme que tem definitivo aspecto. Assim só dentro de dez ou quinze anos terá São Paulo definitivo facies, conquistando o feitio de grande e bela cidade" (88).

Entre 1875 e 1890, a cidade começa a se expandir, acompanhando os caminhos das tropas e fixando o traçado das grandes artérias atuais. A Planta da Cidade de São Paulo de 1881 mostra expansão da cidade nas direções Oeste e Noroeste (89). A região, entre o Vale do Anhangabaú e a Praça da República (então Campo dos Curros) e chamada no

---

(88) Afonso d'E. Taunay. "Impressões de São Paulo (1886)", citado por Richard Morse, op, cit., pp. 234/244.

(89) Por Henry Joyner. Cia. Cantareira e Esgotos, 1881, citado por R. Langenbuch, op. cit.

mapa do "Morro do Chá", fora arruada e loteada em 1876 e achava-se bastante edificada, o mesmo ocorrendo com Santa Ifigênnia. Na Liberdade, acrescentaram-se novos quarteirões.

O bairro provindo do loteamento da chácara do Campo Redondo, os Campos Elísios, já se achava arruado em parte, mas sem edificações. Segundo estudos, aproximadamente em 1877, o suíço Frederico Glette e o alemão Victor Nothmann fundaram o primeiro bairro para a aristocracia rural do café. Suas mansões, com projetos arquitetônicos inspirados em castelos europeus, marcaram a cidade e o ambiente da época com tílburis circulando, fidalgos de coletes, serenatas de violinos, e alí também transitava o poder econômico e político do país. O bairro tem um traçado urbano reticulado e regular e foi uma das primeiras implantações organizadas da cidade. Nele se instalaram as residências de luxo da elite, dentro dos padrões estéticos e técnicos dominantes na época na arquitetura paulista (e seu ecletismo). Ao lado dessas outras construções representativas de camadas médias da população, implantaram-se moradias operárias, sendo todo esse estoque marcado pela presença da mão-de-obra, artesãos e mestres imigrantes, sobretudo, italianos, espanhóis e portugueses (90). Convém lembrar que

(90) Essa área foi considerada de interesse para o patrimônio histórico, sendo tombada pelo CONDEPHAAT e também o Poder Público Municipal reconheceu a necessidade de preservação de imóveis da região (Z8-200). Ver Diário Oficial do Estado de 22/03/1986. Verificar também Cortiços em bairros centrais de São Paulo: o caso de Campos Elísios, Suplemento do Diário Oficial do Município de São Paulo, ano 33, nº 176, de 17/09/88.

ao lado do bairro assim configurado como aristocrático, a população pobre da cidade se abrigava nos chamados "bairros populares", o Brás, Pari, Moóca, denotando um processo de segregação que iria se acentuar futuramente.

A cidade alargou-se também em outras direções. Descendo em direção ao Tietê, povoou-se o ângulo que com este formava o Tamanduateí, ensejando o traçado das atuais ruas Florêncio de Abreu e Brigadeiro Tobias. Indo em direção leste, atravessando o Tamanduateí, prolongava-se linearmente. No sentido oposto, enveredando-se pelos espigões, procurando os altos e acompanhando as estradas que iam nessa direção. Estas eram três principais: aquela hoje representada pela rua da Liberdade, tomava e divisor entre o Tamanduateí e Anhangabaú e continuava pela rua Vergueiro até a estrada do mesmo nome. Outra, começava no fundo do Vale do Anhangabaú no caminho para Santo Amaro e prolongava a atual rua Brigadeiro Luiz Antonio. A última, finalmente, seguia rumo ao sul em direção às margens do Pinheiros e seus afluentes, visando suas aldeias e povoações. Outra estrada, rumo oeste, subia por uma ladeira íngreme que separa o Anhangabaú do Pacembu - hoje representada pela rua da Consolação.

Delimitada por essas diretrizes, a cidade é ocupada inicialmente quase que apenas no interior do maciço principal na sua porção sudoeste. As zonas de planície, ao

norte e leste, por conterem várzeas insalubres, só são ocupadas após as ferrovias e pelas camadas de mais baixa renda.

Percebe-se, assim que a cidade agora expandida para além dos limites do triângulo histórico que antes concentrava todas as funções, começou a apresentar zonas de diferenciação e hierarquização de uso espacial. Também as classes sociais passam a ocupar áreas diversas. O antigo centro passa a ser o lugar do comércio e dos serviços e, novos bairros surgem na direção oeste, com ruas largas, espaçosas e palacetes dos barões de café (o já citado bairro de Campos Elísios). Como tendência, a burguesia procurava ocupar os flancos do maciço, enquanto os menos favorecidos, onde podiam, se acomodavam nas baixadas do Tietê e Tamanduateí, já referidas.

"O crescimento de São Paulo entre 1870 e 1900 foi muito rápido e acompanhado de intensa atividade loteadora voltada predominantemente para a burguesia, pois, na época, as camadas populares ainda não constituíam um mercado significativo para terrenos urbanos (...) toda região além do Anhangabaú e Cidade Nova estava esparsamente ocupada, em nítido contraste com o compacto núcleo do Velho Triângulo; no entanto, a área edificada daquela era bem maior que a deste (...), as últimas décadas do século XIX marcam o início de exploração imobiliária em São Paulo (...)" (91).

---

(91) Flávio Villaça. A estrutura territorial da metrópole sul brasileira: áreas residenciais e comerciais, tese de doutoramento apresentada ao Deptº de Geografia da FFL e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1978, pp. 33 e 34.

Ainda segundo Villaça, São Paulo organizava-se em duas partes distintas, os rios estabelecendo, pois, verdadeiras faixas divisórias. O córrego Anhangabaú, o rio Tamanduateí, bem como a estrada de ferro SPR (Santos a Jundiaí), marcavam diferentes territórios: a leste, localizaram-se os bairros populares (mistos) com residências operárias, indústria e comércio, tendo como pioneiro o Brás. A oeste, situavam-se o centro da cidade e por aí caminhou sua expansão, formando-se os bairros da aristocracia rural e da burguesia industrial em Campos Elísios, Vila Buarque, Higienópolis e Avenida Paulista (92).

Richard Morse diria dessa época: (...) a distribuição de classes na cidade em 1890 era a seguinte: 5% a superior, 25% a média e 70% a inferior" (93).

À semelhança de Belo Horizonte, que é cortada longitudinalmente por uma barreira natural, São Paulo tem um vale por onde corre um pequeno rio, o Tamanduateí, e de cujo transbordamento resultam terras adjacentes alagadiças e uma ferrovia que corre ao longo desse Vale. Esse fator aumenta o custo e o tempo de transporte de um lado para outro. "Em outras palavras, definem-se 'o lado de lá' e o lado de cá'

---

(92) Flávio Villaça, op. cit.

(93) Richard Morse. Formação histórica de São Paulo, São Paulo, Difel, 1970, p. 259.

da cidade, ou seja, um lado com maiores vantagens e um lado com maiores desvantagens locacionais" (94).

Os melhoramentos urbanos eram numerosos, mas reduziam-se essencialmente à natureza das atividades econômicas e de suas elites e sobre esta demanda se voltava a ação dos poderes públicos, deixando em segundo plano as necessidades dos trabalhadores, de pequenas e médias indústrias, artesãos, imigrantes, seus familiares.

Além de territórios de imigrantes no Brás, territórios negros se estabeleceram. Desde o século XVIII, os negros se reuniam para algumas manifestações em locais da cidade; ergueram uma igreja simples, um cemitério pequeno e alguns casebres com casais de libertos e com um modesto comércio: era a Rua do Rosário. Mais tarde, o Largo do Rosário. Outros bairros abrigavam também negros: Liberdade, Lavapés, Bexiga, o longínquo Jabaquara, o Bosque da Saúde e especialmente a Barra Funda, principalmente no início do século XX.

Segundo o testemunho de Nuto Sant'Ana, havia dois grandes desdobramentos na cidade: uma zona residencial formada por Pacaembu, Avenida Paulista, Campos Elísios, Perdizes, Água Branca e Lapa, e uma zona industrial, tendo o

---

(94) Flávio Villaça, op. cit., pp. 107/108.

Brás como centro, servido pela estrada de ferro e ao longo desta e além do Brás, demais bairros operários: Ipiranga, Cambuci, Moóca, Pari, Luz, Bom Retiro, alguns trechos da Lapa, Água Branca e Barra Funda (95).

Contudo, desde o café e respectivo aumento de receitas, os serviços urbanos haviam-se ampliado: em 1872, os lampiões e querosene são substituídos pela iluminação a gás, fornecido pela companhia inglesa instalada no Brás, dando origem ao aterrado do Gazômetro; em 1887, dobrou-se o número de lâmpadas. O serviço telefônico foi inaugurado em 1884. Em 1887, a Cia. Cantareira de Águas e Esgotos atuava em São Paulo. Providenciou-se o alargamento de ruas, facilitando a circulação. Ainda antes do fim do século (1892), os paulistanos assistiram à inauguração do Viaduto do Chá, cujo construtor Jules Martin, sonhava, desde 1879, unir o centro histórico à cidade nova.

Os bondes puxados a burro e cuja implantação se dera em 1872, seriam substituídos em 1900 pelo bonde elétrico. No século XX, teríamos a primeira usina hidrelétrica (em Parnaíba), e que mais tarde forneceria energia para as indústrias.

---

(95) Nuto Sant'Ana. São Paulo histórico, vol II, p. 294.

Pode-se dizer, pois, que o café fundou a cidade pela segunda vez, preparando o terreno para a industrialização, a verdadeira responsável pelo crescimento vertiginoso no século XX. Se São Paulo não se industrializasse, talvez tivesse destino semelhante a Belém (Pará) após o surto da borracha, caindo em estagnação temporária (96).

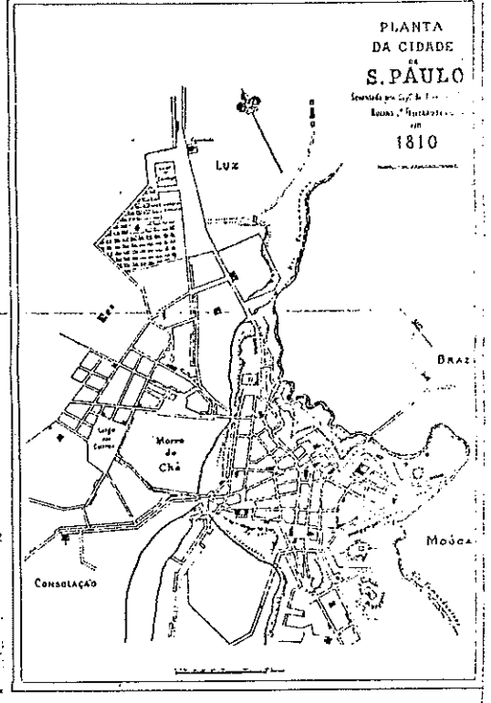
No Brás, no limiar deste século, a urbanização já ultrapassara as estações do Brás (Estrada de Ferro Santos-Jundiaí) e do Norte (Terminal da Estrada de Ferro do Norte, hoje Estação Roosevelt). A atual Avenida Rangel Pestana (antiga Rua do Brás), juntara-se à Rua do Gasômetro e constituía importante eixo de urbanização linear. A Rua da Moóca e a Rua Piratininga, embora já traçadas, ainda não estavam povoadas. No interior dos quarteirões, ainda se faziam sentir grandes claros. Assim, o antigo núcleo da colina entre o Tamanduateí e Anhangabaú, pelo seu caráter compacto, destacava-se do conjunto da cidade.

Em 1890, a Planta de Jules Martins assinalava grande progresso na expansão urbana: já estavam arruados os bairros de Bela Vista, Vila Buarque, Santa Cecília, a área entre a Luz e o Brás e parte do Bom Retiro.

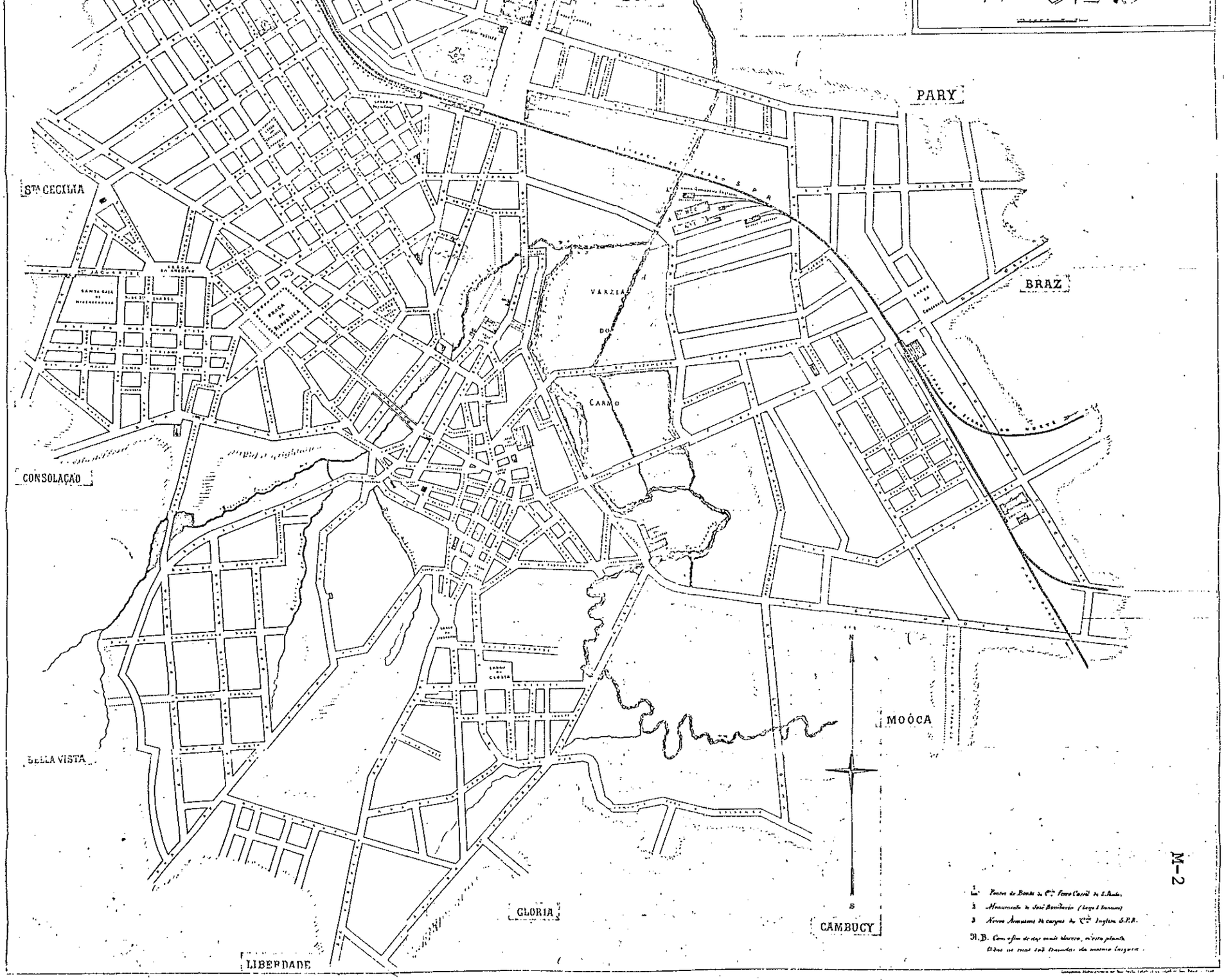
---

(96) Paulo Singer, op. cit., p. 40.

PLANTA
DA
CAPITAL DO ESTADO
DE
S. PAULO
e seus arrabaldes
desenhada e publicada
JULES MARTIN
em
1890



BOM RETIRO
CAMPOS ELYSEOS
LUZ
PARY
STª CECILIA
BRAZ
VARZEA DO CARMO
CONSOLAÇÃO
RIO TIETÊ


PARY
Stª CECILIA
BRAZ
VARZEA DO CARMO
CONSOLAÇÃO
MOÓCA
BELLA VISTA
GLORIA
CAMBUCY
LIBERDADE
N
S
M-2

Com o bonde a tração animal, cuja primeira linha ligava o Centro à Estação da Luz e porque várias linhas foram se multiplicando rapidamente até ultrapassarem os limites construídos da cidade, para a Moóca, Campos Elísios, Santa Cecília, Consolação e Liberdade, também foram atingidas áreas além da ponte do Tamanduateí (Ponte Pequena) e da Ponte do Tietê (Ponte Grande): Dessa maneira, o bonde foi um elemento para a suburbanização de áreas situadas a maiores distâncias.

Outro aspecto fundamental relacionado à expansão da cidade foi o surto industrial. Em 1890, São Paulo já continha vários estabelecimentos fabris de certo porte, localizando-se às margens das ferrovias - tendência que se acentuou com o tempo - e em bairros novos, no cinturão das chácaras. Um exemplo era a Tecelagem Sant'Ana, no Brás, que fabricava sacos de aniagem para produtos agrícolas e que possuía ramal ferroviário para expedir mercadorias para o interior (97). A Companhia Antártica, na Água Branca, que fabricava gelo e cerveja, e a cervejaria Bavária, na Moóca, ambas se instalaram às margens de ferrovias. A Brahma se implantara no então distante bairro de Vila Mariana, onde também, instalou-se uma fábrica de fósforo. A industrialização da última década do século XIX foi de substituição

(97) J. R. Langenbuch, op. cit., que reproduz dados de A. F. Bandeira, A indústria no Estado de São Paulo.

de importações de bens de consumo e de produtos de subsistência. Com a formação do mercado interno consumidor, a urbanização se acelerou. Essa indústria preenchia os requisitos de certa independência com relação ao comércio exterior, pela queda de câmbio nesse final de século e pelo tumultuado crescimento conhecido como encilhamento, política de crédito, especulativa, que vigorou até 1900 aproximadamente. Celso Furtado e R. Simonsen consideram o encilhamento o primeiro surto industrial brasileiro, em que houve real mobilização de recursos (98). Após esse período consolidam-se as indústrias no ramo de produção de alimentos, fiação e tecelagem. Por outro lado, a localização industrial dá-se de acordo com a proximidade do mercado consumidor, das fontes de matérias-primas e do mercado de fatores. O Rio de Janeiro, tão desenvolvido no período, foi superado por São Paulo que ganha proeminência industrial a partir dos anos 20 deste século. De 1880 a 1895, o número de empresas industriais triplicou em São Paulo (de 150 para 452 unidades) e o capital empregado evoluiu de 58.400 contos para 213.700 (99).

Dos anos 1886 a 1890 também se instalaram no cinturão das chácaras alguns estabelecimentos de cunho

---

(98) Paul Singer, op. cit., pp. 46 e seguintes.

(99) Idem, ibidem, p. 46.

especial, difíceis de se acomodarem nas regiões compactas da cidade: o hipódromo da Moóca, inaugurado em 1876, e entre 1886 e 1888, a citada Hospedaria dos Imigrantes, entre as estações do Brás e da Moóca. Mas as chácaras continuam a existir nesse cinturão na época, com suas casas de campo e jardins.

Já no período que se iniciou em 1890, a Cidade de São Paulo conheceu seu maior impulso evolutivo: um crescimento espantoso, registrado pela Planta de autoria de Gomes Cardim, datada de 1897. A população da cidade quase quadruplicou em dez anos (de 65 mil em 1890 para 240 mil em 1900). Por essa época, o cinturão das chácara está quase todo absorvido pela cidade. "A parte arruada, mais ou menos contínua da cidade, tem seus extremos na várzea do Rio Tietê (desde a Barra Funda até o Belenzinho), Quarta Parada, Moóca, Vila Deodoro, Aclimação, Paraíso, parte alta de Vila América, Higienópolis, Santa Cecília e Barra Funda. Os atuais bairros de Vila Clementino e Perdizes, constituíam apêndices deste bloco mais compacto de arruamentos, a ele precariamente unidos por um lado, mas circundados pelos outros, por extensões ainda não arruadas" (100).

Verifica-se nessa época uma tendência que iria reproduzir-se nas décadas seguintes em São Paulo: o surgimento de arruamentos isolados, completamente separados da

---

(100) Langenbuch, op. cit., p. 82.

cidade por áreas ainda não loteadas: os casos de Santana, Vila Gomes Cardim, Vila Prudente, Ipiranga, Vila Cerqueira Cesar. O arruamento da Penha de França (antiga frequesia) era amplo e servido por um pequeno ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, percorrido por trens de subúrbio. Embora este acesso de transporte, Pinheiros e Freguesia do Ó também constituíram bairros já afetados pela expansão da cidade.

Segundo Langenbuch (101), o crescimento muito rápido da cidade também se deve a dois fatores principais: de um lado, a especulação imobiliária, que provoca a aquisição para fins lucrativos de lotes que permanecem geralmente desocupados, até que, sejam alcnaçados pela urbanização crescente, e consequente valorização.

Quanto à especulação imobiliária, o visitante Raffard, em 1890, já se espantava com o alto valor dos terrenos da Paulicéia, fato que o surpreendera dada a vastidão de espaço livre para a cidade se desenvolver. O capital, outrora dedicado às empresas de estradas de ferro ou a hipotecas a juros elevadíssimos, agora é investido voluptuosamente em negócios imobiliários. Diminuindo a construção de vias férras de primeira e segunda ordem, de um lado, e de outro, com o medo da extinção da escravidão e

(101) A estruturação da grande São Paulo, op. cit., obra em que se baseiam as presentes considerações.

consequente declínio das propriedade agrícolas, "os capitais paulistas atiraram-se então sobre os prédios e os terrenos da Paulicéia" (Raffard).

Desde 1900, o bonde elétrico (cuja primeira linha fora instalada nesse ano), passara a facilitar a expansão da cidade. Em 1905, substituindo completamente os bondes a burro, os bondes elétricos tinham linhas até os principais bairros afastados, atravessando regiões ainda não urbanizadas. A linha para Santo Amaro era de feitio interurbano, datava de 1906. Em 1914, haveria linhas para Santana, Penha de França, Ipiranga, Vila Prudente, Bosque da Saúde, Pinheiros e Lapa.

Ainda na análise do desdobramento do espaço urbano de São Paulo, convém destacar um outro fator patente, o quase total desprezo pelas várzeas e terrenos baixos. No centro, apenas a várzea do Tamanduateí havia sido parcialmente ocupada após a retificação do rio e, na periferia, elas eram evitadas. Assim, algums hiatos na ocupação da cidade devem-se a esse fator, como é o caso de Santana e Casa Verde (Vila Tietê), separadas respectivamente da Ponte Pequena e Bom Retiro pelas várzeas.

Mas este não é o único fator a explicar o desdobramento do espaço urbano nem a localização dos núcleos isolados, uma vez que entre outros bairros não há várzeas:

entre Vila Clementino e Vila da Saúde, entre Perdizes e Água Branca, entre Cambuci e Ipiranga, salvo em certos trechos e de forma contornável. A explicação deve estar também na presença de estações ferroviárias que funcionaram como fator locacional. É o caso típico da Lapa e de Água Branca, núcleos que se desenvolveram em torno da estação ferroviária. E o loteamento de Vila Prudente aparecia, ainda na Planta de 1897, ligado à Estação do Ipiranga.

A idéia de que São Paulo era composta por blocos que se sucediam como várias cidades agrupadas de uma instável linha exterior está presente em frequentes relatos de viajantes e cronistas da época. Eloquente o depoimento de Hesse-Wartegg sobre o caráter compartimentado da cidade: "... São Paulo não é uma grande cidade (grosstadt) mas um amontoado de pequenas cidades construídas uma ao lado da outra e uma dentro da outra, uma cidade que está em vias de se transformar em cidade grande, e a única coisa grandiosa nela é seu futuro" (102).

Dessa forma, ao encerrar-se o século XIX e iniciar-se o século atual, São Paulo se assemelhava, quanto à disposição geográfica do espaço urbano, à sua porção mais central, com arruamentos e áreas edificadas relativamente compactas, circundadas por cinturão de núcleos isolados.

---

(102) Ernest von Hesse-Wartegg. Zwrischen anden und Amazonas, reproduzido por Langenbuch, op. cit., p. 86.

Guardadas as proporções, Langenbuch diria que a Lapa de então afeiçoava às atuais Mauá e Itaquera, enquanto o Pinheiros de outrora guarda tal relação com as atuais Diadema ou Taboão da Serra (103). Os bairros isolados da época apresentavam características de subúrbios porque territorialmente separados da cidade e circundados pelo campo. A população de então assim os encarava, conforme relatos dos viajantes. Essa tendência de compartimentação da cidade e a pequena densidade de ocupação dos espaços arruados firmam-se nas primeiras décadas do século XX. Simultaneamente, a industrialização acelerou-se enormemente. As fábricas procuravam as margens das ferrovias para se instalarem. Neste caso, cabem também os exemplos da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, especialmente no trecho Moóca-Barra Funda, e a Sorocabana, entre a Estação Central e Barra Funda, onde as indústrias se adensavam. Nessa área se instalou a fábrica Clark de calçados na Moóca, com 300 operários, no ano de 1909.

Outras indústrias localizaram-se nos "bairros isolados" na periferia. É o caso da "Cristaleria Paulista" (fundada em 1905) e implantada na Rua Conselheiro Brotero na Barra Funda, da Vidraria Santa Marina, na Água Branca (408 operários em 1909); da Tecelabem Borges-Kink no Belenzinho, também em 1909. Em 1906, os irmãos Jafet lançam os

(103) Langenbuch, op. cit., 1971, p. 86.

fundamentos da sua tecelagem. Em Perdizes e em Água Branca, registra-se também a implantação de dois curtumes em 1909, o que atesta a peculiaridade das áreas tidas como periféricas para localização de indústrias de vizinhança desagradável.

A linha Santos-Jundiaí ainda não conhecia a instalação de indústrias e armazéns em sua extensão, da Moóca para o Sul, na várzea do Tamanduateí, como iria caracterizar-se mais tarde.

2.3.4- O Brás está Configurado

Configura-se, pois, o bairro do Brás nesse período. Em 1865, no lançamento de impostos de prédios, aparecia com uma modesta massa edificada (164 casas com 675 portas e janelas) diante da também modesta São Paulo (2.619 casas) (104) e ainda permanecia alagado e sem chafarizes. A partir de 1872, porém, na gestão de João Teodoro Xavier, urbanista de mérito reconhecido, começou a transformar-se, aliás como toda a cidade, em função do café. A várzea do Tamanduateí reconquistou sua posição de local de recreio: construiu a Ilha dos Amores, ajardinando os barrancos do morro do Carmo, saneando terrenos pantanosos e preparou o

---

(104) M. Celestina Torres, pp. 91 e seguintes.

rio para banhos, esportes e divertimentos náuticos (105). Cuidou-se também da arborização, pavimentação e iluminação das ruas da cidade, além dos melhoramentos necessários ao Gazômetro e Pari, estabelecendo ainda ligação entre o Brás e a Luz.

O Brás não possuía praças públicas, pois não resultara de planejamento nas doações de terras. E, sendo importante aos moradores a existência de um largo fronteiro à Igreja (especialmente nas festas e devoções religiosas, como nas epidemias em que se recorria a Nossa Senhora da Penha), a Câmara Municipal reservou espaço junto à chácara do Dr. Inácio J. Araújo, e que passou a chamer-se Praça da Concêrdia. Sendo frequentes as viagens de carros e carruagens de aluguel, a municipalidade as regulamenta, tornando aquele largo do Brás um dos locais de estacionamento. Também fora construído um moderno mercado (1897), no Largo da Concórdia, que seria suprimido mais tarde pelas feiras livres.

A Matriz do Brás (antiga São Bom Jesus de Matosinhos), apesar de reformas, continuava velha e nem sempre se realizavam as procissões para a Penha. Foi demolida e substituída por novo templo, inaugurado em 1903. Outras

---

(105) Segundo a mesma fonte, o empreendimento não deu certo devido a enchentes e presença de detritos nos terrenos do entorno, p. 92.

capelas surgem no bairro, a de São João, Santa Cruz, Nossa Senhora do Parto.

A Comissão de Obras Públicas da Câmara Municipal sugere, em 1874, a transferência do cemitério situado atrás da igreja do Brás para lugar mais retirado, para o "Marco da Meia Légua". Mas, ainda ao iniciar-se a República, permaneciam problemas com o cemitério. Só em 1892 ocorreu finalmente a solução do problema.(106)

No Brás havia poucas indústrias caseiras e artesanatos durante meados do século XIX: de licores do alemão Bresser, cerveja de Bohemer e oficiais de seleiros, cangalhas. Após a instalação da ferrovia inglesa, a SPR, margeando o Tamamduateí, da Estrada de Ferro Central do Brasil junto à bacia do Tietê e mais tarde da Estrada de Ferro Sorocabana, vinda do oeste, deu-se grande povoamento e valorização dos terrenos. Estes, considerados insalubres pelas enchentes e de baixo custo, acabaram atraindo trabalhadores, pela proximidade à oferta de trabalho. Particularmente, após a inauguração da Estação do Norte, em 1877, completada a ligação entre São Paulo e a Côrte, o aspecto do bairro alternou-se substancialmente, sobretudo em torno do Largo da Concórdia e nas ruas Piratininga e Carneiro Leão. Pela afirmação de suas funções comercial e industrial o

---

(106) M. Celestina Torres, op. cit., p. 111.

Brás liga-se ao Bom Retiro, e ambos à Luz, com ruas margeando o leito da Estrada de Ferro Inglesa (SPR), e outras que adentram pela várzea.

Ao final do século XIX, após a Proclamação da República, as antigas chácaras estavam loteadas e arruadas por seus próprios proprietários. No dizer de Pierre Monbeig, uma "epidemia de urbanização", crescendo assustadoramente ao sabor dos vendedores de terrenos e necessitando de um plano de urbanização. Essa urbanização toda trazia, nos seus altos, palacetes dos ricos, e nas partes baixas os bairros proletários, com casebres e cortiços (107).

No Brás, misturam-se fábricas e residências. Em 1878, os italianos Ludovico Dal Porto e Francisco Casini fundam a primeira fábrica de massas alimentícias na rua Monsenhor Andrade em meio a modestas casas alí construídas. Mas a instalação de fábrica muitas vezes é acompanhada de inúmeros protestos de moradores. Em 1891, por exemplo, tais habitantes pedem impedimentos para implantação de unidades da Cia. de Fumos e da Fábrica de Sabão (108).

Das indústrias do Brás, além da já citada de Casini e Dal Porto, podem-se destacar:

---

(107) Idem, ibdem, p. 112.

(108) Idem, ibdem, p. 114.

- fábrica de móveis dos Irmãos Rafinetti (1888) - Rua Piratininga; fábrica a vapor de massas alimentícias de Romali & Cia (1896) - rua do Gazômetro; fábrica a vapor de massas alimentícias Alexandre Ranzini (1897) - Belenzinho; fábrica italiana de material antisséptico de Giacomo Mattier (1900) - avenida Independência; Premiada Destilação italiana a vapor, de Luiz Trevisan e Irmão (1886) - rua Visconde de Parnaíba; Funilaria Mecânica a Vapor, de Dorico Michele (1893) - rua Almirante Wandenkolk; fábrica de tecidos Santana, de Antonio Álvares Penteado (com mais de 1.000 empregados e fabricando lã e sacos de aniagem); fábrica de massas, de João Christofani (1873) - rua Monsenhor Andrade; Cristalaria Germânia de Conrado Sorgenitcht (1890) - avenida Independência; Fundição de ferro e bronze, de Craig e Martins (1895) - rua Monsenhor Andrade; fábrica a vapor de massas alimentícias - a Industrial de José Pinto da Fonseca - rua do Gazômetro; fábrica de construções de ferro, de Lenise e Mirati (1899) - rua do G.zômetro; fábrica á vapor de graxa para calçados, de Alexandre Sekmer - rua Martins Afonso; grande fábrica a vapor de águas minerais e outras bebidas Christoffel Stupakoff (1871) de Augusto Tolle - rua Piratininga; Companhia Mecânica Importadora (1850) - fundição para maquinaria de café. Associação Lacerda e Camargo e Cia. e Engelberg, Siciliano (Edifício de 30 mil m^2 e 500 empregados) - avenida Independência (109).

---

(109) Alfredo Moreira Pinto. A cidade de São Paulo em 1900, pp. 207/212.

O Brás era ainda centro de comércio de madeira de São Paulo, com a principal serraria a de A. F. Lameirão (fundade em 1897). Também se desenvolvia o comércio do bairro, ao longo da Avenida Rangel Pestana, desde a Caetano Pinto até as porteiras, destacando-se a Casa Pirani (fundada em 1886, dedicada ao ramo de importação de objetos de presentes), a casa de móveis Paschoal Bianco, a Joalheria Laurentis, a Casa Almeida e Castro, de louças, a "Fricana" de tecidos (110).

Ainda nesse ano, luta-se pela abertura de escolas noturnas, mantidas pela Municipalidade. "O desenvolvimento geral da cidade exige que se dê oportunidades de estudos aos que trabalham durante o dia todo" (111). Elas seriam criadas nas freguesias da Sé, Brás, Santa Ifigência e Consolação: está criada a Escola do Brás.

Novas ruas são implantadas pois, na febre da indústrialização, os próprios empresários propunham a Municipalidade o alargamento e prolongamento de certas vias, com permuta de terrenos. É o caso da rua Visconde de Parnaíba. Os proprietários de Fábrica Sant'Ana, de aniagem, requerem autorização para construir no terreno onde se pretendia prolongar a rua Barão de Parnaíba, cedendo, em troca

---

(110) Ebe Reale. Brás, Pinheiros, Jardins, op. cit., p. 22.

(111) M. Celestina Torres, op. cit., p. 114.

terreno para prolongar a rua Flórida. Também Martin Burchard e Victor Nothmann oferecem área para alargamento da rua Piratininga.

O Brás apresenta também novos divertimentos: circos como o Politeana; o Clube Mozart, com o objetivo de cultura musical, que realizou o primeiro "pic-nic" de que se tem notícia em São Paulo, com transporte fretado pela Estrada de Ferro do Norte até Mogi das Cruzes. O Clube Recreativo da rua do Gazômetro, fará "pic-nics em Jacareí", enquanto a Escola Alemã se notabilizava por excursões (112).

No entanto, o grande divertimento da Várzea era aquele que seria o maior esporte popular brasileiro: o futebol. Iniciado pelos ingleses, em 1888, nas proximidades da rua do Gazômetro e Santa Rosa, uma bola de couro a rolar na lama, geralmente ferroviários (Cia. Inglesa) contra os funcionários da Companhia de Gás, sob olhares atônicos dos imigrantes recém-chegados.

O Brás ganhara, assim, um novo aspecto, um novo tipo de mercado até então desconhecido. A Hospedaria, que abrigava os recém-chegados do Esterior até serem enviados às lavouras do interior paulista, atraía algumas pessoas inescrupulosas para tirar proveito dos imigrantes e

---

(112) Ernani da Silva Bruno, op. cit., p. 1.234.

criou um núcleo italiano ao redor. Muitos ficaram no Brás (como no Bom Retiro também), e marcaram o bairro com seus costumes, seu linguajar, e até com sotaques diferentes. A influência italiana é muito destacada, especialmente no setor musical: bandas, o Quarteto Paulista etc.

Há grande contraste entre as zonas altas, ocupadas pelos paulistas de "quatrocentos anos", de residências finas, e os bairros mistos, como o Brás, de indústrias e moradias (cortiços miseráveis e habitações coletivas de baixo padrão), ao lado de ainda algumas chácaras, como também residências de melhor padrão.

Matérias jornalísticas da época ilustram o papel do Brás em São Paulo:

"O homem do povo só merece alguma atenção nos dias das grandes cabalas, quando vai depor na urna o seu voto de confiança ...

Nas imediações da ponte do Brás o aterrado está de tal maneira, que um tilburi corre risco de virar para o lado, se houver da parte do cocheiro um ceitil de descuido.

A municipalidade de São Paulo não olha para estas coisas (...) ... O Brás só merece atenção, quando se trata de oferecer datas de terras aos capangas de eleições" (O Futuro - 23/08/1862).

"Gazômetro - realizou-se explendidamente a experiência de iluminação a gás neste estabelecimento, na noite do dia 6. A luz, apesar de não ter ainda a perfeição desejada pelos empresários, è a melhor possível ... A concorrência do povo, não obstante ao mau tempo, foi imensa ..." (O Diário de São Paulo, 09/01/1872).

Atas da Câmara Municipal de 1873 falam das obras e melhoramentos públicos alí realizados: "construiu-se ponte sobre o Rio Tamanduateí, feita de tijolos ... que foi carregada pelas águas. Construiu-se outra ponte, no mesmo lugar, feita de ferro ... com todas as condições de segurança. Fez-se a ponte do aterrado que vai do Mercado ao Gazômetro ... apedregulhou-se toda a rua da Moóca ... Abriu-se uma rua que da Moóca vai abrir no Brás ..." (Atas da Câmara Municipal, 1873, p. 55).

"Cia. Carris de Ferro de São Paulo
Carros bagageiros para subúrbios
A começar do dia 6 do corrente, correrão carros bagageiros do Largo da Sé, pelo seguinte horário:

Santa Cecília e Consolação	9 h da manhã
Brás, Imigrações e Moóca	10,4 h da manhã
Liberdade	1 h da tarde
Ponte Grande	2 h da tarde
Santa Cecília e Consolação	4 h da tarde"

(Correio Paulistano, 02/08/1890)

"Da hospedaria da Imigração
Art. 41 - Serviço de desinfecção e profilaxia da Hospedaria de Imigrantes: será feito um salão apropriado com paredes de tijolos requeimados, forros de estuque, chão ladrilhado, para acomodar as bagagens dos imigrantes e vapor por pressão unida para desinfecções (...) desinfecção por meio de vapores sulfurosos (...)

Art. 44 - O médico deverá tomar providências contra moléstias dos imigrantes "(Correio Paulistano 22/07/1888).

"Hospedaria dos Imigrantes
Movimento de 30 de abril de 1891

Existiam	2.250
Entraram	330
Saíram	559
Existem	2.021"

(Diário Oficial do Estado de São Paulo, 08/05/1891).

"Carta dos moradores do Brás

A Câmara Municipal pretende abrir uma rua em continuação a rua nova do Gazômetro, deixando a mergem a que vem da Moóca ao Brás, já quase na totalidade aberta, cercada à taipa e pedregulhada.

A rua que pretende a Câmara passa por muitos terrenos particulares, o que torna-se despendiosa, entretanto que o aterro do Brás, que é caminho para a estação da linha do Norte e o ponto por onde passam diariamente os habitantes da Penha, Moóca, Brás, Pari, etc., acha-se em péssimo estado, tendo até já havido carros quebrados.

Os habitantes daquela Freguesia, cansados de inutilmente pedir auxílio de quem tem obrigação de dá-los, vão se cotisar para fazer os consertos mais urgentes.

Entretanto, a Câmara cumpre restritamente os seus deveres na cobrança de impostos (...).

É destino, porém, do Brás, ficar sempre à margem!".

(A Província de São Paulo, 16/06/1877).

"(...) Ali está, no Brás, a erguer-se o belo e grandioso edifício da Estação do Norte. É o grande frontel que abre caminho entre a capital do Império (...) Pois bem, entre a magnífica estação e a cidade há um trajeto de meio Kilômetro mais ou menos. Esse trajeto é natural complemento da via férrea. Vai ser frequentado pelos viajantes de todas as cidade e municípios tributários da linha. Vai ser tão importante como o caminho que da cidade conduz à Estação da Luz.

Está, aquele aterrado, da cidade ao Brás, em condições harmônicas com o préstimo e importância que lhe deram as mencionadas circunstâncias? Não é não; é um lameiro assustador (...) É vergonhoso, é inacreditável!

(...) Quando a sociedade fluminense nos bater à porta, não consintam que por aquela ninharia sejam envergonhados os paulistas".

(A Província de São Paulo, 01/03/1877).

A cidade não contava com boas condições de salubridade e de assistência médica aos habitantes, apesar de a Santa Casa de Misericórdia ter aumentado seu corpo técnico (1884) e da criação do Asilo de Mendicidade. Nasceram sociedades médicas: a Sociedade Beneficente Portuguesa, os italianos tiveram a sua de forma similar (1878) bem como os franceses (1881). Também, sociedades caritativas como a São Vicente de Paula e Associação das Damas de Caridade, 1874 e 1877, respectivamente.

Contudo, os hábitos tradicionais, e a desconfiança para com cuidados e tratamentos sanitários, ainda revelavam a face provinciana da cidade. De acordo com alguns dados, as próprias autoridades públicas e privadas desconheciam noções elementares de higiene preventiva. Das 4.561 mortes em 1892 (excluindo 280 natimortos), 2.443 foram crianças de menos de 8 anos e 170 crianças entre 8 e 15 anos, registrando-se como principais causas as moléstias broncopulmonares (ingenuamente atribuídas às mudanças bruscas de temperatura), e moléstias gastrointestinais (atribuídas à alimentação inadequada) (113).

As autoridades não se achavam preparadas para receber a pressão do crescimento da cidade: datado de 7/11/1891, o relatório da Comissão de Saneamento das Várzeas de São Paulo dizia, entre outras coisas:

(113) Marcos Arruda. Boletim demográfico-sanitário, especificando a mortalidade da cidade de São Paulo em 1887 (São Paulo, 1888) Richard Morse, op. cit.

"Conquanto fundada há mais de 330 anos, São Paulo é uma cidade nova, cujo aspecto geral assignala-se agora por uma constante renovação das edificações antigas, as quais desapparecem rapidamente e pelas multiplicadas construções que constituem os bairros novos. Seguramente, duas terças partes da cidade actual é de data muito recente. Examinada em globo, São Paulo é uma cidade moderna com todos os defeitos e qualidades inherentes às cidades que se desenvolvem muito rapidamente. Desigualdades nas edificações e nos arruamentos, desigualdades de nível muito sensíveis, irregularidades nas construções realizadas sem plano premeditado, largas superfícies habitadas sem os indispensáveis melhoramentos reclamados pela hygiene, grandes espaços desocupados ou muito irregularmente utilizados, e a par de tudo isso, uma população que triplicou em dez annos, grande movimento, muito commercio, extraordinária valorização do solo e das edificações e clima naturalmente bom" (114).

Em síntese, eis o Brás do fim do século XIX. Bairro dos italianos, principalmente napolitanos. Cocheiros italianos substituindo os portugueses. Grupos de italianos cantando alegremente pelas ruas, mas também miséria, doença, mortalidade, que se expressavam sempre mais no proletariado.

Muitas vezes, esse bairro popular é descrito de forma lírica e saudosista:

"No meio dos espanhóis, portugueses e sírios, os italianos começaram desde logo a dominar, com sua alegria transbordante, com

---

(114) Richard Morse, op. cit. p. 231.

seus 'concertos à base de bandolins, flautas, clarinetes e violões, suarentos e ativos, apurando tostão por tostão em seu comércio ambulante, manejando teares, dispensando sua grande capacidade de trabalho em qualquer setor de atividade. A hora do almoço, ao pé da obra em construção, ou em frente da fábrica onde trabalhavam, cortavam ávidos, a golpes de canivete, seu grande pão redondo que engoliam com bananas ou acompanhado por um simples naco de queijo. à noite reuniam-se para beber Chianti legítimo e comer provolone, pecorino, ou pizza nas 'cantinas' onde sobravam também salames, petisqueiros e stoccafisso, onde havia queijos de Parma que pareciam rodas de carro pintadas de preto, pipas de vinho ainda com as marcas de Alfândega para autenticar sua procedência e barrilotes de azeitonas ou de cipollazi ... Nos quintais, vez por outra, o jogo de 'bochas'. A hora do trem, os vendedores de jornais, a 'turma dos bareses', nos pontos de distribuição de mercadoria, a retirar rapidamente os seus jornais, e ... lá iam eles em rápida carreira, até a Sé, onde chegavam antes dos bondes puxados por burros" (115).

(115) Franco Cenni. Os italianos no Brasil, São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

CAPÍTULO 3 - O BRÁS: UM BAIRRO DE OPERÁRIOS E UM BAIRRO DE ITALIANOS

CAPÍTULO 3 - O BRÁS: UM BAIRRO DE OPERÁRIOS E UM BAIRRO DE ITALIANOS

"- E de carnaval? O senhor gosta, seu Xavier?

- Gostei ... do antigo.

Depois de um silêncio disse:

- O pessoal do Braz tomou conta e estragou tudo.

Outro silêncio:

- As famílias não podem se divertir. Não há respeito.

O mundo para Xavier dividia-se perfeitamente em duas metades: as famílias e o pessoal do Brás".

Oswald de Andrade, "Marco Zero",
A Revolução Melancólica, 1943

"nasceram os 'intalianinhos'. O Gaetanhinho. A carmela. Brasileiros e Paulistas ... no começo a arrogância indígena perguntou meio zangada:

Carcamano pé de chumbo
Calcanhar de frigideira
Quem te deu a confiança
De casar com brasileira? ..."

Antonio Alcântara Machado,
Brás, Bexiga e Barra Funda, pg. 17



LARGO DA CONCÓRDIA - INÍCIO DO SÉCULO XX.

Reproduzido de "Nossa Imprensa", publicação da Imprensa Oficial do Estado - IMESP, dezembro/83 - Ano I - nº 1.

"O Estado de São Paulo (31 de maio de 1902), numa notícia a respeito de um jogo de futebol usou todas as expressões que se seguem: football, match, teams, referee, forwards, passes, goal, schoot (sic), goal-keepers, half-backs, yards, kick, fullbacks, half-time, charge, corner".

R. Morse - 1970

"Pelas cem ruas do Braz, a longa fila dos filhos naturaès da sociedade. Filhos naturaes porque se distinguem dos outros que têm tido heranças fartas e comodidade de tudo na vida. A burguesia tem sempre filhos legítimos,mesmo que as esposas virtuosas sejam adúlteras comuns".

Patrícia Galvão - Pagú

Parque Industrial - pg. 4

"O STUDANTI DU BÕ RETIRO

Poisia Patriõtica

(Premiata c'oa medaglia di pratina na insposiçõ da Xeca-Slovaca i c'oa medaglia di brigliantina na sposiçõ internazionale da Varzea do Carmo)

Antigamenti a scuola era rizogna e franga;
Du veglio professore a brutta barba branga,
Apparecia um cavagnac da relia,
Che pugna rispetto inzima a saparia,
O maestro éra um veglio bunitigno,
I a scuóla era nu Bellezigno,
Di tarde invez, quano cabava a scuola,
Marcâno o passo é abateno a sola,
Tutto pissoalo iva saino im ligna,
Uguali come un bando di pombigna.
Ma assi chi a genti pigliava o portõ,
Incominciava a insgugliambaçõ;
Tuttos pissoalo intõ adisparava,
I iva mexeno c'oa genti chi passava.

Oggi invẽz stã tutto mudado!
O maestro é um uõmo indisgraziado,
Che o pissoalo stã molto chẽtamente
E illo giã quẽre dã na gente.
Inveiz u ndi intrõ na scuola um rapazigno
Co typio uguali d'un intalianigno,
O perfilo energico i o visagio vello
Come a virgia du pittore Rafaello

Stava vistido di luto acarregado,
Du pãio chi murreu inforgado.
O maestro xamô elli un dia,
I priguntô: - Vuce sabe giograffia?
- Come nó!? Se molto bê si signore.
- Intô midiga - aparlô o professore,
- Quale é o maiore distritto de Zan Baolo?
- O maiore distrilto di Zan Baolo, o maise bello e
Ch'io maise dimiro é o Bô Ritiro

O maestro furioso di indignaçô,
Batte con nergia u pé nu chô,
I gritta tutto virmeligno:
- O migliore distritto é o Billezigno.
Ma u aguia du piqueno inveiz,
C'oa brutta carma disse otraveis:
- O distrilto che io maise dimiro,
É o Bô Ritiro!
O maestro, virmeglio di indignaçô
Alivantô da mesa come un furacô,
I pigano un mappa du Braiz
Disse: Mostre o Bô Ritiro aqui si fô capàiz!
Aóra o piqueno tambê si alevantô
I batêno a mon inzima o garçô,
Disse: - O Bô Ritiro stá aqui!"

Juô Bananere
La Divina Increnca - 1924

(Juô Bananere era o pseudônimo de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, diplomado pela Escola Politécnica da Rua Marques de Três Rios, no Bom Retiro e que se pôs a pilheriar a algaravia das frases populares, ouvidas no bairro de italianos).

CAPÍTULO 3 - O BRÁS: UM BAIRRO DE OPERÁRIOS E UM BAIRRO DE ITALIANOS

A última década do século XIX e os inícios do século XX - até 1924 aproximadamente [1] foram decisivos na constituição de São Paulo como metrópole industrial, pois aqui se consolida uma sociedade burguesa, com suas elites empresariais - a exportadora cafeeira, os importadores, os empresários industriais - e com a classe dos trabalhadores, cada vez mais numerosa e constituída por imigrantes, ex-lavradores e ex-escravos. O setor de serviços abrigava igualmente numerosos assalariados, também havendo um lumpemproletariado.

---

(1) A periodização utilizada procura combinar alguns critérios: não só o feitio da industrialização e o peso da imigração, mas também a constituição do núcleo urbano de São Paulo, em especial, da configuração do bairro do Brás. Assim, a fase em questão pode estar situada (pela constituição do proletariado urbano-industrial em São Paulo) entre 1890-1920, como sugere Boris Fausto: Trabalho e conflito social, SP, RJ, DIFEL, 1977 e Leslie Maran: Anarquistas Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, RJ, Paz e Terra, 1979; Lúcio Kowárick: Trabalho e Vadiagem, SP, Brasiliense, 1987; do mesmo autor, Capitalismo e Marginalidade na América, RJ, Paz e Terra, 1970; Paulo Sérgio Pinheiro: Política e Trabalho no Brasil, RJ, Paz e Terra, 1977; Paulo Sérgio Pinheiro e M. Hall: A classe operária no Brasil - 1889. 1930, 2 volumens, SP, Ed. Alfa e Ômega e Brasiliense, 1979 e 1981. Quanto à evolução urbana da cidade, verifica-se: Aroldo de Azevedo (org.): A cidade de São Paulo, op. cit.; Flávio Villaça: A Estrutura Territorial da Metrópole Brasileira, tese de doutoramento apresentada à USP - 1978; Richard Morse: A Formação Histórica de São Paulo; M. Celestina Torres: O Bairro do Brás - op. cit., Nabil Georges Bonduki: "Habitação Popular - Contribuição para o Estudo da Evolução Urbana de São Paulo", in Lícia P. Valladares (org.): Repensando a habitação no Brasil, RJ, Zahar, 1983; Carlos Lemos: Alvenaria Burguesa, SP, Nobel,1985; Nestor Goulart Reis: Quadro da Arquitetura no Brasil, SP, Ed. Perspectiva, 1970; Maria Inez Borges Pinto: Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre da cidade de São Paulo - 1890-1914, tese de doutoramento apresentada à USP, SP, 1984; E. Silva Bruno: História e Tradições da Cidade de São Paulo, SP, Ed. Hucitec - Secretaria Municipal de Cultura, 1987; J. Richard Langenbuch: A Estruturação da Grande São Paulo, RJ, IBGE, 1971; Eva Blay: Eu não tenho onde morar, SP, Nobel, 1985 (1890-1920).

Já contávamos, à época, com uma cidade espacializada e dividida, de certa forma, pelas diferentes classes sociais. O bairro do Brás, cuja formação histórica se dera basicamente no último quartel do século XIX (1870-1900), já apresentava sua conformação de bairro operário (ou popular, como alguns pretendem). Em primeiro lugar, por situar-se em terrenos do Tamanduateí, alagadiços e considerados insalubres; em segundo lugar, porque ali se instalou a rede ferroviária (ao nível dos rios) e que demandava o Rio de Janeiro; ali também iria instalar-se a Hospedaria dos Imigrantes, por ficar perto da ferrovia e por ser o terreno de custo acessível. Tal conjugação de fatores moldou o Brás de sua vocação de abrigo da força de trabalho o que se acentuou a partir de 1890, com as levas maciças de imigrantes, sobretudo italianos, inicialmente de Vêneto (do nordeste da Itália) depois napolitanos; implantam-se indústrias no local bem como moradias para trabalhadores no seu entorno. Assim, a forma pela qual assumiu o Brás sua inserção na cidade de São Paulo permite perceber as relações que esta parte da cidade estabeleceu com as demais e vice-versa. Ao mesmo tempo que o bairro do Brás documenta e sintetiza as formas concretas das relações entre Capital, Trabalho e Estado no Brasil. As transformações trazidas a São Paulo pela economia cafeeira, pelo surto industrial desde os finais do século XIX e inícios do século XX, também se fizeram sentir no plano regional e nacional.

Os condicionantes físico-espaciais, arquiteturais que são sintomas da praxis social - a ocupação das classes sociais no espaço urbano construído, seu enfrentamento, as manifestações sócio-culturais e políticas no uso desse espaço, tudo compõe aspectos relevantes e que exigem explicações à luz

da teoria sociológica pois são configurações resultantes de um processo mais amplo: a constituição de ordem capitalista no Brasil. Ao longo deste século, o jogo entre seus agentes Capital, Trabalho e Estado, veio se alterando, mediante diferentes interesses em conjunturas específicas, e os resultados espaciais acompanharam, a seu modo, essa mudança. Em contrapartida, tais arranjos espaciais e formações atuaram também a seu modo nas condições políticas, sociais e culturais. É indiscutível que a configuração do Brás nas décadas iniciais deste século - a presença operária imigrante, as vilas operárias e os cortiços próximos ao parque fabril - o movimento anarquista, as greves de 1917, os hábitos culturais, como os da ópera, teatro, de cançoneta e das festas religiosas de São Vito Martire, Nossa Senhora da Casaluce, são importantes manifestações associadas.

A estrutura social está presente nessas configurações e em especial, ganha destaque a questão da moradia, o lugar da habitação das classes sociais, pois revela uma dada ocupação do espaço urbano; a questão da habitação, pois, envolve todos os arsenais produzidos pela cidade: ela é localização, terreno, edificação, rua, equipamentos, infra-estrutura (como abastecimento de água, sistema de esgotos, iluminação e energia elétrica, domiciliar nas vias) e serviços (telefones, correios, coleta de lixo e limpeza) e ainda a presença de creches, escolas, lazer, comércio, sistema de transportes, enfim, todo o ambiente construído necessário à vida e a reprodução da força de trabalho. Assim, o estudo do ambiente urbano de um bairro deve contemplar, obrigatoriamente, o binômio Casa X Trabalho, pois dele se depreendem os demais aspectos. Estamos tratando, portanto, do processo de segregação,

da discriminação, da desigualdade social.

Por outro lado, para entender-se a configuração desse "local assim habitado", esse recorte espacial (bairro), é mister entendê-lo no conjunto da cidade toda e da sociedade nacional.

Em particular, a sociedade industrial que aqui se instala é decisiva na configuração da cidade de São Paulo.

3.1 A Sociedade Industrial: o café e a indústria em São Paulo

Aqueles que escrevem sobre a cidade no período inicial do século pressentiam e constatavam a importância da função industrial: "Una verdadera metrópole industrial y economica del Estado, y quizás de la Unión" (Manuel Bernardez - 1908).

"Un gros centre industriel" (Pierre Denis - 1911).

"La capitale est devenue um inportant centre manufacturier, la second du Brésil apres Rio de Janeiro" (Paul Walle - 1910).(2)

O crescimento da população foi muito rápido. Se São Paulo tinha 32.385 habitantes em 1872, em 1920 já passava de 579.033, que corresponde a 12,61% do total da população do Estado. De centro comercial e financeiro, que representava 3,75% da província, passou a centro industrial (3).

(2) Citados por Pasquale Petrone: "São Paulo no século XX" in A cidade de São Paulo - Associação dos Geógrafos Brasileiros - São Paulo - C. Ed. Nacional - volume II. "A evolução urbana" - pag. 102.

(3) José Carlos Pereira: Formação Industrial do Brasil e Outros Estudos - São Paulo, Hucitec, Secretaria Cultura Estado, 1984.

Muito já se tem escrito sobre o processo de industrialização no Brasil e em São Paulo nesse período. Resumidamente podem ser apontados alguns fatores que contribuiram decisivamente para o sucesso da sociedade industrial paulistana: a existência de um mercado consumidor interno, cada vez mais em função do crescimento da população do Estado e da cidade, inclusive por força da imigração e da abolição da escravatura; o afluxo de capitais, tanto nacionais como estrangeiros e que possibilitou o investimento em grandes indústrias; a facilidade de mão de obra operária, a princípio oriunda dos imigrantes e ex-escravos, e futuramente do êxodo das áreas rurais; a facilidade de obtenção de energia elétrica; a existência de um mercado fornecedor de matérias-primas, dentro da própria província (especialmente no caso do algodão) ou fora dela; rede eficiente de transportes, com entroncamento na cidade de São Paulo (4).

Nunca é demais enfatizar que a economia cafeeira proporcionou todo o desenvolvimento posterior. "As primeiras fábricas também se viram incalculavelmente beneficiadas pela transformação social já operada pelo café, em particular pela presença não só de uma mão de obra , assim, imigrante como nativa, afeita à necessidade do trabalho constante, mas também de um quadro de técnicos e contramestres contratados na Europa para superintender as plantações ou construir estradas de ferro, ou treinados nos novos institutos de educação superior de São Paulo. Além da escola de Direito ... novas escolas de Engenharia, Comércio, Medicina e Biologia se criaram antes da Primeira Guerra Mundial" (5).

---

(4) Pasquale Petrone - op. cit. - p.102

(5) Warren Dean: A Industrialização de São Paulo, São Paulo, DIFEL, 1968, p. 15.

O caso de São Paulo foi único, no dizer dos especialistas. Os primeiros produtos aqui fabricados eram aqueles em que era mais barato produzir que comprar da Europa. Até a década de 20, pelo menos, produziam-se artigos volumosos e de valor intrinsecamente baixo. Além disso, a maior parte eram produtos feitos de matérias primas locais ou, se de materiais importados, cujo volume seria maior se transformado antes do embarque. As atividades mais importantes empregavam matéria agrícola local como o algodão, juta, couro, açúcar, cereais, madeiras de construção, minerais não metálicos como barro, areia, cal e pedras. A indústria metalúrgica continuaria em pequenas escala, dada a ausência de jazidas de ferro consideráveis, e só produzia peças sobressalentes, máquinas especializadas ou equipamentos feitos por encomenda.

Os materiais de construção eram produzidos localmente por volta de 1920: tijolos, telhas, cimento, pregos, canos de cerâmica, madeira serrada e até chapas de vidro e material de acabamento. Outros exemplos eram a cerveja, bebidas doces (e respectivo vasilhame), sapatos, caldeiras, tecidos, móveis, peças de cantaria, farinha, potes, panelas e chapéus.

Nessa fase, o setor industrial ainda era marginal à economia orientada para a exportação. Enquanto os fregueses dos fabricantes paulistas eram os agricultores e seus herdeiros, a indústria continuava sendo uma empresa arriscada, pois tanto industriais quanto fazendeiros dependiam dos preços do café para cobrir seus custos de produção. Mas, as indústrias dependiam mais das trocas externas para sua sobrevivência, visto que precisavam de maquinaria importada, e mesmo de matérias primas do exterior.

Existem dificuldades nas estimativas do volume do

parque industrial paulista e paulistano. O primeiro relatório que se supunha completo das firmas industriais - relatório oficial de 1895, para a Capital, fazia menção de 121 firmas que utilizavam de energia mecânica; delas, 52 eram realmente indústrias e onze empregavam mais de cem operários: três fiações, uma fábrica de cerveja, três fábricas de chapéus, uma fábrica de fósforos, uma fundição e duas oficinas ferroviárias (6).

Os imigrantes formaram, quase com certeza, a principal fonte de mão de obra industrial de São Paulo, não só por estarem mais ajustados a esse tipo de trabalho (muitos haviam sido operários) como também por não terem preconceito contra o trabalho manual (como alguns brasileiros despossuídos) e por repelirem a relação paternalista vigente. De outro angulo, como consumidores, os imigrantes eram mais sofisticados, incluindo artigos industrializados, alargando o mercado interno. Em síntese, transplantaram para cá novas técnicas e atitudes: mais qualificados profissionalmente, com mentalidade de poupança mais desenvolvida.

Sobre as origens sociais do empresário industrial, os autores ainda divergem: foram ou os fazendeiros de cafe, ou a burguesia imigrante (os importadores) ou, ainda, a fusão dessas elites. Assim, uma das hipóteses é a de que os primeiros que se dedicaram à indústria eram importadores e que foram aplicando em manufaturas e mesmo os que permaneciam só na importação influiam no crescimento do setor industrial (7).

---

(6) Warren Dean: A Industrialização de São Paulo, São Paulo, DIFEL, 1968, p.19.

(7) Idem, ibdem - p.34 e seguintes.

De qualquer forma, a figura do imigrante seria fundamental na industrialização, tanto fornecendo elementos para o café (colonos) - quanto para a indústria (operários e industriais). Outros defendem que o surto industrial representou um "transbordamento" do capital cafeeiro (8).

W. Dean concorda com tal afirmação, pois, segundo ele, eram os fazendeiros de São Paulo (a burguesia rural) que, desde o tempo da cana de açúcar, já contavam com capital inicial necessário para investimentos (já dispunham de propriedade de terra e capital para compra de escravos). Os colonos imigrantes recebiam salários - o que ajudou a formação do mercado interno - mas a terra e o poder permaneciam em mãos dos senhores (9). Um exemplo é Antônio Álvares Penteado, cafeicultor e industrial. Convém lembrar que muitos fazendeiros eram segunda geração de imigrantes (N. Vergueiro, Souza Queiróz, Withaker, Simonsen). Mas o protótipo do fazendeiro empresário da época é Antônio da Silva Prado que, aliás foi prefeito de São Paulo, de 1899 a 1910, ou seja, os cafeicultores manipulavam seus interesses no Estado.

Importadores europeus (imigrantes) também são exemplares: Francisco Mattarazzo foi importador de banha; Upton, importador de farinha de trigo; Crespi e Klabin vendiam produtos importados antes de produzir e chegarem a industriais. Há exemplos de imigrantes que foram técnicos da indústria e passaram a proprietários. Outros, através de escritórios de

---

(8) Wilson Cano: Raízes da concentração industrial em São Paulo, DIFEL, 1977, J.M. Cardoso de Melo e L. G. Belluzzo: Desenvolvimento no Brasil, SP, Brasiliense, 1982.

(9) Warren Dean - op. cit.

corretagem, comissários (Nicolau Scarpa) e Jafet (importador de tecidos, atacadista).

Dessa maneira, o próprio mercado de café exigia mais empreendimentos. Um exemplo ilustrativo é o da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, da propriedade de fazendeiros e que era o maior empregador industrial de São Paulo em 1896; em 1911, ali seriam montadas locomotivas inteiras.

O principal ramo das empresas de transformação agrícola era o dos cotonifícios: o algodão já era lucrativo nas décadas de 1870-1880 e, em 1903, apontava-se o total de treze cotonifícios incluindo 2.910 teares (10).

Outras indústrias significativas, as de enlatamento de carne, curtume, moinho de milho, serrarias, e as de melhoramentos urbanos: energia elétrica, bonde, água, telefone.

Quanto à origem imigrante dos industriais, o empresário imigrante que complementava o fazendeiro empresários, DEAN afirma que aqueles que se caracterizavam por importadores, comerciantes, provinham de estratos pequeno burgueses. Essa burguesia imigrante passava, depois de enriquecida, a comprar terras também, e se tornava cafeicultora, mas o comércio os atraía preferencialmente. Muitos dos estrangeiros que conseguiam posições melhores eram os que tinham tido melhor escolaridade e formação técnica em suas cidades de origem. Poucos deles foram trabalhadores que enriqueceram (Ramenzoni e Scarpa talvez possam ser enquadrados nessa categoria bem como F. Mattarazzo, figura bastante conhecida como "self made man", imagem de imigrante empresário). A maioria era de burgueses que

---

(10) Warren Dean - op. cit.

já estavam, desde a origem, à frente dos demais.

A classe trabalhadora, entretanto, era maciçamente de imigrantes, pois, em 1920, dos 580 mil habitantes de São Paulo, dois terços eram estrangeiros ou seus descendentes. Provinham dos cafezais uns, outros eram contratados diretamente por industriais paulistas, sobretudo os operários de fábrica de tecidos. Os negros, escravos recém libertos, eram geralmente diaristas, não especializados, constituindo-se mais em um lumpemproletariado. O censo de 1920 registrava que, das 100.388 pessoas no Estado de São Paulo, dedicadas a atividades industriais, 51% eram estrangeiros. "De um modo geral, embora o vulto da força de trabalho estrangeira tendesse a decrescer com o correr dos anos, foi majoritária na Capital de São Paulo, tanto no setor industrial como de serviços em todo o período considerado (1890-1920)" (11).

No relatório apresentado ao Secretário dos Negócios do Interior Dr. Cesário Motta Jr., em 1894, sobre a estrutura ocupacional de São Paulo (12), a proporção era de 68% de estrangeiros e 32% de nacionais. Os imigrantes predominavam em quase todas as ocupações, à exceção do setor de "administração pública, sacerdócio, e profissões liberais" (onde representavam 13,5% contra 86,5% dos brasileiros), "banqueiros, capitalistas e proprietários" (onde os nacionais representavam 71%) e "atividade agropastoril" (em que os estrangeiros representavam 31,8% apenas). Nos demais setores, a predominância estrangeira era absoluta: Indústria Manufatureira (79%); indústria artística (artesãos, músicos, gráficos) (85,5%); transportes e conexos (81%); comércio (71,6%); serviços domésticos (58,3%) e até entre aqueles sem profissão declarada (70,7%).

---

(11) Boris Fausto: Trabalho urbano e conflito social - op. cit. p. 29/30.

(12) Idem, ibidem, p. 30.

Falando sobre a cidade em 1913, diria A. Piccarolo que, ao chegar a São Paulo, tinha a impressão de estar na Itália de além mar, "para onde juntamente com a língua, são transportados os costumes, as tradições domésticas, as festas populares, tudo enfim o que nos pode lembrar de coração a nossa terra de origem" (13). Este mesmo autor informa que quatro quintos dos trabalhadores em alvenaria da cidade eram italianos.

De certa forma, houve um complexo processo com certa marginalização do trabalhador brasileiro. Os operários nacionais, de ascendência negra ou mestiça, eram vistos como racial e culturalmente inferiores aos europeus. Imigrantes sul-europeus, muitos vindos em outras gerações para o Brasil, apresentavam mais alta qualificação e de experiência urbana, em acentuado contraste com ex-escravos, recém libertados. Segundo MARAN, o estrangeiro parecia aos empresários "gente operosa e de confiança", pois vinham com o intuito de fazer fortuna, investindo suas economias e adiando prazeres imediatos. O negro, ex-escravo, via no consumo imediato um meio de satisfazer prazeres adiados há muito tempo e não via perspectivas de ser aceito e promovido, nem que aplicasse toda a sua operosidade ou suas economias (14).

Essa composição de proletariado iria marcar-se nos movimentos operários, nas greves, nos congressos, em que as

---

(13) Citado por S. L. Maran: Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro - op. cit. p. 14.

(14) Maran: op. cit. Cita esse autor Florestan Fernandes: A Integração do Negro na Sociedade de Classe, SP, 1965.
Warren Dean - op. cit. e Stanley Stein: The Brazilian Cotton Manufacture (Cambridge, 1957).
L. Kowarick: Trabalho e Vadiagem - op. cit. p. 69 - fala desse processo como duplamente excludente, pois além de ter criado a senzala, gerou um grande número de livres e libertos que vão ser os "párias" da sociedade.

lideranças geralmente eram italianas ou de espanhóis, como o caso dos anarquistas e socialistas.

Entrementes, a imigração em massa barateava os custos dos empresários, vez que os salários poderiam ser rebaixados com a larga oferta de mão de obra, como pode ser verificado pelos dados de salários das plantações de cafe de 1884 a 1914, indicando a queda de poder de compra após a imigração (15). Os colonos migraram para os centros urbanos.

Existe, pois, um excesso de força de trabalho na cidade, pauperizado, em relação às necessidades produtivas da indústria em expansão. Além do que, a importação de mão de obra era subsidiada, favorecendo os empresários paulistas. Ficam claros, os indícios da formação de um exército industrial de reserva em São Paulo, a existência de uma abundante oferta de trabalho - "contribuiu permanentemente para deprimir os salários e reduzir o alcance das lutas operárias por melhores condições de existência" (16). Assim, a imigração volumosa criou os operários da ativa e os da reserva. A propalada "vadiagem" dos nacionais iria passar a segundo plano quando o sistema imigratório fosse diminuir após 1914, agravado com a eclosão da Primeira Grande Guerra. Aí, o cafeicultor passa a buscar braços em outras regiões do Brasil, como no Nordeste, em 1915 (do Ceará, assolado pela seca, por exemplo), mas a absorção dos nacionais iria acentuar-se após 1930, quando serão absorvidos negros, mulatos, brancos, como mercadoria para o capital (17).

---

(15) Kowarick - op. cit. p. 147.

(16) Boris Fausto: Trabalho Urbano e Conflito Social, DIFEL, 1976, p. 24/25.

(17) L. Kowarick: Trabalho e Vadiagem - op. cit. p. 122.

No seio da classe trabalhadora, havia, por conseguinte, divergências entre setores nacionais ou estrangeiros. A identidade de classe, porém, com todos os limites, tendeu a superar a identidade nacional. "Isso se deveu a diferenciação social interna do grupo e a insistência de uma xenofobia manifesta permanente, por parte da oligarquia dominante" (18).

Segundo Fausto, a burguesia não queria alimentar animosidades contra os italianos, pois os queria "industriosos e dóceis" para o trabalho. Contudo, não desejava abrir-lhes maiores oportunidade políticas.

Com certeza, havia animosidade dos fazendeiros paulistas para com industriais. As elites cafeeiras eram conscientes de seu papel de elite e de seus privilégios quase estamentais. "A virtuosa República os transformara em cidadãos, mas em cidadãos que se ocupavam largamente de genealogia" (19).

Ficavam repetindo "o Brasil é um país essencialmente agrícola", temendo a ameaça potencial dos industriais que poderiam sobrepujá-los e com preconceitos pelos "italianinhos", "carcamanos". Referiam-se com desprezo aos empresários industriais como "aristocracia do dinheiro", "plutocracia industrial", "bando de tubarões". "E, ao se lembrarem da frequência com que o novo industrial começara como imigrante, os agricultores se queixavam dos estrangeiros que tinham chegado de terceira classe para empobrecer antigas famílias da aristocracia rural, genuinamente brasileiras" (20).

---

(18) Boris Fausto: Trabalho urbano e conflito social, op. cit. p. 33, grifos nossos; sobre a questão da identidade de classe e identidade nacional, bem como sobre lutas sociais e urbanas falaremos mais adiante.

(19) Warren Dean: A industrialização em São Paulo, op. cit. p. 75.

(20) Warren Dean: A industrialização em São Paulo, op. cit., reproduzindo A. Carneiro Leão e Humberto Bastos - p. 76.

A competição entre as elites passava, ainda, por vários argumentos, entre eles o de que a cidade atraía a força de trabalho do campo, porque os salários da indústria eram mais altos e que a indústria precisava de matéria prima importada, apenas embalando-as aqui. De fato, algumas empresas faziam isso, como, por exemplo, algumas fábricas e pequenas oficinas de perfumes e de fósforos. A verdadeira ira dos cafeicultores e demais fazendeiros paulistas dirigia-se às fábricas que empregavam matéria prima estrangeira quando existia alternativa doméstica, produzida e obtenível em São Paulo: era o caso da tecelagem paulista que importava fios, quando dispunhamos de plantações de algodão.

De sua parte, os industriais não demonstravam a mesma animosidade para com fazendeiros, pois não queriam prejudicar o café, nem os importadores, sem falar que muitos eram também fazendeiros, ou pretendiam adquirir terras.

Apesar da eventual hostilidade entre industriais e fazendeiros, verificou-se um entrelaçamento entre eles através de casamentos de cafeicultores com esposas imigrantes e, sobretudo, entre brasileiras da elite cafeicultora e imigrantes ou seus descendentes como por exemplo, Noschese, Crespi (que se casou com uma Silva Prado), Matarazzo, Byinton, Scarpa, Oetterer. Warren Dean cita o exemplo de Alexandre Siciliano, italiano imigrante de Salermo que casou com a filha de rico fazendeiro, Mello Coelho, e com essa associação houve revitalização dos recursos do cafeicultor, além de progressos industriais[21]. Observou-se, assim, um esforço racional dos

(21) Warren Dean, op. cit., pp. 82 a 84. Sobre estes fatos e similaresm registra-se a peça de teatro de Jorge de Andrade: Os ossos do Barão - 1965, ver também o livro de Mario Carelli. Carcamanos e Comendadores. São Paulo, Ed. Ática, 1985; Antonio Alcântara Machado: Brás, Bexica e Barra Funda, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1984; João Bananere: La Divina Increnca - op. cit.

paulistas para incorporarem os seus recém chegados, através de alianças e casamentos (22). Mas a tensão continuava e os fazendeiros "torciam o nariz" aos estrangeiros e seus descendentes. Até 1918, por exemplo, não era permitido o ingresso de certos imigrantes nos clubes sociais de maior prestígio, o Jockey, o Automóvel, o São Paulo e ainda hoje não se encontram muito amiúde nomes de imigrantes em suas diretorias" (23). Um cáustico retrato da época dizia viverem cafeicultores e imigrantes enriquecidos em "estranha" simbiose, uns tinham dinheiro, outros tinham prestígio (status), e trocavam suas mercadorias - seus "capitais".

Embora alguma fusão, essas elites mantinham-se distantes em certo ponto, pois sua identidade burguesa comum só era assumida em momentos de crise, na distância que mantinham para com seus empregados, tanto em perspectiva quanto na defesa imediata de seus interesses. Aí a divisão entre aristocracia rural e "nouveau riche" não era suficiente para impedir sua aliança enquanto empregadores, proprietários e membros da elite regional.

A burguesia industrial, então, se constituia em classe homogênea e com projetos políticos definidos. De maneira geral, não houve, na República Velha, uma política industrializante integrada e sim mescla de interesses, com as sociedades entre fazendeiros, industriais e importadores, ou às vezes, a mesma pessoa ou família exercendo todos esses papéis.

---

(22) Octávio Ianni: Raças e Classes Sociais no Brasil, SP, Brasiliense, 1987. A esse respito fala o autor da intenção branqueadora no Brasil. Por isso os europeus foram preferidos aos negros livres, chineses, tendo havido racismo na política imigratória: alemães, italianos, polacos, portugueses, espanhóis - pp. 140/141. Também Warren Dean - op. cit. p. 87/88, fala da política branqueadora como "recurso" para curar o atraso econômico do país - p. 88.

(23) Warren Dan - op. cit. p. 85.



F-1

Em suma, a Primeira Guerra Mundial foi favorável, ou pelo menos não prejudicou o crescimento da indústria brasileira [27].

O capitalismo industrial, nessa fase no Brasil, caracterizava-se por absorção da mão de obra, empregando maquinaria apenas nas tecelagens. Caracterizava-se mais pela pequena empresa, de base técnica artesanal, com capital fixo mínimo, pequena escala de produção e baixa rentabilidade, apresentando reduzida capacidade de manter um nível de empregos permanentes [28]. Há muitas fabriquetas, empregando mulheres e crianças, e com um pequeno número de operários, embora especializados.

Nesse sentido, ganhava forma o prolongamento da jornada de trabalho como estratégia da acumulação, procurando ainda, a de abrigar o trabalhador o mais próximo possível da fábrica, para economizar tempo, cada vez mais escasso, dadas as jornadas de doze a quatorze horas de trabalho diário.

É bom lembrar que a classe trabalhadora estava composta de homens, mulheres e crianças.

> "Onde o suplício dos operários atingiu o cúmulo inquisitorial é nas fábricas de tecidos de São Paulo (...) os teares e as máquinas nunca param, nem de dia nem de noite. Os homens (...) trabalham dezesseis horas por dia (...) as mulheres (...) quatorze, doze e onze horas por dia (...). As crianças das lançadeiras de ambos os sexos, oito a doze anos, que trabalham das cinco da tarde às seis da manhã com uma hora de intervalo

---

(27) José Carlos Pereira - op. cit. - cita o trabalho de Haddad que apontava ter crescido a indústria entre 1912 e 1921, nas manufaturas de tecidos, alimentos, bebidas, produtos de fumo, sapatos, chapéus, fósforo, perfumaria e produtos farmacêuticos - pp. 39 e seguintes.

(28) Boris Fausto: Trabalho urbano e conflito social - op. cit. - p. 105.

> sob a vigilância dos guardas. A certa altura da noite quase todas as crianças (...) meio mortas de fadiga e de fome, caem a dormir; (...) o encarregado acorda-as e manda-as retornar ao trabalho. Mas os ... pequenos tornam a cair, ... o contramestre desperta-as à bofetadas e elas soluçando retornam ao trabalho (...). Os contramestres na fábrica têm carta branca, podem bater nos seus subordinados ou despedí-los" (29).

Assim, a cidade de São Paulo foi-se moldando às exigências do seu parque industrial - do capital e suas necessidades. E o Brás é um exemplo de bairro que se tornou celeiro e distribuidor de força de trabalho em São Paulo. O bairro atingira certo progresso nos inícios do século XX, destacando-se a construção de novas igrejas: a nova matriz, em 1903, nos terrenos do antigo cemitério com projeto e autoria dos irmãos Caocagno. Sua fachada dá para a Reangel Pestana, em estilo romano, toda de pedras nela se desenrolavam famosas procissões, como as das cerimônias da Semana Santa, percorrendo ruas do bairro com grande acompanhamento.

A colônia napolitana erigira, também em 1900, na Rua Caetano Pinto, a Igreja de Nossa Senhora de Casaluce, santa de cor preta de grande devoção na Baixa Itália. Os meses de agosto e setembro são marcados pelos festejos em louvor à Santa, com grandes procissões (essa igrejinha foi demolida em 1978 para dar lugar a outra igreja mais moderna).

Em 1920, um grupo de devotos de São Vito Martire construiu capelas à Rua Álvares de Azevedo, com imagem que é

---

(20) A Terra Livre, Ano II, nº 27, São Paulo, 23/01/1907, citada por L. Kowarick e C. Ant - "Cortiços: cem anos de promiscuidade" - Revista Novos Estudos CEBRAP, vol. I, nº 2, 1982, pp. 59-60.

cópia da existente em Polignano al Mare. As festas típicas são em meados de junho.

Os bondes elétricos foram inaugurados em 1900, com a linha Bresser via Gazômetro, indo para o Brás.

Em 1914, na gestão do Dr. Washington Luiz como prefeito da cidade, é autorizada a construção do Parque D. Pedro, com saneamento na várzea do Carmo, através de um canal para águas do Tamanduateí e pluviais. Aterros, avenidas etc. A construção, iniciada em 1918, é entregue na gestão de Firmiano Pinto. Ali foi erigido também o Palácio da Indústrias.

A iluminação elétrica chegava à Av. Celso Garcia (1911), mas havia um grande problema de trânsito: as porteiras do Brás - sobre a Estrada de Ferro Inglesa.

> "Em 1921, o bairro tinha cinco mil setecentos e quatro prédios, dos quais cinco mil e cinquenta e oito eram térreos, que correspondiam às fábricas e casas de moradia mais modestas. Nessa época já era comum encontrar-se no bairro casas de porão alto, e alguns palacetes, de gosto e arquitetura discutíveis, pertencentes a imigrantes já enriquecidos. Outro tipo de construção era o sobrado em cuja parte térrea ficava o armazém, morando a família do proprietário no andar superior"(30).

Moradores de vilas operárias, de cortiços, de pequenas casas alugadas, de casas que eles mesmos construiam, os italianos particularizaram a vida do Brás e configuraram o espaço de acordo com seu modo de vida. Tal influência se fez sentir nas ruas, que se tornaram verdadeiros pontos de encontro e reunião, com cadeiras nas calçadas.

---

(30) Ebe Reale - Brás, Pinheiros, Jardins, três bairros, três mundos; São Paulo, Pioneira, EDUSP, 1982 - p. 29.

Sua presença foi marcante também na construção de casas, na cidade toda:

> "Semelhantes a pequenos cubos estampados por uma única matriz, dispostos ao longo das ruas dos novos bairros da cidade em formação, as casinhas dos mestres de obras italianos deram um caráter unitário às ruas de Vila Buarque, Higienópolis, Campos Elíseos, Bom Retiro e do Brás, tornando-se mesmo monótono, e que podemos reconstituir com a ajuda das casas que não foram demolidas, rodeadas por prédios mais modernos. Tendo visto alguma delas é como se tivéssemos visto todas; e, mesmo que não tenham qualquer pretensão artística, é indiscutível que as mais significativas constituem um documento interessante para a história do gosto em São Paulo" (31).

Essa arquitetura italiana tinha conotação francamente proletária.

A habitação operária marcou profundamente o feitio de alguns bairros (como o Brás, Moóca, Bexiga e Bom Retiro), assim como as residências das classes dominantes moldaram e vestiram outras áreas. A cidade, em expansão, apresentou zonas segregadas e especializadas.

3.2. A moradia operária e o espaço segregado: cortiços, vilas e cidadelas

Com base em suas coordenadas sócio-econômicas, São Paulo tornou-se uma cidade com características peculiares: se até 1900, a cidade se expandia graças aos loteamentos para a burguesia, após esse ano, começou o adensamento dos bairros

---

(31) Anita Salmoni e Emma Debenedetti: Arquitetura italiana em São Paulo, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1981.

populares, como descreve Flávio Villaça.

(...) "Já no período (1890-1900) São Paulo experimenta a astronômica taxa de crescimento anual de 14% sendo válido admitir que o mercado de loteamentos, já inflacionado, não teria aguentado acompanhar esse ritmo, a expansão em área teria sido menor, ocorrendo o preenchimento dos loteamentos esparsamente ocupados entre 1880-1900. A densidade então aumentou atingindo a ordem de 110 habitantes/ha por volta de 1914. (...) o violento crescimento de São Paulo passa a ser crescentemente constituído pelas camadas populares - que são adensadoras - e cujos bairros (Brás, Bom Retiro, Barra Funda, etc) começam também a se expandir"(32).

Segundo esse mesmo autor, a cidade de São Paulo organizou-se em duas partes distintas, separadas pelo Rio Tamanduateí, pelo córrego Anhangabaú e pela estrada de ferro S.P.R. (Santos a Jundiaí) sendo que, a leste, localizaram-se os bairros populares (mistos) com residência operária, indústria e comércio, tendo como pioneiro o Brás. A oeste, situava-se o centro da cidade e, por aí, caminhou sua expansão, formando-se os bairros da aristocracia rural e da burguesia industrial como Campos Elíseos, Vila Buarque, Higienópolis e Avenida Paulista. Mais tarde, na direção sudoeste, iriam surgir os Jardins (Vila América), o Alto de Pinheiros, Pacaembu, Brooklin, Morumbi, R. Morse (33) "(...) a distribuição de classes na cidade em 1890 era a seguinte: 5% a superior, 25% a média e 70% a inferior".

Segundo Morse, a classe trabalhadora pobre também se instalara em algumas porções da região oeste (Barra Funda) por exemplo, que mereceu artigos do Jornal Fanfulla, dizendo ser pior do que o Brás: "Barro Fundo". Os bairros de classe

---

(32) Flávio Villaça: A estrutura territorial da metrópole sul brasileira: áreas residenciais e comerciais, tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da FFL e C. Hum. da USP - São Paulo, 1978, p. 33 e 34.

(33) Richard Morse: Formação Histórica de São Paulo, op. cit. p. 259.

média (Vila Mariana, Perdizes, Cerqueira César, Vila Romana) também estavam a oeste.

F. Villaça diria sobre a cidade de São Paulo:

"cortada longitudinalmente por uma barreira natural, um vale por onde corre um pequeno rio, o Tamanduateí e de cujo transbordamento resultam terras adjacentes alagadiças, e uma ferrovia que corre ao longo desse vale. Esse fator aumenta o custo e o tempo de transporte de um lado para outro. O centro da cidade, era localizado em um dos lados dessa barreira (34). As camadas de mais alta renda localizam-se ao lado do centro, embora algumas de baixa renda também ocupem esse centro. No lado oposto à barreira, predominam as camadas de baixa renda.

(...) "No lado oposto ao centro, surge o primeiro subcentro classificado de negócios; esse subcentro é popular pois atende a uma zona de influência onde predominam as camadas de renda mais baixa. Em São Paulo, é o Brás ..." (35).

Segundo esse autor, a cidade teria algumas opções para sua expansão, entre elas transpor os vales do Tamanduateí, Anhangabaú ou seguir ao longo da colina central, pelo "espigão da atual rua da Liberdade, então caminho para Santos" (36).

Mas a última opção foi dificultada pela estreiteza dos espigões: embora tenham abrigado bairros como Liberdade, Cambuci, Aclimação, não davam conta do explosivo crescimento da cidade no final do século passado.

A saída se deu pela transposição do Vale do Anhangabaú (pois o vale do Tamanduateí e a ferrovia eram mais difíceis, tanto pela ferrovia e pela várzea inundável), mais interessante para as elites e classe média, que passaram a ocupar o quadrante sudoeste da cidade: sítios altos, secos e com belas vistas panorâmicas e acessibilidade ao Centro.

---

(34) Flávio Villaça - op. cit. pp. 107/108.

(35) Flávio Villaça - op. cit. pp. 108.

(36) Flávio Villaça - op. cit. pp. 109.

O Brás, portanto, bairro "popular", foi adensado também por força de outra ferrovia, a Estrada de Ferro Central e sua Estação do Norte, que contribuiu grandemente para a instalação do comércio e para seu caráter de subcentro diversificado.

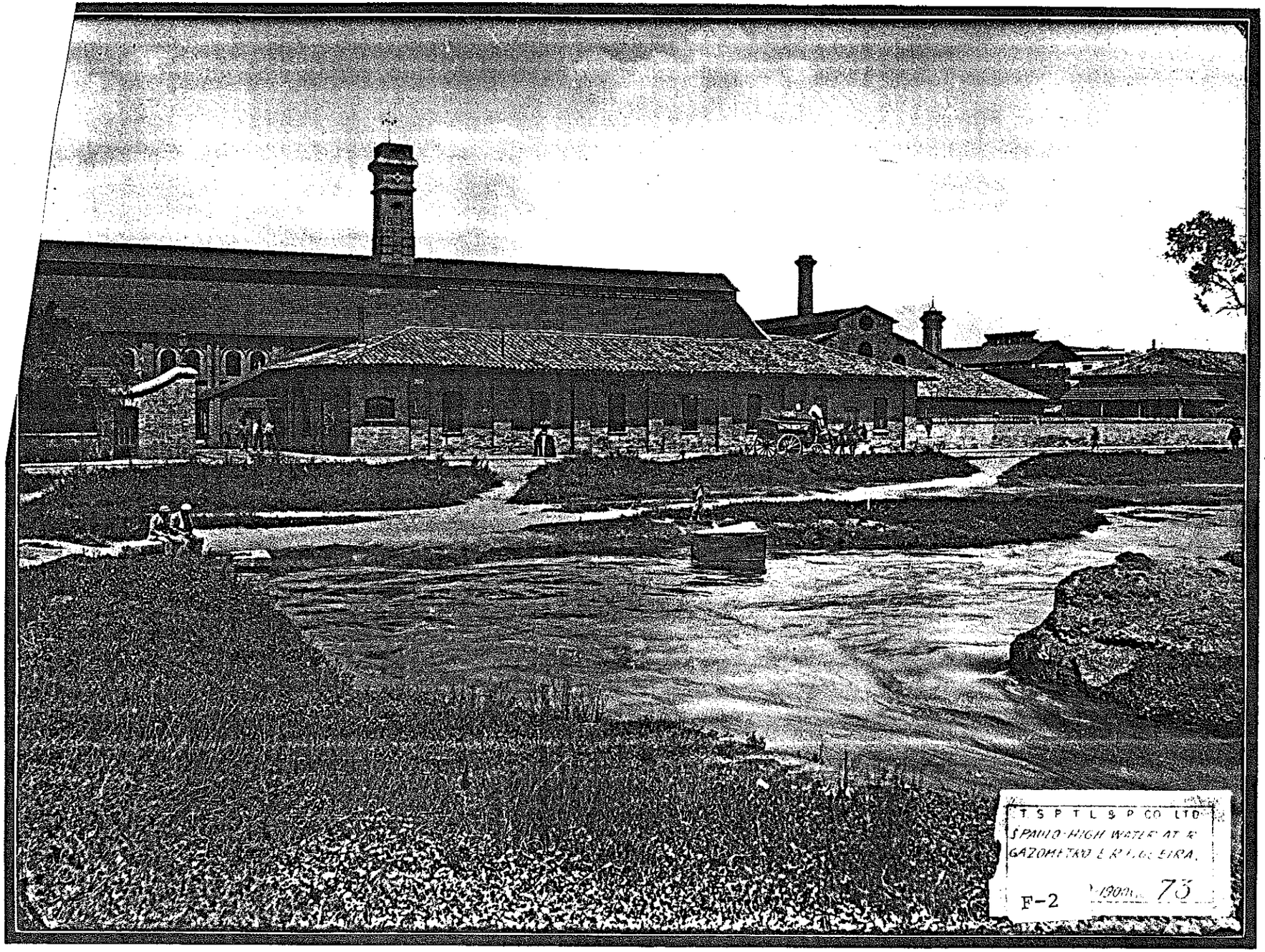
Além disso, foi o principal núcleo de imigrantes italianos. "Ali se enquistou um grupo étnico que inicialmente viveu bastante segregado do restante da população paulistana. Isso muito contribuiu para que o Brás se tornasse um bairro com intensa vida própria, diferente da do restante da cidade e dela independente. Essa segregação inicial fez que seus moradores frequentassem pouco o centro da cidade, e com isso, criou-se, no próprio bairro, uma grande e relativamente prematura demanda para comercio e serviços" (37). Essa setorização dos bairros pelas classes sociais é visível por características diversas. Enquanto um bloco (o centro urbano e os bairros da zona oeste e sudoeste) é dotado de grandes melhoramentos e até planos urbanísticos inovadores (Jardim América como bairro-jardim em 1916) e recebia a burguesia, outro bloco, o do Brás, a leste, separado do primeiro pela várzea do Tamanduateí, abrigava os trabalhadores, quase todos italianos.

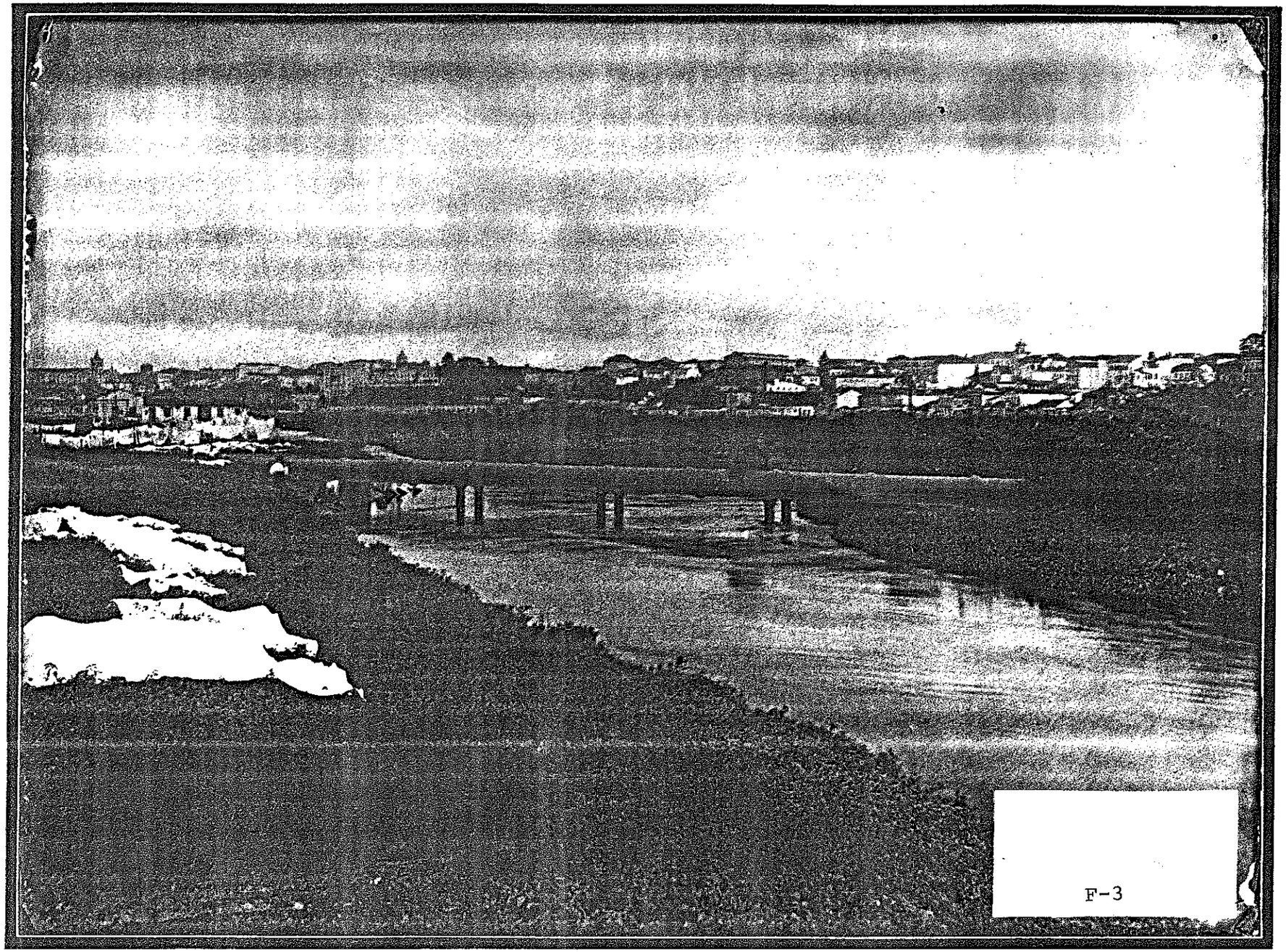
Do lado burguês, o local de moradia se separa do local de trabalho e, como expressão arquitetural da riqueza, surgem construções suntuosas, os chalés, os palacetes. "Em Higienópolis, bairro novo, reunião de tudo o que São Paulo e o Estado possuem de mais rico e mais distinto, admira-se um grande número de casas suntuosas, vilas confortáveis e luxuosas" (38). Mas havia certa mistura de estilos, onde o bom gosto e

---

(37) Flávio Villaça - op. cit. pp. 322.

(38) Paul Walle, Au Pays de lor Rouge, citado por Ernani Silva Bruno: História e Tradiçoes em Sao Paulo, op. cit., vol. III, p. 944.


T S P T L & P CO LTD
SPAHO-HIGH WATER AT
GAZOMETRO E R.I.O. BIRA.
F-2
1900
73



F-3

o bizarro às vezes se cruzavam ... "desde a pureza de uma frontaria fria à normanda, dos arabescos sinuosos e ilógicos da arte-nova, até o risonho "cottage" ingles, do ponteagudo dos chalés da neve aos alpendrados espanhóis, as cúpulas e minaretes orientais, às varandas cobertas do norte, às vilas graciosas da Itália, às galerias do Renascimento, ao exagero do barroco ou do plateresco, ao rústico serviço, até a horrível simetria esburacada do estilo pombalino, pesado e bruto" (39).

Também os edifícios públicos (entre eles o Teatro Municipal), os conventos, as igrejas, eram remodelados. O escritório do Engenheiro Ramos de Azevedo foi responsável por inúmeras obras e reformas. A cidade passava a contar também com edifícios de três andares no centro, início, pois, de uma certa verticalização.

Do lado pobre, os trabalhadores, (no Brás, Moóca, Belenzinho e Barra Funda) "observa-se um ininterrupto suceder de pequenas habitações, quase sempre térreas e sem nenhum jardim à frente, geralmente geminadas (duas a duas, quatro a quatro) todas mais ou menos iguais, de estilo pobre ou indefinível. Estendem-se assim, em sua monotonia e em sua humildade, em filas intermináveis, que chegavam a ocupar quarteirões inteiros. No meio delas, porém, surge de quando em vez a pesada e característica fachada de uma fábrica, ou então, pequenas oficinas e fabriquetas. Estas são muito numerosas, aparecendo instaladas numa casa igual às demais, em antigas garagens, em barracões ou simples telheiros, no fundo dos quintais. Já as fábricas maiores se destacavam, quando não por suas chaminés,

---

(39) Ernani S. Bruno - op. cit. p. 944/945.

pelo menos pela grande extensão de suas fachadas e seu amplo portão de entrada" (40).

Essa paisagem soma-se aos efeitos das ferrovias, das passagens de nível, das porteiras e dos congestionamentos de trânsito, das estações, pátios movimentados de manobra, barulhentos e, ainda, grandes armazéns de mercadorias, bem como becos e ruas sem saída.

Essa segregação, de certa forma, expressa a estrutura de classes da sociedade, e os movimentos da cidade e seu dinamismo explanam uma das modalidades da luta de classes, seu enfrentamento. Dessa maneira, se a burguesia quer a cidade para reunir seus meios de produção (entre eles o capital, a terra, a força de trabalho, os prédios) e marca pela arquitetura seu poder para o proletariado a cidade é o local de sua sobrevivência, lugar de moradia e trabalho, onde se torna visível espacialmente e também onde fermenta sua identidade (auto identificação), a formação de sua consciência de classe.

O fato de a política imigratória organizar os estrangeiros em unidades familiares (para a lavoura cafeeira) trouxe para o lugar de seu alojamento, no caso, bairros de São Paulo, um caráter de parentela coesa. Um reforço de estrutura familiar e certo estreitamento dos vínculos "comunitários" - a conterraneidade, a língua, os hábitos alimentares. Além disso, em fases de depressão da economia cafeeira, e de desemprego crônico, o lugar da habitação e da vizinhança ganham destaque na luta pela sobrevivência (41).

---

(40) Pasquale Petrone: "São Paulo no século XX" in Aroldo de Azevedo (org.): A cidade de São Paulo - AGB, São Paulo, Nacional, 1985, p. 105.

(41) Maria Odila Leite da Silva Dias: Quotidiano e Poder em São Paulo, século XIX - São Paulo, Brasiliense, 1984, pp. 141/145.

É oportuno registrar que, desde o início, o uso do espaço urbano se fez sob a égide da prosperidade privada. O Estado - municípal havia concedido "datas de terras" aforamentos nas áreas não incluídas nas chácaras existentes de tal forma que nem mesmo em locais em torno de praças ou monumentos havia reservado espaço para ruas de acesso (é o caso da pendência quanto ao largo da Concórdia, no Brás, que era parte da chácara, próxima da igreja do bairro e foi "doada" após vários litígios).

Com o crescimento da cidade, o estoque de casas existentes foi sofrendo adensamento, adaptando-se, e construindo-se novas para "habitações coletivas". Essas habitações só seriam contestadas quando a nível do interesse público (medo de epidemias) pusessem em risco os interesses das classes dominantes. O interesse privado sempre prevaleceu e, no caso, dos proprietários.

Várias tentativas da Municipalidade procuravam orientar o crescimento da cidade, alargando avenidas e propondo sua circularidade, sugerindo traçado em xadrez para as ruas, colocando idéias nos seus códigos de posturas sobre edificações, instalação de esgotos, assim como as "de limpeza e ventilação nas moradias coletivas de classe baixa e segregação de fábricas contaminantes" (42).

---

(42) Richard Morse, op. cit., p. 252. Refere-se aos Códigos de Posturas da Câmara Municipal da Imperial Cidade de São Paulo (SP, 1875) e Código de posturas do Município de São Paulo (SP, 1886).

3.2.1- A Moradia Alugada e os Bairros Populares. Cortiços

Os bairros industriais - e operários - caracterizavam-se basicamente pelo padrão habitacional da moradia alugada, uma vez que tal investimento era rentável para pequenos poupadores com origem no café e sem condições ainda de aplicar na indústria. Pode-se dizer que o Brás era como um foco irradiador dessa modalidade. Não foi comum em São Paulo a construção de vilas operárias construídas ao lado e pertencentes à fábrica, no estilo "cottage" inglês, pois exigiria um maior capital inicial, que não estava à disposição, e também porque o operário especializado, que interessava ao proprietário industrial atrair com habitação operária, era a minoria, ao passo que havia um excesso de mão de obra disponível e abundante, sem especialização.

Assim, havia uma correspondência entre o grau de acumulação do período e a casa alugada. Os "cortiços", "vilas" e "quintalões", representavam variações de um mesmo padrão, o da construção de habitação coletiva. Geralmente os lotes, retangulares, apresentavam variável dimensão (frente oscilando entre cinco e quinze metros e, de fundo, com vinte a cinquenta metros). Os de frente menor comportavam cortiços com uma entrada lateral, ao longo da qual se alinhavam quartos geminados, perpendicularmente à entrada e com a presença de tanques, banheiros comuns. Os de frente mais larga apresentavam uma entrada central e duas filas de cômodos que a ladeavam; assumiam formas de ferradura, da letra U, alguns assobradados. Muitos problemas de salubridade, má insolação, ventilação e muitas famílias nos quartos-cozinhas.

Alguma organização se estabelecia para funções

comuns, entre elas a de limpar banheiros, varrer corredores de circulação, quase um embrião de sentimento commitário (43).

Em 1893, o levantamento das condições de cortiços revelara que tais medidas saneadoras haviam caído no descaso total, vitimando uma grande parte do proletariado por isso.

As classes trabalhadoras estavam, pois, com inúmeras dificuldades de sobrevivência na cidade. As condições salariais não eram boas. Em 1889, a imprensa de São Paulo trazia um comentário sobre greves (paredes) como uma epidemia que grassava entre as classes proletárias e "explicava": "Os gêneros de primeira necessidade, carne, feijão e todos os alimentos tem subido tanto de preço, que as classes operárias e pobres estão privadas deles" (ESP 01.12.1889) (44). Os salários, diante de uma abundante força de trabalho disponível, eram baixos, à exceção daqueles operários especializados e que conseguiam emprego regular nas fábricas. Não havia salário mínimo padronizado por lei e, assim, dependiam os trabalhadores do jogo entre si e os empresários ou grupo de empregadores do setor. Além disso, o número de desempregados crescia dia a dia. Dessa forma, a carestia dos produtos básicos se instalou. Apesar de contar com jornadas de trabalho intensivas somadas também ao trabalho de mulheres e crianças, a família proletária não conseguia o mínimo para sobrevivência.

Várias crises se sucederam. Em 1907, por exemplo, as lideranças do movimento operário delineiam um movimento

---

(43) André R. Martin: O bairro do Brás e a deterioração urbana, São Paulo, dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da USP, 1984. Cita este autor um trabalho de O. Gimenez: o bairro do Brás, São Paulo, inédito, 1969.

(44) Citado por Paula Beiguelman: Os companheiros de São Paulo, São Paulo, Global Ed., 1981, p. 15.

pela diminuição dos aluguéis: "Encareceu tudo: a farinha, o açúcar, o vinho, a carne, o feijão, a roupa, a habitação"(45).

Em 1912, a escassez de moradias chega a seu ápice, combinada à especulação imobiliária. Nesse ano, na Mensagem do Presidente do Estado dirigida ao Congresso (14/7): "Provoca (...) benevolência a sorte dessa digna classe (o operariado) no período que estamos atravessando, de vida que (...) a questão da habitação para o operário e sua família, é sempre de atualidade" (46). Ainda nesse mesmo ano, o jornal La Battaglia publicava um manifesto: "Cidadãos! Um grupo de exploradores, parasitas e sanguessugas do povo, sob o pretexto de embelezar a cidade de São Paulo, demolindo uma imensidade de casas velhas, deu um valor artificial aos terrenos e às casas velhas, deu um valor artificial aos terrenos e às casas para melhor explorar o povo trabalhador (...) elevaram fabulosamente os preços dos aluguéis" (47). Em 1914, observar-se-ia sobra de moradia, com a crise de desemprego instalada, mas nem assim baixaria o custo de vida "o aluguel não baixa" (Jornal Avanti 23/maio/1914).

Em 1913, a Federação Operária de Santos alertava os trabalhadores sobre as péssimas condições de trabalho e de vida no campo e na cidade:

> "Nas cidades, o elemento operário sofre as mesmas consequências.(...) os salários não passam de 1$000 ou 2$000 réis por dia, e onde se faz alarde de grandes salários de três ou quatro mil réis

---

(45) La Battaglia (27.10.1907 e 1908) citados por P. Beiguelman, op, cit. p. 65.

(46) Paula Beiguelman - op. cit. p. 65, reproduzindo o Boletim do Dep. Est. do Trabalho, Ano I, nº3, 2º semestre de 1912.

(47) Idem,Ibidem (Jornal La Battaglia de 20.04.1912).

> não se pode viver, porque não chegam para atender, à metade das despesas mais indispensáveis. (...) o quilo da carne bovina é de $800 a 1$000 réis, o pão $400 réis e uma habitação de seis ou nove metros quadrados, um cubículo, sem ar e sem luz, custa a brincadeira de quarenta ou cinquenta mil réis mensais de aluguel". (48)

Boris Fausto compara, em 1912, os salários de operários em construção civil e os do ramo textil, sendo superior, em média, o dos pedreiros."Enquanto um frentista ganha de 12 a 16$000 diários; um estucador 12$000; um pedreiro 4$500 a 7$000; um servente de pedreiro de 3 a 4$000. Nas manufaturas de tecidos, os fiandeiros ganham de 4$200 a 4$800, os tecelões de 4$200 a 5$100, os batedores de 4$300 a 5$000" (49).

É importante registrar ainda que a grande massa de imigrantes da classe trabalhadora, em geral, ocupava-se também do setor terciário, um setor elástico, sujeito a flutuações cíclicas. Um número considerável de pequenos assalariados, dependendo das oscilações do poder da burguesia e seus orçamentos familiares, que eram os consumidores dos bens e serviços. Constavam inúmeras ocupações: "rondantes de ruas, guardas de quarteirão, coletores de lixo público e das casas, praças da força policial do Estado, carroceiros de limpeza pública, acendedores de lampião, motorneiros de bonde, desinfetadores de mictórios e logradouros públicos e das casas contaminadas, "motorneiros de bonde, bombeiros". Ainda, alguns ensacadores de café (por prestação de serviços), cavoqueiros (trabalhadores de

---

(48) Apud P. Sérgio Pinheiro e M. Hall: A classe operária no Brasil - op. cit. p. 93.

(49) Boris Fausto - op. cit. p. 131, citado Boletim do Dep. Estadual de Trabalho, art. I, nº 3, 1912.

pedreiras), os serviços domésticos (portugueses, italianos, espanhóis, etc) que se empregavam nas casas de elite e estratos médios e os autônomos e o trabalho informal [50]: vidraceiro, pintor, marceneiro, sapateiro, escultor, artigos de couro, ourives, carpinteiros, barbeiro, cabeleireiro, ferreiros, gravador de placa, fazedores de luvas. Ainda os bares e padarias (geralmente conduzidos pelos portugueses) as quitandas e armazéns, os tripeiros (que vendiam miúdos de bois, aves e eram geralmente bareses, napolitanos e calabreses), lenheiros e carvoeiros; o comércio de ferro velho (exercido por espanhóis, antes na Rua Rosa, hoje na Rua Piratininga) e ainda um grande número de ambulantes e quituteiras.

Os capitalistas preferiam alugar as casinhas que mandavam construir em vez de vendê-las; nem todos conseguem, pois, abrigo nas "vilas operárias". Muitos se apressam em ter casa própria, que quase sempre eles mesmos constroem. Aqueles imigrados que prosperam procuram instalar-se em outros bairros residenciais melhores.

O Brás é quase sinônimo de ralé, vítima de real segregação social (o Bexiga também seria, como também a Barra Funda e o Belenzinho) com muitos cortiços e habitações coletivas.

Ainda o jornal Fanfulla apresentava matérias de jornalistas anônimos, sobre as condições de vida dos bairros pobres da cidade:

---

(50) Leia-se a respeito das condições de vida e trabalho do trabalhador pobre de São Paulo e o excelente trabalho de Maria Inez Machado Borges Pinto: Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914, tese de doutoramento apresentada a USP 1984.

"(...) começaremos dizendo alguma coisa do Brás (...) queremos ocupar-nos de tudo e de tudo falar. Somente de tal modo pode resultar profícuo o nosso fim, pois só (...) poderão as autoridades formar um conceito claro da situação moral e material das populações, que se pode dizer, abandonadas a si mesmas, porque nem o Conselho Municipal, nem o Conselho de Higiene, nem enfim, a polícia achavam-se dignamente ali representados. O Brás oferece ao observador múltiplos argumentos, porquanto representa uma forte riqueza, pelos seus depósitos, pelas suas fábricas, pelas suas indústrias, por sua importância comercial (...) pôs em evidência grandes indústrias (...) tecelagem Penteado, fábrica de licores dos irmãos Trevisan, destilaria francesa, moinho de café e açúcar de Romanelle, fábrica de salame de Meri, ricos negócios da África, (...) das lindas avenidas e feias ruas ... Antes, começamos do fundo e paramos nas ruas feias, cheias de lama, sujas, fétidas, impraticáveis".

"É materialmente impossível que o Sr. Prefeito Municipal conheça o Brás. Se assim não fosse, seria necessário dizer que o ilustre magistrado não se encontra à altura do cargo que ocupa. Diremos mais. Nós acreditamos que o referido senhor conhece do Brás comente a avenida Rangel Pestana, mas nenhuma das ruas transversais, nem mesmo a que leva ao Mercado Velho e ao Gasômetro, que é uma das mais frequentadas da cidade, e entre as mais cheias de poças, fossas e precipícios de todo gênero.

Nessa rua, que cremos não ter nome, os animais quebram as pernas, os carros perdem as rodas e os viandantes afundam até a cintura, lançando imprecações e blasfêmias que, felizmente, não chegam ao seu destino, pois doutra forma o céu já teria caído sobre as suas cabeças (...).

(...) Os seus animais vão a passo, pois, a força de pauladas e jejuns perderam o ânimo e não podem mais correr - mas o que diz respeito a "Viação", à força de "tostões", juntou tanto ânimo de forma a poder correr sem que ninguém a prenda.

Paciência quando se trata de ruas despovoadas, pelas quais se pode transitar em bondes ou não transitar. Muito pior quando isso acontece em ruas habitadas, nas quais ao limo, o lixo, juntam-se as águas servidas e muitas outras coisas que não é lícito nomear, mas que muitas pessoas acham certo depositar ou jogar das janelas.

E esta, caros leitores, não é a retórica, não é prosa de sensação, é verdade como a luz do sol, e basta, para estar convencidos, dar uma chegadela,

sem adentrar muito, na rua da Alfândega e em todas as ruas que atravessam a Piratininga até o fundo do Paraná de um lado, até e mais para baixo, da Imigração, do outro lado".

"A mesma rua Visconde de Parnaíba, que está entre as principais, tem imundícies bastantes para adubar todos os terrenos mortos da Marema Toscana, mas há as calçadas, e, com um pouco de boa vontade, nelas se pode caminhar. Noutras ruas as calçadas não existem e tanto em dias de chuva como em dias serenos as pessoas não podem transitar senão descalçadas, com as saias ou as calças levantadas até o joelho.

Imaginai agora o cheiro de tais ambientes, onde várias vezes por dia entram pés tratados de tal forma, imaginai tudo o mais e tereis uma idéia mais ou menos exata do estado daqueles tugúrios e do dano imenso que disso deve necessariamente derivar para a saúde pública. Esta a razão pela qual o Brás têm sede predileta, endêmica, a escarlatina, a varíola, as febres palustres, as febres tifóides e vários outros benefícios do Senhor, de que nos ocuparemos num próximo número, antes de tratar das indústrias e do comércio (...)" (51).

O caso da habitação era extremamente dramático:

"Para aqueles de seus membros que não moravam na tradicional choça de pau a pique, a moradia-padrão era o cortiço, unidade predial que abrigava muitas famílias e que assim fazia aumentar a densidade demográfica dos terrenos agora valorizados da cidade"(52).

O Relatório do Intendente Municipal Cesário Ramalho da Silva, em 1893, fazia uma descrição eloquente das condições habitacionais da população pobre de São Paulo (53).

"Um cortiço típico, tal como foi revelado pela pesquisa municipal de 1893 ocupava o interior de um quarteirão, onde o terreno era geralmente baixo e úmido. Era formado por uma série de pequenas moradias em torno de um pátio ao qual vinha ter, da rua, um corredor longo e estreito. A moradia média abrigava de

---

(51) Reproduzido de P. Sérgio Pinheiro e M. Hall: op. cit. pp. 55.

(52) R. Morse - op. cit. p. 264.

(53) R. Morse - idem.

> quatro a seis pessoas, embora suas dimensões raramente excedessem três metros por cinco ou seis, com uma altura de três a três metros e meio. Os móveis existentes ocupavam um terço do espaço. O cubículo de dormir não tinha luz nem ventilação; superlotado, à noite era "hermeticamente fechado". Exceto nos cômodos de pessoas naturais do Norte da Europa, o soalho ficava tão incrustado de lama, que não se viam as tábuas; a umidade do solo onde elas repousavam fazia descascar o papel ordinário e liso das paredes. Estes e os tetos eram pretos de sujeira de moscas e da fumaça do fogão que a chaminé mal feita e mal conservada não eliminava convenientemente. As paredes com quadros de mau gosto têm o reboco ferido por uma infinidade de pregos e tornos de que pendem vários objetos de uso doméstico e a roupa de serviço. Os móveis, desagradavelmente dispostos têm sobre si empilhadas peças de roupa para lavar".

> "O pátio principal fornecia às moradias que o rodeavam uma torneira recalcitrante, um lugar para lavar roupa e uma privada mal instalada. Ladrilhos e calhas geralmente não existiam".

Eram variações do cortiço, um prédio único, (por vezes uma adaptação de sobrado) excessivamente subdividido; o hotel cortiço de tipo dormitório e barracos improvisados no fundo de estábulos e armazéns. Todos apresentando falta de ar, luz, espaço, limpeza e solidez da edificação.

Essa população pobre frequentava quiosques octagonais, com vistosos cartazes instalados nos jardins e praças públicas e perto das estações ferroviárias, nos quais eram vendidos café, cachaça, doce. Assim como os cafezais atraiam escravos, lavradores e tropeiros outrora, então os

> "quiosques eram um ponto de reunião de trabalhadores, vagabundos, soldados e mulheres de classe baixa rescendendo fortemente a álcool, odor corporal e iodofórmio. Tal era pois, em algumas pinceladas, a divisão das classes em 1890" (54).

O cortiço marca sua presença em São Paulo, e especialmente no Brás, como a solução mais comum para os trabalhadores

---

(54) R. Morse - op. cit. pp. 264/265.

pobres, além da moradia alugada.

> "Em São Paulo não havia favelas. O que predominou para moradia da gente pobre foi sempre, em São Paulo, o cortiço. Algum terreno de centro de quarteirão, com pequenas habitações contíguas, com saída para a via pública por um corredor a céu aberto, entre muros. Ou então os porões habitados ..." (55).

Havia insuficientes edificações para moradia e, apesar do febril ritmo de construções, a carência das casas torna-se mais aguda para abrigar toda a população que crescia vertiginosamente. "Em 1886, existiam em São Paulo 7.012 prédios, ou seja, um prédio para cada 6,8 habitantes; quatorze anos mais tarde, este número atinge 21.656 prédios, tendo o número médio de pessoas por prédio se elevado para 11,07 (56). Ainda deviam ser acrescidos os habitantes transitórios da cidade, ponto importante de entroncamento para vários locais.

Como vimos, as autoridades se preocupam com as habitações coletivas, suas condições de higiene, com medo da iminência da "invasão pestosa" (57) e decreta-se o Código de Posturas do Município (1886). Condições mínimas: área mínima (três cômodos), área de frente, área calçada de serviço, pé direito mínimo, portas e janelas mínimas, paredes e exigências sanitárias (um poço, ou torneira com água e pequeno tanque de lavagem para cada seis habitações, uma latrina para cada duas habitações (...). Além disso, os cortiços deveriam ter mais de quinze metros de largura, se situados dentro de terrenos junto das casas de habitação; entre cada linha de cortiços deveria haver uma distância de pelo menos cinco metros e a área

---

(55) Jorge Americano: São Paulo nesse tempo - São Paulo, Saraiva, 1959.

(56) Paulo Rangel Pestana in Boletim da Diretoria da Indústria e Comércio, São Paulo, 1921, citado por Nabil Georges Bonduki: "Origens do problema da habitação popular em São Paulo" - in Revista Espaço e Debates, SP, Cortez Editora, Ano 2, nº5, maio/junho 1982. p. 85.

(57) Folha do Brás - ano III, nº 89 - 12.11.1889, citado por Bonduki - op. cit.

mínima de cada unidade era de cinco metros quadrados (58).

Mas, como se disse, a legislação não impediu a proliferação de cortiços, ao mesmo tempo que surtos epidêmicos explodem (em 1893 inclusive) e três de seus focos nos bairros em que predominam tais precárias moradias coletivas. Os frequentes relatórios permitem identificar cinco tipos de cortiços, dos quais o mais comum é o cortiço-pátio já descrito, o cortiço-casinha, o hotel-cortiço (com refeições e geralmente com pessoas sós), a casa de cômodos (com cômodos de uso comum, prédios adaptados) e cortiços improvisados. Surge mais tarde o cortiço verticalizado (três andares) comum no Bexiga.

Parece que a tendência foi progressivamente irem subdividindo e adaptando o estoque existente, incapaz por si de atender à demanda de habitações unifamiliares. Com as transformações urbana, com a criação de novos bairros residenciais, as casas desocupadas daqueles que foram para locais mais adequados passam a abrigar novos ocupantes. São as casas de cômodos que se multiplicariam daí por diante.

Mas o cortiço mais característico da época é o cortiço-pátio que aproveitava melhor os terrenos e permitia a seus "investidores" maiores lucros, apesar das condições de higiene serem nulas.

Em 1894, o Código Sanitário do Estado era bastante rigoroso e proibia a construção de novos cortiços, preconizando o desaparecimento dos existentes, e ainda dizia que as vilas operárias deveriam ser construídas fora da aglomeração

(58) Código de Posturas MSP (1889) - N. Bonduki - op. cit.

urbana,"(...) em grupos de quatro a seis no máximo". Essas medidas, no seu intento ideológico, demonstravam algum esforço do poder público quanto ao problema, mas os cortiços continuariam. Ainda em 1913, um jornalista do "Fanfulla" contava sobre a vida nos cortiços (59).

> "(...) A cidade se veste, se enriquece, põe roupa nova no centro, mas, ai de nós! Nos bairros populares é a mesma de dez anos atrás. Se alguma coisa se fez, é pouca. Surge aqui e ali alguma bela casa, algum pitoresco chalet, rodeados porém de pocilgas. São flores que expõem a pompa de suas cores em meio a uma estrumeira. As rixas acontecidas nestes dias em vários cortiços, impeliram-nos a dar um pulo no Brás, onde estes existem em grande quantidade. Muitos, felizmente, foram extintos (...). A maior parte existe (...) e espera providências da administração municipal (...) regurgitam de habitantes, especialmente agora que a capital não tem casas suficientes para abrigar a população pobre e o proletariado. Antigamente o aluguel das pequenas habitações era baixo. Agora (...) os aluguéis aumentaram quase o dobro e os cortiços têm, como sempre, a mesma população heterogênea, sem a mais leve noção de respeito (...) operários de diversos ofícios, muitos sem profissão definida, chefes de família, alguns sem nenhum emprego, sempre gente pobre ou miserável que nos cortiços vive(...) constantemente em sobressalto.
>
> (...) uma multidão de crianças brancas, pretas e mulatas (...
> - (...) quantos são os cômodos neste cortiço?
> - (...) neste são catorze e no outro doze.
> - Estão sempre alugados?
> - Não há o bastante para satisfazer a todos os pedidos. Quando alguém se vai, o cômodo não fica vazio por mais de dois dias.
> - Qual é o aluguel de cada cômodo?
> - Setenta mil réis por mês. E não é caro (...) Uma casa bem minúscula vale mais do que cem mil réis. Aqui somente se paga isso, setenta e mais dez tostões pela água.
> - (...) quantas pessoas habitam aqui?
> - Mais de duzentas entre grandes e pequenos.
> - (...) deve saber que em certos cômodos moram mais de dez pessoas.
> - (...) a doença que aqui ataca a muitos é a tuberculose, mas mata só os grandes.
> - (...) no mês passado morreram cinco.
> - (...) de quando em quando surgem desordens, pauladas

---

(59) "Il problema dell' abitazione: i' cortiços: Fanfulla, abril 1913 - reproduzido por P. Sérgio Pinheiro e M. Hall - op. cit. p. 96/99.

> e também algumas facas. Raras vezes se mata gente. Felizmente a polícia não se ocupa de nós, porque senão a desgraça seria maior" (60).

Note-se o sentimento "comunal" demonstrado na aversão à polícia, mostrando que tinham suas próprias regras, o que desmente, por si só, os comentários, tão comuns na imprensa burguesa, de que eram os cortiços "centros de todos os vícios", focos de "desorganização moral".

O embrião de uma organização comunitária dentro de cada habitação coletiva também poderia ser visualizado pela divisão mínima de trabalho interna, como a questão de limpeza das áreas comuns e utilização dos poucos equipamentos existentes (banheiros, tanques, pias), rotina de lixo etc. Esse sentimento comunal era reforçado por certos apelidos dados à habitação coletiva, quase que individualizando cada cortiço, com nomes bastante sugestivos: por exemplo, dos assobradados constavam o "Castelinho", o "Bastimento de Roma", o "Navio". Para os "quintalões" (cortiços de entrada larga com duas fileiras de quartos), eram os mais famosos: o "Quintal dos Espanhóis", "Quintal do Scopeta", o da "Marinha", do "Carvoeiro". As vilas, ainda hoje numerosas, continham casas individuais, alguns sobrados e banheiros internos (61).

Outros exemplos de mortalidade, cuja causa foi atribuída às deficientes condições de moradia dos trabalhadores, viriam a seguir. Em 1918, o forte surto epidêmico da chamada "gripe espanhola" explodiu, matando quase 2% da população urbana, mais gente quase que "quatro anos de guerra".

---

(60) P. S. Pinheiro e M. Hall op. cit. p. 98 (Fanfulla).

(61) O. Gimenez: "O Bairro do Brás" in André R. Martin - op. cit. - p. 69.

> "Não houve lar que não fosse atingido. Em alguns deles, seus moradores foram encontrados todos mortos ... Quando o sinistro morbo atingiu o apogeu, matou mais de 8000 pessoas, em apenas quatro dias. Os cemitérios funcionavam dia e noite"(62).

> E ainda outros relatos: "nossa cidade (1918) viu-se apanhada de surpresa pela peste, desorganizando-se completamente todos os serviços públicos, inclusive o de bondes, pela completa falta de pessoal, que dia a dia enfermava, determinando a supressão de viagens e diminuição do tráfego, o que foi autorizado pela Prefeitura. No período de 26 de outubro a 2 de dezembro, 42.180 viagens foram canceladas nas diversas linhas"(63).

Os bairros mais atingidos sempre eram os de operários, dos assalariados de baixíssima renda, como se percebe pelas notícias da imprensa em várias épocas, especialmente nos jornais do Brás. Esta que se segue refere-se à epidemia de 1899.

> "Entre os bairros que mais facilmente podem proporcionar o desenvolvimento do mal (peste bubônica) por infelicidade nossa, parece que o Brás ocupa o primeiro lugar pela falta de asseio em algumas ruas habitadas por grande número de indivíduos acumulados uns sobre os outros em cortiços e sem a mínima higiêne"(64).

Mas a grande preocupação do poder público com a mortalidade, além da chamada "saúde pública", era também com as consequências danosas para a força de trabalho, necessária para a impulsão da economia.

> "As epidemias nos ameaçavam todos os annos dizimando a classe operária e roubando-nos braços úteis que importamos com sacrifícios; epidemias que, não raro, nos forçam a gastar exaggerada e precipitadamente ...

---

(62) Jacob Penteado, Belenzinho 1910, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1962, p. 281.

(63) Waldemar Stiel, História dos Transportes Coletivos em São Paulo, São Paulo, EDUSP/Mc Graw-Hill, 1978, p. 178; N. Bonduki: "Origens do problema de habitação ...", op, cit. p. 91.

(64) Folha do Brás, Ano III, nº 86, SP, 22.10.1899 - N. Bonduki - op. cit. p. 91.

> Porquanto o que se gastar com a melhora das condições da população operária, deixamos de dispender, em boa parte, com a hygiene defensiva"(65). Ou ainda: "A tuberculose ceifa suas vítimas: a insuficiência de ar e de luz (...) produz a clorose, anemia, etc (...) essa gente reduzida a aglomerar-se em dez ou doze pessoas em um ou dois cômodos porque os ganhos escassos e o crescimento dos aluguéis não permitem que tenham meios para alargar-se um pouco, (nos bairros pobres) aonde à noite se recolhe todo o exército de quem trabalha e produz, as moradias coletivas e os cortiços se transformam em verdadeiros pombais humanos, onde se vive numa promiscuidade de gente e de sexos" (66).

O grave problema habitacional, representado pelos cortiços e moradias insalubres, mereceu também inúmeros artigos de jornal e revistas especializadas, da parte de intelectuais sanitaristas, dirigentes sindicais ou militantes de partidos políticos. É o caso de Antonio Evaristo de Moraes (67) que fez publicar na Revista Clarté, em 1921, artigos sobre as condições de vida das classes subalternas, em especial sobre a questão da saúde. Interessante a maneira pela qual este autor argumenta com as classes dominantes e autoridades "competentes", chamando a atenção para a "divisão de trabalho" e a força da solidariedade social, que acarreta proximidade dos pobres, no exercício de suas funções, com as elites e suas famílias e pede que, "por egoísmo, sejam solidários". Vejamos:

> "(...) Estão intimamente ligados os dois problemas (tuberculose e habitação das classes pobres) e quem se puser a resolver o primeiro, tem, necessariamente, de cuidar do segundo (...) a estatística

---

(65) Luís C. do Amaral: Relatório da Comissão do Exame e Inspeção das Habitações operárias e cortiços no distrito de Santa Ephigenia, São Paulo, 1983 in Bonduki - op. cit. p. 91.

(66) Fanfulla: "A casa dos pobres", ano XIV, nº 3, 23.03.1906 in L. Kowarick e Clara Ant.: Cortiços. cem anos de promiscuidade, Revista Novos Estudos, CEBRAP - vol. i, nº 2 - Abril 1982.

(67) Antonio Evaristo de Moraes, membro do partido operário e fundador do partido Socialista, na década de 1910. Citado por P. Sérgio Pinheiro e M. Hall - op. cit.

demográfica vem demonstrando, que é maior a mortalidade pela tuberculose nos bairros ou nas ruas em que há habitações menos confortáveis por falta de ar ou de luz, e por acúmulo de moradores (...) se conclui que a tuberculose mora com o pobre, fazendo boa companhia, aliás, ao alcoolismo, à prostituição, ao abandono da infância - idênticos produtos da penúria econômica (...) as normas do proceder capitalístico (levam a) tomar em consideração apenas, o interesse pessoal e próximo do capitalista, sobrepondo-os aos interesses gerais (...) daí resulta o aproveitamento cada vez mais ganancioso da propriedade do imóvel, com o fim exclusivo de obter lucro, mediante o menor dispêndio (...) para a maioria dos proprietários são indiferentes as condições higiênicas de suas casas. Basta que dêem boa renda, e que não os incomodem com consertos. (...) há clamorosas contradições na vida de pessoas tidas como bondosas e caritativas: - uma rica proprietária de arruinadas avenidas, verdadeiros matadouros de gente, que não se preocupa com a triste sorte de seus inquilinos, e, no entanto, toma parte constante em festas de beneficiência, aderindo à Cruz Vermelha, à Liga contra a Tuberculose, ao Pão de São Vicente e ajudando a irmã Paula (...) nem foge à contradição ... a Santa Casa de Misericórdia, abrindo seus hospitais e centenas de enfermos, inclusive tuberculosos, mas deixando que, em alguns prédios seus, das ruas da Alfândega e do Hospício, os chamados "turcos" formem as mais infecciosas das aglomerações. (...) no último relatório, o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, observando que nessa cidade de 1903 a 1920, algumas moléstias infecciosas - febre amarela, peste, varíola, sarampo, escarlarina, difteria e outras - mataram 64.741 pessoas, enquanto que a tuberculose, só ela, matou, em idêntico período, nada menos que 68.985. (...) não vacilamos em afirmar que, pelo menos, um terço de cada uma das duas mortalidades corre por conta dos defeitos da moradia popular. (...) depoimentos dos funcionários de Saúde Pública, manifestamente insuspeitos (...) descrevendo o que são "casas de cômodos" (...) sem ar e sem luz, adultos e crianças nas mais sórdida promiscuidade; (...) à noite, num ambiente fechado, respira o triplo de pessoas que o mesmo poderia comportar; (...) os fogareiros, de carvão ou querosene, enegrecendo os muros, asfixiam e enojam, onde o tuberculoso, escarrando por toda parte, mimoseia os seus próximos com presentes gregos; onde, em bacias de folha, se lava a roupa dentro do quarto ... (...) relatório de dois funcionários técnicos patentearam a mísera situação das classes pobres no tocante à moradia. Descreveram cortiços e casas de cômodos apavorantes ... sem latrinas, sem água. Indicaram aglomerações de duzentas pessoas dispondo de um só banheiro (...). Há, entretanto, uma ponderação a fazer às classes dirigentes, aos abastados, aos insensíveis desfrutadores do capital, que tão pouco se interessam por estes assuntos, supondo que a

> tuberculose e outras moléstias infecciosas, por morarem com o pobre, não passeiam pela cidade. Enganam-se os egoístas que assim pensam, repoltreados na paz de suas vivendas luxuosas.
>
> Cumpre lembrar-lhes que a solidariedade forçada das classes sociais, a interdependência em que elas estão (...) o mau estado higiênico de uma sociedade inteira pode ser causado pela menor resistência às moléstias de uma só classe; a qual se converte em centro de infecção, perigoso para toda a sociedade, em seu conjunto"
>
> Recordem-se, portanto, os ricos, que os habitantes das pocilgas, os que passam a maior parte da existência morando nas infectas "casas de cômodos" são os seus barbeiros, os seus alfaiates, com os quais a aproximação é fatal, é de todos os dias.
>
> Reflitam sobre este aspecto da questão e procedam por egoísmo a bem da coletividade"(68).

Parece, pois, ter emergido desse ponto de vista a preocupação da legislação sanitária sobre a "moradia popular" - para o medo dos focos pestilentos e que a "democracia" dos vírus atingisse as mansões das elites e suas famílias.

A ação da polícia sanitária, no que tange à desinfecções das moradias, era violenta e frequente, nos "tugúrios" e "ninhos da tuberculose". Procedia através de inquéritos sobre a vida cotidiana desses pobres moradores e, ao mesmo tempo, invadia os domicílios à procura dos doentes (incluindo os perturbados mentais), pretendendo retirá-los para asilos, hospitais de isolamento e, assim, desinfetar tais focos epidêmicos. O fiscal sanitário era pessoa temida - o "homem dos desinfetórios" - que passa a ser figura muito conhecida nor cortiços, nas "casinhas" dos bairros populares e também nas "vilas operárias". Sua entrada nesses locais gerou, incontáveis vezes,

---

(68) Evaristo de Moraes: "O problema da tuberculose e o problema da habitação das classes pobres", Clarté, I, nº6, dezembro de 1921, reproduzido por P. S. Pinheiro e M. Hall - op. cit. - pp. 121/124.

protestos e reações dos moradores.

Muitos eram levados à força para hospitais de que nunca mais voltariam, e a expressão "foi para o chalé", referindo-se aos sanatórios de tuberculose, passou a ser sinônimo de "desaparecido". Surgiam várias instituições no período para punir, controlar o local "infectado". Em 1890, foi criado o Laboratório Farmacêutico", em 1892, o Instituto de Vacinação; em 1893, o Desinfectório Central, no Bom Retiro. Em 1898, foi inaugurado novo hospício; em 1890, um Hospital de Isolamento, na Moóca; em 1900, foi construída uma nova Penitenciária no Cambuci, e, em 1902, um Instituto Disciplinar, no Belènzinho. Respectivamente, pretendiam "cuidar" dos alienados, dos infectados, dos marginais e dos menores infratores (69).

Fica clara a intenção do capital de "controlar" as condições de vida do trabalhador, mesmo fora das fábricas ou, melhor dizendo, em ambos os locais. A "dominação" exterior ao ambiente de trabalho mais direto envolvia, pois, diferentes agentes e instituições, nem todas ligadas imediatamente ao capital, ou ao poder público.

Essa polícia sanitária, além disso, procurava vacinar também, à força, uma estratégia de cura da medicina alopática da época - demonstrando o domínio despótico do Estado sobre o corpo e sobre a consciência, liberdade dos indivíduos, tema este que o positivismo recolocaria e que as elites e as classes médias assumiriam por temer o contágio advindo da

---

(69) Raquel Rolnik: "São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política" in Lucio Kowarick: As lutas sociais e a cidade, R. Janeiro, Paz e Terra, 1988 - p. 82. - também Eva Blay: Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo, SP, Nobel, 1985 - p. 63.

vizinhança com os mais pobres [70]. Dos palacetes vizinhos aos cortiços partiam pedidos de fiscalização.

É também com base nesse princípio de "afastar e desinfetar" a pobreza que surgem as primeiras tentativas de urbanismo saneador, misturando propostas de embelezamento ("revitalização", "combate à deterioração", "renovação urbana") com a intenção de higienização e limpeza de determinadas porções do espaço urbano. Além de apresentar um modelo de habitação "individualizadora" - no combate à promiscuidade.

Registre-se ainda que, para as elites, a habitação coletiva favorecia, muitas vezes, qual o cadinho de muitos trabalhadores da mesma ou de diversas categorias, um intercâmbio de idéias "perigosas". Além dos "vírus" da varíola, tifo e até do bacilo da tuberculose, teme-se o "vírus" do anarquismo, ou simplesmente da possibilidade de organização, mesmo em movimentos episódicos, greves etc. que o ambiente comum, a língua e os costumes pudessem condicionar.

A legislação que surgiu sobre a moradia operária, além do Código de Posturas de 1886, do Código Sanitário, do Decreto Sanitário, do Decreto nº 84, em 1896 proibia cortiços em todos os perímetros da cidade. Mas essas normas não eram obedecidas. A burguesia não encarava o trabalhador como contrapartida econômica, desfrutando dos seus níveis salariais e avaliada através deles. O trabalhador urbano, esse emergente operariado urbano, era identificado ao "pobre" e não enquanto

---

(70) Nessa época, em 1904, é conhecido o episódio da Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, que tinha várias causas e sintetizava a luta entre a facção jacobinista e a "República dos Fazendeiros"; também reflete a discussão sobre limites do Estado em sua intervenção. Raquel Rolnik: "De como São Paulo virou a capital do capital" in Lícia de Prado Valladares (org.) Repensando a Habitação no Brasil, Rio de Janeiro, Zahar ed. - 1983; pp. 109/134.

categoria econômica - como alguém que se "imiscuía" na cidade. Talvez porque os níveis salariais fossem baixos e incapazes de prover habitação e demais bens de consumo necessários à sobrevivência. Daí que "ser pobre" significava morar em casa alugada e em cortiço, um destino inexorável no pensar das elites.

3.2.2- Habitações Higiênicas

O aluguel de habitações familiares, "higiênicas", correspondia, na melhor das hipóteses, "a mais da metade do salário da classe trabalhadora que vivia em São Paulo": "Casas desse preço há muitas, e quem mora nelas não são operários: são os pequenos empregados; Os operários moram nos corriços ..." (71).

Dessa maneira, a idéia de intervir no problema habitacional carregava a conotação de "limpar" a cidade, especialmente por causa da promiscuidade com os bairros de residências burguesas. Foi o caso da epidemia da febre amarela no final do século, que "infectou" o bairro de Santa Efigênia (e no qual a pesquisa realizada em 1893 demonstrara a existência de 65 cortiços, estalagens, hotéis ou casas de dormida, (...) . voltadas à habitação operária" com uma população de 965 indivíduos e que era vizinho do então aristocrático Campos Elísios (72).

---

(71) Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, ano V, nº 20, SP, 1916. p. 337 in L. Kowarick e C. Ant. "Cortiço: cem anos de promiscuidade", op. cit. p. 60

(72) Relatório de Exames e Inspeções das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia - op. cit.

A legislação urbanística que se impôs estabelecia normas para construção (não para a habitação burguesa, já regulamentada pelo Código de Posturas desde 1875, e até ultrapassava suas exigências) especialmente para a habitação operária, ou seja, disciplinava a construção de moradias propostas pela burguesia para serem alugados aos operários. Parte do governo queria controlar o investimento imobiliário burguês, e tais controles implicavam na elevação de impostos; parte da burguesia, construtora ela própria, não aprovava tais controles.

Parte dessa burguesia queria limitar a exploração habitacional, preocupada com o problema epidêmico e estrangulamento da reprodução da força de trabalho. Contudo, todos queriam mão de obra abundante e disponível para o capital.

Nessas normas urbanísticas, adota-se o modelo da casa isolada, com recuos laterais e/ou frontais, e a definição de áreas mínimas para cada função. Em 1900, no governo do prefeito Antonio da Silva Prado, é aprovada a Lei 498, que estabelecia prescrições para a construção de casas operárias.

A lei nº 1098, de 1908, promove a isenção de impostos municipais durante quinze anos para a construção de "casas higiênicas" e isoladas, que se dirigiam à venda em Prestação a quem não seja proprietário e não possa pagar aluguel e preços correntes, ou aluguel.

Já o padrão de 1920 propunha como superfície mínima de uma peça de habitação a área de 10 m^2; nas habitações múltiplas, cada peça deveria ter no mínimo 14 m^2; toda habitação particular deveria ter pelo menos um aposento, uma cozinha e um banheiro e ainda proibia a habitação nos porões (73).

(73) Lei Municipal nº 2332, de 09/11/1920.

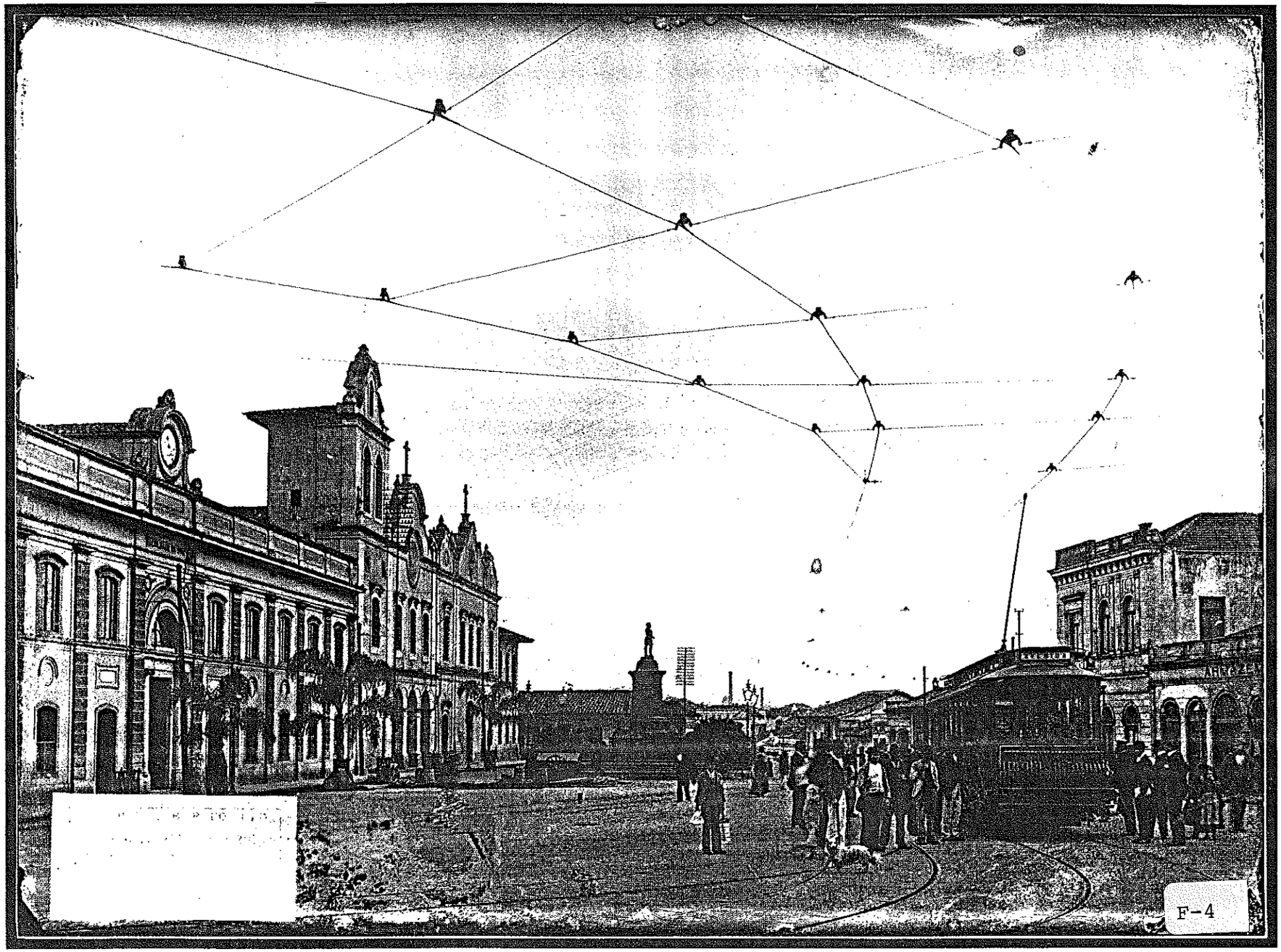
Essa legislação, por si só, não eliminou o problema. Existe, como sempre, uma cidade real, de fato, que vive ao arrepio das posturas como pode, e a cidade "legal" prevista nos códigos e leis, e há grande distância entre as duas. No que tange "às boas intenções" dos técnicos da Prefeitura, sanitaristas etc, permanecem vazias diante das taxas de rentabilidade dos investimentos em moradias alugadas dentro das características fundamentais dessa etapa do capitalismo, e ao nível de reprodução de força de trabalho que irá interessar.

Em 1900, já se falava na construção de casas para operários (vilas operárias) "fora do perímetro central" e proibia-se a construção de casas para operários na zona do comércio. Evidenciava-se um modelo segregador de uso do espaço, separando a habitação operária para longe do local de circulação da classe dominante. Era considerado perímetro urbano o que se compreendia entre a rua Figueira, esquina da Rangel Pestana, ruas Santa Rosa Paula Souza, via Tamanduatehy até a linha Inglesa, por esta até as Alamedas Antonio Prado, Barão de Limeira, Nothman, rua das Palmeiras, Largo de Santa Cecília, ruas Dona Veridiana, Consolação, Major Quedinho, Major Diogo, Santo Amaro, Praça Dr. João Mendes, Largo Sete de Setembro, ruas da Glória, São Paulo, Glicério, Hospício, Vinte e Cinco de Março, aterrado do Carmo, até o ponto de partida (74).

O padrão predominante na cidade era, na época, ainda de um núcleo compacto, pois baseava-se no bonde (inicialmente de tração animal - 1872; e, depois, à energia elétrica - 1900) como estruturador do espaço urbano e como meio de

---

(74) Leis e Actos da Câmara Municipal da Capital do Estado de São Paulo de 1900 a 1902 - São Paulo, Casa Vanorden, 1916, pp. 103/106.



F-4

A Light criara, em 1909, "seis linhas com carros especiais para operários: Bresser, Moóca, Penha, Ipiranga, São Caetano (rua) e Matadouro (Vila Mariana); logo em seguida foram também ampliados para Santana, Paraíso, Santa Cecília. Nos bondes era colocada uma placa com os dizezes "BONDE PARA OPERÁRIOS OU CARRO PARA OPERÁRIOS" (77).

Esses bondes não transitavam pelo centro da cidade, limitando a área de circulação dos operários, que podiam viajar descalços, com pequenos volumes e ferramentas. Os carros circulavam das cinco às oito da manhã e das quatro às sete da tarde. "Estes carros não entrarão na colina central da cidade" (78). A Light havia se comprometido a cobrar a passagem de cem réis para operários, enquanto nos demais bondes era de duzentos réis e nos luxo-bondes para a elite, era de seiscentos réis (79). Esse assunto fora objeto de inúmeras discussões e a Light só cedeu vendo-se ameaçada em seu monopólio pela pretensão da Cia. Guinle de também explorar serviços de bonde, oferecendo serviços muito mais baratos. A Light venceu este processo, mas o episódio foi altamente comentado na cidade, tendo acontecido revoltas e manifestações populares, com bondes apedrejados, bombas nas vitrinas da Light, tentativas de descarrilamento etc.

Dessa forma, apesar de o Brás ser recortado por bondes, nem sempre seus moradores nem os de outros bairros operários podiam utilizar-se desse meio de transporte, caro para suas receitas e, sujeitando-se a longas caminhadas a pé, muitas

---

(77) Eva Blay: Eu não tenho onde morar - op. cit. - p. 93.

(78) Waldemar Stiel: História do Transporte Coletivo em São Paulo. São Paulo, Mc Graw Hill - EDUSP - 1978, p. 137.

(79) Idem - ibidem.

delas - cinco ou seis quilômetros duas vezes ao dia. Preferiam, pois, morar perto do trabalho se fosse possível. Convém lembrar, ainda, que a opção pelo bonde como meio de transporte coletivo traz consequências para o modelo de estruturação do espaço urbano. Os bondes elétricos precisam de investimentos para funcionar: trilhos, linha e só operam com eficiência com alta frequência no uso de suas linhas. Em outros termos, a alta composição orgânica do capital (alto custo de instalação de redes em proporção aos custos de manutenção e operação) exige intensa utilização. Assim, um prolongamento de linhas por extensão, com pouco uso, não era recomendável. Exceções havia quando, por interesse especial da empresa, visava-se a valorização de terrenos ou quando a extensão era paga pelo loteador, como foi o caso do loteamento Jardins - Jardim América - pela Cia. City.

Esse adensamento - a área compacta do núcleo urbano (em 1914, a densidade era 110h/ha) - e a proximidade aos locais de trabalho não permitiram que a cidade fosse ainda mais segregada e que surgissem tantos bairros exclusivos de "elite". Campos Elíseos, Higienópolis e Av. Paulista podiam ser considerados exemplos, mas na mioria de todos os outros bairros havia cortiços, que se esparramaram por toda a cidade, casas alugadas e alguns palacetes.

Contudo, o Brás tinha seu caráter proletário, não há dúvida.

Um dos mais evidentes exemplos das tentativas de controle e disciplinamento do cotidiano operário é representado pelo modelo da "vila operária". A segregação feita até aqui: o operário morando perto da inústria e nos bairros de várzea que se formaram ao redor do centro, nos cortiços e

habitações alugadas, seria substituída (na ideologia burguesa) pela proposta do padrão 'vila operária', isto é, conjuntos de casas em série, de teto baixo, pequenas, geralmente com sala, quarto, cozinha (um sanitário no quintal), muitas vezes afastadas da rua, que passam a ser construídas por companhias, especuladores, imobiliárias ou pelos próprio industriais.

De qualquer forma, a construção de moradias destinadas ao operário industrial nas primeiras décadas deste século, revelava-se negócio lucrativo. Os poderes públicos (municipais, estaduais e federais) vinham facilitar os investimentos do capital no ramo de construção de habitações populares-operárias, limitando os juros para o capital investido nessa aplicação e garantindo retorno lucrativo. Assim, os investidores faziam altos negócios com aluguéis.

Nas condições concretas em que se dava a produção de casas na cidade, porém, havia limites para os investimentos de capital representado na construção de cortiços e vilas operárias de aluguel dados os mínimos níveis de salários de trabalhadores. Dessa forma, as propostas todas previstas na legislação urbanística passaram ao largo das reais necessidades. Como a própria burguesia se dividia quanto ao assunto, surgem algumas controvérsias: aqueles que queriam eliminar o cortiço enquanto "foco infeccioso", fazem-no pensando em contar com um vasto contingente de mão de obra disponível; nem por isso, pretendem diminuir a possibilidade de acumulação de capital com empreendimentos urbanos; "portanto, nem os salários podem aumentar, nem a imigração diminuir, nem o lote urbano deixar de ser rentabilizado ao máximo, através do retalhamento e configuração de grande quantidade de pequenos espaços a serem alugados para diferentes famílias" (80).

---

(80) Raquel Rolnik - op. cit. - p. 122.

As vilas operárias foram construídas por algumas empresas industriais para alugar a baixos preços ou mesmo ceder gratuitamente a seus empregados. A primeira explicação surgida para tal iniciativa foi a de que, à falta de operários para a recém industrialização no Brasil, os industriais pretendiam atraí-los com o chamariz das casas, tão raras. Isso não parece ser justificado em um período em que há um vasto exército industrial de reserva, acrescido em muito com a imigração. Na verdade, havia interesse de atrair os operários mais qualificados e técnicos, além de que a vila operária visava difundir padrões de moralização da vida proletária requeridos pelo sistema capitalista como ideologia adequada ao produtor de mercadorias.

As vilas operárias eram "a boa urbanização para o bom trabalhador" (81), pois além de tudo, eram contíguas às fábricas. Mas foi pequena a expressão quantitativa dessa modalidade de habitação operária.

Em 1919, das 227 empresas pesquisadas no Estado de São Paulo, apenas 37 mantinham ou forneciam casas a seus operários. Separando os casos do interior dos da capital, vê-se que estavam em São Paulo apenas onze, (28%), evidenciando que essa medida era mais utilizada no interior que aqui. Se tomamos apenas a indústria têxtil, o setor que empregava maior número de operários, de trinta empresas pesquisadas, somente duas delas ofereciam vilas e seus trabalhadores em São Paulo (82). Em 1911, outro levantamento realizado pela mesma fonte

---

(81) Raquel Rolnik - op. cit. p. 122

(82) Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, ano IX, SP, 1919, citado por N. Bonduki - op. cit. p. 95.

mostrou que apenas quatro indústrias texteis das 35 existentes ofereciam vila operária a seus empregados e nas indústrias de chapéu, a proporção era de uma fábrica para 31 delas (84).

A estratégia de manter vilas para operários, um saldo irrisório diante da demanda potencial, parecia atender mais à necessidade operacional de manter as unidades produtivas - operários e suas famílias - próximos à fábrica além dos citados efeitos "moralizadores". Um exemplo é o das empresas de Estradas de Ferro, que preferiam seus empregados junto às linhas, as companhias de força e luz e ainda empresas localizadas em locais distantes do centro urbano; este último parece ser o da Manufatura de Chapéus Italo Brasileira, localizada na Vila Prudente, a única, em 1911, a apresentar vila de aluguel para seus operários.

De qualquer maneira, as vilas ocorreram irregular e esparsamente. A Cia. Antártica, na Moóca, Indústria de Calçados Clarck, também na Moóca, 1913; Fábrica de Ferro Esmaltado Silex, no Ipiranga em 1919; a Falchi, na Vila Guilherme; a Vila Maria Zélia, edificada pela Fábrica Santana, no Belenzinho em 1916, inicialmente de propriedade dos Street e depois dos Scarpa, a Votorantin, em Sorocaba e outras. A maioria dos "contemplados" eram mestres, contramestres, operários qualificados. Por exemplo, a Antártica oferecia casas para os "cervejeiros", operários especializados. A Clark, para os contramestres, incleses ou italianos considerados "habilíssimos" em seu ofício. Em outras, as casas eram oferecidas às famílias que possuiam mais de três membros trabalhando na fábrica (como é o caso da Vila Crespi). Além das casas, ainda havia nas suas

---

(83) Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, ano 1911 in N. Bonduki - op. cit. p. 96.

vizinhanças, equipamentos para educação e recreação no intuito de agradar e melhorar a convivência (84).

Os porões eram habitados pelos mesmos grupos de "miseráveis" habitantes dos cortiços:

> "Nós morávamos numa villa, era nossa família e outra, de conterâneos nossos, italianos, também, do Veneto, e tinha o porão - naquela época era uma família napolitana que morava no porão; sabe esse pessoal da Baixa Itália, eles não eram muito amigos das fábricas de tecidos, eram assim comerciantes, artistas, cantores, assim, gente mais nômade" (85).

Os aluguéis e ocupação dessas moradias variavam muito, desde cessão gratuita até aquelas em que os aluguéis eram iguais aos do mercado: "a empreza proprietária deste estabelecimento possui 60 casas, que são alugadas aos seus operários pelos preços correntes" (...) "o proprietário desta importante fábrica possui ... numerosas casas que são alugadas a operários com uma redução de 10% nos aluguéis" (86). Um Relatório reconhecia serem estas iniciativas isoladas e esparsas e "(os industriais) nenhum se fez com intuito humanitário ou altruísta" (87). Sendo essas vilas alugadas, não há ônus para a fábrica, pois muitas vezes descontam dos salários; representavam, pois, um investimento lucrativo.

A descrição muitas vezes feita por alguns autores

---

(84) "Impressões do Brasil no século XX - Sua história, seu povo, comércio, indústria e recursos", Londres, Lloyd's Greater Britain Publishing. Co. Ltda, 1913 p. 669 in M. A. G. Decca - A vida fora das fábricas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 59.

(85) Citado por Raquel Rolnik - op. cit. - p. 127.

(86) Condições de trabalho nas indústrias texteis no Estado de São Paulo - Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, ano I, nº 1 e 2, 4º trimestre - 1911 e 1º trimestre 1912 in N. Bonduki - op. cit. p. 97.

(87) Idem - p. 88.

de que nesta fase da industrialização fosse padrão as empresas oferecerem moradias (vilas) e seus operários, parece não proceder na cidade de São Paulo, ocorrendo sim em outras partes do país e mesmo no interior do Estado. O caso de Vila Zélia, tão citado como exemplo, é mais exceção do que a regra.

Essas vilas, como se disse, construídas em regiões vizinhas e áreas já ocupadas acabaram por definir certas "microzonas de urbanização" (88) - pontos extremos dos bairros operários (Brás, Moóca, Belenzinho, Vila Prudente, Barra Funda, Água Branca). Eram também, uma "microestrutura institucional" (89) onde o espaço de habitação operária é previamente determinado, como já era o espaço do trabalho na fábrica. Na edificação das vilas, o industrial projeta também um programa para a organização da vida cotidiana e dos tempos livres dos trabalhadores. O agenciamento espacial da vila de fábrica demonstra as intenções ideológicas da burguesia: a vila é um espaço para cada família, cuja divisão interna reflete a divisão das funções da casa burguesa (miniaturizada) já com predeterminação de espaços públicos específicos - igreja, escola, creche, campo de futebol, cujas atuações podem ser controladas pelo industrial. Um dos exemplos:

> "Após o trabalho é preciso recrear o espírito. Eis porque a companhia organizou uma boa fanfarra com trinta figuras, instrumental (...), fardamento (...) quinzenalmente deve dar retreta no pavilhão que enfeita o lindo jardim, bem como tocar nas festas religiosas (...) há uma sociedade de futebol (...) tendo o seu campo próprio. Organizam-se festas atraentes sob rigorosa fiscalização de seus criteriosos diretores.
>
> (...) O Reverendíssimo Sr. Capelão, como meio de

---

(88) A expressão é de R. Rolnik: "De como São Paulo (...)" op. cit. p. 122.

(89) Idem - ibdem.

> preservação às crianças que fazem a primeira comunhão, fundou a "Cruzada Eucarística" como ótimo resultado. É um meio eficaz de conservar as virtudes da pureza, da obediência, da docilidade, etc, nos corações das crianças que Nosso Senhor tanto ama. Crescendo dentro deste ambiente os meninos de hoje serão os honestos operários de amanhã" (90).

A imprensa anarquista muitas vezes denunciou esse projeto de vila-cidadela (um bairro completo) onde a vida do operário deve ser tão disciplinada dentro quanto fora da fábrica.

> "A fábrica Maria Zélia, a fim de que os negócios lhe corram bem com o auxílio de Deus e dos padres, possui uma capela onde se celebram funções funambulescas do ritual padrecal (...). Pois o tal papa hóstias (...) ministrou (...) comunhão geral às crianças operárias da escola que a Companhia de Juta sustenta à custa de seus empregados (...) a padrecada teve coragem de vomitar novas sandices contra a organização obreira e de aconselhar as crianças a frequentarem a igreja para viverem bem com Deus, os patrões e a polícia (...) (91). E ainda: "A Companhia de Juta construiu uma cidadela isolada inteiramente do convívio social e onde a vontade patronal, tendo por servidores seus capatazes e o padre da igreja da vila, impera de maneira absoluta" (92).

> "O que se passa na fábrica de S. Santidade o Sr. Street e os regulamentos que são impostos aos operários que têm a infelicidade de ali trabalhar são os motivos da atual greve. Os operários são obrigados a fazer parte do Centro Católico (...) são obrigados a tirar o chapéu e a se curvarem respeitosamente sendo forçados a se confessar aos domingos para melhorar suas condições 'espirituais' e se verem livres da 'praga' anarquista e dos 'espiritos maus'" (93).

A vila cidadela não foi um exemplo comum, mas demonstrou uma forma de dominação e controle bastante rígidos:

---

(90) Sociedade Anônima Scarpa, "Lembrança do Cotonifício Scarpa e de sua Organização Social na Villa Scarpa" - s.d. - in R. Rolnik - op. cit. p. 124.

(91) A Plebe, ano III, 5 de outubro de 1919 citada por R. Rolnik - op. cit. p. 124.

(92) A Plebe, ano III, 5 de outubro de 1919, citada por R. Rolnik - op. cit. p. 124.

(93) Idem, Ibidem, p. 126. As citações referem-se à Vila Maria Zélia, vila da Cia. de Juta, de propriedade de Jorge Street, posteriormente comprada por N. Scarpa que a batizou de Vila Scarpa.

obrigatoriedade de ser casado, ir à igreja, toques de recolher à noite, bailes vigiados. A própria cessão da casa era apresentada como vantagem e privilégio, merecido por comportamento exemplar na produção - produtividade, dedicação, pontualidade, submissão etc.

Dessa forma, a vila operária contrastava em muito com o cortiço. Este, habitado pelos trabalhadores não qualificados (alguns negros e mulatos) e pela chamada marginalidade (biscateiros, artistas, prostitutas, vagabundos) e por alguns desempregados, migrantes do sul da Itália, aparecia como na fronteira da clandestinidade, miséria perigosa. A vila não era para pobres trabalhadores.

A vila operária, pois é o contraponto, o outro extremo do cortiço, como vimos, é um espaço anárquico, já em si em grande contraste com o espaço da fábrica, que é um espaço rigorosamente disciplinado - sob a "vigilância despótica do capital", máquinas geometricamente ordenadas, organização racional tendo em vista a maior produtividade na lógica da produção. Cada operário no seu lugar, repetindo gestos mecânicos no trabalho coletivo heterônomo (94). O cortiço é, pois, um local de intensa vida social e em um espaço exíguo. Na proximidade dos cômodos - dormitórios, tal espaço é desordenado, indisciplinado, em um ajuntamento irregular. Há "desordem" nos espaços privados (em cada cômodo se realizam várias funções) e o espaço coletivo (páteos, corredores, tanques e equipamentos de lavagem de roupas, baheiro e cozinha). Misturem-se adultos, crianças, sexos, etnias (imigrantes recém chegados, negros,

---

(94) Muito se tem escrito sobre a rotina industrial. Sempre terá validade a leitura dos textos clássicos: capítulo XIII: Maquinaria a Grande Indústria, cap. XI e XII, do 1º volume de O Capital - Karl Marx, México FCE.

mulatos), profissões e ocupações. Há promiscuidade e "desorganização moral" - contraste com "o exemplo de asseio, ordem e disciplina representado pelas abelhas (...) é preciso cuidar da unidade urbana; a habitação, não já da habitação privada, mas daquelas onde se acumula a classe pobre, a estalagem onde pulula a população operária, o cortiço (...) onde as forças vivas do trabalho de ajuntam em desmedida, fustigadas pela dificuldade de viver numa quase promiscuidade que a economia lhes impõe, mas que a hygiene repelle (...) e "pedem (...) providências para demollir um cortiço (...) antro de sujeira e vagabundagem atormentando as famílias ... com gritos ensurdecedores e actos imorais" (95).

3.2.3- Habitações Burguesas e Contrastes

Ao contrário, o padrão de habitação burguesa nos bairros exclusivos da elite, é o palacete: edificação isolada no meio do lote, ou no mínimo com recuo lateral e circundada por jardins, fechados com muros, definindo a privacidade desse espaço. É comum nessas mansões, resquícios da ordem escravocrata como a moradia de empregados domésticos de "confiança", geralmente em edículas no fundo dos terrenos, ou porões. Alguns desses empregados, são ex-escravos, pretos ou mulatos. Os palacetes têm suas funções subdivididas pelos cômodos: entrada, sala de visitas, sala de jantar, quarto dos meninos, quarto do casal, escritório, despensa, cozinha etc. O espaço destinado à vida social é grande, embora ela não seja intensiva, mas existem lugares de "encontro" e os privativos.(96)

---

(95) Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia.

(96) Uma descrição completa dessa arquitetura, estilos, partidos e programas, encontra-se em Carlos Lemos: Alvenaria Burguesa, SP, Nobel, 1985. O autor trata também da questão da moradia popular.

A cidade "nova", ou seja, a cidade com base no café e indústria surgida ao limiar do século XX, era agora uma cidade de tijolos (assim como a cidade colonial havia sido construída de terra) com novos programas e partidos arquitetônicos (96). Um exemplo famoso é a vila Penteado, grande mansão situada em Higienópolis, bem em frente à casa de dona Veridiana Prado, e de propriedade do famoso industrial Antonio Alvares Penteado - da Cia. de Juta, com fábrica no Brás. O estilo fazia sucesso na Europa, e o arquiteto Carlos Ekman, executou-o em 1901 na belíssima vivenda - era o "art-nouveau" , privilegiando o espaço como tônica da composição arquitetônica (97).

Uma descrição da casa senhorial paulista do início do século, é trazida por Guilherme de Almeida, tão ilustrativa dos programas, hábitos e costumes da burguesia cafeeira. Falando da estranheza que um homem velho, maduro, sentia diante de novos estilos de vida (após a Primeira Guerra Mundial), compara, na qualidade de testemunha ocular, os dois estilos de viver, o antigo e o novo. O novo é representado pelo estrangeiro, pela cada estilo "home" de casalzinho anglo saxão, ou iankee, todo progressista "cheia de sol, claridade, higiêne", aproximadamente em 1942, data que pronunciou a conferência. O "velho", se refere à velha casa paulistana: (98).

> "(...) A casa ... Por que não? Ela é tudo na nossa existência. Nós somos feitos por ela, à sua imagem e semelhança (...) Você se lembra como eram as

---

(97) Muitos estudos foram feitos sobre o "art-nouveau" em São Paulo, incluindo Carlos Ekman e Victor Dubugras, arquiteto francês que foi professor da Politécnica - in Carlos Lemos - op. cit. p. 141.

(98) Guilherme de Almeida nasceu em Campinas, Estado de São Paulo em 1890 e faleceu em São Paulo em 1969. Citado por Carlos Lemos - op. cit. - pp. 80/81/82. O trecho reproduzido foi extraído da Revista do Arquivo Municipal (82), 1942 p. 177.

casas em que nós nascemos, crescemos e nos estragamos? (...) Aquelas casas que é melhor a gente chamar de "casarões" (...) a palavra dá bem idéia de um grande oco, de um vazio enorme, acústico, retumbante, onde tudo reboa forte e longo, ondula bambamente, repercute com estrondo em ressonâncias fundas ... Tudo: - a mão estranha que bate na porta a des horas; o degrau da escada que range; a madeira do guarda-roupa deserto que estala; o besouro que dá com a testa dura no vidro da janela de guilhotina ..." (...) "Ora, a casa paulista do meu tempo de menino era a fábrica do medo. Parece que tudo ali, era arranjado, combinado, com uma habilidade que seria perversa si não fosse inconsciente, para um fim único: apavorar".

"Lembre-se bem! Começava logo pelo jardim. Jardim? - Uma espécie de floresta virgem minúscula e artificial, ou de canteiro de túmulo, todo de folhagens escuras, molengas e grandes - acalifas e tinhorões - que gesticulavam, de noite, como inúmeras mãos contra a lua; e todo de flores sinistras de cemitério, com o tristíssimo simbolismo dos seus nomes, das suas formas e das suas cores: as 'saudades' roxas como ataúdes; as sempre-vivas secas como esqueletos; a flor-de maracujá" que tinha todos os emblemas dolorosos da Paixão de Cristo; as 'esporinhas' que a gente enfiava uma nas outras, qara fazer pequenas coroas de enterro; as 'bocas-de-leão', os 'beijos-de-frade' os cravos--de-defunto' ... "A gente atravessava esse jardim macabro para entrar no saguão frio, com vidros de cor nas bandeiras das portas altas e com a escadaria, ao fundo, complicada, tôrta e tôrva, de degraus gastos e rangentes, e balaustres encardidos, pintados a óleo: a escadaria, por onde se dizia que subiam os vultos, de noite, arrastando caudas brancas ou grilhões enferrujados ... "Pegada, estava a sala-de-visitas, sempre fechada, quasi inútil, própria para câmara-ardente nos casos de necessidade ... essas salas de móveis gordos, vestidos de brim branco, com creaturas, e que, com certeza, iam mover-se e andar sozinhos à meia-noite ... "Seguia-se a sala-de jantar (a 'varanda' paulista na, forrada de um papel ramalhudo de cores sombrias, com um sofá imenso - o sofá que pertenceu ao Fulano --- - em que a gente tinha medo de sentar-se; e, a um canto, uma cadeira de balanço ou uma rede branca como mortalha, que balanceavam por si mesmas, sem ninguém, certas noites ... "Depois, os corredores sem fim, de táboas largas e desconjuntadas feitos de propósito, para o grande desfile, o 'big parade' dos fantasmas; e onde todas as sombras eram longas e todos os passos sobrenaturais, e para o qual davam as portas, com uma alma-penada saindo de cada uma delas ... "Vem agora a cozinha, enorme e preta de fuligem, onde a negrada acocorada contava histórias tenebrosas, sob a telha-vá povoada de gambás e morcegos, e com um chão de alçapões que desciam para infernos ignorados.

> "Lá em cima, onde a escada acaba numa galeria sonora como um tubo acústico, estava o sótão atulhado de baús, canastras e cômodas velhas, que deixaram da família mortas há muito tempo ... "Os quartos ... Ah! os quartos! as alcovas! Era aí que morava a insônia. Era aí o 'sabbat', o 'rendez-vous' das sombras ruins em torno da cama triste, com o seu pobre fardo trêmulo, sempre ao alcance de uma longa mão gelada que vinha puxar o pé das criancinhas. Contra a parede, uma cômoda amarela. E a lamparina-de-azeite em frente ao oratório. A célebre lamparina: A geradora de todos os nossos sustos, de todos os nossos arrepios noturnos. O célebre oratório: não laqueado, claro e fresquinho; mas pesado, escuro, de pau-santo ; não com a infantilidade cor-de-rosa, lira e feliz do Menino Jesus ou dos Anjos de olhos azues; mas com a dor infinita do Senhor dos Passos, vestido de roxo, com cabelos de verdade ... "A luz pequena, lúgubre e dansante da lamparina - criando monstros de sombra, que oscilavam no teto, que escorriam das paredes de cal e povoavam de aparições más a noite inofensiva - acendia também no oratório os olhos de esmalte dos santos sinistros que ficavam espiando, espiando a gente ...

> "Quando alguém passava, de chinelos, pelo corredor, levando uma vela acesa na mão, a bandeira da porta pintava no ar um quadro de luz, deformado , que esvoaçava pelo quarto ... "Nessa casa, eu ouvi, você ouviu, todos nós ouvimos todas as causas medonhas que toda uma geração foi capaz de inventar contra os seus filhos. "Entre as suas paredes grossas, de taipa, timpânicas, retumbaram como defuntos caindo em tumbas, todas as superstições e todos os terrores de um velho São Paulo de escravidão e candieiros de querozene" (99).

Essa descrição é bastante contrastante com a que se seguirá, desta vez sobre o ambiente do cortiço, da Rua Caetano Pinto,no Brás[100].

> "Rua Caetano Pinto, 128 (...) em quinze minutos vencia a Celso Garcia, a Rangel Pestana, o Largo da Concórdia, a porteira da ferrovia (...) pôde ver a chapinha 128 cravada entre dois arcos paralelos sustentados por um pesado portão de ferro (...). O portão conduzia a um cortiço longo e tortuoso que recuava labirinticamente até que seus extremos se perdessem na escuridão da noite (...). Durante algum tempo andaram ao longo de um corredor pavimentado de lages desiguais, contido entre um paredão gasto e uma infinidade de casas imprensadas entre si. Por vezes o estreito caminho se amplificava inesperadamente obrigando a linha do casario a

---

(99) Guilherme de Almeida, in Carlos Lemos - op. cit. pp. 82-83.

(100) Cecílio Carneiro: Brás. São Paulo, Ed. Bartyra, 1956, pp. 10.

> desviar-se para contornar o patio improvisado. O corredor prometia findar-se defronte a uma espécie de garagem que funcionava como depósito de carvão; sucedia, porém, que aí se quebrava o ângulo reto e, serpeando por entre paredes e escadarias surgidas de outras casas, descrevia novo trajeto, até que, concluída uma volta, retomasse a direção primitiva e alcançasse as habitações do quarteirão paralelo. A casa que se supunha a última nunca o era, porque sempre anunciava outras. E o novato que procurasse uma saída acabava sempre conduzido novamente ao portão de entrada. Em algumas casas havia luz fugindo pelas frestas e caixilhos das portas fechadas (...) nem todos dormiam, apesar da noite ir avançada (...) a espanhola (...) ainda fritava carnes para cear sozinha, de volta de sua vida noturna, sabe Deus em que lugares da cidade ? (...) (...) uma das casas, que por ser mais larga na base do que no teto fazia jurar que as da vizinhança, ávidas de espaço exercessem pressão lateral para o disputarem (...). (...) A luz fez destacar o pobre mobiliário da saleta, composto de um guarda-louça antigo e pesadão, mesa redonda, sofá e cadeiras de palhinha. Toalhas de crochê, almofadas bordadas, vasos pintados, estatuetas de barro colorido, louças douradas, flores artificiais, fotos de astros da tela e de ídolos do mundo esportivo davam ao aposentado um quê de jactancioso, emprestando-lhes bizarrices de um bazar de novidades. Quam não via naquele ordinário engalanamento a aspiração secreta por um luxo inconquistável, a rebeldia contra a pobreza e trivialidade do ambiente pululante de ambiciosos? (...) (Ao despertar do cortiço) pressentiu o andar do coxo Cezarino, mendigo acostumado a sair desde cedo para seu degradante mister nas ruas. Passaram outros a quem reconheceu, um a um, pelo andar característico: a operária Alda Amato, com seus passinhos de salto alto, o carvoeiro Abilio, gemendo ao peso de seu inseparável saco de carvão; o jovem Zuzepe, doutorando em medicina, correndo para alcançar o horário das aulas; a gurizada que ia ao Grupo atropeladamente; o preto Anselmo, servente do Grupo (...) (...) a quitandeira Dudge, uma gorda apoplética incapaz de pronunciar "duzia" quando vendia bananas ao povo: "Due cruzere de dudge" (...)não fez caso de suas praças napolitanas (...) nada viu no caminho, não obstante adivinhasse inúmeros olhos espreitando pelas frestas e vidraças" (101).

Outra descrição desse ambiente tão pouco privativo em que residiam tantas pessoas heterogêneas é dada pela escritora Zelia Gattai, também sobre a rua Caetano Pinto e o Bexiga. Deixamos que esses depoimentos de moradores da velha

(101) Cecílio J. Carneiro: Brás - op. cit. pp. 10/19.

São Paulo fala por si mesmo[102]:

"Eram necessárias duas conduções de nossa casa (à alameda Santos) à casa da Tia Margarida, no Brás. Um hora de viagem, daí para mais (...) o itinetário escolhido por dona Angelina (mãe da autora) era sempre o mesmo: tomava o bonde na esquina da Avenida Paulista com Consolação, saltava na Praça do Patriarca. Por duzentos réis, podia-se ir a casa até a rua Quinze de Novembro onde havia conexão par o Brás. Mamãe não aproveitava o percurso todo a que tinha direito, preferia saltar antes. Atravessáva a rua Direita inteirinha a pé, vendo vitrinas (...) a parte do passeio que mais gostava. Na rua Direita estavam instaladas as grandes lojas da cidade. Começava pelo "Mappin Store", na Praça do Patriarca, depois a "Casa Alemã", depois ... e depois de muitas lojas bonitas chegava a nossa preferida: a "Loja Ceylão". Sortida de flores e frutos artificiais, lanternas de papel colorido, cestos de todos formatos, uma beleza! (...)" (103).

Até Dona Angelina, sempre tão liberal, tinha preconceitos contra a Caetano Pinto e o Bexiga !

"Devido a seus cortiços famosos, a Rua Caetano Pinto, no Brás, afastava de suas calçadas moradores de outras ruas. Mal afamada pelas brigas e bafafás diários, tornara-se tabu, habitada sobretudo por italianos do Sul da Itália - calabreses principalmente - vindos à procura de fortuna no Brasil. Sobre ela contavam-se coisas do arco da velha, histórias mirabolantes! Talvez exagerassem, não sei, pois nunca tive a ventura de pisar naquelas calçadas proibidas. Passei a admirar seus moradores desde que soube tinham eles destruído uma carrocinha de cachorro, pondo os laçadores a correr debaixo de tabefes e pontapés. Nunca Mais voltaram. Polícia não circulava na Caetano Pinto, os habitantes faziam as próprias leis. Não havia soldado que por ali se aventurasse". "População extremamente religiosa, profundamente patriota, de sangue quente. Comprava barulho por um dá cá aquela Palha mas, ao mesmo tempo, era terna e alegre."As mulheres tinham fama de valentes, discutiam de janela a janela, batiam nos filhos, à moda italiana: violentos tapas na cara". "Havia curiosa emulação entre as vizinhanças da Caetano Pinto: quem conseguiria fazer luzir mais suas panelas? Consumiam mãos e unhas na poderosa mistura de cinza e areia com que esfregavam as peças, mas sentiam-se recompensadas.

---

(102) Zélia Gattai: Anarquistas graças a Deus, Rio de Janeiro, ed. Record, 1980.

(103) Zélia Gattai: Anarquistas graças a Deus, Rio de Janeiro, ed. Record, 1980 p. 110.

Em torno dos caixilhos das janelas, permaneciam pendu radas, em exposição, brilhando, ofuscandoa vista dos passantes, panelas e frigideiras, caldeirões e caçarolas, de todos os tamanhos e formatos, motivo de elogios e glória para suas proprietárias, enchendo-as de orgulho e vaidade". "Dos fogareiros a carvão, colocados nas calçadas, as panelas fumegantes desprendiam aroma de molhos e de guisados, que entrava pelas narinas dos passantes, despertando apetite". "Aos domingos, não havia tráfego de automóveis pela rua. Os homens não trabalhavam, a maioria ocupava a pista de paralelepípedos, jogando bocha e malha. Outros preferiam a "morra" era um jogo que eu conhecia de perto, pois nossos vizinhos calabreses e napolitanos também gostavam dele. REuniam-se na venda de seu Donato, na Consolação, importador de iguarias italianas, que lhes fornecia, além de local para divertimento, um vinho calabrês, forte de cor e de gosto, queijos e linguiça picante, cebola e pão caseiro, que os contendores devoravam enquanto a curiosa disputa perdurava. Dois adversários de cada vez, apostavam, as mãos fechadas abrindo-se de repente, apontavam alguns dedos - ou nenhum - ao mesmo tempo que gritavam a soma. O que acertasse o número de dedos estirados era o vencedor: "due! cínque! quáttro ! ... A maior graça do jogo consistia no fato dos números serem gritados a plenos pulmões, ouvidos a léguas de distância".

"Devotos de Nossa Senhora da Achiropita e de Nossa Senhora da Ripalta, padroeira do Sul e Norte da Calábria, frequentavam a Igreja da Achiropita, que os próprios imigrantes, os "capomastri" - mestres pedreiros, arquitetos improvisados - construiram no Bexiga, bairro habitado também por italianos do Sul". "O Bexiga, amplo e populoso, era igualmente pitoresco. Seus habitantes, como os da Caetano Pinto, conservaram seus costumes e faziam suas leis. Moradores de outros bairros dificilmente frequentavam o Bexiga, considerado um reduto de gente atrasada, perigosa, de sangue esquentado. Provavelmente havia certo exagero no julgamento". "Extremamente religiosos, respeitavam as datas de seus santos preferidos, festejando-os com procissões e foguetes, enfeitando as ruas com flores e bandeirolas coloridas, de papel de seda. São Genaro era o santo de devoção maior dos napolitanos , bastante numerosos no Bexiga. Reverenciavam também a imagem de São Vito Mártire, na pequena Igreja de Nossa Senhora de Casaluce - a Madona Nera - no Brás, igualmente construída pelos dedicados artesãos. Napolitanos e calabreses, nossos vizinhos na Alameda Santos frequentavam essas igrejas, acompanhavam as procissões que eram o ponto alto dos folguedos das moças que deles participavam em companhia dos pais" (104).

---

(104) Zélia Gattai - op. cit. - pp. 81/85.

Eis aí, pois, detalhes dos bairros operários, em especial, o espaço de moradia dos trabalhadores pobres.

3.2.4- Conjuntos Habitacionais e o Mutualismo

Mas se o cortiço e a habitação burguesa representavam pontos extremos da escala social da época, como vimos, a vila cidadela significava outro expediente, embora muito pouco expressivo quantitativamente. Contudo, existiu outra modalidade de habitação popular, muito mais frequente que as vilas operárias construídas pelas indústrias. Tratava-se de conjuntos habitacionais de casas unifamiliares, construídas por empresas imobiliárias, por sociedades mutuárias, para serem alugadas a operários e para a classe média. Essas unidades ainda existem. construídas em série, uniformes, desde pequenos grupos de duas a seis casas ge minadas, nos bairros do Brás, Moóca, Belenzinho, Luz, Lapa, Bom Retiro, Cambuci e outros. Algumas delas ultrapassam cem habitações.

Essas devem ser as "vilas" tão citadas pela imprensa, técnicos de órgãos públicos e pela legislação urbana e não as construídas pelos industriais. É certo que seus moradores eram os setores melhor remunerados da classe trabalhadora e da classe média, tanto os operários qualificados como pequenos comerciantes, funcionários públicos etc.

São vários os exemplos, mas um dos mais citados é o da Vila Economizadora Paulista, sociedade mutuária fundada em 1907 e que construiu a primeira vila na Rua São Caetano, entre a Rua da Cantareira e a Avenida do Estado, limitando-se com a estrada Inglesa - SPR, o rio Tamanduateí e a linha férrea

da Cantareira. A vila construída entre 1908 e 1910 era constituída de cento e quarenta e sete casas de vários tipos e tamanos. Outras companhias e sociedades mutualistas foram criadas na época como a Previdência, Caixa Mútua de Pensões Vitalícias, Cooperativa Construtora Predial, Mútua do Brasil, União Mútua. Essas sociedades construiam para aluguel, beneficiando-se de isenções fiscais.

Outras vilas Economizadoras foram implantadas, no Cambuci e em Perdizes. Também este negócio era altamente lucrativo, pois adquiriam terrenos em lugares afastados do centro, por preços irrisórios e alugavam com lucros (105).

De qualquer modo, a casa alugada é a forma de moradia que prevalece entre os operários das primeiras décadas do século XX: se melhor remunerados, na vila operária, ou na casa unifamiliar dos conjuntos; se mal remunerado, o cômodo do cortiço.

Em 1920, mais de 80% das edificações existentes eram ocupadas por inquilinos e apenas 19% pelos seus proprietários (106).

O aluguel se constituía excelente forma de investimento e remuneração do capital empregado. Garantia juros relativamente altos, além de proporcionar a valorização imobiliária. Os cortiços também apresentavam alta lucratividade, em relação ao capital aplicado.

Havia investidores privados, pequenos capitais comerciais, outros industriais, que investiam no setor imobiliário;

---

(105) Nabil Bonduki - op. cit. - p. 100.

(106) Nabil Bonduki - op. cit. - p. 100.

em suma, na conjuntura dos inícios do século XX, como se sabe, a economia cafeeira ainda comandava as expansões e retratações da economia enquanto complexo cafeeiro, e como tal, permitia o surgimento de pequenos e médios investidores, bem como de uma classe média com certa capacidade de poupança. A acumulação de capital industrial permitia aos proprietários que se tornassem potencialmente investidores na produação de habitações.

Os proprietários de cortiços variavam de grandes a pequenos, pois os imóveis também diferiam entre si quanto ao porte e localização. Mas todos geravam lucros.

3.2.5- Outras Soluções

Por outro lado, a partir de 1912, são numerosos os loteamentos para quem conseguisse adquirir terreno em áreas recem abertas e construísse sua casa, por etapas (auto construção) nos arrabaldes da cidade (Lapa, Freguesia do Ó, São Bernardo, Penha): "Terrenos em lotes na Lapa - Pagamento a prestação. Próprios para edificação de fábricas, vilas e casas operárias. Lotes na Terceira Parada (Belém) - preços módicos 4 a 5$000 o m^2"(107).

Tais loteamentos eram adquiridos por empreendedores para construção de vilas ou cortiços, ou os lotes, a trablahadores que por autoconstrução ou mesmo mão de obra paga, edificavam sua casa própria. A prestação de 45$ correspondia às vezes, ao aluguel de uma casinha ou cômodo e cozinha.

---

(107) Jornal O Estado de São Paulo - 13/05/1912, in Raquel Rolnick - op. cit. - p. 127.

Muitos desses proprietários alugavam parte de sua casa para diminuir a prestação para amortização da dívida. Assim, a cohabitação existia em vários tipos de habitação popular, não apenas nos cortiços do Brás, Bexiga e Bom Retiro. E muitos desses moradores acabaram se tornando investidores no ramo da moradia loletiva, reproduzindo o adensamento da habitações até nesses arredores da cidade. TAmbém havia intenções especulativas na abertura dos loteamentos, além de continuar existindo uma segregação entre sítios altos, secos e salubres, e as áreas baixas, várzeas inundáveis. É assim, por exemplo, a distinção entre Alto e Baixo da Lapa, Ipiranga, Alto/Ipiranga, Moóca/Alto da Moóca, nessas zonas altas, vê-se algum palacete (no Ipiranga, o de Jafet, por exemplo), e nas baixas, as vilas, casinhas, cortiços e fábricas.

O aspecto de especulação imobiliária estava presente com a abertura de loteamento distante, quase na zona rural e expectativa da implantação de melhoramentos públicos, o que seria certa valorização dos terrenos, servindo de chamariz para os anúncios:

"Terrenos - aviso a todos que desejarem adquirir nessa Villa que os preços de reclames vão terminar logo em virtude das grandes vendas que tenho feito e dos melhoramentos que existem nessa villa: muitas construções, abertura de uma grande avenida e com melhoramentos que a prefeitura está mandando fazer na via que liga a avenida Celso Garcia à Villa Gomes Cardin.

Transporte - bonde Penha - desce na Rua Antonio Barros - esquina com Celso Garcia" (108).

---

(108) O Estado de São Paulo - 20/07/1917 in R. Rolnik - op. cit. - p. 128.

Ainda é oportuno afirmar que existia grande relação entre ação especulativa e política de investimentos públicos, visível nas propostas de grandes reformas urbanas, como o Plano Melhoramentos de São Paulo elaborado durante a gestão do Prefeito Raymundo Duprat (1911-1914). Através de créditos fornecidos pelo governo Estadual, esse plano, redesenhado por Bouvard (que havia participado do plano da cidade de Paris), propunha a demolição de vários quarteirões do centro da cidade para o alargamento de ruas e construção de praças (principalmente rua Líbero Badaró, rua Marechal Deodoro, rua Boa Vista, Largo do Palácio, Largo do Piques e Rua Direita). Alguns desses locais eram de alta concentração de cortiços (áreas vizinhas à Catedral da Sé), outras zonas de prostituição (a rua Líbero Badaró era de alta prostituição e a ladeira do Piques, o bas-fond da cidade) zonas de mercado com frequência de mendigos e marginais (largo Municipal, da Quitanda, rua do Comércio) (109).

"A palavra de ordem era embelezar e sanear, com os jeitos e os cheiros dos perfumes de Paris" (110). É claro que nesse contexto, houve uma elevação dos preços de terrenos, provocada por essa intervenção a ponto de tornar aguda a crise já existente, composta de desemprego/carestia/inflação.

O jornal La Battaglia, onde se escrevia em italiano, trazia o seguinte depoimento de Gigi Damiani (italiano imigrante e militante anarquista).

> "Um belo dia, dez ou doze bandidos imbuídos do amor à pátria resolveram que São Paulo não tinha o aspecto de cidade moderna e que lhes estava

---

(109) R. Rolnik. op. cit. - p. 129.

(110) R. Rolnik - op. cit. - p. 129.

> faltando dinheiro para as prostitutas e o jogo (...). Do militar Fanfulla ao policialesco Platea do acomodado O Estado de São Paulo, ao órgão da capa dourada Correio Paulistano sairam gritos pelo embelezamento, pelo saneamento da cidade (...) Alargue-se a city! Queremos teatros como Paris, Jardins como Berlim, igrejas como Roma! E vejam só! Os pardieiros derrubados, os barracos jogados fora, os terrenos desapropriados, tudo que deveria ser embelezado ou destruído, nivelado ou reconstruído, tudo era propriedade do bando ... E quem recebia as enormes e inverossímeis somas das indenizações pela desapropriação eram membros do bando ... Nativos ou estrangeiros, eram eles, sempre eles, os componentes da alta máfia". Era preciso, no entanto, de qualquer maneira justificar a incrível exploração do povo e assim começavam a ser valorizados os decadentes tugúrios da redondeza, aumentando-se seus aluguéis a custo mesmo de vê-los por alguns meses desabitados. Isso produziu um princípio de êxodo do centro para a periferia, na procura de novos domicílios mais baratos ... foi esse o sinal do assalto geral ao magro dinheiro do inquilino: vertiginosamente os aluguéis aumentavam até 200%. Quem antes alugava por 20$000 réis não o fazia mais nem por 100$000 réis!" (111).

Dessa maneira, a situação de moradia, a proximidade do mesmo grupo étnico no mesmo espaço, a concentração de operários, as idéias anarquistas e socialistas trazidas com os imigrantes, a língua, os hábitos, tudo levou a que o componente espacial influísse também nos movimentos operários.

3.3- Movimentos operários e movimentos urbanos: a luta pelo espaço, pela moradia e luta operária. As greves e a imprensa operária

Já em 1890 o escritor naturalista Aloízio de Azevedo escrevera O Cortiço, dedicado à vida dos habitantes desses "formigueiros humanos" no Rio de Janeiro. Essa obra, de certa forma, foi precursora da importância social que a

(111) R. Rolnik - op. cit. - pp/129/130.

moradia coletiva teria na vida do trabalhador urbano no Brasil, contando tanto na história das lutas sociais neste país. Além disso, os bairros operários acabaram por "aglomerar" os trabalhadores, em uma concentração geográfica que teria consequências para a organização de seus interesses. Além dos cortiços, moravam nas vilas operárias e habitações alugadas, próximas ao parque fabril. Como vimos, em São Paulo, os bairros operários (e industriais) se instalaram quase em semi-circulo em volta da colina central da cidade, na qual se implantaram o centro comercial e os bairros burgueses (Higienópolis, Jardins). Desenvolvem-se, pois, nesse ambiente de segregação geográfica e sócio-cultural, relações e laços intensos de solidariedade de classe entre os trabalhadores e a vida nesses bairros acabou tornando-se característica e própria, o que soava como ameaça à burguesia. Assim, a luta de classes dava-se também nesse contexto da geografia urbana (112).

Na história das relações de trabalho industrial e movimento operário (113), sempre consta o aspecto imediato e concreto da base espacial da luta:

> "Além disso, os bairros operários chegaram a constituir, em certos casos, uma espécie de "fortaleza". Isso se revelava nos momentos da greve, durante a formação de piquetes nas portas das fábricas (...) havia essa outra proximidade "perigosa": os bairros proletários e fabris eram os mesmos, as moradias onde se concentravam os trabalhadores eram vizinhas das fábricas (...) além de estarem colocados

---

(112) Muitos estudos sobre os chamados movimentos urbanos, nos inícios de 1980, enfatizam a importância dessas manifestações espaciais na luta de classes. Sem querer entrar nessa polêmica discussão convém aqui destacar o peso dos componente "habitação coletiva-bairro operário-cultura italiana" nos movimentos políticos da segunda década do século XX em São Paulo. Os autores todos acentuam esses fatores nas greves de 1917, e o Brás foi palco de acontecimentos importantes.

(113) Hardmann,Francisco Foot e Leonardi,Victor: História da Indústria e do Trabalho no Brasil, SP, Global ed., 1982, p. 196.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO BIBLIOTECA MONSEÑOR PAULO

> no espaço, frente a frente, os operários e as fábricas, havia um outro aspecto que dava aos bairros de trabalhadores a função de "fortaleza": o fato de serem esconderijos seguros, nas perseguições e batidas policiais. Além da concentração operária, o próprio aspecto tortuoso e labiríntico das habitações coletivas de massa (era o caso típico dos cortiços paulistanos ...) dificultava a penetração de (peixe) estranho, facilitando a mobilidade e mobilização por parte das famílias proletárias".

Note-se pois, que o bairro do Brás se configurava com certa individualização em termos funcionais, ocm relativa autonomia diante no "centro". Um conjunto de circunstâncias, desde as que se referem ao baixo relevo de sua localização , até aquelas que se relacionam à cultura comum dos imigrantes--italianos, às formas de moradia próximas às fábricas, tudo contribuiu para que os habitantes sentissem fortemente sua identidade de moradotes daquele bairro. Esses vínculos, contudo, são difíceis de serem compreendidos, em sua força e em seus limites, porque se trata de um conjunto de manifestações que abrangem desde o "cotidiano" até as lutas operárias propriamente ditas, o enfrentamento com o capital, como greves etc.

Sobre esse "sentimento comunitário" (114), é possível que ele se radique mais profundamente no enfrentamento do cotidiano: do bonde congestionado, na discriminação que sofre o bairro, do emprego, do aluguel alto, os moradores do Brás soldavam esse sentimento nessa comunidade da língua e de costumes, mais do que diferenças regionais e nacionais poderiam dividir. Também havia certo orgulho na constituição de uma nova classe social: o proletariado urbano e ele estava

---

(114) No sentido de sentimento de pertinência a um conjunto determinado de identidade de grupo - étnico e social - "operário" e "morador do Brás" - "italiano pobre" e assim por diante.

enlaçado a um bairro: o bairro operário do Brás [115].

Esse sentimento de identidade, que ao mesmo tempo se relaciona com a "consciência do lugar", do "espaço, envolve uma complexa discussão. Um dos aspectos que é oportuno registrar é de que a história da classe operária foi imbuída, por vezes, de um certo reducionismo que levava em conta só o movimento sindical ou a política operária. Tomando em consideração apenas os militantes do movimento operário, seus líderes, acabou-se esquecendo da classe como um todo, perdendo-se a história dos trabalhadores, suas experiências concretas de existência; assim, a luta de classes passou a ser cada vez mais um conceito abstrato e formal, "desencarnado da vida dos trabalhadores e ritualisticamente localizado, quando muito, na estrutura econômica" [116].

Tentando abranger uma ampla concepção da classe operária, deve-se abarcar seu modo de vida em suas práticas cotidianas, "captando a complexidade de sua expressão na sociedade"[117]. Uma teia de relações com a profissão, com a indústria, com as condições de vida (habitação, bairro, vizinhança) — um sistema de relações ligadas à pertinência a determinado grupo social, à condição operária.

Concordando com E.P. Thompson[118], Pinheiro e Hall afirmam que a classe é uma categoria histórica, que se define

---

(115) André R. Martin - op. cit. - discute esse aspecto ao tratar a deterioração do bairro do Brás e seu passado histórico. pp. 73 e seguintes.

(116) Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall: A classe operária no Brasil, condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado - 1889-1930, SP, Brasiliense, 1981, p.9.

(117) Idem - ibidem.

(118) E.P. Thompson: "Eighteenth-Century English Society: Class Struggle Without Class?" Social History, vol. 3, nº 2, maio, 1978, p. 150.

pela maneira pela qual os homens vivem sua própria história. Na vida concreta os trabalhadores experimentam a exploração e nela identificam os pontos de interesse antagônico e suas formas de realização. Nesse contexto de luta emergem a classe e a consciência de classe. Assim, o conhecimento da situação concreta de classe é fundamental para evitar-se reducionismos e simplificações em um modelo abstrato da luta de classes.

Fazer uma história do movimento operário apenas sindical, é prestar-se a interpretações corporativistas. Por outro lado, fazer dela uma história de partido político, é também fragmentá-la. Deve-se acompanhar, portanto, como essenciais, as relações de produção na fábrica, mas igualmente é importante conhecer sua "habitação, os bairros operários, o orçamento das famílias, as atividades culturais, custo de vida"(119). Considerar o movimento operário da República Velha em São Paulo, como apático, desorganizado, "infantil" é menosprezar fatos significativos desse momento histórico: o medo, a revolta, a resignação e a importância desses fatos na época.

Como diz M. Perrot(120), falando sobre o operário na França e parafraseando M. Verret,

> "os operários atribuem mais valor à moradia do que à cidade(...) das moradias eles se servem, e muito, da cidade pouco, pouquíssimo tempo,longe demais, não é para eles. Mas quando vão até ela, é para se reunir (...) ao subtrair seu espaço doméstico ao olhar patronal, o operário abre para si um campo de liberdade tão precioso que ele se dispõe a pagá-lo ao preço da distância e fadiga(...) estar entre paredes dos outros e, em sua casa,poder ser ele mesmo".

Mas Perrot diverge desse diagnóstico no que se refere ao operário do século XIX, tão próximo ao nosso operário das primei

---

(119) P.S. Pinheiro e M.Hall - op. cit. p. 12

(120) Michele Perrot: Os excluídos da História, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p.101 e seguintes.

ras décadas deste século: nossos trabalhadores reivindicavam o direito à cidade, o espaço para viver! "Aceitavam" as condições habitacionais (especialmente a densidade populacional e o desconforto que assombravam os higienistas, filantropos), as campanhas contra os cortiços não partiam deles próprios — seus "desejos" e "medos" também eram fruto de um sistema de relações sociais vigentes. Mas o operário reclamava do aluguel (da carestia, do peso que representava no orçamento) não tanto da qualidade de moradia em si. Querem pagar o mínimo possível para morar(121).

No caso paulistano, caberia estudar o peso que as "lutas urbanas" teriam desempenhado no processo de formação e consciência operárias e qual o peso que o Brás representou nesse contexto. Embora isso não seja feito de forma exaustiva, pode-se captar momentos exemplares e indicativos nessa direção. Até 1920, o Brás é sem dúvida, o epicentro do movimento operário em São Paulo(122). Ele se tornou um palco de lutas, pois além da concentração de operários e fábricas, também reunia sedes de sindicatos e centros de "cultura operária" e debates políticos.

---

(121) M. Perrot - op. cit. - Cita esta autora que o aluguel está nas origens da Comuna de Paris. A alta dos aluguéis provocava tanto descontentamento, a partir de 1867, que o primeiro ato do governo republicano de Defesa Nacional proclamado em 4 de setembro de 1870, foi instaurar uma moratória dos aluguéis. Um dos primeiros atos da Comuna foi promulgar a moratória. Verificar K. Marx: A Guerra Civil na França, Introdução de F. Engels, em Textos, São Paulo, Ed. Sociais, 1975, p. 161.

(122) Paula Beiguelman - op. cit. - B. Fausto - op. cit. e outros.

3.3.1. As lutas por moradia

A luta pela moradia (movimento contra a carestia do aluguel) é um dos primeiros pontos a ser comentado. Liderado por um grupo de anarquistas surgiu um movimento popular contra a carestia de vida, agravada pelo contexto de crise/desemprego, alta dos preços de terrenos etc.

Desde 1907 havia surgido no Rio de Janeiro um movimento que tentava organizar politicamente uma "Liga dos Inquilinos". Tinha como propósito central a reivindicação da redução nos preços dos aluguéis das casas e como modo de ação o comício/denúncia e até o boicote parcial ou total do pagamento dos aluguéis devidos — greve de inquilinos.

Dois movimentos urbanos emergem da conjuntura do ano de 1912 que marcam o processo de acumulação industrial,com suas crises,e que alteram o panorama da produção e consumo, do trabalho e do salário. Nesse ano marcou-se a retomada do crescimento da indústria, em que determinados ramos vão demandar emprego qualificado e oferecer melhores salários.Em outros ramos, há desemprego. Assim, um dos movimentos surgidos será o reavivamento da Liga dos Inquilinos de 1907 e outro será a criação de um Comitê de agitação contra a alta do custo de vida.

O jornal La Battaglia (10/2/1912) trazia um artigo assinado por Angelo Bandoni: "Scendiamo in Piazza" - ou seja - "Tomemos a Praça", ou seja, "ocupar áreas de uso social diferenciado do espaço operário, ganhar as ruas!" Segundo o articulista, eram cinquenta mil famílias que tinham o mesmo problema de altos aluguéis para casas insalubres. O campo de batalha seria a Praça e o exército seria o "Exército Locatário". Falava ainda da existência de uma elite operária italiana e a

necessidade de romper a dominação interna exercida por este segmento do operariado.

Esse artigo revelava ainda clareza por parte de seu signatário de que a cidade está dividida e qual o "lugar" de moradia dos operários, daí que essa geografia social sugere a estruturação do movimento em subcomitês que "residam" perto dos locatários.

Várias organizações davam suporte aos movimentos: Centro Libertário - União dos Canteiros, Centro Libertário Guerra Social, União dos Pedreiros e Serventes, Sindicato dos Sapateiros, Grupos Libertários "Aurora e Libertas"(123).

Note-se que muitos desses grupos eram formados por trabalhadores que eram eles próprios os construtores da cidade: pedreiros, serventes, canteiros, e a questão da terra já era apontada politicamente.

Em São Paulo, o acender-se foi em abril de 1912, quando um panfleto denunciava o projeto de reforma urbana e a artificial alta nos preços dos terrenos como ocasionadores da elevação dos aluguéis. Propunha-se a realização de uma série de comícios e a formação de uma Liga Popular contra a Carestia da Vida, bem como sub-comitês "pelos arrabaldes, agitação que chamará a atenção das autoridades competentes"(124) Esta era a proposta anarquista e que vigorou, feita em comício de cinco mil pessoas por Edgard Leuenroth. Os socialistas haviam feito a proposta - que perdeu - a formação de uma comissão para ir à Câmara Municipal e dela obter compromisso para conce-

---

(123) Eva Blay - op. cit. p. 135 e 136.

(124) R. Rolnik - op. cit. - citando o jornal A Lanterna (11/05/1912). Esta autora afirma poder ser reconstituído o movimento através dos jornais A Lanterna e La Battaglia, nos meses de abril e maio de 1912.

der vantagens e abrirem concorrência pública para a construção de moradias populares.

Note-se que a base espacial dessa luta era evidente, não só por causa do motivo da organização (pela moradia) como no estabelecimento de subcomitês pelos "arrabaldes", garantindo sua propagação na capital e o uso da praça como área de luta.

Durante os meses de maio e junto são realizados os comícios e retomados em março de 1913, especialmente nos bairros de concentração popular, como é o caso do Brás e também do Bom Retiro, Barra Funda, Lapa, Ipiranga, Belenzinho, Móoca, Bexiga e Cambuci. Esses comícios realizavam-se em praças e ruas com uso já consagrado para isso ou "em salões de sociedades - círculos de estudos anarquistas, escolas modernas ou até sociedades dançantes"(125).

Esses comícios se multiplicam e crescem até que em 1913, a 20 de abril, quando um enorme comício estava programado para o Largo de São Francisco (centro) alimentado com passeatas, formadas por homens, mulheres e crianças pobremente vestidos, descalços, "em farrapos", vindas dos bairros, a polícia usou um forte esquema de repressão, ocupando a cidade com cavalaria e infantaria armadas. Não se realizou o grande comício, foram feitas prisões e alguns manifestantes sairam feridos, apesar de terem ocorrido comícios relâmpagos em pontos esparsos.

O movimento seria retomado em 1914, fevereiro, e em agosto está constituído o "Comitê Proletário de Defesa Popular", cujo programa trazia reivindicações de além do "pagamento de

---

(125) R. Rolnik - op. cit. p. 131.

salários atrasados", baixa dos preços dos gêneros alimentícios, criação de uma liga para sustentação a roubos e eventuais saques, "50% de redução nos preços dos aluguéis, contra o despejo por falta de pagamento"(126). (Grifos nossos).

A classe patronal havia criado a entidade "Comitê de Socorros", com apoio da grande imprensa, com o objetivo de coletar verbas - caridade pública - para os desempregados, desabrigados e famintos. Este comitê contava com o apoio da Liga Democracia - frente socialista.

Depois de deportações de anarquistas e novas prisões, o movimento entra novamente em refluxo. Ele viria a recrudescer apenas em outubro de 1919, quando da nova alta de preços de aluguel (e do custo de vida) e durante os comícios contra a construção da nova Catedral da Sé, houve agitação de inquilinos. Em julho de 1920, reativa-se a Liga dos Inquilinos, com a proposta de greve do inquilinato, promovendo comícios até o final desse ano, quando novamente desapareceria.

> "Ao Povo:
> Perante a exploração ignóbil (...) perante o aumento assustador, sempre crescente dos aluguéis das casas, pedimos ao povo e ao operariado em geral como também a todos que pagam aluguéis a comparecer às reuniões que se estão realizando por toda a cidade, para discutirmos (...) melhor modo sobre o caminho que devemos trilhar (...)
> (...)
> Companheiros! Homens que pagam aluguéis de moradias! É hora de pormos um dique a tudo isto! (...)
> Acorrei companheiros!
> A Comissão Organizadora"(127)

Eram os anarquistas os principais artífices desses movimentos, interpretados como propaganda que ampliava as suas

---

(126) Jornal A Lanterna (22/08/1914) - citado por R. Rolnik, op. cit. p. 131.

(127) A Plebe (04/09/1920) e O Combate (06/09/1920) citados por R. Rolnik, op. cit. pp. 131/132.

bases sociais para todos os não-proprietários da cidade e não apenas para a classe operária. Os moradores de cortiços, vilas e casinhas alugadas seriam bem recebidos nessas bases anarquistas. Esses grupos representam uma zona próxima, de interseção com a classe operária, mas seus limites não coincidem necessariamente.

O papel então desempenhado pelos bairros de predominância de habitações operárias foi decisivo: o movimento ficou geograficamente definido nesses locais como polos de concentração, quase como o reconhecimento de um "território popular". Os conflitos se acirram quando estes movimentos tentam ganhar o "Centro" e aí a luta pelo espaço se explicita, expressa-se nessa batalha pela ocupação de um território...

> "Como? Neste centro de riquezas onde grandes palacetes dominam a cidade do alto de suas avenidas (...) onde se constroem teatros e catedrais de milhares de cantos, o povo se atreve a apregoar misérias em pleno centro?"(128)

3.3.2. Lutas operárias e lutas urbanas

Durante os movimentos de greve de 1917 a importância estratégica desses territórios foi indiscutível, bem como o mesmo se pode dizer das Ligas Operárias de Bairro, como postos de troca de informações, sendo que os locais de reunião eram os anteriormente consagrados. Essas Ligas de bairro eram utilizadas como sustentação do movimento - para alastramento das greves, nos confrontos com a polícia etc.

O ambiente urbano, a proximidade da moradia coletiva, de aluguel, com as fábricas, a vivência no bairro ope-

---

(128) A Lanterna (26/04/1913) citado por R. Rolnik, op. cit. p. 132.

rário, moldaram uma dada geografia urbana com uma rica rede de relações sociais em que a luta política e sindical está permeada pela questão da casa, das ruas, da vida cotidiana, enfim.

A concentração fabril, as moradias operárias e as redes sindicais ali situadas, tornaram o Brás palco de muitas lutas. Durante os primeiros movimentos nitidamente operários, entre 1889 e 1911[129] em que a reivindicação fundamental era a regulamentação de jornada de trabalho, o Brás se sobressaiu enquanto base de operações. A primeira greve de operários fabris eclodiu em 1901 (fevereiro, na fábrica Sant'Ana, sediada no Brás, a maior fábrica de São Paulo, com melhor desempenho tecnológico, grande número de operários; no caso, os operários reclamavam do rebaixamento do salário mediano, por causa da remuneração do trabalho por tarefa[130] esbarrando na exaustão física dos operários. Os jornais da época noticiam e servem de intermediários (Fanfulla, Tribuna Italiana e Avanti)[131] e em março do mesmo ano dizia um deles:

> "A nossa vitória (...) mais de setecentas mulheres, despreparadas, privadas da mais elementar organização, debeis e indefesas, (...) encontraram energia para triunfar contra a prepotência do capitalismo esfaimador, na luta empenhada contra ele(...) servirá a demonstrar às operárias da fábrica Penteado e também às outras operárias o valor altíssimo da união, que transforma um aglomerado anônimo de máquinas de trabalho, numa coletividade pensante, consciente(..)"(132).

Outras greves acontecem após - os vidreiros de Água Branca, os tecelões da Regoli, Crespi e Cia., os chapeleiros, os tecelões do Bom Retiro.

---

(129) A periodização é de Paula Beiguelman: Companheiros de São Paulo, SP, Global Ed., 1981, pp. 15/59.

(130) P. Beiguelman - op. cit. p. 21.

(131) O jornal Avanti, escrito em italiano era um periódico socialista, criado em 1900 aproximadamente. In P. Beiguelman, op. cit. p. 21 e ss.

(132) Jornal Avanti de 02/03/1901 - in P. Beiguelman, op. cit. p. 23.

Novamente, em 1902, surge outro movimento na Tecelagem Sant'Ana, no Brás, noticiada pela imprensa(Correio Paulistano, Fanfulla). Os operários em greve reuniam-se na Rua Piratininga (exigiam demissões de dois funcionários que impuseram multas aos trabalhadores), no Círculo Socialista, pediam o reconhecimento da Liga de Resistência dos Tecelões de São Paulo.

Em 1907, novamente os operários das fábricas de veículos da Capital solicitam jornada de oito horas; na mesma época, os operários da fábrica de tecidos Sant'Ana, os do Moinho Matarazzo, na Rua Monsenhor Andrade. Propunham boicote aos produtos Matarazzo (133). Nesse ano, a Fundição do Brás, por aumentar a jornada de trabalho, deu origem à nova paralisação de seus empregados.

Em 1910, os operários da Light se organizam contra a demissão de motorneiro e condutor e só não aconteceu greve (paralisação geral dos bondes) por interferência policial.

A Liga dos Pedreiros, no Salão Celso Garcia,em 1911, prepara greve da categoria e a polícia passa a perseguir os jornais La Battaglia e A Lanterna, como agitadores.

As greves de 1917, são sobretudo, demonstrativas do peso do Brás nessas lutas sociais. Embora as atuações deste ano tenham se iniciado em junho, na Moóca, no Cotonifício Crespi — dois mil operários (homens, mulheres e crianças, que exigiam aumento de salário paralisando as atividades — os confrontos se deram, no Brás, com a polícia. O industrial havia fechado a fábrica; a Antártica, no Brás, também estava paralisada, e ha-

(133) Jornal La Battaglia - de Oreste Ristori, fundado em 1903, de tendência anarquista.

via ainda a solidariedade das Ligas Operárias do Ipiranga e as Ligas Operárias do interior do Estado, Minas e Rio Grande do Sul(134).

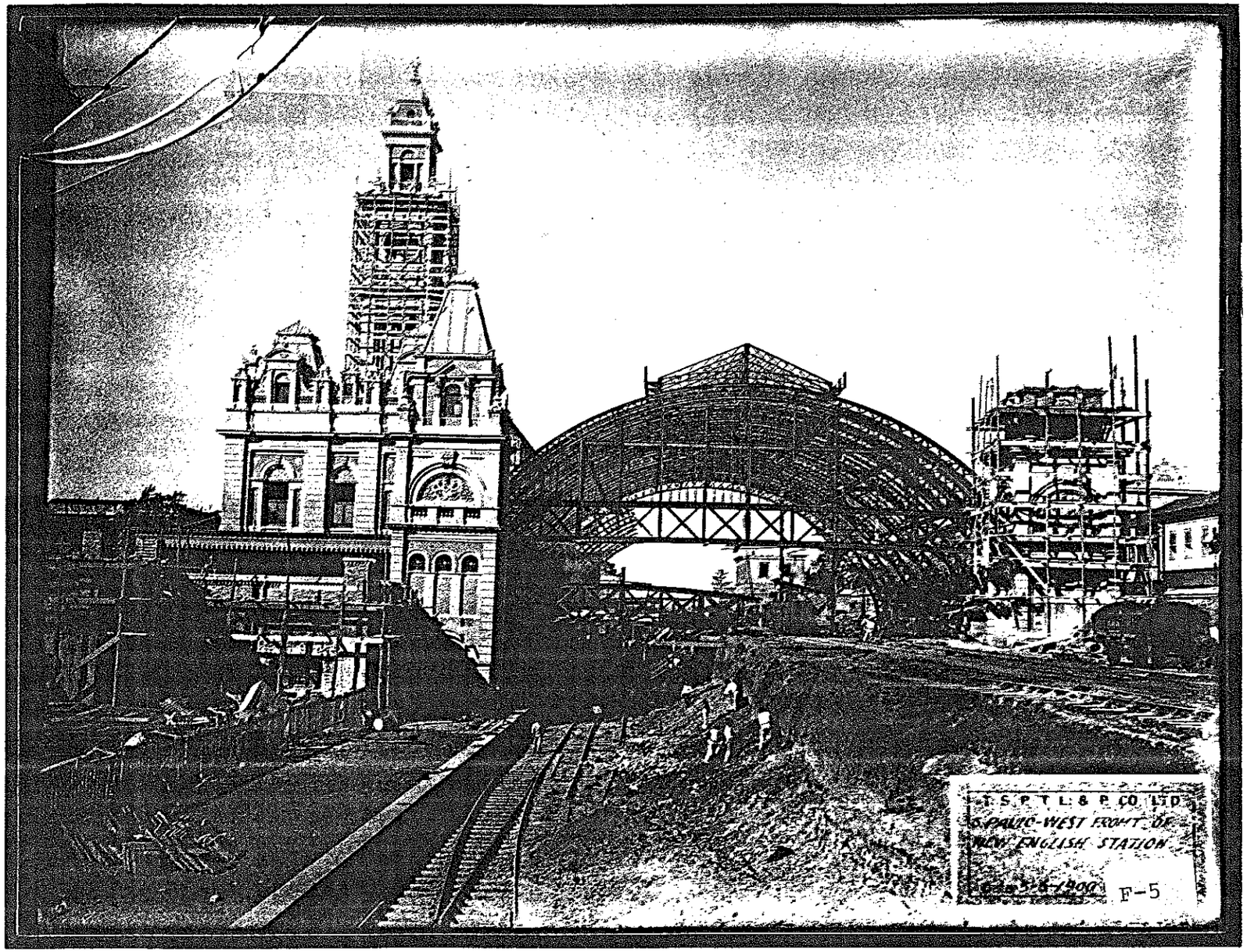
A Força Pública veio intervindo, fechando a Liga Operária da Moóca. A solidariedade de outras fábricas paralisadas aumenta. E os choques se dão, sendo presos muitos operários; dia nove de julho, após ter sido constituído o Comitê de Defesa Proletária, liderado por Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho, Rodolfo Felipe, Gigi Damiani, Francisco Cianci, todos anarco-sindicalistas e Teodoro Monicelli, social democrata do Jornal Avanti, grupos portando estandartes que conclamavam ao boicote dos produtos Crespi, dirigiam-se à fábrica de tecidos Mariangela, no Brás, à rua Monsenhor Andrade,das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, formando piquetes. No confronto com os policiais, são feridos a tiros Adolpho Meyer e o sapateiro anarquista José Martinez, de vinte e um anos de idade que veio a falecer na Santa Casa em 10/07/1916(135).

Nesse momento, a greve assume o caráter de uma greve geral, com adesões de outras fábricas, além da Mariângela.O aparelho repressivo do Estado foi fortemente acionado em defesa da classe dominante. No dia do enterro do sapateiro (dia 11/07/1917), imenso cortejo saiu do Brás, da Rua Caetano Pinto até o cemitério do Araçá, sob grande policiamento. Após o sepultamento houve comícios na Praça da Sé, enquanto grupos de operários percorriam as ruas do Brás, impondo o fechamento das fábricas que funcionavam, e sofrendo ação da cavalaria policial tentando dispersá-los.

---

(135) Jornal O Estado de São Paulo (de 10 e 11 de julho de 1917) in P. Beiguelman, op. cit.

(136) Jornal o Estado de São Paulo (12/07/1917) in P. Beiguelman, op. cit.


I.S.P.T.L. & P. CO. LTD.
S.PAUTC-WEST FRONT OF
NEW ENGLISH STATION.
F-5

apresenta várias manifestações; depredação dos lampiões a gás, com ruas escuras; desvio do itinerário de bondes; crianças,homens e mulheres organizam-se nas Ligas Operárias de bairro, formas preconizadas pelos anarco-sindicalistas.

> "Os bairros operários tornam-se verdadeiras fortalezas de resistência de grevistas; barricadas e esconderijos impenetráveis espalham-se pelos cortiços e becos tortuosos da Lapa, Brás, Moóca, Barra Funda, Ipiranga, Cambuci e Belenzinho"(138)

Boris Fausto arrolou mais de setenta greves e movimentos em 1917 e 1918(139).

A burguesia industrial paulista percebera, porém, que a simples repressão não poria fim ao conflito, de tão grandes proporções. Formam uma Comissão de Imprensa(da grande imprensa) para servir de mediadora entre operários e patrões. Os industriais aceitam algumas das reivindicações, 20$ de aumento salarial, sem demitir grevistas, e o Estado (prefeitura e Estado) se comprometem a fiscalizar as condições de trabalho de mulheres e crianças, libertar os operários presos, e controlar os preços e qualidade dos gêneros alimentícios.

Em comícios realizados no Brás, Lapa e Ipiranga - o CPD - Comitê de Defesa Proletária - propõe a volta ao trabalho. Algumas paralisações ainda aconteceriam até o final de julho na capital. No comício da praça da Concórdia, no Brás,calculava-se cinco mil pessoas presentes, revezando-se na tribuna vários representantes das diversas correntes proletárias.

Mas enquanto a "normalidade" fluía, a repressão aos líderes se efetuava. Edgard Leuenroth, anarquista, já acusado

---

(138) Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi - op. cit. p. 349.

(139) Boris Fausto: Trabalho urbano e conflito social, SP, DIFEL, 1977, Apêndice, pp. 251 e seguintes.

do comando do assalto ao Moinho Santista é enquadrado nos artigos 356 e § 2º do artigo 18 do Código Penal. Inúmeras prisões são feitas. Theodoro Moniceli temia ser preso nos cubículos do Brás, ou na Vila Maria(140).

Após o movimento de 1917, continuou o anarco-sindicalismo a estar presente ativamente nas grandes lutas sociais no Brasil, bem como sem querer "dirigir" ou "organizar" a classe operária em um partido, mas procurando a identidade operária. Em 1919, novos choques com a polícia e grevistas no Brás. Após o primeiro de maio, operários da Fábrica Mariângela (Matarazzo) se solidarizam com um colega punido por ter participado do comício de primeiro de maio, e começam a paralisação. Os manifestantes percorrem as ruas do Brás, convidando os colegas a apoiá-los.

> "Logo depois, por todas as ruas do populoso bairro, se viam grupos de velhos, rapazes, mulheres e crianças, que se recusavam a voltar ao trabalho"(141).

Os choques são muito violentos e na Av. Celso Garcia, a cavalaria se lança contra grevistas; a greve era coordenada pelo Conselho dos Operários e pretendia jornada de oito horas, aumento de 50%, sendo de 100% para horas extraordinárias, equiparação do salário feminino e masculino, abolição do trabalho dos menores de quatorze anos. A caçada policial continuou contra os líderes grevistas, sendo a Liga Operária do Brás invadida violentamente em sete de junho de 1919. Mais tarde, governo e empresários acertam a jornada de oito horas(com algumas especificidades) e a proibição ao trabalho de menores de quatorze anos.

---

(140) Idem, ibidem.

(141) O Estado de São Paulo (03/05/1919) in P. Beiguelman - op.cit. p.99.

No final desse ano, foram deportados mais de vinte líderes do Brasil. E assim se sucedem as inúmeras manifestações, sempre com o Brás como cenário. Em 1920 iria realizar-se o III Congresso Operário Brasileiro, COB, no Rio de Janeiro.

Em 1924, o Brás voltará a ocupar-se das lutas sociais, quando São Paulo e o bairro, em particular - será bombardeado duramente pelas tropas legalistas do Gal. Isidoro Dias Lopes contra Artur Bernardes. Sua posição por conta das ferrovias, estratégica, foi reconhecida nas batalhas. Os revoltosos, já expressando o "tenentismo", se retiram para o interior, assim como também duzentos mil paulistanos que abandonaram a cidade neste episódio(142).

Ainda com relação à identidade operária dos movimentos ocorridos nesse período no Brás, convém assinalar que a composição imigrante dos trabalhadores paulistanos levava a uma dupla característica: beneficiava-se da tradição de lutas de seus países (anarquismo dos italianos e espanhóis), mas por outro lado, dificultava a elaboração de um projeto teórico e político para a "nação" brasileira, pois não conseguia apreender essa realidade de forma global.

3.3.2.1. A identidade operária, etnia e nacionalidade

É bom lembrar da composição desse proletariado urbano e mesmo em particular, dos imigrantes, nas diferentes regiões que contribuiram para os que vieram para São Paulo. O interessante trabalho de Z. Alvim(143) que comenta a trajetória do

---

(142) Maria Celestina T.M. Torres - op. cit. p.206.

(143) Zuleika M.F. Alvim: Brava Gente! Os italianos em São Paulo-1870-1920. SP. Brasiliense, 1-86.

imigrante italiano até o Brasil, especialmente para o trabalho rural, acompanhou a luta dos oitocentos e cinquenta mil italianos que passaram por São Paulo; estes não vieram apenas para "fazer a América", mas sim para fugir às condições adversas com a penetração do capitalismo no campo italiano.

Vieram muitos imigrantes até 1885 da região do Veneto - os pequenos proprietários (arrendatários e meeeiros), os assalariados (colonos, plantadores de uva e trigo, carroceiros, e "braccianti", trabalhadores braçais). Dos meridionais, no período 1876-1882, a massa calabresa era a de Cosenza - pequenos proprietários e pequenos arrendatários(144).

A partir de 1900, a composição dos italianos que migram para cá, deixa de ser o nordeste da Itália, para ser a Sicília, a Basilicata, a Calábria, a Campania e o Abruzzi. Contudo, ainda predominava a maioria de Veneto, que em si,englobava várias regiões.

Essa diversidade de origens, explica, em parte, suas diferentes ocupações em São Paulo, bem como seus anseios e formas de resistência à proletarização(145).

Há, pois, uma distinção entre meridionais e setentrionais que importou na configuração da "identidade" de trabalhador. Muitos lombardos e toscanos ficaram em São Paulo dedicando-se ao pequeno comércio de óleos comestíveis e artesanatos.

Embora durante muito tempo tenha se acreditado que a maioria dos italianos que vieram para o Brasil fossem meridionais, isso não é verdade porque "o maior contingente com-

---

(144) Esta autora cita entre os agentes de imigração, Caetano Pinto, em 1877, que recebeu como homenagem o nome de rua no bairro do Brás.

(145) Zuleika Alvim - op. cit. pp. 61, 62 e 63.

punha-se de vênetos[146].

A Tabela 8, a seguir[147], de acordo com o Comissariato Generale dell Emigrazione é eloqüente:

Tabela 8: Emigração Italiana para o Brasil por Regiões (1876-1920)

Região	Nº Absoluto	%
Vêneto	365.710	30,00
Campania	166.080	13,5
Calábria	113.155	10,0
Lombardia	105.973	8,5
Abruzzi/Molise	93.020	7,5
Toscana	81.056	6,5
Emilia Romagna	59.877	4,8
Basilicata	52.888	4,2
Sicília	44.390	3,6
Piemonte	40.336	3,2
Puglia	34.833	2,8
Marche	25.074	2,0
Lazio	15.982	1,3
Umbria	11.818	0,9
Liguria	9.328	0,7
Sardenha	6.113	0,5
Total	1.243.633	100,0

(146) Idem, ibidem - p. 62

(147) Anuário Estatístico Roma, 1926, in Zuleika Alvim - op. cit. p. 62.

9-1

Os vênetos eram mais ligados ao campo, trabalhando para poder chegar a ser proprietário, induzidos a isso para integrarem-se ao café (149). Já os meridionais preferiam a cidade porque essa lhes permitia reconstruir uma rede de amizades e relações pessoais, porque se adequa aos hábitos de um proletariado que sempre viveu nos centros populosos ao sul da Itália e porque a "terra enfim, tornou-se aos seus olhos sinônimo de miséria e desespero" (150).

Assim, a cidade de São Paulo recebeu muitos meridionais, e ainda muitos setentrionais que haviam passado pelo campo ou ficado logo aqui (vênetos, lombardos, toscanos):(...)

> "Duas correntes distintas: uma se enterra campo a dentro dedicando-se especialmente à agricultura, a outra fica nas cidades e subúrbios, para exercer qualquer espécie de atividade. A primeira corrente é constituída de pessoas provenientes na sua maioria das cidades vênetas, a outra da Itália central meridional" (151)

Como já visto, os traços deixados pelos meridionais na vila urbana de São Paulo são inúmeros: a Igreja de San Gennaro, dos napolitanos; a Igreja de São Vito Martire, da comunidade baresa, a Igreja N.Sa. Casaluce, também da comunidade napolitana e a de N.Sa. Aquiropita, dos calabreses.

Conclui, pois, Zuleika Alvim, que apesar da violência da expulsão do campo italiano que podia desarticular as relações sócio-econômicas tradicionais, e apesar das atividades dos fazendeiros do Oeste Paulista,

> "(...) o imigrante italiano, desde o primeiro momento de sua aproximação com a nova sociedade, conseguiu optar entre a vida no campo e na cidade, assim como manteve certa autonomia na escolha de seu trabalho, apoiando-se em valores do mundo cam-

---

(149) José de Souza Martins: A imigração e a crise no Brasil agrário, São Paulo, Pioneira, 1973.
(150) Sérgio Romero - in Zuleika Alvim - op. cit. p. 71
(151) Paolo de Luca - in Zuleika Alvim - op. cit. p.71

> ponês de onde saíra e que a expansão capitalista ainda não conseguira destruir"(152).

Desses valores, sobressaiam o trabalho, a autonomia, a família; no meio rural, os autores analisam que havia muitos problemas, casas pobres e sujas, sem liberdade alguma,isolamento, casos de espancamentos, estupros, contratos desonestos etc. Segundo esses autores, havia identidade de "italianos" embora atrapalhada pelas ações individuais, ainda não articuladas em ação coletiva.

O caso Lungaretti tornou pública certa solidariedade entre os imigrantes italianos, apesar das diferenças regionais. Em 1901, envolvendo a dignidade da mulher, houve um escândalo judiciário, pois as irmãs Lungaretti, de famílias de colonos do interior paulista, recusaram o assédio de Raul Salles, filho de Diogo Salles, fazendeiro e irmão do presidente da República. Essa recusa havia motivado perseguição e agressão à família inteira, o que motivara a solidariedade de toda a colônia da fazenda. A família exigiu o que era de seu direito, antes de ser demitida e Diogo Salles, agrediu o velho Lungaretti. O irmão das moças, Angelo, vendo o pai ferido, matou o fazendeiro. A classe média italiana contratou advogado para defendê-lo, e toda a colônia italiana ajudou, cotizando-se, e se envolveu. Os anarquistas recolheram fundos não só para despesas com advogado como também para sustento da família.O jornal socialista Avanti (25 e 26 de maio de 1901) noticiava o fato. Mesmo assim, Angelo Lungaretti cumpriu pena de oito anos.

Uma das formas de resistência dos imigrantes italianos era sua mobilidade geográfica: ou retornavam ao país de origem ou mudavam-se para os centros urbanos procurando fu

---

(152) Z. Alvim - op. cit. p.73.

gir do ambiente hostil e injusto da fazenda paulista e manter sua independência. Muitos relatos falavam dos maus tratos,não só infringidos aos imigrantes mas também aos negros, escravos e ex-escravos; às vezes, o italiano tomava o partido do negro e por isso também tinha problemas. Assim, muitos italianos estavam na cidade de São Paulo; a sua passagem pelas indústrias e pelos movimentos operários foi muito discutida mas isso ocorreu também no setor terciário: lavadeiras, cozinheiras, costureiras domiciliares, floristas, carroceiros, verdureiros,amoladores de faca, vendedores ambulantes, sapateiros,grande contingente andando de porta em porta oferecendo seu trabalho ou produto, sua ocupação tinha algo a ver com a origem do imigrante.

> "Os renaicli tiravam areia das margens do Tietê e eram quase todos toscanos de Viareggio; os napolitanos viviam pelas ruas tocando sanfona ou qualquer outro instrumento típico, ou então oferecendo-se para "consertar tudo": panelas, móveis ou encanamentos; os bareses eram geralmente jornaleiros"(153).

Como italianos eram a maioria da força de trabalho em São Paulo, sua distribuição entre as ocupações urbanas, verificada pelos Censos, é relevante: dos 10241 trabalhadores como artesãos (incluindo a construção civil), 85,5% nasceram no exterior. Na manufatura, 79% eram imigrantes; nos transportes e setores afins, 81%; no comércio, 71,6%; na construção civil, na construção de ferrovias também predominavam.

---

(153) Franco Cenni - op. cit. - pp. 221/230 e Zuleika Alvim - op. cit. p. 141. Esta autora relata também que na cidade de São Paulo dobrou o número de propriedades urbanas pertencentes a italianos. Aumentaram de 4993, em 1902, para 7462 em 1910 - que significa um crescimento de quase 50% de imóveis em suas mãos: isso não quer dizer ascensão social, pois localizavam-se em bairros operários: Brás, Bom Retiro, Barra Funda, Belenzinho, Bela Vista.

No Censo de 1920, 51% dos ocupados da indústria eram estrangeiros; nos transportes e comunicação, 58%.

Os imigrantes especialmente portugueses e espanhóis dominavam os sindicatos mais poderosos e influentes no Rio de Janeiro (construção civil, organização dos trabalhadores de hotéis, bares e restaurantes). As lideranças operárias também eram estrangeiras na grande maioria: "agitadores socialistas" vinham da Europa, os anarquistas idem. O Comitê de Defesa Proletária, coordenador da greve de 1917, de seis membros, era formado por três italianos e um português; um brasileiro, Edgard Leuenroth, filho de alemão imigrante e mãe brasileira.

A liderança dos movimentos sindicais de 1890 e 1920 foi analisada por Sheldon L. Maran(154), através da nacionalidade de diretores de sindicatos e federações operárias, ou propagandistas dos movimentos operários (vide Tabela 9).

Uma das conclusões a esse respeito é dada pelos autores que afirmam ser a diferença entre trabalhadores imigrantes e trabalhadores brasileiros, de maneira geral, de que estes ocupavam profissões subalternas e não qualificadas, não possuindo tradições de classe para basear-se, ressentindo-se da "superioridade" cultural e até "racial" do imigrante. Já o estrangeiro ocupava cargos qualificados e semi-qualificados,de maior peso para o sindicalismo e sua organização. Além disso, muitos imigrantes já haviam participado de lutas operárias na Europa antes da migração; daí trabalhavam nas suas próprias comunidades étnicas, espalhando ideais e táticas dos movimentos

---

(154) Sheldon Leslie Maran: Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920, Paz e Terra, 1979, p. 21.

Tabela 9: Demonstrativo das Nacionalidades dos Líderes Identificados (Rio de Janeior, São Paulo, Santos) 1890-1920

	Nº Absoluto	%	Em São Paulo	%
Brasileiros	35	29,4	8	17,4
Estrangeiros(tot.)	71	59,7	36	78,3
Italianos	24	20,3	22	47,8
Portugueses	23	19,3	6	13,0
Espanhóis	22	18,5	6	13,0
Alemães	1	0,8	1	2,2
Poloneses	1	0,8	1	2,2
Não Identificados	13	10,9	2	4,3
Total	119	100,0	46	100,0

Fonte: Maran - op. cit.

operários europeus. Queixavam-se dos brasileiros por estarem prestes a "melhorar a vida" substituindo-os durante as greves(155) Exemplo de imigrante desse tipo era Heitor Marchini, tipógrafo, nascido em Florença, Itália. Participou de levantes camponeses em 1878 em Benevento; tornando-se anarquista, veio em 1892 para São Paulo onde foi organizador de sindicato dos gráficos .

Havia, pois, certo mal-estar "étnico" interno à classe operária em São Paulo, com conflitos entre brasileiros e imigrantes e entre estes, internamente também, entre diversas etnias (no Brasil todo isso aconteceu, no Rio de Janeiro, Santos etc.). As comunidades de imigrantes também dividiam-se

(155) S.L. Maran - op. cit. p.30.

entre si. "O regionalismo que afligiu a Itália estendeu-se aos trabalhadores italianos em São Paulo, causando o retardamento de sua organização"(156). Mais importantes ainda foram as tensões entre italianos e portugueses, por exemplo, que juntos constituiram 2/3 da imigração no período (60% dos líderes eram dessas nacionalidades).

Além disso, a língua já era um problema. Muitas reuniões, folhetos eram escritos em italiano. O sindicato dos pedreiros, por exemplo, com predominância italiana,acabou perdendo membros não-italianos, por essas dificuldades. A rivalidade com os portugueses, levava os italianos a taxarem-nos de menos aptos, acomodados, "pobres Manéis", traidores do movimento.

Como não havia associação exclusivamente de operários no Brás, o que poderia dar-lhe um cunho mais especificamente operário, disseminou-se a idéia de "bairro italiano", sua identidade popular ficou obscurecida pela questão da presença do imigrante. Por outro lado, nem só operários havia no Brás (há até casarões remanescentes na rua Piratininga) e tampouco havia só italianos. Eram a maioria (operários italianos) mas os relatos da época falam em espanhóis (principalmente na rua Carneiro Leão e Santa Rosa), além de existirem diferenças regionais internas — os bareses ficavam na rua da Alfândega e os napolitanos na rua Caetano Pinto(157).

> "De qualquer maneira, a burguesia dirigia-se aos italianos (a polícia também) como agitadores, baderneiros. E conseguiam deportar muitos estrangeiros, nem sempre indicando o verdadeiro motivo

(156) S.L. Maran - op. cit - p. 31. Ver também Boris Fausto: Trabalho urbano e conflito social - op. cit.

(157) Ebe Reale - op. cit. p. 32

> da expulsão, constando "gigolô", "roubo" etc. Segundo Maran, de 1907 a 1921 foram deportados 556 estrangeiros, especialmente em 1907, 1913 e nos últimos anos de 1919, 1920. Desses, as nacionalidades mais "expulsas" foram os portugueses, depois italianos e depois os espanhóis"(158).

A imprensa burguesa divulgava notícias "alertando" o proletariado nacional contra os agitadores (...)

> "espanhóis, portugueses e italianos, que se arrogaram o direito de defender a classe trabalhadora no Brasil e ficariam melhor em sua própria terra(...) Aqui, os trabalhadores nacionais, e somente eles, têm o direito de censurar o Estado quando este se esquece deles"(159).

Esse "nacionalismo" jogava contra os anarquistas que, por sua vez, reagiam denunciando que os verdadeiros indesejáveis no Brasil eram os "capitalistas estrangeiros cuja atividade exclusiva é explorar o operariado nacional para tirar do Brasil o melhor de suas riquezas..."(160).

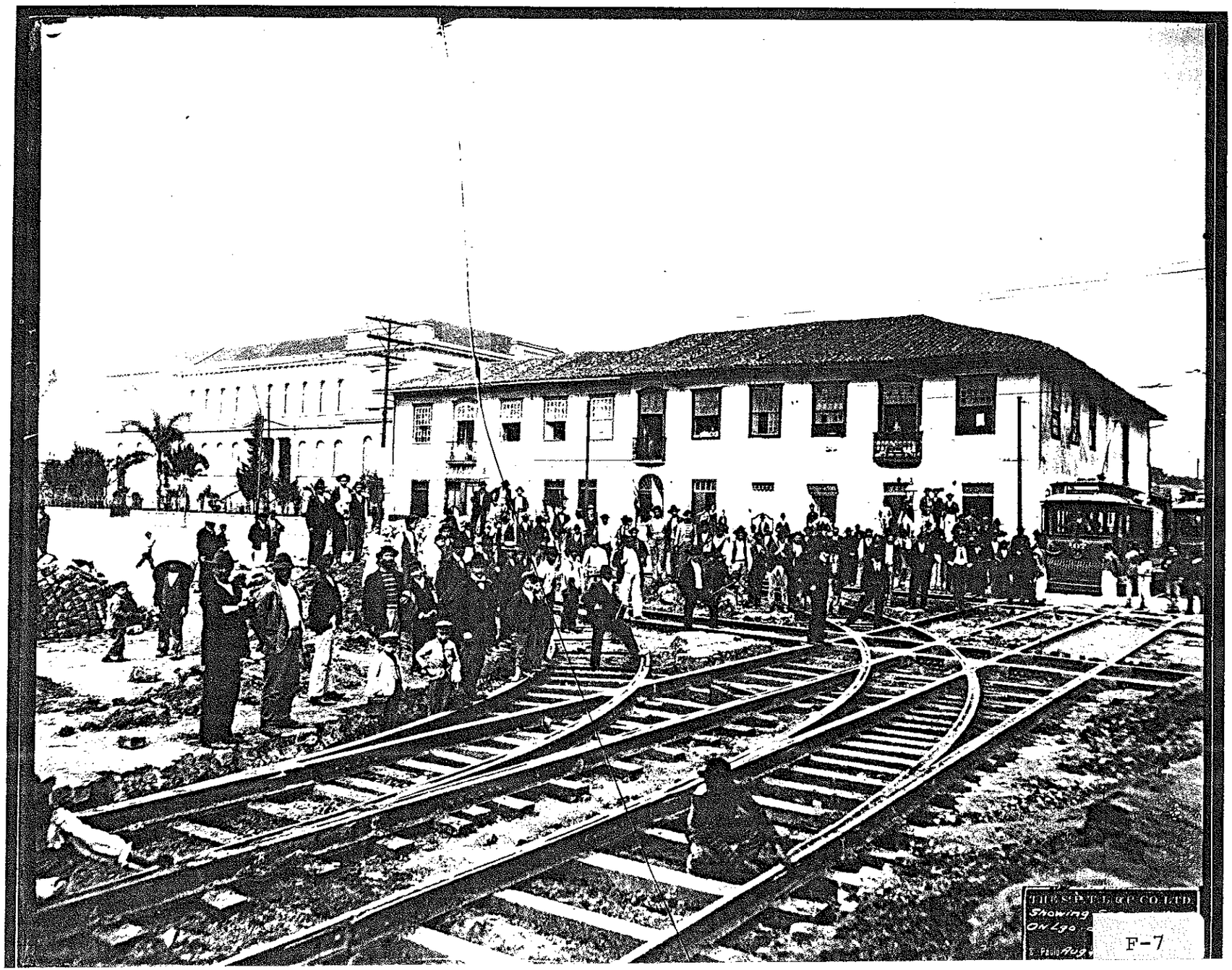
O movimento operário tentava superar esses problemas, procurando instituir clubes, associações, divulgar panfletos, realizar comícios e formar uma "cultura operária".O anarcosindicalismo foi a força ideológica mais influente no movimento operário no período trazendo idéias da França (A Comuna) e da CGT da Itália. Era chamado pela reação de "a planta exótica" pois eram idéias estrangeiras a deitar raízes na sociedade brasileira; plantas exóticas eram também idéias socialistas, como haviam sido "os liberais" no século XVIII.

---

(158) S.L. Maran – op. cit. – p. 31. Ver também Boris Fausto: Trabalho urbano e conflito social – op. cit.

(159) Correio da Manhã in S.Maran – op. cit.

(160) Spartacus (20/09/1919) in Maran – op. cit. p. 67.



F-7

3.4.1. Movimento Anarquista. Escolas, Teatros

A influência ideológica do anarquismo foi grande no Brasil — sistema de pensamento social visando modificações estruturais com o objetivo de substituir a autoridade do Estado por alguma forma de cooperação entre indivíduos livres[163] e também foi importante no movimento operário. Assim, pregavam a supressão do capitalismo, a recusa da "luta política pelo Estado, contra a autoridade, pois as relações fundamentais se davam na contradição exploradores X explorados. Só as aceitavam por meio de associações livres, sem ingerência dos patrões ou regulamentação do Estado. Assim, se as correntes anarquistas se dividem, em geral não consideram o proletariado como "classe universal", cindindo-se a sociedade entre exploradores e explorados. Entre estes, estão os camponeses, a classe operária, o lumpemproletariado, os "deserdados da fortuna". Assim, Bakunin julgara injusto o desprezo de Marx e Engels pelo lumpemproletariado "porque nele e somente nele, e não na camada aburguesada da massa operária, residem o espírito e a força da futura revolução social"[164].

A abrangência das bases sociais, para além do operariado industrial, incluindo os camponeses, o lumpemproletariado, os "deserdados", ocasionou também a valorização do espaço urbano, das influências dos moradores dos cortiços, casebres, os mendigos, dos que exerciam ocupações do "terciário". Assim, das correntes anarquistas — o mutualismo proudhoniano,

---

(163) Apesar dos vários ramos do anarquismo, esta característica parece resumir seus traços comuns. verificar Boris Fausto, op. cit.,; G. Woodcock - Os grandes escritos anarquistas. Porto Alegre, LPM Ed., 1977; Silvia Lang Magnani - O movimento anarquista, São Paulo, Brasiliense, 1982; Francisco Foot Hardman - Nem pátria nem patrão. São Paulo, Brasiliense, 1983; José Oiticica - A doutrina anarquista ao alcance de todos, São Paulo, Econômica Ed., 1983.

(164) Boris Fausto, op. cit. p. 64.

F-8

pois faltavam condições objetivas para que se constituísse um socialismo revolucionário.

A imprensa operária e italiana em São Paulo era importantíssima. "A Lanterna", órgão franco-maçon, anticlerical anarquista aparecera em 1901, sob a direção de Benjamim Motta. Em 1909, reapareceu, sob a direção de Edgard Leuenroth; este formara suas convicções entre a redação dos jornais e o bairro operário do Brás, onde viveu grande parte de sua vida. Nascido em Mogi Mirim, em 1881, foi tipógrafo aos 14 anos e depois jornalista. Por volta de 1903 iniciou sua militância sindical no Centro Tipográfico de São Paulo, aderindo ao anarquismo. Outro jornal era "La Battaglia", fundado por Oreste Ristori, italiano que sofreria duas deportações do Brasil; em 1912 assumiu sua direção Gigi Damiani, por sua vez,expulso em 1919. "A Terra Livre", cuja direção era partilhada por Neno Vasco (Gregório Mazianzeno de Vasconcelos), português; "A Plebe", publicado em São Paulo e Rio entre 1906 e 1911, dirigido por Edgard Leuenroth, atuava em 1917; "Le Picolo", dirigido por Paulo Mazzoldi; "Avanti", gerido por Teodoro Monicelli, e de tendência socialista.

Destacamos algumas notícias que têm a ver com o bairro do Brás:

> No jornal "A Plebe" (11/08/1917), constava:
>
> "Nessa reunião numerosa, realizada segunda-feira, ficou constituída a Liga Operária do Brás, que já reuniu cerca de 800 sócios. A sua sede será inaugurada, amanhã à noite, na rua Joli, 125". (168)
>
> Outra matéria, "Os Chapeleiros":
>
> "A classe dos chapeleiros... após um período de apatia, reconstituiu há meses, a União dos Chape-

(168) Yara A. Khoury - As greves de 1917, SP, Cortez Ed., 1971, p. 157.

leiros, que tem realizado várias reuniões, tendo promovido uma festa no salão Celso Garcia(...)" ("A Plebe", 09/06/1917)(169).

"No salão Almeida Garret, realizou-se domingo uma reunião de propaganda da Liga do Brás. No mesmo local, amanhã, às 9 horas, realiza-se uma reunião dos tecelões das fábricas Mariangela e de Juta. Em sua sede, à rua Joli, 125, efetuou-se sexta-feira uma numerosa assembléia" ("A Plebe", 08/08/1917, p.3).

E a ironia dessa matéria:

"Cínicos e mentirosos? Pela primeira vez no mundo, os Kropotkines do Brás e os Ravachols da Barra Funda — esses homens perigosos que 'não reconhecem as leis e querem subverter o princípio da autoridade' reclamam, em um programa escrito e apresentado como o mínimo de suas aspirações, o cumprimento de lei do Estado.
Esses 'monstros estrangeiros' que a Polícia só agora descobriu em nossas fábricas e oficinas, pedem apenas a execução dessas leis brasileiras que a burguesia e o capitalismo fizeram votar sem a sua audiência.
Estranhos dinamiteiros! Ingênuas criaturas que ainda acreditam que os oligarcas paulistas sejam capazes de cumprir a sua palavra escrita!

É que essa gente, cuja mão se encheu de calos não a lidar com máquinas infernais, mas a movimentar as engrenagens da paz e da concórdia, julgou que ao menos o senhor presidente do Estado e seus secretários conhecessem as disposições das leis de São Paulo.
Entretanto, diante de 15 jornalistas(...),declarou 'não estar bem lembrado' se as reclamações dos operários sobre o trabalho noturno dos menores de 18 anos tinha apoio em lei!(...)" ("O Combate", edição de 20/07/1917) (170).

"Casas para operários
De iniciativa oficial nada se fez em São Paulo até hoje, para melhorar a habitação do operário.Os cortiços por aí abundam, verdadeiras pocilgas para homens, sem ar bastante, sem os benefícios da luz, servindo de salas, quarto e cozinha e abrigando,em alguns metros quadrados, dia e noite, famílias inteiras. E nem sequer há relação entre os preços de tais pocilgas e a sua absoluta falta de higiene(...)" ("O Combate", 13/07/1917) (171)

---

(169) Idem, ibidem, p. 135.

(170) Yara A. Khoury, op. cit., pp. 61-62.

(171) Idem, ibidem, p. 56.

A imprensa, pois, muito significava para a articulação e conscientização dos interesses de "classes" e "locais" comunitários(172), revelava tanto a relação do bairro para com os poderes públicossobre as necessidades urbanas, quanto as relações dos trabalhadores com o capital. Além disso, a "comunidade italiana", cuja maioria morava no Brás, também se manifestava pela imprensa. O jornal "Fanfulla", de tendência liberal, prestava-se muito a reclamar das carências urbanas do bairro. Além dele, os jornais militantes, como o "Avanti" (socialista), "A Plebe" (anarquista) e, sobretudo, "A Folha do Braz", expressavam anseios da chamada "comunidade", pois era financiado pelos comerciantes do bairro (com anúncios) e assumia-se como jornal de bairro, voltado à sua população (mais que jornal classista)(173).

Ainda do ponto de vista da formação de uma identidade "operária" no ponto de intersecção, onde a sociedade civil se relaciona proximamente com o Estado, está a questão da

---

(172) Estamos entendendo "comunidade" como "sentimento de pertinência" a um determinado grupo; evidentemente o grupo (para o qual a etnia tem um grande peso), ocupa uma base espacial, "o bairro" — onde se cruzam, como vimos, interesses de classe e locais: bairro fabril e de moradias operárias. Assim, acompanhar a vida cultural: sociedades de amigos, associações de bairros, lojas maçônicas,sociedades culturais, literatura, música, movimentos cooperativistas, é importante para apanhar a formação de laços de solidariedade e sua fragmentação, resultantes das condições concretas de classe e da luta de classes,expressando a "cultura operária". Verificar, entre outros, Francisco Foot Hardman - Nem pátria nem patrão, São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 29-52. Assim, as reivindicações urbanas, do ponto de vista operário, ficam um tanto obscurecidas por concepções liberais ou mesmo conservadoras. O discurso operário da época era ainda frágil dadas as condições concretas de formação dessa classe, ainda numerosa e permeada pela quase "exclusividade" cultural do imigrante;assim,seus movimentos tinham muitas vezes conotações de "gueto", de "cidade operária", havendo dificuldade de superar este caráter local e preservar sua classe no país, a realidade nacional etc. Não havia, pois, condições de emergir um projeto urbano propriamente voltado aos interesses da classe trabalhadora. Assim, em uma sociedade urbana em formação, não havia condição de ser formulado um projeto de "urbanismo socialista", predominam, pois, interesses sindicais e culturais. Ver também Henri Lefèvre - La revolución urbana . Madrid, Alianza,1978, p. 109.

(173) Francisco Foot Hardman, op. cit., p. 81.

"instrução popular". Sabe-se que o nível de instrução do operariado em São Paulo era considerado razoável, pois cerca da metade dos operários eram alfabetizados(174). A escola, referência central na reprodução ideológica do sistema capitalista, na formação de mão-de-obra e consolidação da sociedade burguesa, era encarada pelo Estado como uma hierarquização: aos filhos de operários, as escolas noturnas e profissionais bem como algumas escolas primárias, públicas. O ensino secundário seria dirigido às classes médias e elites. Dessa maneira, vários tipos de escolas se instalaram no Brás. Desde os finais do século XIX haviam sido criados o Ginásio Estadual São Paulo (em 1894) e hoje no Parque D. Pedro II; em 1898, o Grupo Escolar do Brás, com mais de 1.000 matrículas (atual Romão Puiggari); em 1904, o Grupo Escolar do Oriente (hoje Eduardo Prado). E ainda, a Escola Normal do Brás (atual Padre José de Anchieta), segunda escola normal da Capital.

O ensino profissional havia sido instituído desde 1911 no Brás, sendo uma feminina e outra masculina, escolas essas que acabaram atraindo alunos de todo o Brasil; é evidente a intenção e a oportunidade dessas escolas para a reprodução da força de trabalho, pois davam formação técnica, primordial para capitalistas e trabalhadores e, ainda, contribuíam para a predominância da ideologia liberal sobre o aparelho de Estado, pois em 1919 foi introduzida a disciplina Instrução Moral e Cívica para "dar melhor formação ao obreiro" e "concorrer para o progresso da indústria"(175). Além dessas unidades, acontecera a experiência pioneira da instalação, desde 1874, do

---

(174) Richard Morse,op.cit.; a afirmação é válida para o período até 1930.
(175) M.A.G. Decca,op.cit. e André R. Martin, op. cit., pp. 82-83.

Instituto de Educandos Artífices, ao lado da Tecelagem Sant' Ana, com cursos noturnos para operários(176).

O Colégio Dante Alighieri também iniciou-se no Brás, posteriormente mudando-se para outra região mais aristocrática da cidade.

A Igreja havia criado o Centro Operário Católico Metropolitano, com cursos e jornal(177).

Dessa forma, percebe-se que o Capital, a Igreja e o Estado disputaram a formação dos jovens do proletariado.Mas os anarquistas também fundaram suas escolas — A Escola Moderna do Brás, que funcionou de 1913 a 1919 na Rua Muller nº 74.

O bairro do Brás registrava igualmente vários esforços na construção da identidade cultural da classe operária. Assim, além do campo sindical haveria um esforço no campo da cultura. Nesse espaço urbano foram-se instalando, principalmente no Largo da Concórdia, na Rua do Gazômetro e na Avenida Rangel Pestana, teatros, sociedades lítero-musicais, cafés, salões de baile.

A propósito, o conceito de cultura envolve também algumas discussões. Trata-se de um conceito nuclear nas Ciências Sociais e que ainda merece maiores aprofundamentos, não só sobre o que é em si quanto à sua adjetivação: cultura operária, cultura popular. Sem querer entrar nessa polêmica, pode-se admitir que é o conjunto de valores e significados vividos pela classe trabalhadora, tanto em seu espaço de trabalho quanto no seu cotidiano (ou seja, fora da fábrica) nas ruas,

---

(176) Ebe Reale, op. cit., pp. 28-29.

(177) André R. Martin, op. cit. Esclarece este autor que esse Centro existe nos dias de hoje, à Rua Saião Lobato nº 49.

nas moradias, no lazer. O conceito de cultura envolve contradições e variações históricas, além do debate teórico-metodológico[178]. Como Gramsci, percebemos que a história dos operários e moradores do Brás, enquanto classes subalternas,apresenta um caráter descontínuo, episódico, fragmentado, dada à dominação de classe, a posição de subordinação vivida,além do papel limitador do Estado. Nesse aspecto, aqui se enlaçam,embora de forma tensa, os momentos espontâneos (e particulares) da cultura, quanto os momentos dirigidos (universais) e políticos propriamente ditos.

Além disso, no contexto da industrialização nascente, o proletariado não era bem visto pela classe dominante à altura de um interlocutor. A oligarquia (e os bacharéis) dominante via os trabalhadores como "pobres", como meia dúzia de agitadores, quase negando-lhes o estatuto de cidadania:"raça de bárbaros", negando-lhe a existência de "classe". A situação concreta era marcada pela necessidade de ampliação do exército industrial de reserva, de intensificação da exploração do capitalismo, e de consolidação do nascente capitalismo industrial. Assim, havia o "incremento da mais valia absoluta, o isolamento e segregação sócio-cultural e até geográfica da massa proletária pela burguesia"[179]. As elites haviam,pois, "degradado" o proletariado — como forma de aprisionamento em seu próprio isolamento étnico-espacial em bairros operários

---

(178) Inclui-se aqui o debate da importância do conceito de ideologia no conceito de cultura. Ver Gramsci, Weber e outros. Assim, a cultura designa tanto as produções materiais ligadas às artes, como sistemas ideológicos. Assim, as práticas de classe são importantes, e a imprensa, associações lítero-musicais; literatura, teatro, cinema etc. Ver R. Williams - "Marxismo e literatura", Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 18.

(179) Francisco Foot Hardman - Nem pátria nem patrão. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 59.

(um exemplo disso eram as vilas operárias, como já visto). F. Hardman chama a esse processo de "estratégia do desterro"(180).

Assim, os anarquistas e em particular o anarco-sindicalismo usaram de várias maneiras para compor uma formação cultural conscientizadora do lugar de "explorados" para esse proletariado nascente.

Os teatros, por exemplo, compõem um interessante capítulo nessa história da formação de uma identidade operária. Na Avenida Rangel Pestana, avenida já arborizada com eucaliptos e plátanos desde 1910, também pavimentada e iluminada (a energia elétrica viria em 1911), havia o Teatro Ivonete, o Teatro Olímpia e o Teatro Mafalda. A Rua do Gazômetro, igualmente arborizada com plátanos, abrigava inúmeros centros de reunião social. Entre os teatros havia o Teatro Popular, o Salão Dramático Hispano-Americano. Na Rua Xavantes, o Teatro Oberdan. Havia ainda o Circo Teatro Politheana, na atual Avenida Celso Garcia(181).

Sem dúvida, o teatro de ópera mais importante foi o "Colombo" no Largo da Concórdia, que chegou a ser avaliado como um centro de arte lírica no Brasil. Foi inaugurado em 1908, com quase dois mil lugares e ocupava um prédio reformado que havia sido o Mercado Municipal até 1907. Foi inaugurado antes mesmo que o Teatro Municipal da cidade e tornou-se o ponto de referência cultural em São Paulo, o teatro do Brás até 1966, quando foi destruído por um incêndio.

O prédio tinha trinta metros de frente por vinte de comprimento e foi adaptado com a finalidade de explorar "di

(180) Idem, ibidem, p. 59.

(181) Glória M. Bayeux et allii: "Brás, espaço e uso". São Paulo (Município) IDART, 1980.

versos gêneros de espetáculo e diversões próprias de circos, teatros ou café-concertos"[182]. Era um prédio quadrangular, tendo um chafariz no centro de um páteo, todo rodeado com galerias interiores, quatro portas de entrada e quarenta e oito janelas. Suas cadeiras de lotação estavam distribuídas em camarotes, frisas, arquibancadas.

A sua inauguração festiva se deu com a Companhia Dramática do ator Bognese, com a peça "Maria Antonieta", de Giacometti:

> "o teatro Colombo (...) único no gênero, tradicional e querido por todos, abrigando companhias nacionais e estrangeiras, particularmente italianas, que encontravam sempre um público entusiasta e amigo"(183).

Na década de 20,no Colombo passou a apresentar-se, não mais óperas apenas, mas com dramas e teatro de revista e cinema. Seus anúncios ocupavam espaço nos jornais da cidade tanto quanto os cinemas e teatros do centro (Teatro Santana e Cassino Antárctica).

Assim, o Brás se tornava centro cultural,pois os teatros eram também cinemas, intercalando-se períodos de temporadas teatrais com a de filmes. Grandes companhias italianas, artistas famosos, atraindo pessoas de todos os bairros. Aos poucos, os teatros vão se transformando em cinemas.

Os circos representavam também grande passo para canalizar a alegria e a disciplina. Os bailes eram vistos de forma contraditória, muitas vezes como recurso para cativar o interesse popular e às vezes com puritanismo ideológico, condenando-se a "imoralidade".

---

(182) M. Celestina T.M. Torres, op. cit., p. 174.
(183) Idem, ibidem, p. 175.

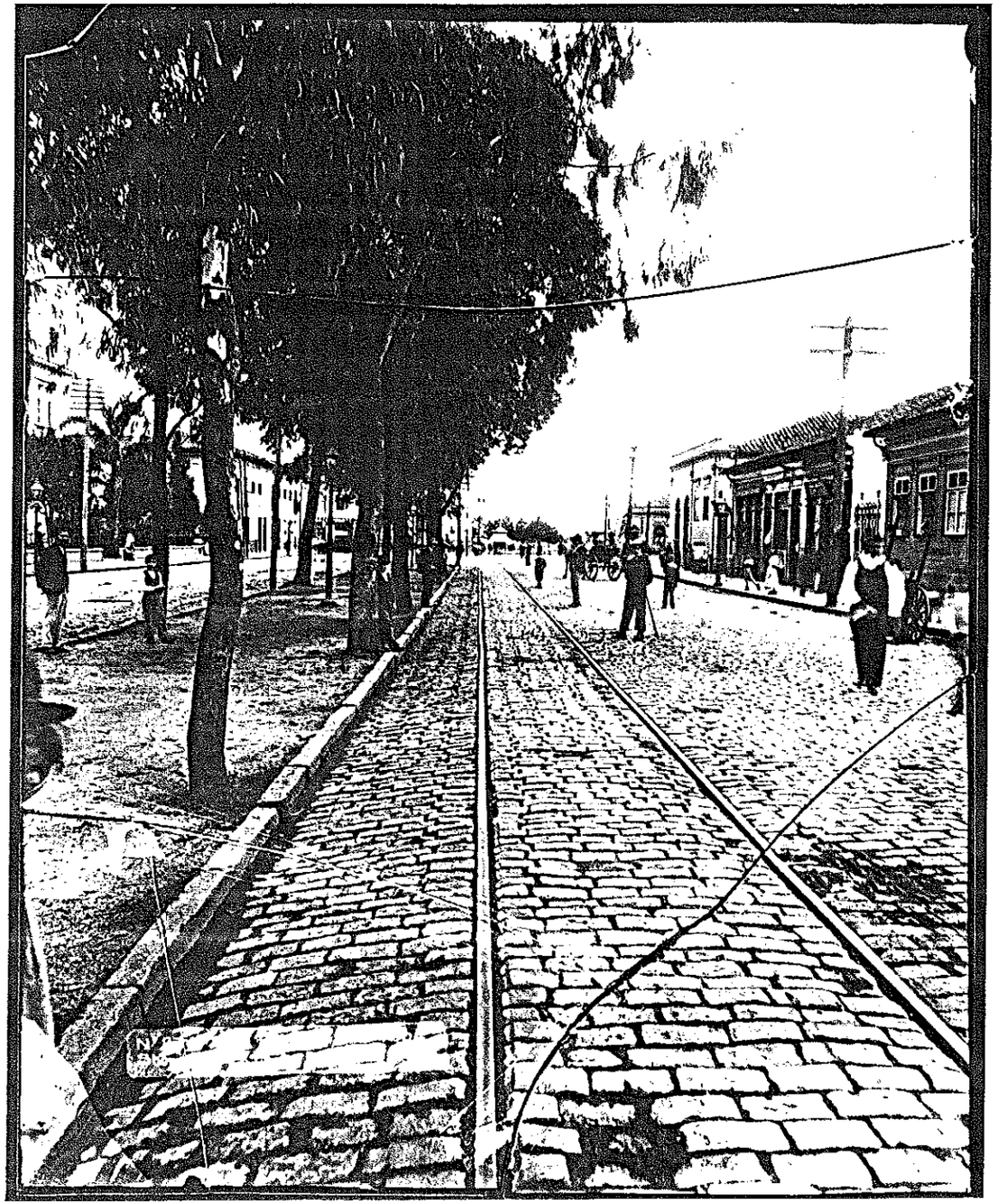
Das peças teatrais, depreendem-se duas tendências: a de tradição folhetinesca e a voltada aos interesses anarco-sindicalistas, nas festas de propaganda, procurando "fazer rebeldes" para a "idéia libertária" (184). Este testro social levou peças bastante significativas, destacando-se a produção de Neno Vasco, Avelino Fóscolo e Mota Assunção. Uma peça exemplar era o "Infanticídio", de Neno Vasco, escrita para o Grupo Dramático Teatro Social, em 1906, defendendo um espetáculo catártico e de fácil comunicação com a platéia. Tentava superar o carrancismo. É exemplar também este comentário no jornal "O Amigo do Povo", de 1902, sobre a festa:

> "As nossas festas
> Mais uma bela noite de propaganda: a de sábado passado, 18. Foi a primeira representação do drama em um prólogo e dois atos do camarada G. Sorelli — "Giustizere"! O assunto ficará conhecido (...) Gaetano, a quem tanta miséria, tanto sofrimento faz erguer o braço num gesto desesperado de protesto e vingança.
> O nosso caro Sorelli, não é escritor, não é dramaturgo; mas é um operário e a vida que ele nos põe em cena, conhece-a, vive-a. Por isso é bem sucedido (...) os quentes aplausos que recebeu. Aí está um bocado de teatro que nos vai dar pretexto para muita propaganda.
> O desempenho foi bom (...) depois do drama a sign. Dacol e uma graciosa pequerrucha recitaram poesias. Falaram em seguida os camaradas Cerchiai e Morales. Ricardo Gonçalves (falou) sobre Zola (...) Houve rifa e comédia em que um padre se viu em palpos de aranha e fez rir toda a gente. Depois o baile do costume (...) Quanto mais festas como estas, melhor" (185).

---

(184) F.F. Hardman, op. cit., p. 89 e seguintes.

(185) Idem, ibidem, pp. 108-109.



> As noitadas eram divididas em duas partes: vendiam-se jornais — 'A Lanterna', jornalzinho anti-clerical, e 'La Difesa', jornal socialista; faziam-se rifas de objetos e de livros em benefícios dos próprios jornais e do aluguel do salão. (...) Havia dois grupos na emulação das vendas e nas participações artísticas: o das italianas e o das espanholas (...) declamadora (...) em geral de poesias de Guerra Junqueirao, sonoras, anti-clericais e enormes(...) Um grupo de meninas espanholas fazia sucesso no palco, cantando uma velha canção anarquista:
>
> 'Donde vás con paquetes e listas
> que tan pronto te veo correr?
> Voy al congreso de los anarquistas
> que reclaman un derecho: vivir!'
>
> (...) Os espanhóis eram os mais divertidos e primavam no trajar... eram os mais fanáticos, os que mais aplaudiam e aparteavam. Os apartes... valiam a pena. Sempre muito inflamados, feitos em vários idiomas ao mesmo tempo, cada qual usando o seu, embora, normalmente, todos falassem o português bastante bem (...).
> (...) figuras importantes acompanhavam o conferencista (o conde Frola). Edgard Leuenroth, José Oiticica, Alexandre Cechiai, Angelo Bandoni e Orestes Ristori (...) três amigos de meu avô Gattai..."(187)

Essas sociedades lítero-musicais, pois, eram utilizadas pelos anarquistas como expressão de seus programas, teatros, idéias. As sessões versavam sobre a questão operária, a situação da mulher e as condições de trabalho. Após as encenações e debates, bailes (sobre estes, alguns anarquistas criticavam como coisas do demônio). Constavam ainda o Clube Mozart e o Clube Recrativo 24 de Maio. Ofereciam as reuniões de praxe e ainda convescotes no Parque Antárctica e outros locais; no 1º de Maio, iam a Jacareí, Mogi das Cruzes e até Santos.

A Confeitaria Guarany, construída em 1888 pelos imigrantes italianos — os capomastri eram uma amostra valiosa do estilo eclético — (demolida em 1979), outro ponto de referência importantíssimo do bairro do Brás. Além de uma grande variedade de doces, a confeitaria oferecia sessões de cinema, gratuitas, a seus freqüentadores. Assim, não só as pessoas do

---

(187) Zélia Gattai, op. cit., pp. 169-176.

bairro, mas até toda a cidade vinham, incluindo personagens políticos, intelectuais e boêmios. "Era o ponto elegante de reunião de personalidades públicas, artistas, políticos e banqueiros"(188).

3.4.3. Cinemas e cinegrafistas

Eram vários os cinemas; constam inicialmente os cinemas Piratininga ("o maior cinema do Brasil") e Oberdan, originados dos antigos teatros Mafalda e Oberdan e surgiriam novos cinemas, por volta da década de 1980: Iris, Glória, Babilônia, Roxy e Universo(189).

O primeiro cinema do bairro foi o Cine Popular", na esquina das ruas Martin Buchard e Rangel Pestana(190). Mas começa a surgir, também, o cinema mudo paulista. No bojo da transformação radical de São Paulo na época — escapando do velho Triângulo, com bondes da Light, melhoramentos do Vale do Anhangabaú, canalização do Tamanduateí; já existe o Viaduto do Chá, a Avenida Paulista marcava o início da nova era, cheia de palacetes da burguesia industrial e financeira, as mansões de Campos Elíseos e da Avenida Angélica ainda abrigando os donos do poder (a aristocracia cafeeira), o proletariado urbano se instalando ao lado das fábricas do Brás, Belenzinho, Moóca, Bom Retiro, o imigrante, sobretudo o italiano deixando suas marcas indiscutíveis.

Se, de um lado, São Paulo se moderniza — freqüenta teatro, cinema, café-concerto — os setores burgueses se sofis

(188) M. Celestina T.M. Torres, op. cit., p.222.
(189) Ebe Reale, op. cit., p. 50.
(190) M. Celestina T.M. Torres, op. cit.

ticam, com bacharelismo que extrapola para as classes médias, surge também a "cultura operária", migrada, nos vários pólos da cidade; o teatro que é a expressão mais interessante, mal atinge as classes médias, é ignorado pelas classes altas,quase como sub-cultura, que seria desprezada mais tarde pela "vulgaridade".

> "O cinegrafista paulista das primeiras décadas do século — marginal por definição, formado na escola da boemia e da malandragem — embora ignorado, é um tipo tão marcado quanto o sambista carioca. Não surge das favelas do morro, mas dos cortiços do Brás, não é um criolo, é um carcamano, seu companheiro não é um violão, é uma câmara de manivela"(191).

Das viagens de alguns paulistas à Europa, chegaram a São Paulo algumas "maquininhas", "marmotas": binóculos sem lentes de aumento, adaptado à tampa de uma caixa escura, deixava ver dentro figuras que se moviam quando o observador girava a manivela"(192).

Tais brinquedos passaram logo a ser explorados comercialmente em São Paulo nos cafés-teatro, confeitarias. Depois, filmezinhos de Lumière chegaram a São Paulo e companhias estrangeiras traziam o cinematógrafo; depois, este passou para os parques de diversões. Em 1905, um dos exibidores ambulantes chega a São Paulo: Francisco Serrador, um imigrante espanhol que passa a fita "Paixão de Cristo". Com o sucesso desta montagem em 1907 num barracão — Eldorado, para exibição de cinema — surgiriam depois outras casas de cinema.

Brotam daí as primeiras produções, com sucesso: "As Canções Ilustradas". Os cantantes (Claudina Montenegro e

---

(191) Maria Rita Eliezer Galvão: Crônica do cinema paulistano. São Paulo, Editora Ática, 1975, p. 18.

(192) Idem, ibidem, p. 19.

Santiago Pepe, cantores espanhóis), ficavam atrás da tela,cantando suas imagens filmadas anteriormente. Em 1909, o primeiro posado paulista de longa metragem passado no Bijou Theatre se chamava "O Crime da Mala" (crime famoso da época)[193]. Abriu-se o caminho e o cinema se alastrou rapidamente: "São Paulo atravessa uma verdadeira epidemia cinematográfica, não há rua, travessa ou bairro que não tenha seu cinematógrafo(...) fazem anúncios, espetáculos e, à noite, saem bandas de música,acompanhadas por um grande número de garotos em infernal algazarra"[194]. Esses cinemas eram "populares"; alguns ligados à casas de jogos, cabarés; nem sempre apropriados a senhoras; barracões rústicos etc.

Surgem os primeiros cinematógrafos: Gilberto Rossi (italiano), Antonio Campos, João Stamato, Arturo Carrari, e, em 1911, começam a filmar. O teatro foi o berço do cinema, as sociedades italianas eram o centro de onde partiu a filmagem, em termos de transposição de temas e enredos nos seus quadros componentes. A partir de 1919 é que o cinema paulista vai se deslocar das "sociedades italianas" para as escolas de cinema. A primeira delas foi a "Azurri", de A. Carrari [195].

Alguns depoimentos desses pioneiros do cinema paulista, revelam a importância dos italianos e do Brás, em destaque, para essa produção:

---

(193) M. Rita E. Galvão, op. cit., p. 22 e seguintes.

(194) Idem, ibidem, p. 24, citando documentação de F. de Campos, "O Estado de São Paulo", 1911

(195) Idem, ibidem.

Depoimento de Dona Vitória Lambertini: (196)

"(...) Por volta de 1910, os Lambertini vieram para São Paulo. Achille foi trabalhar na Companhia Nardelli como vendedor de pianos. Seus filhos ingressaram nas sociedades italianas e imediatamente começaram a fazer teatro. O pai,a princípio,não gostou muito da idéia; achava que o teatro iria desviá-los dos estudos e de suas outras ocupações. Mas acabou se conformando. 'Não se foge ao próprio sangue", dizia, e em breve estava ele também a fazer teatro.

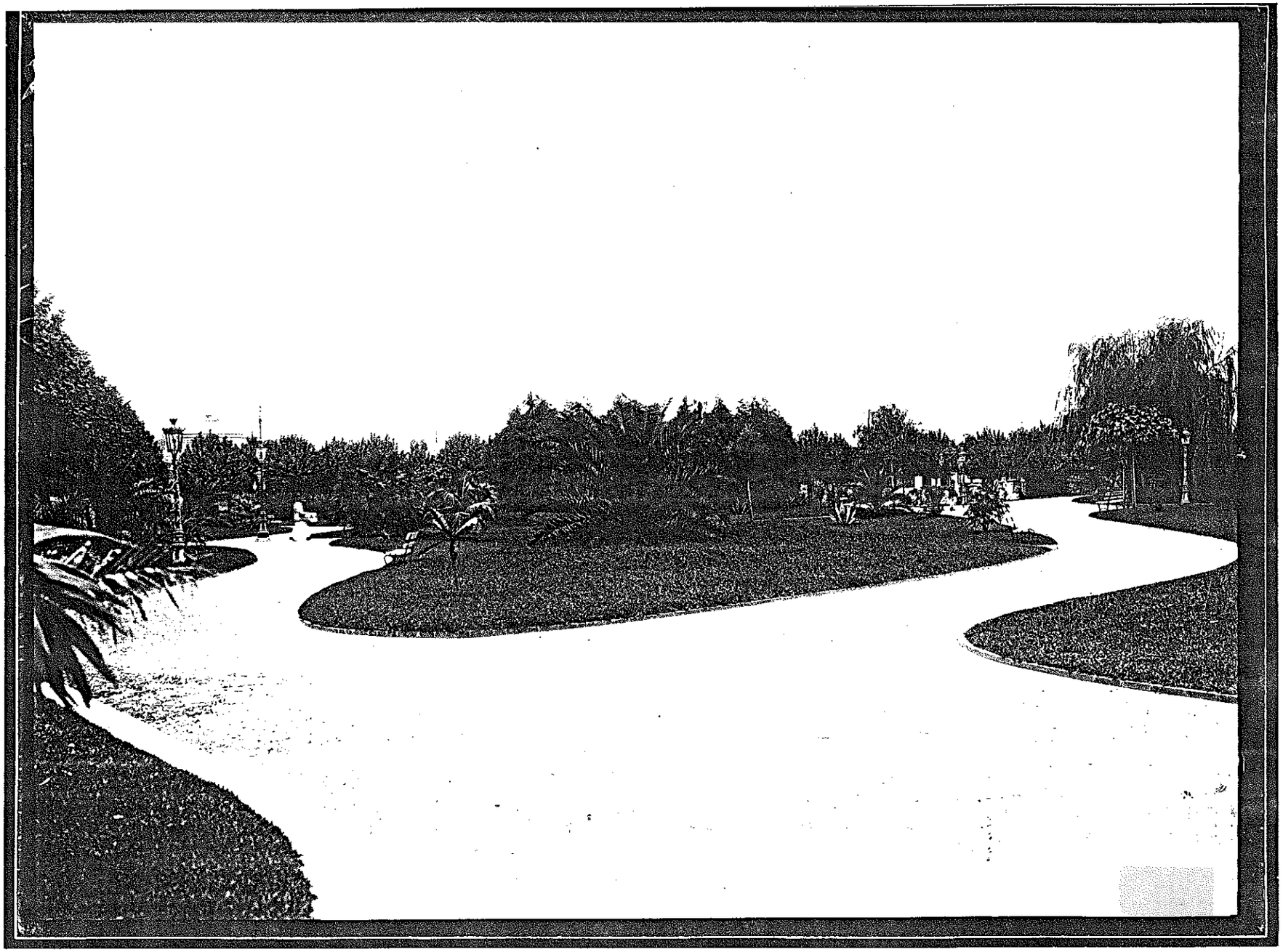
Por este tempo, alguns dos tios de Dona Vitória já estavam aqui — fazendo teatro, naturalmente. E como o único lugar onde se fazia teatro em São Paulo era nas sociedades do Brás, freqüentavam todas elas, mesmo as que não eram italianas. Havia sociedades de várias nacionalidades: italianas, portuguesas, espanholas, até mesmo um grupo de sírio-libaneses. Certa vez, Dona Vitória e sua amiga Elisa Campagnolli foram convidadas para representar no grupo dos árabes (os atores italianos representavam freqüentemente em grupos de outras nacionalidades). Foi uma experiência engraçadíssima,apesar de não terem nem mesmo começado a ensaiar. Representar com os espanhóis ou os portugueses era uma coisa; com os árabes, não tinha o menor sentido. Elas não conseguiam sequer pronunciar as palavras da língua engrolada que eles falavam, quanto mais representar. O grupo dos árabes era simplesmente ridículo. Além de não saberem fazer teatro como os latinos, não deixavam as mulheres nem chegar perto de um palco, o que obrigava os homens a representarem fantasiados de mulheres, ou a convidar moças italianas para participarem de suas representações. Os italianos eram muito versáteis, representavam em português, em italiano e às vezes em espanhol(e alguns falavam francês); mas Dona Vitória duvida que qualquer um deles conseguisse passar cinco minutos num palco falando árabe...

Os portugueses tinham um grupo muito conhecido, o Congresso Gil Vicente, e os espanhóis eram os que contavam com maior números de amadores — depois dos italianos, é claro. A maior parte das sociedades, italianas ou não, ficava no Brás, mas não todas; Dona Vitória se lembra de que havia uma no Ipiranga — tinha um excelente grupo dramático dirigido por Gualtieri — , outra no Cambuci, e duas outras na Lapa. Não saberia dizer os seus nomes,nunca representou em nenhuma delas.

Os grupos de que Dona Vitória participou foram o da Associação dos Ourives e Afins, o das Classes Laboriosas (sociedade espanhola), o da Societá Mutuo Socorso Leale Oberdan e o da Lega Lombarda. Seus tios Tina e Vitório eram os diretores do grupo Muse Italiche, e o tio Giorgio foi um dos fundadores da sociedade Doppo Lavoro (depois abriu uma escola de interpretação)(...)".

---

(196) M.Rita E.Galvão, op.cit., pp. 181, 182 e p. 184.



duradas, e outro que deve conduzir à cozinha.As paredes da sala estão cheias de recortes de revista, figuras de artistas de cinema e folhinhas de propaganda; no chão, um tapete de linóleo floreado. Por toda parte, um cheiro indescritível, que não é cheiro de sujeira — a casa é bastante asseada — mas simplesmente cheiro de Brás, um misto de mofo e gordura, talvez. O aspecto geral é desolador, e a figura da senhora Tartaglione combina estranhamente com a casa: encarquilhada, muito miudinha e decente, no seu vestido escuro de ramagens brancas, amarga e gasta; resmunga incessantemente, falando das suas tristezas e dos seus abortos, da ingratidão do Nicola e das mulheres perfumadas com que ele andava, interrompendo a narrativa a todo instante para contar a sua versão da estória ao mesmo tempo em que o marido conta a dele.

O Nicola não trabalha mais; arranja qualquer coisa pra fazer durante o dia, janta às cinco e meia, e depois liga a televisão. Lá pelas onze lhe bate a fome, procura qualquer salame ou queijo forte — se não encontra come o que sobrou do jantar — abre uma garrafa de vinho tinto e forra o estômago pra dormir. 'Que é que eu posso fazer se tenho fome?' Acredita piamente no mangia che ti fá bene, é por isso que ele é tão forte. Não tem coração, nem bexiga, nem pacuera; catarata, já teve, mas sarou. E graças a Deus.

Sempre viveu de cinema, desde 1920. Quando saiu de Avaré e veio para São Paulo, foi trabalhar no teatro; representou nas sociedades amadoras do Brás, no Congresso Gil Vicente e na Associação Recreativa 7 de Setembro. Como tinha prática de palco, um amigo o convidou para ser artista de cinema.(...)"

Como é que foi o crime? Vamos ver se o Nicola lembra.

Bem, os Junqueiras eram uns portentosos, isso ele já disse. Também eram políticos: mandavam e desmandavam lá na terra deles. Um dia eles mandaram a moça para a Europa — a moça era filha da Dona Iria. Aí a moça se apaixonou por um oficial francês e casou com ele. Mas o francês não prestava. Então a moça veio embora e disse para a família que queria se desquitar. Daí chegou o francês; vinha buscar a metade dele na partilha dos bens do casal, queria papar as terras dos Junqueiras. Chegou e foi lá pra Ribeirão Preto. Foi muito bem hospedado na fazenda da mulher dele, todo mundo tratou o homem muito bem, como se não existisse briga nenhuma. Depois,o francês sumiu. Nunca mais se ouviu falar nele. Um belo dia, encontraram por lá um cadáver. Era o moço.Dona Iria tinha mandado o administrador da fazenda, Alexandro Silva, contratar três capangas para matar o genro.

Carrari filmou a estória exatinho como aconteceu; filme verídico, foi por isso que deu tanto dinheiro.

Quem fazia o papel de Dona Iria era Elvira de Camiles; seu marido, Antônio de Camiles, fazia o de administrador; o Oficial da Justiça que desvendava o crime era representado por Antônio Tagliaferro; e os assassinos eram Filipo Santoro e Fiorini, além do Nicola, que era o terceiro famigerado. O cinegra

fista foi Rossi, o velho, porque Ludovico e mais a Norvégia, irmã dele, ainda não tinham chegado da Itália. Tutti buona gente, como se vê; gente do Brás. Bom, não todos; alguns moravam na Barra Funda, na Lapa, no Belenzinho...
(...) Carrari e Rossi, que eram sócios — chamava-se São Paulo Film, a firma dos dois — depois disto desmancharam a sociedade. Rossi foi cuidar da vida dele, com seu cachimbo na boca; arranjou dois outros sócios, um comerciante de tecidos chamado Zembrana, que tinha uma loja na Rua do Gasômetro, e Medina, que naquele tempo pintava cartazes. Nicola ficou com Carrari. Carrari fechou a escola de cinema do Brás — ficava na Rua Martin Buchara - e abriu uma outra na cidade, na Rua Quintino Bocaiúva." (...)

Depoimento de Georgina Marchiani - atriz[200]:

"(...) Não sabe ao certo em que ano veio para o Brasil — 1912 ou 1913; lembra-se apenas de que foi antes da guerra. Isto porque foi justamente para fugir à guerra que sua mãe resolveu abandonar a Itália. Dona Georgina tinha um irmão, rapazote de quinze anos, que certamente seria convocado para lutar se não saíssem da Itália em tempo. A guerra era o fantasma que apavorava a todos; tinham ainda bem vivas na lembrança as privações passadas no tempo da campanha contra a Líbia.

(...) Dona Georgina teria uns quinze ou dezesseis anos quando chegou a São Paulo; a vida era triste, mas não voltou à Itália. Seu pai morreu pouco depois da chegada. Dois anos passados — ironia das coisas — seu irmão, que tinha sido o principal motivo da mudança para o Brasil, alistou-se como voluntário no exército italiano e partiu para a guerra.
Foram morar no Brás, em casa de uma tia. Depois de algum tempo, mudaram-se para o Bom Retiro, e depois para a Avenida São João.(...)

(...) É preciso que se tenha em conta as condições sob as quais se fazia cinema na época. Se por operador entendemos um técnico que saiba o que está fazendo, então não havia; o próprio Stamato não era um profissional (tinha uma firma — Dona Georgina não sabe de que tipo — montada no Brás, em frente ao Gasômetro). Mas se operador é apenas quem opera a máquina, então todos eles que faziam cinema — os atores, os diretores — eram operadores. As máquinas que empregavam eram extremamente primitivas; o trabalho de um operador limitava-se a pôr a máquina em posição e girar a manivela."(...)

---

(200) M. Rita Galvão - op. cit., pp. 124-125-126.

Depoimento do Sr. F. Madrigano[201]

O Sr. Madrigano tem 74 anos, mãos calejadas de operário e o linguajar típico de italianos que moram em São Paulo. É pintor - pintor de parede, especifica.

Apesar da idade, não pode dar-se ao luxo de deixar de trabalhar. Trabalha pouco, porém, está em casa a maior parte do tempo. Casa própria; comprou-a em 1950, quando ainda era cinegrafista. Agora já não pensa em cinema. Cansou-se. Viajar por esse interior afora, durante vinte e cinco anos, é coisa que cansa mesmo, principalmente quando se carrega uma câmara debaixo do braço. Enjoou de viajar, dormir em hotel ruim, de comer comida vagabunda, de sentir cheiro de trem. Depois, não gosta de solidão, e um hotel de interior é a coisa mais solitária que pode existir neste mundo.

Por isso, há cinco anos atrás, resolveu voltar a ser pintor. Aliás, para falar a verdade, nunca deixou de ser pintor. Serviço de construção ou reforma existe sempre, e serviço de cinema, nem sempre. Assim, quando não era cinegrafista, ou ator, ou diretor, ou laboratorista, ou operador de cabine, ou o raio que o parta — já foi de tudo — era pintor de parede. Nos velhos tempos, ainda era mais fácil arranjar um quebra-galho quando o trabalho em cinema faltava; a gente podia trabalhar em teatro, por exemplo, ou em companhias ambulantes de variedades, dessas que se exibem nos parques de diversões, ou nas sketches e "cortinas" das sessões cinematográficas. Mas mesmo este tipo de trabalho era incerto, não se podia contar com ele, e sobretudo não se podia saber por quanto tempo se estaria empregado.(...)

Por este e por outros apertos é que um artista precisa ter uma outra profissão com que se desapertar; a arte no Brasil é muito incompreendida. Se um pintor quer trabalhar sossegado, basta que faça o seu serviço bem feito que ninguém se mete com ele; mas se um artista quer trabalhar sossegado, não pode. Sempre tem alguém para atrapalhar, quando não é a censura são os empresários, quando não são os empresários são os invejosos, quando não são os invejosos são os pichadores. Querem um outro exemplo? Lá vai. Trabalhando nos prólogos de cinema, o Sr. Madrigano criou um tipo, o Juó Bananere. Juó Bananere era o carcamano, assim como o Jeca-Tatu é o caipira. O Sr. Madrigano fazia-o bem, foi sua maior criação;" (...)

---

(201) M. Rita Galvão - op. cit. pp. 104/105/106. O entrevistado referia-se ao tipo do ítalo-paulistano, criado na literatura por Marcondes Machado, Juó Bananere, a que nos referiremos adiante.

3.4.4. Festas, a vida nas ruas. Pregões.

A vida no Brás, marcada pela presença do italiano, sobretudo, apresentava-se no cotidiano com hábitos característicos e tradições: falava-se mais napolitano do que português, surgindo "Concettas" e os "Pippinos" e ouviam-se novos instrumentos como flautas, bandolins e clarinetes que acompanhavam lindas serenatas.

Os homens, freqüentavam as cantinas para tomar vinho, comer provolone ou pecorino. E nos quintais, jogavam "boccia" ou "morra". Diante do exíguo espaço das habitações operárias, o trabalhador ganha as ruas. Diante das casas, nas noites de verão, eram colocadas cadeiras onde as mulheres conversavam, crianças brincavam, enquanto os maridos, "fumando seus longos cachimbos, jogavam 'scopa', 'tre sete' ou 'víspora'[202]. Esses momentos de lazer, de descanso, das conversas fiadas das comadres e compadres, era para aproximação dos amigos, de leitura crítica do jornal operário, o "Fanfulla" ou outro; especialmente os calabreses criavam um clima de festa a cada um que chegava. Assim, se reuniam carroceiros, carvoeiros, trabalhadores por conta própria, verdureiros, carregadores e descarregadores de sacos do Mercado.

Havia o "fotting", à noite; rapazes de um lado e moças de outro, na Avenida Celso Garcia, desde a Caetano Pinto até as porteiras. No centro, a igreja Matriz e a citada Confeitaria Guarany.

A festa mais animada do Brás era, porém, o Carnaval. Da Avenida Rangel Pestana saía o corso, que ia até o Lar

---

(202) Ebe Reale, op. cit., p. 11.

go São José do Belém, tão disputado que rivalizava com o da Avenida Paulista. Durante esse percurso, eram colocadas luzes especiais e montados coretos onde tocavam bandas de música. Os carros desfilavam, com as capotas arriadas, com moças e rapazes fantasiados e em batalhas de confetes e serpentinas. Esse corso durava a noite toda e as confeitarias anunciavam lanches especiais para suprir os foliões(203).

Notícias da imprensa falavam do volume dessa festa:

> "todas as sociedades que, no último dia, percorreram a Avenida Rangel Pestana e Celso Garcia com os seus prestitos, queimando fogos etc., terão como auxílio um conto de réis; ao clube vencedor serão entregues 2 contos (...)" (CP. 18/02/1922) (204).

Esses prêmios eram angariados pela comissão organizadora entre a população do bairro.

> "Prelúdios do Carnaval - Apesar da grande crise por que atravessamos e do mau tempo que reinou no domingo passado, Momo não quis deixar passar esse dia sem dar o ar da graça no populoso e elegante bairro do Brás. Desde o alvorecer do dia, bondes de máscaras percorriam as principais artérias da Avenida Rangel Pestana" (A Capital - 11/02/1914) (205).

> "No Brás, mui propositalmente deixamos o Brás para o fim, o culto ao velho deus folião chegou aos parâmetros, tocou o apogeu. O Brás deu a nota chic este ano, sem falarmos nas máscaras de muito espírito e o corso. Aquela multidão compacta que se acotovelava desde quase a Várzea do Carmo até muito além do Largo da Concórdia. O carnaval do Brás esteve muito superior a quantos carnavais se fizeram até hoje em São Paulo. Carruagens ricas, riquíssimas famílias do nosso mais elevado escol se faziam representar" (A Capital - 17/02/1920) (206).

Nos salões também se comemorava o Carnaval no bairro. Várias semanas abrigavam festejos com bailes nos salões dos principais teatros do Brás, como o Colombo, Olimpia e Mafalda.

---

(203) Ebe Reale, op. cit., p. 42 e seguintes.
(204) Idem, ibidem, p. 42.
(205) Idem, ibidem, p. 42.
(206) Idem, ibidem, pp. 42-44.

Também o Natal, festa eminentemente religiosa e familiar, também dava ensejos a bailes e festejos sociais. Havia uma burguesia no bairro, camadas médias que procuravam "dar o tom" às comemorações (nos bailes de carnaval, corso etc.). Eram feitos bailes, no Colombo[207]:

HOJE HOJE

Inicio dos grandes

BAILES

Com que vosso querido COLOMBO o presenteará todos os sabbados até ao CARNAVAL de 1924. Abre as cortinas nesses noites divinas para dar ingresso aos folgazões d'Aquem e d'Alem.

EVOHÉ! RAPAZIADA DO *MAXIXE!*
TODOS AO COLOMBO, REINO DA FOLIA.

Assim, Povos!! e Povas!! Não há nada mais barato.
Frizas e camarotes 12$500 — cavalheiros 2$200 — galeria $600
DAMAS NÃO PAGAM ENTRADA

Todos ao COLOMBO — Todos ao reino do maxixe.

Diário Popular. 04/fevereiro/1923

Como já citado, o futebol também evoluía na Várzea do Carmo, pois desde 1888 havia sido trazido pelos ingleses que trabalhavam na Ferrovia Inglesa (SPR) e na Companhia de Gás. Vários campos se multiplicavam, nas várzeas (onde havia um terreno baldio, surgia um campo), atraindo grandes públicos. Inicialmente, os patrões estimulavam a formação de times; aos poucos, foram organizados os times de várzea, entre os trabalhadores, como por exemplo, o "Club São Cristóvão", formado por vendedores de jornais, o "Madri", pelos carroceiros, muitos espanhóis da Rua Santa Rosa; o "Estrela de Oliveira", do pessoal da Rua Benjamim de Oliveira, o "San Vito Futebol Clube" e o "Minas Gerais"[208].

(207) Ebe Reale, op. cit., pp. 42-44.
(208) Idem, ibidem.

Ainda era importante nessa paisagem das primeiras décadas do século XX, como exemplares dos "serviços", do trabalhador desempregado ou inativo na luta pela sobrevivência, um sem-número de ocupações, de comércio de "tostões", variedade de produtos, quitandas, docinhos, petiscos caseiros, sacos de bala, garapa, pizzas, castanha assada, batatas assadas,espigas de milho, sorvetes, pedaços de melancia. Vendiam também vassouras, escovas. Os pregões de rua eram famosos,bem como retratos no Jardim da Luz, nas praças das Igrejas.

As memórias dos velhos de hoje estão ainda impregnadas de sons de outrora, em que constam os pregões:

> "Battata assata al furn, battata assata al furn"(209)
> e os pizzaiolos (vendiam pizzas de aliche e pomarola).
> "Castanha assata ó furno, o castagnaro da festa" - assava castanhas na hora e vendia no Brás(210), na Rua Carlos Garcia, onde morava o menino Amadeu...
> E os sorvetes "Surveta!"
> "Survetinho, survetá,
> Survetinho de limón,
> quem não tem os dez tostão
> não toma sorvete não.
> Sorvete, iaiá" (211)

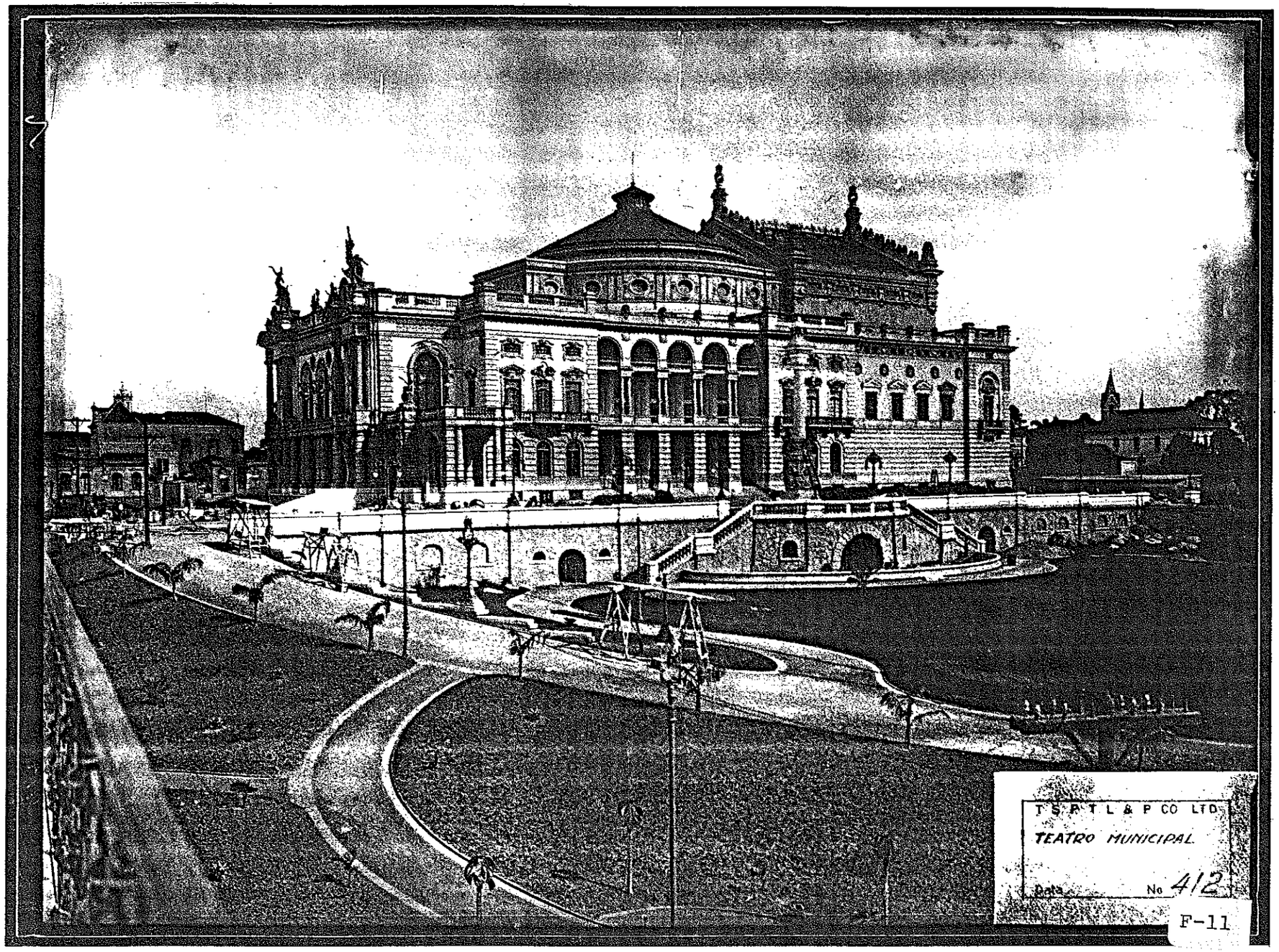
O vendedor queria atrair fregueses, utilizando de sua algaravia italo-paulistana, "dirige-se" também às donzelas quatrocentonas, às iaiás!

E o estribilho do vendedor de cestas e vassouras, que no fim do ano cantava:

> "Ano nuovo, inculata nuova!
> Il tempo passa,
> Il lusso cresce
> La miséria aumenta
> e la morte triunfa!
> Ano nuovo, inculata nuova" (212)

---

(209) Memórias do Sr. Amadeu, in Ecléa Bosi, Memória e Sociedade, op. cit. pp. 77-78.
(210) Ecléa Bosi, op. cit., p. 172.
(211) Idem, ibidem, p. 131.
(212) Jacob Penteado, op. cit., pp. 228-229, in M. Inês B. Pinto, op. cit.



F-11

As festas religiosas também compunham esse ambiente italiano do Brás. A festa de São Vito Martire, na Igreja que foi construída pelos italianos como réplica da de Polignano a Mare; a festa da Capela de Nossa Senhora de Caseluce com a corrida do saco, o leilão de prendas e que durava três dias. Dela falava um antigo morador:

> "Era uma beleza... sabe, a gente guardava dinheiro o ano todo para gastar na festa de Casaluce: conforme a procissão ia passando, e a Santa parava e entrava nas casas, era um tal de depositar presentes, dinheiro, pedidos de graça(...)"(215).

Ainda esses grupos de italianos compunham as marchas de "procissão do enterro do Senhor Morto" na Semana Santa, acompanhando solenemente, ao lado de portugueses, espanhóis, pessoas das irmandades, crianças vestidas de anjos, fiéis de todas as classes sociais, mendigos com velas na mão, muitos vestidos de negro como sinal de luto.

Atrás vinha a banda "Ettore Fieramosca", tocando a "marcha fúnebre de Beethoven". Terminado o ritual de caráter fúnebre, os homens, mulheres e crianças, até então em jejum, passavam a comer petiscos dos quiosques e tabuleiros e soavam novamente os pregões, buzinas de bondes e assim por diante, começavam a festa e as quermesses(216).

Essas festas, essas formas coletivas de dar escape às tensões, procediam à liberação social do povo, alguma compensação emocional para decepções, sofrimentos, quase que levando à uma sublimação da miséria imediata. A pobreza levava-os

---

(215) Antonio Teodosio que mora há sessenta e cinco anos na Rua Caetano Pinto, in Bayeux,G.M. e Artigas,Rosa C. - Brás, espaço e uso. Casa das Retortas. São Paulo, IDART.

(216) M. Inez B. Pinto, op. cit., p. 160.

a recorrer a um meio para tornar mais suportável a própria situação. É o caso dos bailes em casas de família, o bate-papo das comadres, as serestas, as bebidas, cachaça e café. As modinhas valorizavam o amor e paixão. Havia clubes familiares e os "freges", bailes abertos e mais permissivos a moços maxixeiros(217).

3.4.5. Criminalidade

Nessa cidade onde as oportunidades de emprego eram insuficientes para todos, onde havia baixos salários, o desemprego crônico, instabilidade profissional, operários de indústria e trabalhadores dos "serviços": carroceiros, carros de aluguel, biscateiros, enfim, o trabalhador sem recurso recorria a formas marginais de ganhar a vida, além dos assaltos, furtos, mendicância, prostituição, a que recorriam os desempregados, havia recursos clandestinos para complementar o salário exíguo do trabalhador pobre. A existência de um grande exército industrial de reserva, grande massa disponível de mão-de-obra, baixava os salários, não garantindo a reprodução da família operária. O trabalhador era espoliado na produção (a mais valia absoluta), mas empregava uma forma de resistência à extrema miséria. Era, pois, uma revolta de subsistência: os mais pobres, sem recursos para alimentação, furtavam para comer. Outros pegavam objetos que pudessem ser trocados — "miudezas de pequeno valor" — como provam as estatísticas criminais.

Alguns operários se apropriavam das mercadorias produzidas nas empresas; outros, criados domésticos, faziam-no

---

(217) M. Inez B. Pinto, op. cit., p. 280 e seguintes

nas casas. Às vezes havia profissionalização do roubo em grupos organizados, que pilhavam e assaltavam.

Outros profissionais, pela instabilidade do ganho, ficavam tensos e se concentravam nas imediações de núcleos comerciais, estações ferroviárias, perto dos mercados etc. A Estação do Norte, no Brás, era um desses pontos.

Os cocheiros, brigavam com passageiros e entre si, dado o grande número de concorrentes, os escassos lucros na profissão e a tensão do dia-a-dia para sobreviver. Um exemplo é o noticiário no "Correio Paulistano" (de 26/11/1903):

> "Pernoitaram no posto policial do Brãz, o condutor de tilbury Fernando Soldi e o passageiro Benjamim Lopes de Oliveira que desejava ir ao Largo da Concórdia, ambos alcoolizados. Ao chegar no Aterro do Gazômetro puseram-se a discutir e o cocheiro foi lançado sob as rodas do carro. Nesse momento chegou um praça que prendeu a ambos"(218).

> "Em frente à estação do Norte, dois cocheiros de tilbury - Genaro Ardésio e Paschoal Sacho, lutaram à socos, disputando fregueses" ("Correio Paulistano" - 12/10/1903).

Os cocheiros estabeleciam relações profissionais — troca de favores recíprocos — com as prostitutas. Vários proprietários de "casas de tolerância" davam pequenas gorjetas aos charreteiros que lhes trouxessem fregueses,forasteiros de passagem pela cidade. Existia uma ampla zona de meretrício que aumentava o serviço dos cocheiros(219).

> "Prostitutas profissionais, quando estavam com recursos financeiros, costumavam se enfeitar e passear faceiramente para atrair fregueses, expostas em tilburis abertos. J. Americano fez notar que, à moda das senhoras das grandes famílias — que quando passeavam de carro aberto, usavam sombrinhas de rendas, de seda, bordados, pintadas — as meretrizes

---

(218) M. Inez Borges Pinto, op. cit., p. 138.

(219) Idem, ibidem, p. 139.

> dos bordéis da rua Líbero Badaró costumavam fazer o mesmo, passeando aos domingos, bem arrumadas com mil adornos, em carros de praça, exibindo-se"(220).

A prostituição pobre instalara-se no Brás, na Rua dos Chavantes. Jacob Penteado informava sobre o que chamava "ralé da prostituição":

> "Primeiro na Rua Cruz Branca, ao lado do leito da hoje Santos-Jundiaí, com preços mais acessíveis: 2$000 ou 3$000, estendendo-se depois para a rua Chavantes, sempre nas proximidades das estações do Norte e da SPR de onde vinham os maiores clientes, homens do interior, que acabavam levando para sua terra uma boa carga de doenças venéreas, pois, ali não havia a menor noção de asseio nem fiscalização. As da cidade ainda usavam líquidos antissépticos, (...) mas as do Brás empregavam uma mecha de estopa, que por economia usavam para vários fregueses"(221).

A mendicância também era praticada por famílias de pessoas com defeitos físicos:

> "A polícia do Braz(...) tem primado pela campanha (...) contra mendigos... muitas vezes aptos para o trabalho(...). Há poucos dias chegou a esta capital o sr. de nacionalidade espanhola(...), trazendo em sua companhia o menor de 7 anos(...), o qual é aleijado de ambas as pernas e tem, além disso, as duas mãos defeituosas... trouxe-o para o Brasil para... explorar a caridade pública, vivendo assim à custa da infeliz criança... as férias arrecadadas eram bastante animadoras..."(222).

Pequenos furtos eram comuns:

> "Hontem, às 2 horas da tarde, foi preso em flagrante por diversas pessoas que presenciaram sua ligeireza, o italiano Vicente Ferrara, que passando pela porta do empório Coelho, à rua de São João nº 130, apoderou-se rapidamente de dois belíssimos queijos e fugiu"(223).

Muitos ataques eram noturnos, aproveitando-se das ruas mal iluminadas:

---

(220) M. Inez Borges Pinto, op. cit., p. 135.
(221) Idem, ibidem, p. 230.
(222) Idem, ibidem, p. 248.
(223) Idem, ibidem, p. 203.

> "Durante a noite de ante-hontem, os gatunos assaltaram várias casas da rua... na Barra Funda, sendo postos em fuga pelos próprios moradores. O mesmo se tem dado em outras ruas daquele districto e no bairro do Bráz"(224). Dentre os espaços vazios, a Várzea do Carmo ganha destaque, perigosa à noite e de tarde, com guerras de pedestres entre desocupados dos cortiços da rua Santa Rosa e da 25 de Março".

Nos inquéritos policiais e nas estatísticas dos crimes, havia um predomínio numérico significativo de roubos individuais sobre os coletivos, homens jovens e solteiros, brasileiros e italianos, entre os profissionais. Dizem as estatísticas também que, nos homicídios, a relação entre agressores e vítima geralmente é dentre conhecidos (só 14% ocorriam entre estranhos): parentes, vizinhos, colegas, amigos, e 67% entre membros da mesma nacionalidade, demonstrando rivalidade nos negócios e no lazer. O Brás aparece com destaque nesse elenco, o maior número de homicídios, seguido do centro da cidade.

> "Algumas das ruas do Brás são conhecidas como particularmente criminógenas: a Caetano Pinto, a Carneiro Leão dos calabreses de 'sangue quente', padrão negativo de comportamento, invocado ironicamente pelos adultos dos bairros altos quando suas crianças fugiam ao código de boas maneiras"(225).

Muitos dos homicídios ocorriam em "explosões súbitas": brigas emergentes, geralmente brigas masculinas e entre "brancos". Com freqüência, em dias de Carnaval, domingos, Ano Novo e em locais liberadores de rotina. A maioria desses locais é o bar, as vendas e botequins dos bairros pobres, com suas toscas mesas, mercadorias penduradas sobre os balcões, atrás dos quais, geralmente, um tortuoso caminho de cortiço. Baralho, alcool e sangue se misturavam muitas vezes. Apesar de serem

---

(224) M. Inez Borges Pinto, op. cit., p.213 (Correio Paulistano-10/11/1906).

(225) Boris Fausto. Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 98.

locais masculinos, muitas mulheres são os motivos, pois lá compareciam em função do lazer dos homens. A imprensa noticiava "vendas no Brás de propriedade de verdadeiras cafetinas, abrindo caminho para a perdição de pobres meninas"(226).

No ano de 1911, um crime entre conterrâneos no Largo da Concórdia ganha o noticiário, em defesa da honra masculina, parceiros da mesma condição social, dois italianos, um açougueiro e seu freguês(227).

Entre os furtos, o elo final, os receptadores, são, na sua maioria, italianos (depois árabes e brasileiros), brancos, homens com boa escolaridade e com antecedentes negativos, muitos vinculados ao pequeno comércio, aos expedientes de sobrevivência. A alta freqüência de italianos entre os "crimes contra o patrimônio" (e não entre os crimes sexuais) é interpretada por Boris Fausto como também uma decorrência da frustração vivida diante das expectativas de "fazer a América", de ascensão social. Mas os estrangeiros são freqüentes em formas de "evasão do cotidiano" e menos em vadiagem e gatunagem, onde predominam os brasileiros. A esse respeito, é interessante a Tabela 10(228).

---

(226) Boris Fausto, op. cit., p. 120.

(227) Idem, ibidem, p. 122.

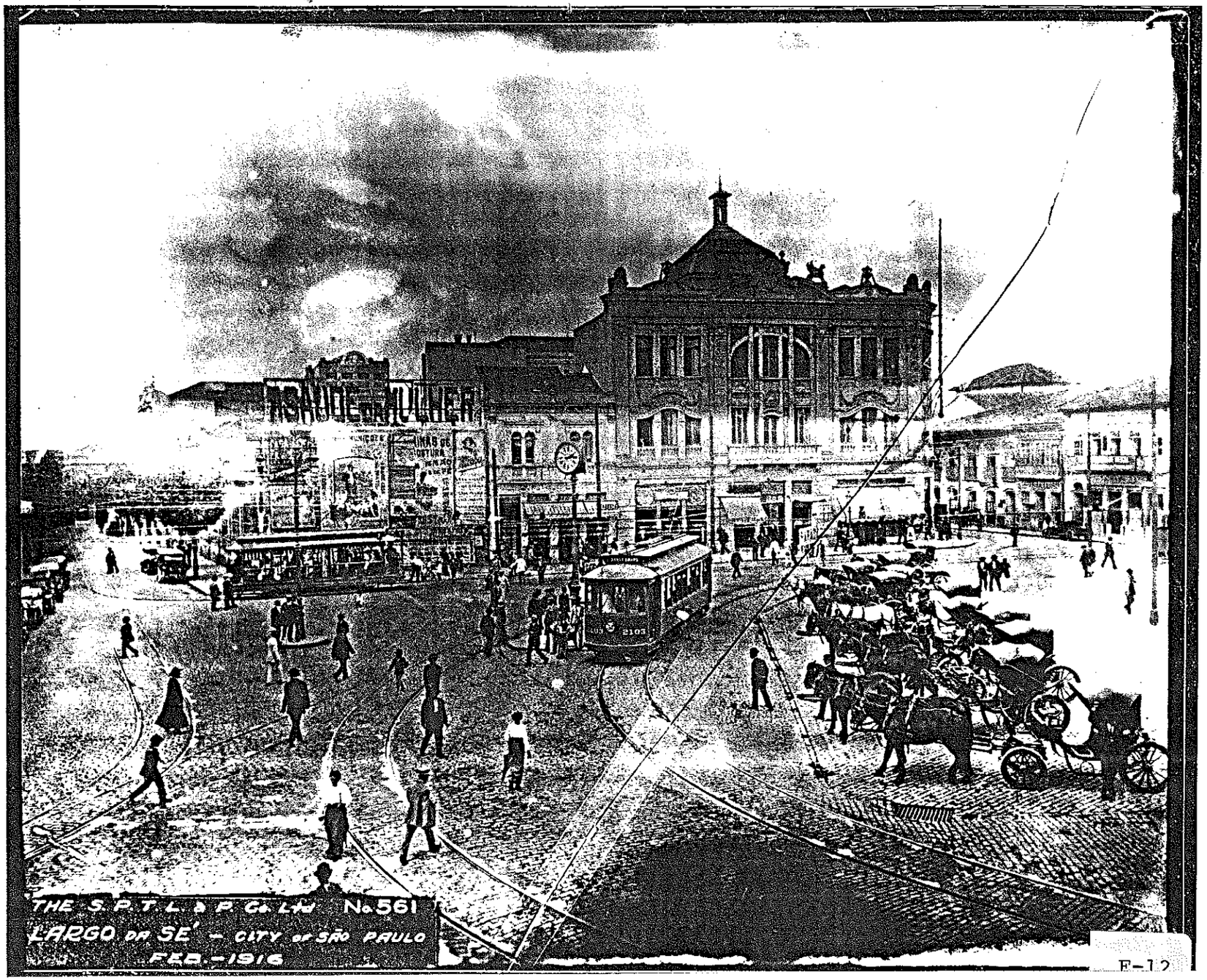
(228) Boris Fausto, op. cit., p. 62. É bom lembrar que em 1893 cerca de 55% da população de São Paulo era estrangeira e em 1920, apenas 36%. Nos anos 20, muitos imigrantes que vieram com sonhos, agora já sabiam da realidade, boa ou má. "Na luta pela sobrevivência e pela ascensão social, famílias se desigualaram, convivências se romperam no espaço urbano. Os sonhos se realizavam para alguns e as ilusões se desfizeram para muitos", op. cit., p. 10.

TABELA 10

INDICIADOS SEGUNDO A NACIONALIDADE (1880-1924) (em %)

Tipos de delito	Estrangeiros					Brasileiros	Total Geral	
	Italianos	Portugueses	Espanhóis	Outros	Total de estrangeiros		Nº	%
Homicídios	40.7	11.1	5.9	3.5	61.3	38.7	253	100.0
Furtos/Roubos	30.0	12.1	6.3	11.8	60.3	39.7	493	100.0
Sexuais	25.3	18.1	2.3	5.1	51.2	48.8	254	100.0

Fonte: AJJESP.



E-12

> "Esta artéria de grande movimento quase permanentemente interrompida a certas horas do dia,pelas porteiras da Inglesa, quase sempre fechadas.Estas porteiras conservam-se fechadas a maior parte das vezes e a maior parte do tempo(...) para manobras de trens vazios, para formação de comboio(...)"(230).

A solução teria de ser, pois, por via elevada e passagem acima do túnel. Em 1916, o povo do Brás manifestava não suportar o angustiante problema das porteiras da Inglesa.

No dia 13 de março de 1920, o jornal "A Capital" declarava que a Câmara Municipal iria solver a questão naquele dia. Vã esperança — o problema seria atenuado em 1948 com a inauguração do Viaduto Alberto Marino, assim chamado em homenagem ao compositor da valsa "Rapaziada do Brás", composta em 1917(231).

Outro fato importante a registrar-se numa história do bairro do Brás é ter sido palco da revolução que abalou São Paulo em 1924. Por situar-se próximo do bairro da Luz,que era o quartel general dos revoltosos e por ser importante centro industrial e comercial, cortado por duas estradas de ferro, o Brás sofreu violentos bombardeios e inúmeros incêndios; algumas casas foram destruídas e foi bastante elevado o número de mortos e feridos(232).

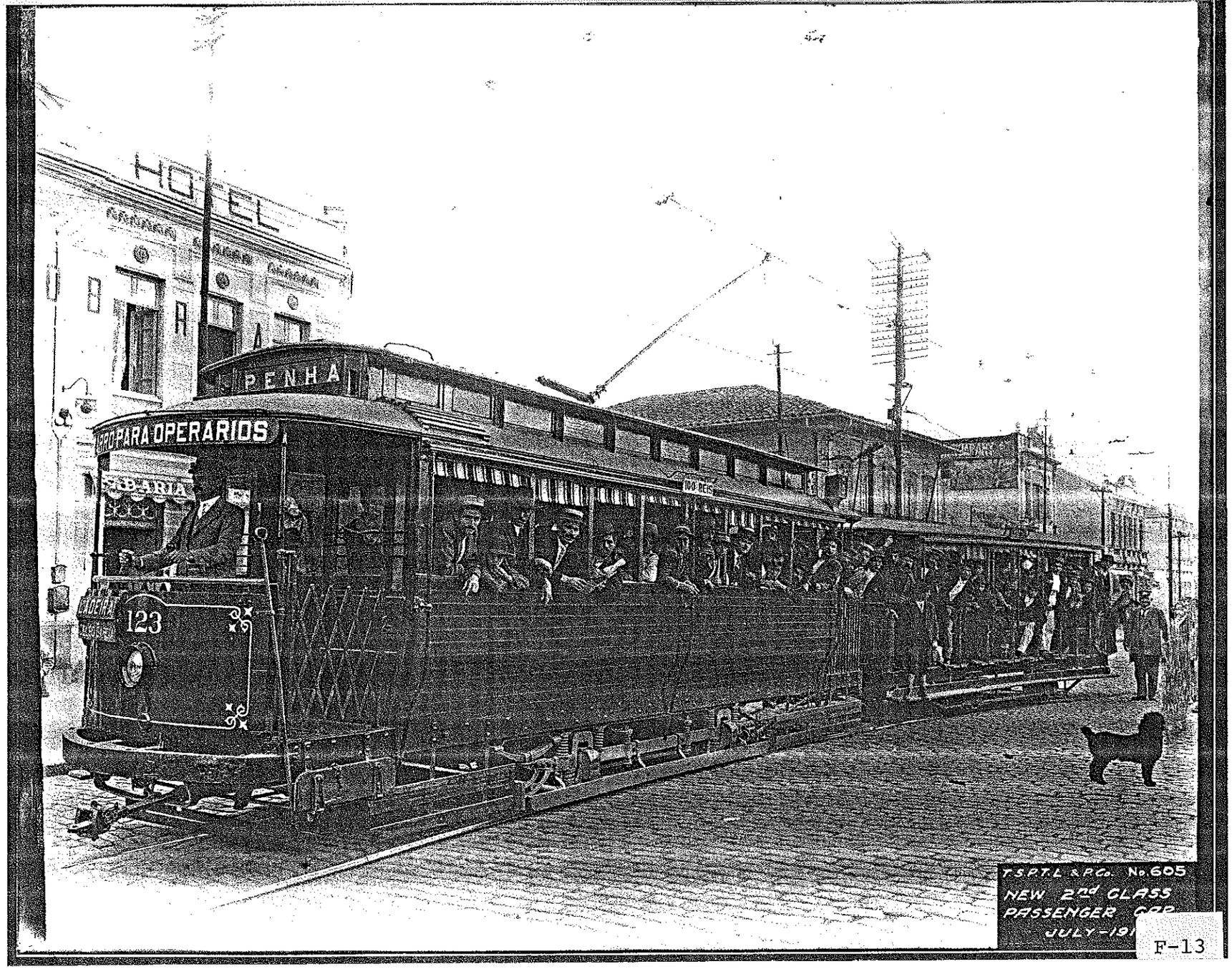
Particularmente atingido por granadas e metralhadoras, no dia 12 de julho, "O Estado de São Paulo" noticiava:

---

(230) In Maria Celestina T.M. Torres, op. cit., p. 190.

(231) Ebe Reale, op. cit. p. 35.

(232) Os fatos parecem ter-se originado da supremacia do Partido Republicano Paulista (PRP) que começou a desintegrar-se. O General Isidoro Dias Lopes dirigiu-se a São Paulo e na madrugada do dia 5/7/1924 estoura a Revolução. O efetivo dos rebeldes aumenta e estes procuram ganhar o apoio dos operários para sua causa. Mas o povo, de maneira geral, vai abandonando o bairro do Brás e a cidade de São Paulo. Principalmente fugiam os moradores dos bairros industriais, os mais atingidos. Ver M. Celestina Torres, op. cit., p. 206 e seguintes.



T.S.P.T.L & P.Co. No. 605
NEW 2nd CLASS
PASSENGER CAR
JULY-191

> ra para uma vizinha (Dona Mariquinha, uma curiosa), ela morava na Rua Boemer. A ordem que recebíamos era para quando avistássemos um avião vermelhinho das forças legalistas (que atirava bombas) para nos deitarmos no chão, estivéssemos onde estivéssemos! Nossa família fugiu para Louveira e conosco, levamos o casal vizinho e sua filha para um sítio do Sr. Luiz Martini, compadre de meus pais — produtor de uvas de mesa — e lá ficamos bastante tempo, duas semanas, e só voltamos quando soubemos do fim da Revolução, que os legalistas ganharam"(236).

O Sr. Amadeu Bovi[237] também relata a fuga de sua família para Itaici, lugarejo perto de Campinas e de como o povo saqueava o Mercado Municipal e os armazéns do bairro. Outros fugiram para outros bairros, como fala Zélia Gattai de seus tios que mudaram do Brás para sua casa na Alameda Santos[238].

3.4.7. Relações entre cultura italiana e brasileira

A identidade cultural do "italiano", "trabalhador pobre" e "morador do Brás", foi bastante ressaltada na literatura da época em questão.

Muito apegada aos usos e costumes das diferentes províncias da península, por sua vida cheia de cores e matizes, a comunidade italiana se distinguia da população paulista por muitos costumes. O apego à família, por exemplo, já comentado, é um desses traços. Cerca de 62% dos italianos se casam com paulistas; 23% deles são casamentos entre italianos e 13,6% são casamentos com outros estrangeiros[239]. Como a família brasileira apresentava características de origem próxima a dos italianos, ela se acomoda às exigências da família italiana,

---

(236) Depoimento da Sra. Ofélia Pardini, nascida em 1911 e residente no Brás até 1930.
(237) In Ecléa Bosi - Lembranças de velhos, op. cit., p. 81.
(238) Zélia Gattai, op. cit., p. 194 e seguintes.
(239) Franco Cenni, op. cit., p.236, citando o "Anuário Demográfico do Estado de São Paulo", em 1927.

fazendo prevalecer a estrutura das relações familiares, mesmo nos casamentos mistos (italianos e brasileiros); algumas estatísticas revelam, porém, que os casamentos endogâmicos apresentam maior número de filhos (cerca de dez a treze) e os mistos, não tem mais de quatro[240], o que atesta sua vitalidade e suas tradições. "Sua força numérica faz deles, muitas vezes, famílias de produção, graças à acumulação do trabalho"[241].

Esta característica havia sido valorizada positivamente pela política imigratória brasileira, conforme declaração de Martinho Prado Jr., em 1943, uma visão retórica que mascara a verdadeira desintegração familiar causada pelo impacto da imigração.

> "O italiano, profundamente amigo da família e prestando o mais entranhado culto às cãs dos seus progenitores, pisa o solo paulista como uma terra de promissão, abençoando a hospitaleira nação que lhes abre as portas de um presente melhor do que possuia, de um futuro de esperança, sem obrigá-lo à cruel separação de seus pais, desiludido de fechar-lhe as pálpebras, receber-lhes o ósculo nas portas da eternidade, e semear-lhes sobre os túmulos as lágrimas da gratidão e as flores da saudade.
> E só quem não freqüenta o Alojamento de Imigração, não presenciou as partidas da Itália pode ignorar a influência extraordinária que sobre o moral do imigrante exerce o fato de transportar consigo todos os que lhe pertencem pelo sangue e pelo coração"(242).

Apesar das feridas ocasionadas pela expatriação na coesão familiar, muitos emigrados continuam com suas famílias numerosas e se aliam a outras famílias italianas, conservando seus hábitos e tradições, sobretudo as alimentares. À base da farinha de trigo — os spaghetti, os tagliatelli, a pizza, os gnocchi, ou a polenta de milho. Introduzem certos legumes até

---

(240) Franco Cenni, op. cit., p. 238.

(241) Mário Carelli. Carcamanos e comendadores: os italianos de São Paulo, da realidade à ficção - 1919-1930. São Paulo, Ed. Ática, 1985, p. 50.

(242) Paula Beiguelman. A formação do povo no complexo cafeeiro, aspectos políticos. São Paulo, 1968, p. 47.

então desconhecidos no Brasil: o pimentão, a beringela,o brócole e fazer salsichas à calabresa e bifes à milanesa[243]. Era um dos efeitos mais reconhecidos da italianização de São Paulo: os bares, cantinas e trattorie, pizzeria, que se abrem nos bairros italianos e no centro da cidade. Mas a influência italiana é muito grande no vestuário, no mobiliário, em todos os elementos da vida cotidiana.

Na língua local, por causa dos italianos, começou-se a falar em "brasiliano", pois a afinidade entre os idiomas facilita e dificulta a aquisição correta do português aos imigrados. Muitas são as palavras italianas acrescidas ao português[244], mas além das famosas "cantinas", "cascata", fiasco, "bravata", o tchau (ciao), há ainda aquelas que não cobrem a mesma semântica, e são usadas indiscriminadamente de formação ambígua, como por exemplo, "pregare" (rezar em italiano), que tem outro significado que o pregar (em português), que seria inchiodare: colocar um prego, ou predicare (fazer pregação).

As expressões e advérbios são muitas vezes intercambiáveis, revelando um sentimento parecido, como um tesouro de sabedoria popular dos dois povos que são próximos, facilitando o intercâmbio das comunidades:

> "Amigo de todos e de ninguém" (Amico di tutti e di nessuno) e Deus me guarde dos amigos, que dos inimigos me guardo eu ("Dagli amici mi guardi Dio, che dai nemici mi guardo io").

Segundo estudos de Giorgio Mortara sobre a assimilação linguística de imigrantes e seus descendentes no Brasil[245],

---

(243) Mário Carelli, op. cit., p.50.

(244) Antenor Nascimento arrola 400 palavras portuguesas de origem italiana. Cf. M. Carelli, op. cit., p. 51.

(245) Apud Mário Carelli, op. cit., pp. 52 e seguintes.

os italianos acostumaram-se logo ao novo idioma, restando poucos coeficientes de resistência italiana (16.2% na primeira geração e 9.2% na segunda geração).

Entre a total assimilação e o italiano original que chegou, há diversas etapas, inclusive o "amálgama macarrônico das duas línguas, e no final, registram-se mudanças no português paulistano, acrescido de novas palavras: "ele mora a Santos", "o Beppo namora com a Carmela"(246).

No caso dos esportes, fica evidente uma mescla de assimilação e resistência. As associações esportivas são mistas (italianas e brasileiras, como é o caso do São Paulo Boxing Club, criado no Brás). O Clube Palestra Itália, fundado por imigrados em 1911, depois da passagem do Torino F.C. por São Paulo em marcha triunfal, tornou-se um dos mais prestigiosos clubes da cidade; mas por ocasião de partidas contra times brasileiros, surgiam rivalidades(247).

Também os italianos trouxeram outros jogos: o bocha, jogos de cartas como scopa, scopone, morra; enquanto isso, o jogo do bicho é adotado pelo italiano, que já conhecia o lotto. O jogo do bicho, brasileiro, revelava certa fobia, pois dizia, entre outras coisas, que se se sonhasse com português, dever-se-ia jogar no burro e se com italiano, no porco. Na tômbola, ocorre o mesmo (o 18 é o número do carcamano, do porco)(248).

Por sua vez, o clero italiano desempenhou um papel importante na manutenção da identidade italiana, tanto no cul-

---

(246) M. Carelli, op. cit.

(247) Idem, ibidem.

(248) Idem, ibidem.

to quanto em obras de caridade e educativas. Um exemplo era a Congregação de São Carlos (criada por Monsenhor Scalabrini), para o serviço de imigrantes que acompanhavam os italianos durante a grande viagem e a instalação. Jesuítas e salesianos fundam colégios. Um exemplo célebre é o Dante Alighieri, fundado em 1911, com o apoio financeiro do industrial Rodolfo Crespi — ali quase todos os alunos eram filhos de comerciantes da Avenida Rangel Pestana(249).

Na caracterização desse bairro italiano em São Paulo, importa descrever como essa presença se deu na cidade, como se adaptavam os imigrados e seus descendentes à vida social paulista. Além da presença cultural, dos movimentos políticos, convém ressaltar os laços mantidos com a Itália.

O apego à "mãe pátria" manifesta-se de várias maneiras: a primeira delas é mensurável pela fidelidade à família que ficou no país de origem, através da remessa regular de dinheiro. Segundo Warren Dean(250), tais remessas eram de valores menores que as dos italianos dos Estados Unidos (valor médio per capita inferior) e por parte restrita da colônia, insinuando este autor ser este fato um indicador de maior integração à sociedade brasileira, pois preferiam investir suas economias no próprio local. Por outro lado, convém aventar outra hipótese, a de maior pobreza no contingente emigrado no contexto brasileiro que no americano. Outro aspecto nesse tema é a valorização — quase tornada mito — da Itália, da exaltação nacionalista em oposição aos paulistas que queriam me-

---

(249) Franco Cenni. Italianos no Brasil, op. cit.

(250) "Remessas de dinheiro dos imigrantes italianos do Brasil, Argentina, Uruguai e EMtados Unidos da América (1884-1914), in Anais da História, São Paulo, 1974, pp. 231-237.

nosprezá-los. Alguns, passam a discussão de saudosismo e declamação das virtudes italianas: as belezas naturais, a Torre de Pisa ou os palácios de Veneza, que eles mesmos nunca viram(251).

E há pequena porcentagem de italianos naturalizados brasileiros — segundo o recenseamento de 1920, apenas 6.441 dos 444.374 estrangeiros de São Paulo e Rio se naturalizaram(252) — e um traço psicológico de querer rever a pátria. Esse mito, cultivado apaixonadamente na primeira geração de imigrantes, iria diminuir violentamente na segunda geração(253).

Esse ideal de "italianitã" era favorecido por políticas do governo brasileiro, por financiadores e industriais italianos de São Paulo. A esse respeito, chocam-se os interesses dos fascistas (que pretendem alimentar esses ideais patriotas) e anarco-sindicalistas que repelem e denunciam tais intenções ideológicas.

Nas relações com os brasileiros, no campo, os italianos tendiam a permanecer em grupos isolados, provocando inveja nos caboclos por sua prosperidade. O poeta Cornélio Pires, revelava tais sentimentos em seus sonetos(254):

"Oie italiano... cuidado;
p'ra me chamá de veiaco,
lave a boca, marcriado,
bote a sua viola no saco
Não fosse eu tá no mercado.
seu danadô de macaco...
que te vale é esse sordado
seu catinga de sovaco!
Se eu te pegasse na estrada,
te esbandaiava a barriga,

---

(251) Constantino Ianni. Homens sem paz. São Paulo, Difel, 1963.

(252) Apud Sheldon L. Maran, op. cit., p. 33.

(253) M. Carelli, op. cit., p. 64 e seguintes.

(254) Cornélio Pires - "Ameaças", apud Mário Carelli, op. cit., p. 69.

despejando a tripaiada...
Feição de vêia samôca:
havê de juntá formiga
bem nos cantos da tua boca".

Diferentemente, em São Paulo as relações de brasileiros e italianos produziram-se de outra forma, pois os europeus mostravam-se adaptados às mudanças urbanas e econômicas, fazendo que Florestan Fernandes, ao estudar o assunto, concluísse não terem-se alterado as relações raciais com a imigração italiana(255). Os descendentes de escravos, por sua vez, encontravam-se inibidos diante das profundas transformações sociais brasileiras e "perdiam na concorrência" com os imigrados pela sobrevivência.

Os italianos, por desconhecerem o escravo negro (e por etnocentrismo), tendiam a reforçar os preconceitos contra ele e solidificavam o sistema de relações raciais existentes. Os negros eram marginalizados e vistos como "vagabundos/bêbados e ladrões".

Contudo, alguns líderes de movimentos populares, brasileiros, ao referirem-se aos italianos, faziam-no valorizando alguns traços que lhes são atribuídos e julgados a base de sua prosperidade: "a vida em família, a cooperação doméstica, a economia sistemática, a aquisição de casa própria, a proscrição da irresponsabilidade sexual do homem, o culto da mãe..."(256).

Por outro lado, os italianos expressavam seus preconceitos para com os brasileiros, como se percebe pela obra de

---

(255) "Imigração e relações raciais", in Revista Civilização Brasileira I (8), julho de 1966, pp. 75-95.

(256) Mário Carelli, op. cit., p. 70.

Moriconi: "Nel paese deil 'macacchi'"(257). Segundo o texto, os brasileiros não sabiam comer, só cuidam da aparência no que se refere às roupas, não hesitam em se endividar e deixam tudo para o "proverbial dia seguinte". E, embora, "compreenda" as atitudes ostentatórias dos imigrantes enriquecidos, arrivistas italianos, estigmatizam os brasileiros ricos, que influenciam perniciosamente os emigrados nesse aspecto, com seu exemplo de arrogância.

Embora como já citado, os paulistas quatrocentões — a aristocracia local — tenham demonstrado inúmeros preconceitos contra a "italianada", foram inúmeros os casamentos entre a aristocracia cafeeira e italianos ricos (Gomide e Matarazzo, Camargo e Guarnieri, Crespi e Prado, Godoi e Lunardelli, e outros), "todos nomes de nobres, burgueses e plebeus"(258).

Contudo, essa cultura italiana de início identificada à cultura operária, influente da cozinha à opera em São Paulo, com a ascensão social de alguns imigrados vai perdendo o caráter "popular", assimilando os novos valores da classe dominante. O ideal de "italianitá" era ambíguo, suas filosofias políticas se desmoronavam quando subiam ao poder aqueles que enriqueceram.

> "A sociedade paulista integra a colônia italiana e chega a digerí-la, e esta contribuição alógena a transforma(...) Essa integração social é fruto de longa transformação das mentalidades. No início, o italiano é vítima de preconceito desfavorável enquanto imigrado; depois ele conquista o respeito dos paulistas por suas qualidades humanas, suas competências profissionais e, sobretudo, pelos bens que conseguiu adquirir. A partir da Primeira Guerra Mundial, as tensões inevitáveis que a assimilação de tal massa de estrangeiros provoca, quase nunca

---

(257) Ubaldo Moriconi. "Nel paese deil 'macacchi'", apud M.Carelli, op.cit.p.70.

(258) Aureliano Leite. "Italianos em São Paulo". O Estado de São Paulo, 20/04/1954, apud M. Carelli, op. cit., p. 71.

> se transformam em conflitos abertos. Mas, à medida que uma parte da colônia acede à classe média e os milionários se aliam às tradicionais famílias paulistas, os negros e os mulatos manifestam certa animosidade em relação a eles"(259).

Os ítalo-paulistas sentem-se brasileiros e se colocam como tal, fazendo seus pais aderirem à cultura local. Esse processo foi, muitas vezes, doloroso, como se depreende da imagem feita dos italianos na imprensa, teatro popular e literatura.

3.4.7.1. Teatro popular. Caricaturas

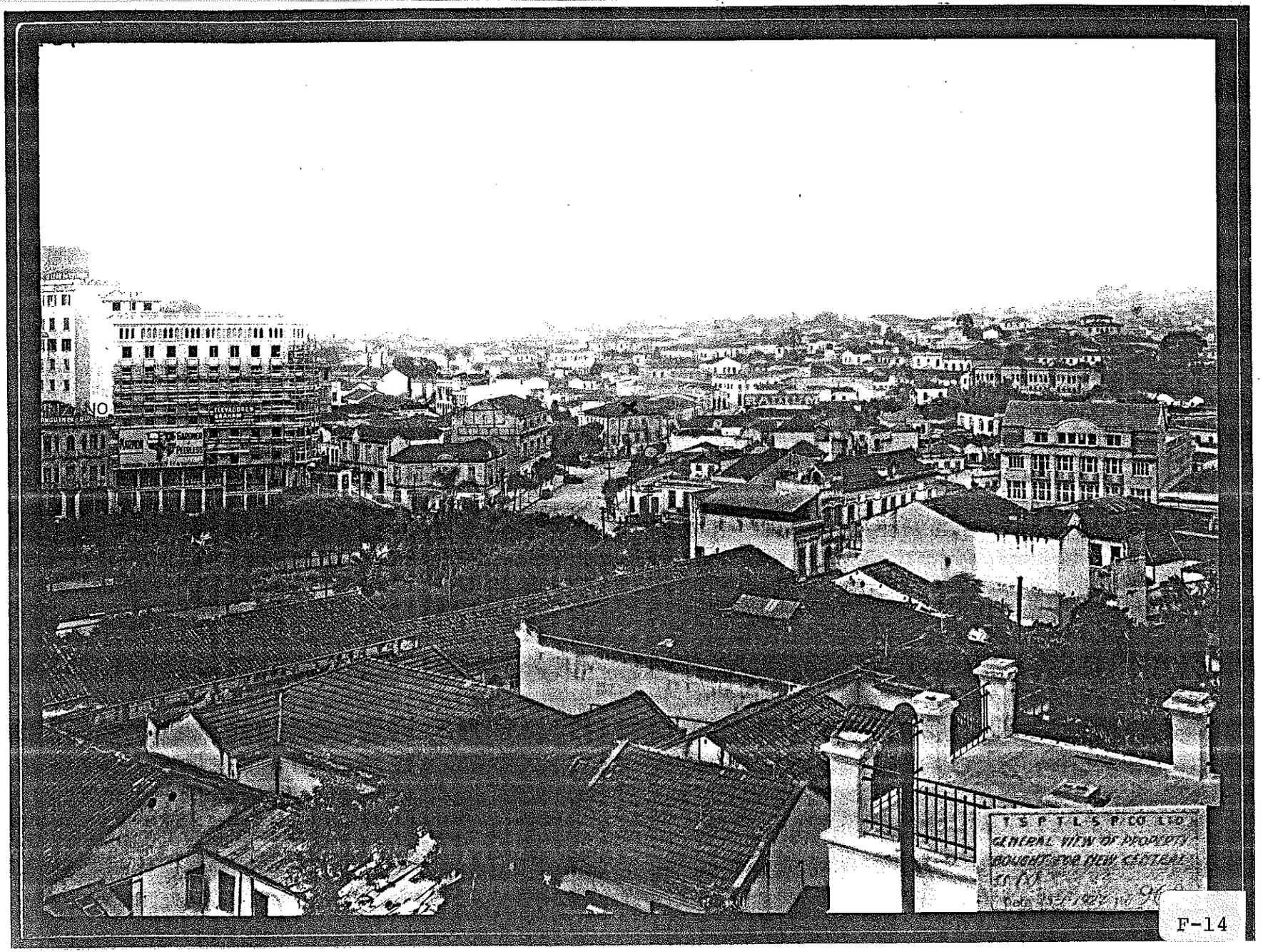
A primeira manifestação de que se tem notícia no teatro popular sobre as relações entre italianos e brasileiros, foi localizada por M. Carelli na peça de Arlindo Leal "O Boato", em 1899, uma peça de costumes em que os personagens (três camponeses, o pai, a mãe e a filha), vêm a São Paulo e descobrem-na maravilhados, ficando desconcertados com a língua e o comportamento dos italianos (carcamanos); comerciantes ambulantes, carpinteiros, cantor de ópera e vendedor de bilhetes de loteria. Esses personagens são estereotipados, falam dialetos específicos (caipira e português macarrônico,italianado), saindo desse contato em um humor burlesco, todos os desencontros de duas culturas(260).

Um dos diálogos, sobre peixes chamados lambaris:

> "1º Vendedor: Bassame fresca! Due per un tostone! Compra freguês!
> Anastácio(caipira): Arrede daí,moço...vá p'ro Diabo!
> 3º Vendedor: Lamparina fresca! Lamparina fresca!
> Anastácio: Venha cá, marvado. Qui é isso qui leva nesse samburá? Quero vê...
> Dr. Vita (advogado) examinando: Lambaris do Tietê!
> Anastácio: Então,peixe é lamparina? Ora, até o que se vê na Capitá! Vou me embora daqui seu Dotô... não posso vê essas coisas!"(261).

---

(259) M.Carelli, op. cit., pp.71-72.
(260) Apud M. Carelli, op. cit., pp. 74 e seguintes.
(261) Idem, ibidem, p. 77.


T S P T L S P CO LTD
GENERAL VIEW OF PROPERTY
BOUGHT FOR NEW CENTRAL

de um italiano, nasceu em São Paulo em 1884, fez estudos secundários e profissionais na Itália e volta para cá em 1904. Muito ligado à história dos imigrados, manda desenhos para o jornal "Cara Dura - é il giornale piú stupido del mondo", marcando seu traço de combate político e satírico. Era portador de um nacionalismo exagerado pelo Brasil, com orgulho de ter nascido no Largo Paissandu. Frequentador de cafés, da boemia (dos chopps), retratava tipos no cotidiano, da rua, dos subúrbios, dos bares, nos cantos humildes da cidade,como o varredor de rua, o vendedor de balas, o vigia noturno, o vendedor de jornais, especialmente os ítalo-brasileiros.

Além da ilustração para "O Saci", de Monteiro Lobato, fez a capa da primeira edição da "La divina increnca", de Juó Bananere(1916). A coleção "O Pirralho" é fundamental para conhecer o início do século XX paulista.

Sua obra se apresenta como uma denúncia anti-militarista, anti-clerical e anti-imperialista e como um combate aos políticos no poder. Revela também grande ternura para com os mais pobres. Suas ilustrações e caricaturas aparecem não só em obras de Cornélio Pires, Monteiro Lobato como nos jornais italianos semanários (por exemplo, o "Don Chisciotte",de inspiração socialista, Fanfulla, Il Pasquino Coloniale; na imprensa carioca: D. Quixote, O Malho. Na imprensa política ele se realizou: Terra Livre, O Queixoso, O Tagarela, A Vespa, O Parafuso (semanário anti-clerical quase anarquista),além da chamada grande imprensa, O Estadinho e A Gazeta.

Diria dele Sérgio Milliet: "Para o historiador social do futuro, Voltolino terá a mesma importância que

Debret para o historiador atual (...)"[264].

Seu personagem mais célebre é o Juó Bananere, encontrável durante muitos anos em "O Pirralho", no "Diário do Abaixo Piques", em "O Queixoso" e em "A Vespa"; um tipo popular, gesticulador e extrovertido, com seu lado sentimental e procurando suscitar condescendência para o ítalo-brasileiro, o imigrado.

Segue-se verdadeira galeria de tipos e retratos, cenas que tratam da vida cotidiana da colônia italiana em especial, destacamos a caricatura (D. Quixote, nº 126,08/10/1919) que fala sobre o eleitorado italiano[265] e às Urnas, Bandeirantes (D. Quixote, 130, 05/11/1919) em que aparece o cosmopolitismo do eleitorado paulista.

Interessante é a caricatura Os Indesejáveis (D.Quixote, 131, 12/10/1919) em que um anarquista prepara "máquina infernal", um texto sobre a organização operária. Sobretudo Voltolino capta, com rara felicidade, os conflitos culturais do ítalo-paulista, como se depreende do texto de Alcântara Machado sobre ele[266], retratando a vida cotidiana, "os pontos fracos" e verdadeiros da realidade:

> "Vinte de setembro. Dia em que a colônia enche-se de macarrão, Chianti e patriotismo. Arvora na rua as cores nacionais. O cônsul dá recepção. As sociedades italianas erguem vivas e ouvem discursos. A banda Ettore Fieramosca dá um passeio triunfal(...) Voltolino resumiu toda essa festança, todo esse delírio, a psicologia de todas essas comemorações com felicidade única. Sua caricatura representa o italiano clássico (bigodeira agressiva,pança vasta, toscano fumegante) puxando pela mão o filho vesti-

(264) Apud M. Carelli, op. cit.,p.92.
(265) Apud M. Carelli, op. cit., pp. 197-198. Verificar também pp. 97 e seguintes.
(266) A. Alcântara Machado. "Revista do Brasil", abril/1916. "Il XX Setembre" apud M. Carelli, op. cit., p. 100.

> do de 'bersagliere'. Só. Nem era preciso mais. São duas figuras que dizem tudo. A atitude embandeirada do italiano orgulhoso com a sua idéia de vestir o filho daquela maneira em homenagem à pátria e o aspecto desse último, todo desajeitado,sem compreender a significação daquela maçada, constrangido e bobo, formam um contraste gostoso, contraste que sintetiza essa luta surda que se desenvolve entre os que para cá vieram enriquecer trazendo no fundo da trouxa entre roupas remendadas e caçarolas furadas, todo o peso das tradições de sua raça, e os filhos que deles nasceram aqui, livres dos preconceitos ancestrais, crescendo e se firmando brasileiros em absoluta identidade com o solo e com o meio".

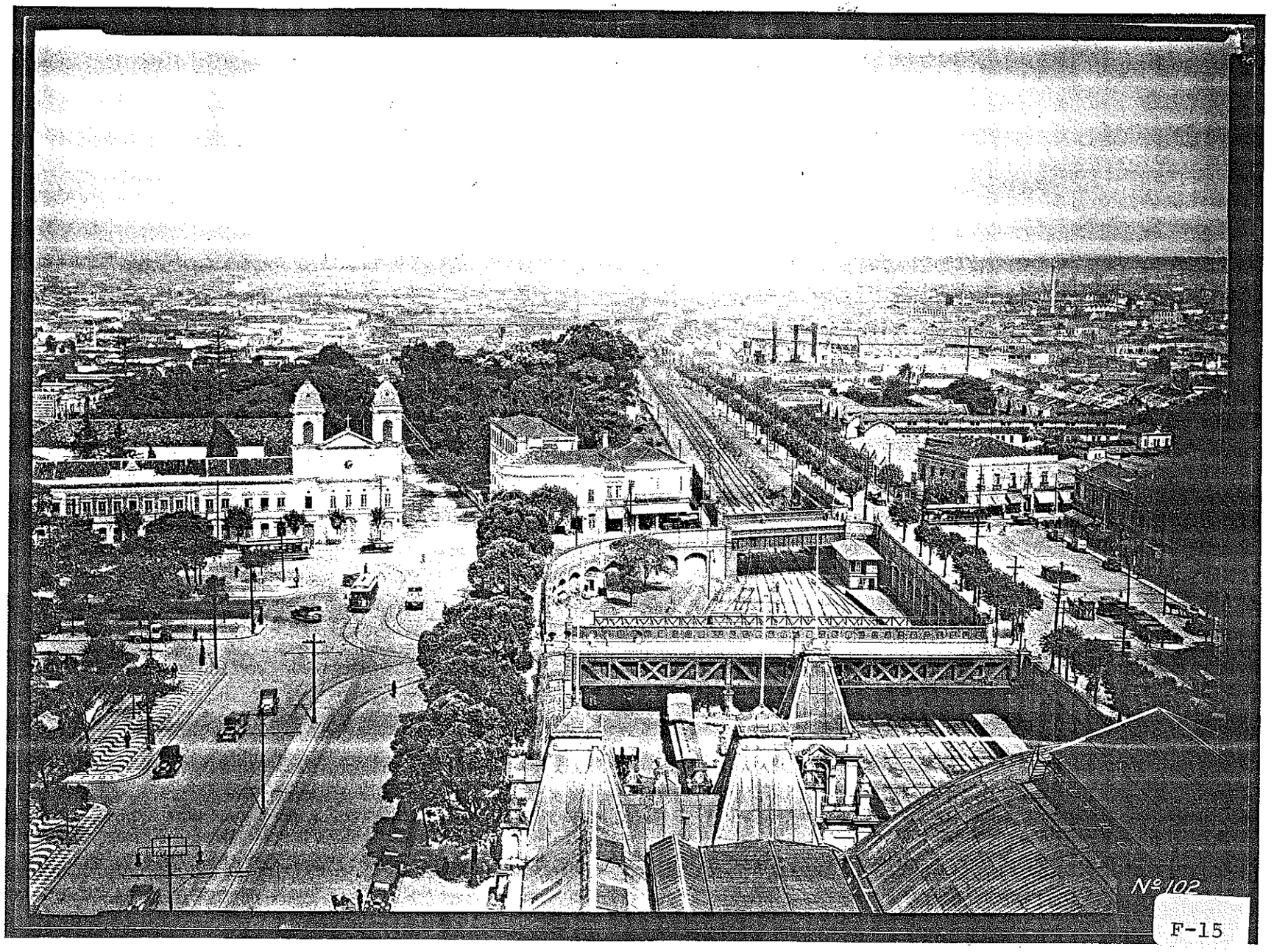
3.4.7.2. Literatura

O tipo Juó Bananére, pseudônimo italianado de João Bananeiro, por sua vez, criação de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, exprimia muito claramente o que muitos outros sugeriam: "era, sem dúvida, o líder porta-voz da colônia"(267). Este autor, nascido em 1892 no interior do Estado de São Paulo, freqüentaria a Escola Politécnica de São Paulo, situada na Rua Marquês de Três Rios, no Bom Retiro, bairro freqüentado por italianos (ali fica a Rua dos Italianos, como um dos sintomas da naturalidade de seus habitantes). Acostuma-se e fica fascinado com cenas do cotidiano, familiarizando-se com hábitos e língua dos "intalianos", ele mesmo considerado um "paulistaliano", conforme apelido que lhe deu Monteiro Lobato.

Sendo engenheiro, deixou obra arquitetônica imponente, sóbria, mas pouco original, na linha neoclássica de influência italiana. Sua maior criatividade 'explode' com Juó Bananere, nas crônicas semanais para O Pirralho, jornal dirigido por Oswald de Andrade em 1911.

---

(267) A. Alcântara Machado, apud M. Carelli, op. cit., p. 103.


Nº 102

Havia um caráter político nesse satirizar, representando os interesses dos italianos (oprimidos) e não poupando os homens do poder, especialmente o Marechal Hermes da Fonseca — "Mareschialo", "Hermese", "Dudu" —, presidente da República de 1910 a 1914. Isso veio a reforçar a campanha civilista contra os militares no Governo.

Quando Olavo Bilac veio a São Paulo para fazer conferências na Faculdade de Direito, em uma verdadeira campanha nacionalista no país, Juó Bananere deu sua interpretação dos fatos, publicando em O Pirralho (30 de outubro) na primeira página, o retrato de Bilac como cavaleiro e no meio da revista, sua versão sobre a mensagem:

> "A migna visita na Gademia Di Comerço du Braiz — - o discursismo — o intusiasmo du pissoalo"(...) non é só o Billacco che é uleomo de lettera — io tambê, io tambê scrivo verso (...) Intó, pur causa che iosó un uomo di lettera... os studanti da Gademia di Cumerço du Braiz mi accunvidá esta settimana p'a i avisitá a rifirita Gademia(...) e qui os italiano qui non manda nada, quano putera inveiz aguvernâ esta porcheira! quale é a consequenza da bidicação de nostra forza e du nostro nazionalismo? E chei nasce una griança, a mãia é intaliana, o paio é intaliano e illo nasce é un grandi brasiliano! Isto non podi ingontinuá, no! A voiz, chi sono giovani i forte, cumpete a fazê a reaçó..."(271).

Para se perceber toda a ironia de Bananere é bom lembrar que o carcamano do Brás nunca freqüentava as Academias de Letras ou do Comércio; o próprio bairro era assim satirizado, ao mesmo tempo que desnudava a pobreza e a opressão do trabalhador imigrante, reduzido a funções subalternas.

Produziu ainda inúmeros textos para teatro, sendo considerado precursor dos modernistas e merecendo inúmeros es-

---

(271) Juó Bananere - apud M. Carelli - op. cit., pp. 108-109.

tudos sobre sua obra. Era-lhe atribuído o papel de assimilar o imigrado a São Paulo, ao mesmo tempo que reconhecia e reclamava seu acesso ao poder. Símbolo e expressão da desigualdade social, dele diria Otto Maria Carpeaux:

> "Há uma relação entre língua e classe. As classes sociais têm, cada uma sua própria língua. A língua parnasiana dos 'cartolas' de São Paulo, não podia ser a mesma da classe mais pobre do Estado, dos recém-imigrados italianos. Deliberadamente ou não, Juó Bananere usou a língua macarrônica, ítalo-portuguesa, dessa gente, para ridicularizar os 'cartolas', cujo reino acabou em 1929"(272).

Talvez muitos leitores de hoje, não familiarizados com a sociedade daquele tempo não consigam perceber tão profusamente suas "leituras", impregnadas de "fidelidade crítica", da época em que viveu. Os autores modernistas, talvez mais próximos ao gosto atual de muitos, também contribuem significativamente para a compreensão e identificação das relações entre o bairro do Brás, cultura italiana e identidade operária.

Alguns exemplos, tirados da obra de Alcântara Machado, de Domingos Alexandre, Monteiro Lobato, descrevem o bairro do Brás como o lugar dos oprimidos de então(273).

Sylvio Floral(274), em crônicas romanceadas sobre São Paulo, mostra certo preconceito para com a classe dos emigrados.

> "Se o suor fosse símbolo da honestidade, o Brás seria, no conceito dos bairros, o mais honesto de todos. Todos os que lá vivem, acometidos do desejo de acumular fortuna, esfalfam-se, escorcham-se quase que animalescamente, no intuito de enriquecer o

---

(272) Otto Maria Carpeaux. "Uma voz da democracia paulista" in "Presenças" RJ, INL-MEC, 1958, pp. 200-204.
(273) Esses autores, e outros, são citados por M. Carelli, op.cit. p.124 e ss.
(274) Pseudônimo de Domingos Alexandre que escreveu o conto A ronda da meia-noite (1925) e A coragem de amar (romance), apud M.Carelli, op.cit.p.125.

> mais depressa possível (...) A maioria trabalha com o firme propósito de não mais sair daqui... O Brás é bem uma possessão italiana encravada no flanco da Paulicéia. Lá, respira-se uma atmosfera eminentemente italiana na generalidade, de ótima garrulice e entusiasmo; e também em certas particularidades percebemos umas aragens napolitanas. Bebe-se vinho feito de tudo, menos de uva; costuma-se engrolar avantajados pratos de macarrão, e joga-se também a mora aos gritos, enquanto as pimpinellas e os guaglliôs passeiam sorridentes namoricando, como se estivessem na via de Chiaia da cidade do Vesúvio... Não se pode negar que no seio dessa vasta aglomeração, os italianos, donos do bairro, em franca camaradagem, formam a regra; os outros, a exceção; e, apesar de bem vistos, não passam de inquilinos".

Também Monteiro Lobato, mesmo antes da Semana Modernista, já descrevia o Brás como palco das grandes transformações advindas com a imigração:

> "Enquanto São Paulo crescia, o Brás coaxava... E assim foi, até o dia da avalanche italiana. Quando, lá no Oeste, a terra roxa se revelou mina de ouro dos que pagam duzentos por um, a Itália vazou para cá a espuma da sua transbordante taça de vida. E São Paulo, não bastando ao abrigo da nova gente, assistiu, atônita, ao surto do Brás... São duas cidades vizinhas, distintas de costumes, de almas já bem diversificadas. Hoje, ir ao Brás é uma viagem. O Brás não é ali, como o Ipiranga. Diz-se: - vou ao Brás - como quem diz: vou à Itália. Uma Itália agregada como um bócio recente e autônomo a uma urbe antiga, filha do país: uma Itália função da terra negra, italiana por sete décimos e algo nueva pelos três restantes"(275).

E continua em descrições realistas, quase modernistas, com ironia crítica:

> "O Brás trabalha de dia e, à noite, dorme. Aos domingos, fandanga ao som do bandolim. Nos dias de festa nacional (destes tem predileção pelo 21 de Abril: vagamente, o Brás desconfia que o barbeiro da Inconfidência, porque barbeiro, havia de ser um patrício), vem a São Paulo. Entope os bondes no travessio da Várzea e, cá, ensardinha-se nos autos: o pai, a mãe, a sogra, o genro e a filha casada no banco de trás; o tio, a cunhada(...) O carro, vergado de molas, geme sob a carga e arrasta-se a meia

---

(275) Monteiro Lobato - "O Brás" in Cidades Mortas apud M. Carelli, op.cit. p. 126.

> velocidade ruas acima, exibindo a Paulicéia aos olhos arregalados daquele exuberante cacho humano. Finda a corrida, o auto debulha-se do enxame no Triângulo e o bando toma de assalto as confeitarrias para um rega-bofe de spumones, sisis, croquetes (...). O Brás devora tudo, ruidosa e alegremente e sai impondo bem-aventurança estomacal(...) Em seguida, toca para o cinema! (...) o Brás chora nos lances lacrimogeneos da Bertini e ri nas comédias a gás hilariantes da L-KO mais do que autorizam os mil e cem de entrada. E repete a sessão, piscando o olho. (...)
> As mulheres do Brás, ricas de ovário, são vigorosíssimas de útero. Desovam filho e meio por ano, sem interrupção, até que se acabe a corda ou rebente alguma peça essencial da gestatória (...)
> Desce a noite, e, nos desvios de rua, nos becos, nas sombras — o amor lateja. Ciciam vozes cautelosas das janelas para os passeios; pares, em conversa disfarçada, nos portões, emudecem se passa alguém ou tosse lá dentro o pai.
> Nos cinemas, durante o escuro das fitas, há contatos longos, febricitantes; (...) É o latejar da messe futura. No ano seguinte, todo aquele erotismo por música, com ciclos de pensamentos de cartão postal, estará morto — legalizado pela igreja e pelo juiz, transfeita a sua poesia em choro de criança ou trabalheiras sem fim da casa humilde(...)
> Filho da lama negra, o Brás é, como ela, um sedimento de aluvião humana. É São Paulo, mas não é a Paulicéia. Ligada a esta pela expansão urbana, separa-os uma barreira — a eterna barreira que separa o velho fidalgo do peão enriquecido..."(276).

E assim vai a intelectualidade paulista tentando dar conta da "invasão" estrangeira, a "avalanche" italiana, trabalhando com estereótipos: a falta de refinamento de novos ricos, a labuta suarenta dos trabalhadores, a falta de brasão e a fortuna.

Dessa forma, os emigrados passam por descrições de vários tipos, do nacionalismo de Plinio Salgado: "Ivã (Estrangeiro) compreendia a distância que ia do bairro proletário do Brás aos luxuosos quarteirões de Higienópolis"(277).

---

(276) Monteiro Lobato - Cidades Mortas (1919) apud M. Carelli, op. cit., pp. 127/128.

(277) Plinio Salgado, O estrangeiro (1926) apud M.Carelli,op.cit., p.134.

Mas foi com Mário de Andrade que o "mal-estar" provocado pelos italianos de São Paulo foi assumido, assinalando tudo que chocava sua sensibilidade de "paulista de velha cepa"(278). Porém, a obra de M. de Andrade é nuançada e, se existe alguma animosidade para com a colonia italiana, o olhar que lançou aos novos ricos que macaqueiam a burguesia local é bem diferente: é mais agressivo com o arrivismo!

Em Paulicéia desvairada (1922), no escândalo provocado pela Semana de Arte Moderna, reflete-se o novo rosto da cidade:

> "São Paulo! comoção de minha vida...
> Os meus amores são flores feitas de original..."

E traça a oposição "bandeirante/imigrante" e muitas vezes o seu rancor vai para os novos ricos — sucessores dos bandeirantes, já ítalo-paulistas:

> "Guardate! Aos aplausos do esfuziante clown,
> heróico sucessor da raça heril dos bandeirantes,
> passa galhardo um filho de imigrante,
> loiramente domando um automóvel!"(279).

Embora fosse sensível à miséria da massa dos emigrados, expressando alguma ternura para com a "costureirinha de São Paulo, ítalo-franco-luso-brasílico-saxônico"(280) e pela italianinha, Mário de Andrade opõe imagens dos ricos aos proletários dos bairros pobres.

Dedicada a Antonio de Alcântara Machado, a obra Belazarte (1933) traz contos que retratam tipos ítalo-paulis-

---

(278) Giorgio Marotti apud M. Carelli, op. cit.

(279) Mário de Andrade, O domador. Poesias Completas apud M. Carelli - op. cit. p. 138.

(280) Mário de Andrade - TU in M. Carelli, op. cit., p. 139.


N°125

Carmela, outro conto do livro, também revela a desproporção das pretensões da bela costureirinha pobre e sua real condição, vítima de amadores que a convidam a passear de carro(282).

Alcântara Machado utiliza-se também de termos típicos, mistos de italiano e português, além do relato rápido, telegráfico, penetrando no universo buliçoso das habitações do Brás ou outros bairros proletários — "um bruto tapa" — "scusi", com tom de sátira social, mas com humor e não ironia.

Melhor que qualquer outro, Alcântara Machado conseguiu retratar cenas do cotidiano do Brás, a sua gente, superando reações xenófobas paulistas, integrando-os nas letras brasileiras(283).

---

(282) M. Carelli - op. cit. pp. 163 e seguintes.

(283) Idem, ibidem, p. 192

CAPÍTULO 4 - A REMODELAÇÃO DE SÃO PAULO COMO METRÓPOLE INDUSTRIAL E O PROCESSO DE DESCARACTERIZAÇÃO DO BRÁS

"Defender o patrimônio histórico e artístico de uma cidade é alfabetização" (Mário de Andrade).

"O Brás é um bairro interessantíssimo, sem dúvida o mais interessante e curioso da cidade. Separado do Centro pelo deserto da Várzea do Carmo, parece outra gente e outra vida, como se já vivesse por si mesmo já bastasse. Há aqui inúmeras filiais de casas importantes do Centro, e não poucos estabelecimentos ricos, que só vivem desta população laboriosa. E como há gente aqui! (...) como tudo isto é novo! Como tudo isto é diverso do que se vê lá por cima, nos bairros plutocratas da Avenida Higienópolis, Campos Elíseos, ou nos bairros burgueses - Vila Buarque, Santa Efigênia, Santa Cecília, Liberdade (...) Que aspectos inéditos oferece este Brás! E não haver um artista que explore este precioso manancial de impressões, como em Paris se exploram Montmartre e o Bairro Latino ..." (O Estadinho, 27/01/1919).

"É certo que o velho bairro do Brás já não era o mesmo de outros tempos. Que já não era só de italianos e espanhóis, que tinha se tornado um lugar desagradável, onde as casas e as ruas tinham a mesma cor acinzentada, que já não tinha cadeiras e famílias em suas calçadas. Que nem o majestoso Teatro Colombo tinha mais. Tudo isso já era sabido e o prefeito talvez não estivesse de todo errado ao sentenciar há dias que o Brás não é um 'bairro histórico' porque sua história - que é uma parte da própria história da cidade - hoje só existe na memória de alguns ou em poucos livros. Quem sabe por isso a notícia divulgada na semana passada de que 944 casas de 28 ruas do Brás seriam desapropriadas para dar passagem ao Metrô não tenha provocado nenhum impacto na cidade: afinal, comentou-se, foi apenas um golpe de misericórdia no velho Brás que já agonizava, desfigurado, vulnerável às investidas de um emaranhado de viadutos e avenidas e a avalanche de seus novos habitantes; não mais os imigrantes que atravessaram mares para aqui dar início à industrialização do país, mas nordestinos acossados pela miséria e pela seca, em busca de sobrevivência. Na verdade, as poucas reações à mais recente mutilação do que restava do velho Brás ficaram por conta de alguns desapropriados que teimam em viver ali naquelas velhas casas, como se fizessem parte delas. Esses sim parecem sofrer com a idéia de que terão finalmente que deixar o velho Brás" (O Estado de São Paulo, 21/07/1973).

4. A REMODELAÇÃO DE SÃO PAULO COMO METRÓPOLE INDUSTRIAL E O PROCESSO DE DESCARACTERIZAÇÃO DO BRÁS

Nas páginas do jornal, o roteiro de um processo que descaracterizou o bairro do Brás, acompanhando as mudanças da cidade de São Paulo nos últimos sessenta anos.

As transformações profundas da sociedade brasileira após 1930 alteraram em muito o desenvolvimento urbano de São Paulo. Como ele, o Brás iria sofrer um processo de descaracterização de seu feitio de bairro operário e do apogeu dos inícios do século XX.

Os anos 30 acontecem no Brasil marcando uma nova fase, especialmente no que tange à industrialização. Toda a acumulação anterior havia propiciado condições de tecnologia e de mercado para que a indústria se consolidasse e se auto-sustentasse, o que vem a acontecer principalmente na década de 40.

A crise de 1930 foi fatal ao modelo primário-exportador caracteristicamente colonial. Embora o setor agrário-exportador não tenha sido destruído, perdia influência progressivamente e o caso paulistano vai revelar muitos passos dessa trajetória.

A história da cidade de São Paulo pode ser sintetizada em alguns indicadores, sem que nos atrevamos a contar todas alterações por demasiado amplas e complexas. Quem poderia imaginar que uma cidade que na virada so século não ultrapassava 240 mil habitantes, em 1990 contasse com mais de onze

milhões de pessoas? Esse processo de aglomeração urbana pode ser acompanhado resumidamente pela tabela 11, que compara o crescimento da população da cidade e o esvaziamento do Brás (1).

Apesar da diversidade dos limites e divisas do subdistrito do Brás, que variou de extensão durante este século, é inegável que enquanto a população da cidade de São Paulo crescia vertiginosamente, especialmente após 1940, justamente a partir daí o Brás passou a declinar, esvaziando-se sua condição de abrigo operário, descaracterizando-se enquanto bairro italiano e assumindo outra inserçao no contexto da metrópole.

Há alguma dificuldade na periodização desse largo tempo do século XX. Atendo-nos, porém, à evolução urbana da cidade de São Paulo e dos processos ocorridos com o Brás, em particular, convém que delimitemos alguns marcos (2):

I. De 1920 a 1940, quando os anos 20 e 30 em especial, são períodos de transição para uma cidade moderna, a serviço da indústria: o Brás italiano, operário, com função industrial e comercial.

---

(1) Pelas estimativas da Fundação SEADE/SP, a população do Município de São Paulo em 1989 seria de 11.097.954 pessoas e em 1990, 11.380,300. Fundação SEADE, Informe Demográfico nº 18.

(2) Muito dessa periodização se baseia em Nabil Bonduki: "Habitação Popular: contribuição para o estudo da evolução urbana de São Paulo", in Lícia do Prado Valladares (org.). Repensando a habitação no Brasil, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1983; ver também J. Richard Langenbuch. A estruturação da Grande São Paulo, Rio de Janeiro, IBGE, 1971, op. cit., que divide o início da metropolização de São Paulo entre 1915 e 1940 e a partir de 1940, a grande metropolização recente. M.Lucia Libaneo - A invenção da Cidade de São Paulo, dissertação de mestrado apresentada à PUCSP, 1989, periodiza três fases: cidade moderna (década de 30), com o Plano de Avenidas de Prestes Maia; cidade humanizada (anos 50), com o Pe. Lebret e SAGMACS; cidade economicista (1968 até hoje) com o PUB, PMDI e PDDI. Para o bairro do Brás, ver A.R. Martin - O bairro do Brás e a deterioração urbana, op. cit.; M. Celestina Torres, op. cit.

TABELA 11

Dados Comparativos entre o Município de São Paulo e o Subdistrito do Brás - 1920/1989

Ano	População total do Município de São Paulo (A)	População residente no Brás (B)	% B/A	Área Km²	Densidade hab/km²
1920	579.033	67.074	11,6	2,6	25.798
1940	129.223	81.270	6,3	2,6	31.258
1950	1.298.096	68.135	3,1	2,6	26.206
1960	3.825.351	64.061	1,7	4.63	13.836
1970	5.924.615	62.480	1,0	4.63	13.495
1980	8.493.217	48.640	0,6	3,98	12.221
1989	11.097.954	39.287*	0,4	3.98	9.871

Fontes: Censos Demográficos 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980.
J. Richard Langenbuch, op. cit.

* Estimativas Fundação SEADE e SEMPLA/Decor. Com base na Pesquisa Origem-Destino(1987) efetuada pela Cia. do Metropolitano, adaptações feitas pela SEMPLA(Prefeitura Municipal de São Paulo) apresentam um total de 59.118 habitantes para o Brás. Acreditamos, porém, que se trata de controvérsias acerca do perímetro adotado na delimitação do subdistrito. Esse aspecto será enfocado no Capítulo 5.

II. 1940-1970: A década de 1940 é o momento de ruptura do padrão de cidade, especialmente tendo em vista a modalidade de habitação. É a expansão metropolitana e o início do esvaziamento do Brás e início de sua nordestinização. Só as funções industrial e comercial prevalecem, enquanto ocorre um esvaziamento espontâneo.
Na década de 50 (segunda metade até 1964), um importante marco político que assinala a continuidade do modelo de desenvolvimento urbano: a expansao periférica. Continua o esvaziamento do Brás permanecendo as funções industrial e comercial e de habitação "degradada". Esvaziamento espontâneo e deterioração induzida pelas políticas urbanas de remodelação do sistema viário.

III. Décadas de 70 e 80, quando eclodem muitos movimentos sociais urbanos sob o autoritarismo. A deterioração do Brás se explicita agora sob intervenção planejada do Estado, o Metrô e o Brás nordestino — deterioração compulsória.

IV. O Brás atual (até 1990) o Brás nos dias que correm, acabando de receber novos moradores (Cohab), com os planos de reurbanização, e como se configura no contexto da metrópole.

4.1- A Estruturação da Cidade até 1940: A Industrialização Capitalista, Modernização de São Paulo e seus Reflexos no Brás

4.1.1- O Crescimento da Cidade e Seus Agentes

Segundo Langenbuch, é entre 1915 e 1940 que se dá

a verdadeira metropolização de São Paulo [3], com a tendência já firmada anteriormente de criação de loteamentos mais isolados da cidade. Já em 1922 cita esse autor que novos trechos de várzeas haviam sido ocupados para loteamentos, embora não edificados, como é o caso de Vila Maria Baixa e parte de Vila Guilherme, as vilas de Independência e Carioca; surgem também os chamados "bairros-jardins", destinados às classes abastadas, como o Jardim América, Jardim Europa, Pacaembu, Jardim Paulista, Alto da Lapa, por iniciativa da City, Companhia Imobiliária; e no setor oeste, a Vila Leopoldina acaba se unindo ao centro por outros loteamentos intermediários.

Em 1930 essas tendências continuaram, embora atenuadas. O Mapa Topográfico do Município de São Paulo [4] mostra que os bairros isolados se ligam ao centro da cidade por novos loteamentos, embora os vazios não tenham desaparecido totalmente. Isso acontece a leste, com a Penha; entre Moóca e Vila Prudente, a sudeste, surgira o Parque da Moóca; a Vila Monumento ligava Ipiranga e Cambuci, assim como Vila Gumercindo e Bosque da Saúde uniam a Vila da Saúde ao Ipiranga; o loteamento Mirandópolis ligava a Vila da Saúde à Vila Clementino e a Indianópolis pelo Planalto Paulista. Entre o Jardim Paulista e a Chácara Itaim (hoje Itaim Bibi), se estabelecera o loteamento Vila Primavera e o arruamento entre Pinheiros e Consolação se ampliara.

Essa cidade, antes mais compactada, também se espraia horizontalmente, sofrendo agregações e prolongamentos

---

(3) Langenbuch, op. cit., p. 131 e seguintes.

(4) Cf. J. R. Langenbuch, op. cit. Mapa Topográfico do Município de São Paulo, 1930 - escala 1:5.000 e 1:20.000, de SARA Brasil S.A.

aos seus bairros isolados; isso acontece com a Penha, a qual se agregam as vilas Santana, Centenário e Esperança; prolonga-se a Vila Prudente ao sul pelo Parque Vila Prudente. Em torno do Ipiranga surgem outras vilas e assim por diante, nos quatro lados da cidade, surgindo a Vila Uberabinha, o Alto de Pinheiros, a Vila Ipojuca, a Vila Albertina, o Chora Menino, quase que formando subcentros.

Em muitos bairros, o bonde precedeu o povoamento, como arrojado meio de difusão da urbanização: Heliópolis, Bosque da Saúde, Jardins, Alto da Lapa, Jabaquara e Cidade Jardim, neste caso até ultrapassando os limites do loteamento. Mas a partir de 1930, o ônibus surge como nova forma de transporte coletivo. Em 1935 havia 62 linhas de ônibus na cidade, número superior às de bonde. A relação entre os dois meios de transporte coletivo era, em alguns casos, de dobrar com ônibus a linha do bonde quando era insuficiente face à demanda; em outros, o ônibus servia onde o bonde jamais iria e outros ainda, o ônibus atingia áreas nitidamente suburbanas.

Ainda a cidade apresentava pouca densidade de edificações, em largas porções externas, indicando que a especulação imobiliária continuava desenfreada. Os terrenos situados nos limites urbanizados tinham seu valor artificialmente ampliado, obrigando grande parte de demandantes a se instalarem cada vez mais distantes.

Outro fator que deu grande impulso na geração de subúrbios residenciais foi a ampliação do parque industrial nas várzeas percorridas pela ferrovia Santos-Jundiaí; outrora concentrado nas estações agora com indústrias toda a faixa intermediária entre Lapa e Ipiranga. A ferrovia leva operários a se estabelecerem fora da cidade, próximos às estações, onde

os preços de terrenos são acessíveis ou mesmo o são os aluguéis de casas, e beneficiavam-se tamvém desse tipo de transporte barato no esforço diário de trabalho.

Surge assim um extenso cinturão de loteamentos residenciais suburbanos (5), embora de ocupação rarefeita, mas preparando a futura expansão paulistana, ultrapassando até os limites municipais, como é o caso de trechos proximos de São Bernardo (Vila Bela - Vila Prudente), Guarulhos (Parque Edu Chaves), Santo Amaro (Campo Belo, Brooklin), e assim por diante. Dessa maneira, a linha de bonde suburbana para Santo Amaro e a ferrovia comandaram a expansão industrial e a industrialização suburbanas. Especialmente a conjugação "ferrovia-terreno plano baixo e várzea", caracteriza o período.

Os arredores paulistanos todos começaram a sofrer a especulação imobiliária e formam-se subúrbios industriais e residenciais, aglutinando fábricas e moradias de operários, alternadamente ou coincidentemente. F. VILLAÇA informa que em 1914 havia em São Paulo 3.760 ha de área arruada e loteada; em 1930 essa área já representa 17.653 ha, crescendo quase cinco vezes no período (6). É a cidade "moderna", cujos traços serão enfocados adiante.

Mesmo que o automobilismo fizesse progressos, ainda a expansão suburbana se dá por causa da ferrovia, porque ela atrai grandes indústrias - o trinômio várzea/terrenos planos e ferrovias em grandes extensões é atrativo e porque as classes mais altas não participam dessa "periferização", pois provavelmente o fariam através do automóvel.

---

(5) J. R. Langenbuch, op. cit., p. 130. Cita este autor enorme lista de vilas circundantes às ferrovias.

(6) Flávio Villaça, op. cit.

A circulação por rodovias começa a participar do desenvolvimento urbano como meio supletivo de transporte, complementador de percursos. Mas a suburbanização provocada por este agente se restringe às áreas mais próximas do centro, fazendo surgir o "subúrbio-loteamento". Este é implantado em função das injunções do mercado imobiliário e o ônibus segue essa tendência, com equipamentos comerciais e de serviços dispersos. Sobre o papel do ônibus como transporte coletivo predominante e seu influente papel na estruturação de cidade falaremos mais à frente.

O "subúrbio estação", fixado ao lado dos pontos de ferrovia centraliza-se em volta das gares, concentrando estabelecimentos de comércio e serviços. Mais tarde, após 1940, em distâncias maiores, o ônibus iria provocar os "povoados entroncamentos" (7) que seriam núcleos polarizadores de desenvolvimento suburbano.

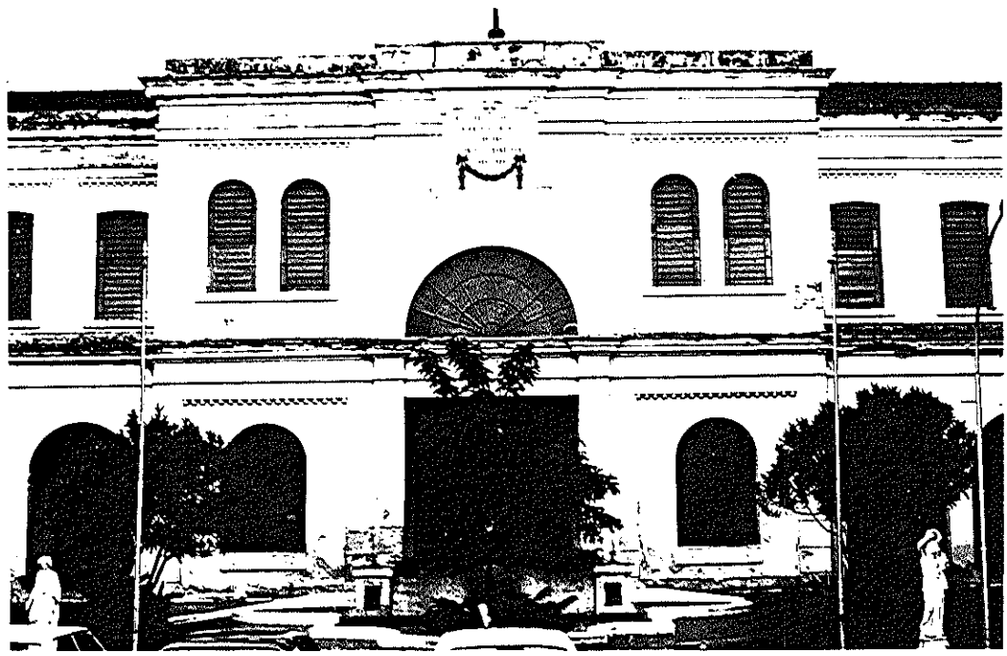
Os ônibus ajudam a periferização de São Paulo, aumentando a polarização de alguns bairros, do que resultará a formação de "subcentros". Um cinturão hortense irá se formar circundando a Capital.

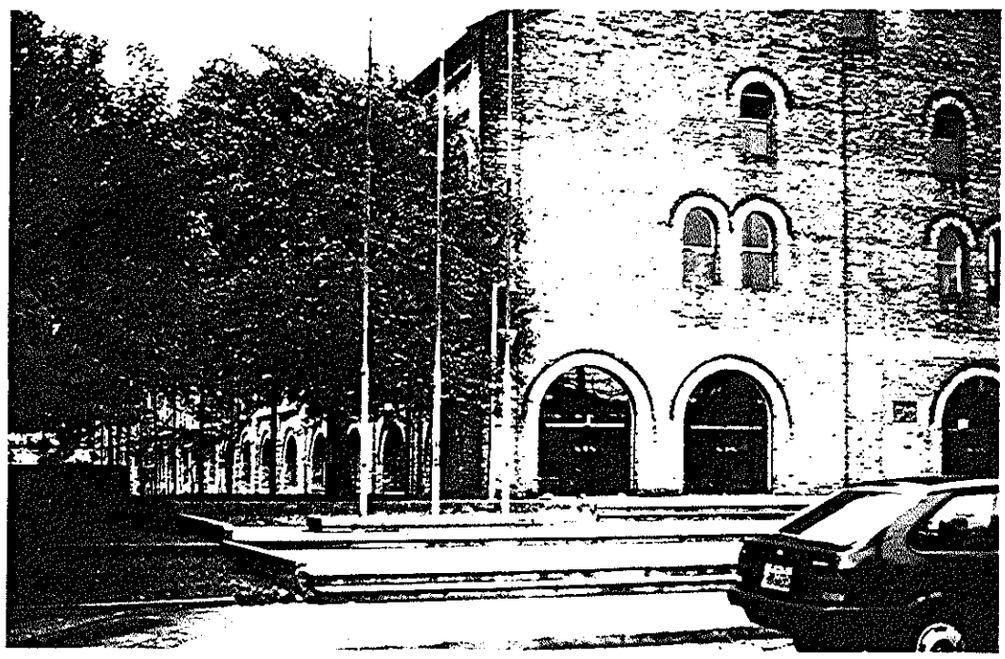
4.1.2- A Habitação Popular no Período da São Paulo moderna

Do ângulo da habitação popular estruturadora do espaço urbano, a moradia de aluguel prevalecera em São Paulo sob o comando do café. Excedentes de capital e pequenas poupanças eram aplicados no setor de produção de moradias como seguro

---

(7) Richard Langenbuch, op. cit.

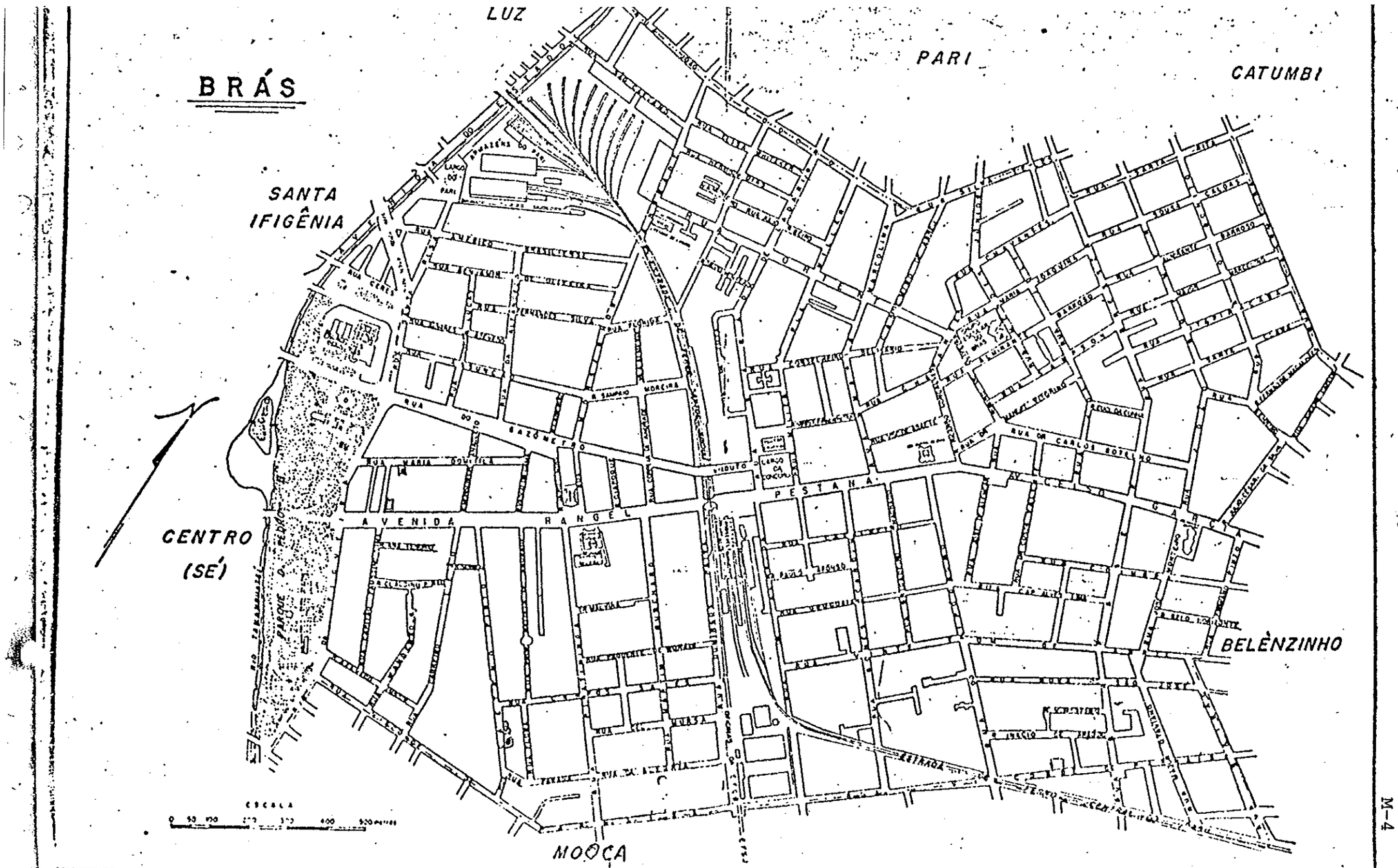




BRÁS - 1990

F-17: Hospedaria dos Imigrantes - R. Visconde de Parnaíba,1316

F-18: Rua do Gazômetro nº 100


LUZ
PARI
CATUMBI
BRÁS
SANTA IFIGÊNIA
CENTRO (SÉ)
BELÈNZINHO
MOOCA
AVENIDA RANGEL PESTANA
RUA DO GAZOMETRO
RUA MARIA QUITÉRIA
RUA DR CARLOS BOTELHO
PARQUE D. PEDRO II
ESCALA

setor de investimentos, em diferentes modalidades que incluíam desde o cortiço, com vários tipos (habitação coletiva de cômodos alinhados em corredor, acoplados ou não à casa principal, ou loja, ou fundos de bar ou armazéns, dos porões ou casas de cômodos), ou a casa geminada unifamiliar, ou vilas, todas soluções horizontais, com maior aproveitamento do terreno (paredes comuns) na lógica da concentração (8). Assim é que o estoque edificado no bairro do Brás consistia nas vilas, casas de cômodos e cortiços, ao lado das fábricas.

Até 1920, como vimos, a cidade era moldada pelo bonde elétrico que exigia retornos de investimentos com intensa utilização da rede e evitando linhas dispersas e sub-ocupadas. Mesmo quando extravazavam a área compacta da cidade, havia adensamento de habitação ao longo da linha. Dessa forma, o aluguel de moradia fazia parte integrante do custo da reprodução da força de trabalho compondo a cesta de consumo do trabalhador. Era reduzido o número de trabalhadores melhor qualificados que poderiam adquirir sua casa e a vila operária, por sua vez, não era expressiva quantitativamente.

Já na década de 20 começaram a gestar-se transformações na estrutura industrial e na estrutura urbana, para alterar o padrão de crescimento da cidade e consequentemente, dos bairros residenciais, o que iria irromper definitivamente a partir de 1940. A indústria paulista, após a Primeira Guerra Mundial crescera muito no sentido de atender ao mercado nacional e por necessidade de viabilizar seu processo de acumulação. Ao lado do mercado de bens de consumo tradicionais (tecidos, por exemplo), começa a surgir o interesse por bens de capital, como componentes industriais complexos como os dos bens

(8) Nabil Bonduki, op. cit., p. 139.

de produção: cimento, aço, química [9]. Esse novo patamar vai atingir maiores investimentos de capital, mais planejamento e maior intervenção do Estado.

Entre as inúmeras medidas que o Estado pós 30 tomou, constam aquelas voltadas ao contrato de trabalho, sua regulamentação, à fixação do salário mínimo. Buscava-se criar bases para cálculos econômicos das empresas, libertando-as de um mercado de força de trabalho regido pela concorrência [10]. Como o ítem habitação pesava nos salários dos trabalhadores, o rebaixamento destes traria problemas de abrigo e de localização à classe operária.

Para rebaixar os salários (diminuindo o ítem aluguel da cesta de consumo operário) e para difundir o conceito de propriedade - com intenções conservadoras e para estabilidade social - começam a surgir apelos no sentido de se criarem condições para o trabalhador obter a casa própria [11]. Mais do que as iniciativas estatais na produção de habitação popular, o importante foi que se tentou institucionalizar novo padrão e se alterou a idéia corrente que o trabalhador só conseguia morar de aluguel.

Efetivamente, os níveis salarias são rebaixados com a fixação do salário mínimo pelo Governo; os ítens do consumo operário cada vez mais mercantilizados (maiores despesas

(9) Wilson Cano: Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, SP, DIFEL, 1977.

(10) Francisco de Oliveira. A economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo, Ed. Brasiliense - CEBRAP, 1975. Ver também Boris Fausto. A revolução de 1930, São Paulo, 8a. ed., Brasiliense, 1982.

(11) Nabil Bonduki, op. cit., p. 145. Cita este autor que a primeira intervenção estatal concreta nesse sentido foi a criação e regulamentação das carteiras prediais dos Institutos de Previdência em 1937, embora tenha havido por essa via clientelismo e pequena produção.

verificadas com alimentação e habitação) e era necessário reduzir os gastos dom habitação. Diria dessa época O. E. ARAÚJO [12]:

> (...) os gastos com moradia (...)consomem 20% da renda mensal. Ambas são porcentagens muito elevadas que devem e podem ser diminuídas ... Como meio direto de elevação do nível de vida poderíamos opinar por um aumento de salário (os preços dos gêneros alimentícios subiriam 45% de 1934 a 1940): Preferimos, entretanto, aconselhar soluções indiretas, que impliquem em diminuição de despesas necessárias, como a (...) criação de transportes coletivos para essa parte do Município, a fim de atrair o operário para instalar nela sua moradia, obtendo menor aluguel e melhores condições de alojamento".

O círculo que gravitava em torno da FIESP, os mentores da política da industrialização na década de 30, preocupava-se com a condição de vida operária, e em especial sobre a habitação popular, buscando soluções "racionais e científicas" para aumentar a produtividade do trabalho e garantir a acumulação industrial [13]. Procurava-se mostrar que o padrão de cortiços e de moradia alugadas não poderia manter-se, bem como a impossibilidade de solução satisfatória pela iniciativa privada.

Assim, nas décadas de 20 e 30, esboçou-se profunda transformação da habitação operária, conforme tabela 12 [14], que passa de predominantemente alugada para própria [15].

---

(12) Três pesquisas de padrão de vida realizadas em São Paulo: Davis, Lowrie, Santa Olímpia, in Estudos Brasileiros, vol. 8, nº 22, jan-fev. 1942, apud N. Bonduki, op, cit., p. 164.

(13) Datam dessa época algumas instituições ligadas a esse círculo: IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), Escola Livre de Sociologia e Política, discutindo e pesquisando padrões de vida operária em especial a habitação popular, como as "Jornadas de Habitação Econômica" de 1942, considerada "o magno problema social", apud N. Bonduki, op. cit.

(14) Reproduzida de Nabil Bonduki, op. cit., p. 146, com adaptações nossas.

(15) É bom frisar que a propriedade de habitação não é, por si só, garantia de melhoria nas condições de habitabilidade. Na atual conjuntura, por exemplo, trata-se de loteamentos muitas vezes clandestinos,casas auto-construídas, sem assistência técnica em periferias desprovidas de serviços urbanos e equipamentos. Esse processo se acentua a partir de 1930, ver a respeito Ermínia Maricato: Auto-construção: arquitetura possível. SP, Ed. Alfa Omega.

Tabela 12

Distribuição dos Domicílios Segundo a Condição de Ocupação

Município de São Paulo - 1920-1980

em %

Domicílio	1920	1924	1940	1950	1970	1980
Ocupado por locatários	78,6	74,5	67,7	59,3	38,2	40,0
Ocupados por proprietários	19,1	23,8	25,0	37,7	53,8	51,5
ocupados em outras condições	2,3	1,7	7,3	5,2	8,0	8,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Números absolutos	59.784	73.999	276.954	445.417	1.272.279	2.056.631

Fonte: 1940, 1950, 1960, 1970, 1980: Recenseamento Geral do Brasil - IBGE. 1920 e 1924: Boletim da Diretoria da Indústria e Comércio, 12a. série respectivamente maio e junho de 1921 e abril-maio de 1924.

A grande alteração na distribuição de moradias entre próprios e alugados, dá-se sensivelmente a partir de 1940, quando atinge 25% de domicílios próprios, acentuando-se até os dias de hoje. Esse aumento de moradias ocupadas por seus proprietários era a comprovação da expansão em curso para a periferia - o intenso retalhamento da terra na área suburbana, como já citado, terras ainda não urbanizadas, indicando nova atuação dos empreendedores imobiliários e proprietários de grandes glebas urbanas. No iníco deve-se a eles este impulso, mais que à real procura pela população de baixa renda. Os loteamentos excediam em muito a demanda efetiva, ficando quase desertos em muitas porções, provocando queda de densidade demográfica bruta da Cidade de São Paulo de 110 hab/ha em 1914 para 47 hab/ha em 1930 (16).

Ainda na década de 30 o padrão moradia alugada continuaria dinâmico, crescendo assustadoramente a modalidade cortiço - casas de cômodos, ou seja, habitações subdivididas e adaptadas para este uso coletivo, pois as camadas de renda média e alta começam a abandonar os bairros onde existia mistura de classes (na época, a "deterioração" era traduzida como desprezo por parte dos ricos), fugindo para novos bairros (os já citados Pacaembu, Jardins, da City), já desenhados e projetados justamente para segregar-se do resto da cidade. O Brás, nessa época, começaria a sofrer um processo de saída espontânea, no dizer de Martin (17), de imigrantes enriquecidos ou da segunda geração, seus descendentes, mas a função comercial e industrial do bairro, em expansão, manteria o local ainda populoso, e assim ficaria, até seu apogeu em 1940 aproximadamente. A partir daí começará seu esvaziamento.

(16) Flávio Villaça, op. cit.

(17) A. R. Martin, op. cit.

Na época, a compra de lotes é, uma alternativa viável para pequenos investidores, aplicando no mercado imobiliário; além disso, soma-se esse efeito às transformações industriais, que desviam os investimentos da construção de casas para alugar que antes rentabilizavam os capitais. Mas a ocupação das áreas suburbanas seria obstaculizada pela inexistência de transportes coletivos eficientes para as regiões afastadas da cidade, já que o bonde só era rentável para regiões adensadas e não cobria tais necessidades. Documento da ocasião dizia:

> "é de importância capital para os moradores a localização da habitação ... a escolha do local fica subordinada aos meios de transporte existentes e à eficiência e custo desse transporte (...) o único realmente insubstituível é o transporte coletivo; a água encanada pode ser substituída pelo poço, o esgoto pela fossa, a luz elétrica pelos modernos lampiões, ou mesmo, gerada na própria casa e o gás, como combustível, é substituído facilmente pela lenha ou pelo carvão de madeira. Mas quando falta o transporte coletivo, a solução é o 'pé-dois' acarretando grande perda e dispêndio de energia " (18).

A criação de um sistema de transportes com base no ônibus e rodoviário, em geral, será fundamental para alterar o padrão de urbanização e de moradia trabalhadora em São Paulo. O transporte sobre rodas, que vinha se desenvolvendo lentamente desde os inícios dos anos 20, acabara, ao chegar 1930, por provocar problemas de congestionamento, dado o estreito e inadequado sistema viário da cidade. A herança de São Paulo colonial - suas ruas estreitas - não havia se modificado muito com os bondes. A reforma urbana acontecida em 1940 em São Paulo visava embelezar a cidade, afastar a população pobre do centro, tornando-o área de comércio e negócios da elite.

---

(18) A. Souza Barros. "A habitação e os transportes", apresentado nas "Jornadas de Habitação Econômica", IDORT-1942, apud Nabil Bonduki, op. cit., p. 165.

Pretendia uma cidade comercial, alargando algumas ruas mas não a preparara para ser metrópole industrial.

O automóvel que circulava por determinadas ruas da cidade (e congestionava seu centro) teve sua expansão garantida pela abertura de estradas rodoviárias a nível estadual (Washington Luis dizia que "governar é abrir estradas"), favorecendo a circulação, especialmente para consumidores ligados aos interesses cafeeiros. Seus objetivos estavam também enlaçados ao comércio de importação, principalmente do capitalismo "norte-americano", que começava a penetrar rapidamente no Brasil. Em 1925 começara a montagem de automóveis pela General Motors, tímido início da indústria automobilística aqui. De 1907 a 1927, do total de 102.337 automóveis entrados pelo porto de Santos, quase 95 mil eram de procedência norte-americana (cerca de 93% do total) (19).

Nesse contexto, os primeiros auto ônibus já haviam surgido em 1924, de forma pioneira, ainda irregular e precária. Seu processo seria rápido, gerido por várias pequenas empresas, quase como um ensaio do que viria mais tarde, em termos de opção pelos ônibus como transportes coletivo, pois permitiriam ramificações até locais mais distantes, mesmo de baixa densidade.

Ao começar a década de 30, um início de verticalização (20) no centro da cidade e o congestinamento das ruas

(19) Aristides de Amaral (1918 e 1928), apud N. Bonduki, op. cit., p. 152.

(20) O edifício Martinelli, por iniciativa de Giuseppe Martinelli, imigrante italiano de Toscana, enriquecido aqui no Brasil, foi projetado por arquitetos estrangeiros - Wilian Fillinger, com 14 andares, depois 18 andares, depois 25, e o canteiro de obras se iniciara em 1924, com muitos materiais importados. O prédio Martinelli, situado no coração de São Paulo (hoje com 25 andares), causou sensação na época, comentários, desconfiança, ver Maria Cecília Naclério Homem: O prédio Martinelli, a ascensão do imigrante e a verticalização de São Paulo, São Paulo, Ed. Projeto, 1984.

provocaram a preocupação na remodelação do sistema viário. Era preciso moldar a cidade para servir às economias externas, à circulação de mercadorias, tornando-a um complexo sistema produtivo a serviço do capital. Começam a surgir pedidos para retirada dos bondes do centro. Automóveis, ônibus e caminhões pedem ampliação e alargamento das estreitas ruas.

Emergem na época dois planos de reforma do sistema viário: o projeto de reestruturação urbana pela renovação do contrato com a Light e o Plano de Avenidas de Prestes Maia, planos diferentes entre si mas que tinham o mérito de visualizar a cidade no seu conjunto e de pensá-la como metrópole industrial (21).

O projeto elaborado pela Light em 1927 baseava-se na manutenção do transporte sobre trilhos, incluindo a construção de túneis subterrâneos (quase um pré-metrô) para circulação dos bondes na área central, emergindo para a superfície fora desse pertímetro. Continha também a construção de linhas tronco com vias exclusivas nas várias direções: sul, norte e leste, além de propor a reforma da rede existente, estendendo-a para novas regiões. Requeria monopólio total sobre os transportes coletivos, inclusive para os ônibus, enquanto função complementar e traçava sua viabilidade financeira.

Já o Plano de Avenidas, sistematizado pelo engenheiro Prestes Maia em 1930, propunha uma reformulação da estrutura viária, criando a infra-estrutura para o transporte rodoviário, embora não descartasse o transporte por bondes. Postulava a abertura ou alargamento de um conjunto de avenidas, com

---

(21) Nabil Bonduki, op. cit., pp. 154 e seguintes.

vias radiais em direção aos bairros e configurando uma malha urbana em estrutura de anéis em torno do centro (22).

Os planos se opunham quanto ao desenvolvimento urbano, pois enquanto o da Light propunha alterar o mínimo possível o centro da cidade (através de túneis e não desapropriando desnecessariamente), o de Prestes Maia propunha justamente o contrário, com a abertura de dezenas de vias e consequentemente, com desapropriações, alterando completamente o perfil das áreas centrais. Quanto às áreas menos centrais, os efeitos dos planos também divergiam, pois o da Light levaria a uma urbanização densa e compacta ao longo das linhas de bondes e troncos, enquanto o Plano de Avenidas facilitaria a ocupação e desenvolvimento de loteamentos periféricos esparsos pela cidade, através do tráfego de ônibus.

Além disso, o Plano de Prestes Maia colocava-se na "perspectiva de renovação e ampliação do centro comercial, incentivando o mercado imobiliário e a verticalização, processos que agem no sentido de expulsar a população de baixa renda, que poderia ainda habitar próximo ao centro" (23).

A opção da Prefeitura do Município de São Paulo se deu pelo Plano de Avenidas, que começou a ser implantado em 1930, fator esse que impulsionou o desenvolvimento da cidade para o padrão periférico e a transformação das regiões centrais. Havia uma perspectiva rodoviarista na época que passava quase como regra à atuação do poder público. Iria surgir daí a tendência que se acentuou posteriormente em São Paulo, um novo patamar da modalidade de habitação popular; o

---

(22) Nabil Bonduki, op. cit.

(23) Idem, ibdem, p. 155.

desenvolvimento econômico social e político, baseado no rebaixamento salarial, na opção rodoviária, na renovação urbana, especulação imobiliária e industrialização promovida mediante intervenção do Estado.

O trinômio loteamento periférico-casa própria-auto-construção irá marcar a história da habitação operária, especialmente após 1940. Durante o Estado Novo (1937-1945), além do Plano Avenidas, haveria no Estado de São Paulo um surto muito grande de estradas rodoviárias - vias Anchieta e Anhanguera - já vinculadas ao novo padrão da industrialização que exigia crescentes vias de circulação. A Via Dutra seria construída quase em 1950 e possibilitaria novas localizações para a indústria, fora do perímetro urbano e agora ao longo das rodovias.

4.1.3- Os Efeitos da Revolução de 30

A cidade de São Paulo pós 30 ganhava nova forma, quase como uma gigantesca obra de engenharia, como engenheiro era Prestes Maia, grande responsável por sua remodelação. Construções e demolições se sucediam, projetos de pontes, avenidas, bairros inteiros desapropriados, pois a burguesia enriquecida, de um lado, queria morar em uma bela cidade, de outro, afastar a pobreza, ao mesmo tempo que a circulação de mercadorias seria necessária para a acumulação industrial.

Era a cidade moderna [24] que se avizinhava, talvez inspirada em Chicago, talvez em Paris remodelada por Haussmann,

(24) Cf. Maria Lúcia L. Libaneo: A invenção da cidade de São Paulo, dissertação de mestrado apresentada à PUCSP, São Paulo, 1989.

um hibridismo que unia os traços europeus da metrópole do café aos ares das modernas cidades cogumelos norte-americanas (25). A modernidade em São Paulo fora importante fato de sua história, marcada pela Semana de Arte Moderna de 1922, mas era necessário entender uma cidade que se queria moderna em um país que se industrializava tardiamente, misturando pessoas de origem rural, ex-escravos, imigrantes de várias nacionalidades, aristocracia cafeeira e, ao mesmo tempo caipira, novos ricos e a classe operária numerosa. São Paulo era espaço de cultura e de conflitos e representava o processo sofrido pela Nação.

Na sociedade paulistana não se configurava, ainda nos inícios dos anos 30, a marca de um novo papel dos trabalhadores (26). De maneira geral, os operários do Brasil não demonstravam disciplina, consciência de grupo, nem a capacidade de produzir líderes, quase como um corpo passivo, "francamente estruturado ao longo das linhas mutualistas, ao qual forças mais ativas e militantes vinham fazendo apelos cada vez mais diretos" (27).

Ao contrário dos países da Europa ocidental, onde as classes trabalhadoras foram responsáveis pela criação de suas próprias esferas de poder, em São Paulo persistiam atitudes agrárias, como também em outras áreas a industrialização e a urbanização tinham tido desenvolvimento caótico e recente.

---

(25) M. Cecília Naclério Homem, op. cit. p. 36.

(26) Na administração de Presidente Altino Arantes Marques (1916-1920), houve deportações de estrangeiros socialistas, violaram-se "habeas corpus" e empregou-se a força para dissolver greves. Cf. Richard Morse: Formação histórica de São Paulo, SP, Difel, 1970, p. 287 e seguintes.

(27) Richard Morse, op. cit., p. 287.

"(...) content de son sorte, matériellement parlant"[28] era dessa forma que um comentarista francês se referia ao operário paulistano, comparando-o a seu colega europeu.

MORSE faz referência aos comunistas, que desde 1922 tinham fundado seu partido, como um grupo que procurava "manipular sistematicamente as classes inferiores para objetivos particulares" (sic), ao contrário dos anarquistas e socialistas, que eram fiéis aos legítimos alvos teóricos sociais. Na década de 30, o partido comunista havia conseguido atrair operários de São Paulo e de Santos.

Com a Revolução de 30, porém, a sociedade brasileira assumia cada vez mais suas feições de Estado burguês. O Estado oligárquico com base no "café no leite" (República Velha) iria sofrer sua derrota com a preponderância da indústria sobre a agro-exportação e com transformações econômicas,sociais, institucionais: a força do operariado, a legislação trabalhista, e assim por diante

> "(...) é o próprio Estado oligárquico que se rompe internamente, pela impossibilidade de acomodar-se às tensões e conciliarem-se os contrários, liberados pela crise política e econômica mundial e interna" (29).

O modelo liberal passa a ser contraposto pela intervenção cada vez maior do Estado nas relações de produção; medidas protecionistas para a industrialização, a regulamentação dos sindicatos, a participação estatal nas atividades de mineração, a democratização do processo eleitoral, a generalização

---

(28) "Contente de sua sorte, materialmente falando", H. van Deursen, (agosto 1934), apud R. Morse, op. cit., p. 287.

(29) Octávio Ianni. Estado e planejamento econômico no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986, p. 30.

da educação popular e outras providências seriam características desse período (30).

A burguesia começava a cindir-se, mesmo na fração dos cafeicultores; a burguesia industrial, operariado e setores da classe média urbana, eram os novos atores. Esse panorama repleto de contradições já havia se denunciado através de alguns marcos: em 1922, além da Semana de Arte Moderna em São Paulo, haviam sido fundados o Partido Comunista (hoje PCB), a Legião do Cruzeiro do Sul (de inspiração fascista) e o Tenentismo já se enunciava.

A indústria vinha paulatinamente substituindoas importações de bens de consumo. A crise de 1929 havia trazido à tona as consequências de uma economia dependente da situação internacional, isso até mesmo na consciência da burguesia associada à cafeicultura.

A cidade de São Paulo refletiria essa nova orientação, assumindo a face de remodelação, no contínuo demolir, reconstruir, aparecendo e desaparecendo, para ter sua cara de moderna (31).

A década de 30 assinalou outros marcos significativos tais como a "Revolução Constitucionalista de 32", onde parte da aligarquia paulista tentava inverter o rumo político e, ainda, a Constituinte de 1934 que procurou consolidar a nova ordem burguesa (32).

---

(30) O. Ianni, op. cit.

(31) Maria Lúcia Libaneo, op. cit., pp. 19 e seguintes.

(32) Segundo Carlos Guilherme Mota, a dissidência oligárquica, perdedora na política, tentou recuperar o espaço através da formação de uma elite governante, a partir da criação da Universidade de São Paulo. "Os anos 30", Arquitetura e Urbanismo. Ed. Pini, 1987, apud M. Lúcia Libaeno, op. cit.

A burguesia paulista queria uma cidade moderna, ágil, com os pobres longe de suas vistas (33). E a população pobre era numerosa. Aos imigrantes chegados até 1920, somaram-se mais 487.313 chegados entre 1920 e 1929, não só aqueles subvencionados para a agricultura como também os que vinham por conta própria e passavam a trabalhar na indústria paulista. Dos mais de 570 mil habitantes de São Paulo em 1920, muitos eram italianos, sendo expressiva sua porcentagem (16% do total da população e 1/3 dos estrangeiros). Além dos portugueses e espanhóis, após a 1a. Guerra Mundial, chegaram japoneses e gente da Europa Oriental. De 1934 o governo federal iria reduzir drasticamente a entrada de imigrantes no Brasil. Desde a década de 20 já começavam a chegar migrantes nordestinos, para suprir o capital industrial e agrícola ajudando a construir uma cidade de concreto (34).

As chaminés das indústrias, a fumaça, a fuligem, a modernidade, enfim, chegava à capital, a "cidadania" da metrópole estava sendo conseguida, índices flagrantes de conforto material e prosperidade provocando ufanismo nos paulistas e em alguns escritores modernistas. Apesar da desigualdade de classes permanecer com diferenças étnicas pelos diferentes bairros, apareciam os primeiros arranha-céus com a utilização do concreto armado na cidade (35). O paulista mudava seu modo

(33) Texto de Jorge Americano, em 1935, fala sobre mendicância enorme em São Paulo após 1931: "se reuniam ... nas Perdizes, mas também do centro da cidade, no viaduto, na rua São Bento, no Largo do Ouvidor, sentados de costas, exibindo pernas ulceradas, cotos de pernas ,.. ulceras de rosto ..."

(34) Carlos Lemos (Alvenaria burguesa, op. cit.), diria que São Paulo passara por três fases: cidade de terra (Brasil Colônia), de tijolo (época do café), e a cidade de indústria que seria a cidade de concreto.

(35) Em 1920 havia cerca de 2.000 indústrias. As migrações internas se acentuavam. José Carlos Pereira, "As etapas da industrialização", in: F. Fernandes (org.). Comunidade e Sociedade no Brasil, SP, Edusp, 1972.

de ser e de pensar, passando a idealizar o enriquecimento e o conforto. As elites, se ainda cultuavam a França, já começavam a pensar no padrão de vida norte-americano. Um exemplo disso era a expansão do consumo de automóveis Ford [36]. Seu prestígio era visível por palavras inglesas entre nós ("rush", fox-trot") academias de atletismo, também o culto do self-made-man (empresário que se faz por sí próprio), valorizando as características de trabalho, disciplina, oportunismo, pioneirismo. Também o imigrante enriquecido torna-se personagem marcante da cidade, como já havia aparecido em 1922, como, entre outras, na obra de Mário de Andrade - "Paulicéia Desvairada"[37]. Os italianos, assim como os árabes, haviam recebido discriminação da sociedade patriarcal e escravocrata, preconceituosa para com o trabalho manual; passava-se a perseguir status, via casamentos com brasileiros tradicionais ou nobres estrangeiros, buscando alguma tradição. Suas mansões na Avenida Paulista ganhavam feições de seus países de origem (da "villa" italiana ao palácio bizantino), rivalizando-se com Higienópolis, dos antigos barões do café. O fascismo seria a ideologia da nova elite. "Dizia-se mesmo que o italiano pobre era anarquista e o rico seguia o Duce"[38].

O Brás, com sua massa operária, recebia o mesmo desprezo dos demais bairros populares, com suas casas geminadas, cortiços, vilas e casas de cômodos. Diria dele Monteiro Lobato, à época:

---

(36) A hegemonia americana iria acentuar-se após 1950. Ver Richard Morse, op. cit.

(37) Mário de Andrade, "Paulicéia Desvairada", SP, Ed. C. Mayença, 1922 "(...) dos aplausos do esfusiante clow, heróico sucessor da raça heril dos bandeirantes, passa galhardo um filho de imigrante loiramente domando um automóvel...".

(38) M. Cecília N. Homem, op. cit., p. 42. O Capítulo 3 tratou desse assunto.

> "À tarde, o Brás inteiro chia de criançalha, chutando bolas de pano, jogando o pião ou a piorra, ou o tento de telha, ou o tabefe, com palavreados mistos de português e dialetos da Itália. Mulheres escarranchadas às portas, com as mãos ocupadas em manobras de agulha e osso, espigaitam para os maridos os sucessos do dia, que eles ouvem filosoficamente, cachimbando em silêncio ou cofiando a bigodeira a Humberto (...). De manhã, esfervilha o Brás de gente entremunhada a caminho das fábricas. A mesma gente reflui à tarde aos magotes, homens e mulheres de cesta no braço ou garrafas de café vazias penduradas no dedo ..." (39).

Na arquitetura, Ramos de Azevedo (da Escola Politécnica), ainda era influente no gosto e Cristiano das Neves, do Instituto Mackenzie, começava a se fazer respeitar.

Construia-se muito em São Paulo: de quase duas mil novas construções em 1920, registrou-se o salto de 1930, de cerca de quatro mil novas edificações. A verticalização do centro foi induzida mais pelas exigências do mundo exterior do que propriamente pelos negócios da cidade em relação ao restante do Brasil. Milton Santos chama essa influência externa como "indução industrial" que ocorrera nas principais capitais latino-americanas sofrendo impacto de novas funções político-administrativas (40). De qualquer modo, o centro da cidade se tornava típico do setor terciário, com muitos recursos proporcionados pela moderna tecnologia, fornecendo concentração demográfica e de mão de obra. Essa situação, associada à especulação imobiliária intensificou a verticalização do centro, articulador das relações com os diferentes bairros, contando com serviços de infraestrutura, correio, telégrafo, telefone, disputando-se a terra ali a 'peso de ouro'.

---

(39) Monteiro Lobato. "O fisco", in: Obras Completas, São Paulo, Brasiliense, 1946, vol. 3, p. 59.

(40) Milton Santos: A cidade nos países subdesenvolvidos, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.

A nova legislação, compatível e decorrente do alargamento de ruas, as novas técnicas construtivas (o concreto) e a presença de engenheiros e técnicos estrangeiros, fizeram a verticalização (41).

Nesse contexto de consolidação da sociedade burguesa, Prestes Maia colocara seu Plano de Avenidas; em 1929, o grande arquiteto Le Corbusier passara por São Paulo, a convite de Paulo Prado. Os estudiosos do assunto concordam que esse fato contribuiu para aglutinar arquitetos em torno de tendências antes esparsas (42).

Como engenheiro civil formado pela Escola Politécnica, a formação de Prestes Mais se identificava aos anseios da burguesia no poder que queria uma cidade moderna, ordenada, os espaços planejados para evitar conflitos e colisões (43) e

---

(41) Lei 2332 de 1920 alterava os gabaritos das construções. Os paulistas, desconfiados, chamavam os primeiros prédios de "cortiços de luxo". Em 1919, dos 58698 prédios, havia 340 com mais de um andar e em 1911, de de 36128 prédios, apenas 159 dispunham de mais de um andar. Conforme M. Cecília N. Homem, op. cit. p. 48. Em 1916, surgem vários edifícios: o Prédio Riachuelo, na Líbero Badaró (7 pavimentos) na mesma rua em 1920 aproximadamente, o Sampaio Moreira (14 andares) o 1º arranhacéu.

(42) M. Lucia Libaneo op. cit.

(43) Maria Lucia Libano traz duas concepções de urbanismo: a dos engenheiros de Politécnica: "(...) é uma ciência e uma arte e sobretudo uma filosofia social. O conjunto de regras aplicadas ao melhoramento da edificação, do arruamento, da circulação do descongestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade levada a efeito mediante um estudo metódico de geografia humana e da topografia urbana sem descurar as soluções financeiras". Outra concepção era a dos arquitetos, como Anhaia Mello: "Como uma especialidade, mas não uma especialização. Não é um setor da ciência compreensiva. Nasceu não de uma divisão mas de uma soma e reunião. Não é um compartimento separado ou estanque da ciência, é um panorama de conjunto, uma síntese e não uma análise" citando Marcos Antonio Oselo. O planejamento urbano em S. Paulo (1899-1961), dissertação mestrado EAESP/FGV - S. Paulo - 1983. Anhaia Mello se opunha ao crescimento desordenado, limitando-o, propunha a cidade orgânica polinucleada.

seu Plano de Avenidas continha essa concepção de cidade, concebendo-a de forma global, no esquema radial perimetral, para circulação rápida. Entre as principais vias radiais que ligavam os bairros, estavam a Av. Anhangabaú (hoje Nove de Julho). Av. Colombo, Av. Consolação, Av. dos Estados, Av. Itororó (atual 23 de maio), Av. Major Diogo, Av. Rangel Pestana, Av. Rio Brando e Av. Tiradentes até o Anhangabaú. Av. Central do Brasil (cujo traçado se assemelhava à atual Av. Radial Leste). Havia também avenidas secundárias e o perímetro de irradiação que ia

> "(...) rasgar, sanear, tornar acessíveis e transformar em postos de passagem e de comércio ampliando o centro, insatisfeito com o antigo triângulo. "A abertura de grandes espaços na direção leste-Oeste visava a implantação de atividades industriais. O metrô, que também possuiria uma linha nessa direção permitiria o acesso rápido da mão de obra ao local do trabalho" (44).

Além das mudanças da legislação que permitiam desapropriações, propunha-se embelezamento, parques e jardins (Praça da Sé, Praça da República) e o sistema de transportes se aperfeiçoava.

No que tange à habitação popular sobre a qual diria Prestes Maia não ser problema do Estado e sim de "filantropia", o governo passou a estimular a iniciativa privada corrigindo abusos, como por exemplo a taxação de especulação imobiliária. A localização da moradia popular por envolver não só o zoneamento do uso do solo quanto o transporte coletivo, acabou ficando nas regiões mais afastadas; o Estado não assumiu a solução da questão habitacional, assumindo aqui a cidade sua contradição capital e trabalho, espaço de produção e de consumo. Prestes Maia favoreceu, assim, o desenvolvimento da

(44) Maria Lucia Líbaneo op. cit. p. 40.

metrópole, o rápido acesso ao centro, a valorização dos terrenos, a especulação afastou os mais pobres para os arredores. O centro ficou para o comércio de elite e para os serviços. A habitação popular segregou-se, bem como o comércio de baixo padrão.

Muitas desapropriações se efetivaram em áreas que mais tarde seriam a Radial Leste. Nessa configuração metropolitana o centro se assumiu para o comércio e serviços, o quadrante sudoeste para residências de alto padrão e as periferias para a habitação popular (45). Tudo prepara o caminho para que o Brás venha a ser descaracterizado ao longo da década de 40.

A burguesia parecia canalizar seu prestígio de classe na cidade de São Paulo.

> "As constantes referências às capitais Paris, Berlim, Londres, Moscou, Nova York e outras estão dentro deste contexto de identificação que a burguesia fez de si e de sua cidade com o mundo moderno e desenvolvido" (46).

4.2- A Metropolização de São Paulo dos anos 40, início da descaracterização do Brás

4.2.1- Industrialização e Urbanização por Dominação Imperialista

Se no período getulista (1930 a 45) haviam se criado

(45) Maria Lucia Libaneo defende a idéia de que urbanistas são também intelectuais orgânicos; no caso, da burguesia urbana industrial que se assume como classe dirigente, embora adepta de "racionalidade" e de neutralidade técnica.

(46) Maria Lúcia Libaneo. op. cit. p. 62.

condições favoráveis para a unificação política e física do mercado nacional, processo de metropolização de S. Paulo decidiu-se após o último pós guerra (47).

A segunda grande guerra mundial modificara a natureza das relações internacionais, sendo hegemônica a posição dos EUA nessa fase. Os investimentos americanos buscavam nosso mercado e se isso ocorreu fortemente no Brasil, em São Paulo aconteceu uma urbanização dependente por dominação imperialista, industrial e financeira (48).

Até 1940 a mancha urbana contínua de cidade não ocupava todo o município de S. Paulo; a partir dessa década, como vimos, a expansão metropolitana supera todo o desenvolvimento anterior, dando-se a suburbanização de extensas áreas, consolidação de estrutura urbana, crescimento vertical intenso no centro da aglomeração e compactação da área urbanizada. Passou a compreender 37 municípios, a metrópole fixando-se de tal forma que a necessidade de solução de seus problemas e previsão planejada de seu desenvolvimento justificaram a necessidade

---

(47) Cf. Paulo Singer. Economia Política da Urbanização. "Urbanização e desenvolvimento: o caso de S. Paulo", São Paulo, Ed. CEBRAP. Brasiliense, 2º ed, 1975 - Segundo esse autor, com a oligarquia cafeeira neutralizada, seguiu-se ampla política de industrialização, com a criação de legislação trabalhista aplicável às massas urbanas. Atraídos pelo sistema de incentivos sociais criados pela Constituição de 1934, as massas rurais migram, transformando-se em exército de reserva para a economia capitalista industrial. Esse fato se somou a diminuição da imigração estrangeira, ao aumento natural de população e à perda de autonomia dos estados, unificando o mercado nacional.

(48) A expressão é de M. Castell s - A questão urbana R.J., Paz e Terra, 1983, p. 58 e seg. em que estabelece tres tipos de urbanização dependente; a colonial, a capitalista comercial e a imperialista industrial e financeira. S.Paulo, após 1940, enquadra-se no último tipo, com inversões especulativas e a criação de indústrias locais visando substituição de importações. Estrategicamente são buscados benefícios por parte dos trustes internacionais no mercado mundial.

de institucionalizar-se a expressão "Grande S. Paulo" (49).

A década de 40 assinala, pois, um importante ponto de inflexão no desenvolvimento econômico social do Brasil. A partir desse marco se constituem de modo efetivo "as forças produtivas capitalistas" da nação; a conjuntura turbulenta da 2a. guerra mundial trouxera para a industrialização brasileira um duplo traço: de um lado, pelo amadurecimento tecnológico já alcançado pela indústria na época e de outro, pelas restrições que impôs reforçando o mecanismo de substituição de importações, tornava-se um processo específico, uma contradição entre o avançar das forças produtivas e a recuar, em função do modelo agrário exportador. A partir de 1940 se efetivará o complexo entalamento do esforço de industrialização e a subalternidade do setor agrário exportador. A industrialização se ligou ao processo de monopolização das empresas a nível internacional. Somam-se a isso o desenvolvimento do Estado, da força de trabalho, com suas correspondentes consequências políticas e culturais (50).

Com a interrupção dos anos da guerra, condições favoráveis permitiram estender a substituição de importações a bens de equipamento, setor antes estagnado. Com o fim do conflito houve abertura às importações, não sendo estimulante para a indústria nacional. Porém, nossa indústria conseguiu mostrar resistencia e exigir que o Estado adotasse a política de

(49) Através de Lei Complementar de 1973 as metrópolis passam a ter existência jurídica no Brasil. Ver Flávio Villaça "Uso do Solo Urbano" - SP, Fundação Pref. FAria Lima, CEPAM, 1978 - pp. 44 e seguintes.

(50) Ver Celso Furtado. Formação Econômica do Brasil. RJ. Fundo de Cultura, 1959, Caio Prado Jr. História Econômica do Brasil, SP, Ed. Brasiliense, 1960, J. M. Cardoso de Melo: O capitalismo tardio, RJ, Paz e Terra e G. Cohn: "Problemas da industrialização no século XX, in Carlos Guilherme Mota (org) Brasil em Perspectiva, SP, DIFEL, 4a. ed., 1973.

"seleção de importações", que beneficiava a aquisição de máquinas, dificultando a entrada de bens de consumo (51).

A indústria ganhara novo impulso, não podendo mais ser reduzida ao modelo do período agroexportador, notando-se já certo grau de concentração com a formação de empresas médias e grandes, como por exemplo no ramo da química e metalurgia. A indústria requeria agora a importação de bens de produção.

A chamada indústria de substituição de importação estava assentada "numa dinâmica contraditória em que sucessivos estrangulamentos externos promovem e, ao mesmo tempo, são promovidos pelo crescimento industrial" (52). Resumidamente, o processo que se acentuou a partir de 1929 no Brasil passou por diversas fases: de 1930 a 1945, substituiram-se produtos leves; durante a 2a. grande guerra, surgiu a Cia Siderúrgica Nacional; depois de 1948, começa a indústria de eletrodomésticos; a partir de 1950, a indústria automobilística e assim por diante.

Cardoso de Mello (53) chamou a primeira fase de extensiva (substituição de produtos de consumo corrente, intermediários de capital de pouca tecnologia) e a segunda fase de intensiva (substituição dos bens de produção pesados e de consumo durável). Até 1955 a industrialização repousaria em bases técnicas e financeiras precárias. De qualquer modo, de 1940 a 1950 cresceu de 81% o número de operários na cidade, os capitais em 236% (54), indicando a modernização do setor e com

(51) G. Cohn - op. cit. p. 309.

(52) J. M. Cardoso de Mello - op. cit. p. 94 e seguintes.

(53) Idem, Idbem.

(54) Fernando Henrique Cardoso. "A estrutura da indústria de São Paulo após 1930" - Revista Educação e Ciências Sociais, RJ. ano V, vol.7 nº13, 1960.

a instalação de estabelecimento ligados a comunicação e transporte, material elétrico e metalurgia, estão superados os entraves para a definitiva impulsão para o desenvolvimento industrial.

A indústria paulista torna-se hegemônica no Brasil, desarticulando, de alguma forma, os mercados regionais e integrando o mercado interno. Os empresários passam a identificar-se como dos setores modernos. Dessa época datam as grandes migrações internas, marcando a "explosão demográfica" das grandes cidades.

A par do desenvolvimento industrial, um grande impulso no setor terciário caracterizou essa época: o comércio, administração e, em especial, "serviços vários". O período de 1945 a 1964 é importante como um marco para a visualização dessa nova etapa de desenvolvimento da cidade de São Paulo e do Brasil, em particular. Figuram nesse capítulo a importância das migrações internas e a ênfase na metropolização.

4.2.2- Migrações Internas

A década de 30 já conseguira marcar profundas mudanças políticas e econômicas no Brasil, com a queda da oligarquia cafeeira e a tomada de rumo de uma política de industrialização mais explícita. Entre outras características, essa fase se marcou pela grande e decisiva presença das "massas urbanas" no cenário político, ficando reduzido o poder dos fazendeiros que eram onipotentes na República Velha, desarmando-se, pois, seus "exércitos do sertão". Uma das consequências da legislação social trazida por Getúlio Vargas era sua

aplicabilidade aos setores urbanos, em detrimento do trabalhador rural. Os operários da cidade contavam, pois, com um padrão de vida melhor que antes e que os do campo, graças à disciplina da legislação trabalhista e esta foi uma das causas de que muito da população rural se deslocasse para as cidades.

Outro fato importante nesse sentido foi a decisão do governo federal de restringir a entrada de estrangeiros no país, como política de proteção ao trabalhador nacional. Através duma Lei do período [55] estipulava-se que "o número de estrangeiros de uma nacionalidade ... não pode exceder o limite anual de dois por cento do número de estrangeiros da mesma nacionalidade entrados no Brasil no período de 1884 a 1933". Dessa forma, aliando-se tal diretriz às condições adversas de trabalho no campo, o migrante nacional passaria a substituir a mão de obra estrangeira.

O processo iniciado a partir dos anos 30 se intensificou, com aumento gradativo de fluxos migratórios para São Paulo. Às forças de expulsão que agiam sobre os trabalhadores rurais, quais sejam, a mecanização da agricultura, a alta concentração da propriedade da terra, os baixos salários e as constantes secas do Nordeste vieram somar-se forças de atração de São Paulo, ligadas à sua urbanização e industrialização.

---

(55) Cf. Edgard Carone - O Estado Novo (1937-1945), SP, DIFEL, 1977. p. 7.

Tabela 13

Imigração estrangeira e nacional para o Estado de São Paulo no período 1901-1970

Período	Estrangeiros	Nacionais	Totais
1901-1910	383 918	21 866	405 784
1911-1920	439 124	45 460	484 584
1921-1930	475 976	174 658	650 634
1931-1940	175.672	450 094	625 766
1941-1950	65 793	528 422	594 215
1951-1960	370 239	1 280 331	1 650 570
1961-1970	78 705	3 298 578	3 377 283
Total	1 989 427	5 799 409	7 788 836
%	(25,5)	(74,5)	(100,0)

Fonte: Departamento de Imigração e Colonização; Secretaria da Agricultura do Estado de S. Paulo. Estatísticas de Imigração, 1972, p. 43.

O grande desenvolvimento da chamada "pobreza urbana" foi sempre associado à extensa migração de massas rurais que se efetivou especialmente a partir dos anos que examinamos.

A explicação mais plausível para a migração interna à região metropolitana da Grande São Paulo estava no desemprego estrutural do país e pela grande acumulação capitalista que aqui se desenvolvia, atraindo os migrantes pela oferta de melhores empregos. Aqui se constitui um grande exército industrial de reserva para atender à demanda de mão de obra e sua existência acaba por favorecer a liberdade de decisão à classe

dos empresários. Estes, utilizam parte dessa massa de reserva mantendo os outros em formas disfarçadas de desemprego (56).

A grande defasagem das condições de sobrevivência - nível de vida, tanto individual quanto coletivo entre ambiente rural e o urbano e sobretudo, a grande desorganização da sociedade rural - provoca a busca de maiores possibilidades de vida num meio mais diversificado. A grande mobilidade física e a facilidade de deslocamento no território nacional graças à certa padronização de cultura e à ação dos meios de comunicação (rádio - depois televisão), a existência de estradas "integradas", são fatores que agilizaram enormes fluxos migratórios para os centros urbanos, embora de forma imperfeita no sentido de distribuição homogênea no espaço. Os maiores contingentes vêm para a região sudeste, Rio e São Paulo (57).

A enorme defasagem entre o volume da migração e as possibilidades de absorção nas engrenagens produtivas acarreta uma acentuação da segregação ecológica das classes sociais no espaço urbano, estratificando o consumo (58) na cidade e acelera o desenvolvimento da absorção de grandes contingentes nos setores terciários da economia. Além disso, a transferência do desemprego do campo e de sua pobreza para a cidade vai determinar os baixos níveis salariais, o emprego extensivo da mão de obra a manter baixo grau de industrialização, certo obsoletismo tecnológico em determinados ramos da indústria e serviços, a ampliação de empregos públicos etc.

---

(56) Ver K. Marx - El Capital - cap. XXIII discorrendo sobre os tipos de superpopulação relativa.

(57) Ver Paulo Singer: "Urbanização e Desenvolvimento: o caso de São Paulo" in Economia Política da Urbanização, SP, Ed. Brasiliense e CEBRAP, 1975, Jorge Wiheim: "O substantivo e o adjetivo. S. Paulo, Perspectiva, Ed. USP, 1976.

(58) M. Castells op. cit. p. 78 e seguintes.

> "(...) Embora com o risco de certo exagero, pode-se dizer que houve em São Paulo duas classes operárias etnicamente diferenciadas: a do período que vai das primeiras manufaturas até a primeira Guerra, em que o trabalhador estrangeiro constitui parte considerável, e a do período posterior, representada, especialmente depois da crise de 1929, pela entrada da mão de obra nacional, originária da agricultura e de pequenas cidades do interior" (59).

Enquanto no período de 1820 a 1900, onde predomina va a imigração estrangeira, apenas 965 migrantes de outras regiões brasileiras haviam chegado a São Paulo, após 1930 crescentemente foram se dirigindo para cá levas maiores desses trabalhadores. Em 1926-30, entraram 155 821. Em 1936-40, São Paulo recebera 293 852 migrantes de outros Estados do Brasil. O quinquênio 1931-35 é que mercou o ponto de inflexão, pois a partir daí a porcentagem de brasileiros passou a superar a dos estrangeiros, registrando 57% contra 43%. Essa tendência se acentuou com a crise da 2a. grande guerra, e a proporção de operários estrangeiros declinou, até representarem não mais que um terço do conjunto dos trabalhadores.

Uma "massa de operários nacionais, de qualificação profissionalmente muito baixa e sem experiência urbana de vida, na maioria das vezes, constituiu-se em São Paulo. Os

---

(59) Leoncio M. Rodrigues: "Classe Operária e Sindicalismo no Brasil" in L. M. Rodrigeus (org); Sindicalismo e Sociedade, SC, DIFEL, 1968, p. 345. Segundo esse autor, essa classe operária, pelo seu fraco peso social ficaria durante muito tempo marginalizada da vida política nacional; compunham-na muitas mulheres, menores e com elevada taxa de analfabetismo. Enquanto na República Velha, os setores mais qualificados das camadas trabalhadoras acabaram criando sindicatos de minorias militantes, rechaçando qualquer compromisso com a ordem social. Após 1930, antigos militantes não conseguiram atrair os recém chegados operários nacionais, sendo substituido pela estrutura sindical erigida pelo Estado - processo conhecido que combinava a violência contra grupos operários organizados e a concessão de benefícios à grande massa. Consultar também a respeito entre outros, Everardo Dias: História das lutas sociais no Brasil, SP, Ed. Adaglit, 1962; L. M. Rodrigues: Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, SP, Difel, 1966; Azis Simão Sindicato e Estado, SP, Ed. Dominus, 1966.

operários, que antes eram liderados pelos "oficiais" (carpinteiros, marceneiros, alfaiates, pedreiros, padeiros) que davam o tom (anarquista), passam a ser liderados pelo operário semi qualificado, das indústrias modernas de fiação e tecelagem, mecânica e metalúrgica, predominando o sindicalismo de indústria sobre o de ofício. Os Sincicatos foram postos à tutela do Estado (60), inspirados no modelo do fascismo italiano. Formou-se uma burocracia sindical atrelada ao Ministério do Trabalho.

Após a queda de Vargas, em 1945, os sindicalistas recobrariam relativa independência, mas permaneceria a estrutura sindical em sua conexão orgânica com o Estado.

No processo de industrialização a partir da 2a. guerra, especialmente a partir dos anos 50, houve grande recrutamento de trabalhadores oriundos da agricultura e das pequenas cidades do interior. Essas massas buscavam melhores condições de vida, de salário, de oportunidades profissionais. Trata-se de trabalhadores espoliados desde sempre, que se encontravam fora do mercado e da vida política nacional.

> "(...) em larga medida, pela influênciada lavoura de exportação, as transformações que afetaram a economia agrícola - e as populações delas dependentes - não foram devidas à industrialização mas às mudanças operadas no mercado internacional de produtos primários. Dados os baixos padrões de vida do meio rural, a incorporação desses grupos à industria raramente poderia significar uma descida na escala social. A classe operária que se formou (...) buscou os grandes centros e a fábrica como meio de escapar do mundo pré-industrial. A civilização urbana e moderna foi valorizada em relação com o meio de origem" (61).

---

(60) Leoncio M. Rodrigues "Classe operária e sindicalismo no Brasil" - op. cit. - p. 347/348.

(61) Leoncio M. Rodrigues - op. cit. p. 349/350.

Esse operariado vai encarar o trabalho, mais que como trabalho operário como emprego, apreciando os valores econômicos que este possa lhe proporcionar, as possibilidades aquisitivas do salário mais elevado que o da agricultura e assim por diante. Daí sua grande preocupação com a moradia, sobretudo com a propriedade da casa, que lhe parece muitas vezes, mais importante que a estabilidade de emprego, traço esse, alías, que já vinha desde os tempos da primeira industrialização.(Ver Tabela 14).

A concentração populacional que transformava São Paulo no mais importante centro industrial do Brasil, evidentemente também enunciava o esvaziamento de certas regiões brasileiras (o Nordeste e Minas Gerais sobretudo) enquanto diminuía paulatinamente a proporção de migrantes do interior do Estado de São Paulo.

A partir de 1940, a proporção de migrantes das zonas rurais aumenta: "egressos de lavouras, mais destacadamente da pecuária, das regiões mais diferentes do país,com "ethos" próprios da existência culturalmente distinta da evolução litorânea e que podem satisfazer tão somente a procura de mão de obra não qualificada" (62).

A maioria absoluta é pobre e analfabeta, fugindo do regime de ocupação da terra, da ocorrência da perturbações climáticas (seca do nordeste) - especialmente a concentração da propriedade em mãos da minoria, além do crescimento vegetativo de certas regiões (63),tudo dependendo do desenvolvimento agrícola.

---

(62) São Paulo, Estado: Secretaria da Promoção Social - SP, 1969 apud Manuel T. Berlink. Marginalidade Social e Relações de Classe em São Paulo, RJ, Ed. Vozes, 1975, p.84.

(63) Manuel Berlink - op. cit.

Tabela 14 - Correntes migratórias nacionais para o Município de São Paulo no tempo (%)

Ano de chegada / Estado de Nascimento	1900-29	1930-34	1935-39	1940-44	1945-49	1950-54	1955-59	1960-64	1965-70
S.Paulo	77.8	76.3	69.4	71.7	54.1	37.6	30.8	21.6	22.1
Rio de Janeiro	4.4	5.3	2.0	-	6.8	1.1	2.6	7.2	5.5
Sul	2.2	2.6	2.0	3.3	5.4	2.2	6.4	6.4	5.5
Minas Gerais	8.9	7.9	8.2	13.3	13.5	14.0	15.4	10.4	20.2
Pernambuco	2.2	2.6	2.0	1.7	2.7	7.5	7.7	11.2	12.3
Alagoas	0.0	0.0	4.1	1.7	5.4	9.7	5.1	11.2	8.0
Bahia	2.2	2.6	10.2	3.3	8.1	18.3	17.9	16.8	17.2
Outros	2.2	2.6	2.0	5.0	4.1	9.7	14.1	15.2	9.2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Daniel J. Hogan - International Migration, Access to Information, and the use of Urban Resources in São Paulo, Brazil: A study of Population Adaptation in a Changing Economy, Ph.D.Dissertation,Cornell University - 1972 reproduzida de M. Tosta Berlink(64)

(64) Manoel T. Berlink: Marginalidade Social e Relações de Classes em S.Paulo - RJ, Ed. Vozes, 1975,p.85

Como nos diz Celso Furtado:

> "(...) o caso brasileiro (...) as terras continuam a ser abundantes e a oferta de mão de obra permanece elástica no que respeita ao conjunto do setor agrícola. Em face dessa abundância de recursos, a extrema concentração de propriedade da terra permite à empresa agromercantil impor à população rural salários ínfimos; por outro lado, o baixo custo da mão de obra transformou-se em barreira à penetração do progresso técnico, perpetuando-se uma agricultura de altos e crescentes custos sociais, responsável pela depredação dos recursos naturais do país.
> Como a estagnação de nível de vida da massa rural contribui para deprimir os salários urbanos e são estes que determinam a evolução da demanda de produtos agrícolas, tampouco por este lado surgem possibilidades de ruptura do impasse atual" (65)

Estudos para avaliar o peso das migrações no Município de São Paulo mostram que foi grande o volume de recém chegados a Capital, com evidentes consequências na estrutura ocupacional e urbana da cidade (66). (Ver Tabela 15).

O sexo feminino predominava nos saldos migratórios, tanto na segunda quanto na terceira década do período analisado. Quando partiam de locais muito distantes de São Paulo, como ocorria por exemplo com a imigração européia antes de 1930, havia predomínio masculino, quando não de famílias inteiras. Ao partirem das imediações de São Paulo, a maioria era de mulheres, que via de regra, não encontram melhores oportunidades de empregos em cidades pequenas do interior do Estado. A migração nordestina e de Minas já apresentava maiores percentuais de homens.

---

(65) Celso Furtado - Análise do Modelo Brasileiro - RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1972, p. 118-120.

(66) Para tais estudos são utilizados cálculos de saldo migratório, para ver as diferenças entre imigração e emigração. Ver Paul Singer (coord) Urbanización y recursos humanos. El caso de S. Paulo. Buenos Aires, Ed. SIAP, trabalho elaborado para GEGRAN, SEPLAN, 1971.

Tabela15: Saldo migratório, Município de S.Paulo: 1940/1950; 1950/60; 1960/70; segundo idade e sexo(%)

Sexo / Grupo de Idades	1940/50 Homens %	1940/50 Mulheres %	1950/60 Homens	1950/60 Mulheres	1960/70 Homens	1960/70 Mulheres	Total (1940/70) Homens	Total (1940/70) Mulheres	Total
0 - 9	15,22	12,84	8,40	7,94	15,12	13,68	178610	170579	349189 (12,2%)
10-29	55,15	60,46	59,31	59,16	52,85	58,55	766957	879649	1646606 (57,4)
30-59	26,41	23,17	27,73	25,44	29,16	22,96	387051	354897	741948 (25,9%)
60 e mais	3,22	3,53	4,56	7,46	2,87	4,81	48317	80964	129281 (4,5%)
Total	100	100	100	100	100	100	1380935	1486089	2867024
Nº Absoluto	333737	328207	454831	522769	592367	635113			

Fonte: Censos Demográficos - IBGE, reproduzido de Paul Singer, adaptações nossas.

Também há certo predomínio de mulheres na faixa etária de 10 a 29 anos, enquanto os homens sobressaem na faixa de 30 a 59 anos, talvez explicável pela presença de casais, em que há um traço cultural de os maridos serem mais velhos que suas esposas (67). Em contrapartida, no grupo etário mais idoso, as mulheres predominam.

As consequências para a estrutura ocupacional de São Paulo serão grandes. É evidente que grande parte desses contingentes será ocupado na indústria e nos serviços, conforme tabela 16.

Além da queda expressiva do setor primário não só na Capital mas também na Grande São Paulo, não em termos absolutos mas na sua expressão relativa, o setor secundário também acaba diminuindo no período considerado, na Capital, enquanto aumenta nos municípios da GSP (em direção à periferia), uma certa descentralização dentro da GSP. Na década de 60, o setor terciário assume a liderança dos empregos, especialmente na Capital e é justamente nesse setor, em especial, que a massa migrante irá se estabelecer.

A migração para a cidade tem um duplo efeito sobre o exército industrial de reserva e seu crescimento: ao se instalarem nas áreas urbanas os migrantes se incorporam a elas; ao mesmo tempo compõem demanda por produtos agrícolas, o que vai conferir caráter de mercadorias à parte da produção do setor de subsistência, isto é, de excedente vendável. O capitalismo penetra na agricultura justamente pela expansão do mercado urbano para produtos agrícolas, pois torna vantajosa para

---

(67) Paulo Singer (coord) Urbanización y recursos humanos. El caso de São Pablo. op: cit. p. 80 e seguintes.

Tabela 16 [68] - Estrutura setorial e ocupacional da força de trabalho na Capital(SP): 1940/50/60/(%)

Setor	1940		1950		1960	
	GSP	SP	GSP	SP	GSP	SP
Primário	8.43	3.17	5.44	2.10	3.81	1.40
Secundário I	41.60	42.68	45.57	45.32	36.33	34.18
Secundário II	7.20	7.69	7.65	8.08	*1	*1
Sub total sec. I e II	48.80	50.37	53.22	53.40	36.33	34.18
Serv. de produção	21.75	23.62	20.45	21.83	19.14(4) ****	20.16(4) ****
Serv. Consumo coletivo	9.80	10.93	8.26	8.82	8.90	9.57
Serv. Consumo industrial	11.20	11.88	12.60	13.82	20.55(3) ***	22.25(5) *****
Subtotal terciário	42.75	46.43	41.31	44.47	48.59	51.18
Outros					11.25(3)	12.42
Total	100	100	100	100	100	100

Notas

(1) *: O setor Secundário II está incluído em prestação de serviços

(2) **: Prestação de serviços

(3) *** Comércio de imóveis, valores, etc.

(4) ****Não inclui comércio de imóveis, valores, etc.

(5) *****Prestação de serviços

(68) Reproduzida de P. Singer, op. cit. Este autor assim especifica os ramos de atividades: Setor Primário (reúne as atividades que se desenvolvem em contato direto com o meio natural: agricultura, criação de gado, silvicultura, indústrias extrativas); Setor Secundário (abrange atividades de transformação da matéria prima em produtos semielaborados e destes em produtos finais, subdividido em Secundário I (atividades que produzem novos bens, indústrias de transformação, da construção, indústria de energia (gás, eletricidade), de saneamento e melhoramento (água, esgoto) e Secundário II (atividades de manutenção e reparação dos produtos originados do Secundário I: reparação de máquinas, veículos, moradias, lugares de trabalho e uso pessoal. Este setor muitas vezes é incluído no setor terciário, mas Singer os distingue pela semelhança ao trabalho artesanal (Secundário II); Setor Terciário (serviços): abrange serviços de produção (ligados às atividades produtivas) como comércio de mercadorias, comércio de imóveis, valores, transportes, armazenagem e comunicação; serviço de consumo coletivo, necessidades de toda a coletividade como governo, defesa, educação, saúde, previdência social e serviços de consumo individual, como serviços pessoais, atividades domésticas (remuneradas), profissionais liberais. A distinção dos ser-

o proprietário a substituição da renda-produto pela renda-dinheiro ou pelo lucro proveniente da exploração do trabalho assalariado (69).

4.2.3- Metropolização

O desenvolvimento alcançadonos anos40, especialmente com a instalação de um setor de bens de equipamento e um esforço de monopolização foi decisivo para a metropolização de S. Paulo. Permitiria que na década de 50 o processo de "substituição de importações" se concluísse, revelando estarem esgotadas suas possibilidades sendo trocado por outro modelo, comandado pelo capital financeiro (estatal, privado nacional e multinacional). A década de 50, pois, representaria marco no processo de industrialização e, quase 'a reboque', veio a indústria pesada com suas inovações técnicas que fizeram aumentar a capacidade produtiva mesmo antes da demanda (70).

Preparara-se na década de 40, a economia nacional às novas condições do mercado internacional que começava a transferir capital produtivo e instalar indústrias de bens de consumo durável até em locais de antigas economias agroexportadoras.

Nesse contexto, um grande indicador de todos esses processos no sentido da monopolização do capitalismo brasileiro, é a metropolização de São Paulo.

---

(69) Paulo Singer - "Urbanização e Desenvolvimento: o caso de S. Paulo" in Economia Política da Urbanização - SP - Brasiliense, Cebrap, 1973, p. 123.

(70) J. M. Cardoso de Mello, op. cit. p. 117.

O termo metrópole, usado desde a Antiguidade para designar aquelas aglomerações urbanas que possuiam algum padrão especial, significa etmologicamente "cidade-mãe" e se referia sobretudo às cidades gregas que "subordinavam ou conquistavam cidades estrangeiras" (71). O uso atual parece associar-se à influência norteamericana que, ao refletir sobre seu padrão de urbanização baseado em freeways, skilines e subúrbios passava a encarar como área metropolitana as cidades com população superior a 50 mil habitantes (72):

Para discorrer o conceito de metrópole ainda retomando a literatura norteamericana, Blumenfeld cita algumas características desse processo frente a cidade: inicialmente, a metrópole está associada à indústria, que ocasionou o duplo estímulo da especialização e cooperação do trabalho e a consequente onda de migração do campo para a cidade. Outro traço significativo foi o aperfeiçoamento dos meios de transporte; alguns, como o navio a vapor e os trens, beneficiaram a urbanização mas enquanto a locomoção interna era feita a pé ou a cavalo, o raio da aglomeração urbana se limitava em torno de 5 km. do "centro". As grandes transformações começaram com o bonde, o trem, metrô e o elevador, que permitiu a verticalização, (especialmente no Centro) e mais tarde com o automóvel e o caminhão, mudando a face da cidade em metrópole (73).

---

(71) Flávio Villaça: "Uso do solo urbano" in Cidades: a urbanização da Humanidade, RJ, Zahar, 1977.

(72) H. Blumenfeld: "A metrópole moderna in Cidades: a urbanização da Humanidade, RJ, Zahar, 1977.

(73) H. Blumenfeld - op. cit. Este autor apresenta uma visão otimista de metrópole, achando que nela o trabalhador pode "mudar de emprego sem precisar mudar de casa"; como uma coisa não garante a outra, fica essa afirmação como algo discutível.

A literatura americana considera que ocorre o processo espacial de metropolização quando uma cidade, povoado ou núcleo urbano, passa a desenvolver uma intensa vinculação socioeconômica com outra cidade maior e mais desenvolvida. A cidade da qual parte a vinculação passa a ser chamada "cidade central", vinculações essas que são de natureza funcional e do tipo intra urbano. Além de incorporarem núcleos vizinhos, a metrópole forma novos núcleos. Assim, incorporam-se núcleos outrora isolados e de frentes de expansão, incorporação de cidades e de núcleos velhos e heranças coloniais.

A cidade se expande, geralmente ao longo das vias de transporte; os vetores ferroviários, por exemplo, são fundamentais e geralmente ocupados pela população de baixa renda.

Quadro 1:

São Paulo: População. Emprego na Indústria em vetores Ferroviários (1969) (74).

Vetor	Direção	Empregos Industriais	População
S. Caetano-Mauá	Santos	76044	535258
Penha-F. Vasconcelos	Rio	14286	721707

Nota: As extremidades mais centrais desses vetores - S. Caetano-Penha distam, ambas, cerca de 10Km do centro de S. Paulo.

1) inclui as unidades territoriais de S. Caetano, S. André e Mauá - do PUB (Plano Urbanístico Básico).

2) inclui as unidades territoriais de Penha, S. Miguel, Guaianases, Itaquera, Poá e Ferraz de Vasconcelos, do PUB.

Fonte: Prefeitura do MSP - PUB - 1969, vol. 2, p. 200.

(74) Reproduzido de Flavio Villaça: Estrutura Territorial da Metrópole Sul Brasileira, op. cit. p. 88.

O caso de São Paulo é bastante significativo, mas as origens de sua metropolização não são unânimes entre os autores. Para Morse (75) São Paulo transformou-se de vila à metrópole na passagem do séc. XIX a XX, com a primeira industrialização. Já para Langenbuch (76) as origens da metropolização estão nos inícios do séc XX, por volta da 1a. Guerra Mundial (1915-1940) com a explosão da especulação imobiliária que fará serem preenchidos vazios ao longo das ferrovias, com a instalação de indústrias, armazéns e casas operárias. O período após 1940 intensifica essas tendências, com a expansão rodoviária da mancha edificada, com enorme crescimento populacional, extravasando os limites do município. São fatores a verticalização do Centro e bairros próximos e subcentros, a incorporação de loteamentos periféricos, o que se incrementou mais tarde com o desenvolvimento suburbano, baseado no automóvel e caminhão. A partir de 1950, aumentou a circulação de ônibus e caminhões, além da 'explosão' dos automóveis particulares. O comércio e os serviços vão se tornando cada vez mais sofisticados nos subúrbios maiores, intensificando-se o fluxo entre tais subúrbios e os bairros, deixando de ir ao Centro histórico. Formam-se, pois, 4 subcentros: Santana (Norte) Pinheiros (Sul), Penha (Leste) e Lapa (Oeste).

O espaço da cidade torna-se "pequeno" para comportar tantas indústrias em expansão. Elas procuram grandes espaços, extravasam para a periferia e regões vizinhas. O cresci-

---

(75) Richard Morse - op. cit.

(76) R. Langenbuch. A estrutura da Grande São Paulo - op. cit. Para Armando Correa da Silva, o processo se sintetiza em 3 momentos: metrópole clássica (início do século XX com 600 mil habitantes); metrópole clássica ampliada (nos anos 1950, com 3 milhões de habitantes) metrópole ampliada composta (1980, com 11 milhões de habitantes). A Metrópole ampliada e o bairro metropolitano, tese de livre docência FFCH-USP-1982 AR Martin - op. cit.

mento seguinte se dá com conurbações que trouxeram problemas técnicos e políticos. São Paulo foi-se desmembrando paulatinamente: em 1950 emancipam-se da capital, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Poá, Franco da Rocha: Em 1967 será a vez de Osasco, Ferraz de Vasconcellos, Francisco Morato e Itaquaquecetuba e ao mesmo tempo, embora independentes, cada vez mais ligados a São Paulo estão Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema.

Ainda seria o desenvolvimento rodoviário que reorientaria a implantação das indústrias que passaram a instalar às margens das autoestradas (Dutra, Anchieta) a região do ABC (Santo André, S. Bernardo e S. Caetano) se industrializa, Guarulhos também e no Município de São Paulo, Santo Amaro. Todo o eixo de circulação é beneficiado pela maior flexibilidade do fluxo imprimida pelos ônibus, caminhões e automóveis, menos rígidos quanto a paradas.

Surgem preocupações com as vocações funcionais das diversas partes da cidade (Lei do Zoneamento que estipula e disciplina o uso e ocupação do solo) objetivando: "Assegurar a reserva dos espaços necessários e localização adequadas, destinadas ao desenvolvimento das diferentes atividades urbanas; assegurar a concentração equilibrada de atividades e pessoas no território do município mediante controle do uso e do aproveitamento do solo" (77). A partir daí, reforçou-se o uso segregado do espaço urbano, a discriminação que preserva áreas ocupadas pelas classes privilegiadas, de funções residenciais.

---

(77) S. Paulo, Cidade: Coordenadoria Geral de Planejamento - Políticas Setoriais - Controle Normativo nº 2 - 1978.

Às demais, resta a convivência entre indústrias e residências e outras funções (78).

Foi comum, por isso, a associação entre loteadores, empresas comerciais de ônibus e comerciantes de artigos populares. O mecanismo é descrito de forma já conhecida: os loteadores vendem áreas sem benfeitorias Mas por preços que as incorporam porque se julga que virão. A ligação entre essas áreas e o centro era percorrida pelas empresas de ônibus que atuavam em monopólio; primeiro são vendidaas as piores glebas, reservando-se as melhores áreas para futuros comerciantes e que serão vendidas a preços maiores que as primeiras. Pressiona-se o Estado para que forneça os serviços e equipamentos urbanos. As terras lindeiras ao corredor de tráfego são dos comerciantes que se instalam no percurso do congestionamento. A já citada carência habitacional é reproduzida: há muitos loteamentos e poucas habitações (79).

---

(78) Leis do Zoneamento - cap. 1 - título III - artigo 87.
É a seguinte a divisão das zonas de ocupação do solo em São Paulo:
R1 - Residência Unifamiliar
R2 - Residência multifamiliar
R3 - Conjunto Residencial
C1 - Comércio Varejista de Âmbito local
C2 - Comércio Varejista Diversificado
C3 - Comércio Atacadista
S1 - Serviços de âmbito local
S2 - Serviços diversificados
S3 - Serviços especiais
I-1- Indústrias não Incômodas
I-2- Indústrias Diversificadas
I-3- Indústrias Especiais
E1 - Instituição de Âmbito local
E2 - Instituições Diversificadas
E3 - Instituições Especiais
E4 - Usos Especiais

(79) F. H. Cardoso, Candido P.Camargo e L. Kowarick: Cultura e participação na cidade de S. Paulo, SP, Ed. Cebrap. 1973, Cadernos Cebrap 14.

4.2.4- Crise de habitação em São Paulo

Como visto nos anos 40, quando se inicia a decisiva metropolização de São Paulo, ao mesmo tempo se inaugura a nova fase da habitação popular: abandono da "opção quase que exclusiva por casa de aluguel para a expansão das áreas periféricas com loteamentos, na maioria das vezes, clandestinos e a casa própria autoconstruida em meio à maior crise de moradia de que tem notícia, a exceção das de hoje, talvez (80). A crise estrutural de habitação dos anos 40, foi agravada por causas conjunturais trazidas pela 2a. grande guerra.

Dos muitos fatores para essa transformação, destaca-se a atuação de empreendedores imobiliários. Diminuia o investimento em empreendimentos voltados à locação, e surgiam muitas incorporações visando a venda de apartamentos em edifícios altos (81).

O próprio desenvolvimento capitalista no Brasil ia criando formas mais atraentes de investimentos de capital. O ramo de produção de moradias de aluguel, tão rentável outrora, passa a ser menos atrativo para investidores, na medida que a inflação aumenta e a economia se desenvolve. Na conjuntura de guerra acelera-se a especulação no mercado imobiliário e os imóveis urbanos sobem muito de preço.

Embora os preços dos aluguéis subissem muito no início da década, prejudicando o trabalhador cujos salários não acompanhavam essa subida, não eram compatíveis à valorização dos imóveis em geral, regidos pela especulação, o que provoca

---

(80) Nabil Bonduki - op. cit.

(81) Idem, ibidem.

desestímulo à construção de moradias para alugar, pois era lento o retorno do capital investido, verificava-se a queda relativa da "taxa de lucro" em comparação com os ganhos obtidos em outros ramos de negócio (82).

Ao mesmo tempo os imóveis desocupados se valorizam excepcionalmente servindo como remuneração especulativa de capitais e de proteção para a desvalorização da moeda. Isso fez que se ampliasse a construção de prédios de apartamentos e escritórios para venda, proporcionando mercado consumidor interessado em investimentos com base nas expectativas de lucro. A classe média perdia o preconceito para com essas "habitações coletivas" gerando excelente mercado urbano.

Por outro lado, a política de Vargas incentivava a propagação da propriedade privada imobiliária entre as classes trabalhadoras e nos estratos de renda média da população, em coerência com a atuação dos empreendedores imobiliários. Dessa época data a nova fase na estrutura de crédito através da renovação das Caixas Econômicas que passaram a financiar um grande número de casas e apartamentos para aquisição a juros baixos (83). Também é desse período a reformulação da Lei dos Condomínios que alienava cada apartamento como propriedade independente.

De ângulo diverso, a alteração urbana decorrente da implantação do Plano Avenidas de Prestes Maia, sobretudo a partir de 1938 quando se tornara prefeito, acelerou o processo de aquisição de moradia. A abertura de ruas e avenidas na área central e fundos de vale provocara a demolição de

(82) Nabil G. Bonduki, op. cit.

(83) Idem ibdem.

muitas construções, trazendo além disso no traçado dessas ruas enorme valorização para os terrenos próximos que poderiam receber novos usos, também através da demolição e reconstruçao.

Nessa conjuntura em que há grande carência de habitação de aluguel e que, ao mesmo tempo, sobe o preço da locação, situa-se a Lei do Inquilinato (Decreto 4598 de 20/08/42) que representava uma intervenção direta do governo federal, congelando o aluguel nos níveis de dezembro de 1941, para impedir que este item de consumo pasasse demasiadamente na cesta do trabalhador. A entrada do Brasil na 2a. guerra mundial era apresentada como catalizadora de situações de desenfreada especulação imobiliária, mas na verdade a tendência altista dos aluguéis e falta de casas para alugar eram consequências do esgotamento de um tipo de solução habitacional (84). De outra parte, essa medida tinha efeitos políticos facilmente perceptíveis sensibilizando fortemente os assalariados e fazendo pairar sobre Vargas a mística de "pai dos trabalhadores".

O congelamento dos aluguéis deve ser compreendido, principalmente no quadro do Estado Novo, que passa a intervir nos diversos setores da economia, fixando preços, distribuindo ganhos e perdas entre diferentes classes e estratos sociais, regulamentando a reprodução da força de trabalho (85). Ao possibilitar a redução do custo de reprodução da força de trabalho, a lei favorecia o setor industrial. Ao mesmo tempo que penalizava os proprietários de imóveis para locação, ou seja, setor cada vez mais improdutivo em face das modificações do mercado imobiliário.

---

(84) Nabil Bonduki, op. cit. p. 158.

(85) Francisco de Oliveira: A economia brasileira: crítica à Razão Dualista". SP, Ed. Cebrap - Brasiliense, 1975.

Seus efeitos foram vários: não só provocaram desinteresse no investimento em casas para aluguel (ou cômodos ou qualquer outra alternativa de locação para baixa renda) como levou proprietários desse tipo de bens a se desfazerem deles, vendendo ou despejando inquilinos, demolindo construções.

O congelamento proposto pela Lei que deveria durar por dois anos, acabou sendo renovado sucessivamente até 1964, só permitindo pequenos aumentos para compensar a inflação, irrisórios frente às suas taxas. As diversas reformulações da Lei tinham um alvo: afastar a população de baixa renda das casas de aluguéis. Bonduki afirma que a Lei abria as portas para uma série de "burlas e desvios dos seus anunciados objetivos" (86), pois são exemplo disso os aluguéis comerciais e industriais que em várias reformulações, eram congelados; o proprietário não podia despejar o inquilino, só se construísse no lugar do prédio antigo, outro de maior área; as novas construções tinham aluguéis liberados e assim por diante. Era evidente o estímulo às novas construções ao mesmo tempo que desincentivava a manutenção dos prédios (e aluguéis) antigos; ficava claro também que não se queria obstruir os setores mais dinâmicos da economia, como a indústria e comércio, pois a escassez de prédios para tais fins provocaria elevaçao de custos de operação; garantia mercado para os incorporadores, ao liberar aluguel para prédios novos e, além disso, os empreendedores passavam a ser diferenciados dos locadores, já que os financiamentos eram para aquisição. Os apartementos eram vendidos a pessoas que os alugavam por altíssimos preços.

Além desses e de inúmeros outros exemplos, a lei

---

(86) Nabil Bonduki - op. cit. p. 159.

abria oportunidade a fraudes, como despejos ilegais, exigência de "luvas", sublocadores explorando inquilinos e formando um dramático quadro da carência de habitaçao no período.

Nesse quadro de absoluta falta de moradia, ocorre paralelamente um enorme afluxo de migrantes nacionais para São Paulo, em função das transformações geradas desde a Revolução de 30, como a aceleração da industrialização a criação de um mercado nacional de mão de obra e as medidas trabalhistas propostas por Getúlio, como a fixação de salários mínimos diferenciados por região. A migração dos locais esvaziados, principalmente no nordeste do país, agravaria a crise de habitaçao. Embora dessa epoca datem as primeiras favelas em São Paulo (87) a grande saída é a expansão para a periferia, para os loteamentos distantes (88).

Dessa maneira, as políticas do Estado voltadas à transformação urbana, quer municipais, estaduais ou federais, acopladas à opção pelo transporte rodoviário que permitiria a descentralização das indústrias que se espalhavam pelo município, favoreceram a alteração do padrão de ocupação da cidade de São Paulo, especialmente no que tange à habitação.

O trabalhador passará a ocupar áreas mais periféricas, procurando acesso à casa própria. Na falta de alternativas,

(87) As favelas, ocupação de terrenos, ou a construção de barracos de materiais precários, surgem especialmente na região sudeste de São Paulo. A Vila Prudente data da década de 1940. Ver PMSP, O desfavelamento do Canindé - 1962.

(88) O Governo Federal cria em 1946, a Fundação da Casa Popular, para responder à aguda crise da moradia. Este organismo, porém não construiu nenhum conjunto em São Paulo e padeceu de outros males: clientelismo, esgotamento de recursos. Ver Sérgio Azevedo e L. Aureliano de Andrade: Habitação e Poder: de Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitaçao, RJ, Zahar, 1982. Em 1937 haviam sido criadas as carteiras prediais dos Institutos da Previdência, que não preenchem condições para atender à demanda.

vai criando expedientes como a autoconstrução - que lhe faculta moradia precária nos loteamentos mais distantes.

A partir de 1940, os ônibus haviam substituido em importância os trens e os bondes e permitindo ocupação ao longo de suas linhas, formando "subúrbios loteamentos e "suburbios ônibus" ou melhor, "subúrbios rodoviários, além dos citados "subúrbios estações" (89):

Segundo Langenbuch a cidade nessa época passaria por grande crescimento (de 1311133 habitantes para 2154669 em 1950) e a pressão sobre a periferia seria muito grande, provocando desenvolvimento suburbano (90). Caracteriza esse autor tres processos: 1) compactação da área edificada com acentuado crescimento vertical no Centro e em bairros próximos: Santa Efigênia, Campos Elíseos, Santa Cecília, Vila Prudente, Higienópolis, Consolação, Vila Buarque, Paraíso, Liberdade, Aclimação e em menor grau em Vila Mariana, Cambuci, Brás e até os subcentros de Santana, Penha, Pirituba e Lapa. Os terrenos baldios iam sendo preenchidos no Jardim Europa, Sumaré, Vila Clementino, Mirandópolis e outros. E ainda são ocupados bairros outrora desocupados: Vila Ipojuca, Planalto Paulista, etc. 2) expansão da área edificada sobre porções dos arredores que não tinham conhecido desenvolvimento urbano expressivo - é o caso de Morumbi, Cidade Jardim, por exemplo. 3) a expansão da área edificada sobre porções dos arredores significativamente suburbanizados compreendendo a absorção territorial de muitos núcleos suburbanos - processo rápido e contínuo.

Com as indústrias espraiando-se na direção das ferrovias e rodovias as relações com municípios vizinhos se

(89) J. R. Langenbuch op. cit. pp.201 e seguintes.
(90) Idem, ibidem p. 178.

intensificam; Jundiaí, Mogi das Cruzes, Sorocaba. As autoestradas terão um grande papel na metropolização dos arredores paulistanos: Via Anchieta, Raposo Tavares, Via Dutra, Via Anhanguera, levavam para diferentes quadrantes a expansão da cidade. Os loteamentos que se instalaram às margens das rodovias tinham vantagens com relação aos demais pois os seus moradores já podiam contar com condução, o que facilitava, em muito as vendas das terras.

Assim, nas décadas de 40 e 50, a cidade de São Paulo se expandiu em direção do que se pode chamar primeira periferia ou periferia próxima, sendo ocupadas áreas afastadas do centro mas ainda nos limites do município. Por outro lado, Guarulhos, S. Bernardo, S. Caetano e Santo André, já importantes centros industriais desde a década de 40 seguiam absorvendo muitos operários (91).

A partir de 1947, foi criada em São Paulo a CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos), regularizando-se o serviço de ônibus, o que ajudou a consolidar a ocupação periférica. A casa própria vai se tornando o "horizonte de referência" de todo trabalhador - more onde morar - e o patamar de cálculo do empresário industrial" (92). A ideologia da casa própria começa a dominar as expectativas do trabalhador, sendo índice disso o fato de entre 1940 e 1950 ter-se elevado o número de comicílios próprios no MSP de 68.569 a 167.953 unidades (93).

---

(91) A expansão para a periferia da chamada Região Metropolitana, como a conhecemos hoje, parece ter ocorrido principalmente na década de 70, quando loteamentos na maioria das vezes clandestinos foram oferecidos nos municípios vizinhos a S. Paulo para alojar a população de baixa renda, que foi autoconstruindo a sua moradia aos poucos. Falaremos disso mais adiante.

(92) Nabil Bonduki - op. cit. p. 161.

(93) Recenseamento Geral do Brasil de 1940 e 1950 - IBGE.

A crise de habitação continua, acrescida da de transportes: muitos despejos nos bairros centrais e antigas zonas operárias e nos "bairros mais distantes" muita precariedade . O transporte é agora a prioridade (94) .

Tabela 17

Distribuição Territorial da Expansão da Grande São Paulo

(população)

Sub regiões urbanas	1920 (**) nº hab.	%	1934 (**) nº hab.	%	1950 (***) nº hab.	%
A oeste do Tamanduateí	345.226	57,13	548.470	48,97	978.066	40,60
A Leste do Tamanduateí	192.893	31,92	368.410	32,89	805.506	33,44
A norte do Rio Tietê	36.736	6,07	100.727	8,99	278.097	11,54
Sto. Amaro	-	-	26.918	2,40	81.494	3,38
Subúrbios a Oeste	4.178	0,69	12.091	1,07	41.326	1,71
Subúrbios a Sudeste (A,B,C)	25.215	4,17	59.814	5,34	216.159	8,97
Subúrbios a Noroeste (Perus e Jaraguá)	-	-	3.504	0,31	8.150	0,33
Total	604.278	100,0	1.119.934	100,0	2.408.798	100,0

Fonte: Censos demográficos nacionais para 1920 e 1950. Para 1934, Censo Estadual do ano. Reproduzido de Flavio Villaça - op. cit. p. 111.

Observações: (**) População total - Nesses casos, o município de S. Bernardo do Campo abrange municípios de Mauá, Paranapicaba, Ribeirão Pires, R.G. da Serra.

(***) Apenas população urbana. Stº Amaro incluia os atuais subdistritos de Stº Amaro, Ibirapuera, Capela do Socorro e Parelheiros em 1920 e 1934. Essa área constituia nesses anos o município de Sto. Amaro, Diadema, Stº André, e São Caetano, estes dois últimos com quase 60% da população do município.

(94) Nabil Bonduki - op. cit.

Ainda o rio Tamanduateí marcava a cidade. Em 1920, 89% da população de S. Paulo, estava a leste desse rio, em 1934, cerca de 82% aí residiam e em 1950, já se observava a diminuição para 74%. A zona leste, contudo, continua até hoje popular. Toda região do Brás e Mogi das Cruzes ao Sul do rio Tietê, abrigava, em 1970, 22,5% da população de dez anos e mais, de toda a região metropolitana, mas ali estavam 24,1% daqueles que ganhavam CR$300,00 ou menos, por mês. O Brás continua sendo seu maior subcentro e ainda é tipicamente orientado para as camadas de mais baixa renda" (95).

Já na década seguinte, verifica-se grande expansão horizontal da região metropolitana. A cidade de S. Paulo, de 1940 e 1960 cresceria cerca de 171% enquanto seus arredores cresceriam 364%. (Ver Tabela 18).

A análise das várias unidades territoriais comparáveis revela o decréscimo do baixo do Brás no conjunto do crescimento da cidade. Enquanto algumas unidades de localização mais externa conheceram um crescimento demográfico superior a 550%, como Vila Maria, Tucuruvi, Vila Prudente, Ibirapuera, N. Sra. do Ó, outras, tiveram também certo acréscimo demográfico, como Tatuapé, Casa Verde, Indianópolis, Saúde, oscilando entre 350 a 420%. Há ainda os subdistritos cuja população cresceu de 70 a 240%: Lapa, Vila Mariana, Perdizes, Aclimação, J. Paulista, Ipiranga, Alto da Lapa, Santana.

A estagnação e o decréscimo de algumas unidades centrais parecem estar relacionadas ao crescimento vertical e pela deterioração das edificações antigas de moradia que se transformavam gradualmente em cortiços e pensões, ficando desocupados algum tempo.

---

(95) Flavio Villaça - op. cit. - p. 113.

Tabela 18 - Variação da população 1940/1960 - Cidade de São Paulo (95)

Unidade Territorial Comparável	Habitantes			Variação ano anterior=100		
	1940	1950	1960	40/50	50/60	40/60
Brás	80225	68135	64061	85	94	80
Moóca	50519	48180	42852	95	89	85
Sé	10243	9482	8892	93	94	87
Bom Retiro	27382	23043	26494	84	116	97
Belenzinho	61224	63435	63242	104	100	103
S.Efigênia	41201	39367	47318	96	120	115
Barra Funda	28014	29694	32500	106	110	116
Bela Vista	47036	45657	57906	97	127	123
Pari	37417	41079	46227	110	113	124
Liberdade	43422	43473	55951	100	129	129
Cambuci	37519	46034	49970	123	109	133
Cerqueira Cesar	23127	26365	32085	114	122	139
Consolação	32578	35718	51771	110	145	159
Sta. Cecilia	36231	39264	60586	108	154	167
Lapa	60440	87516	107703	145	123	178
Vila Mariana	42733	58442	77007	137	132	180
Perdizes	43849	68823	91438	157	133	209
Aclimação	18649	29432	44292	158	150	238
J.Paulista	32478	55245	80286	170	145	247
Ipiranga	60048	114744	156986	191	137	261
Alto Mooca	46436	60107	125475	149	182	270
Santana	54612	90198	166597	165	185	305
Butantã.J.América V.Madalena	55190	102438	176338	186	172	320
Penha de França	43991	82814	149179	188	180	339
Tatuapé	53542	135195	249612	253	185	466
Casa Verde	21932	58571	104359	267	178	476
Indianópolis	10698	28710	54800	268	191	512
Saúde	41260	107827	213694	261	199	518
V.Maria	15158	54373	99018	359	182	653
Tucuruvi	33474	88729	223442	265	252	668
V.Prudente	29511	90408	197945	306	219	671
V.Matilde	12038	38253	81339	318	213	676
S.Amaro	15118	40115	109263	265	272	723
Pirituba	9261	27281	75137	295	275	811
N.Sra. do Ó	13322	51012	133712	383	262	1004
Ibirapuera	7507	27390	99784	365	364	1329

(95) Reproduzido de J.R.Langenbuch, op.cit., p.250, com adaptações nossas.

O Brás sofre um decréscimo demográfico de 20% e também uma retratação de uso residencial do solo que cede diante da expansão do setor terciário e das indústrias.

4.2.5- As Principais Transformações do Brás: Início de seu Esvaziamento e seus novos ocupantes

O Brás começou a 'perder' população após a década de 1940, justamente enquanto se acelerava o processo de metropolização de São Paulo. Foi graças à expansão do sistema viário da cidade que o bairro começou a sofrer os primeiros impactos.

Recapitulando, entre 1930 e 1945, toda a metrópole paulista viver um momento de "perplexidade", quando se gestaram as grandes alterações do padrão "urbano", ou seja, de horizontal e concentrado para vertical e disperso. Nos primeiros anos após a Revolução de 30, o Município de São Paulo vive um verdadeiro caos administrativo, de 1930 a 1934 são doze prefeitos nomeados, afora as perturbações do "movimento constitucionalista de 1932 (97). Com o Estado Novo impõe-se a "Administração técnica", inicialmente com Fábio Prado (1934-1938) depois com Prestes Maia. O símbolo dessa mudança se deu com a substituição paulatina dos bondes, expirando o contrato com a Light em 1937, dez anos mais tarde, consolidando o uso dos ônibus, através da criação da CMTC (98). Mais tarde viria a "explosão" do automóvel como meio de transporte privilegiado.

---

(97) A.R. Martin - op. cit. p. 168 e seguintes.

(98) S. Paulo, cidade - Coordenadoria Geral do Planejamento - O Planejamento Urbano em S. Paulo. Doc. Série Informação e Apoio ao Planejamento - 3 - 1979.

Vamos acompanhar mais detidamente essas transformações gerais como repercutiram no Brás, em várias fases, iniciando-se pelo período que vai de 1920 até aproximadamente 1950.

O problema da circulação em S. Paulo vinha se agravando desde a década de 20, com a expansão da cidade (que se dava vertical e também horizontalmente, com muitos bairros se formando na zona suburbana ou rural). Em 1924, o Eng. Ulhoa Cintra apresentara o projeto de uma Avenida de Irradiação, que poderia fazer diminuirem os transtornos das porteiras do Brás. Esse plano foi aprovado pela Câmara ainda na gestão do Dr. Firmiano Pinto.

Em 1926, no tempo de Dr. Pires do Rio como prefeito, falava-se em um plano para grandes artérias da cidade, afirmando que este se achava traçado pelos seus cursos de água:

> "Já uma grande avenida existe ao longo do Tamanduateí entre o Monumento do Ipiranga e a Ponte Grande. Cogitamos atentamente da grande avenida do Tietê. Serão esses, de futuro, os eixos da cidade, no mapa de suas vias de comunicação. Paralelamente aos dois correm as linhas férreas, umas, subindo o Tietê, chegam a Luz; outros, descendo o Tietê, chegam ao Norte; outros, subindo o Tamanduateí, seguem para o Ipiranga. Serão essas, cada vez acentuando-se o seu caráter, as grandes avenidas dos bairros industriais". (99)

Segundo o Eng. Prestes Maia, o planejamento da cidade seria reduzido a uma fórmula simples; "em essência, redu simos, afinal, todo o problema de remodelação do sistema de viação de cidade ao estudo de seis avenidas radiais e ao perímetro de irradiação" (100).

---

(99) Relatório de 1926 - p. 57 - apud M. Celestina T. M. Torres, op. cit. pp 208/209.

(100) Prestes Maia e Ulhoa Cintra: "Um problema atual", os grandes melhoramentos de S. Paulo, Boletim de Engenharia, v. 1 - p. 26-31 - apud M. Celestina Torres - op. cit. p. 209.

O grande desenvolvimento dos bairros industriais como o Brás, Pari e Mooca, exigia maiores facilidade de comunicação com o centro da cidade. Cogitava-se de um túnel sob o largo São Bento que uniria o Brás e o Pari à praça do Correio e às Av. São João e Anhangabaú. A ladeira do Carmo foi alargada e suavizada sua rampa outrora íngreme - isso seria considerada uma das maiores obras da gestão do Dr. Pires do Rio.

Quando em 1934 foi aprovada a Consolidação do Código de obras Dr. Artur Savoia, havia exigências para que não se adensassem muito os bairros operários integrados à malha urbana, como era o caso do Brás, para que não se tornassem centro de "favelas","núcleos de residências miseráveis" onde a promiscuidade própria de bairros de grande densidade de população pode ter desastrosas consequências" (101). O baixo padrão de moradia do bairro já era constatado pelos cronistas e viajantes desde início do século. Também por volta da década de 30, esse mesmo precário nível de habitação fora constatado; as posturas municipais evitavam, pois,que o padrão se deteriorasse ainda mais. O bairro já apresentava "ruas inteiras de casas feitas em série, habitações pobres e cortiços, ao lado de pequenas fábricas e centros de habitação coletivas, centenas de quartos alugados e imigrantes estrangeiros ou a migrantes nacionais, onde as "vagas" são numerosas, muitas num mesmo aposento.

No ano de 1934, S. Paulo possuía 1060000 habitantes, e entre seus distritos de paz (em número de 28, dos quais o Belenzinho era o mais populoso com 109209 habitantes, seguido da Mooca com 98600) o Brás ocupava o terceiro lugar de mais

(101) M Celestina Torres p. 212.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO BIBLIOTECA MONTE ALEGRE

habitado, com 76.680 habitantes (102).

Por volta de 1935/37 o Brás assumira-se grande centro industrial, principalmente com as fiações e tecelagens de algodão. É junto às estradas de ferro na parte baixa da cidade, a leste do Tamanduateí, que aparecem as indústrias de tecidos do município (103). Em 1937, São Paulo tem 3487 fábricas, com mais de 120000 operários. Dessa época datam igualmente, os inúmeros problemas advindos com a saúde pública, favelas e os cortiços. Surgem entidades assistenciais especialmente na Zona Leste (em 1935 fora organizado o Serviço Social de Menores com abrigo no Tatuapé, na Penha, para meninas e Instituto de Aprendizado Doméstico).

Nesse período, o Brás se apresentava configurado em torno do eixo representado pela indústria. Este foi o fator que induziu sua organização espacial: o sistema viário, acompanhando a ferrovia e articulando-se no binômio moradia operária X fábrica e expressando a estrutura social da época.

O cortiço, a moradia de aluguel, os quintais e até a vila operária refletem a importação de modelos europeus na solução dos nossos problemas do capitalismo industrial (104). A vila operária de intenções assistenciais e também paternalista,

---

(102) Difícil comparar dados de população e densidades, devido a diversidade dos limites de cada região. Conforme M. Celestina Torres - pp 214-215. As divisas do Brás em 1900 começam na ponte do Carmo sobre o Tamanduateí e seguem até a Ponte Pequena, daí pela Av. Tiradentes até a Ponte Grande, segue este rio Tietê até a confluência do rio Aricanduva (Penha) e por este até a cabeceira do Rio das Pedras, daí em linha reta até o Rio da Mooca e por este até a confluência com o Tamanduateí por este abaixo até a Ponte do Carmo, ponto inicial.

(103) Branca da Cunha Caldeira (1935) apud M. Celestina Torres - op. cit. p. 214.

(104) S. Paulo, Município. Secretaria Municipal da Cultura. Casa da Retortas - Brás espaço e uso, de Gloria M. Bayeux e Rosa C. Artigas. Dep. Inform., Doc. Art., SP, 1980.

(até autoritária no controle da vida dos operários e uma forma de fixar a mão de obra industrial), não era expressiva quantitativamente (105). Quanto aos cortiços, quintais e demais habitações de aluguel, essas sim formas prevalescentes de habitação popular no período, geralmente eram construídas pelos próprios operários e tinham aspecto mais agregador, permitindo certa solidariedade de vizinhança. Aglomeravam-se os cortiços nas imediações do Largo da Concórdia, próximos a Estação do Norte, nas principais ruas: Caetano Pinto, Carneiro Leão , Gazômetro, Piratininga.

Nesse ambiente havia fermentado nos anos até 1920 a vida operária com os movimentos anarquistas, as greves, das quais a de 1917 foi um capítulo marcante, em que o Brás centralizou as manifestações os choques, pois lá estava a maioria das fábricas e das residências operárias. Atingira-se o auge das manifestações de rua do movimento operário. A partir daí eles iriam decrescer, sobrevivendo esporadicamente e sempre na memória dos trabalhadores.

O bairro do Brás se encontrava densamente ocupado e com elevado grau de melhoramentos urbanos (de 1934 a 1940, pode-se mesmo dizer que chega ao seu auge em termos de população e equipamentos). Conhecido por toda a cidade, o Brás apresentava muitas cantinas, bares, o teatro Colombo, seu carnaval etc. Alguns famosos nomes da música popular como Vadico (parceiro de Noel Rosa) e Alberto Marino contribuiram para que se popularizasse. Até em outros países o Brás era conhecido , graças à população imigrante que mantinha laços com o exterior.

---

(105) O cap. 2 discute essa modalidade de habitação operária, da qual o exemplo mais famoso é a Vila Maria Zélia de Jorge Street, figura controvertida. VEr Eva Blay: Eu não tenho onde morar. Ed. Nobel SP - 1985.

Os napolitanos haviam-no apelidado com carinho de "Picola Itá lia".

Em 1927, na rua Piratininga havia sido inaugurado um dos primeiros "cafés" de S. Paulo com "Jazz Bands". O Brás tinha lembranças do sólido movimento operário, solidariedade de vizinhança e respeito da coletividade. Discriminado inicial mente pela burguesia, o Brás criara um certo orgulho, impondo-se com seu sotaque anasalado, e afirmando-se como "canto italiano e a ironia dos "de baixo", do "lado de lá" que caçoam da afetação das elites (106).

No período pós-40 o Brás começa a perder sua popu lação gradativamente (ver tabela 11). De mais de oitenta mil residentes em 1940, perde população em 1950 (68 mil habitantes) até chegar a nem quarenta mil pessoas em 1989.

Segundo A. Martin (107), o período de 1934-35 mar cou o apogeu; de 1945 a 47, deu-se estagnação, a fase do esva ziamento voluntário da população, ou seja, um movimento espon tâneo de saída dos moradores de origem operária que procuravam afastar-se do velho bairro, ao mesmo tempo que muitas fábri cas buscavam as rodovias, e que o comércio atacadista e o va rejista se instalavam com maior vigor.

A opção pela casa própria, adquirindo terreno em bairros mais distantes e construindo aos poucos acabou afetan do muitos trabalhadores do Brás, com a possibilidade de fugir do aluguel. Outros saíam à procura de outros empregos e locais

(106) Ver André R. Martin. O bairro do Brás e a deteriorização urbana, dis sertação de mestrado, apresentada so Dep. de Geografia da FFLCHUSP, SP, 1984. Ver também Ebe Reale: Brás, Pinheiros, Jardins. op. cit.

(107) A. R. Martin - op. cit. - p.168.

mais próximos deles pela moradia. Alguns, imigrantes enriquecidos, segunda geração de italianos ou seus descendentes que fizeram fortuna, como é o caso do "rei do ferro velho", comerciantes de peças pesadas que se estabelecera na rua Piratininga (108). Se na década de 20 o Brás já podia ser considerado um subcentro, nos anos 40 as lojas, cinemas e restaurantes do bairro eram as maiores de São Paulo. Assim, o Brás era quase uma cidade autônoma dentro da capital, processo facilitado pela presença de talvez grupos étnicos que, defendendo-se da hostilidade brasileira, relativamente segregados do restante da população paulista, tornaram o local com vida própria, diferente e quase independente do global da cidade. "O grande desenvolvimento de suas lojas e serviços é uma clara manifestação desse isolamento, pois reforçava-se ao mesmo tempo que se beneficiava dele". (109)

Famosas suas lojas (a de móveis Paschoal Bianco, Lojas de Móveis Brasil e Teperman, as Pirani - Gigante do Brás), além de filiais das tradicionais casas do Centro: Lojas Clark de calçados, Casa Lisboa, Casa Almeida e Irmãos e até "Agência Ford do Brás".

Inúmeros restaurantes, cantinas, pizzarias constavam desse grande parque de serviços e comércio. Com o tempo, o Brás começou a apresentar comércio especializado como lojas de artigos de caça e pesca, de discos, gramafones e instrumentos e partituras musicais, confeitarias e lojas de calçados, roupas feitas, louças e cristais.

Em 1934, o Brás e sua zona de influência (subdistritos

(108) Jacob Penteado - "Belenzinho, 1910", p. 57.

(109) Flavio Villaça - A estrutura territorial da metrópole brasileira - op. cit. - p. 322.

do Belenzinho, Moóca, Pari, Alto da Moóca, Penha, Tatuapé, Vila Matilde, Itaquera e Lageado - hoje Itaquera) representavam cerca de 34% dos habitantes de São Paulo.

Em 1941, é grande o número de profissionais liberais - a família Teperman constrói um edifício com seis pavimentos na av. Rangel Pestana abrigando exclusivamente escritórios e consultórios médicos.

Nos anos 40, as lojas abre filiais no próprio bairro e na década seguinte, no centro de S. Paulo (entre elas a Pirani, a Teperman e Lojas Riccó de móveis para escritório). Depois, a Eletroradiobrás. Até empresas de outros estados abrem filiais no Brás.

O subcentro representado pelo Brás, em 1947 apresentava muitos estabelecimentos (110).

Distante aproximadamente 3 km da Pça do Patriarca, portanto muito próximo da região central da cidade, o Brás era um ponto alternativo ao centro principal e surgira para atender ao "grupo étnico de grandes dimensões e de crescente poderio social e econômico" (111) mas não aceito pela elite dirigente, de cujo centro é alijado.

> "O aparecimento do Brás é, inclusive, não tanto uma decorrência desse conflito, mas uma de suas manifestações. O Brás é perto do centro principal. O Brás é perto do centro principal. O Brás, atinge a condição de subcentro quando S. Paulo tem menos de um

(110) Flavio Villaça - 1978 op. cit. p. 325.
Calçados (sendo 5 filiais de Lojas no Centro) - 32
Bolsas, chapéus e confecções femininas - 5
Camisas, chapéus e confecções masculinas - 20
Móveis, cortinas e tapetes - 51
Lojas de departamentos (roupas, móveis e eletrodomésticos) - 2
Hotéis - 3
Joalherias e relojoarias - 12
Médicos - 55
Cinemas - 8

(111) Flavio Villaça - op. cit.

> milhão de habitantes. O Brás já é um grande subcentro bem antes do centro principal de S. Paulo apresentar qualquer problema sério de congestionamento, poluição ou acesso" (112).

Os ramos comerciais se instalam em locais diversos. Na citada rua Piratininga, estabelece-se centro de peças usadas e máquinas, especializando-se no ramo de ferro. Na rua do Gazômetro e seu entorno, fixa-se o ramo do couro e madeiras. Já o comércio e confecções de roupas, estabelecem-se em torno da Rua Oriente e Maria Marcolina, "redutos da colonia oriental do Brás (judeus, árabes e atualmente coreanos).

O grande crescimento comercial e de pequenas oficinas traria para o Brás o aumento do desconforto dos bairros congestionados e poluídos que fez muitos moradores de melhores condições financeiras procurarem sair para locais mais aristocráticos, na busca de ascensão social ou para mudar significativamente de vida. "Se não os Jardins, para os Altos da Mooca ou Belenzinho" (113).

Esse esvaziamento paulatino e de certa forma, voluntário, foi causado pelo crescimento da função comercial, articulado pelo processo de acumulação capitalista que estabelece diferentes "territórios" na cidade. Uma das marcas está na "deterioração" do estoque habitacional: subdivisão de antigos casarões para moradia de novos habitantes, os chamados "cabeças de porco" que se somam aos antigos cortiços de vila do início do século, ainda mais congestionados.

Dessa época data a nordestinização do bairro, pois a entrada dos migrantes nacionais na cidade começou a se dar

---

(112) Idem, ibdem - p. 343

(113) A. R. Martin, op. cit.

pela Estação do Brás, como outrora se dera com os italianos. Até 1940, cerca de um milhão de migrantes nacionais chegaram ao Estado de São Paulo e até 1970 chegariam mais de quatro milhões de nordestinos.

Em torno da Estadção do Brás se consolidaria a ocupação nordestina nos cortiços e pensões das adjacências. O comércio de mão de obra continuaria, também no entorno da Hospedaria dos Imigrantes, na rua Visconde de Parnaíba, agora abrigando nordestinos que não vão mais para as lavouras de café como outrora, mas geralmente para o setor dos serviços não qualificados. Entre tais ocupações, o de "vigia" e "seguranças" oferecidos por Kombis estacionadas na Praça Agente Cícero (114). Esse processo vai se acentuar a partir dos anos 50.

4.3- Descaracterização do Brás: Nordestinização, deterioração", Transformações de uso (1950-1988)

4.3.1- A Fase do Capitalismo Associado e a Sociedade Industrial Paulistana

A partir de 1950, novo patamar industrial moldou-se na cidade de São Paulo: o processo de substituição de importações atingiria as indústrias de bens de consumo durável (automóveis, eletrodomésticos) bens de capital (máquinas, equipamentos) e bens intermediários (siderúrgica, produtos químicos, de borracha, papel) (115). Esses novos ramos industriais surgiram

(114) A. R. Martin - idem, ibdem - p. 170.

(115) Paul Singer - Economia Política da Urbanização op. cit. p. 124 e seguintes.

fortemente concentrados e se consolidaram em grande parte devido aos investimentos do capital estrangeiro na região metropolitana de São Paulo ou em suas imediações (Campinas, Vale do Paraíba, Baixada Santista).

Tal concentração da indústria provocou, por sua vez, um formidável incremento das atividades terciárias na região: comércio, que se expandiu e se especializou; a atividade financeira, a rede de ensino que se ampliou, especialmente fazendo sugir cursos profissionalizantes, os serviços pessoais se sofisticaram: hotéis, salão de beleza, clubes de campo, escolas de judô, ioga. Sobretudo os serviços ligados ao automóvel e ao automobilista, serviços domésticos e para prédios e áreas residenciais suburbanas. Na região metropolitana de São Paulo a porcentagem de força de trabalho empregada nos Serviços subiu de 46% em 1940 para 52% em 1960 (tabela 16) (116).

Essa aglomeração traria vantagens do ponto de vista do desenvolvimento capitalista da economia mas também inúmeras desvantagens para a qualidade de vida urbana, agravadas pela dificuldade de planejamento adequado e evidenciando o antagonismo entre as classes sociais. Alguns exemplos: os mananciais de água da cidade (Tietê e seus afluentes) foram utilizados para diluir esgotos, criando escassez de água potável e originando novos e complicados custos e operações para resolver o problema hídrico; o uso indiscriminado do automóvel em todas as vias da cidade (incrementado pela indústria automobilística) criou um tráfego volumoso e excessivo dificultando o transporte coletivo e exigindo contínuas transformações do sistema viário: alargamento de ruas, construção de viadutos (S. Paulo parecerá uma viadutópolis) passagens elevadas, subterrâneas

(116) Idem, ibidem.

e assim por diante. A forte concentração de atividades do terciário no centro histórico da cidade avolumava as correntes de tráfego [117]; a intensa valorização do solo acarretou grande verticalização das áreas centrais e contíguas e a expulsão dos mais pobres, via de regra, para as periferias menos equipadas. Ainda deve-se mencionar a dificuldade de desapropriação de imóveis para construção de transporte subterrêneo e outros fins.

Como a economia capitalista propugna, as desvantagens de aglomeração embora causadas por empresas privadas, acabam tendo seus custos socializados na medida em que o poder público os assume, operando com recursos tributários arrecadados de toda a população. Porque o Estado nas sociedades capitalistas, tem-se ocupado em garantir as condições gerais de produção, trabalhando na esteira do capital ou a seu serviço, deixando a reprodução da força de trabalho às suas próprias expensas, esta se reproduz como pode, onde pode, revelando a desigualdade na apropriação do espaço urbano, as zonas segregadas.

Há certo interesse na superação dessas desvantagens, pois a insuficiência de serviços afeta a atividade econômica ao torná-la menos produtiva, por exemplo, aos desgastes dos operários provocados pela escassez ou percalços do transporte coletivo, corresponde uma diminuição da produtividade, ou então, obriga o salário a subir quando há custos mais altos da habitação operária [118].

Nos vinte anos que estão sob exame (1950-1970) S. Paulo confunde-se com sua região metropolitana, pois seu

---

(117) P. Singer - op. cit.

(118) P. Singer - op. cit. p. 125.

habitante ainda não se sente como habitando a metrópole. Refere-se à "cidade" como o "centro histórico" e não percebe que a "cidade" agora é epicentro de vasto território e população, que há concentração de produção e consumo (119).

A dinâmica interna da economia passaria a responder pelo comando da industrialização, com grande vitalidade do setor; havia, entretanto, grandes deficiências do conjunto da economia e apesar da industrialização acelerada, estava com uma permanente tendência inflacionária e com subordinação crescente da economia aos capitais e tecnologia estrangeiros. Ainda além desses problemas, o desenvolvimento industrial do país estava marcado por profundos desequilíbrios setoriais e regionais. Os esforços de ajustamento da economia brasileira às novas condições do mercado internacional se caracterizam pela forte presença do Estado-investidor, do capital estrangeiro e dos monopólios (120).

A hegemonia dos interesses urbano-industriais se acentuou no período, especialmente no governo de Kubitschek (1956-1960), consolidando-se a vitória da cidade sobre o campo.

(119) Ver entre outros, R. Morse Formação Histórica de S. Paulo. SP. Difel, pp. 364 e seguintes. Apenas em junho de 1973 seriam discutidas Lei Complementar 14 e, em 1974, a Lei Complementar 20, fixando metrópoles no Brasil. A região metropolitana de S. Paulo compreende: SP, Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuiba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcellos, Itapecirica da Serra, Itapevi, Itaguaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, R. Grande da Serra, Salesópolis, Santa Izabel, Santana do Parnaíba, S. André, S. Bernardo do Campo, S. Caetano do Sul, Suzano e Taboão da Serra.

(120) No governo de Juscelino Kubitschek seria tentado um plano para corrigir distorções, como o Plano de Metas que visava eliminar pontos de estrangulamento do desenvolvimento nacional.

> "A 'cultura da cidade' enquanto sistema de valores, padrões de comportamento e modos de pensar peculiares às relações de produção geradas com a produçao industrial e a expansão do setor terciário passou a exercer uma influência ainda maior nos debates políticos, científicos e artísticos realizados nos centros dominantes do País. A partir dos anos 56-60, já não era mais possível reviver - a não ser como anacronismo - a ideologia da 'vocação agrária' do Brasil. "A indústria, como categoria econômica, política e cultural, passara a dominar o pensamento e a atividade dos governantes, e das classes sociais dos centros urbanos grandes e médios" (121).

O governo Kubitschek assumia, pois, o compromisso com grandes grupos internacionais, facilitando a implantação da grande empresa do país. A criação do GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística) em 1956 facilitava a implantação de grandes montadoras no Brasil (122).

Criavam-se estruturas de oligopólio, crescendo a indústria automobilística, a de autopeças e o empresariado nacional começava a sucumbir diante da empresa estrangeira passando para este alguns ramos (123). O automóvel é o bem durável que fica como referencial mais forte do período, imprimindo forte imagem de ascensão social, fortalecendo a ideologia da sociedade de consumo; é a época do Cadillac rabo de peixe, a grande aspiração dos setores médios - o "fetiche da mercadoria" está encarnado no automóvel e outros traços dos chamados "anos dourados".

Nesse período a cidade de São Paulo representava mais da metade dos vencimentos e salários pagos à força de trabalho em geral e sobre os salários dos operários em particular;

---

(121) Octavio Ianni, Estado e Planejamento Econômico no Brasil, RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1971, p.172.

(122) Francisco Capuano Scarlato: Metropolização de S. Paulo e o Terceiro Mundo. SP. IGLU Editora, 1987.

(123) Idem, ibidem.

era uma das economias mais fortes do país, representando 53% do total nacional do produto total (em cruzeiros), seguido do Rio de Janeiro com grande distância (18%). São Paulo também liderava o consumo de matérias primas (124).

Dessa forma, a década de 50, que desde o seu início (desde o segundo governo de Getúlio Vargas - 50-54) se pautara por uma nova forma de articulação entre Estado e economia, favorecendo o crescimento do setor privado, nacional e estrangeiro, propiciava maior nitidez na diferenciação interna da sociedade brasileira com as classes sociais configuradas e representativas (125).

A burguesia, por sua vez, se subdividia nas frações industrial (grandes proprietários das maiores empresas produtoras de bens de consumo e relacionados com a agropecuária, comércio de importação e exportação e setor financeiro); industrial internacional (que emprega capital estrangeiro) e a pequena burguesia industrial produtora de bens de consumo tradicionais. Esses grupos tinha interesses específicos e políticos, mas não divergiam muito entre si. As classes médias se expandem nos grandes centros urbanos. O proletariado que começava a se formar após 1930 e especialmente o que se desenvolveu sob este impulso desenvolvimentista do pós-guerra, apresentava traços de populismo - classes populares - com pressão sobre as estruturas do Estado para viabilizar a participação popular, política e social, e pressão sobre as estruturas de mercado,

---

(124) Francisco C. Scarlato - op. cit.

(125) Octavio Ianni - op. cit.. O Estado pós 50 tinha vários problemas a resolver: inflação, desequilíbrio na balança de pagamentos, crescente demanda de energia elétrica e transportes, de habitação nas cidades, etc. Criaram-se muitos órgãos: BNDE, BNB, Eletrobrás, Petrobrás, SVEA e o planejamento aparecia como a grande saída.

participação no emprego e consumo [126]. Dada a heterogeneidade e dispersão desse proletariado, associava-se às camadas inferiores urbanas: trabalhadores braçais não industriais, subalternos dos serviços públicos, operários de pequenas oficinas, os do setor terciário, trabalhadores por conta própria, uma 'massa' pobre - "classes populares [127].

Não havia um desenvolvimento sindical forte, e as massas ficam à disposição de lideranças populistas, "massas não enquadradas política e ideologicamente, "massas disponíveis" [128]. Buscavam apenas desfrutar do desenvolvimento econômico social a nível do consumo, obscurecendo-se assim, pois, as diferenciações sociais derivadas do modo de produção. Se há algum sentimento de antagonismo, é difuso e decorrente da percepção visível imediatamente, dos desníveis sociais, riqueza e autoridade. O populismo aparentemente separa os ricos e os pobres mas não burgueses e proletários [129].

A aceitação do industrialismo e da sociedade é perpassada pela comparação com a situação de vida das áreas rurais, e carregada de certa frustração diante das escassas oportunidades de acesso às vantagens da civilização industrial, das decepções diante dos projetos de ascensão social e melhoria de vida. Mas não questiona diretamente a estrutura social "Sem condições de desenvolver uma ação política autônoma, classista, capaz de pressionar diretamente o patronato e o governo, os novos grupos operários, os trabalhadores de baixa

(126) Francisco Weffort - Classes Populares e Políticas - SP, FFCL, USP, 1968.

(127) Idem, ibidem.

(128) Leoncio Martins Rodrigues "Classe operária e Sindicalismo no Brasil" in Sindicalismo e Sociedade, SP, Difel, 1968.

(129) Idem, ibidem, p.357.

qualificação profissional, principalmente viram-se obrigados a depositar suas esperanças em medidas de proteção vindas de cima. Favoreceram, deste modo, sucessivamente, os líderes populistas antioligárquicos e relativamente comprometidos com o "Brasil moderno" (130).

O governo JK, por sua vez, consubstanciava o desenvolvimento econômico através do planejamento da indústria. Além do impulso da industrialização que deixara de ser estrangulada pelo setor externo, favoreceu-nos a política dos Estados Unidos e grandes empresas norte-americanas que reformularam sua posição diante dos países dependentes

A estratégia política do desenvolvimento e do capitalismo associado, vinha imbuída de uma "mística" do planejamento como técnica neutra (131), com seus jargões próprios e relativos às várias categorias profissionais envolvidas, no lema de "50 anos em 5", é o momento do "desenvolvimentismo".

Nesse contexto o município de São Paulo, no estudo de técnicos contratados pelo prefeito Wladimir de Toledo Piza (1958) era diagnosticado como cidade tentacular e centrípeta, pois sua industrialização avançara além dos limites municipais (atingindo S. Caetano, S. André, S. Bernardo, Santos) através das ferrovias e rodovias e porque era zona de influência de muitas cidades e Estados brasileiros, cidade cheia de contrastes e de miséria.

> "O resultado é que São Paulo tornou-se um imenso mosaico de quadrados e de figuras curvilíneas ajustados umas às outras ... um fenômeno doentio de

(130) Idem,ibidem, p. 357

(131) O planejamento aparecia como técnica, despida das conotações da planificação economica dos países socialistas.

> tipo canceroso, pois cria continuamente novas zonas doentes em sua periferia e agrava incessantemente a profundidade do mal na direção de seu centro" (132).

Foi a industrialização paulistana, como vimos, a responsável pelo crescimento da população de 1950 a 1960 a taxas de 5,5% ao ano, diversificando-se sua produção; no início textil, depois a de material de transporte, elétrico e os bens de produção. Saturando-se São Paulo, as instalações industriais expandiram-se para os municípios vizinhos, dado o alto custo dos terrenos para localização industrial.

A força de trabalho acabou encarecendo (133) dadas as diversas dificuldades de sua reprodução (alto custo da terra para habitação, deficiência de abastecimento alimentar, estrangulamento do transporte coletivo). Também a especulação imobiliária fará encarecer os custos da moradia operária.

A citada análise da cidade pela SAGMACS dizia que 45,3% da população vivia em situação satisfatória, 54,7% estavam em péssima e má situação, o que se acentuava quando se enfocava a região periférica (134). Ao analisar cada unidade elementar constatou que as zonas mais pobres representavam segregação e isolamento das classes sociais, uma vez que os habitantes das zonas ricas circulavam apenas por estas, e destas ao centro principal, às casas dos amigos e aos clubes.

---

(132) SAGMACS - Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais - Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana - SP 1958, apud M. Lúcia Líbaneo - op. cit.

(133) Idem,ibidem - p. 4.

(134) O estudo da SAGMACS realizou pesquisa nos diferentes bairros da cidade para diagnósticar os "níveis coletivos da vida", mensuráveis pela quantidade de serviços e equipamentos urbanos. Chamou S. Paulo de aglomeração paulistana dividida em unidades elementares - apud Ma. Lúcia Líbaneo - op. cit.

> "(...) Na região Brás-Mooca, com predominância de classes médias inferiores, a mistura dos usos industriais e comerciais, a obsolescência das habitações e outros fatores tendem a diminuir a população e abaixar o nível das camadas sociais ..." (135).

No tocante ao problema habitacional, a SAGMACS avaliava que na aglomeração paulistana 67% das moradias eram medíocres sendo que 19% eram péssimas, vivendo em situação satisfatória apenas 33% da população (136). Os cortiços proliferavam no Centro e bairros próximos, mas as favelas ainda não se mostravam em cifras alarmantes. As periferias já se constituiam com loteamentos, com subparcelamento clandestino do terreno que foi a forma encontrada pela população de baixa renda para abrigar-se na metrópole.

São Paulo crescia ao acaso, desordenada, parecendo um acampamento sem bairros orgânicos de vida coletiva".

> (...) a dispersão dos níveis entre classes sosociais, o muro de classes é muito maior na capital do que nas cidades do interior, essa dispersão é excessiva e caracteriza um desenvolvimento mal equilibrado, por fim, o seu crescimento desordenado e não orgânico acarretará em um nível de vida subproletário acentuado. A diferença social é acentuada sobretudo no que se refere às comodidades coletivas asseguradas pela habitação, ao equipamento sanitário e social e aos lugares de repouso. A vida do bairro é fraca em todos os pontos analisados" (137).

Dessa maneira, explicita-se a cidade como palco de contradições do capitalismo (o contraste entre a ordem na fábrica e a desordem e a anarquia da sociedade) embora seus governantes encomendassem planejamento sério "ao Pe. Lebret,

---

(135) SAGMACS - op. cit - p. II - 80 - cit.

(136) Idem, ibidem.

(137) Idem apud M. Lucia Libaneo pag. 80.

via Sagmacs, visando a "humanização" de cidade (138).

Em 1953, o planejamento da cidade subdivide seus 28 distritos em novas circunscrições (lei 2456 de 30/11/1953). S. Paulo se reparte em sete distritos (S. Paulo, Guaianazes, Itaquera, Jaguaré, Parelheiros, Perus e S. Miguel Paulista). O distrito sede - S. Paulo, subdivide-se em quarenta subdistritos, sendo o Brás o 6º deles, estabelecendo divisas com a Sé (1º subdist.) Pari (2º subdist.) Belenzinho (10º subdist.); Mooca (17º distrito) (139).

Nessa década de 1950, quando os migrantes nacionais chegam a São Paulo, por causa da entrada de capitais estrangeiros marcando nova etapa da industrialização, da indústria automobilística se instalando em São Paulo, é inaugurada a era das multinacionais e do rodoviarismo.

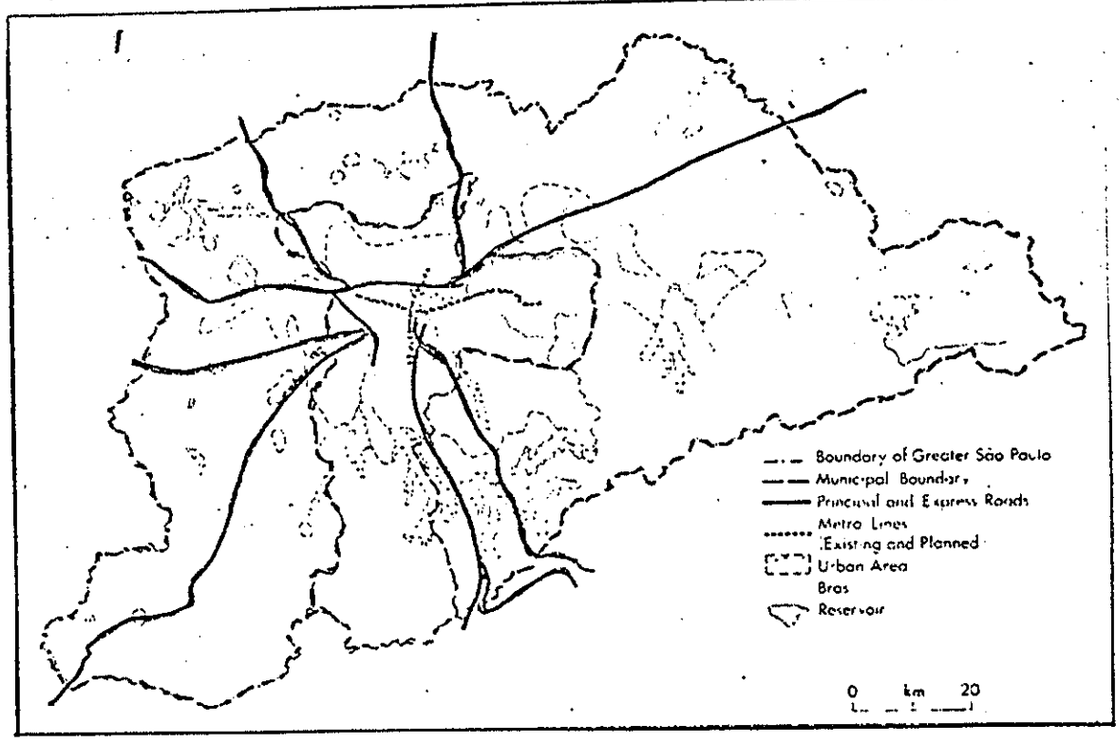
São Paulo vê crescer sua população de forma assustadora, direta e indiretamente afetada pelo seu dinamismo industrial. Vai assumir as gigantescas dimensões da metrópole, sendo conhecida pelo slogan "o maior parque industrial da America Latina", e conhecendo a suburbanização que hoje a caracteriza. O rítmo acelerado de crescimento da cidade fez que ela se horizontalizasse ou seja, ocupasse maiores extensões, através das auto estradas que funcionavam como agentes de

(138) M. Lucia Libaneo - op. cit. Cita esta autora que os ideais de cidade lhes pareciam "concretizáveis", tornando-a habitável, com a "circulação seja física e economicamente possível" onde toda população urbana possa encontrar condições normais de vida familiar e coletiva; onde o custo dos serviços urbanos não seja tal que reduza sistematicamente a área dotada de equipamentos satisfatórios" pg. 97, e limitaria o crescimento da cidade à cifra máxima de 12 milhões de habitantes, com a densidade de 200 habitantes por hectare; - posteriormente esses ideais seriam chamados de utópicos e até ingênuos por diferentes especialistas e mesmo por participantes do estudo da SAGMACS.

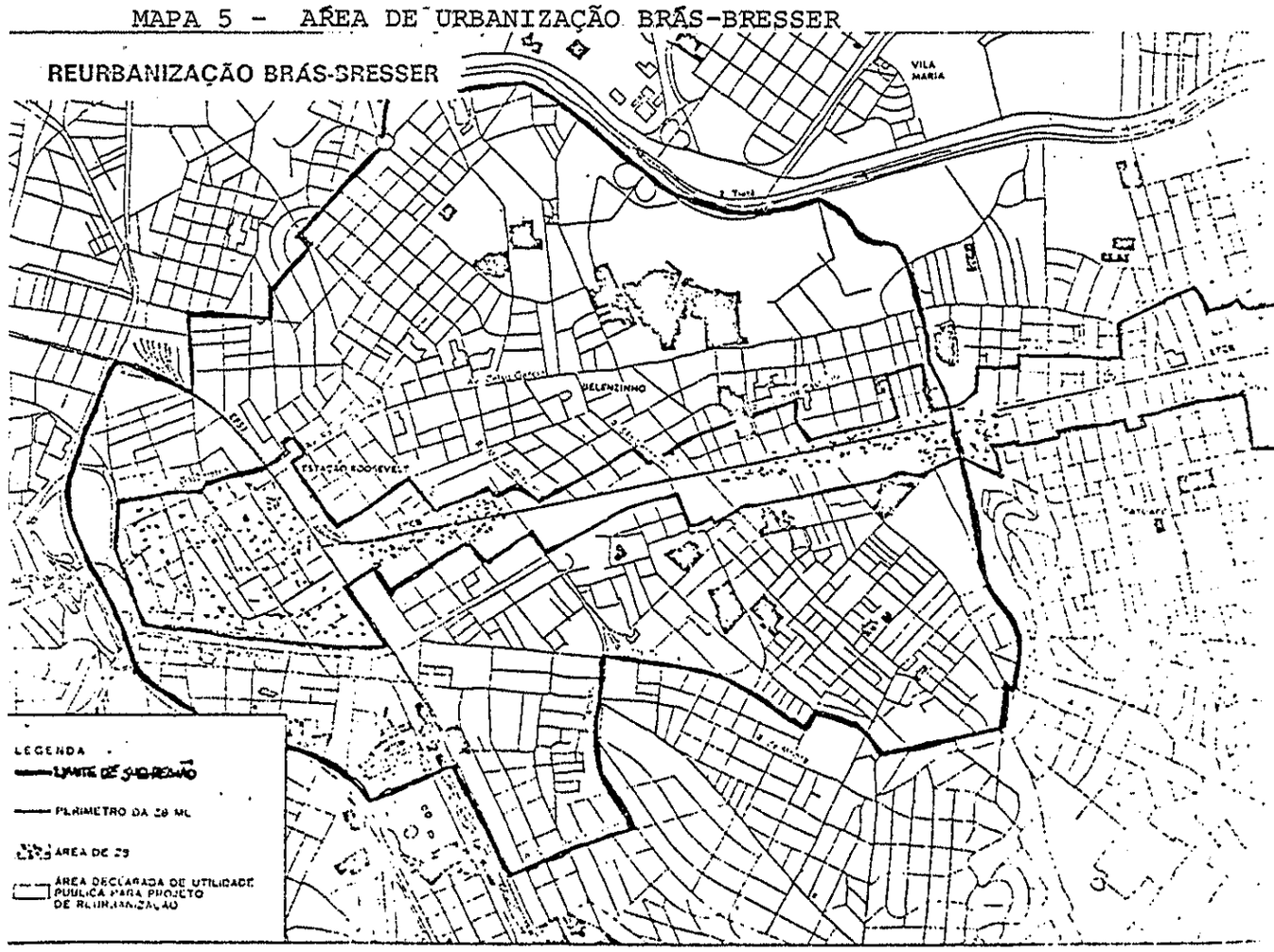
(139) M. Celestina Torres - op. cit. p. 216.

FIGURA 1

POSIÇÃO DO BRÁS NA METRÓPOLE



MAPA 5 - ÁREA DE URBANIZAÇÃO BRÁS-BRESSER



Fonte: "A CONSTRUÇÃO São Paulo" - n.º 1473 - 3 5 [illegible]

de expansão suburbana, e impulsionava a indústrialização em suas margens. A terra alcançou elevadíssimos valores, a especulação mobiliária se acentuou e as porções da cidade, já urbanizadas, sofreram acentuada compactação. Os loteamentos aí inclusos passam a ser intensamente edificados e a verticalização ocorre em muitos pontos da cidade.

Os antigos bairros industriais, inclusive o Brás, terão a companhia de outros pontos; indústrias que antes se concentravam no trecho entre as estações ferroviárias do oeste (a Lapa como extremo) e do Sudeste (Ipiranga na outra ponta), agora tomam o rumo mais à periferia da cidade, ou seja, Santo Amaro, Jaguaré, Osasco, São Miguel e ainda os municípios limítrofes como Guarulhos, S. Bernardo, servidos pelas estradas de rodagem como respectivamente a via Dutra e a Via Anchieta. O acelerado crescimento da cidade se reflete nas formas de ocupação do solo e nas condições de vida da população, assumindo formas características de acentuado contraste entre as classes sociais.

Essa realidade entra em choque com as expectativas do migrante, que carrega muitas heranças rurais e é obrigado a percorrer muitas etapas de "evolução" sócio-econômica para se adaptar ao estilo de vida urbano. Na cidade, será apenas mais um personagem dos muitos dramas metropolitanos.

4.3.2- O Brás e sua "deterioração" e nordestinização

O Brás acompanhou as mudanças sociais e econômicas porque passou São Paulo, transformando-se gradativamente, quase que paulatinamente refletindo em sua configuração espacial

e alteração de uso, as mesmas fases da cidade como um todo, embora de forma inversa por vezes.

Como já abordado, São Paulo até meados do século XIX havia sido uma cidade de terra. São Paulo do café foi construída em tijolo; a São Paulo metrópole industrializada (pós 1930) seria uma cidade com base no concreto (140). Enquanto São Paulo se ergue, à base do concreto em edifícios altos, o centro todo verticalizado, enquanto avenidas são rasgadas para dar vazão ao fluxo de mercadorias, toda ela sendo demolida e reconstruída, um foco havia permanecido de tijolos nos anos 30: o Brás. Com a construção de avenidas e principalmente do metrô, caminharia este bairro para se inserir na cidade de concreto (141).

Um processo que pode ser resumido da seguinte maneira: as primeiras alterações sofridas pelo bairro em sua formação original, deram-se com a ferrovia, quando perdeu as funções de alojamento e de subúrbio rural, tomando-se bairro operário e industrial. Após 1930, além do crescimento de suas indústrias, o comercio passou a intensificar-se, em prejuízo de sua função residencial. Coincide com essa época a "descaracterização" do Brás como bairro" "italiano" e operário, marcando o início de sua "deterioração". O crescimento industrial acarretara certo esvaziamento, pois, de um lado, os moradores de melhores condições econômicas (muitos italianos) procuravam outros bairros com mais conforto fugindo do ambiente fabril, ou mesmo, se deslocaram por causa de novos

---

(140) Ver Carlos Lemos. op. cit.

(141) Cf. Brás, espaço e uso - op. cit. - pg. 53.

empregos [142]. Pessoas de menor poder aquisitivo que não podiam pagar aluguel foram expulsas para regiões mais distantes, à periferia, à procura de terrenos baratos para construção da casa própria. Dessa forma, o Brás recebia novos contingentes que se abrigavam em habitações coletivas, os cortiços, vendo reduzir seu número de habitações unifamiliares.

Os novos habitantes seriam brasileiros nordestinos, substituindo aos poucos os italianos. Isso não recolocou a tradição operária do Brás, dada a origem rural recente, hábitos e outros traços culturais sem "consciência" de classe dos novos ocupantes, mesmo quando se tornam operários. Desde a Revolução de 30, o Brás estava perdendo a fibra da autonomia, seu caráter combativo, associações operárias enfraquecem. Esse processo culminou com o atrelamento dos sindicatos ao Estado e a outorga da legislação trabalhista durante o período do Estado Novo (1937-1945). Os partidos de massa (PCB) vêem-se "desarmados" diante da retórica getulista[143].

Mais um passo na transformação de uso do Brás seria a tendência de formação de novos núcleos industriais mais afastados do centro. O Bairro deixaria, pois, de caracterizer-se como local de moradia e trabalho (bairro operário industrial) para tornar-se base de moradia "provisória" ou um "possível"

---

(142) Na década de 30, a família de S. Pardini, morador do Brás desde 1905 deslocou-se daí para outros bairros em função de outros empregos do chefe (que era operário especializado da indústria, tupista de serrarias) e foi para o Pari (R. Paraíba), R. Marcos Arruda no Belenzinho, R. Maria Marcolina e depois para V. Romana, na Lapa (R. Catão), todas casas de melhor qualidade que as anteriores ocupadas no Brás: r: Benjamim Constante, R. Muller, R. Xavantes, Sta. Rita. Segundo depoimentos desses antigos moradores, já estava começando a haver problemas de vizinhança no Brás quando se mudaram.

(143) G. Bayeux (coord.) - op. cit.

estoque de habitações que se subdivide, que se adensa, ou seja, aos cortiços construídos para tal, somam-se moradias adaptadas a este novo uso, novos cortiços as "cabeças de porco", ou "pensões", com aluguéis mais baratos que as unifamiliares, e com precaridade cada vez maior. O Brás passa a ser encarado como local de "acampamento", um dos possíveis abrigos na metrópole, com um novo contingente populacional.

Um dos indutores dessa mudança foi a alteração no esquema de circulação da cidade de São Paulo desde o Plano de Avenidas; o Brás passa a ser encarado como um ponto de ligação entre o Centro e a Zona Leste, dada sua posição geográfica (Radial Leste). Assim seu espaço vai sendo modificado através de soluções de emergência, sempre precárias, na tentativa de adequá-lo ao novo contexto.

> "Ironia da história: o Brás que teve a sua origem ligada a uma via circulaçao, deve também a isso sua deterioração" (144).

Esse processo se iniciaria com a Radial Leste e se completaria com o Metrô.

Com a expansão da metrópole, também se ampliaram fluxos dos habitantes e o comercio. A esse respeito, como já assinalado, havia sofisticação do comércio no Brás, da qual são exemplos as Casas Pirani, "a Gigante do Brás", e a Eletroradiobráz. Os comerciantes passariam a beneficiar-se muito das mudanças do bairro, facilitadas desde o final dos anos 40 com o viaduto do Gazômetro passando sobre os trilhos da inglesa SPR (Est. Ferro Santos e Jundiai) o que já provoca algumas demolições no Largo da Concórdia (145). Depois, viria a Radial Leste

(144) G. Bayeux (coord) - op. cit. pg. 54.

(145) Silvio Sawaya: O largo da Concórdia - estudo da arquitetura e urbanização - tese de doutorado apresentada a FAUUSP-SP 1972.

(Alcântara Machado) que descongestionou a Av. Rangel Pestana.

Esta avenida - a Radial Leste - é uma grande free way que liga o Leste ao Oeste e foi construída em etapas, antecipando o grande fluxo de automóveis de mais tarde. Sua conclusão se deu em 1957 no trecho entre o Centro e a Mooca, precedida no início da década de 1950, de vasta desapropriação entre o Brás e a Mooca. Com a demolição de centenas de imóveis, feriu-se gravemente o traçado original do bairro, dando mais um passo na sua descaracterização. A Radial Leste separou definitivamente o Brás e a Mooca, antes unidos pelas ruas Almirante Wandenkolk, Carneiro Leão, Mem de Sá e Placidina. A rua Piratininga ficou intacta sobrepassada em 1968 por mais um viaduto (146). A construção da Radial Leste marca, pois, o impulso para as transformações do Brás e, no dizer de muitos, de sua "deterioração". (147).

Ao separar o Brás da Mooca - com dificuldades de ligação entre ambos - a Radial Leste contribuiu para que a Avenida Rangel Pestana fosse utilizada a serviço de outras partes da metrópole ou mesmo do país, deixando de ser usada tão intensamente pelos moradores do bairro e redondezas (Mooca, Pari, Belém) (148).

Outro indutor da descaracterização e consequente do anterior foi o crescimento do comércio atacadista. Essa hipótese foi reforçada pelo fato de que o Mercado Municipal, que necessitava mudar de lugar por causa das enchentes provocadas pelo Tamanduateí, continuou no mesmo local, denotando que para

(146) A. R. Martin - op. cit.

(147) O conceito de deterioração e suas relações com a urbanização capitalista será discutido mais adiante.

(148) A. R. Martin - op. cit.

o setor cerealista de atacado da região da rua Santa Rosa (área menos ligada ao restante do bairro)" ... a Radial Leste foi positiva, pois o declínio do varejo na Rangel ampliava o espaço para o atacado" (149).

Se até o momento, o esvaziamento do bairro havia sido motivado por uma movimentação própria do mercado, sem intervenção direta do Estado, a partir da Radial Leste seria assinalada uma nova fase, a da "deterioração planejada", ou seja, a atuação do poder público no Brás provocaria indiretamente sua descaracterização (150).

Sobre o conceito deterioração urbana, já discutido teoricamente neste trabalho, convêm lembrar aqui estar diretamente relacionado às laterações que o capital introduziu nas cidades, tornando-as aglomerações para produzir, dependendo sua organização interna, do processo geral da produção e de realização da mais valia. Alteram-se as condições qualitativas e quantitativas do uso do solo, da implantação de equipamentos, serviços; sobretudo para a realização da mais valia, a cidade é fundamental, pois é o local do mercado, do crédito,

---

(149) Idem, ibdem - p. 172. Este autor delimita aí a passagem de "deterioração espontânea para deterioração planejada".

(150) Idem - ibdem.

das finanças e serviços (151). Na medida em que o solo é propriedade privada e se transforma em mercadoria, a renda (da terra) se subordina ao capital. Assim, o preço do solo condiciona seu consumo e as rendas fundiárias aparecem com formas

(151) Ver entre outros, Alain Lipietz - O Capital e seu espaço, SP, Ed. Nobel - H. Lefevre: O pensamento marxista e a cidade, op. cit. Sobre o capitalismo monopolista de Estado, estágio que entre nós ainda é assunto polêmico, veja-se Aloísio Teixeira: "Capitalismo Monopolista de Estado - um ponto de vista crítico" in Revista de Economia Política - col. 3 nº4 out./dez. 1983 - pp. 85/87. O capitalismo de pós guerra, sem dúvida, gerou uma contradição específica entre a base nacional dos Estados e a base multinacional dos monopólios. No Brasil, esse traço tem sido atribuído ao período do governo de Jucelino Kubitscheck, com as tentativas de planificação no Plano de Metas. O Capital monopolista Nacional é raro entre nós. Carlos Coutinho - "O Capital monopolista de Estado no Brasil" in A democracia como valor universal, SP, Livr. Ed. Ciências Humanas, 1980 p. 100/104 - afirma que deve ser analisado concretamente cada caso e que o Brasil seria caso de um Capitalismo Monopolista de Estado dependente "sofrendo precocemente a monopolização, mal conhecendo o capitalismo concorrencial. Para esse raciocínio o Estado autoritário constitui-se em variante do CME, com a hipertrofia do Executivo, o que se evidencia no golpe militar de 1964. Para Cardoso de Mello e L. G. Belluzzo in "Reflexões sobre a crise atual" in Belluzzo, L. e Coutinho, R.: Desenvolvimento capitalista no Brasil, SP, Brasiliense, 1982) a ação estatal brasileira tem uma especificidade calcada na força do setor produtivo estatal, na intensidade da internacionalização do sistema produtivo e na "extensão do controle do Estado sobre o processo de acumulação" (p. 144). Contudo, mesmo que o impulso deflagrado do CME seja 1964, não houve, apesar da crescente intervenção estatal, competição entre capital estatal e o privado; ao contrário o Estado só complementou a ação privada, não estatizou. Dado o caráter tardio de nossa industrialização, a função reguladora do Estado consistiu em reforçar o setor produtivo estatal de bens de equipamento para amparar as empresas privadas (nacionais ou internacionais) e elevar o grau de monopolização da economia preservando o frágil capital nacional e mediando com o capital internacional. No Brasil os monopólios fortalecem o Estado e vice versa. Segundo Carlos Lessa e S. Dain ("Capitalismo associado algumas referências para o tema Estado - desenvolvimento") in Belluzzo e Coutinho, op. cit., no Brasil houve um pacto entre o Estado, o Capital mercantil nacional e o capital industrial externo. Dessa forma, o circuito imobiliário seria fundamental entre nós para "determinar as condições de realização da produção de amplas parcelas do capital industrial" (p. 226) reservando ao capital nacional ampla participação dos lucros, embora através da via especulativa como a estocagem de terrenos. O circuito imobiliário seria, pois, frente de valorização dos lucros dos capitais nacionais e envolveria grande volume de mão de obra e montante de ingressos. Assim, a cidade aparece como o local dos superlucros dos capitais; e o capital imobiliário ocupa o papel de ajustador econômico desse processo.

de combater a queda tendencial da taxa de lucros na medida em que o seu crescimento (das rendas da terra) e a consequente privatização das áreas melhor equipadas, compensa o lucro médio que cai.

O processo de criação de zonas melhor dotadas de serviços e equipamentos também depende, por sua vez, do investimento do Estado e do capital nessas zonas, e isso poderia atenuar ou anular as diferenças entre áreas melhor e pior equipadas. Para reduzir essas diferenças, ou seja, para que o solo urbano se reproduza como "capital", impõe-se, pois, a "monopolização do solo e do Estado". Todos os momentos de transformação do solo natural em solo criado (da floresta ao polo agrícola, deste para solo urbano e a renovação deste) são movimentos de valorização capitalista do solo. Dessa forma, o crescimento urbano capitalista acaba por implicar sempre em reestruturação das áreas já ocupadas.

A "deterioração", aparece como marca da urbanização capitalista e com ela, a demolição, a "renovação urbana". As áreas centrais, sobretudo, devem expandir-se para acompanhar o crescimento urbano e da população e a indústria de construção civil, articulando o capital financeiro às rendas imobiliárias, vai proporcionar sua transformação. Na Europa, após a 2a. guerra mundial, a indústria de construção civil passaria ao estágio monopolista, graças à longa rotação do capital produtivo do setor [152]. No caso da habitação, seu consumo é lento e o capital procura encurtar a "vida útil" dos imóveis, ao mesmo tempo que se viabiliza a expansão para os subúrbios, a busca da "casa própria", facilitada pelo automóvel. Há portanto, um

(152) Charles Topalovin Marxismo e urbanização capitalista - op. cit.

fluxo permanente de solo urbanizável (incorporando solo agrícola aos subúrbios) ou renovando os centros.

Dá-se pois, a super urbanização - super produção do espaço urbano, com a demolição e verticalização, sobretudo a verticalização necessária, que aparece como consequência da indústria de demolição civil. Especialmente na região central, os preços do solo são abusivos. Demole-se para verticalizar, principalmente quando há retornos dos benefícios de localização. O maior investimento de capitais da verticalização articula-se à elevação das rendas funciárias. O Estado viabiliza essa "transferência" de renda de proprietários de terras para capital financeiro. A monopolização de terrenos melhos situados pelo grande capital surge, assim, como essência e coroamento do processo de "deterioração", associada à demolição. Dessa forma a deterioração não é "natural", não se trata apenas dos efeitos do tempo sobre o estoque edificado, mas é consequência do processo de centralização de capitais e tem a sua face estatal nos programas de "renovação urbana" (153).

O caso do Brás em São Paulo ilustra, pois, esse molde da urbanização capitalista. A partir de 1957, com a construção da Radial Leste, iria iniciar-se a deterioração planejada, fruto da intervenção do Estado no bairro (154).

---

(153) Estudados por M. Castells P., Cervelatti e outros, descrevendo que a renovação acabou por provocar outra deterioração. Ver: M. Smolka e P. Cunha "Notas críticas sobre a relação entre rendas fundiárias urbanas e uso do solo urbano". FUNDAP, SP, novembro, 1978; M. Castells Crisis Urbana y Cambio Social BA, Siglo XXI, 1981; e "A intervenção administrativa nos grandes centros urbanos" in Revista e Debate - ano II, nº6 - SP - Cortez Ed., 1982 e P. Cervelatti e R. Scannavini - "Bolonha, por que o centro histórico?" in R. Forti (org.): Marxismo e urbanização capitalista, SP, Livr. C. Humanas, 1979.

(154) A. R. Martin - op. cit. p. 172 e seguintes.

Por sua vez, a deterioração planejada comportaria dois submomentos; a deterioração induzida (1957 a aproximadamente 1970) com o esvaziamento da população sugerido pelas intervenções do aparelho estatal e a deterioração compulsória (a partir de 1970, com a criação do Metrô) derivada da ação direta do Estado (155).

A fase da deterioração induzida consistiu no esvaziamento da população provocado pela ação do Estado e apresentou alguns marcos: a Radial Leste, sobre cuja construção já comentamos; a desfiguração do Parque D. Pedro II, que perdeu sua escola infantil, suas árvores e recebeu um complexo de viadutos transformando-se em pátio de estacionamento de ônibus (o viaduto que liga o Brás à Sé e atravessa o Parque D. Pedro, em uma irônica e sintomatica alusão a data, chama-se "31 de março"); houve corte de árvores em ruas secundárias sem substituição; queda na qualidade dos serviços urbanos, principalmente limpeza pública; a divisão do subdistrito em duas administrações Regionais, recortando-o e dificultando suas relações com o poder municipal, deixando o munícipe confuso (156); a Lei do Zoneamento (Lei 7805 de 1º/11/72) que estipulava os usos do bairro.

Faz parte desse contexto a substituição das famosas "porteiras do Brás", que durante muito tempo eram tormentos na vida dos habitantes do bairro. Muitos prefeitos haviam tentado corrigir o transtorno encontrando dificuldades, desde 1916, 1914. Mas só em 1968 foram postos em prática os planos engavetados desde quando Prestes Maia fora prefeito. Dizia ele:

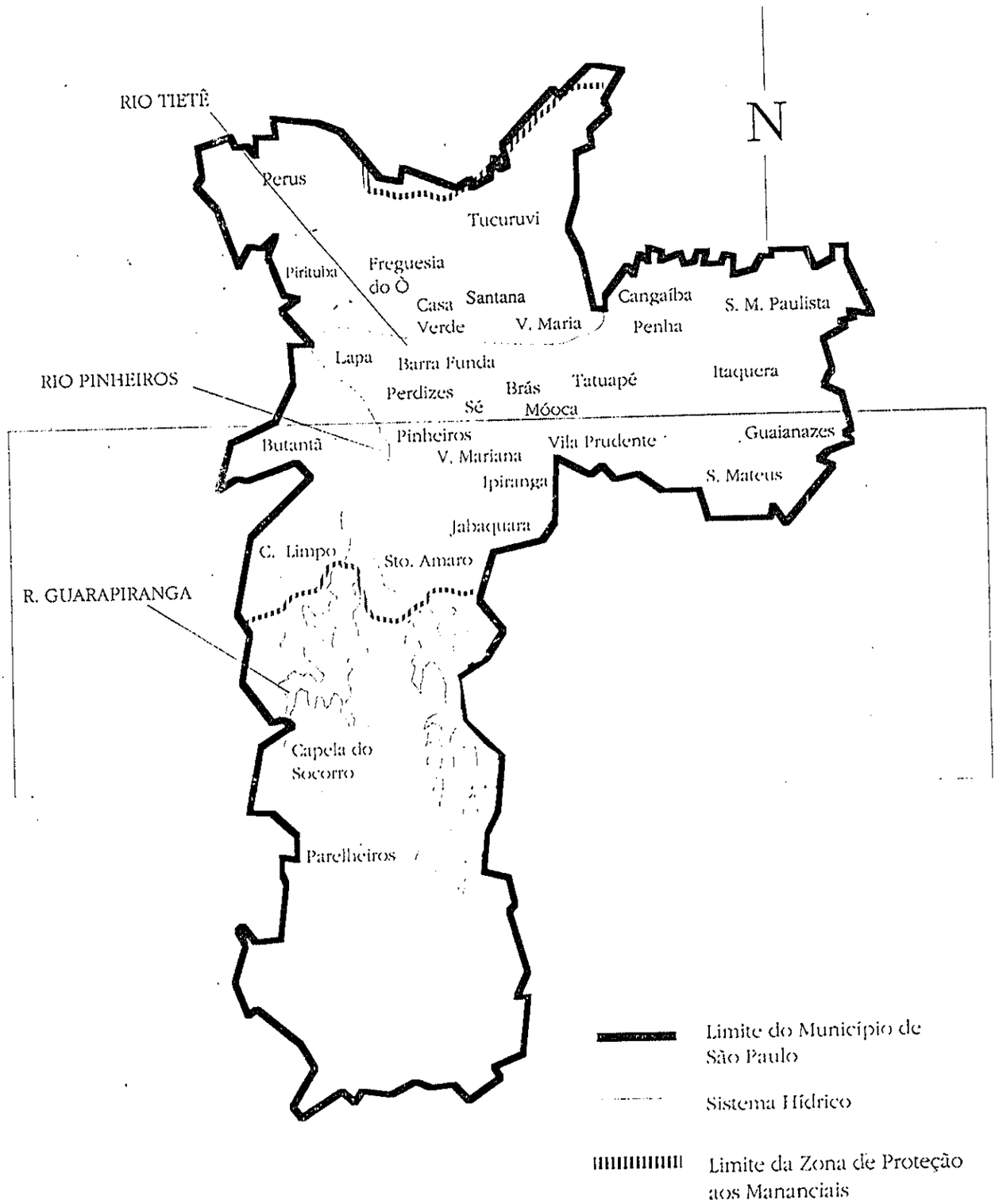
---

(155) Idem - ibidem.

(156) Decreto Lei 6236, de 13/10/1965 que criou as administrações regionais.

MAPA 6

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



M-6: Reproduzido de São Paulo: Crise e Mudança, org. por R. Rolnik, L.Kowarick e N.Somek, SP,Brasiliense,1990.

> "Se as linhas forem levantadas ou removidas, a solução natural é o prolongamento das avenidas até a porteira do Brás; se os trilhos permanecerem, há duas soluções: fazer uma passagem superior ou inferior da Rua do Gazômetro pelo alargamento de uma transversal ou alargar e prolongar a Rua do Gazômetro por sobre as linhas até a Praça da Concórdia o que seria a Radial Leste. Mas o escolho são as porteiras" (157).

No final dos anos 60 foram construídos dois viadutos, um sobre os trilhos da Av. Rangel Pestana e outro na Rua do Gazômetro. Desde 1957 a região já contava com 8 pistas no trecho inicial e quinze quilêmtros de extensão da Radial Leste, e ainda auxiliadas pelas marginais do Tietê. Mas os viadutos logo se tornaram insuficientes para o fluxo. Por sua vez,o viaduto A. Marino(1968) se ajudou a resolver o problema das porteiras que bloqueiam o trânsito da Av. Rangel Pestana, deteriorou a área sobre a qual está, que se tornou lugar para assaltos, prostituição etc.

A eliminação das porteiras (com a construção dos viadutos) faria desaparecer a identidade da praça central do bairro do Brás, a sua "alma", o Largo da Concórdia. Outrora, nos inícios do século XX, o Largo da Concórdia se enchia de gente, atraída pelo Teatro Colombo, com suas peças musicais, seu aparelho cinematográfico, para ouvir a Banda no coreto. Era ponto de encontro, local de manifestações populares e área de lazer. Cercado por casas residenciais térreas, por cantinas famosas, pelas pizzarias, contava até com estacionamento de carroças e bebedouros para animais.

Para os lados da Caetano Pinto até as porteiras,havia o footing, concentrando-se perto da Igreja do Brás. Mais

---

(157) Francisco Prestes Maia - Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo - SP, Melhoramentos, 1930.

tarde passou a acontecer na Av. Rangel Pestana, com a construção de novos cinemas. Foi aí que se elevou o número e a variedade de estabelecimentos comerciais. Havia os cinemas como o Babilonia, o Piratininga, cine Mafalda, cine Universos e o cine Teatro Oberdan. Esse Brás dos carnavais, da Confeitaria Guarani, das festas religiosas e das sociedades litero-musicais, vai desaparecendo. O incêndio do Teatro Colombo (1966) desfechou novo golpe ao velho bairro.

À medida que o tempo corria, só os moradores pauperizados foram ficando no Brás. Este, foi "arrefecendo" e continua tendo atrativos apenas para os moradores pobres; a sua proximidade ao Centro, seus equipamentos e serviços urbanos, e uma certa herança das relações de vizinhança, amenizando os grandes desconfortos que se iniciam.

Os velhos moradores agora tinham pouco o que defender e começavam a achar que para melhorar de vida, só mudando de bairro. "O Brás estava condenado"(158).

Em 1960, o bairro recebeu a seguinte descrição de M. Celestina Torres:

> "Junho de 1960. Um passeio pelo bairro do Brás, numa manhã fria e chuvosa. Atravessar o Parque Pedro II, atravessar o Viaduto Alberto Marino, depois de percorrer algumas quadras da avenida Rangel Pestana e chegar ao Largo do Brás, à Estação Presidente Roosevelt, não leva muito. Já não é preciso esperar tanto tempo diante das porteiras fechadas da S.P.R. Assim, é fácil chegar à Praça da Concórdia ou ao Instituto de Educação Padre Anchieta. E rodeando tudo: - lojas, hotéis, restaurantes, cafés, bares, agências de viagens, bancas de jornais. Sente-se a pujança econômica do Brás, ao se percorrer suas ruas, em torno da radial Rangel Pestana-Celso Garcia. Importante o trecho que do Largo do Brás, onde está a tradicional Igreja do Senhor Bom Jesus dos Matozinhos, no cruzamento da rua Piratininga, vai ter à confluência da Rua Bresser. As melhores lojas, agências bancárias, cinemas, confeitarias e casas de lanches, uma notável variedade de atividades, eis o que se vê, de modo geral.

---

(158) A.R.Martin - op. cit. p.174.

> Embora a fotografia da avenida Rangel Pestana mostre alguns arranha-céus, a maioria das lojas está alojada em prédios antigos, desgastados, apenas reformados nas suas fachadas. E, nas ruas transversais, o aspecto é bastante humilde ainda. Na verdade, modéstia e humildade que embora reflitam o padrão baixo da vida de muitos habitantes do bairro, apenas escondem o poder econômico do 6º subdistrito"(...)(159).

Em 1960, São Paulo estava dividida em oito distritos: São Paulo, Guaianazes, Itaquera, Jaguaré, Parelheiros, Perus, São Miguel e Ermelino Matarazzo. O distrito de São Paulo (sede) se subdivide em 48 subdistritos.

O Brás é o 6º, com área de 4,63km^2. No recenseamento de 1960, o Brás tinha 63973 habitantes e uma densidade de 13.817 habitantes/km^2, subdistrito dos mais densos, como Bela Vista, Liberdade e Santa Efigênia(160).

Tabela 19 - Densidade da população nos subdistritos mais populosos

SUBDISTRITOS	HAB/Km^2		ÁREA(km^2)
	1940	1950	
Bela Vista	18246	17560	2,6
Brás	18747	17470	2,6
Liberdade	16844	15746	2,6
Sta. Efigenia	16622	14647	2,5
Cerq. Cesar	12958	14647	1,8
Sta. Cecilia	13534	14542	2,7
Cambuci	10227	12441	3,7
Moóca	13065	12353	3,9
Barra Funda	11302	11877	2,5
Belenzinho	11435	11747	5,4

FONTE: I.R. Araujo Filho - A população paulistana in A Cidade de São Paulo. p.228 apud M. Celestina Torres - op. cit. p. 217.

(159) M. Celestina Torres - op. cit. pp. 228/229.

(160) Idem ibidem, p. 217.

Em 1967, enquanto a população total do MSP era de 5589.413 a população do Brás era de 62.480 habitantes; este, havia sofrido um decréscimo (assim como Belenzinho e Mooca) em relação ao censo de 1960. A expansão industrial levara os moradores a procurar outros locais mais confortáveis, ou mesmo aluguéis mais baratos. São raros os prédios de apartamentos (só nas radiais) e de alto preço. Aumenta o número de habitações coletivas.

Assim, a função comercial e industrial se sobrepõem à residencial no Brás, e esta vai se estendendo para os demais bairros novos da zona leste. O velho Brás continua com ruas inteiras de cortiços, como a Caetano Pinto e Carneiro Leão.

> "Na realidade são exceções as ruas com casas com jardins à frente e isolados, e quem olhar do alto de um arranha-céu no início da Av. Rangel Pestana, além do Viaduto Alberto Marino, de ambos os lados, só verá fábricas, casas antigas, velhos telhados, poucos quintais arborizados, raros jardins, fachadas novas em casas velhas e... muitas crianças e jovens a jogar bola na rua"(161).

Não há muito onde as crianças possam brincar.O único parque infantil de recreação está no antigo Parque da Várzea, com um arvoredo e gramado que continuam a ser os pulmões do Brás. A Av. Rangel Pestana e a Praça da Concórdia, outrora tão arborizados, agora já não dão tal conforto aos transeuntes. O "progresso" substituiu as árvores por frios abrigos dos pontos de ônibus.

O Brás tem intenso uso comercial. Em 1966 na capital haviam sido recenseadas 64973 firmas comerciais com 224718 empregados; na zona Leste (Belenzinho, Brás, Mooca, Pari,Penha, Tatuapé, Vila Matilde, Alto da Mooca, Cajaíba, Vila Formosa),

---

(161) M. Celestina Torres - op. cit. p. 218

contava-se com 16477 firmas (infelizmente as estatísticas não discriminavam os bairros de cada zona) com 28090 empregados, numa área de 120,9181km^2, isto é, 137 firmas/km^2 e 34 empregos/km^2, uma das regiões de maior densidade comercial da cidade(162).

Quanto à presença da indústria no bairro, o Boletim Mensal da PMSP em 1966, dava que o Brás era o subdistrito com maior número de fábricas, mas não o de maior número de operários. Era suplantado pelo Belenzinho (683 fábricas e 47802 operários; Lapa, 867 e 45692 respectivamente, e Mooca com 43553 operários em 504 estabelecimentos).

O bairro do Brás contava na época com 1.106 fábricas, e uma população de trabalhadores de 32909 operários, ou seja, 30 operários em média por estabelecimento (a Mooca apresentava 86 operários por indústria, o Belenzinho 70 por indústria e a Lapa 52). O MSP contava com 16.282 indústrias e o Brás representava quase 7% desse total.

Isso caracterizava que ainda eram pequenas e médias empresas que se disseminavam pelo bairro todo o que era observável andando pelas suas ruas. Um exame das indústrias filiadas à Federação das Indústrias em 1968 revelou grande variedade de tipos: ferramentas de precisão, latas e tampas de folha de flandres, marcenaria e serrarias, plásticos, artefatos de metais, móveis de todos os tipos, artefatos de papel e papelão, vidrarias, massas alimentícias, bijouterias, calçados, lustres, carrocerias para caminhões, impressos e carimbos, laminação de aço e, principalmente artigos para vestuários em geral: confecções. Na Rangel Pestana, o melhor comércio; as ruas

---

(162) M. Celestina Torres - op. cit. p. 220

Oriente e Maria Marcolina especializaram-se em roupas; indústrias variadas estão perto da Estação Pres. Roosevelt e na Hospedaria dos Imigrantes, aumentando na Celso Garcia e também na Visconde Parnaíba.

Sua grande artéria é a Rangel Pestana - Celso Garcia, especialmente entre a rua Piratininga e a rua Bresser. Núcleos secundários de comércio varejista se instalam nas ruas transversais - Maria Marcolina e Oriente - vendem da fábrica ao consumidor, misturando atacado e varejo.

Na rua Piratininga, com o recrudescer do automóvel, nasceu o comércio de peças. Cada ponto de ônibus é um ponto comercial: bazares, armarinhos, vendedores de loterias, casas de lanches, cafés.

Em 1969 o Brás ainda parecia "uma cidade autônoma"(163) Os processos de descaracterização e "deterioração" do Brás coincidem com sua nordestinização, quase que o transformando no "gueto nordestino" dos finais dos anos 60 e na década de 70. Apesar das dificuldades de estimativa sobre o número de nordestinos residindo no Brás, sabe-se que, só pelo Censo de 1970, dos mais de um milhão de nordestinos que se concentravam em São Paulo, grande parte deles ficou no Brás. O bairro se tornava a "capital do Nordeste, com presença superior de habitantes a algumas de suas capitais"(164).

Os mesmos preconceitos outrora enfrentados pelos ita

---

(163) M. Celestina Torres - op. cit. p.225.

(164) Gloria Bayeux et allii - op. cit. Diriam esses autores que pelo Censo Demográfico de 1970 (IBGE) havia em São Paulo 1465904 nordestinos e Recife, pelo mesmo Censo, tinha 1084459 habitantes.O Brás, em 1970 teria 62480 habitantes, conforme M. Celestina T.M.Torres - op. cit. p. 217, não se podendo fixar a proporção de nordestinos entre eles.

lianos, humildes operários do bairro, sofrem os nordestinos do Brás; surge a opinião corrente de muitos, inclusive velhos moradores do Brás quanto a esses migrantes: a "baianada", como são denominados pejorativamente, culpando-os pela "deterioração" do lugar(165).

O Largo da Concórdia será um dos locais mais atingidos por essa desfiguração. A área entre ele e a rua 21 de Abril tornara-se típica: lojas de produtos, empresas de ônibus e caminhões fazendo ligação direta com o Nordeste(166).

Alojam-se no Brás como se fosse provisoriamente, como podem. Muitos desses migrantes assim que tiverem alguma condição econômica vão tentar construir suas casas pelo sistema de auto-construção ou mutirão na periferia da cidade, muitas vezes ludibriados pelos loteadores de arruamentos clandestinos. Alguns desiludidos voltam para o lugar de origem, mas são prontamente substituidos por novas levas de migrantes esperançosos. Fluxo esse constante de "esperança e desilusão"(167). A maioria continuará morando no bairro, naquela modalidade que lhe parecia temporária, pois as pesquisas recentes sobre cortiços dizem que a média de permanência em cada uma dessas habitações coletivas é de dez anos(168).

São Paulo é a capital do Nordeste e o Brás seu "coração" na década de 70. Seu espaço e seu uso têm essa marca.

Nas imediações do Largo da Concórdia no lado esquer-

---

(165) Gloria Bayeux - op. cit. Falaremos mais detidamente desse aspecto no Capítulo 5 deste trabalho.

(166) Idem, ibidem.

(167) Gloria Bayeux - op. cit. p. 57.

(168) São Paulo, Município: Cortiços em São Paulo: frente e verso. São Paulo, 1985 - SEMPLA.

do em direção ao Centro, "forma-se um núcleo bastante característico: em primeiro plano, a Praça Agente Cícero, onde está localizada a Estação Roosevelt, é revestida por um cenário que lhe é bem próprio: cartazes, enormes painéis anunciam a procura de trabalhadores, na certeza de ser ali o mercado certo do desemprego, o reservatório de mão de obra"(169). Todo e qualquer serviço é oferecido: office-boys, costureiras, ferramenteiros, mecânicos e pedreiros. Há várias Kombis recobertas por anúncios convocando para a função de vigilantes, com promessas de fardamento e treinamentos gratuitos. Homens do campo, muitos analfabetos, serão treinados para empunhar armas e defender cidadãos estranhos, sendo-lhes estranho o próprio conceito de cidadania.

O movimento é ininterrupto, mas se intensifica na hora do "rusch", com a massa se acotovelando para pegar trem ou ônibus, necessitando forte esquema policial. A polícia associa a violência no Largo da Concórdia ao comércio de armas de fogo ali presente.

A violência seguramente tem outras causas: o desemprego, a miséria, que se contrapõem às ilusões da saída do migrante: duas imagens que se chocam, a cidade que chama para consumir e a da terra ausente. "No Brás alguns quarteirões estão reservados para sobrepor uma cidade a outra"(170).

No que se refere à habitação para esse contingente, diria reportagem de conhecido periódico:

> "O mesmo ocorre com os cortiços, também produto da industrialização acelerada do velho Brás, numerosas famílias de imigrantes italianos - levadas por um

---

(169) Gloria Bayeux - op. cit. p. 57.

(170) Idem, ibidem p. 58.

> gosto tradicional de vida comunitária... partilhavam a mesma casa, mesma cozinha, e, não raro, o mesmo banheiro. Hoje, os cortiços já não são uma exclusividade da colonia italiana. A solução foi adotada também pelos migrantes nordestinos, o que contribuiu para o surgimento de cortiços mais populosos, hoje conhecidos por apelidos bastante significativos, como 'Maracanã' ou 'Mineirão'."(171)

Pelos dados do PUB (1969), havia 150.000 residentes em cortiços no Município de São Paulo que, por si, representavam 8,1% da população da cidade; sua concentração estava na área Brás-Mooca (que importava em quse 36% do total de imóveis encortiçados do Município com o número médio de 19,1 famílias por cortiço). Os cortiços assumiam várias formas: mansões deterioradas, barracos de quintal, meias-águas e porões subdivididos. Os índices de salubridade eram assustadores tais como 78 pessoas por sanitários e 10,3 pessoas por chuveiro. Na mesma fonte se apontou que o Centro também apresentava 20,3% dos imóveis encortiçados da cidade com 6,2 famílias por imóveis. Por esses dados, constata-se a "deterioração" do estoque habitacional do Brás, e habitações coletivas mais densas que as do Centro.

Os equipamentos voltados ao migrante são inúmeros: as lojas se estendem da Pça. Agente Cícero em diante, principalmente nas ruas Almeida Lima, Paulo Afonso, Cavalheiro, Joaquim Nabuco, Brigadeiro Machado, Gomes Cardim e oferecem tudo que o nordestino possa desejar, desde roupas, rádios de pilha, óculos escuros e alimentos como rapadura, castanha de caju, carne de

---

(171) Jornal "O Estado de São Paulo", 21/08/1973 apud G. Bayeux - op. cit. p.57. Este último imóvel - imenso - situado na Rua Caetano Pinto nº 252, foi pesquisado na investigação levada a efeito pela Prefeitura de São Paulo, e da qual fui uma das coordenadoras: Cortiços em São Paulo, frente e verso. Os dados foram coletados em 1984 (julho a outubro). O imóvel contava com 70 cômodos ocupados. Em outubro de 1987 voltamos para atualização e o mesmo havia sido demolido. Ver Capítulo 5.

sol, farinha de tapioca, feijão em corda, azeite de dendê,vinho de sapoti, vinho de jurubeba etc., tudo procurando lembrar o Nordeste. Alguns nomes de lojas: "Cabeça Chata", "Recanto Nordestino", "Casa do Norte", "O Bom Baiano do Brás". Os hotéis se chamam "Asa Branca", "Hotel Pernambuco", "Pensão do Norte", com suas portas acanhadas, modestos corredores escuros mas com diárias acessíveis àqueles que vêm para procurar emprego. Os hotéis de melhor envergadura ficavam para motoristas de caminhão que vinham trazer pessoas e mercadorias(172).

De 1970 para cá, pois, a cultura nordestina se espalhou por toda a região. O repente e o cordel - verso e viola estão presentes; pelo menos dois bares havia nessa década: o Recanto dos Poetas Repentistas, na Rua Paulo Afonso (já fechado hoje) e o Bar do Conterrâneo na rua Brigadeiro Machado. No espaço a céu aberto, como um palco improvisado na praça em frente à Estação Roosevelt, havia aglomerações de curiosos para ver shows populares, artistas anônimos. O Largo da Concórdia reunia esses migrantes para enviar cartas a parentes, acontecendo aí um fenômeno peculiar: muitos analfabetos de procedência rural procuram "escrevinhadores" para mandar notícias. De outro lado, buscam os recém-chegados, conterrâneos, para receber as novas de lá; como outrora o italiano falava em Paesano,aqui se falava Conterrâneo.

4.3.3. São Paulo e o Brás após 1970. A Companhia do Metrô

De 1970 a 1980, enquanto São Paulo crescia de seis para mais de 8 milhões de habitantes, o Brás sofria um decréscimo de quase catorze mil pessoas, passando de 62480 habitantes

(172) G. Bayeux - op. cit.

para 48640 nessa década (Tabela 11).

Segundo dados da EMURB, por volta de 1978, cerca de 61% das indústrias do Brás achavam-se em funcionamento;39% encontravam-se desativadas ou com outros usos. A maioria delas data de antes de 1923 e quase 70% (68%) não chegavam a ter 5.000m^2 de área construída(173).

O regime autoritário que começou em 1964 levou a acumulação capitalista industrial aos maiores níveis de associação com o capital estrangeiro e as cidades brasileiras tornaram-se cada vez mais centros dinâmicos da economia, símbolos da produção e da ideologia do desenvolvimento.

A sociedade no Brasil é cada vez mais urbana, fruto de vários processos, como a atração exercida pelas cidades, a penetração de relações capitalistas no campo, a proletarização dos camponeses e pobres agricultores e as conseqüentes migrações para as cidades; além disso, uma relativa diminuição de mortalidade infantil, algum aumento da população e a pressão sobre a terra trazem a expansão das fronteiras agrícolas e os deslocamentos da população.

O crescimento metropolitano de São Paulo seria vertiginoso e nessa época o grande desafio era o controle e a ordenação de seu desenvolvimento, marcando-se essa fase pela crença no planejamento. Os problemas urbanos se multipliam: favelas(174) deterioração e congestionamento das áreas cen-

---

(173) Empresa Municipal de Urbanização - Complementação do levantamento,uso do solo, SP, EMURB, s.d.

(174) Em 1973 a Prefeitura do Município de São Paulo realizou o primeiro cadastro de favelas do município e concluiu pela existência de 542 delas, representando 1% da população da cidade. Em 1980 essa cifra chegaria a 4,4% e em 1987, outro Censo de Favelas apontou o total de 1542 favelas, com 150452 domicílios e mais de 812 mil pessoas - quase 8% da população do Município.

trais[175] e periferias desequipadas[176]. Havia problemas também de abastecimento, de água, esgoto, energia e transportes, o que provocaria a organização da região em área metropolitana[177]. Surgem nessa época as grandes companhias,de economia mista umas, outras autarquias,outras municipais e outras estaduais, todas revelando centralização como a COMASP (Cia Metropolitana de Águas) SANESP (Saneamento Básico) hoje CETESB, SABESP (saneamento e água), FEPASA (Ferroviária Paulista)COMGAS, COHAB (Companhia Metropolitana de Habitação, órgão executor do BNH), PRODAM (Processamento de dados) e outras.

Langenbuch identificava na Grande São Paulo, em uma estrutura radioconcêntrica em torno do município da capital, três divisões: a) aglomeração restrita, que engloba o Município de São Paulo, os distritos-urbanizados do ABC, Osasco e Guarulhos; b) área metropolitana, que abrange as porções não urbanizadas da região anterior; c) região metropolitana que compreende além das divisões anteriores, os municípios vizinhos que mantêm contatos estreitos com a metrópole mas ainda não alcançados pela mancha urbana metropolitana (Jundiaí, Mogi das Cruzes), formando cinturão suburbano periférico. Seu critério fundamental é a "intensidade de relações", mensurável sobretudo através do movimento pendular moradia/trabalho[178]. A metrópole, para Langenbuch, abriga quatro categorias que não devem ser classificadas rigidamente dado o dinamismo sócio- econômico: o

---

(175) Os cortiços, que em 1960 foram estimados em 18% da população do Município, em 1985 alcançavam 28% dos habitantes paulistanos importando em 90 mil imóveis, 800 mil famílias e quase 3 milhões de pessoas.Plano Diretor - SEMPLA - 1985.

(176) Os inúmeros loteamentos clandestinos, na auto-construção estimava-se, em 1969, 25% das moradias eram precárias dessa modalidade.PUB,op.cit.

(177) Flávio Villaça - op. cit. p. 46 e seguintes.

(178) J.R. Langenbuch - op. cit. p. 260 e seguintes.

Centro, núcleo urbanizado compacto e contínuo (cinturão de urbanização intercalar), bairro, subúrbios e cidades-satélites(179).

Como outras metrópoles, São Paulo se fez circundar por subúrbios, quer os de cunho urbano quer os de cunho rural. Esses subúrbios se diferenciam quanto a função, tamanho, gênese, evolução etc. Langenbuch dividiu-os em: a) subúrbios-estação, pioneiros instalados ao redor das estações ferroviárias e povoamento-estação alguns deles industrializados, Franco da Rocha, Barueri, Itapecerica e outros; subúrbios entroncamentos, formados pela junção das estradas, com concentração comercial (alguns se transformaram em municípios — Diadema e Taboão da Serra); subúrbios ex vilarejo, em volta de aglomerados rurais (ex: Aldeia de Carapicuíba); subúrbios-ônibus, instalados à margem de estradas de ônibus; subúrbios loteamento — que junto aos anteriores, compõem a categoria dos subúrbios rodoviários, e ainda subúrbios criados, onde a iniciativa não se limitou ao loteamento, mas à construção de casas. Esses núcleos suburbanos acabam se fundindo em muitos locais originando conglomerados suburbanos: ferroviários, rodoviários; há ainda áreas industriais das autoestradas.

---

(179) Outras classificações sobre a metrópole paulistana existem: A. R. Martin (op. cit.) traz os critérios de Pierre George (Aire Metropolitana, connurbation ou region industrielle? Le cas de São Paulo - GEDG-USP-1969) que divide em cidade (Município de São Paulo), aglomeração (capital e ABC, Osasco e Guarulhos) e conurbação (ligando a aglomeração anterior a outros municípios da baixada Sudeste) e região industrial (unindo outros municípios com influência industrial, como Jundiaí, Campinas). A mesma fonte cita também Wilson Cano("Problemas de concentração urbana: o caso de São Paulo - Rev. Paranaense de 2-4-1968) que divide São Paulo em duas zonas: zona industrial integrada (além de São Paulo mais 30 municípios) e zona de integração e urbanização (que além dos 31 municípios anteriores engloba mais 43, postos avançados de industrialização em São Paulo - Vale do Paraíba, Campinas, Sorocaba e outras). A.R. Martin - op. cit p. 162 e seguintes.

A Grande São Paulo se espraia através de suas radiais, com muitas relações transversais. Das porções de São Paulo mais ligadas aos subúrbios, verifica-se que o Brás representa cerca de 35% dos passageiros que embarcavam para Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Paranapiacaba, talvez por ser ponto de entroncamento de transportes (ônibus, trens da Central)(180). É ainda importante a comunicação do Brás com Penha, São Miguel, Guarulhos, São Caetano do Sul, enfim, no relacionar-se com o Centro, o Brás é zona intermediária. Langenbuch, ao dividir o município em diferentes zonas de urbanização, distinguindo-as pela disposição, extensão e magnitude da área edificada, situa o Brás no núcleo de urbanização compacta e contínua. Esse núcleo engloba 24 dos 39 subdistritos paulistanos em 1960 e, parcialmente, outros 14. Apresenta-se com grande efetivo populacional, correlato à elevada densidade demográfica. O Brás apresenta a cifra de 13836 hab/km^2 e 64061 hab., ficando nos limites intermediários entre a Sé, por exemplo, que apresenta 538 hab/km^2, e Santa Cecília (21036 hab/km^2). Mais densos que o Brás são Santa Ifigênia (14833 hab/km^2) Liberdade (17539 hab/km^2), Bela Vista (19366 hab/km^2) Cambuci (15142 hab/km^2) Aclimação (14813 hab/km^2), Cerqueira Cesar (14854 hab/km^2).

Foi na década de 70 que se deu, pois, a expansão da periferia da chamada Região Metropolitana, tal como a conhecemos hoje. Inúmeros loteamentos foram abertos nas periferias dos municípios vizinhos a São Paulo com o principal objetivo de abrigar a camada de baixa renda dos trabalhadores. Estes, geralmente constroem pelo sistema auto-ajuda ou mutirão nos lotes comprados com sacrifícios à prestação em lugares distantes do lo-

---

(180) Langenbuch - op. cit. p. 319.

cal de trabalho dos membros da família. A precariedade é muito grande, não só do ponto de vista da unidade habitacional quanto da aglomeração urbana, pela ocupação horizontal e rarefeita, necessitando posterior recuperação e instalação de equipamentos e serviços (181).

Nessa São Paulo metropolitana, as relações econômicas transformadoras da cidade a serviço do capital acabam destruindo, demolindo ruas, avenidas, bairros inteiros. Construir e demolir será a tônica do período, acompanhando os anos do "milagre". A metrópole será plasmada pelo governo autoritário pós 64 e o planejamento será seu artífice.

À crise econômica, social e política dos inícios dos anos 60 (tanto no governo Jânio Quadros quanto João Goulart) sobreviveu a idéia desenvolvimentista procurando favorecer a expansão do capitalismo, tendo-se de optar pelo modelo nacional ou internacional. Aguçavam-se as contradições entre as classes sociais, tanto na cidade como no campo e uma intensa politização marcava as relações sociais, definindo-se as posições de esquerda e direita; João Goulart falava em reformas de base: agrária, urbanas, apresentando Planos, como o Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.

---

(181) Os loteamentos clandestinos, a auto-construção e as periferias foram objeto de vários estudos e pesquisas. Entre outros: Nabil Bonduki e Raquel Rolnik: Periferias da Grande São Paulo - in Erminia Maricato (org) - A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial - SP - Ed. Alfa e Omega, 1979; Francisco de Oliveira. "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista" in Seleções Cebrap 1, SP, Brasiliense, 1975; e São Paulo, Estado: Secretaria de Economia e Planejamento: Autoconstrução de moradias na periferia de São Paulo. São Paulo, 1978.

O Golpe Militar de 1964 (depôs o Presidente Goulart) continuou a utilizar-se do Planejamento/econômico, social, urbano e metropolitano) pois o Estado passava a intervir em todos os setores de vida nacional(182). A opção foi pelo desenvolvimento do capitalismo associado, o combate à inflação, assegurando emprego, reformulando-se as políticas monetária,tributária, salarial etc.(183).

Nos Governos Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967 a 1969) Junta Militar (1969) e Médici (1969)foi se consolidando o arrocho salarial, a eliminação do debate político, a censura à imprensa, o desbaratamento do sindicalismo e a tecnoestrutura estatal se expandiu(184).

O militarismo queria modernizar a administração pública e para isso, a técnica do planejamento seria decisiva.

Nesse contexto, a metrópole de São Paulo recebeu seu Plano Urbanístico Básico (PUB) em 1969. A região metropolitana foi diagnosticada como muito heterogênea e as mudanças econômicas estruturais aqui se refletiam: o Setor Secundário crescia,

---

(182) Octavio Ianni - Estado e Planejamento Econômico no Brasil - op. cit. p. 213. Em 1963, foi criado em 2 de março, o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4214), que daria ao trabalhador os direitos e vantagens de previdência social, salário mínimo, jornada de trabalho, férias etc.. Além de regulamentar as condições de trabalho no campo, o ETR acabaria por elevar os índices das migrações de trabalhadores do campo empobrecidos para a cidade, pois o empresário dada às baixas capitalizações do setor rural, acabará dispensando os empregados para não ter de pagar os direitos sociais.Consulte-se O. Ianni - Proletariado Rural e Relações de Produção in T. Smereczani e O. Queda (org.): Vida Rural e Mudança Social - SP, Cia. Ed. Nacional, 1973.

(183) Em agosto de 1964 foi criado o Banco Nacional de Habitação que visava além do objetivo explícito de garantir habitação às camadas de mais baixa renda, favorecer a indústria de construção civil gerando empregos para a mão de obra não qualificada, garantir a estabilidade social pelo atrelamento da força de trabalho ao emprego durante o largo prazo de financiamento e a ideologia de casa própria. Além disso funcionava como amortecedor para a recessão econômica. Ver entre outros Maura Véras: A vida em conjunto, um estudo da política de habitação popular - dissertação de mestrado apresentada à PUCSP - 1980.

(184) Octávio Ianni - op. cit. p. 240 e seguintes.

mas adotando tecnologias poupadoras de mão de obra; assim, grandes massas migratórias acabaram por dedicar-se a atividades terciárias de baixa produtividade.

O Município de São Paulo apresentava em 1969, pelos dados do PUB, uma população de 5.780.000 pessoas e a Grande São Paulo, 7.858.000 habitantes, dando como principal causa as migrações. Segundo essa fonte, a capital alcançara uma taxa anual de crescimento migratório de 5,4 superando até o crescimento vegetativo. Outra característica importante é que essa população não se compunha de famílias inteiras como nas décadas de 40 e 50, mas de pessoas sozinhas, na faixa etária de 15 a 30 anos que vinham procurar emprego em São Paulo. Os fluxos mais numerosos eram do Nordeste: Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, Norte de Minas Gerais, interior de São Paulo e Norte do Paraná(185).

Quanto à situação habitacional o PUB declarava que 63,1% dos domicílios eram habitados por moradores de renda baixa, operários industriais, trabalhadores urbanos, migrantes estrangeiros e nacionais, ex-trabalhadores rurais, 33,4% de média renda, profissionais ligados às atividades terciárias urbanas, funcionários públicos, comerciários, militares e artesão e 3,5% eram ocupadas pelos estratos de renda alta (empresários industriais de serviços e de financeiras, comerciantes do setor imobiliário). Por causa dos "vazios urbanos", o Município de São Paulo tinha uma densidade que pode ser considerada baixa, ou seja 57,9 hab/ha. A mão de obra qualificada tão necessária para a indústria, representava apenas 1,1% da F.T. em 1967 e 98,9% deles eram não qualificados.

---

(185) PUB - op. cit.

> "O regime inflacionário incrementou os investimentos imobiliários, e o parcelamento da terra, como recurso contra a deterioração da moeda. Tal fato provocou a oferta muitas vezes maior dos lotes à venda do que a necessidade real da demanda e uma ocupação rarefeita da periferia, ocasionando grandes vazios, elevando o custo dos serviços e equipamentos urbanos. Por outro lado, a reduzida área servida por esses equipamentos e o elevado custo da terra nesses bairros tornaram também lucrativos os empreendimentos imobiliários de prédios de apartamentos, gerando um intenso processo de renovação urbana". (186)

O PUB concluía que faltava à Capital planejamento e controle do uso do solo, dizendo que a legislação urbanística (datada de 1923) não acompanhara a modernização da cidade. Não propunha a alteração do modelo econômico do país, embora diagnosticasse as dificuldades de atendimento às necessidades sociais (educação, saúde, habitação, recreação, bem estar social). No que tange à habitação, 9,5% dos domicílios foram considerados inadequados, por serem favelas e cortiços e 32% das moradias tinham instalações sanitárias precárias atribuindo-se culpa ap crescimento da cidade por essa carência.

> "(...) Mas a mudança maior em São Paulo é o resulta do do próprio crescimento... Com o aumento da população tem havido uma demanda de novos espaços para moradia, trabalho e recreação, que tem sido atendida pela expansão periférica, pelo rearranjo interno dos usos do solo e pela ocupação de terrenos baldios (...)" (187)

Os serviços urbanos eram desafio, tanto em termos de esgotos, quanto de abastecimento de água e iluminação. As cheias do Tietê e Tamanduateí prejudicavam muito as atividades industriais e comerciais, a segurança policial era um problema e assim por diante.

O Estado intervinha alegando corrigir as distorções

---

(186) Plano Urbanístico Básico - volume "Síntese do Estudo" - p.44.

(187) PUB - vol. 3 - p. 228.

do preço da terra. O BNH e o SERFHAU[188] atuavam nos programas de produção de moradias, de saneamento e de renovação urbana. Esta era entendida como um "processo de reconstrução ou alteração substancial das construções e do sistema viário existentes numa determinada área da cidade, seja por deterioração de uso ou insalubridade, dentre outros motivos".[189] Propunha a construção de 480.000 casas.

Em 1970, o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado (PMDI) foi elaborado por um consórcio nacional de empresas de planejamento e contratados pelo GEGRAN (Grupo Executivo da Grande São Paulo), financiado com recursos do SERFHAU. O PDDI (criado por Lei Municipal de 1971) e aprovado na gestão do Prefeito Figueiredo Ferraz, entre outras coisas fez aprovar a Lei de Zoneamento (Lei 7805 de 1972), concentrou sua atenção no desenvolvimento da região, fazendo recomendações setoriais a médio e longo prazos em transporte, saneamento e controle e uso do solo. Em termos de ocupação do solo, queria desestimular a expansão Sul e Sudeste da região metropolitana, remetendo-a para leste e nordeste. Estimulava-se a participação da iniciativa privada na produção do desenvolvimento urbano. Um exemplo disso era a promoção de incentivos para renovação urbana, como o adensamento residencial junto às estações do Metrô Santana, Vergueiro, Jabaquara e Conceição, elaborados pela EMURB (Empresa Municipal de Urbanização), todos descaracterizados posteriormente, por diversas razões. Propunha o Metrô na linha Norte-Sul e Leste-Oeste.

---

(188) Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

(189) M. Lucia Libaneo - op. cit. p. 154.

As intenções desses planos, no período da Ditadura Militar, eram legitimá-la, e ainda, eram um "discurso" modernizante a propor o controle sobre o desenvolvimento. Aos lemas desses períodos, que oscilavam de "São Paulo precisa parar" a "São Paulo não pode parar" respectivamente da gestão Figueiredo Ferraz e Faria Lima, correspondia o desejo de controlar, ordenar o todo caótico e fragmentado da cidade. Mas a contenção de áreas a lotear era inócua: os especuladores já haviam quase dado conta de tudo. Muita ênfase nos transportes e circulação, pois importava muito a expansão da indústria automobilística (a cargo das empresas multinacionais) e não um sistema adequado à metrópole, para atender à maioria trabalhadora(190).

Em pleno clima do "milagre brasileiro", as favelas em São Paulo se multiplicaram(191). Nas décadas anteriores, os migrantes e trabalhadores empobrecidos vinham ocupando áreas dos loteamentos da periferia, carentes de equipamentos e serviços. Enquanto a habitação de aluguel era uma opção, os trabalhadores iam se alojando nas porções mais centrais ou próximas dos centros absorvedores de mão de obra. Quando a crise de habitação se tornou aguda (durante a década de 40), deu-se então, o acelerado crescimento das periferias, com as camadas de baixa renda procurando construir sua casa própria (o trinômio loteamento periférico/casa própria/autoconstrução) à cus-

---

(190) M. Lucia Libaneo - op. cit.

(191) As favelas em São Paulo parecem ter surgido na década de 40, em terrenos públicos localizados próximos ao centro, com migrantes recém-chegados à Capital ou recém-despejados. No período pós-guerra, 1945 aproximadamente, a própria Prefeitura construiu barracões em série para serem ocupados pelos "sem teto". Ver Nabil Bonduki: Crise na habitação e a luta pela moradia no pós-guerra" in Lucio Kowarick (org.) Lutas sociais e a cidade, RJ, Ed. Paz e Terra, Cedec e UNSRID, p. 108 e ss.

ta de muitos sacrifícios e carências[192].

A remodelação urbana, em termos de vias e avenidas, fez as demolições e a verticalização provocarem a elevação dos preços dos imóveis e expulsar os moradores antigos. A imprensa registrava esses fatos:

A resistência a isso se deu, de início, de forma jurídica e individual e depois, começou a se organizar: o PCB, os Comitês Democráticos e Populares (CDP). Todo esse movimento culminou com sua tradução dos anos 80: dos "sem teto" ao "Movimento dos Sem Terra", este característico desta década, num "progressivo rebaixamento do nível de reivindicação dos trabalhadores carentes de moradia".[193]

Os carentes urbanos e as massas populares que se aglomeravam nas cidades e que haviam participado de algum modo no período populista, após 64, com o poder autoritário e a oligopolização da economia, passaram a ser "despejados". As metrópoles passaram a ser, cada vez mais, dominadas pela lógica do lucro, favorecendo a acumulação do capital e privilegiando os estratos mais ricos da sociedade.

São Paulo vai se tornando uma cidade enfaticamente segregada, pois as transformações urbanas ou caíam no "laissez-faire urbano", ou seja, a voracidade dos empreendedores imobiliários era desenfreada e promovia a expansão vertical e hori-

---

(192) Ainda no pós-guerra e no período populista, houve um número exorbitante de despejos nos bairros consolidados e tradicionais de São Paulo. A população de baixa renda acabou sendo expulsa das moradias de aluguel; entre 1945 e 48 estimou-se que 10% da população de São Paulo teria sido despejada fruto das consequências prováveis da intervenção do Estado no setor (Lei do Inquilinato de 1942) deixando os inquilinos à mercê de artimanhas e brechas judiciais. Nabil Bonduki, op.cit. p.111.

(193) Ver Nabil Bonduki, op. cit. p. 118 e seguintes.

zontal da metrópole, ou no planejamento urbano — e as políticas públicas — foram canalizadas para beneficiar as camadas de médio e alto poder aquisitivo. Importante foi a atuação do BNH, com financiamento para promotores imobiliários que sob o efeito da neutralidade tecnológica, beneficiou os mais ricos(194).

As práticas repressivas procuravam extinguir conflitos e oposições da sociedade que apresentava enormes contrastes, uma enorme pobreza urbana. São Paulo se remodelava radicalmente. Na gestão Faria Lima (1965-69) muitos viadutos, pontes, vias expressas foram abertos, todo um sistema viário para receber o aumento da frota de veículos, o transporte individual passava a ser privilegiado e o coletivo continuava moroso, com inúmeros estrangulamentos (ônibus lotados, trens de subúrbio com pingentes, atrasos, depredações etc.)(195). As jornadas de trabalho, somadas às de deslocamentos, somavam 12, 13, 14 e até 16h/dia.

A modalidade de moradia - autoconstrução de periferia, é espoliativa(196) porque é trabalho extra, de fim de semana, venda de férias e 13º salário, fruto da baixa remuneração que exclui os trabalhadores do mercado formal de habitação e reduz o consumo de outros itens (inclusive alimentação) para construção do abrigo e fugir das favelas e cortiços. A qualidade habitacional é péssima e os sacrifícios são inúmeros, mas mesmo essa alternativa, a partir da segunda metade dos anos 70, fica cada vez mais difícil, pois os terrenos são acentuadamen-

---

(194) Ver Maura P.B. Véras, op. cit. 1980 e outros.

(195) Cf. J. Álvaro Moisés et allii: "Patrão, o trem atrasou ou a revolta dos suburbanos" in Contradição Urbana e Movimentos Sociais, SP, Cedec e Paz e Terra, 1979; e Lucio Kowarick e Nabil Bonduki: "Espaço Urbano e espaço político: do populismo à redemocratização" in L. Kowarick (org.) Lutas sociais e a cidade - op. cit.

(196) Bonduki e Kowarick, op. cit.

te mais caros e as longas distâncias das periferias desequipadas desestimulam os autoconstrutores. Por isso, a partir de 1975 começam a proliferar favelas e cortiços -- as favelas cresceram 446% de 1973 a 1980 enquanto a população do Município cresceu 46%; os cortiços eram 9% da população em 1975 e em 1980 estimavam 17%. A pauperização dos trabalhadores é indiscutível e o acesso à cidade cada vez mais difícil(197).

TABELA 20 - Município de São Paulo. Evolução do preço do metro quadrado de terreno; salário mínimo e tempo necessário para aquisição da ração essencial mínima(198).

ANO	I-Preço do m^2 de terreno (índice)	II-Salário mínimo real médio anual (índice)	(1959 = índice 100) III - Tempo necessário p/aquisição da ração essencial mínimo		
			Hs.	mínimo	índice
1959	100,00	100,00	65	05	100,0
1960	64,99	83,96	81	30	125,22
1961	--	93,36	71	54	110,47
1962	73,95	85,24*	94	48	145,66
1963	--	75,02	98	20	151,09
1964	73,38	77,42	--	--	--
1965	--	74,35	88	16	135,62
1966	76,26	63,65	109	15	167,80
1967	--	60,31	105	16	161,74
1968	126,44	58,92	101	35	156,08
1969	--	56,70	110	23	169,60
1970	170,70	57,70	105	13	161,60
1971	--	55,22	111	47	171,75
1972	185,39	54,24	119	08	183,05
1973	--	49,70	147	04	225,97
1974	266,61	45,60	163	32	251,27
1975	--	47,60	149	40	229,96
1976	292,87	47,33	157	29	241,97
1977	--	49,32	141	49	217,90
1978	273,38	50,79	135	37	211,45
1979	--	51,26	153	04	235,00
1980	263,80	52,10	157	31	242,04
1981	--	52,94	149	40	229,97
1982	255,40	55,27	131	22	201,72
1983	--	46,97	176	33	271,06
1984	234,62	43,57	194	38	298,06
1985	--	44,57	170	16	261,43
1986	286,43	42,16	233	47	358,00

(*) A partir de 1962, inclui o 13º salário.

FONTES: I - 1959-78 - COGEP, 1979.
1980-86 - EMBRAESP
II e III - DIEESE, vários anos.

OBS.: Quando os preços da terra apresentam alguma estabilidade ou decréscimo, isso se deve aos dados agregados para a média que incluem terrenos da periferia e zonas diversas, que forçam a curva para baixo.

(197) A produção oficial de habitações via COHABs no MSP era de 120 mil moradias até 1989. Ver Diagnóstico de situação habitacional-SEHAB.1989.Mimeo.

(198) Reproduzida de Kowarick,L. e Campanário,M. - São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado in: L.Kowarick(org.) - op. cit. p.[illegible].

Apesar da geração de empresas provocada pela expansão econômica, nos anos do milagre a queda do salário mínimo é vertiginosa, como tendência estrutural da economia. A partir dos anos 80, o Estado assume cada vez mais um caráter segregador e excludente, reservando a periferia aos trabalhadores e fazendo ampliar a mancha urbana em nove vezes nos últimos 30 anos(199). Por isso, a comparação dos preços dos terrenos do Município com o salário mínimo real médio anual revelou a alta da valorização imobiliária.

> "Apesar do crescimento industrial ter se processado através do aumento da produtividade nos setores dinâmicos transnacionalizados as formas de exploração do trabalho também apoiavam-se na contenção salarial, na extensão da jornada e nas precárias condições de trabalho. Forjou-se, assim, um capitalismo tecnologicamente moderno, mas que guardou inúmeras modalidades de extração da mais-valia na sua forma absoluta, para as quais o caráter repressivo do Estado foi de fundamental importância. É importante ressaltar que semelhantes métodos de exploração não se restringem à órbita das relações capital/trabalho, mas estendem-se a todos aqueles itens da cesta de consumo que determinam o valor da força de trabalho. Neste particular, desponta a importância dos bens de consumo coletivos que o meio urbano deveria oferecer através da mediação do Estado: transportes, saneamento, saúde, segurança, educação, bem como moradia, cujo padrão de habitabilidade também depende deste e outros serviços e equipamentos públicos". (200)

Nesse contexto surgem os movimentos sociais urbanos, reivindicatórios a sua maioria, mobilizados por creches, equipamentos, infraestrutura urbana, tentando à (re)conquista da cidadania. Em parte devido à ação da Igreja Católica(CEBs), grupos de mães, de jovens, começam a esboçar um campo de resistência e de organização popular.(201)

---

(199) L. Kowarick e M. Campanário, op. cit. p. 40.

(200) Idem, ibidem, p. 38.

(201) P. Krischke (org.) - Terra de Habitação X Terra de Espoliação, SP, Cortez Edit. 1984.

No crescimento da cidade, pois, o Estado ocupa o papel de indutor, sempre favorecendo as condições gerais para a produção — a acumulação — e deixando a reprodução da força de trabalho em segundo plano. Os investimentos públicos atuam, via de regra, como motivo de especulação nas áreas do centro da cidade, quando zonas estagnadas ou decadentes recebem infra estrutura ou serviços — é a chamada renovação. A implantação de uma rodovia, canalização de córregos, um aterro, um viaduto, via expressa, enfim, todos realizam cirurgias no tecido urbano, deixando marcas de demolição, e qualquer melhoria repercute, de imediato, no preço dos terrenos.

O Metrô (Cia. do Metropolitano de São Paulo) é um exemplo significativo por ter provocado, nas áreas contíguas ao seu traçado presente e futuro, uma intensa valorização das terras e imóveis, o que trouxe preversas consequências ao Brás.

> "O fato de recortar certos bairros da cidade, remodelar o uso e o tipo de imóveis existentes acelerando o encarecimento dos lotes disponíveis. Forja-se assim uma nova configuração espacial, que visa ao mercado residencial ou de serviços de camadas mais abastadas, enquanto os grupos pobres tendem a ser expulsos para áreas mais distantes. As desapropriações e os planos de "reurbanização" determinados pelo Poder Público aceleram ainda mais essa expulsão. Desta forma, um transporte de massa, que deveria servir ao deslocamento da população operária, transforma-se em instrumento dos interesses de estratos privilegiados".(202)

Em fevereiro de 1977, no Brás, que lembrava um cenário de destruição, personalidades vinham "celebrar" o início das obras da linha leste-oeste do Metrô. A Cia. do Metrô havia oferecido aos habitantes do bairro uma "festa de amizade", após as desapropriações e demolições de quase mil de seus imóveis. Entre

---

(202) Cândido Procópio Ferreira de Camargo e outros: São Paulo 1975, crescimento e pobreza, SP, Ed. Loyola, 1976, p. 36.

os convidados, algumas famílias antigas do Brás para serem homenageadas. Apesar de ser cronometrada e programada, a festa comportou imprevistos, vazando queixas "que nenhuma festa remediaria"(203). O vigário da Igreja Nª Sra. de Casaluce(depois demolida também) ao dar a benção para o início das obras, referiu-se às desapropriações dizendo:

> "...(para Deus acolher) em sua mansão celestial aqueles que tiveram que deixar seus lares para o progresso". (204)

Outro incidente aconteceu quando um funcionário do Metrô dizia não serem impostas as obras aos habitantes, já que havia diálogo, um nordestino comentou:

> "(...) pois é, estas autoridades só homenagearam os italianos naquela festa de início das obras de Metrô. E nós nordestinos, que estamos aqui também e que somos as maiores vítimas?".

E ainda outro complementa:

> "e foi festa de alegria? Foi é festa de enterro, pois eu só vi italiano emocionado e as autoridades fazendo aquela discurseira".(205)

O processo de desapropriação havia começado em 1975. Cerca de 5.000 pessoas tiveram de sair do Brás. A primeira casa, na rua do Hipódromo nº 822, havia sido destruída em janeiro de 1976 e seria seguida das outras novecentas e quarenta e três delas. Cerca de 340 casas estavam sobre a linha traçada; outras cederiam espaço para canteiros de obras e futura urbanização.

Algumas notícias dos jornais ilustram esse processo:

> "Os moradores da Zona Leste desapropriados pela Cia. do Metrô, que pagavam até cem cruzeiros de aluguel, não estão encontrando um imóvel para morar que custe menos de mil cruzeiros por mês". (Jornal "O Estado de São Paulo, 26/10/1976);

---

(203) G. Bayeux, op. cit., p. 59.

(204) Idem, ibidem.

(205) Idem, ibidem.

ou depoimentos dos próprios moradores:

> "O Brás inteiro está triste. Isso aqui não é um bairro, é uma família. Todos se conhecem,se ajudam. Onde é que vamos achar isso de novo?" ("O Estado de São Paulo",19/01/76).
>
> "Esse bairro tem alma e nós moradores fazemos parte dela. Por que mandar a gente embora?" ("O Estado de São Paulo", 21/01/76). (206)

O Metrô no Brás coloca a deterioração em novos termos, compulsórios, pois. Os moradores remanescentes seriam agora sumariamente despejados. Acelerou-se violentamente a degradação. Já o anúncio da construção do Metrô tinha sido suficiente para espantar muitos moradores. Os proprietários perdem qualquer interesse na conservação dos imóveis e os inquilinos procuram escapar antes que os expulsem. Os mais pobres, desesperam-se após o fato consumado.

A deterioração agora está organicamente articulada com projetos de "renovação", e a área não deveria "recompor-se por si só" pois o plano tudo previra de determinada forma.

Segundo autores que debateram essa intervenção estatal, o Brás foi afetado por dois planos interligados, ou seja, um deles era a linha do Metrô e o outro era o "desenvolvimento" para a área[207] e em ambos o papel da Prefeitura era decisivo. O então prefeito Olavo Setúbal, em 1976, proclamava orgulhoso que a renovação do Brás seria "o maior projeto de intervenção urbana do Brasil e um dos mais importantes do mundo."[208]

---

(206) G. Bayeux, op. cit., p. 59.

(207) A.R. Martin - op. cit., p. 174 citando Richard Batley, "Urban renewal and expulsion in São Paulo".

(208) Jornal "O Estado de São Paulo" de 28/02/76 apud A.R. Martin, p. 124.

O projeto de reurbanização ficaria a cargo da EMURB (Empresa Municipal de Urbanização) que contaria com verbas federais do BNH. Uma faixa de cerca de 70 metros, lateral à linha do Metrô seria reservada à reurbanização — ou seja, mais de 600 propriedades além das 350 diretamente afetadas pela linha, seriam demolidas. O custo da linha foi orçado inicialmente em US$1,5 bilhão na linha leste-oeste.

Em 1976 foi feito um levantamento na região pela PLANASA concluindo que as condições de moradia e comércio podiam ser consideradas boas e que a situação de vida dos removidos pioraria.

Na síntese do levantamento constava que o número de nordestinos era menor que o esperado, apenas 11% e o de nascidos em São Paulo, maior que o previsto (cerca de 2/3 do total). Cerca de 82% das casas foram construídas ou reformadas após 1940; 96% delas foram consideradas boas ou em estado razoável de conservação. Muitas escolas, qualidade de transporte e emprego eram fatores de "vitalidade da área reconhecidos no levantamento".(209)

Pesquisa de campo feita na época por Batley(210) confirmou a estabilidade dos moradores do Brás: cerca de 62% dos residentes nos 80 endereços pesquisados moravam no bairro há mais de onze anos. Outra constatação: a estrutura industrial de pequenas oficinas e comércio (média de 15 empregados por firma) davam emprego aos moradores na proporção de 46%.

O plano para o Metrô estava a cargo de um consórcio

---

(209) PLANASA apud A.R. Martin op. cit. p. 175.

(210) Apud A.R. Martin, op. cit.

multinacional (Hocthief Montreal Deconsult), desde 1968, mas apenas em 1975 os planos sobre o Brás foram dados a conhecer. Seguem-se desapropriações muito rápidas, o Metrô tratando cada caso separadamente.

> "Um funcionário que não sabe informar sobre planos faz um levantamento do valor do imóvel. O proprietário tem 3 dias para comparecer. É informado do preço oferecido, deve voltar logo em seguida. Poucos vão à Justiça: mais de 70% entram em acordo 'amigável' com a Companhia. Há pressa nas demolições: no trecho principal onde passaria a linha, o início das demolições foi marcado para 22/01/76, tendo de terminar em 15 de fevereiro. Isolado e desinformado, o morador em geral aceita a oferta". (211)

Os moradores desalojados, segundo a pesquisa de Batley feita no momento das demolições, preferiram permanecer perto do Brás, devido à sua proximidade com o "Centro".

Outra sondagem realizada pela Cia. do Metrô em 1976 revelaria que 63% dos desalojados não ganhavam o suficiente para pagar um aluguel em condições semelhantes à moradia anterior. Na verdade, ocorreu a expulsão dos mais pobres do Centro, como sempre. Essa falta de resistência ao Metrô parece ter sido atribuída à desinformação por parte dos moradores quanto aos planos exatos, além do que as condições políticas da época eram favoráveis às intervenções estatais e autoritárias. O grande pressuposto era a "destruição" da sociedade civil, que já vinha atingindo partidos, sindicatos, associações de bairros, no Brasil pós-64. O Brás não seria exceção em um Brasil autoritário. Até 1984, haveria uma imensa área vazia, acentuando a cada dia a agonia e a deterioração do bairro.

A pesquisa efetuada no bairro pelo Metrô no trecho Sé-Bresser havia descoberto que a maioria das casas do Brás eram alugadas, apenas 32% pertenciam a seus ocupantes. Mas a expul-

---

(211) Apud A.R. Martin, op. cit.

são afetou a todos: proprietários e locatários viam-se diante da mesma incógnita quanto ao futuro. Do lado dos proprietários, mesmo que indenizados, dificilmente encontrariam habitação no mesmo padrão, pois o montante pago apenas lhes facultaria adquirir morada na periferia. Quanto aos inquilinos, mesmo os que moravam no desconforto dos cortiços, contavam com a presença de equipamentos e serviçosurbanos e a proximidade do local de trabalho. Desalojados, seu destino seria outro cortiço, a periferia com as carências de infraestrutura e equipamentos.

Esse foi o processo de expulsão direta da população pelas obras do Metrô. A isso, somaram-se os efeitos da especulação imobiliária. Desde que se ouvira falar na desapropriação, os preços dos terrenos começaram a subir: empresas imobiliárias provocavam a saída de pessoas de menor poder aquisitivo,a chamada "desapropriação branca"(212). A ação do Metrô, o que trouxe certo progresso e a consequente valorização dos terrenos, acarretou uma elevação de impostos e do padrão de vida, a tal ponto que a população original não conseguiu acompanhar. Os que resistiam eram pressionados pelas imobiliárias que queriam construir nas áreas valorizadas e ofereciam preços "altos", à primeira vista. Na verdade não bastavam para aquisição de outro imóvel em outro local com as mesmas condições. Nessa medida, os explorados pelas imobiliárias e os indenizados pelo Metrô se equiparavam nessas condições. As casas grandes esvaziadas acabavam por transformar-se em novos cortiços.

Esse traço presente no Brás enseja a grande contradição do planejamento urbano: o Estado ao prover uma área carente de recursos das benfeitorias necessárias acaba por expul-

---

(212) A expressão é utilizada por G. Bayeux - op. cit. p. 59.

sar a população que esperava recebê-las[213].

A existência do Metrô e dos transportes de massa, sem dúvida necessários para a maioria da população trabalhadora, parecia ser incompatível com projetos para beneficiar os moradores de regiões reurbanizadas e com projetos que mantivessem o patrimônio edificado histórico e cultural.

> "Em poucos anos teremos aqui um bairro completamente diferente daquele que encontramos e estamos vendo hoje: será o novo Brás, da recuperação e reurbanização. O antigo centro de concentração de imigrantes italianos, o bairro do século XIX, será esquecido pelos paulistanos, tornando-se mera recordação da história de São Paulo". (Olavo Egidio Setubal, em "O Estado de São Paulo", 11/10/1978).(214)

> "No Brás destruiu-se para construir. Destruiu-se para corrigir as cicatrizes provocadas pela construção".(215)

O projeto CURA (Comunidades Urbanas de Recuperação Acelerada) pretendia recuperar áreas atingidas pela intervenção do Metrô, ou seja, propunha-se melhorar as cicatrizes provocadas pelo metrô no Brás, com o objetivo de recompor suas funções urbanas, de acordo com novas características, além da preservação de alguns bens culturais e arquitetônicos e sua reciclagem. O Programa de Intervenção previa:

1 - Operação integrada para implantar habitações, comércio e serviços na quadra entre as ruas Piratininga, Campos Sales e Caetano Pinto.

Quanto à habitação, previam-se 6 blocos de 14 andares, com 6 apartamentos cada um. Os prédios de comércio e serviços

---

(213) Ver Lucia M.M. Bógus: Vila do Encontro, a cidade chega à periferia. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC-SP, 1980 e Reurbanização: por que e para quem? - tese de doutorado apresentada à FAU-USP em 1988, sobre efeitos deletérios da intervenção do Estado - projeto CURA.

(214) G. Bayeux, op. cit. - p. 60.

(215) Idem, ibidem.

surgiriam a partir da revenda de áreas urbanizadas à empresa privada.

2 - Construção de equipamentos: escola de educação infantil junto à Estação Bresser; 2 minicreches, uma junto à estação, com capacidade para 60 crianças e outra na Rua da Alfândega para 150 crianças, um teatro popular e centro cultural na Rua Domingos Paiva em terreno de 5.600m^2.

3 - Reurbanização do largo da Concórdia, com tratamento paisagístico e complementação do mobiliário urbano para recuperar sua função de encontro e lazer.

4 - Recuperação da Praça Agente Cícero e das áreas entre os Viadutos Rangel Pestana e do Gasômetro, organizando os acessos para melhor fluxo dos pedestres e dos usuários da Estação Roosevelt; recuperação da área sob o viaduto Alberto Marino para ampliar a área da praça.

5 - Construção de passagem subterrânea sob o leito da ferrovia ligando a Praça Agente Cícero à Av. Rangel Pestana em substituição à passarela metálica existente.

Para a preservação do patrimônio ambiental, a Prefeitura (COGEP e o Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria da Cultura) arrolara para a proteção, restauração e revitalização de quinze bens culturais remanescentes — restringindo-se a espaços urbanos e elementos arquitetônicos integrados às necessidades sociais, econômicas e culturais contemporâneas. A EMURB indicou mais 8 bens culturais.(216)

---

(216) G. Bayeux, op. cit.

Os muitos interesses em jogo, tanto os do capital financeiro quanto os da população que morava, trabalhava e circulava no bairro entravam em choque. O Estado, através do projeto CURA, foi o artífice das grandes alterações. Contava principalmente com o interesse dos promotores monopolistas da operação, o capital financeiro internacional e o capital imobiliário nacional(217).

Instituições como a COHAB, Metrô, EMURB e BNH também pesavam nas decisões com relativa autonomia (tanto por questões de política mais ampla quanto por conscientização de seus técnicos) e estavam por decidir o futuro do bairro.

Por declaração do então prefeito Olavo Setubal, o início das obras de reurbanização estava previsto para março de 1979, estando em processo de concorrência pública para as obras. Foi previsto o total "de 17 quarteirões, entre o Gasômetro e a Estação Brás do Metrô, com uma área de 200 mil m^2. Também o presidente da EMURB previa reservar(218) espaços livres e áreas institucionais destinadas à construção de escolas, creches e igrejas, lojas e 2.500 unidades residenciais, para 15 mil pessoas(219) (...) no local serão construídos prédios com, no máximo 20 andares" e a quadra prioritária seria a entre a rua Piratininga, Caetano Pinto e Campos Sales. Um pouco mais tarde, o mesmo dignatário da EMURB diria que a iniciativa da Prefeitura era, ao mesmo tempo que implementar o Metrô, recuperar uma região, lição aprendida depois da implantação do CURA/Jabaquara".(220)

---

(217) A.R. Martin, op. cit.

(218) Entrevista ao "O Estado de São Paulo", de 22/09/78.

(219) Idem, ibidem.

(220) Entrevista ao "Jornal da Tarde" 11/10/78) apud A.R.Martin, op.cit.p.78.

As torres construídas para abrigar rendas médias, seguramente iriam modificar mais uma vez o bairro nas suas imediações, tentando uma "elitização", o que mais uma vez significa expulsão dos antigos moradores e dos "pobres". Equipamentos de comércio e serviços deverão ser instalados para atender à nova clientela moradora. As torres de 16 a 20 andares —

> "O CURA previa a reurbanização do Largo da Concórdia, da Praça Agente Cícero mas sua principal ação seria na quadra já citada: 6 blocos de 14 andares, com 6 apartamentos cada, para revenda a particulares de renda acima das de interesse social(INOCCOOP)e para usos terciários de comércio e serviços."(221)

Mais uma vez, pois, a população sequer é notificada, nem se fala de consulta ou participação. Em 1989, os projetos estariam concretizados em parte, conforme um longo processo que será relatado a seguir.

De acordo com a Lei do Zoneamento vigente, o subdistrito do Brás apresenta várias zonas. Toda a área objeto de reurbanização ao longo da linha do Metrô foi considerada ZML (Zona Metrô Leste I) pela Lei nº 9094 de 16 de julho de 1980 (gestão Reynaldo de Barros) e por esse dispositivo, além de traçar o perímetro Brás e Bresser, estipulava os usos e categorias de uso R2, R3, C1, C2, C3, S4, S2, E1 e E2 (respectivamente uso residencial, comércio, serviços e uso institucional) com coeficiente de aproveitamento máximo 4 (quatro), taxa de ocupação máxima etc. Em 1979, a Lei nº 8968, de 19 de setembro, aprovava "plano de melhoramentos do 6º subdistrito - Brás, transfere áreas da classe de bens públicos de uso comum do povo para a dos bens dominiais, dispõe sobre permuta de áreas com a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô(...)". Essa lei de 1979, também da gestão Reynaldo de Barros explicita toda

---

(221) "Jornal da Tarde", de 11/10/78.

a desfiguração do velho Brás em toda sua clareza. Alguns trechos são ilustrativos:

> "V - formação de praça de manobras na Rua Dr. Almeida Lima"(...) "(XI) - alteração do alinhamento da Rua Inácio de Araujo... XII - fechamento das seguintes ruas: a) Rua Wandenkolk, entre as ruas Claudino Pinto e Azevedo Jor; b) Vila nº 276 da rua Carneiro Leão; e) Vila nº 378 da rua Piratininga; t) Vila nº 1979 da Rua Visconde de Parnaíba - Vila Velha - no entroncamento com a mesma..."

Apenas no tocante a "vilas", a referida Lei nº 8968, ordenava o fechamento de onze delas, em locais bastante significativos como a Rua Visconde de Parnaíba, Piratininga, rua do Hipódromo, rua Ipanema, além do fechamento de outras vias como a Wandenkolk, Almeida Lima, Martin Buchard, Campos Salles e outras.

Em 1981, nova Lei, a de nº 9231, de 2 de abril, "aprova plano de reurbanização da Zona Sé Brás", promulgada ainda na gestão Reynaldo de Barros. Encarregava a EMURB de executar "obras viárias e de infraestrutura, equipamentos comunitários e de lazer, educação, cultura, saúde e segurança, bem como construídos edifícios para residência, comércio, serviços e outros" (artigo 2º).

O detalhamento do plano dizia serem observados a taxa de ocupação máxima de 15%, com o coeficiente de aproveitamento máximo de 1.0 e espaços livres ou ajardinados de, no mínimo, 60% (podendo haver implantação gradativa de outros índices) e dizia que os imóveis neessários à implantação do plano poderiam ser adquiridos ou desapropriados pela EMURB, e os necessários à implantação do sistema viários seriam desapropriados pela Prefeitura (art. 4º).

Os planos de urbanização via projeto CURA para a região Brás-Bresser haviam se baseado na experiência infeliz do

projeto CURA - Piloto Jabaquara, procurando evitar o encarecimento da terra pela realização de obras de reurbanização na área,

> "produzindo um custo adicional que teria de ser repassado à COHAB ou ao INOCOOP. No entanto, com a elevação dos preços de m^2 dos terrenos, não haveria interesse, nem da COHAB nem do INOCOOP em comprá-los, a não ser que a Prefeitura ou a EMURB subsidiassem essa compra. Esse subsídio foi considerado inviável (...) por tais motivos os conjuntos habitacionais projetados por técnicos da EMURB para Vila do Encontro, não puderam ser construídos."(222)

Assim, para o Brás foi sugerida outra linha de atuação para a segunda experiência do CURA: uma parcela dos terrenos da área a ser reurbanizada seria vendida à iniciativa privada, para construção de prédios de apartamentos. Com o produto dessa venda seria subsidiada a construção de casas populares em outros pontos da linha, na região do Belém e da Penha. Contudo, mesmo essa alternativa foi abandonada, porque o SECOVI (Sindicato dos Empresários de Compra e Venda de Imóveis) sendo consultado informou que os preços dos terrenos na área do Brás Bresser eram muito elevados, também se tornando desinteressantes para a iniciativa privada que poderia construir em outras áreas onde preços e localizações vantajosas auferissem maiores lucros, uma vez que se pensava que camadas de alta renda não iam querer morar no Brás. "A partir daí foram definitivamente abandonados os projetos habitacionais como parte das obras CURA."(223)

Em 1980, o subdistrito do Brás — o 6º subdistrito da Capital — ocupando uma área de 3,98Km^2 abrigava uma população de 48.640 pessoas(224). O bairro vinha sofrendo expressivo

---

(222) Lucia M.M. Bógus - (Re)urbanização: por que e para quem?, tese de doutorado FAU-USP - 1988, p. 86.

(223) Idem, ibidem p. 91.

(224) IBGE - Sinopse do Censo Demográfico de 1980.

esvaziamento, notadamente nos últimos vinte anos. De 1960 para 1970 o crescimento geométrico foi negativo (-1,62) e de 1970 a 1979, mais acentuado o decréscimo (-2,33).(225)

Embora ainda muito ocupado, pois 68,8% de sua área estava edificada e com poucos lotes vagos, sua efervescência econômica explicava-se pela proximidade à região central — limitando-se com os subdistritos do Pari, do Belenzinho, Mocca, Santa Efigênia e Sé — e obviamente, pelas condições históricas que lhe imprimiram o parque fabril, comércio e de serviços compactos.

Alguns indicadores de ocupação do solo apontam que o uso residencial ainda era predominante, seguido de "comércio" e "serviços".

TABELA 21 - Subdistrito do Brás - Uso do Solo

USO	Nº UNIDADES	%
Habitação	14.380	61,9
Comércio	3.243	14,0
Indústria	2.183	9,4
Serviços	2.829	12,2
Lotes vagos	606	2,5

FONTE: PLANASA - Área Cura Brás-Bresser - Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica-Financeira. SP, 1976.

Especificando-se o uso residencial, a maioria era de domicílios particulares ocupados por famílias (de 1 até 3 famílias, conforme critérios do Censo Demográfico - 1980) em

(225) Conforme São Paulo, Secret. Negócios Metropolitanos - EMPLASA. Sumário de Dados da Grande São Paulo - 1979. Os dados do IBGE também apontam nessa direção: em 1960, 63.971 hab.; em 1970, 56.027 hab.; e em 1980, 48.640 hab.

número de 12.421 unidades. Na categoria domicílios de uso ocasional estavam 171 unidades; domicílios fechados, 142 unidades e domicílios vagos, cerca de 1.732 unidades. Foram cadastrados como domicílios coletivos (abrigando mais de 3 famílias) 330 unidades(226). Trata-se de área antiga, com estoque de edificações já bastante envelhecido (99,4% são construídas e apenas 0,6% estão em construção). As demolições ocorridas por volta de 1975 com a implantação do Metrô e outras obras viárias introduziram algumas modificações na paisagem: alguns edifícios nas principais avenidas remodeladas por planos urbanísticos. Mas o cenário era de inúmeras fábricas, chaminés, pequenas casas geminadas, vilas e o comércio varejista diversificado(vestuário) e atacadista (próximo ao mercado municipal).

A densidade populacional, que era 13.666 hab/Km^2 em 1970, em 1980 é de 12.221 hab/Km^2; chamando a atenção o alto número de domicílios vagos, a atestar a reciclagem de seus moradores(227).

A área é dotada de infra-estrutura urbana: 111.771m de rede de água e distribuição (consumo médio diário de 203m^3), 111.710m de extensão do sistema viário, serviços de esgoto, energia elétrica, iluminação e por exemplo, 25 mil aparelhos telefônicos. Era centro que reunia nove terminais de ônibus, 192 linhas municipais e ainda ferrovias e Metrô. Estão presentes equipamentos de educação (13 escolas públicas e 3 particulares), saúde (hospitais públicos e privados) e lazer e religião.

---

(226) IBGE - Sinopse do Censo Demográfico de 1980. Podem estar aqui incluídos os inúmeros cortiços existentes mas os critérios e definições do IBGE não permitem uma identificação precisa desse segmento de habitações.

(227) IBGE - Sinopse do Censo Demográfico de 1980.

A população moradora à época no Brás parecia ser predominantemente adulta. A migração, que representava importante fator na sua composição, revelava a entrada de indivíduos, homens solteiros, favorecendo esse perfil demográfico.

Tabela 22- Distribuição da População Moradora na Área CURA Brás-Bresser por Faixa Etária - 1976

FAIXA ETÁRIA	%
0 - 3	4,6
4 - 6	2,3
7 - 10	5,1
11 - 14	6,0
15 - 18	8,2
19 - 25	14,4
26 - 30	8,4
31 - 40	12,5
41 - 50	13,6
51 - 64	15,0
65 e mais	9,9

FONTE: PLANASA - Estudo de Viabilidade Técnico-Econômico-Financeira - Área Cura Brás-Bresser - 1976.

É uma população adulta, 73,8% da população têm dezenove anos ou mais, e quase metade se insere nas faixas de 19 a 50 anos, ocupadas no mercado de trabalho, insinuando que os moradores pareciam consistir mais indivíduos sós que grupos familiares (núcleos jovens com filhos pequenos). A distribuição por sexo revelou predominância do sexo masculino, 25.383 homens para 23.257 mulheres[228]. Nordestinos têm ocupado as pensões e hospedarias próximos ao largo da Concórdia, com a conhecida situação da chamada "subnormalidade" da habitação.

(228) IBGE - Sinopse do Censo Demográfico de 1980.

Reale[229] descrevia o Brás em 1982 que, ao perder grande parte das suas tradições, continuava um bairro industrial, embora com predomínio de fábricas de médio e pequeno porte, o que fez diminuir a população operária do bairro.

Ainda era centro comercial de destaque, em especial na Av. Rangel Pestana onde estão localizadas as melhores lojas e casas bancárias. Uma diversificação do comércio e da indústria, no ramo de confecções, está nas ruas Oriente e Maria Marcolina — lá se vende diretamente ao consumidor, no varejo ou para o atacado. Outro ramo, especializado em peças e acessórios para automóveis e lojas de ferro velho fica na rua Piratininga. Carros são comercializados na rua Andrade.

Nas ruas próximas à Estação Presidente Roosevelt (antiga estação do Norte) ficam inúmeros hotéis e pensões (de vários níveis), bem como um comércio varejista de caráter mais popular. Tal proximidade da Estação Norte e da Hospedaria dos Imigrantes, traz ao bairro um reduto de nordestinos, à semelhança dos italianos que vieram no século XIX. "A história se repete, só os personagens é que mudaram"[230].

> "Nos cortiços, os gritos dos italianos foram substituídos pelo falar cantado dos baianos, em vez de serenatas e tarantelas há o baião e os forros, ao lado de salames e provolones encontramos nos armazéns carne seca e farinha, e as bancas de jornais vendem literatura de cordel em lugar do "Fanfulla". Da presença italiana no bairro, pouco resta: somente algumas cantinas e a festa de Nossa Senhora de Casaluce e de São Vito."(231)

Dessa forma, o Brás se transformou, se descaracterizou. O transporte de massas, o Metrô, que representaria um

---

(229) Ebe Reale - Brás, Pinheiros, Jardins - três bairros, três mundos, SP, Ed. Pioneira, Ed. USP, 1982, p. 51 e seguintes.

(230) Idem, ibidem, p. 58.

(231) Ebe Reale, op. cit. p. 58.

certo acordo entre capital e trabalho na circulação e realização do valor,acaba por fazer que a apropriação dos benefícios, porque mediada pela propriedade da terra, seja feita por poucos.

Os proprietários de terrenos, os especuladores, vão beneficiar-se dos investimentos públicos pelo mecanismo de "retenção-especulação"; este, pode assumir várias formas, mas em síntese o efeito é sempre o mesmo: valorização da terra através da incorporação de efeitos úteis de aglomerações advindas do desenvolvimento da economia da metrópole. A apropriação privada do solo urbano redunda nos "vazios urbanos", retidos pelos proprietários, conforme Tabela 23 (232).

Tabela 23 - Vazios urbanos na cidade de São Paulo (1976)

TAMANHO DO TERRENO	CENTRO %	CIDADE DE SÃO PAULO %
0 - 60	0,45	0,02
61 - 120	1,71	0,55
121 - 200	4,07	4,38
201 - 300	6,03	12,58
301 - 500	11,56	12,80
501 - 1000	20,49	7,79
1001 - 5000	39,95	10,21
5001 - 10000	8,66	6,05
10001 - 15999	4,15	3,08
15999 - (...)	6,66	41,62
Total vago	100,00	100,00
Área (m^2)	1663024	246208925
Total ocupado	13021435	561543827
Vago/total	12,77	43,85
Vago/total vagos	0,68	100,00

FONTE: COGEP, Levantamento de vazios no MSP - 1977.

(232) Reproduzido, com adaptações nossas, de Milton Abreu Campanário: "O mercado de terras e a exclusão social na cidade de São Paulo" In: P. Kirschke (org.) op. cit., p.15.

(233) Milton de Abreu Campanário - op. cit., p. 17.

É claro que as regiões vazias do Centro são providas de todos os serviços e equipamentos públicos e infelizmente, não atendem à demanda de habitação. Segundo o autor,a renda da terra nas cidades costuma acompanhar o mesmo padrão de concentração de rendimentos da população, com altos ganhos nas regiões centrais e maior carência na periferia. "O gradiente de renda da terra na cidade tende a seguir o mesmo padrão..."(233).

As áreas exclusivamente residenciais, de baixa densidade, estão bem localizadas, e as zonas mistas (habitação,comércio, indústria) se dispersam pela cidade toda. Cada região, assim, sofreu uma denominação: Z1 = residencial exclusiva, Z2, Z3, Z4, Z5 zonas residenciais mas mescladas com outros usos comerciais, indústrias etc. A legislação urbanística,pois, fixa índices de ocupação, gabaritos e usos do solo que vão, em geral, determinar a taxa de lucro realizável em cada porção assim delimitada da cidade, porque o preço do terreno no mercado imobiliário vai oscilar também em função do tipo de edificação aí permitido, atribuindo qualidades diferenciais a cada zona. A localização das áreas contíguas ao Metrô, acabou por sugerir um aumento enorme do preço da terra e diferenciais de renda.

Os moradores proprietários, quando foram expulsos pelas demolições, ainda puderam beneficiar-se de parte dessa valorização. De início, os inquilinos foram muito mais prejudicados, e pouco a pouco os proprietários vão sendo atingidos. Muitos cortiços também foram demolidos para dar lugar a novos edifícios.

O Brás, em termos de zoneamento situa-se nas Zonas 2 (uso misto mas com predominância residencial, que possibili-

---

(233) Milton de Abreu Campanário - op. cit., p. 17.

ta prédios de apartamentos); grande parte do subdistrito também se enquadra como Z3, Z4 e Z12 (zonas de uso misto e com habitações de média densidade) Z5 (uso serviços, escritórios) e Z6 (uso predominantemente industrial).

Os preços dos terrenos do Brás foram alterados, obviamente, pela presença do Metrô e pelos efeitos da especulação imobiliária. Os estudos de M. Campanário sobre a distribuição espacial dos preços da terra, dividiram a cidade em oito zonas homogêneas com respeito ao uso, ocupação e valor da terra e outras variáveis sócioeconômicas, com base no sistema PROMEDIO(234). Segundo tais análise, o Brás ocuparia uma zona do Centro Histórico cujo preço da terra estaria no valor de 2.359, relativa a Z2 (zona de uso misto, residencial predominantemente, uso da terra mais heterogêneo de todos) que é a zona mais importante em oferta na cidade. Os preços do Brás para Z2, portanto, situavam-se (em 1977) na média das áreas centrais históricas.

Segundo a regionalização do Município nas oito zonas homogêneas do mercado de terras, o Brás se situaria predominantemente na Zona D e com parte na Zona H, que são zonas próximas do centro, com bom suporte de infraestrutura e serviços privados. (As zonas A,B,C apresentam áreas estritamente residenciais, Z1). Já Z2 e Z3 aparecem em todas elas. As zonas E,F,G são mais relacionadas à periferia e apontam menor valor do preço de terra e a zona D é de posição intermediária.

> "A Zona H é a mais antiga e central. Sustenta um uso misto da terra com coeficientes de ocupação variáveis. Nesta zona está localizada a maior parte da

---

(234) M. Campanário - op. cit., p.17. (Sistema de Informações sobre Valor de Imóveis no Município de São Paulo).

habitação de baixa renda (cortiços), sedes bancárias, escritórios de economia, estabelecimentos comerciais, administração pública etc." (235)

Tomando-se apenas as duas zonas homogêneas D e H que abrigam o subdistrito do Brás, reproduzimos de Campanário[236] parte do quadro de preços da terra por zonas homogêneas, zonas legais e tamanho de propriedade.

Quadro 2 - Preços da terra por zonas homogêneas, zonas legais e tamanho da propriedade (em cruzeiros,1977)

Zona homogênea	Zona legal	Tamanho (m^2)	Valor Médio	Desvio Padrão
D	Z2	(até 700)	1218	378
	Z2	(700-2000)	1283	393
	Z3	(até 500)	1822	678
	Z3	(500-2000)	2013	753
	Z4	—	2526	1051
H	Z2	(até 700	2722	610
	Z3	(até 500)	2956	790
	Z3	(500-2000)	3739	1292
	Z4	—	4500	927

FONTE: Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) - Relatório Final Estimativas de Valor dos Imóveis em São Paulo para o MUT - 1979.

Já em 1989, para a Zona do Metrô (ZML) o preço do m^2 dos terrenos localizados ao lado da estação Brás, foi estimado em 280 BTN, ou seja, muito superior ao apresentado nas tabelas anteriores[237].

---

(235) M. Campanário, op. cit., p. 17.

(236) Idem, ibidem, p. 20 - adaptações nossas.

(237) COHAB-SP. Texto para concurso público para Projetos de Arquitetura - área Brás-Bresser.

A transição do Brás de 1976 até os dias de hoje foi um processo previsível, de valorização imobiliária e alteração de uso e a consequente distribuição espacial da população da cidade. Os preços da terra determinaram o contorno da divisão social do espaço e, consequentemente, as condições de reprodução das classes sociais no ambiente construído.

Utilizando-nos do recurso de aproximar o subdistrito do Brás aos setores fiscais (Rendas Imobiliárias) de nº 2, 3 e 25[238], servimo-nos dos valores médios dos preços do terreno no período de 1981 a 1987, como indicativo desse processo. O estudo que nos serve de fonte procurou compatibilizar valores de terreno de acordo com SISA, Jornal e de rua e procedeu à média dos valores[239].

Quadro 3 - Evolução histórica do valor médio do preço do terreno por setor fiscal de 1982 a 1986
Preços em OTN - Valor da OTN fev./87 = Cz$106,40

ANO / SETOR	82	83	84	85	86
2	14,26	14,09	--	57,47	47,13
3	18,73	21,41	11,95	7,01	46,26
25	21,98	13,73	15,20	5,20	39,70

FONTE: Sempla - DECOR - 1988

(238) São Paulo,Cidade - Secretaria das Finanças - Rendas Imobiliárias. Os setores fiscais de nº 2, 3 e 25 apresentam contorno aproximado ao do bairro do Brás.

(239) São Paulo - Cidade - Secretaria Municipal de Planejamento - Evolução histórica do valor médio do Preço do Terreno, por setor fiscal, no período de 1981-1987 - DECOR - Economia Urbana, por Nilton Ricoy, M. Mincherian, Viunetane Siqueira Alves, 1987.

O preço da terra urbana em São Paulo costuma subir na medida que recebe benfeitorias do poder público (renda diferencial da terra) o que acaba por expulsar os de mais baixa renda para áreas menos valorizadas. Os setores 2 e 3, pertencentes à AR-SÉ e o de nº 25, mais afeto à AR-MO tinham oscilação de preço médio da seguinte forma: Setor 2 (de 11 a 60 OTNs), Setor 3 (de 1 a 60 OTNs) e o Setor 25 (1 a 40 OTNs).

Durante os anos de 1985 e 1986, do total de 310 setores fiscais, 33% deles sofreram maior valorização(240), ou seja, 105 setores apontaram maiores preços do solo, assim distribuídos espacialmente: 16 setores na Região Norte (9,5%), 60 setores na Região Centro-Oeste (64%), na região Leste estavam 21 setores (14,5%) e na região Sul (12%) com 8 setores fiscais. A maior valorização se deu em quarenta e dois desses setores, especialmente em Cerqueira César, Vila Mariana, Aclimação, ou seja, áreas de melhor localização da área central ao Centro Expandido principalmente, com preços superiores a 300 OTN/m^2. Na medida em que se percorre a direção do centro para a periferia os preços decrescem, e mesmo na área central isso ocorre quando o terreno é ocupado por atividade produtiva.

Os bairros que sofreram menor valorização foram Bela Vista, Bom Retiro, Brás, Pari, Belenzinho. Apesar da grande valorização provocada pelo Metrô na zona leste, há porções decadentes da área central, parcela do Brás, em que as áreas desapropriadas ficaram vazias durante dez anos, quase em um processo de estocagem (assemelhado à especulação) que, embora fi-

---

(240) São Paulo,Cidade - Secretaria Municipal de Planejamento - Evolução histórica do preço da terra na Cidade de São Paulo - 1981-1987 - DECOR - Economia Urbana.

zesse valorizá-las, só concretizou essa subida com a comercialização dos apartamentos para renda média construídos pela COHAB-SP na gestão Jânio Quadros, sintoma ineludível da referida valorização.

Durante cerca de dez anos, as áreas desapropriadas pelo Metrô ficaram vazias, desocupadas. A COHAB-SP, na gestão do Sr. Jânio Quadros (1985-1988) começou a construir alí torres de prédios de 20 andares com apartamentos para renda média e alta (assim considerados os que apresentassem renda familiar de 9 a 13 salários mínimos e acima de 13 salários mínimos).

Em 1989 (gestão Luiza Erundina) esses apartamentos começaram a ser comercializados para camadas de renda média, dado o alto custo dessas construções, "herança da administração anterior" (241). Anúncio da COHAB-SP informava ao público (242) sobre a venda desses imóveis — ou seja 2.281 apartamentos de dois quartos, sala, cozinha, banheiro, área de serviço e garagem descoberta para um carro — situados na linha leste-oeste do metrô, mais precisamente entre as Estações Brás e Bresser — através de um Consórcio, um "pool" de imobiliárias previamente credenciadas (com a instalação do consórcio em dez de outubro de 1989) por normas afixadas em edital pela grande imprensa de São Paulo.

O folheto da Companhia diz:

> "para que um processo de vendas seja eficiente, é necessário conhecer as regras que regem o mercado do produto que se quer vender. Ao receber da administração anterior a herança dos 2.281 apartamentos que ora coloca à venda, a COHAB-SP defrontou-se com a falta de infraestrutura interna necessária a uma

---

(241) Folheto da COHAB-SP - Set. 1989.

(242) Jornal "Folha de S. Paulo", de 30/09/1989.

> comercialização desse porte. Por isso, decidiu vendê-los através de empresas especializadas,para que o retorno fosse mais rápido e para que a Companhia pudesse aplicar recursos na construção de novos projetos habitacionais, numa cidade onde o deficit é de 1 milhão de moradias. (...) a administração anterior optou pela classe média(...) a atual administração optou pela população de baixa renda."(243)

Este fato já é, por si só, bastante revelador de quanto a área Brás-Bresser valorizou-se. A COHAB-SP, órgão criado para promotor e executor do SFH e que devia atender prioritariamente as faixas de até cinco salários mínimos, acabou por assumir o processo de "renovação" urbana, o derradeiro golpe para a descaracterização do velho bairro do Brás.

Ás camadas de renda média, que irão habitá-lo, nas porções vizinhas ao Metrô, trarão novas demandas, novos serviços: (ginástica aeróbica, cabeleireiros, rede de restaurantes, boutiques, lojas). No Brás, como em todos os outros lugares, os pobres serão expulsos cada vez mais para mais longe, pela atuação do Estado.

Entretanto, começou a surgir, nos últimos anos, um movimento de recuperação do bairro. Do próprio seio do aparelho estatal surgiu uma proposta de organização dos moradores do Brás.

O SESC (Serviço Social do Comércio) pediu auxílio à Divisão de Pesquisas da Secretaria Municipal da Cultura (Casa das Retortas - rua do Gasômetro) para realizar uma festa no Brás, procurando localizar antigos moradores, resíduos da sociedade civil existente. Desse contato surgiu o Movimento Pró-Brás, reunindo moradores e interessados no Brás e procurando a recuperação do bairro e não sua renovação. A recuperação visa-

---

(243) Folheto da COHAB-SP.

ria três objetivos em processo a longo prazo: melhorar as condições de moradia da população hoje residente; recuperação da memória do Brás pelo seu significado para a Metrópole; reconstruir a sociedade civil do bairro. A luta do movimento se dá simultaneamente, embora organicamente se iniciou pela reconstrução de grupos e entidades do Brás; lançou-se o Manifesto do Movimento Pró-Brás (desde 09/08/83) e vêm se reunindo sistematicamente.

Na gestão Mário Covas (1983-1985) à Prefeitura de São Paulo, o então Secretário da Habitação comprometia-se pela TV a ouvir o Movimento e respeitar as características históricas na reurbanização. O arquiteto Cândido Malta Campos Filho apresentou projeto de lei sobre preservação do patrimônio urbano (Projeto de Lei publicado no DOM - 13/02/79).

A estratégia do Movimento Pró-Brás era reunir todos os interessados no Brás, aglutinando todas as formas da sociedade civil existentes (sindicatos, partidos, clubes de futebol, igrejas etc.) visando seu fortalecimento, estimulando o contato entre elas. Os moradores organizados e técnicos chamariam os intelectuais e a opinião pública em defesa do bairro.

O primeiro passo para a recuperação seria deter a deterioração, paulatinamente atingir a população — quando esta estiver organizada e quando sentir ter reencontrado a identidade do bairro, "o Movimento Pró-Brás poderá deixar de existir."(244)

---

(244) André R. Martin - op. cit., p. 180.

CAPÍTULO 5 - O BRÁS NORDESTINO: A REMODELAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

CAPÍTULO 5 - O BRÁS NORDESTINO: A REMODELAÇÃO E DEGRADAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Cortiços, vida associativa e cultura popular —
da tarantella ao xaxado!

Os agentes determinantes da construção da cidade - estruturadores do espaço urbano - evidenciam-se com clareza na trajetória do bairro do Brás em São Paulo. Seu feitio atual guarda as marcas do processo histórico sofrido pela nação brasileira e pela metrópole paulistana e se explicitam no uso desse espaço: o bairro do Brás se apresenta, em contraste com a pujança econômica de São Paulo, um reduto da pobreza urbana, um sintoma das crises e crispações do capitalismo refletindo-se no espaço. Capital e Estado se fizeram representar na moldagem desse pedaço da cidade; a força de trabalho aí abrigada apresenta características especiais e reveladoras do que acontece hoje no Brasil.

O bairro nordestino se configura com seus hábitos, suas moradias coletivas precárias de aluguel, a inserção dos seus moradores nos setores terciários, seus baixos níveis de renda e escolaridade e, evidentemente, de saúde, alimentação. Quanto a transportes, o Brás lhes oferece muitas alternativas e quando não, o "pé dois" é a sua estratégia. Sua vida cultural, seu linguajar, hábitos alimentares, sua vida associativa é traduzida no rádio de pilha, no aparelho de som, na TV, no forró e na "pinguinha" - e há muitos crimes, sem dúvida.

Esse capítulo pretende abordar as condições atuais

de vida no Brás no contexto da cidade. Não é por acaso que um recente livro sobre São Paulo se inicia com a célebre frase que Guimarães Rosa colocou na boca de um jagunço do Sertão das Gerais: "Viver é muito perigoso" (1). Apesar da diversidade de contextos e cenários entre a aglomeração metropolitana de São Paulo e o descampado do sertão, não há dúvida que trabalhar e viver na capital paulistana torna-se um desafio difícil em muitos aspectos: a insegurança dos moradores é grande quanto à criminalidade, que é um dos pontos mais tratados na atualidade e emerge na consciência do povo, mas também quanto à estabilidade de emprego e de sua renda, as dificuldades de alimentação e educação da família, a depauperação do corpo frente às rotinas desgastantes do trabalho e transporte, a "crescente incerteza quanto ao teto próprio ou alugado" (2) e assim por diante.

Todas essas carências e dificuldades são comuns aos trabalhadores pobres de São Paulo e às outras grandes cidades do país, mas no Brás se concentra uma especificidade agravada pelo papel que este bairro passou a receber no conjunto da metrópole. Não seria válido circunscrever a miséria e os dramas da população a um recorte geográfico tão pequeno, mas, com certeza, ele ilustra e documenta os processos gerais aos quais se submete a classe trabalhadora no país.

Para que estas páginas não se resumam a descrições de sintomas, convém que examinemos as raízes das condições atuais de vida na capital e no Brás.

---

(1) João Guimarães Rosa - Grande Sertão: Veredas, RJ, José Olympio, 1956 apud Vinicius Caldeira Brant (coord.) Sao Paulo trabalhar e viver, SP, Ed. Brasiliense, 1989, p. 13.

(2) Vinicius C. Brant (coord.) op. cit. p. 13.

5.1 - São Paulo Hoje: seu Papel no Desenvolvimento Brasileiro

São Paulo é a maior cidade do Brasil e uma das maiores do mundo e sua região metropolitana tem liderado a economia brasileira, comandando a articulação dos serviços e do capital financeiro, além do grande peso de sua industrialização. O volume populacional da Grande São Paulo tem apresentado altas taxas de crescimento nas últimas décadas, especialmente devido à migração. Embora o peso deste fator relativo ao crescimento venha diminuindo à partir de 1970, ainda registra-se que 51% do aumento populacional entre 70 e 80 se deve às migrações (3). E os deslocamentos de população para o Estado de São Paulo vêm aumentando, dirigindo-se a outros municípios, fora da órbita metropolitana (4).

Toda essa aglomeração se insere no processo de crescimento da economia brasileira a partir de uma redefinição da divisão setorial e espacial (regional e urbano-rural) do trabalho. Na medida em que o setor primário declina na formação do produto interno bruto (PIB) até 10% em 1980 e na região Sudeste, em especial, somente 6%, a participação de São Paulo continua muito significativa em termos de seu setor secundário e de serviços. O Estado de São Paulo representa 34,8% do Setor de Serviços do Brasil e 47,2% da Indústria Brasileira (5). Em especial no setor terciário (comércio e serviços), o Estado de São Paulo unifica o mercado como principal comprador e

---

(3) Vinicius C. Brant (coord.) op. cit. p. 19 - Informe Demográfico 18, Fundação SEADE, 1986.

(4) Idem,ibidem. No que se refere ao crescimento vegetativo a expectativa de vida na década de 70 a 80 é de 66.2 anos. Registre-se também a queda da fecundidade na área metropolitana de São Paulo, declinando de 3.64 filhos por mulher em 1970, para 3.32 em 1980 (p. 20).

(5) Vinicius C. Brant, op. cit., p. 21.

vendedor de mercadorias no âmbito interestadual. São Paulo lidera também o volume de transações com o exterior. A internacionalização ocorre no setor comercial e também nos setores produtivos. Cerca de 60% das empresas estrangeiras no Brasil estão na Grande São Paulo, particularmente as norte-americanas.

Tabela 24

Participação da População Economicamente Ativa por Setores de Atividades - Brasil, Estado de São Paulo e Capital. 1970, 1980 e 1985 (6).

	1970			1980			1985		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
Brasil	40,17	16,25	43,58	29,95	25,48	44,56	28,63	22,10	49,27
Est. S. Paulo	17,47	26,90	55,62	11,48	39,06	49,46	9,41	34,50	56,08
Capital	0,76	39,16	60,98	0,31	41,90	57,79	0,58	38,59	60,83

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980.
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios,1985.

A relativa diminuição da participação do setor industrial diante do terciário na capital pode ser explicada pelo "transbordamento da industrialização e da urbanização para outros municípios paulistas da área metropolitana ou não ; depois da consolidação da mancha urbana nos municípios metropolitanos, começou a atingir cidades como Campinas, Jundiaí , São José dos Campos, Litoral, Ribeirão Preto e outros (7).

A capital, assim, embora líder da industrialização no Estado, começa a especializar-se na articulação do capital

(6) Reproduzida de V. C. Brant, op, cit., p. 22.

(7) Vinicius Caldeira Brant, op. cit., pp. 26 e seguintes.

nacional e internacional através da importância crescente do terciário. No setor serviços, sobretudo, é indiscutível seu crescimento, com médias superiores diante das taxas nacionais. E, 1985, a participação da Capital no setor terciário era de 70% da população economicamente ativa paulista e 24% do setor terciário nacional(8).

Quanto ao setor comercial, São Paulo representa grande fluxo no comércio nacional atingindo 15,35% em 1985(9), mas isso não o torna imune às variações cíclicas da economia brasileira, quando se refletem de forma contundente.O ritmo de vendas do comércio e a retração dos negócios é indica-

---

(8) PNAD - IBGE, 1986 apud V. Caldeira Brant, op. cit.
As tendências que merecem destaque nesse setor terciário são os segmentos do comércio, transportes, comunicação e armazenagem, atividades sociais e outras que tendem a crescer na capital. Em particular, as instituições de crédito, seguros e capitalização, bancos, caixas econômicas, cooperativas incluídas na categoria "outras atividades" ganham significado, porque sua participação em São Paulo chegou a 24% do nível nacional em 1985. Esses setores se articulam à gestão do capital, concentrando atividades tidas como modernas, "forte encadeamento nacional e mesmo internacional"(V.C.Brant,op.cit.).
O segmento do transporte, comunicação e armazenagem que tem caráter mais local e regional, servindo como condição geral da produção e dando suporte à circulação de passageiros e aos fluxos de mercadorias é muito mais significativo para a reprodução da força de trabalho, mas por requerer mais investimentos do setor público ainda apresenta um crescimento modesto diante da demanda, especialmente no que se refere ao transporte coletivo. O setor de transporte coletivo - especialmente ônibus e trens urbanos, tem sido um dos grandes estrangulamentos da Administração Pública Municipal, registrando-se muitos conflitos mesmo na gestão PT(1989-1992) em São Paulo, com pressões dos proprietários de empresas particulares, substituição de Secretários e assim por diante.
São Paulo se caracteriza ainda pela pujança e absorção da população economicamente ativa nas "atividades sociais, comunitárias, médicas, odontológicas, e de ensino, atendendo não só a população local como atraindo pessoas de todo o país por sua qualidade ou prestígio". Mas nos segmentos de prestação de serviços e de administração pública, a Capital registra movimentos cíclicos quanto à absorção da mão de obra. No caso da prestação de serviços, caracterizada por baixa produtividade, seus movimentos de queda resultam de sua baixa remuneração média. Liga-se com os segmentos informais da economia, registrando baixa qualificação formal e alta rotatividade do trabalho.

(9) PNAD - FIBGE, Rio de Janeiro, 1986.

dor dos momentos de queda na atividade produtiva[10]. A perplexidade brasileira após o Plano Brasil Novo(Governo Collor) já se desvanece ao serem revelados mais efeitos nocivos para a classe trabalhadora, às vésperas da recessão; desemprego,quebra de pequenas e médias empresas, arrocho salarial e assim por diante. Dessa forma, a região metropolitana de São Paulo condensa as diferentes manifestações econômicas do país. Especializando-se cada vez mais na concentração do capital financeiro, do comércio e dos serviços, é diferente a relação que estabelece com as demais regiões brasileiras; sua superioridade é agora representada, mais que por ser o maior centro industrial da América Latina, pela "coordenação e financiamento das atividades produtivas"[11].

O espaço urbano aí moldado incorpora,pois, os meios de produção e de gerência das grandes empresas multinacionais, privadas nacionais e estatais, além da força de trabalho assim concentrada para acionar essas engrenagens produtivas. Decorrem disso muitos problemas urbanos que acabam por "sobredeterminar" até as condições de reprodução do capital. Seu papel no contexto do sistema econômico nacional e internacional precisa ser analisado através da relação dialética entre as imposições do desenvolvimento dependente — associado, de um lado, e as condições urbanas concretas que sustentam essa modalidade de

---

(10) A fonte é a Federação do Comércio do Estado de São Paulo apud V.C. Brant (op. cit., p. 32). Em 1987, após a euforia do Plano de Estabilização Econômica (Plano Cruzado) registrou-se a maior retração de vendas. Em 1987, a variação percentual média nas vendas do comércio da região metropolitana apontou saldos negativos em todos os ramos, especialmente, no de móveis e decoração (-37,7%), tecidos (-35,1%), concessionárias de veículos (-33,5%), materiais de construção(-33,1%). Os ramos que apresentaram menor decréscimo percentual foram o vestuário (-10,0%), cinefoto, som e óticas (-14,0%) e autopeças e acessórios (-14,2%).

(11) V.C. Brant, op. cit. p. 33.

acumulação, de outro[12].

O acesso à força de trabalho barata (como é o caso do Brasil) a disponibilidade da ampliação de um mercado interno acabam por tornar atrativos os investimentos diretos, "joint ventures" ou empréstimos bancários aos NICs, como fruto da crescente integração de mercado entre países de industrialização avançada como os Estados Unidos, algumas nações da Europa Ocidental e posteriormente, o Japão. A transnacionalização do capital acabou por gerar profundas transformações nas estruturas sociais e econômicas dos países do Terceiro Mundo. Estes avançaram no "percurso da industrialização dependente, tornando-se extremamente sensíveis às flutuações do capitalismo central"[13]. Essa situação traz uma crescente heterogeneização na chamada "periferia" do sistema, fazendo que se descartem as idéias de que as regiões periféricas do capitalismo tenham uma homogênea condução do tipo "desenvolvimento do subdesenvolvimento". Dessa forma, o Brasil se revela com suas especificidades pois não só apresenta o desenvolvimento de muitas indústrias com presença maciça de capital estrangeiro, como também um setor nacional de insumos básicos bem avançado, com forte participação do Estado e com um relativamente grande mercado interno.

No setor de bens de consumo durável é que a produção industrial, quase dominada pelo capital multinacional, acarretou certo desnível da balança de pagamentos pela importação

---

(12) Lucio Kowarick e Milton Campanario: "São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado" in L. Kowarick(org.). As lutas sociais e a cidade, RJ, Paz e Terra, UNRISD, 1988. A partir da nova divisão internacional do trabalho(NDIT), os novos países industrializado(NICs - new industrialized countries) começaram a ganhar importância para a valorização do capital multinacional, com uma crescente descentralização do aparato produtivo industrial. Paralelamente a essa internacionalização da produção de mercadorias e serviços por parte das economias periféricas, as regras impostas pelo sistema financeiro internacional ficam cada vez mais poderosas para submeter as políticas nacionais aos interesses de bancos e empresas multinacionais, acentuando o caráter monopólico e transnacional do capitalismo financeiro.

(13) Lucio Kowarick e Milton Campanario - op. cit., p. 31

inicial de máquinas e equipamentos através de financiamentos por empresas públicas e privadas, o que se agravou nos períodos de baixa procura para os produtos exportados e altas taxas de juros no sitema financeiro internacional (14).

Ao criar as condições gerais e de infraestrutura necessárias qara o capital industrial no setor transnacionalizado, o Estado investiu muito em energia, transportes e insumos básicos e convergiu tais recursos em especial na região metropolitana de São Paulo. "Cresce, assim, o peso relativo deste núcleo urbano não só enquanto receptor de investimentos diretos estrangeiros, mas também como espaço construído capaz de fazer circular o valor alí criado" (15).

Por conta de uma estrutura de distribuição de renda muito concentrada, baseada na estrutura de produção no setor de bens de consumo durável, apesar da região metropolitana de São Paulo apresentar um perfil mais qualificado que o restante do país, esse crescimento internacionalizado não trouxe melhoria da qualidade de vida aos seus habitantes. Pelo contrário, trouxe uma pauperização crescente de grandes parcelas dos trabalhadores.

5.2 - Espoliação Urbana em São Paulo e a pauperização dos Trabalhadores (16).

(14) L. Kowarick e M. Campanario, op. cit.

(15) Idem,ibidem, p. 33.

(16) A expressão espoliação urbana é de Lucio F. Kowarick (1985) e significa toda exploração da força de trabalho fora da fábrica, ou seja, as parcelas de energia consumidas no desgaste do transporte coletivo, na construção da própria moradia, na habitação nas periferias desprovidas de serviços e equipamentos básicos, enfim, nas parcelas de valor que se diluem na dilapidação da classe trabalhadora. in Cidades povo e poder - Ed. CEDEC, RJ, Paz e Terra - 1985, p. 34.

A maioria dos assalariados da região metropolitana e da cidade de São Paulo são mal remunerados, moram em condições muito precárias, sofrem muitas horas diárias no dispendioso transporte coletivo e alimentam-se muito mal. "Além desta situação crônica, a partir dos anos 80, na Metrópole, concentra-se crescente contingente de desempregados que a profunda crise econômica dos tempos recentes joga - sem qualquer ajuda do Estado - para fora dos locais de trabalho" (17).

Entre 1959 e 1986 o salário mínimo decresceu 55%, aumentando de muito o nº de horas necessárias para que o trabalhador consiga a sua ração alimentar mínima. Cerca de 57% dos trabalhadores da Grande São Paulo ganham até 3 salários mínimos e 77% estão na faixa de até 5 salários mínimos (18).

Em 1985, cerca de 81% dos paulistanos que exerciam atividades econômicas eram empregados, 14% deles eram autônomos, 3,7% como empregadores e 1,2% não tinham renda (19).

É no setor industrial e no de serviços que se ocupa a maioria dos trabalhadores de São Paulo. A distribuição dos grupos ocupacionais na região metropolitana de São Paulo revela que, em 1986 estavam na indústria de transformação e construção civil cerca de 30% dos trabalhadores, enquanto 10,9% estavam no comércio e atividades auxiliares e 10,8% na prestação de serviços; 22,3% se ocupavam nas funções admnistrativas, 8,6% exerciam atividades técnicas, científicas e artísticas, 4,4% estavam em atividades de transportes e comunicações e

---

(17) L. Kowarick e M. Campanario, op. cit., p. 35.

(18) Idem, ibidem. O capítulo anterior deste trabalho comenta tais dados.

(19) PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - FIBGE, 1985.

bela 25 - Composição da População Ocupada por Ramos de Atividade Econômica, Segundo a posição na Ocupação - Região Metropolitana de São Paulo (1985) [23].

SIÇÃO NA UPAÇÃO	RAMOS DA ATIVIDADE ECONÔMICA							TOTAL	
	Agricultura	Indústria(*)	Comércio	Transp. e Comunic.	Serviços (**)	Social	Adm. Pública	%	Nº Absol.
pregados	52,0	90,7	61,8	82,2	73,5	90,5	100,0	81,1	5241638
om carteira	20,5	79,1	44,8	74,1	47,1	51,9	29,4	60,0	3873550
em carteira	31,5	11,6	17,0	8,1	26,4	38,6	70,6	21,1	1368088
nta própria	19,4	6,2	26,5	15,3	21,7	6,2	-	14,0	905829
pregadores	9,6	2,7	8,3	1,7	3,8	2,4	-	3,7	236838
o remunerados	19,0	0,4	3,4	0,3	1,0	0,9	-	1,2	74821
TAL ABSOLUTO	37783	2492574	898761	294562	1953557	549315	232572	-	6459124
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
TAL %	0,6	38,6	13,9	4,6	30,2	8,5	3,6	100,0	

nte: FIBGE - PNAD - 1985

) Indústrias de transformação, construção e outras atividades industriais.

) Prestação de serviços, serviços auxiliares da atividade econômica e outras atividades.

) Reproduzida de V. Caldeira Brant (org.) - São Paulo - trabalhar e viver, op. cit., p. 38.

ainda, em outras ocupações ficavam 12,5% dos grupos pesquisados[21].

Como o Brasil caía na pior recessão de sua história contemporânea entre 1979 e 1983, com grande impacto na região metropolitana de São Paulo, a repartição de renda entre os residentes revela tais efeitos ainda em 1986.[22]

Convém lembrar que a utilização do salário mínimo como base de cálculo é importante mas não apreende o seu poder de compra real, e para que este seja avaliado é preciso ainda deflacionar seu valor nos diferentes períodos, o que vai revelar sua grande depreciação.

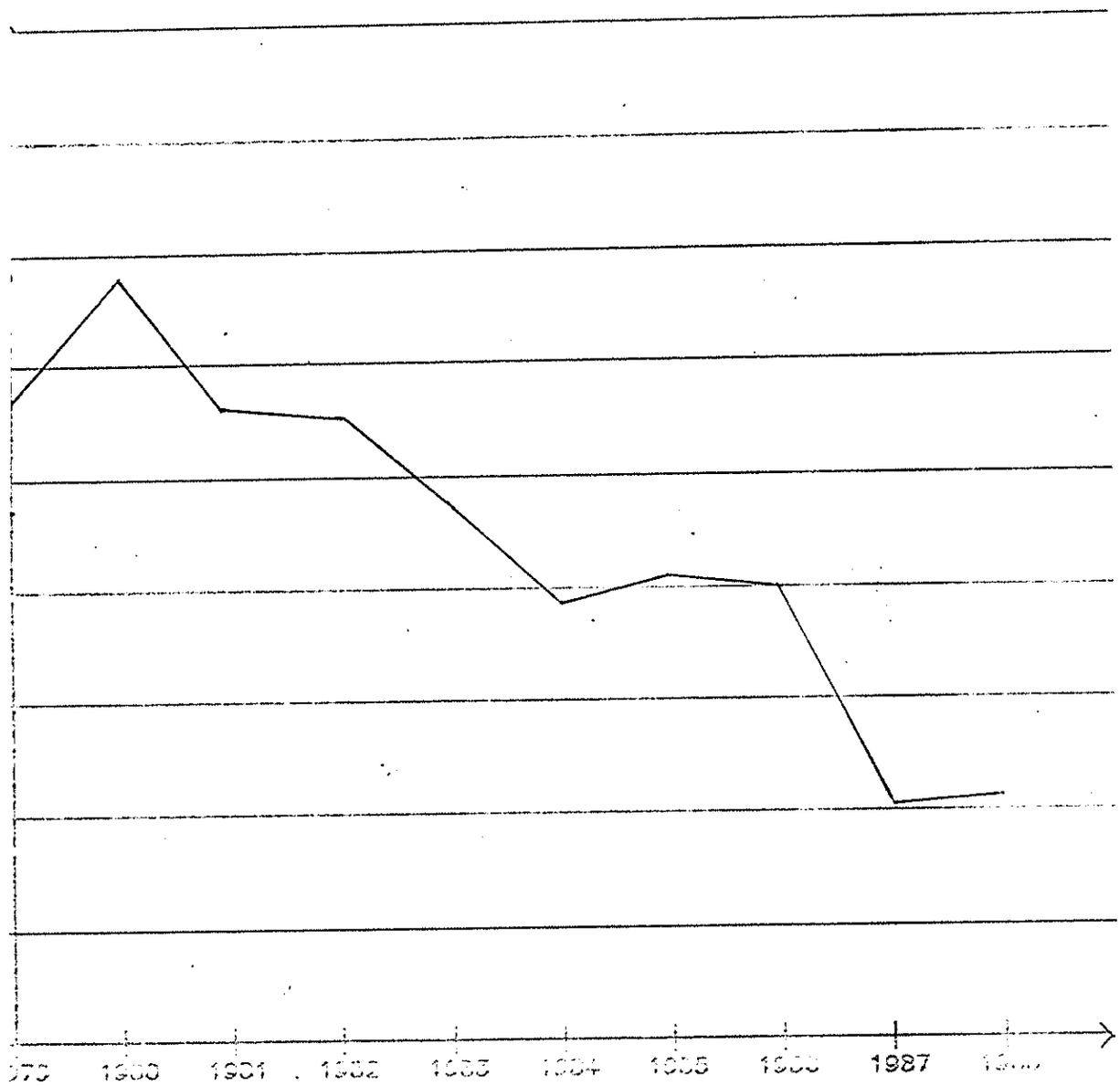
Como se depreende dos dados, se é significativa a proporção dos que ganham até cinco salários mínimos, mais relevante ainda é a piora das condições de vida pelo baixo poder real de compra dessa unidade de medida. Ainda pode-se adu-

---

(21) FIBGE, PNAD - 1986.

(22) FIBGE, PNAD, 1986 apud V. Caldeira Brant, op. cit., p. 46.
Na distribuição por sexo, os homens que apresentavam até um salário mínimo representavam 8,0% do total masculino, enquanto as mulheres na mesma faixa de remuneração eram 22,8% do total feminino. Na faixa de renda de 1 a 3 salários mínimos estavam 30,0% dos homens e 44,2% das mulheres. Ganhavam de 3 a 5 salários mínimos cerca de 25,0% dos trabalhadores homens e 16,5% das trabalhadoras. Dessa forma, a repartição para os homens indicava 63,0% na faixa até cinco salários mínimos, e para as mulheres a proporção era de 83,5%, evidenciando também a discriminação para com o trabalho feminino.
Nas faixas acima de cinco salários mínimos, os homens apresentavam 21,1% de 5 a 10 s.m. e 15,8% acima de dez salários mínimos, enquanto as mulheres apresentavam, respectivamente nas mesmas faixas, as cifras de 11,2% e 5,3%.

Gráfico 1
Valor Real do Salário Mínimo (25)
Brasil 1979 – 1988*



ntes: FIBGE – Anuário Estatístico do Brasil, 1986;
Conjuntura Econômica, fev 1989.
* 1966 = 100

3) Reproduzido de V.Caldeira Brant, op. cit., p.48.

zir nessa breve caracterização dos moradores da mais "rica" região do Brasil, a sua distribuição de renda, diferenciando-os por serem ou não contribuintes da Previdência Social. Em 1986, dos que contribuiam para a Previdência Social, cerca de 66% estavam na faixa de até 5 s.m., o que é ainda pior para os não contribuintes.(24)

Tabela 26

Repartição de Renda dos Ocupados Contribuintes e não Contribuintes da Previdência Social

Região Metropolitana de São Paulo (1986)

Renda (S.M.)	Contribuintes		Não Contribuintes	
	%	% Acum.	%	% Acum.
Até 1	5,0	5,0	28,0	28,0
1-2	17,7	22,7	27,1	55,1
2-3	18,0	40,7	14,0	69,1
3-5	25,1	65,8	18,2	87,3
mais de 5	34,2	100,0	12,7	100,0
TOTAL	100,0		100,0	

Fonte: FIBGE, PNAD - 1986 - Reproduzida de V. Caldeira Brant, op. cit., p. 55, com adaptações nossas.

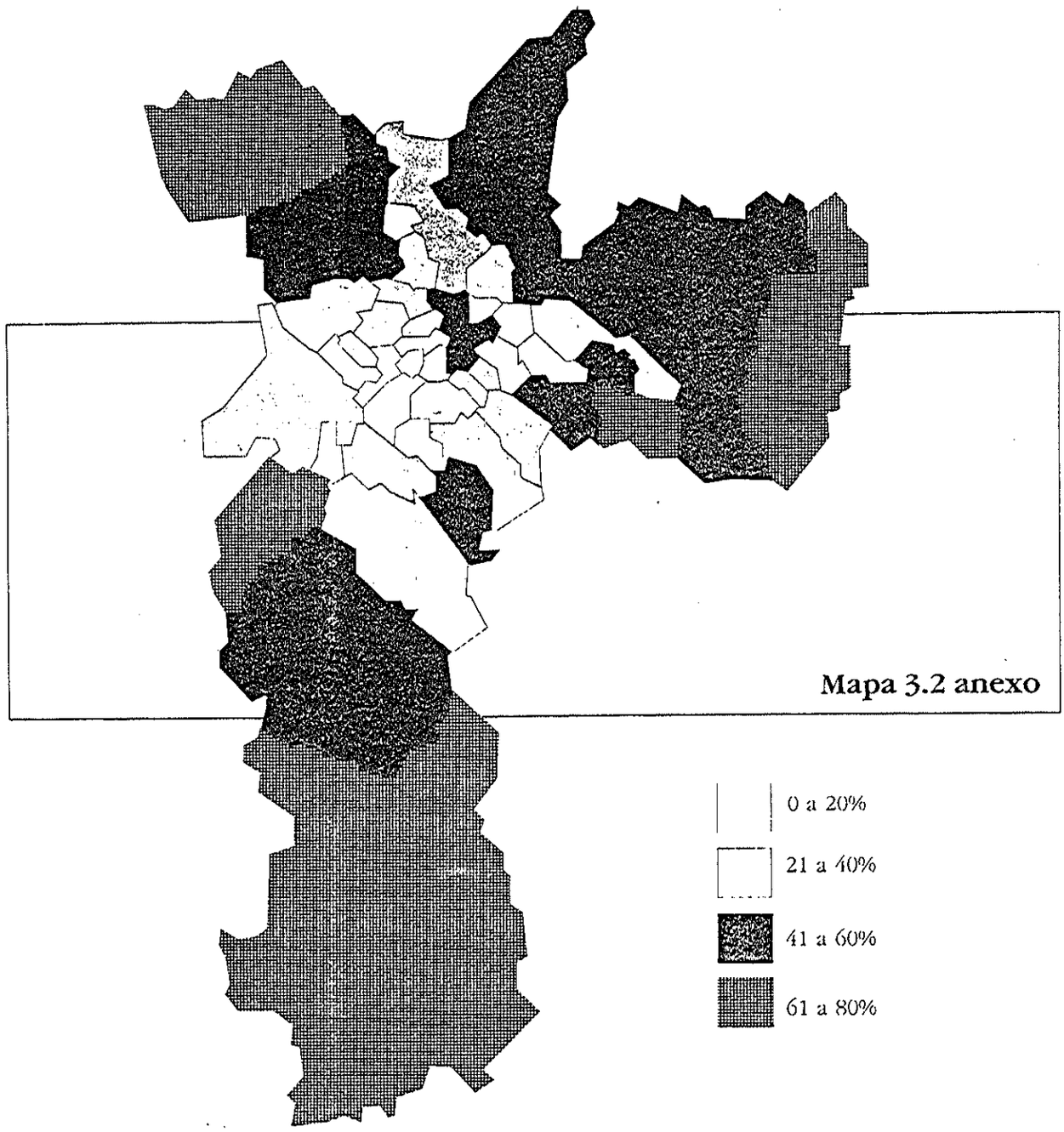
Como a capacidade de consumo da população se exerce pela estratégia dos agrupamentos familiares como recurso de sobrevivência (família como unidade de consumo), uma breve distribuição de renda familiar é necessária. Para 1986 os dados da PNAD se referem à renda domiciliar(25) e indicam a seguin-

(24) V. C. Brant, op. cit., p. 53.

(25) A renda domiciliar não coincide exatamente com a renda familiar uma vez que em cada domicílio existem às vezes mais de uma família. A PNAD de 1978 apurava, na Grande São Paulo a renda de 2959130 famílias e de 2777601 domicílios, dado a proporção de 1,06 famílias por domicílio.

MAPA 8

POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA: (0 A 8 SALÁRIOS MINÍMOS) EM 1987



M-8: Reproduzido de: São Paulo: Crise e Mudança, org. por R.Rolnik, L.Kowarick e N. Somek. SP,Brasiliense,1990.

te distribuição: as faixas de até cinco salários apresentam 36,7%; quase 12% dos domicílios apresenta rendimentos superiores aos vinte salários mínimos e os grupos residentes com renda entre dez e vinte salários mínimos chegam a 20,1% do total. A renda domiciliar mediana, no mesmo ano era de 7,1 sal. mínimos, enquanto em 1983 era de 5,14 salários mínimos (26).

Essas cifras devem ser analisadas com o devido cuidado, pois, se refletem as elevações do emprego e renda do trabalho ocorridas de 1983 a 1986, é preciso lembrar que o salário mínimo perdeu 5,8% de seu poder de compra. Além disso, as oscilações de renda familiar refletem também as diferentes estratégias familiares. "Acréscimos nos rendimentos podem significar a incorporação de mais membros da família ao emprego formal. Podem também ter sido obtidos através de biscates que completam o orçamento, com atividades no setor informal fora de casa ou de produção doméstica para uma freguesia de vizinhança. Podem ainda resultar de horas extras, cuja generalização e permanência têm acarretado o prolongamento sistemático das jornadas de trabalho. Além disso, há casos em que houve acréscimo de pessoas aos domicílios, em função da impossibilidade de membros da família continuarem em casa própria ou alugada.

> (...) "A luta pela sobrevivência da população trabalhadora tem passado por uma extensão de sacrifícios, com incorporação prematura de crianças e adolescentes à atividade produtiva, com a dupla ou tripla jornada de trabalho das mulheres, com o esgotamento físico dos empregados, sujeitos a jornadas de trabalho extensas".(27).

---

(26) PNAD, 1986, apud V.C. Brant, op. cit., pp. 56 e ss.

(27) V. Caldeira Brant, op. cit., p. 57.

5.3. - A situação habitacional na Capital de São Paulo: a segregação social

Um dos aspectos mais prementes nas condições de vida do trabalhador em São Paulo refere-se às precarias circunstâncias habitacionais. O crescimento da cidade, tão responsabilizado pela situação caótica da metrópole e pelas carências urbanas, acabaria por provocar várias tentativas de planejamento para "organizar a cidade". Como já visto, surgiram na década de 70 várias intervenções para "coibir os desenfreados" interesses privados setoriais, como o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado (1970), Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (1971), as Leis de Zoneamento e Parcelamento do Solo (1972), a Lei de Proteção dos Mananciais (1975), Lei do Zoneamento Industrial (1976) e ainda as tentativas do Plano Diretor para o Município, nas versões 1982, 1985 e em 1988 na gestão Jânio Quadros[28]; em 1991, nova proposta de Plano Diretor, na gestão Luiza Erundina. A questão habitacional ganha destaque, em especial, a precariedade de moradia, a questão dos loteamentos clandestinos, as periferias. Essas tentativas entretanto, ou ficaram "engavetadas" inócuas, ou resultaram sempre em políticas de segregação, afastando os pobres dos locais melhor servidos.

Apesar dos esforços da COHAB-SP na segunda metade dos anos 70, sua produção foi insuficiente e os instrumentos legais citados não conseguiram coibir os interesses especulativos. Entre 1970 e 1980, a taxa anual de crescimento da população metropolitana foi de 4,46%, cerca de um milhão e trezentos mil novos domicílios em dez anos[29].

A crise de habitação já era estimada, em 1985, como atingindo 55% da população do Município de São Paulo, composto por

---

(28) Ver Capítulo 4 deste trabalho.
(29) V. C. Brant, op. cit., p. 72 e ss.

5% de moradores em favelas, 28% de moradores em cortiços e 33% de casas precárias autoconstruídas de periferia[30]. Segundo esses cálculos haveria necessidade de cerca de 1 milhão e duzentas moradias, entre novas unidades e recuperação do estoque existente. Em 1989, a Secretaria Municipal da Habitação e Desenvolvimento Urbano, através de sua Superintendência de Habitação Popular (HABI). empreendeu diagnóstico da situação habitacional para efeito de elaboração de seu Programa de Ação Imediata (PAI - 1989). Estimou-se o déficit de um milhão de moradias, considerando os favelados, encortiçados e "ocupantes de glebas" de até cinco salários mínimos. Dele podem ser extraídos alguns pontos que ilustram nossas presentes colocações[31].

> "A demanda por moradia e acesso à cidade tem-se revelado em um quadro extremamente grave, motivado por um conjunto de causas já bastante conhecido. Dele, podem ser destacados alguns fatores trazidos pelo processo econômico nacional, como o aumento vertiginoso da população do Município, motivado não só pelo crescimento vegetativo, mas pelos processos migratórios, tão intensos nas últimas décadas e que são intra e interurbanos (interestaduais), por sua vez fruto das desigualdades regionais; a política salarial vigente, com níveis de renda incapazes de garantir condições mínimas de sobrevivência à maioria, agravados pelos índices inflacionários; as altas taxas de desemprego e mesmo subemprego; a propriedade privada da terra e aos valores do solo urbano adequado à moradia, excessivos para as possibilidades aquisitivas da parcela majoritária da população e ainda mais caros devido à especulação imobiliária; os altos preços dos materiais de construção, o aumento da rotatividade e expulsão de inquilinos, depois dos transtornos e indefinições com a questão locativa, e assim por diante. Acresce-se a isso a falta de uma política habitacional realmente social no Brasil, pois até agora tem prevalecido seu caráter restritivo e seletivo - via Sistema Financeiro da Habitação (SFH) - com seus mecanismos bancários que não têm a elasticidade requerida para absorver a demanda existente". (32)

---

(30) Plano Diretor do Município de São Paulo - SEMPLA - 1985 - Diagnóstico da Situação Habitacional. Os dados são baseados para favelas, na então FABES; cortiços e casas precárias, estimativas SEMPLA.

(31) Maura P. Véras e outros - Diagnóstico da Situação Habitacional em São Paulo - PAI. Habi-SEHAB, S. Paulo, 1989 (mimeo).

(32) Idem, ibidem.

Reconhece a mesma fonte que:

> (...) "o déficit habitacional foi se agravando nos vinte e dois anos de Banco Nacional da Habitação - BNH; a população de baixa renda (até cinco salários mínimos, e especialmente até três salários mínimos) acabou se marginalizando cada vez mais dos programas oficiais, pois embora representasse cerca de 80% da população do país, recebeu apenas 8% dos recursos do SFH. Com a extinção do BNH, o setor habitacional continua incapaz de resgatar a dívida social acumulada nesse campo".
>
> "Desse panorama, cujas causas escapam ao âmbito de uma atuação municipal, resulta em São Paulo o agu çamento da crise habitacional, em um desdobrar de manifestações, sendo as mais conhecidas as "situações habitacionais problemas" - favelas, habitações precárias de aluguel, incluindo os cortiços, casas precárias autoconstruídas, loteamentos clandestinos, moradores de rua, de baixos de viadutos, pontes, marquises e até túmulos. Os movimentos sociais, surgidos nas últimas décadas, têm reivindicado basicamente a posse da terra e a obtenção de equipamentos urbanos coletivos e assim, o acesso à moradia e à cidade, constituindo significativo componente do quadro habitacional do município" (33).

São também importantes elementos para esse diagnóstico as ocupações de áreas públicas e particulares que têm acontecido frequentemente na cidade, compostos de inquilinos despejados, favelados e outros e que promovem assentamentos precários e de difícil regularização no que tange à propriedade.

A atuação do Poder Público portanto voltou-se prioritariamente para as faixas da população que não apresentavam níveis de renda capazes de fazê-las consumir padrões adequados de habitabilidade, e que foram denominadas, na ótica política habitacional vigente como segmento "popular" no mercado, ou de "interesse social", ou seja, aqueles que auferem até cinco salários mínimos de renda mensal.

A seleção dessas faixas como prioritárias para a intervenção pública, decorre do reconhecimento que a responsabilidade

(33) Idem,ibidem. Verificar também Maura P. B. Véras: "Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI" in Revista São Paulo em Perspectiva, S.P., Fundação SEADE - Ano I, nº1, 1987 - pp. 40-58.

do Poder Municipal se dirige aquelas situações de fato que penalizam os estratos de renda mais baixa, configurando situações de emergência - abrigos, alojamentos precários, desprovidos de condições urbanas ou ainda, soluções espoliativas e custosas aos orçamentos familiares, prejudicando o atendimento de outras necessidades básicas de sobrevivência (34).

> "Dessa maneira é que se deve entender a demanda habitacional do Município, qualificando e especificando os vários tipos de benefícios que o poder público deve prover no sentido de propiciar habitação aos cidadãos, de acordo com a caracterização de cada situação sócio-habitacional e não apenas genericamente apontando o número de demandantes".

5.3.1 - Carências Habitacionais do Município de S. Paulo

A carência habitacional (35) decorrente de alguma precariedade parece estar definida socialmente quando ocorrem situações da seguinte ordem (fatores isolados ou combinados entre si): Famílias conviventes (coabitação involuntária no mesmo domicílio); aluguel proporcionalmente ultrapassando limites previstos da renda familiar e prejudicando o consumo de

---

(34) De acordo com a Pesquisa Origem-Destino - 1987 (Cia. do Metropolitano de S. Paulo) houve queda do poder real do salário mínimo em 60% durante 1977 a 1987. Resulta disso que as faixas mais carenciadas situam-se até oito salários mínimos e não apenas até cinco sal. mínimos como em 1977. O muncípio de S. Paulo apresenta 45% de sua população nessa faixa em 1987.

(35) Na identificação das carências habitacionais é necessário associar alguma convenção sobre padrões mínimos de habitabilidade, pois que esses patamares indicariam parâmetros abaixo dos quais os fatos encontrados sugeririam "deficits" ou demandas. Contudo, para convencionar tais parâmetros, depende-se quer dos diversos saberes técnicos quanto de padrões culturais que, não só variam de país para país, região para região, quanto são informalmente construídos na vida cotidiana. Como são histórica e socialmente determinados, não há um claro divisor sobre qual seja o limite da adequação ou inadequação habitacional. Cabe-nos, pois, apontar um "continuum" de situações-problemas partindo das mais graves, de acordo com padrões medianamente aceitos no contexto considerado.

outros ítens como alimentação, educação, transporte, etc; situação fundiária não regularizada: ocupação "ilegal" da terra, podendo ocasionar remoções e expulsões do abrigo aí instalado e consequentemente a perda de benefícios de localização (ruptura da rede de relações sociais, proximidade de serviços e trabalhos, etc.); localização inadequada da unidade habitacional em terrenos impróprios em termos de segurança física, colocando em risco a existência dos moradores e podendo também ocasionar remoções e suas consequências no âmbito dos benefícios de localização; localização inadequada em termos do acesso aos serviços públicos e equipamentos sociais e transporte; construção de unidades habitacionais com materiais inadequados - domicílios rústicos; unidades habitacionais queapresentam índices altos de densidade (mais de três pessoas por cômodo) não dispondo de equipamentos hidráulicos e sanitários em número suficiente; inadequação de assentamentos em termos da implantação no lote, sem respeito ao traçado viário e infraestrutura ou em áreas destinadas a cumprir outras funções urbanas e assim por diante.

> "Como essas situações habitacionais não foram ainda estudadas, no seu conjunto, a ponto de permitirem estimativas seguras no sentido de indicar déficits e/ou demandas habitacionais para o Município como um todo, pode-se discutir critérios e metodologias e indicar algumas ordens de grandeza, algumas aproximações às magnitudes das carências de moradia em função das atuais diretrizes de intervenção.
>
> Segundo o Censo Demográfico (1980), o Município de São Paulo apresentava por volta de 765 mil famílias necessitando de atendimento habitacional, o que representava 37% das famílias residentes na Capital. Essa ordem de grandeza reunia os domicilios rústicos e improvisados (1,5% do total, cômodos e quartos (3,2% do total), famílias em estado de coabitação (9,0%), segmentos esses de extrema precariedade e importando em quase trezentas mil famílias. Somavam-se a esses, os moradores

> de domicílios alugados para aqueles de até cinco salários mínimos (18,8% do total de domicílios) e os cedidos para essas mesmas faixas de renda (4,0%) (36).
>
> Ainda nesse ano, a mesma fonte apresentava a seguinte distribuição de renda mensal domiciliar: 0,66% não tinham rendimento; 10,35% apresentavam até dois salários mínimos; 33,80% de mais de dois a cinco salários mínimos e 28,9% com renda domiciliar de 5 a 10 salários mínimos. Acima de 10 salários mínimos estavam 26,26% dos domicílios. Há noanos atrás pois, os domicílios particulares com renda mensal familiar até cinco salários mínimos chegavam a 44,8% dos domicílios da cidade representando 905.151 domicílios". (37)

Os estudos da pesquisa OD-87[38] mostram que 45% da população do município ganhavam até oito salários mínimos mensais, 25,5% ganhavam de 8 a 15 salários mínimos e acima desse patamar estavam 10,4%. A média dos rendimentos era de 12,85 salários mínimos e apesar dessa marca, quase metade estão nos estratos mais baixos de renda.

---

(36) Censo Demográfico para o Município de São Paulo-FIBGE; segundo essa fonte, a população da Capital seria de 8.331.880 pessoas, com 2.172.715 famílias e 2.062.164 domicílios. A demanda aqui estimada seria de 765.054 domicílios, composta de 195.614 famílias conviventes, 31.596 domicílios rústicos, 66.131 moradores de cômodos, 388.493 domicílios alugados para até cinco salários mínimos e 13.220 cedidos para baixa renda. Como domicílios particulares permanentes, estão incluídas as famílias conviventes até o número de três, deixando de constatar uma das formas de coabitação involuntária no domicílio coletivo, como o caso de cômodos de cortiços pequenos (até três cômodos) - Definições operacionais - Censo Demográfico - FIBGE.

(37) FIBGE - CDDI-GEDIS/SGI - Tabulações Especiais em São Paulo - Secretaria da Habitação - Companhia Desenvolvimento Habitacional São Paulo Perfil da Habitação de Aluguel no Município de São Paulo 1970-1980 - abril de 88. O total de domicílios considerado foi de 2.019.797 casos, eliminados aqueles sem declaração.

(38) Secretaria Municipal de Planejamento - Distribuição Espacial da População e das Atividades - 1990, mímeo.

Agravaram-se as situações habitacionais-problemas em especial a representada pelas favelas, estimada para 1987 como representando 7,7% da população total do Município (39) pelos ocupantes de glebas na cidade toda (cadastrando-se mais de 50 mil famílias demandantes de moradias nos vários movimentos urbanos só no ano de 1987 importando 2% da população da cidade (40), e pela instabilidade ocorrida nas situações de aluguel, especialmente para o caso das habitações precárias para a população de baixa renda, submetida às mesmas oscilações que a questão locativa na última conjuntura impôs a todos os locatários. Dessa forma, aos inquilinos dos cortiços (habitações precárias coletivas de aluguel), que viviam há muito tempo sua penúria habitacional, somaram-se outros locatários, "expulsos" ou despejados de moradias alugadas após a descabida alta dos valores dos aluguéis desde o Plano Cruzado (41).

Na ausência de estimativas específicas e corretas sobra a magnitude da população encortiçada, conservamo-la na proporção de 28% da população total do Município (cerca de 88 mil imóveis, com base em 1987 e cerca de 820 mil famílias, quase três milhões de pessoas), enquanto as moradias alugadas para as faixas de população até cinco salários mínimos representavam quase 20% dos domicílios da cidade, aproximadamente 403 mil habitações em 1980 (42).

---

(39) São Paulo, Cidade: Secretaria da Habitação - Superintendência HABI-1 Censo de Favelas 1987.

(40) São Paulo, Estado - Secretaria da Habitação - CDH-DDS - Total de cadastros realizados entre abril a dezembro de 1987.

(41) Cf. Maura P.B. Véras - "Os impasses da crise habitacional ...", op. cit.

(42) Censo Demográfico 1980 - apud Perfil da Habitação de Aluguel no Município de São Paulo - op. cit. (1988)

> "Pode-se caracterizar como demanda prioritária emergencial, aquela constituída pelas faixas de renda até três salários mínimos de referência, ou seja, aqueles que não apresentam renda suficiente para adquirir qualquer moradia, mesmo que fortemente subsidiada. Estão incluídos os favelados, "abrigados ou nômades", famílias residentes em habitações precárias de aluguel - cortiços, ocupantes de glebas da cidade. Para esses demandantes, os benefícios procurados referem-se à regularização fundiária, implantação de infraestrutura urbana, à melhoria das condições habitacionais (urbanização de favelas, melhoria para prevenção e redução de riscos e consequentes remoções (parciais ou totais), previsão de terra (lote urbanizado) e unidade habitacional de baixo custo (incompleta, tipo embrião) com eventual assistência técnica e financiamento de material de construção. Compõem-se o quadro mais grave da precariedade habitacional, como demanda de reposição".

> "A essa faixa, prioritária, pode ser acrescida a parcela dos demandantes representada por aqueles que auferem até cinco salários mínimos, que se candidatariam a programas de provisão de terra e moradia (habitação acabada), que são os inquilinos de baixa renda, encortiçados e favelados e que podem consumir com valores mais altos e financiamento (demanda contingencial). Como demanda manifesta, a partir dos movimentos sociais, o inventário dos demandantes se completa. Acima de cinco salários mínimos, há mercado e demandantes para habitação popular, mas não configuram situação prioritária a ser enfrentada pelo Poder Público Municipal, podendo viabilizar-se através de normas do Sistema Financeiro da Habitação " (43)

No que tange às favelas, já é conhecido que se situam prioritariamente nas regiões intermediárias e periféricas, dada a escassez de áreas vazias nas regiões centrais. Cerca de 50% da população favelada concentra-se na zona sul da cidade, distribuída em quase mil favelas (o total delas no Município é 1592), dando-se o maior incremento nas regionais de Campo Limpo, Santo Amaro, Vila Mariana, Freguesia do Ó. Tal aglomeração parece ter se acentuado com o crescimento do parque industrial no vetor sul-sudeste do municí-

---

(43) Maura P.B. Vêras et allii - Diagnóstico da Situação Habitacional - op. cit. pp. 4/8.

pio, pela oferta de empregos na construção civil ao longo dessa região, além da "oferta" de terras vagas que se encontram nas áreas de proteção aos mananciais. Essas terras, já ocupadas em grande parte de forma irregular com loteamentos clandestinos, evidenciam a falta de controle do uso do solo urbano.

A questão locativa por sua vez não tem sido tratada convenientemente, recebendo críticas de inquilinos e proprietários.

O mercado tem registrado como crise dos aluguéis a defasagem entre aluguéis antigos e a subida dos novos, motivada pela escassez da oferta. Essa, por sua vez, é produto do desestímulo da construção para a locação, apontando-se a intervenção do poder público como nociva,pois congelamentos e leis restritivas, que surgem como medidas sociais de grande impacto político e que são colocadas em momentos de contenção salarial, acabam por retrair a oferta. A intervenção que parecia benéfica, de imediato, do ponto de vista da população,com a falta de medidas complementares para ampliar a oferta, acaba por gerar crise maior ainda.

Do ponto de vista dos inquilinos, a questão dos aluguéis se coloca como necessitando rigorosa intervenção, pois os índices de reajustes dos aluguéis antigos são geralmente superiores aos da política salarial, e são necessárias medidas que regulem os novos aluguéis. Dada a escassez de imóveis disponíveis, as novas locações têm procurado "compensar" o que parece baixa remuneração provinda dos antigos aluguéis. As aplicações no mercado financeiro têm desviado os investimentos que seriam aplicados no setor de construção, o que provoca um déficit crônico de habitação de aluguel.

É claro que a questão da habitação de aluguel atinge estratos da população bem mais amplos que os de baixa renda, dizendo-se também afeta a "classe média". Os estratos médios, por sua vez, acabam avançando sobre as habitações populares, e expulsam os de baixa renda para situações mais precárias. No caso dos segmentos de baixa renda, incapazes de alugar habitações adequadas — ou delas expulsos por escassez de oferta, pelas exigências de estabilidade de emprego e de renda,pela seleção por presença ou não de fiadores, apresentação de fichas cadastrais favoráveis etc. — acabam por procurarem habitações cada vez mais acessíveis, entre elas, o cortiço.

Dessa forma, a situação aluguel se apresenta como um dos indicadores de precariedade habitacional, quer esteja referida à localização na favela, ao cômodo de cortiço(nas várias modalidades) ou à casa autoconstruída de periferia.

Do conjunto de domicílios particulares permanentes do Município de São Paulo, o subconjunto representado pelos domicílios alugados (40,0% do total de domicílios),apresentava-se, em 1980[44] como o pior remunerado, em termos de renda mensal domiciliar. De fato, enquanto 44,8% dos domicílios da capital estavam com até cinco salários mínimos de renda mensal domiciliar, os domicílios alugados apresentavam para a mesma faixa de renda a proporção de 48,86%. Se considerarmos a distribuição até 10 salários mínimos, a desvantagem se acentua: havia 73,7% de domicílios de São Paulo com renda mensal até 10 salários mínimos, no ano de 1980, enquanto 79,2% das moradias alugadas se encontravam nessas faixas de rendimentos[45].

---

(44) São Paulo,Estado - Secretaria da Habitação e CDH - Companhia de Desenvolvimento Habitacional: Perfil da Habitação de Aluguel em São Paulo. S.P., abril 1988. Fonte: FIBGE - Censo 1980 - Tabulações Especiais,p.17 e ss.

(45) Trata-se de renda domiciliar e não familiar. Dada a grande frequência de domicílios ocupados por uma só família, pode-se aproximar como coincidentes, mas não são idênticos.

Observou-se que, naquele ano, cerca de 68% dos domicílios alugados tinham até quatro cômodos (pelos critérios da Fundação IBGE referem-se a quartos, sala, cozinha ou banheiro) sendo a maior frequência a dos com até três cômodos (24,63%). Com um cômodo (8,48%) e dois cômodos (14,32%) perfazem-se 22,8% do total. De acordo com isso, parece que a estratégia de morar em cômodos em áreas centrais e/ou providas de transporte e próximos aos locais de emprego, está se tornando cada vez mais frequente em São Paulo, pois as favelas estão se periferizando e a casa própria nos loteamentos das franjas do tecido urbano torna-se cada dia mais difícil.

O percentual de imóveis alugados de um só cômodo, aumentou da década de 1970 para 1980 em mais de 150%, chegando a quase 70 mil imóveis nesse último ano (localizados nas áreas centrais, intermediárias e periféricas, da Sé a Santo Amaro), mas não temos condições de afirmar se se trata do processo de encortiçamento, pois as definições operacionais da FIBGE não permitem inferências desse teor (46). Sabe-se, contudo, da pressão da demanda para esse tipo de domicílio, e a consequente subdivisão de domicílios de aluguel, como forma de recomposição de rendas dos locadores (e proprietários) de imóveis.

Os valores médios de aluguel (em sal. mínimo) para o conjunto dos imóveis eram de 1,235 S.M., enquanto para os domicílios de um cômodo estavam em 0,467 sal.mín., chegando a 1,130 sal. mín. para as moradias de 4 cômodos e subindo daí em diante.

---

(46) Não se sabe com certeza se os domicílios alugados, de um cômodo, enquanto parte do subconjunto de domicílios particulares permanentes referem-se a cômodos de habitações coletivas precárias de aluguel, o cortiço, cuja unidade típica é o cômodo ocupado pelo inquilino. As definições operacionais da FIBGE, referem-se até 3 famílias coabitando nos domicílios particulares e só consideram domicílios coletivos para outras modalidades como hotéis, asilos etc.

De acordo com dados do DIEESE, a queda do poder aquisitivo dos salários se acentua progressivamente, pois em 1970 o custo da ração alimentar essencial equivalia a 43,84% do salário mínimo passando a 65,62% em 1980; isso indica a queda do poder de consumo de outros ítens necessários à sobrevivência, entre eles a habitação, para grandes faixas da população(47).

5.3.2 - Habitação coletiva precária de aluguel - cortiços

Como visto, os cortiços que compõem a pobreza urbana desde os primórdios da industrialização nos finais do século passado, são frequentes no Brás, em São Paulo. Presentemente essa forma de habitação popular apresenta-se em um desdobrar de manifestações diferentes, que abrangem, desde diversos tipos arquitetônicos de imóveis, com específicas características construtivas, seus usos, formas de gestão e exploração, situação de localização na cidade, bem como as condições sócio-econômicas de seus moradores. Dessa forma, uma conceituação adequada do que é o cortiço, torna-se fundamental, não mais como designação genérica de diversos tipos de habitação coletiva precária.O traço essencial é o caráter coletivo, mas com coabitação involuntária de várias famílias ou de indivíduos sós ou ainda grupos de residentes que se associam para fazer frente aos custos de moradia e que ocupam cômodos alugados. Existem, pois, várias edificações no mesmo lote ou subdivisão de cômodos na mesma edificação, de modo que o adensamento, o congestionamento, a convivência de muitos grupos de habitantes no mesmo domicílio, configurem a precariedade habitacional, evidenciada ainda pela insuficiência de equipamentos hidráulicos e sanitários (falta de banheiros em número suficiente, pontos de água e pias, lavatórios, cozinhas), além de nenhuma

(47) Boletim DIEESE - Ano VII - Janeiro de 1988, p. 52.

privacidade, falta de ventilação e insolação adequadas etc.

Esse caráter coletivo de cômodos (um ou dois) alugados a diferentes grupos conviventes, atualmente se revela sob diferentes formas além dos conhecidos casarões deteriorados de regiões centrais ou suas vilas de cômodos, passando para bairros com transformação de uso, em que muitas residências de padrão médio ou alto se adaptam ao novo uso coletivo, subdividindo-se, adensando-se; alcançam prédios de quitinetes encortiçadas, prédios eles mesmos encortiçados nos seus espaços comuns, vilas construídas para esse fim nos bairros do chamado anel intermediário e na periferia, os cortiços de quintais. O eixo principal das explicações para tal modalidade de moradia está no processo histórico de urbanização da cidade, nas formas de apropriação do espaço urbano pelas diferentes classes sociais. Os processos de formação de ocupação das áreas, as suas transformações de uso vão se modificando ao longo do tempo pelo processo de valorização ou desvalorização imobiliária. Assim, os tipos, usos e padrões das edificações são sintomas dessa regionalização e especialização do poder aquisitivo das faixas de população que podem ocupá-las. O Brás como Bairro próximo a ferrovias, região de várzeas, foi ocupado originalmente por indústrias e cortiços e habitações populares. Outros bairros, originalmente de estratos altos ou médios de população, com o tempo foram-se transformando, sendo os cortiços ao mesmo tempo reflexo dessa "deterioração" e indutores desse processo (ex.: Campos Elíseos, Liberdade). As regiões intermediárias e as periféricas vão sofrendo impacto da demanda, também adensando suas habitações. Assim, há cortiços concebidos para tal uso e outros adaptados em imóveis edificados para outros usos. As formas de casarão, vilas, pateos, quintais, devem ser somadas às "pensões", prédios, as quitinetes

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO BIBLIOTECA MONTE ALEGRE

e assim por diante. Até galpões, barracões são envolvidos nessa procura de moradia.

De qualquer modo, o cortiço nas suas várias formas se distribui pela cidade toda, combinando a oferta de imóveis considerados "desinteressantes" para outro uso pela especulação imobiliária em determinados locais, com a procura representada por faixas da população com renda insuficiente para consumir moradia de melhor qualidade.

Do ângulo da população, uma conjugação de causas explica a estratégia do cortiço: seu perfil sócio-econômico, baixos níveis de escolaridade, com 80% deles auferindo até 4 salários mínimos de renda familiar, mais da metade de 1 a 3 salários mínimos, seus níveis de qualificação provam que é um contingente heterogêneo composto predominantemente pelos ocupados no setor terciário; contudo há desde operários industriais até diaristas, subempregados, comerciários que, facultando-lhes adaptar-se ao mercado de trabalho da cidade toda, geralmente no entorno do cortiço, preferem economizar custos de transporte. A acessibilidade ao transporte coletivo é um dos traços definidores dos imóveis encortiçados. Mesmo quando situados em regiões periféricas, é nas suas porções mais urbanizadas que se situam. O mercado de habitações de aluguel faz exigências de renda, fiador, documentação pessoal que esses encortiçados não teriam condições de cumprir. São excluídos do mercado formal de locação e procuram combinar a necessidade de morar à economia de transporte: aí buscam locais de moradia próximos ao trabalho. Por outro lado, adequam-se ao mercado de trabalho do entorno do cortiço, já que o terciário é numeroso e difundido por toda a cidade. Muitas vezes o cortiço é um ponto de fixação na cidade mais estável que o emprego.

Noutras vezes, a estabilidade no trabalho (alguns bairros industriais, por ex.), exerce atração para o surgimento do cortiço nas imediações.

A moradia em cortiço custa ao seu inquilino por volta de até 50% de sua renda familiar, estando em média em cerca de 0,5 a 1,0 salário mínimo, o que indica o alto custo dessa precária moradia(48). Registra-se também que não há qualquer regularização jurídica dos contratos de locação, ficando o inquilino sujeito às arbitrariedades do locador ou seu presposto, e das pressões do mercado. O "despejo" — expulsão do morador pela alta dos aluguéis — é frequente. Os valores variam de bairro para bairro. Além do aluguel, os moradores pagam taxas de água e luz, que por sua vez, constituem forma adicional de exploração: como os inquilinos não têm acesso às contas reais das concessionárias, podem ser cobradas arbitrariamente pelos encarregados ou proprietários.

De acordo com pesquisas efetuadas, há cerca de 33,5 pessoas por imóvel encortiçado (mais numerosos na área central da cidade onde chegam às médias de 41 pessoas e menos na periferia) e o grupo residente (a maioria, familiar) é em média de 3,6 pessoas/cômodo. Com muitas famílias, em média de 10 a 12 por imóvel, os exploradores do cortiço lucram com este tipo de empreendimento(49).

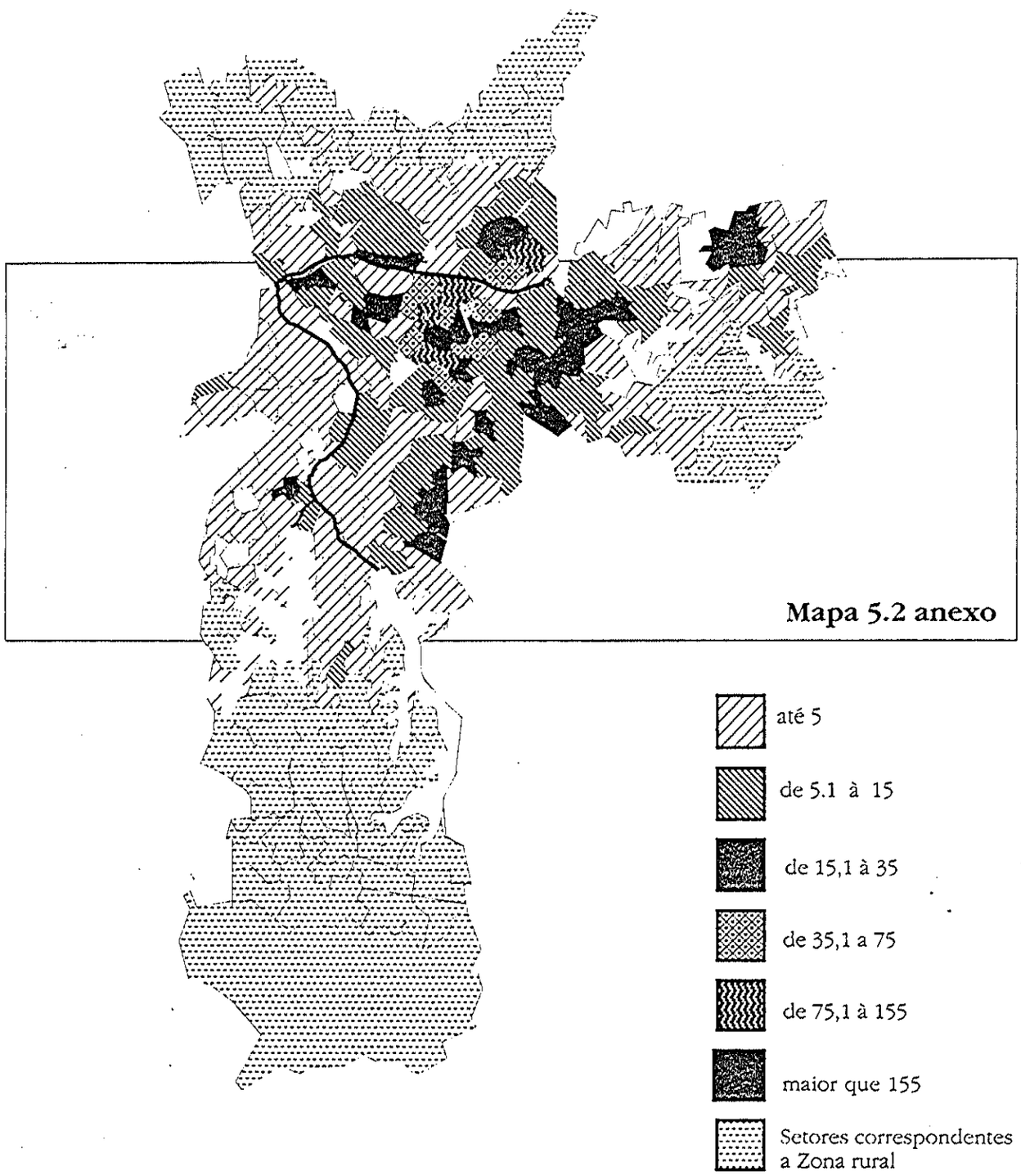
---

(48) São Paulo, cidade: Secretaria Municipal de Planejamento - Cortiços em em São Paulo: frente e verso. São Paulo, 1985. Nessa pesquisa se baseiam todos os dados relativos às características da população encortiçada.

(49) Idem, ibidem.

MAPA 9 M-9

DENSIDADE DE CORTIÇOS



M-9: Reproduzido de: São Paulo: Crise e Mudança, org. por R.Rolnik, L.Kowarick e N.Somek. SP,Brasiliense,1990.

Constituiu-se uma trama de relações na exploração do cortiço, variando muito com a localização urbana.A maioria deles é explorada pelo proprietário do imóvel, sobretudo nos bairros do chamado anel intermediário e periférico. Nas áreas centrais, é muito grande a presença de sublocadores, intermediários, encarregados e até imobiliárias.

Os níveis de salubridade são extremamente graves: há escassez de bacias sanitárias, chuveiros; os tanques são objeto de disputas, várias funções exercidas no mesmo cômodo.

Do ângulo de seus proprietários, há alguma heterogeneidade na situação de exploração e gestão dos imóveis: há aqueles que construíram para esse fim habitacional (casos dos quintais de porções do anel intermediário e periférico,de construção mais recente); outros adaptaram as edificações para esse fim; há casos de heranças etc. Alguns sublocam e procuram "ignorar" a atividade que lá se desenvolve; outros exploram diretamente e lá moram; alguns encarregam prepostos, administradores e até imobiliárias.

De maneira geral, o proprietário procura "ignorar" o aspecto legal do uso habitacional do imóvel, pois seu uso é ilegal — os códigos de lei desconhecem a existência dessa modalidade. O Código de Obras Artur Saboya (1929) já excluía o cortiço como alternativa, embora fizesse referência às formas similares como habitação múltipla da forma apartamento.

As relações com a legislação, pois, são ambíguas: o cortiço é viável desobedecendo a lei, e a lei o desconhece, pois sua realidade é desconforme com os dispositivos legais.

O proprietário não quer investir no imóvel — quer obter algum ganho, pois muitas vezes não tem capital para al-

terar seu uso, a área do imóvel pode não permitir outra utilização que a habitacional, não dispõe de capital e assim por diante).

Dessa maneira, a intervenção em cortiço torna-se bastante complexa, pois além da legislação (é propriedade particular com amparo legal sendo ilegal seu uso) há a preocupação de não expulsar os moradores, o que só faria piorar ainda mais a realidade habitacional do município.

Os cortiços que proliferam na cidade, são soluções clandestinas, que não adianta simplesmente proibir, porque representam um abrigo, ainda que precário, para muitos e continuariam a surgir independentemente de meras proibições normativas.

A intervenção nos cortiços pelo poder público até hoje foi reduzida. Até a década de 1950 ela ocorria a nível de legislação sanitária (as primeiras preocupações datando de 1875) temendo as epidemias e exigindo fiscalização.

Em 1983, o Plano Municipal de Habitação propunha-se a intervir, em experiências pontuais. A então FABES daria assistência aos moradores de determinados imóveis, com individualização das contas de água e luz; as tentativas de reformas físicas, para melhoria das condições de habitabilidade esbarraram em resistência ou desinteresse dos proprietários, havendo ainda, outras dificuldades. A ELETROPAULO mantém um programa de tarifa subsidiada, montando um Cadastro de Habitações Multifamiliares participantes do Programa de Desenvolvimento Social, pretendendo readequar e recadastrar as habitações a fim de modificar o faturamento da tarifa de energia elétrica, visando diminuir o ônus desse segmento do mercado. Como são os usuários que procuram a concessionária, o cadastro não reflete a

totalidade dos imóveis encortiçados. Em setembro de 1987, esse cadastro contava com 2.137 imóveis participantes, distribuídos por localidades-Eletropaulo, envolvendo uma população de 66 mil pessoas. Certo é que a concentração em algumas regiões, as centrais sobretudo, deve-se à divulgação do programa nas imediações dos cortiços cadastrados. A sua ausência no cadastro não significa inexistência de cortiços, mas a falta de divulgação do programa.

Na intervenção sobre os cortiços, de imediato duas abordagens se destacam: a) enfoque pontual, voltado ao caso de reforma para melhorias das condições de habitabilidade, assistência social e jurídica aos moradores, com individualização das contas de água e luz. Visa a reabilitação dos imóveis e assistência aos moradores, combinando vários níveis de intervenção. Configura-se como experiência-piloto, como para testar sua metodologia de atuação, devendo contar sobretudo, com movimentos organizados pela população[50]; b) enfoque urbanístico: abordagem mais global, considerando o contexto urbano em que se situam os cortiços, como por exemplo, nas áreas centrais, em porções ditas "deterioradas" ou estagnadas, onde há concentração de imóveis em apreço, se na periferia carente de recursos etc. Outros aspectos estão envolvidos aqui, além dos habitacionais.

Esses enfoques podem ocorrer acoplados, pois a intervenção pontual pode vir a ser etapa preparatória a uma in-

---

(50) Em 1989, HABI - Superintendência de Habitação Popular-SEHAB, lançou o programa Experiência-Piloto em dois imóveis encortiçados no Brás (Av. Celso Garcia). A Prefeitura desapropriou os imóveis e os cortiços do entorno, devendo ali ser construída habitação para as famílias cadastradas e as da vizinhança e também equipamentos como creches, lavanderias coletivas. De 1990 em diante, ampliou-se o número dessas experiências-piloto — Moóca, Pari — mas ainda experimentalmente.

tervenção mais abrangente, e mostram a necessidade do estabelecimento de uma política de intervenção nos cortiços,exigindo ação combinada entre vários órgãos públicos (Estado, Município e respectivos órgãos), podendo ser acoplados programas de preservação do patrimônio, de saúde pública etc., sempre tendo em vista a melhoria das condições de vida da população e nunca sua expulsão.

A Administração Municipal, como tratamento emergencial optou por experiências piloto para intervenção, procurando associar, do conjunto de imóveis aqueles com a organização de população às situações mais críticas das condições de habitabilidade e exploração dos inquilinos.

Quanto à magnitude do encortiçamento no Município, ainda carece de fontes e estimativas seguras e compatíveis.Em 1961, estimou-se que 18% da população da cidade morava em cortiços, concentrados nas áreas centrais de São Paulo(51). Em 1975, em pesquisa amostral a municipalidade estimava que 9,3% da população do Município morava em cortiços, utilizando um conceito com ênfase na caracterização física, o que restringiu sua identificação, mas apontou sua expansão pela cidade, nos anéis intermediários e periféricos. Em 1980, equipes de SEMPLA calcularam que as estimativas para encortiçados estariam por volta de 17,7% da população da capital.

Em 1983, o Plano Municipal de Habitação veio reconceituar a problemática do cortiço, indicando como suas características essenciais a habitação coletiva precária de aluguel, englobando a multiplicidade de manifestações dessa mo-

---

(51) Lagenest,Barruel - Os cortiços em São Paulo. Revista Anhembi, 1961.

dalidade do Município. Em 1985, para os diagnósticos habitacionais visando o Plano Diretor da cidade, SEMPLA apontou, com base nesses critérios, a ordem de 28% da população total da cidade morando em cortiços.

Usando como base os dados de 1987, a população encortiçada estaria por volta de três milhões de pessoas,distribuídas por 820 mil famílias e ocupando cerca de 88 mil imóveis, na cidade como um todo.

A habitação de aluguel, mesmo unifamiliar, apresenta grande precariedade, além da instabilidade da questão locativa, e das deficiências de moradia propriamente dita; existem dificuldades para estimativas, contudo.

Tentou-se espacializar os domicílios alugados em função de zonas e anéis ecológicos, agregando distritos e subdistritos[52] para permitir um panorama geral de locais de incidência de precariedade (QUADRO IV).

Como se percebe, os domicílios alugados se distribuem pela cidade toda, embora algumas zonas apresentem maior concentração, as regiões centrais e sudeste, por exemplo.

---

(52) Baseado nos trabalhos da Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. - EMPLASA apud São Paulo, Estado: Secretaria de Habitação e CDH - Perfil da Habitação de Aluguel no M.S.P. - 1970-1980, São Paulo, abril de 1988.

QUADRO IV- Número de Domicílios do Município de São Paulo por zonas e anéis ecológicos, por faixas de renda

ZONAS	DISTRITOS	Nº DE DOMICÍLIOS		FAIXAS DE RENDA DOS DOMICÍLIOS ALUGADOS (% Frequência Média)					ORDEM CLASS POR R DOMIC
		TOTAL	ALUGADOS	SEM RENDI/O	ATÉ 2 SM	+2 a 5 SM	+ 5 10 SM	+ DE 10 SM	ATÉ 5
Centro Histórico	Brás, Belenzinho, Catumbi, Sta. Ifigênia, Móoca, Pari, Barra Funda, Bom Retiro	4,1	6,5	0,36	8,15	30,47	34,44	26,58	7º (3
Centro Expandido	Lapa, Perdizes, Jd. Paulista, V. Mariana, Indianópolis, Sta. Cecília, Consolação, Liberdade, Aclimação, Jd. América, Pinheiros, C. César, B. Vista, V. Madalena	15,8	17,3	1,02	3,91	20,08	28,99	46,00	8º (2
Oeste	Butantã	3,6	2,6	0,27	9,92	38,08	30,17	21,57	5º (4
Sul	Sto. Amaro, Jabaquara, Capela do Socorro, Ibirapuera, Parelheiros	18,9	16,7	0,40	13,17	45,09	26,32	15,02	2º (5
Sudeste	V. Prudente, Saúde, Ipiranga, Alto da Móoca	13,3	13,7	0,19	7,28	37,21	35,20	20,13	6º (4
Leste I	Tatuapé, Ermelindo Matarazzo, V. Matilde, Penha de França, V. Formosa e Cangaíba.	12,8	12,3	0,23	10,17	43,19	37,67	13,55	3º (5
Leste II	S. Miguel Paulista, Itaim Paulista, Itaquera, Guaianazes	10,6	9,5	0,40	17,35	55,20	22,22	4,53	1º (7
Norte I	Pirituba, V. Jaguaré e Perus	3,3	2,7	0,33	11,55	46,77	30,83	10,52	2º (5
Norte II	Tucuruvi, Santana, N.S.ª do Ó, V. Maria, Brasilândia, Casa Verde, V. Guilherme, Limão, V. Nova Cachoeirinha.	17,7	18,6	0,25	9,77	41,64	32,93	15,39	4º (5
M.S.P.		100,0	100,0	0,42	9,70	38,73	30,40	20,25	
TOTAL	Nºs Abs.	(2.062.196)	(824.956)						

A distribuição da renda mensal dos moradores em domicílios alugados é mais desfavorável do que a distribuição para o total dos domicílios do município de São Paulo, o que se torna mais claro quando se aponta que nas faixas mais altas de renda (acima de 20 salários mínimos) apenas 23,8% dos domicílios eram alugados(53).

A Zona Leste (Leste II e Leste I) chama a atenção pela alta incidência de domicílios alugados com renda até cinco salários mínimos, bem como a região Sul e Norte, o que não pode ser ignorado quando da elaboração de programas habitacionais para essas faixas de população demandatária.

Percebe-se que para o Município como um todo havia cerca de 55% dos domicílios alugados na faixa até 1,0 S.M.(454.450 moradias), enquanto 30,8% estavam na faixa de aluguel de 1 a 2 salários mínimos e os aluguéis mais altos (acima de 2 salários mínimos), ocuparam 13,9% das moradias alugadas.

Na distribuição pelas zonas da cidade, verificou-se que a Zona Sul foi a que mais apresentou domicílios alugados com valores de aluguel até um salário mínimo, com 96.263 imóveis (21,18% do total do Município) seguida da Zona Norte II, com 19,9% dos imóveis alugados da cidade, a seguir, a região Leste (II e I), respectivamente com 15,39% e 14,42% do total do Município, ainda a Região Sudeste, apresentou 13,19%. Essas zonas perfazem 383.175 moradias alugadas. As zonas do Centro Expandido, Centro Histórico, Norte I e Oeste apresentam menores percentuais de valores de aluguel da faixa mais baixa

---

(53) Cf. Perfil de habitação de aluguel no MSP - 1980 - CDH - 1988,op.cit. com base nos dados do Censo Demográfico de 1980 - FIBGE.

(menos de um salário mínimo) no conjunto do Município,mas perfazem 72.275 domicílios alugados. Na faixa dos valores de aluguéis até 1,0 salários mínimos foram incluídos barracos de favelas, cômodos de cortiços e conjuntos de quarto-cozinha-banheiro ou dois quartos-cozinha e banheiro(54). No Centro Histórico, é entre os domicílios de 1 e 2 cômodos que se dá a maior frequência de valores de aluguéis até 1 salário mínimo, sugerindo a presença de imóveis encortiçados.

Os aluguéis mais caros para domicílios de 1 cômodo estavam no Centro Expandido (a média aí encontrada foi de 0,714 S.M.) e no Centro Histórico (média = 0,686 S.M.), o dobro do valor médio encontrado na Zona Norte I, por exemplo(0,3485 S.M.).

Uma outra tentativa para visualização do panorama geral da habitação alugada em São Paulo foi a distribuição da cidade em anéis ecológicos(55), combinando índices demográficos e condições sócio-econômicas da população (Quadro V).

Como se verifica, é nos anéis Exterior e Periférico que se encontram a maioria dos moradores e inquilinos de baixa renda. Os valores de aluguel também confirmam essa distribuição, pois a locação é também processo corrente na periferia. Assim, dos 545.450 imóveis alugados a valores até 1,0 S.M., 77% se encontravam nos anéis periférico e exterior. Essa população, muitas vezes não encontrando abrigo nos imóveis adensados do centro (cortiços, inclusive) procura a periferia, mesmo no padrão precário coletivo ou individual.

---

(54) FIBGE - 1980 - Perfil de Habitações de Aluguel - CDH - op. cit.

(55) O critério utilizado foi baseado em Suzana Pasternak Taschner - Habitação e Adensamento Urbano - SP, 1988,versão preliminar apud Perfil de Habitação de Aluguel - op. cit.

QUADRO V - Distribuição dos Domicílios Alugados por anéis e distritos por Renda Mensal e Porcentagem até cinco Salários Mínimos

ANÉIS	DISTRITOS	HAB/HA (1980)*	HAB/DOM. (1980)*	% DOMIC. ALUGADOS (**)	(SM) RENDA MENSAL DOMICÍLIOS ALUGADOS	FAIXA RENDA ATÉ 5 S.M.
Central	Bela Vista,C.César, Consolação,Liberdade, Sta.Cecília,Sta.Ifigênia e Sé.	246,00	3,21	56,6	10,89	31,65
Interior	Aclimação,B.Funda,Belenzinho,Bom Retiro, Brás,Cambuci,Jd.América,Jd.Paulista, Pari, Móoca,Perdizes,Pinheiros, V. Mariana.	121,99	3,73	46,3	12,44	27,90
Intermediário	Alto Móoca,Ibirapuera, Indianópolis,Ipiranga, Lapa,V.Guilherme, Penha,Saúde,V.Madalena, Tatuapé.	99,91	3,98	40,3	9,00	36,98
Exterior	Butantã,Cangaíba, Casa Verde,Jabaquara,Limão, N.S.do Ó,Pirituba,Santana,Tucuruvi,V.Formosa,V.Jaguara, V.Maria, V.Matilde,V. Nova Cachoeirinha,V.Prudente.	87,62	4,18	39,2	6,30	52,19
Periférico	Brasilândia,Sto.Amaro, Socorro,Erm.Matarazzo, Guaianazes, Itaquera, Jaraguá, Parelheiros, Perus, S.Miguel Pta. e Itaim Paulista.	30,20	4,46	35,1	4,99	68,13
Município de São Paulo	———	56,87	4,04	40,0	7,60	48,86

FONTES: (*) Suzana P. Taschner - op. cit.

(**) FIBGE - 1980 - Tabulações Especiais

Chegava a 70.000 o número de cômodos alugados e a 83.000 o número de domicílios cuja renda mensal era de no máximo 2 salários mínimos (até 5,0 S.M. o número de domicílios chega a 400.000). Nesse aspecto, os anéis Exterior e Periférico, e seus distritos, concentram a atenção dos interessados em oferecer alguma solução habitacional: 60,39% dos domicílios alugados do Município de São Paulo, 68,9% de cômodos alugados; 70,72% dos domicílios alugados até 4 cômodos; 84,68% de valores de aluguel até 0,5 S.M. e 77,67% dos valores até 1,0 S.M.; 75,60% dos domicílios alugados com renda até 2 S.M. e 73,2% dos domicílios com a renda até 5 S.M.(56).

Como tendências mais recentes, com base na pesquisa Gallup(57) em 1987, sabe-se que um terço da população paulistana vive em imóveis alugados, ou seja, 34% dos domicílios são alugados, 61% são próprios e 5% cedidos como moradia provisória. Esse contingente populacional vem sofrendo os percalços trazidos pela falta de definição no mercado de locação. Após o Plano Cruzado, foram verificados aumentos em torno de 300 a 500% nos valores dos aluguéis. As ações de despejo se multiplicaram, inclusive nos bairros considerados mais populares, (3,5 mil em 1985 para 28 mil em 1987) sobretudo para imóveis de 1 cômodo.

O setor habitacional como um todo carece de regulamentação e de uma política social, e vive uma crise de oferta. Além dos moradores de quitinetes, cômodos de quintal, as moradias precárias geralmente originadas do processo de autoconstrução, combinam a instabilidade da locação às insatisfatórias ca

---

(56) Os dados são do trabalho Perfil da Habitação de Aluguel no Município de São Paulo - CDH - 1988, p.64, com base no Censo Demográfico de 1980.

(57) Instituto Gallup - Pesquisa encomendada pelo Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo, 1987.

racterísticas construtivas e do ambiente urbano. O proprietário constrói cômodos em fundo de quintal para obter renda adicional geralmente em bairros periféricos e mal servidos de infraestrutura e equipamentos. A reprodução desse modelo e o seu adensamento é uma das modalidades do processo de encortiçamento da periferia. Essas casas, dificilmente são objeto de melhoria por parte de seu dono, pois a lógica mercantil faz com que transfira um provável investimento para outra casa para alugar, suplementando sua renda.

Já em 1977 a pesquisa origem-destino revelava que essas famílias com renda até 5 salários mínimos gastariam até 1/3 do seu orçamento com o ítem aluguel. A forma de locação predominante é por contrato particular, normalmente registrado em cartório, mas há também contratos verbais, de "confiança mútua" e raros casos de contrato por via de imobiliárias.Tal forma de locação, quase informal, não oferece respaldo legal ao locatário e proporciona a exploração por parte do proprietário,o que determina, em regra, o aumento dos valores do aluguel e a consequente desocupação do imóvel.

De maneira geral, pois, os inquilinos que ocupam habitações precárias, congestionadas ou cujos aluguéis ultrapassam o peso razoável no seu orçamento,constituem a demanda emergencial.

Devem ser somados ainda à demanda de habitação os ocupantes de glebas do Município, estimados em quase 2% dos moradores de São Paulo em 1987, provenientes de favelas que sofrem enchentes, desabamentos, e inquilinos despejados(58).

Os levantamentos feitos sobre as carências habitacionais do Município, embora aproximados, permitem apontar uma demanda de novas habitações para cerca de 40% da população total do Município de São Paulo, ou seja, para o total de habitantes,

(58) Maura Véras - Os impasses da crise habitacional em São Paulo, op.cit.

calculado em 10.554.106 pessoas em 1987, cerca de quatro milhões delas necessitariam de atendimento só na faixa até cinco salários mínimos de renda familiar. O déficit se configuraria em uma ordem de grandeza de um milhão de moradias para a baixa renda. Se considerarmos os demandantes de renda familiar acima de 5 salários mínimos o déficit chega a 1.500.000 moradias.

Na avaliação da desigualdade social na apropriação do espaço urbano, a maioria dos textos enfatiza a existência das periferias como sintoma das políticas de segregação do uso do solo. Contudo, como vimos, as regiões centrais da cidade abrigam também porções "deterioradas", espaços segregados, especialmente no caso das habitações coletivas precárias de aluguel, os cortiços.

Nas áreas geralmente próximas a rios, ou baixadas inundáveis, ao lado de ferrovias, rodovias, indústrias ou mesmo comércio atacadista, as camadas de renda média e alta se afastam, desestimuladas pelo desconforto que dificulta a função residencial e novos moradores, mais pobres, se acomodam no estoque desocupado, adensando, via de regra, as moradias existentes. É o caso dos casarões subdivididos e ocupados por cortiços, das cabeças de porco, dos quitinetes encortiçados e assim por diante.

O bairro do Brás ilustra essa tendência de abrigo da força de trabalho nas precárias moradias de aluguel, unifamiliares ou coletivas.

Como vimos (Quadro IV) o Brás se situa no chamado Centro Histórico, onde cerca de 40% de seus domicílios apresentam renda até cinco salários mínimos, o sétimo lugar na ordem de classificação do Município nesse aspecto.

Outra classificação enquadra o Brás no Anel Interior, subdivisão da área central, como foi definida pela Secretaria de Economia e Planejamento em 1970[59] e pelo Plano Diretor do Município em 1985[60]. Para entender a inserção do Brás no conjunto do município e da região metropolitana, deve-se analisar seu enquadramento nos diferentes planos existentes para a capital e análises da respectiva estrutura urbana da capital.

5.4. A estrutura urbana de São Paulo e a inserção do Brás nos anos 80

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São Paulo (PDDI - 1982), que se concebia como um "plano estratégico de desenvolvimento da cidade,(...) fixadas diretrizes para o comportamento urbano do setor privado e do setor público[61] referia-se ao processo global de produção, apropriação e consumo do espaço urbano, abrangendo os imóveis e equipamentos coletivos que o constituem. Tal processo era encarado como determinando o quadro material de vida para a população e as condições gerais de desenvolvimento do sistema produtivo realizando-se "materialmente em um sítio geográfico determinado e é condicionado pela estrutura física assumida pela aglomeração urbana ao longo da história da cidade."[62] O

---

(59) São Paulo, Estado - Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Análise de Dados - Município de São Paulo: Condições de saúde e sua interrelação com fatores sócio-econômicos.

(60) São Paulo, Município: Secretaria Municipal de Planejamento. Plano Diretor para o Município de São Paulo - 1985.

(61) São Paulo, Cidade: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI dezembro - 1982. Secretaria Municipal de Planejamento-SEMPLA, p. 3.

(62) Idem, ibidem, p. 7.

Plano se revelava consistente, explicitando seus pressupostos sócio-econômicos (quanto ao crescimento da população, crescimento do emprego, renda familiar), objetivos e diretrizes gerais e específicos e na caracterização da estrutura urbana básica do Município dizia: "espaço continuamente urbanizado que mantém sua unidade em termos de sistema de infraestruturas, mercado imobiliário e complementariedade de ambientes urbanos, e sustenta a unidade funcional da cidade que lhe permite constituir um único mercado de trabalho e um sistema de atividades econômicas e sociais interdependentes"(63). Os compartimentos de urbanização considerados foram Área Central, Área Intermediária e Área Periférica. Além disso, estabelecia vetores de urbanização em oito direções a partir da área central, segundo as direções dos eixos principais de transportes, em caráter radioconcêntrico (nordeste, leste, sudeste, sul, sudoeste, oeste, noroeste e norte).

O Brás fazia parte da área central (com Sé, Consolação, Bela Vista, Luz, Bom Retiro, Santa Cecília, Higienópolis). A região apresenta-se com boa acessibilidade, equipada e com concentração de população de maior renda, enquanto os anéis intermediário e periférico denotam inequívoca piora na qualidade de vida dos cidadãos e dos serviços urbanos, em geral(64).

---

(63) PDDI - 1982 - op. cit. p. 30.

(64) Idem, ibidem, p. 65 e seguintes. A divisão dos estágios diferenciados de urbanização obedece aos critérios de homogeneidade a partir de alguns indicadores - população, emprego, infraestrutura, índice de ocupação do solo. Por abrigar o bairro do Brás, descrevemos mais detidamente a <u>área Central</u>. É composta pelo centro metropolitano e por uma zona que o envolve, caracterizada por alta concentração de atividades terciárias, de um padrão de ocupação mais forte que o do restante da cidade.
Por sua vez, o centro metropolitano abrange o centro histórico e seu entorno, alcançando a avenida Paulista na direção sudoeste. Aí estão as "funções-chave de condução da sociedade", configurando-se como polo de atração principal da região metropolitana, tanto no setor público quanto privado (abriga as sedes das organizações administrativas e financeiras) assim como o comércio e serviços dos mais espe-

(...)

Na área central, fora o centro e sua zona de expressão contígua, há forte concentração de comércio e serviços, onde funções centrais se misturam com funções mais locais (comércio de bairro etc.) e onde já começa a haver aumento da densidade de construções verticais, estão os bairros como o Brás, Barra Funda, Belenzinho, Pari, Móoca, Bom Retiro, Pinheiros, Jardins, Vila Mariana, Aclimação, Cambuci. Nessa região toda existem polos importantes de comércio e corredores de tráfego que sustentam faixas de concentração de comércio e serviços e maior densidade de população.

Assim composta, a área Central abriga 11% da população total predominantemente de renda média e uma densidade de mais ou menos 190 hab/ha. Grande concentração de emprego — 32% do emprego total, sendo 41% do total de empregos em comércio e serviços e 19% do industrial. A relação é de 1 hab/emprego e o índice de utilização do solo é de 1,15[65]. Nessa área os preços do solo são os mais altos.

Ainda convém registrar que nessa área central e em especial no centro metropolitano, são identificadas zonas fun-

---

(64) (...) (contin.)
cializados. Contudo, nos inícios dos anos 80, o número de empregos se estabilizava, não se verificando aumento de novos núcleos de atividades. Os problemas de congestionamento diminuiram com a implantação das linhas do Metrô, calçadões e outras medidas, mas os problemas de poluição se agravaram.
Este centro metropolitano apresenta nítida tendência de se expandir na direção sudoeste, chegando até a Av. Faria Lima, sendo que atividades do tipo centrais, na época, já se localizavam quase pontualmente, como é o caso dos "shoppings centers", centro empresarial etc. Nessa expansão até a Av. Faria Lima, o centro metropolitano abrigava cerca de 530 mil habitantes, com a densidade de 228 hab/ha. Havia grande concentração de empregos — 18% do emprego total, 28% do emprego em comércio e serviços e um índice de 0,84 hab por emprego. Nessa região os índices de utilização do solo são altos, sendo média a ordem de 1.67.

(65) Os índices relativos aos anéis intermediário e periférico quanto a esses aspectos são respectivamente a densidade líquida de 123 hab/ha, 62% dos empregos do setor secundário, 53% do emprego total e 3,5 hab/emprego no anel intermediário e 49 hab/ha e 5 hab por emprego, 15% do emprego total, no caso da área periférica. PDDI-1982, op. cit., p.66 e seguintes.

cionais especializadas que atingem toda a concentração metropolitana e até uma área maior de influência regional e nacional.

Algumas dessas áreas, que interessam mais de perto a nosso objeto de estudo são a de comércio atacadista, de cereais (região do velho mercado - Brás), área de serviços bancários (Rua XV de novembro e São Bento), serviços médicos (Rua Itapeva), diversões noturnas (Bexiga), comércio varejista de vestuário (Bom Retiro, Itaim Bibi) e atacadista vestuário (Brás) e áreas de comércio local a serviço da vizinhança nos centros dos bairros que compõem o centro metropolitano.

Em especial, o comércio atacadista chama a atenção pois não se "coaduna com o sistema geral de transportes e uso do solo da cidade, prejudicando de maneira sensível o sistema de transporte urbano"(66). Embora as empresas precisem ampliar seus negócios e assim não poderiam ali continuar, as dificuldades de realocação são tantas que acabam por permanecer na mesma área, inclusive pela falta de estímulo do setor público. Talvez as maiores fiquem confinadas, outras se desativem, e até algumas se mudem.

Ao longo das vias expressas, alguns terrenos vagos e que vinham sendo ocupados por empresas de equipamentos e serviços, como as marginais de Pinheiros, Tietê — as atividades de transporte (Santana) rodoviárias e turísticas (Anhembi, Playcenter), educacionais (Cidade Universitária) esportivas (Jockey) comerciais (Shopping Eldorado, Carrefour, Iguatemi), indústria gráfica (Editora Abril, O Estado de São Paulo). Assim, o cen-

---

(66) PDDI, op. cit., p. 82.

tro metropolitano parece expandir-se para a direção sul (Ibirapuera, Brooklin, Vila Maria) e oeste (Pinheiros, Lapa, Perdizes).

Ainda digna de nota era a existência de corredores de atividades comerciais configurando áreas de expansão do terciário, com intensa ocupação residencial, em geral na direção dos bairros de renda média; alguns destaques: a avenida São João e Francisco Matarazzo, em direção à Lapa; Teodoro Sampaio, Cardeal Arcoverde em direção a Pinheiros. Av. Santo Amaro - Av. Ibirapuera, em direção a Santo Amaro; Domingos de Morais-Jabaquara em direção a Jabaquara; Rangel Pestana-Celso Garcia e Radial Leste, em direção ao Brás e Mõoca, o único corredor importante voltado para a zona leste de São Paulo. Por força do impacto dessas atividades terciárias, além dos principais eixos de acesso ao centro (corredores comerciais e de serviços), as áreas internas passam por acelerado processo de transformação do uso residencial em comercial, à exceção das áreas do tipo Z-1 (exclusivamente residenciais).

Ainda fazem parte da área central os polos regionais. Entre eles, há os polos locais de aglutinação de atividades terciárias, com respectivas áreas de influência. Com relação ao assentamento industrial, que havia se concentrado nas décadas de 20, 30 e 40 às margens de ferrovias (Brás, Belenzinho, Pari, Mõoca e Barra Funda), depois com a expansão rodoviária, à margem dos grandes eixos (ABC, Guarulhos) e se afastando da área central.

Em 1982 a localização industrial era descrita como mais ou menos concentrada ao longo dos principais eixos de transporte, definindo zonas de predominância de uso industrial. Junto com o sistema de transportes, a localização industrial forma a espinha dorsal do desenvolvimento da cidade pois atraem não

só as moradias da classe trabalhadora e serviços complementares (que procuram se localizar perto do local de emprego ou de fácil acesso a ele) além de outras atividades.

As maiores empresas industriais, de grande porte, procuram as melhores localizações. Na região metropolitana, "74% dos empregos industriais pertenciam às indústrias com mais de 100 empregados e 65% destes à indústria com mais de 500 empregados, concentrados em apenas 3% das empresas industriais totais".(67)

São representativas na estrutura urbana da capital, as seguintes aglomerações industriais:

- aglomeração sudeste (76% de empregos concentrados na região do ABC, a mais importante aglomeração industrial da metrópole,
- aglomeração sul, aglomerações oeste, aglomeração leste, aglomeração nordeste. Interessa-nos mais diretamente, a aglomeração central, nos subdistritos da Sé, Consolação, Bela Vista, Liberdade, Santa Cecíclia, Santa Efigênia, Bom Retiro, Barra Funda, Perdizes, Pinheiros, Vila Madalena, Brás, Belém, Móoca, Pari, Cambuci, Aclimação, Jardins, Cerqueira Cesar, com a mais antiga implantação industrial, geralmente pequenas indústrias e de tecnologia tradicional. Essa aglomeração abrigava em 1982 cerca de 260 mil empregos que correspondiam a 19% do total de empregos industriais. Em especial, nos bairros do Belém, Brás, Móoca, Bom Retiro, Pari, Cambuci e Barra Funda estão concentrados 180 mil empregos; nos cinco primeiros subdistritos mais à leste estão as indústrias têxteis (as de maior porte da região) de material elétrico e comunicações, metalurgia e muitas indústrias pequenas de vestuário, calçados e

---

(67) PDDI - 1982 - op. cit., p. 85.

artigos de tecidos — sua grande maioria situada no Brás, Bom Retiro e Pari.

Essa aglomeração industrial na região central, com altos índices de ocupação do solo e com inserção de indústrias na trama urbana, acaba por provocar conflitos de uso com demais atividades, o que se sobrecarrega com o congestionamento da malha viária (insuficiente para transporte de carga e circulação) e das múltiplas funções ali existentes.

"Pesquisas recentes demonstram uma tendência de não instalação de novos estabelecimentos industriais nessa área, devido à escassez e ao alto custo dos terrenos,verificando-se, porém, uma reciclagem de prédios já existentes ou expansão de indústrias já instaladas".(68)

Digno de nota é, ainda, o fato de ser considerado como polo regional de primeira categoria, o Brás-Móoca, com 10925 viagens atraídas por compras e negócios(69).

Já para o Plano Diretor (versão 1985) que tinha como objeto principal o território do Município de São Paulo, além das áreas urbanizadas contíguas da Grande São Paulo,a região central da cidade apresenta predomínio de estabelecimentos industriais de pequeno porte ligados ao ramo mais tradicional especialmente no Brás e Bom Retiro, enquanto as indústrias da zona Oeste e Sul são maiores, e ligadas ao setor mais moder

---

(68) PDDI - op. cit., p. 86.

(69) O Centro Tradicional aponta 350564 viagens, e o total da área PDDI de 1915687 viagens, viagens para empregados em comércio - 10.529, empregados em serviços - 12.112, emprego no terciário - 22461,total de viagens atraídas - 125.747 e o percentual de viagens, compras e negócios/total de viagens é de 0,08 e percentual de viagens de emprego no terciário/total de viagens é de 0,18.

no (especialmente Lapa e Santo Amaro). Reitera-se aqui a divisão em Área Central, Anel Intermediário e Anel Periférico[70].

A Zona do Centro, que apresentava 3.107 indústrias, 15,28% dos empregos industriais, se caracterizava pelo ramo de vestuário, calçados e artefatos de tecidos (1177 ind.)e ramo editorial e gráfico (3555 indústrias) e Têxtil (223 indústrias). A Zona Norte é a de menor concentração industrial e a Sul, Oeste e Leste detêm a maior fatia do emprego industrial da cidade. As indústrias prevalecentes nessa região,do ramo de vestuário, empregam 42.170 trabalhadores, 17.224 deles estão na indústria gráfica e 12.065 no setor têxtil[71].

Mas é nas atividades terciárias que o Brás se insere com maior vigor também nos estudos do Plano Diretor - além do Centro Principal (Centro Histórico mais a área contígua que vai até a Avenida Paulista), são identificados subcentros de 1º nível, 2º, 3º, 4º e 5º níveis[72]. O Brás configura-se como subcentro de 1º nível, junto com Lapa, Pinheiros e com Santo André e São Bernardo. Caracterizado pela grande quantidade de lojas de porte, serviços pessoais, bancos e escritórios de serviços públicos.

Estabelece uma subdivisão da área central e Centro Principal (cerca de 2 ou 3 km de raio em torno da Praça da Sé) com identificação de "áreas deterioradas" e estagnação que vem ocorrendo a partir de 1970, pela "redução do ritmo de crescimento populacional e de área construída quer comercial, quer

---

(70) São Paulo,Cidade: Secretaria Municipal de Planejamento. Plano Diretor para o Município de São Paulo. 1985.
(71) Os dados são de SENAI/DPEA - 1980/81 apud Plano Diretor, 1985, p. 25.
(72) Os critérios para a classificação foram o nº de empregos no terciário, viagens atraídas por motivos de compras e negócios e número e tipo de estabelecimentos,com base nos dados da Pesquisa O/D-1977-EMPLASA e vistorias de campo ocorridas em 1984: Plano Diretor - 1985, p. 26.

residencial, bem como pela diminuição de conversão de edifícios residenciais em comerciais"[73]. Isso ocorre principalmente em função do deslocamento de atividades terciárias para as imediações da Avenida Paulista e outras.

Áreas do Centro Principal viram reduzir seu grau de congestionamento e o "excelente potencial locacional e infraestrutura disponível encontram-se subutilizadas e deterioradas. Nessas áreas, as edificações mais antigas vêm sendo gradativamente encortiçadas"[74].

> "As transformações ocorridas no Centro Principal envolveram ainda o Parque D. Pedro II — outrora um verdadeiro parque e um marco na vida da cidade, hoje totalmente desvirtuado pela construção de uma série de viadutos e de um terminal de ônibus, conservando apenas algumas áreas livres remanescentes". (75)

No tocante ao diagnóstico da situação habitacional do Município, recorrendo ao cruzamento de variáveis como incidência de habitações subnormais, cortiços e casas de baixo padrão (H1), densidade da população com renda familiar de até 5 salários mínimos, serviços de infraestrutura e acessibilidade[76],

---

(73) Plano Diretor - 1985, op. cit., p. 28.

(74) Idem, ibidem. Entre elas, o Bexiga, Bela Vista, Campos Elíseos, Liberdade; e com essas características, acrescentamos o Brás, mesmo sem estar incluído no Centro Principal. Há também um Centro Expandido - que inclui centro de comércio e serviços da Rua Augusta e outros, na região sudeste.

(75) Plano Diretor - 1985 - op. cit. p.29. Os limites da área Central (Centro Expandido) vão do Rio Tietê, ao norte, aos bairros do Paraíso e Cambuci ao Sul. A Sudoeste atinge o Rio Pinheiros, inclusive os Jardins e Alto de Pinheiros. A oeste alcança a Água Branca e Perdizes, e a leste o Belenzinho - p. 28.

(76) As fontes são, respectivamente Secretaria das Finanças - RI - TPCL 1982, para cortiços e casas de baixo padrão, fontes de dados de FABES (1983), população por renda familiar, MUT; pesquisa O/D, 1977.

do que resultaram quatro tipos de áreas; destas, interessa-nos a Área IV: áreas com concentração de Baixo Padrão Habitacional na área central, assim descrita:

"Áreas com elevado padrão de urbanização no que se refere a redes de infraestrutura e acessibilidade, com alta incidência de cortiços e elevadas densidades de população com renda familiar de até 5 salários mínimos (acima de 40 hab/ha). Esta área compõe-se da AR-SE, quase que em sua totalidade, excluindo-se apenas a faixa lindeira à Marginal Tietê; por parte da AR-VM, nas imediações da Av. 23 de Maio e por parte da AR-MO, na área correspondente ao bairro do Brás".(77) Parte do Brás, estaria incluída na Área III: "Áreas com predominância de alto padrão habitacional dotadas de infraestrutura", com alto padrão de urbanização e baixos índices de habitação subnormais (abaixo de 25% do total de residências) e baixas densidades de população com renda familiar de até 5 salários mínimos (inferior a 20 hab/ha). Compõe-se de parte da AR-Sé, parte da AR-SA, da AR-BT, das AR-VM, SA e MÓ.

Quanto às propostas, atinge a área do Brás a proposição do Plano Diretor (1985) do ponto de vista da função estruturante do Centro Principal e dos Subcentros de Comércio e Serviços, o centro voltando a comportar funções habitacionais (especialmente Liberdade, Bela Vista, Campos Elíseos). O Centro Expandido seria ampliado pela importância da Av. Faria Lima e imediações. Os subcentros de 1º, 2º e 3º níveis não serão alterados. Através de operações urbanas, para aumentar seu grau de polarização seis subcentros deverão ser ordenados: Santo Amaro, Pinheiros, Brás, São Miguel, Itaquera e São Mateus.

---

(77) Plano Diretor - 1985 - op. cit., p. 82.





BRÁS - 1990. FEIRA DE SÁBADO

F-19: Praça Agente Cícero em frente à Estação Roosevelt e Praça Agente Cícero

F-20: Barraca na feira de sábado - Praça Agente Cícero

mo área a estimular o aproveitamento do solo, em função do elevado potencial de sua localização (junto com C.Elíseos, Centro Histórico, Liberdade, Bela Vista, Cerqueira César), visando adensar e expandir as funções centrais e habitação para renda média, descrevendo a área como no "entorno do centro, densidade predominante até 150 hab/ha, predominância de 40 a 60% de população com renda até 5 S.M. e acima de 20% entre 0 e 3 salários mínimos, servida de infraestrutura, preço de terreno entre 7 e 11 OTN, acessibilidade ótima, verticalização antiga estagnada, alta incidência de cortiços, grande presença de uso industrial. A estratégia prevista era "incentivar a verticalização, manutenção do uso industrial, estimular a reciclagem de uso de imóveis desativados, criar espaços livres, criar novas oportunidades para assentamento de população de média renda, através das ações de Zoneamento, Z6 municipal (zona industrial municipal), implantação de equipamentos e áreas de uso coletivo através de projetos em associação com o setor privado, operações urbanas voltadas à reurbanização de áreas de baixa densidade".(80)

Outro trabalho que pode ser utilizado para situar o subdistrito do Brás no contexto da cidade de São Paulo servindo-se de dados censitários (1970 e 1980 e tabulações especiais a nível de subdistritos), subdividiu o Município em 5 anéis ecológicos: central, interior, intermediário, exterior e periférico(81). O Brás ficava no anel interior.

---

(80) Plano Diretor - 1985 - op. cit., p. 194.

(81) Suzana Pasternak Taschner: Perfil de habitação de aluguel no Mun. de São Paulo - 1970-1980. Vol. III - Síntese e Conclusões - CDH, S.P., 1988. Os anéis central e interior correspondem à grande área central, tal como no Plano Diretor(1985). Essa classificação foi feita através de uma variável demográfica: a estrutura etária. O anel central é composto por sete subdistritos cuja população de 15 anos estava em torno de 15% do total em 1970, considerando ainda variações internas a esse contingente (Bela Vista, Cerqueira César, Consolação, Liberdade, Sta. Cecília, Santa Efigência e Sé). Outro grupo de subdistritos comportava-se de forma diferente do

(...)

No tocante a moradia, estima que 12% dos domicílios alugados do Município (1980) estavam no anel interior, 100,037 imóveis (a maioria deles estava no anel exterior e periférico, totalizando 60%). A distribuição por propriedade de moradia dava que 46,9% eram próprios, 47.0% alugados e 6.0% "outros" no anel interior (diferentemente dos outros anéis que invertiam, no anel central 56% de alugados, no intermediário 40% e nos anéis exterior e periférico onde as próprias alcançam cifras de mais de 50%). Também a renda média domiciliar(sal. mínimo) atribuia ao anel interior a distribuição de 17,46% para o total dos imóveis, menor renda para os alugados, que é 12,44.

Na identificação de critérios para localizar habitações coletivas precárias de aluguel — cortiços — pesquisou-se o nº de moradias com uso comum de sanitários, chegando a 13,55% do total de casas e 4,60% do total de apartamentos, ou seja, aproximadamente 13671 casas, 4831 apartamentos, totalizando 18502 moradias "encortiçadas"(82). É claro que esses números estão muito subestimados, sobretudo pela defsagem no tempo, quase uma década (1980-89) em que a conjuntura nacional e sobretudo habitacional fez piorar demasiado as soluções de habitação para a população de baixa renda. O Brás apresen-

---

(81) (cont.)... anel central e o Brás estava aí (anel interior) junto com Aclimação; Barra Funda, Belenzinho, Bom Retiro, Cambuci, Jardim América, Jd. Paulista, Móoca, Pari, Perdizes, Pinheiros e Vila Mariana. A estrutura etária, na faixa dos mais velhos (acima de 30 anos) se assemelha ao anel central, mas o comportamento das faixas mais jovens — o percentual de população com menos de 15 anos, era, em 1970, cerca de 20%, sendo que se subdividia em mais de 1% da população com menos de 1 ano e 14% com idade de 5 a 14 anos. A autora adverte que a relativa homogeneidade de estrutura etária que permitiu o agrupamento não deve ser considerada indicadora de homogeneidade com outras atividades sócio-econômicas e espaciais,servindo-se disso para sintetizar e comparar. Segundo esses dados, o anel interior apresentava em 1980, 121,99 hab/ha e sua taxa de crescimento geométrico (entre 1970 e 1980) era de 1.26% (os anéis exterior e periférico cresceram respectivamente a taxas de 3.13% e 7,39%).

(82) Suzana P. Taschner - op. cit., p. 34.

tava 7,02% de domicílios alugados em 1980(83).

O Brás também pode ser analisado como fazendo parte do Centro Metropolitano(84), e parcialmente se enquadra na "área de transição".

Segundo Helena K. Cordeiro, o Centro Metropolitano de São Paulo é bastante heterogêneo, comportando diferentes intensidade de uso do solo, arranjos de atividades, diversas e diferentes dinâmicas de ocupação. De antemão, convém distinguir o grande desdobramento do núcleo original, dando seqüência a dois núcleos fundamentais: o Centro (ou Centro Original ou Centro Principal) e o Centro Paulista, desdobramento esse provocado pela ação dos agentes econômicos na busca de vantagens de aglomeração, o poder de atração de áreas melhor servidas de infraestrutura, inclusive comunicação telefônica, falta de estoque edilício para abrigar funções metropolitanas mais sofisticadas, falta de espaço para estacionamento e congestionamento. Nos anos 60, a economia de escala provocou a procura de novos espaços para além do Centro Principal(85). Dessa forma, o Centro Paulista parece ter assumido a função de distrito de escritórios e de tradicional comércio metropolitano de especialidades. Essa duplicação revela um desenvolvimento urbano não planejado, refletindo não apenas a saturação do Centro Principal como a distribuição não prevista das atividades terciárias. Apesar das leis de zoneamento que procuram orientar sistematicamente o desenvolvimento do conjunto urbano, realizando um urbanismo orgânico, o desdobramento é um sintoma de urbanismo espontâneo"(86). Cordeiro dividiu o Centro em

---

(83) Suzana P. Taschner - op. cit. p. 34.

(84) Helena Kohn Cordeiro - O centro da metrópole paulistana - expansão recente, estudo de geografia urbana - tese de doutoramento apresentada à área de Geografia Humana - Un. de São Paulo - IGEOG/USP - Monografia nº 40, São Paulo, 1980.

(85) Idem, ibidem.

(86) Idem, ibidem, p. 60.

Centro Tradicional e Centro Novo, tendo como espinha dorsal o vale do Anhangabaú e elemento de ligação, o Viaduto do Chá, refletindo essa setorização também a "tradição e o consenso público". Esse centro principal não pôde se expandir mais por encontrar alguns limites e obstáculos. Ao norte, encontrou os trens da FEPASA, da estação da Luz e da Sorocabana; a Nordeste, a área atacadista, e o comércio que aí começa a ser varejista e também o conjunto viário do Parque Dom Pedro II, que foi destruído completamente enquanto área verde e é ainda uma barreira evidente ao desenvolvimento do Centro. "Toda essa fachada do Centro deverá sofrer grande alteração de sua fisionomia pela criação das estações do Metrô na praça da Sé e do Parque D. Pedro II".(87) A Sudeste, o Centro Principal se achou contido pelo conjunto viário da entrada da 23 de Maio e pela Radial Leste, que deixam suas marcas na área degradada da Liberdade.

O Centro Principal tem sua área de transição, cujos limites são difíceis de demarcar, pois constituem uma franja de variado grau de densidade e qualidade da ocupação funcional. A área de transição, zona periférica ao Centro — intermedia o Centro e os bairros(88) e a Leste passa pela área Exterior, circundando a Praça Clóvis e avançando no quadrante da Liberdade, penetra na área atacadista(89).

---

(87) Helena Kohn Cordeiro - op. cit. p. 61.

(88) Idem, ib. p. 49.

(89) EMPLASA - Sumário de Dados da Grande São Paulo - 1978. Para evidenciar a falta de consenso sobre limites e classificações sabe-se que a EMPLASA considera o CH (Centro Histórico) da Metrópole a área formada pelas seguintes divisões administrativas: Brás, Belenzinho, Cambuci, Santa Ifigênia, Móoca, Pari, Barra Funda, Bom Retiro, Sé, enquanto o Centro Expandido (CE) abrangia a Lapa, Perdizes, Jardim Paulista, Vila Mariana, Indianópolis, Santa Cecília, Consolação, Bela Vista, Liberdade, Aclimação, Jardim América, Pinheiros, Cerqueira César, Vila Madalena.

O setor de transição vê decrescer a concentração de todos os elementos característicos da "centrografia urbana", apresentando um aspecto de "imensa nebulosa, diluída nos contornos do Centro"(90), formando uma franja irregular e complexa. Mudam os valores das variáveis centrais: decréscimo dos valores imobiliários, aumento da população residente, queda nos índices de área construída, e certos tipos de uso do solo, representando cerca de até 30% dos valores-picos do centro; são setores de encortiçamento, de demolição do estoque velho para substituição do uso funcional (substituição de uso residencial por central — comércio e serviços).

Essa moldura central é heterogênea: há áreas em que o Centro declina ou fica estagnado e há outras em que ele avança. Cordeiro distinguiu, assim, uma subsetorização da área de transição do Centro: 1) subsetor de assimilação(de crescimento geral recente de atividades terciárias e quaternárias, buscando prestígio a nível metropolitano (boutiques de luxo, sedes de empresas, clínicas de profissionais liberais, agências bancárias com padrões sofisticados de atendimento, lojas de auto-peças etc.); 2) subsetor de degradação - estabelecimentos de baixo nível oferecendo serviços (não prestigiados), ritmo decadente do desenvolvimento, deterioração, decadência física e social: lojas de artigos baratos, casas de pensão, cortiços, hotéis de baixa categoria, oficinas, postos de gasolina; 3) subsetor de estagnação (ou de transição de remaneja mento) em que o processo de estagnação vai sofrendo retenção, foco de cortiços e habitações coletivas, oficinas mecânicas e outros, botecos decadentes(91). Em especial o processo de en-

---

(90) Helena K. Cordeiro - op. cit., p. 69.

(91) Idem, ibidem, p. 70 e seguintes.

cortiçamento foi considerado por esta autora como um sintoma inelutável de estagnação, em destaque a Baixada do Glicério, sensível às enchentes do Tamanduateú, opinião esta em consonância às pesquisas realizadas pela Prefeitura[92].

De qualquer modo, a delimitação dessa zona de transição parece ter chegado, a Leste, quadrante de nosso interesse, até o Parque D. Pedro. A continuação virtual,contudo, pode ser visualizada, a Sudeste, por exemplo, no setor de degradação da Liberdade e no corredor Liberdade-Vergueiro, ou a oeste, na direção de Santa Cecília e Campos Elíseos.

A área de transição é de difícil apreensão[93]. Em que pesem as restrições que se pode fazer à arbitrariedade da previsão do PUB de "substituição" de edifícios altos de comércio e residência por outros como a do comércio atacadista do Brás, pode-se afirmar que parte deste bairro, a zona cerealista, a zona contígua ao Parque D. Pedro, era virtual zona de transição e de estagnação e degradação. Por isso delimitaremos essa área para ilustrar, em detalhes, o uso do solo,a ocupação habitacional e características gerais. Já tendo em vista a implantação das torres da Cohab, destinadas à renda mé-

---

(92) São Paulo,Cidade: Diagnóstico sobre o fenômeno cortiço no Município de São Paulo - Secretaria do Bem Estar Social, Dept. de Habitação e Trabalho - Sehab-Habi, 1975.

(93) Plano Urbanístico Básico, 1968 - p.107. O PUB já declarava,em 1968: "A predominância de escritórios decresce à medida que se parte do Anhangabaú para a periferia, sendo progressivamente substituida por edifícios de apartamentos com comércio nos pavimentos inferiores. Essa área se estende no sentido Leste/Oeste alcançando o Parque Dom Pedro II, a Leste e a Praça Marechal Deodoro, a Oeste; chegando,ao norte, até além das linhas da estrada de ferro (parque da Luz)e, ao Sul, até a Praça XIV Bis, na Av. 9 de Julho. Finalmente observa-se ainda que os edifícios altos de comércio e residência são substituídos gradativamente por edifícios exclusivamente residenciais(Jardim Paulista, Higienópolis) ou por edifícios comerciais baixos, quer de comércio em geral (R. Augusta, Bom Retiro) quer de comércio atacadista ou estocagem (Brás, Móoca, Cambuci)".

dia, verifica-se que o Brás, nessa zona, aproxima-se mais do chamado subsetor de "assimilação" da área de transição.

O subsetor de transição de degradação e de descarte era descrito, já na década de 50, como de declínio material e moral: "A Leste, a Liberdade; a Sudeste, a Bela Vista com residências do tipo médio até aqueles que não passam de miseráveis cortiços; a Norte, a Santa Ifigência/Campos Elíseos, com suas belas residências do começo do século pertencentes aos herdeiros dos fazendeiros do café, transformadas em cortiços(94). Era atingida também a Vila Buarque, não só pelo subsetor de assimilação e depois como "Boca do lixo", como estagnação e descarte. Santa Ifigênia e Campos Elíseos, cada vez mais deteriorados — a "Boca do Lixo". A Leste, "além da presença do bairro individualizado e autônomo do Brás, que continua a ser o limite extremo da zona de transição do Centro a Leste (como já dizia Müller nos anos cinquenta), o bloqueio acha-se reforçado pelos trevos viários do Parque D. Pedro II e pelo Canal do Tamanduateí".(95)

Cremos, contudo, que o setor de transição se aplica a parte do bairro do Brás, em termos de estagnação e degradação (após os efeitos do Metrô) e agora de "assimilação", por efeito das torres da Cohab-SP.

---

(94) M.C. Müller - "A área central da cidade" apud Helena K. Cordeiro, op. cit. p. 74.

(95) Helena K. Cordeiro - op. cit. p. 76. A autora fala da importância de novos estudos sobre as transformações trazidas com a implantação do Metrô.

5.5. O Brás hoje, um aporte preliminar

Para realizar uma caracterização geral do bairro do Brás, nos dias de hoje, temos alguns problemas de ordem metodológica e de compatibilização de fontes.

Optamos, ao final, pela seleção de duas bases: a do subdistrito do Brás (agregando setores censitários do IBGE e setores fiscais - Rendas Imobiliárias)(96), especialmente os setores 2, 3 e 25 que demarcam limites aproximados com o subdistrito para explorar em detalhe (a zona de transição degradada) que passaremos a especificar em seguida.

5.5.1. Os limites para o estudo

De início, uma questão sobre a seleção das fontes: como recortar a cidade de São Paulo em partes, de forma que cada uma delas se apresente com alguma homogeneidade, ou alguma tipicidade que se justifique como área de investigação, não só do ponto de vista empírico como analítico. Não há uma fonte completa, que dê conta de um diagnóstico global da área(97).

---

(96) Fundação IBGE - 1980 e Rendas Imobiliárias - Secretaria das Finanças, Prefeitura do Mun. de São Paulo - TPCL-1987. Para a caracterização de situação habitacional, dados da Eletropaulo (Cadastro das Habitações Participantes dos Programas Sociais - Habitações Multifamiliares) - TPCL, Sehab - Secret. Habitação e Desenvolvimento Urbano, SEMPLA e dados da pesquisa Cortiços em São Paulo: frente e verso. São Paulo, SEMPLA, 1985.

(97) As fontes referem-se basicamente aos órgãos de planejamento territorial de caráter estatal: SEMPLA, Secretaria das Finanças-RI: TPCL, IBGE, Emplasa, Eletropaulo, Subzona OD etc. Ver ANEXO I.

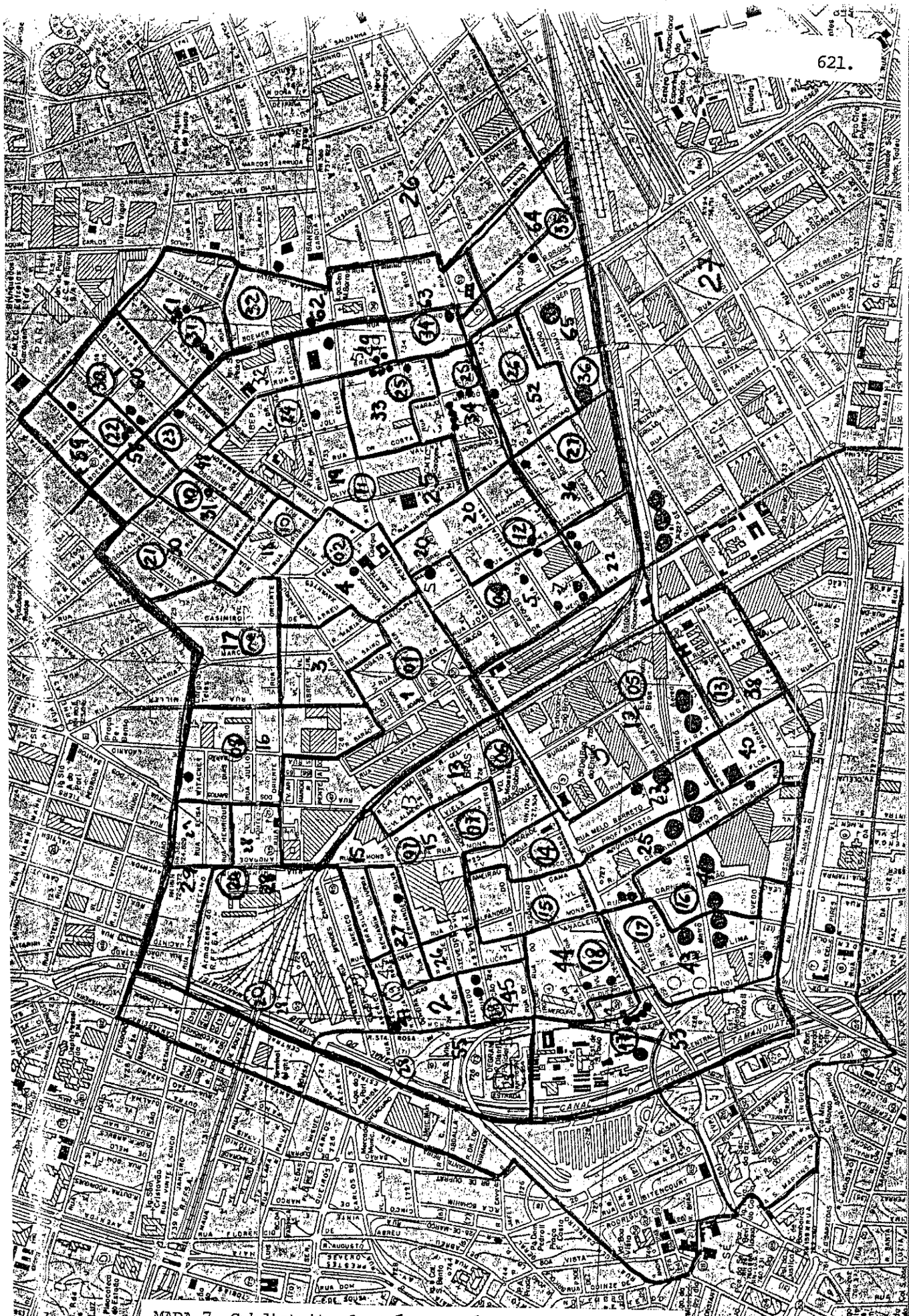




BRÁS - 1990

F-21: Estação Roosevelt

F-22: Praça Agente Cícero



MAPA 7: Subdistrito do Brás - Perímetro Atual. EMPLASA.
Escala: 1:10.000 - Setores Censitários e Setores de RI

O bairro foi recortado por uma divisória que o separa em AR-SÉ e AR-MÓOCA, o subdistrito se cindiu em Brás(zona 2 O-D) e Bresser (zona 13 O-D)[103]. No seu conjunto, esta pesquisa apontava o total de 59119 habitantes, com densidade demográfica de 140 hab/ha. Tal caracterização contrasta com aquela feita anteriormente, não só nos aspectos relativos ao Brás como à cidade como um todo. Segundo a pesquisa OD-87/Sempla, a população total do Município era de 10.677.811 pessoas, e a densidade demográfica média era de 110 hab/ha.

De acordo com essa descrição, o Brás se apresentaria mais populoso que a média do município. Acreditamos, contudo que se trata de uma controvérsia entre os perímetros considerados para o subdistrito do Brás. É possível que na agregação das zonas OD-87 para a composição do subdistrito a SEMPLA tenha somado zonas que extrapolam o perímetro considerado pelas demais fontes. Assim é que a alta densidade do subdistrito aparece quando se soma à área Brás, a zona Bresser (AR-Móoca) porção de verticalização maior e mais populosa. Só o Brás(AR-SÉ), propriamente dito, alcança apenas 21.895 habitantes com uma densidade de 113 hab/ha (área de 193 ha).

Também a Fundação SEADE[104] aponta para o Brás a população de 39.581 em 1989, com taxas de crescimento decrescentes tais como 1.34% em 1987, 0.63% em 1990 e 4.26% em 2000. Sem dúvida, esses dados apontam uma diminuição do ritmo de cresci

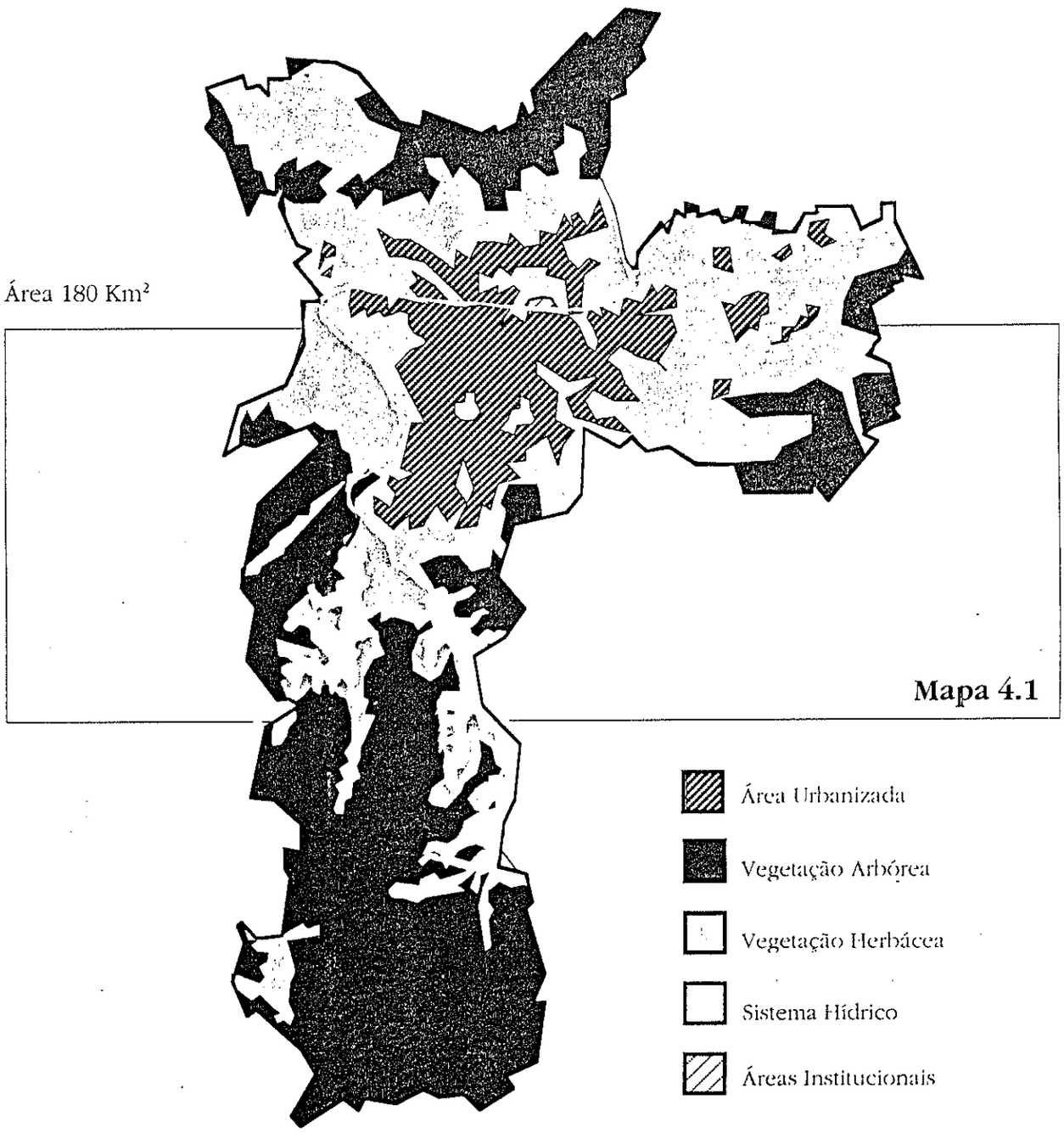
---

(103) São Paulo,Município: Secretaria Municipal de Planejamento.DEMPLAN: Distribuição Espacial da População e das Atividades: Evolução e Perspectivas - Versão Preliminar - abril 1990, mímeo. A pesquisa origem-destino-1987 (Metrô OD-87) trabalha com unidades de pesquisa - zona OD. A SEMPLA, visando a elaboração do Plano Diretor(1990) agregou essas unidades - zonas OD, para formar as AR's (Adm.Regionais) e subdistritos, bases espaciais importantes para seu ângulo de atuação.

(104) Fundação SEADE - Relatórios.

MAPA 10

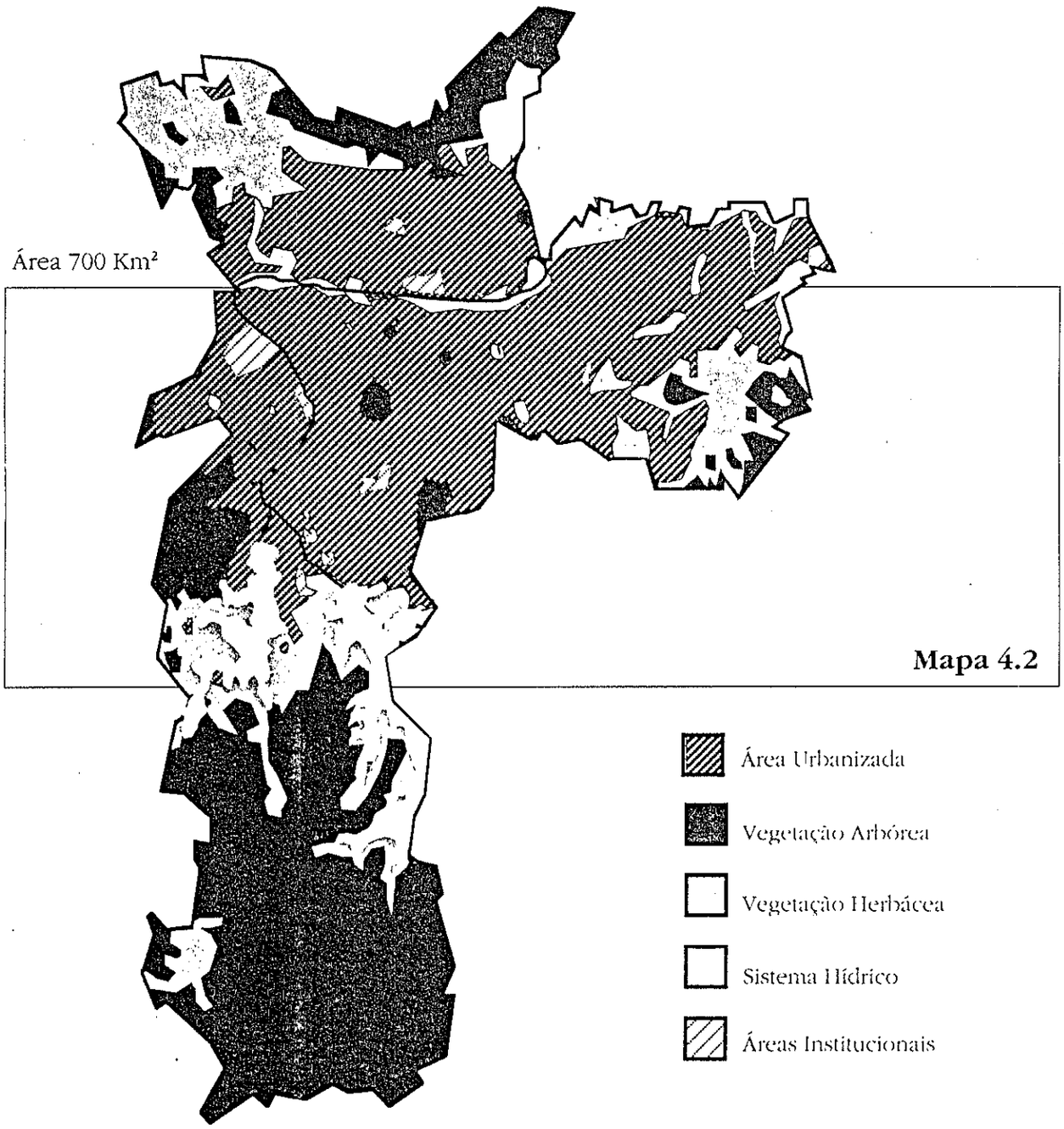
MANCHA URBANA EM 1930



M-10: Reproduzido de: São Paulo: Crise e Mudança, org. por R.Rolnik, L.Kowarick e N.Somek. SP,Brasiliense,1990.

MAPA 11

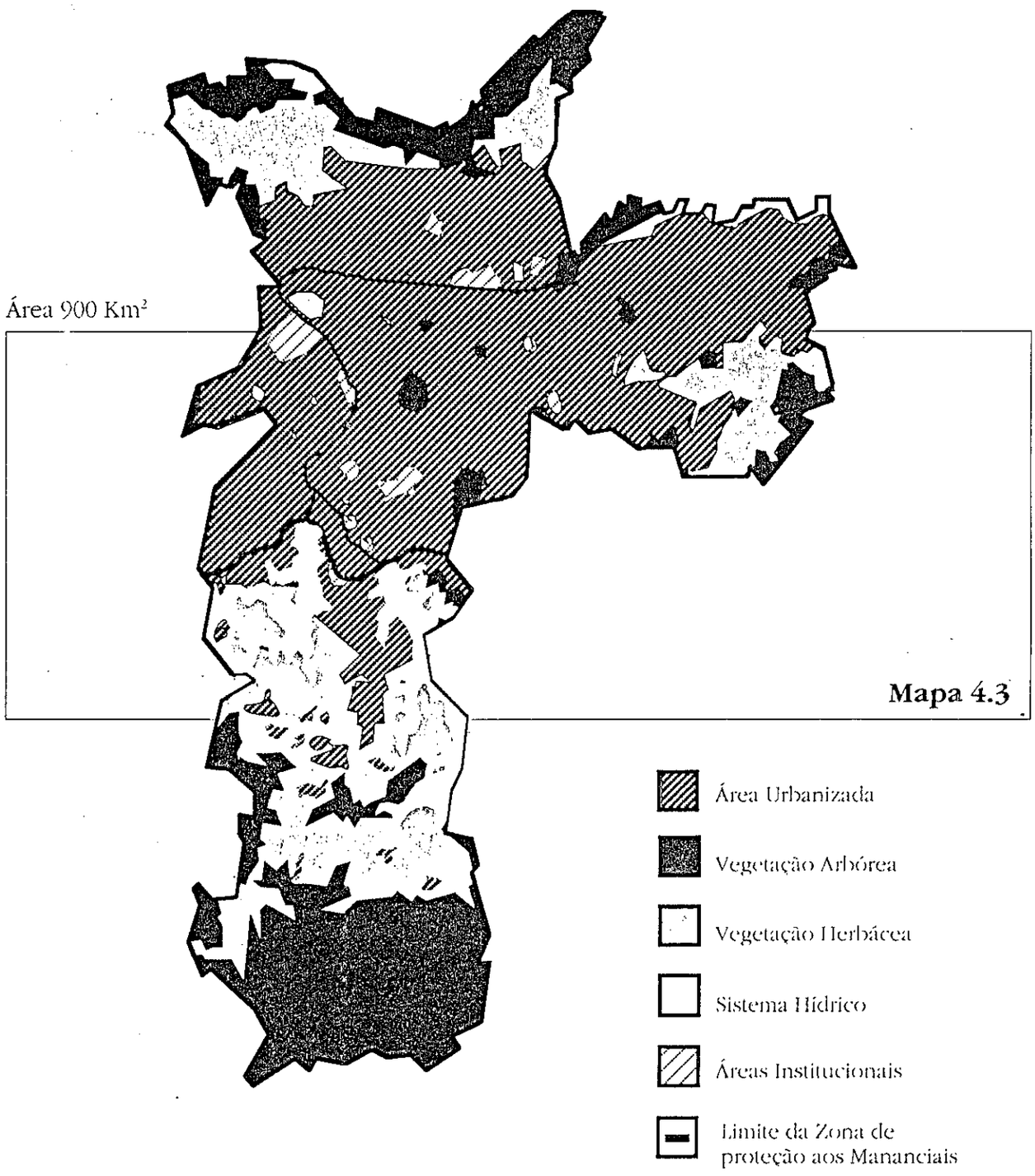
MANCHA URBANA EM 1965



M-11: Reproduzido de: São Paulo: Crise e Mudança, org. por R.Rolnik, L.Kowarick e N.Somek. SP, Brasiliense,1990.

MAPA 12

MANCHA URBANA EM 1988



M-12: Reproduzido de: São Paulo: Crise e Mudança, org. por R.Rolnik, L.Kowarick e N.Somek. SP,Brasiliense,1990.

mento para o Brás nos dias de hoje. Dessa forma, pode-se concluir para o retrato atual de um bairro que, apesar do encortiçamento, não cresceu tanto quanto a cidade em geral.

Na caracterização do uso do solo, a Tabela 27 apresenta a seguinte distribuição:

TABELA 27 - Distribuição de uso do solo por área construída, área terreno, coeficiente de aproveitamento (Brás)

USO DO SOLO / ÁREAS	ÁREA CONSTRUÍDA (m^2)	ÁREA CONSTRUÍDA (%)	ÁREA TERRENO (m^2)	ÁREA TERRENO (%)	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO
RESIDENCIAL horizontal	354.980	10,47	438.876	15,04	0,81
RESIDENCIAL vertical	598.041	17,63	182.286	6,25	3,28
RESIDENCIAL Sub-total	953.021	28,10	621.162	21,29	1,53
Comércio Serviços	1.408.055	41,51	1.010.727	34,64	1,39
Indústria	835.284	24,62	709.952	24,33	1,18
Outros	195.680	5,77	318.646	10,92	0,61
Terrenos vagos	-	-	257.379	8,82	-
TOTAL	3.392.040	100,0	2.917.866	100,00	1,16

FONTE: Cadastro Imobiliário TPCL - SF - 1987 - Base de dados SEMPLA - Resumo do Uso do Solo.

Levando-se em conta a área construída, o Brás hoje é um bairro de comércio e serviços. O uso residencial representa menos de 30% do uso do solo no bairro; sobressai, sem dúvida, o uso comercial e de serviços (41,5%) e o industrial é de 24,62%. Se considerarmos a área do terreno, essa proporção é ainda mais contrastante: 21,3% do uso residencial, 34,6% para o terciário e 24,3% para a indústria. Os coeficientes de aproveitamento são relativamente baixos, indicando ser o estoque construído de pouca verticalização, tanto no caso de comércio e serviços quanto de indústrias, só existindo no caso dos prédios de apartamentos, assim mesmo são edifícios em geral de no máximo 10 andares (à exceção das torres de edifícios de apartamentos da Cohab, só implantadas em 1989 e que não entraram nessa tabela). O uso residencial, basicamente multifamiliar, comporta casas térreas, sobrados, edifícios de apartamentos de 3 andares. São construções bem antigas, remontando às décadas de 10, 20, 30 ou 40. Muitos cortiços.

Dessa forma, abrigando o setor cerealista, comércio varejista diversificado (Rangel Pestana, Celso Garcia, R. Oriente), de confecções, de peças e maquinaria, e madeiras e couros, e ainda, uma gama de serviços como oficinas, botecos, fabriquetas e grandes indústrias (a Matarazzo, por exemplo), o Brás emprega mais pessoas do que as tem como residentes. Há também comércio do tipo subcentro (calçados, roupas e artigos para os nordestinos da área.

É um bairro muito bem servido de transporte coletivo, com a presença de metrô, ônibus e ferrovias, consolidando-se no corredor de ônibus da Rangel Pestana - Av. Celso Garcia - a Radial Leste. No Largo da Concórdia e no Parque D.Pedro há terminais de ônibus que, juntamente com as estações

Brás — metroviárias e ferroviárias (Roosevelt) colocam o bairro em excelente posição quanto à acessibilidade.

Apesar das facilidades de acesso e de seu sistema viário há problemas de circulação, graças ao congestionamento da área cerealista, pela alta frequência de caminhões para carga e descarga e manobras em ruas estreitas, gerando descontinuidade na circulação. As ruas são quase todas de mão única, mas o estacionamento de ambos os lados provoca congestionamento em várias delas como a R. Santa Rosa, Benjamin de Oliveira, Rua Assunção, da Alfândega, Monsenhor Andrade, Gasômetro.

A estrada de ferro constitui elemento de descontinuidade no sistema viário, funcionando como barreira à integração da área com suas imediações leste e norte para veículos e pedestres.

Como visto no Capítulo 4, o Brás abriga várias definições de áreas do ponto de vista do Zoneamento. A Zona 02(uso predominantemente residencial, com comércio e serviços de âmbito local) representa a maioria da área, muitas vezes com edificações para uso comercial do ramo atacadista. Por outro lado, em porções enquadradas na Zona 04 (que permite maior verticalização e instalação de comércio e serviços diversificados)existem vilas residenciais, algumas remanescentes das vilas operárias marcantes do bairro.

Muitas pequenas fábricas; das maiores, algumas já sofreram alterações de uso. A fábrica Mariangela (cerca de 35.000m^2 de área construída) de antiga propriedade da família Matarazzo, acabou transformada em depósito de madeiras; a Moinho Matarazzo, cerca de 30.000m^2 de área construída, encon-

tra-se desativada[105]. O uso industrial que caracterizava o bairro, não pode hoje se expandir dada à inexistência de lotes vagos, alto preço da terra e dificuldade de transporte decorrente da saturação do sistema viário; assim, há indústrias hoje desconformes ao zoneamento.

As áreas adjacentes ao Parque D. Pedro encontram-se em avançado processo de deterioração: ao lado dos estabelecimentos atacadistas, muitos prostíbulos e grande presença de cortiços; eles também estão numerosos nas áreas mais ligadas à Rangel Pestana, como por exemplo as célebres R. Caetano Pinto, Carneiro Leão. As edificações residenciais se encontram em estado avançado de deterioração. É grande a incidência de prédios geminados, de 1 a 2 pavimentos. As edificações de 7 ou 8 pavimentos, raras ainda, geralmente são de uso residencial, marcando diferentes épocas construtivas.

A prevalência de edificações de 1 ou 2 pavimentos denuncia a manutenção de grande parte das construções erguidas nos inícios e meados do século. Em alguns pontos isolados, alguma concentração de 3 a 4 pavimentos (ex. imediações da Av. Mercúrio, Largo do Pari).

A Zona Metrô Leste designada como área especial recortou o bairro, desfigurando-o. Além dos apartamentos à venda pela Cohab-SP, a circulação antiga se alterou. Em 1978 e 1979 nos ambientes e escritórios técnicos da cidade[106], cogitava-se que o Brás seria área de renovação urbana a ser "induzida pelo

---

(105) São Paulo, Cidade: Proposta de reciclagem para fábricas no Gasômetro. Relatório de Andamento. Secretaria Municipal de Planejamento - mimeo - 1984.

(106) São Paulo, Cidade: Coordenadoria Geral de Planejamento - Proposta de Uso e Ocupação do Solo ZML e Entorno. Brás, Belém, Tatuapé, SP, 1979.

Projeto CURA e pela EMURB", preservando-a enquanto ocupação urbanística característica e aos imóveis de caráter histórico cultural; "incentivar o uso residencial de alta densidade,nas proximidades do Metrô, a ser implantado pela iniciativa privada", expulsar indústrias para liberação de terrenos valorizados,próximos ao Centro, para outros usos, compatíveis com a localização; permitir o comércio diversificado assim como especializado (madeira, couro, maquinaria, peças e ferro velho) localizado nas seguintes vias: Rua do Gasômetro, R. Piratininga,R.Visconde de Parnaíba, Av. Celso Garcia, Radial Leste(107).

Correspondentes a esses objetivos, localizar-se-iam em zonas(Z12) a área de reurbanização da EMURB, próximas ao metrô para implantação de uso residencial de alta densidade — objetivo esse que parece ter sido atendido com a comercialização de apartamentos para renda média, construídos na Gestão Jânio Quadros pela COHAB-SP nas ruas Piratininga e na Visconde de Parnaíba, através de imobiliárias da cidade (a preços de setembro/89 a unidade custava NCz$141 mil ou 5.230 VRFs (valor de referência fiscal). Sobre esses apartamentos dizia o vereador A. Madeira: "Além de terem arrebentado(108)com a paisagem da região, essas unidades habitacionais são destinadas a uma faixa social com renda superior à que a COHAB atende"(109). A justificativa dos técnicos da COGEP que propunham em 1979 essa ocupação era a de "permitir índice 4 apenas através de remembra-

---

(107) São Paulo Cidade: Coordenadoria Geral de Planejamento - Proposta de Uso e Ocupação do Solo ZML e Entorno. Brás, Belém, Tatuapé, SP, 1979. Quadro I.

(108) Jornal da Tarde. 30.09.1989.

(109) Idem, ibidem.

mento de lotes, resultando melhor padrão urbanístico e proibir o uso industrial I_1 e I_2"(110).

As indústrias da região — basicamente têxteis,confecções, calçados, produtos alimentícios, metalúrgicos e mecânicos, começaram a desativar as de maior porte, transformando-se em depósitos e armazéns. No período de 1975-79 havia 153 indústrias que empregavam 33.900 trabalhadores (Quadro VI). Como a função residencial é menor que a comercial e a de serviços, o movimento diurno é maior que o noturno no bairro.

Quanto à infraestrutura, o bairro é servido de água, esgoto, pavimentação, energia elétrica, iluminação pública,correio, telefone, limpeza pública. O sistema de drenagem, porém, é insuficiente, havendo frequentes inundações, o que contribuiu para grande saída dos moradores de melhor perfil sócio-econômico e agravou a deterioração.

No que se refere a equipamentos e serviços comunitários, a área é bem equipada quanto a escolas, hospitais e centros de saúde, escolas profissionais, sendo insatisfatório o atendimento quanto a parques infantis, creches e não existe no bairro área verde e de lazer.

---

(110) São Paulo,Cidade: COGEP - Proposta de Uso e Ocupação do Solo-ZML-Brás. Propunham-se, como Z8-200 , as áreas que conservam ocupação urbanística característica do Brás para preservar a memória paulistana. Detalharemos mais adiante as edificações indicadas e sua atual situação. Como Z3 estavam as áreas de uso comercial a manter, permitindo índice 4 e permitindo o uso industrial I, na Rua do Gasômetro e Largo da Concórdia (CR2) limitando a altura dos prédios a 3 pavimentos (ou 15 metros) mantendo os visuais em função do fluxo de pedestres. Usos permitidos: R1, R2, R3, C1, C2, S1, S2, S3, I1, E1, E2, E3, E4. Coeficiente de aproveitamento 0,5 e taxa de ocupação = 1. De qualquer modo, se não se concretizaram após dez anos todas essas diretrizes, é inegável a transformação do Brás.

QUADRO VI - Cadastro de Empresas (SENAI-PIS/75)[111] - BRÁS

ATIVIDADE ECONÔMICA	Nº UNIDADES	(%)	Nº EMPREGADOS	(%)
Indústria Prod. Minerais não Metálicos	2	1,30	558	1,64
Indústria Metalúrgica	26	16,99	2.679	7,90
Indústria Mecânica	7	4,57	867	2,55
Indústria Mat.Elétrico e de Comunicações	2	1,30	465	1,37
Indústria de Mat. de Transporte	9	5,88	872	2,57
Indústria Mobiliário	2	1,30	313	0,92
Indústria Papel e Papelão	5	3,26	1.721	5,07
Indústria Borracha	2	1,30	1.709	5,04
Indústria Prod.Farm. e Veterinários	3	1,96	1.195	3,52
Indústria Perf.,Sabões e Velas	1	0,65	77	0,22
Indústria Prod. Mat. Plásticos	2	1,30	121	0,35
Indústria Têxtil	15	9,80	1.696	5,00
Indústria Vest.,Calçados e Art.Tecidos*	42	27,45	8.804	25,97
Indústria Prod. Alimentares	9	5,88	2.289	6,75
Indústria de Bebidas	1	0,65	122	0,35
Indústria Fumo*	2	1,30	2.570	7,58
Indústria Editorial/Gráfica	8	5,22	2.065	6,09
Indústrias Diversas	2	1,30	366	1,07
Indústria Construção*	3	1,96	4.363	12,87
Serviços Transporte	9	5,88	968	2,85
Serv.Reparação,Manutenção e Conservação	1	0,65	80	0,23
TOTAL	153	100%	33.900	100%

OBSERVAÇÕES: O ramo industrial de vestuário e artigos de tecidos comparece como o mais representativo, tanto em número de unidades como de empregos, devido ao subdistrito do Brás abranger a área tradicionalmente ligada à indústria de confecção, ao norte da ZML.

O grande número de empregos nos ramos industrais de fumo (7,58%) e de construções (12,87%) está representado pela Souza Cruz e Camargo Correa, respectivamente, sendo que a Camargo Correa não se refere a empregos alocados no subdistrito.

(111) Reproduzido de São Paulo, Cidade: COGEP - Pesquisa sobre Uso Industrial - Belém-Móoca - 1976. Não foi possível atualizar esses dados para 1989.

Do ponto de vista da população que o habita, o Brás vem apresentando certa diminuição de crescimento, mas caracteristicamente se mostra um espaço da pobreza. Seus moradores estão nas faixas de renda mensal de até oito salários mínimos, predominantemente, trabalhando no próprio bairro, centro ou imediações, deslocando-se basicamente a pé para seu emprego ou utilizando-se dos recursos de transporte coletivo presentes na região. Adequam-se muito mais ao setor terciário da economia que à indústria, revelando grande contraste com seu passado.

Fixamo-nos mais detidamente na análise da composição demográfica do contingente que reside no Brás, pois tais características lhes ensejam uma participação no mercado de trabalho e respectivas condições de sobrevivência. Sobressai uma diferença do comportamento da variável etária diante do conjunto da cidade. Apenas 25% de sua população tem menos de 20 anos (mas os jovens estão predominantemente até quatorze anos, ou seja 18% do total) e há, pois, certo "amadurecimento" do contingente. Nas faixas adultas, de maior inserção no processo produtivo e gerador de renda, ou seja, de 15 a 59 anos estão 70% dos moradores e acima de 60 anos, há 12% deles(112).

A população do Brás apresenta predomínio do sexo masculino (51,5%) sobre o feminino, especialmente nas faixas até 50 anos, quando começam a diminuir. Essa tendência se aproxima à da população da cidade de São Paulo em 1980 (FIBGE) pois as faixas idosas geralmente são prevalescentemente de mulheres. Mas o contraste entre os sexos é grande entre as idades jovens

---

(112) São Paulo, Município - Secretaria Municipal de Planejamento - DECOR - Demografia, com base nas projeções SEADE-1989. Para o Município de São Paulo - Censo Demográfico de 1980 - os percentuais para essas faixas eram respectivamente de 63.6% e 6.4%.

MAPA I
ÁREAS DE PESQUISA

DIVISÃO DE AR

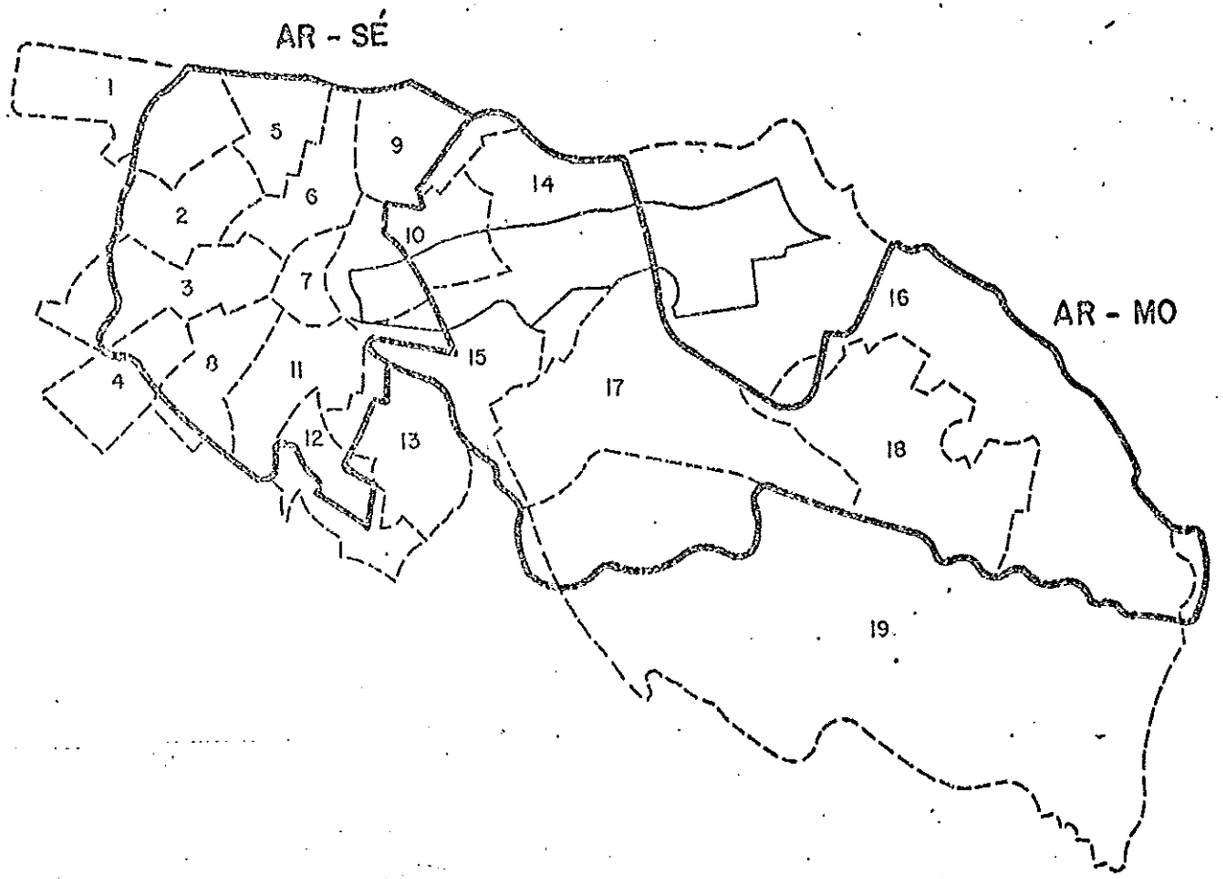
DIVISÃO DE SUBDISTRITOS

ZML - ÁREA DE ESTUDO

DADOS PIS / SENAI

SUBDISTRITOS

1	BARRA FUNDA
2	SANTA CECILIA
3	CONSOLAÇÃO
4	CERQUEIRA CESAR
5	BOM RETIRO
6	SANTA EFIGENIA
7	SÉ
8	BELA VISTA
9	PARI
10	BRAS
11	LIBERDADE
12	ACLIMAÇÃO
13	CAMBUCI
14	BELEM
15	MOOCA
16	TATUAPÉ
17	ALTO DA MOOCA
18	VILA FORMOSA
19	VILA PRUDENTE



e adultas, talvez sugerindo o peso do fator migratório nessa composição, pois a frequência de homens costuma ser maior entre os migrantes, especialmente nas faixas entre 20 e 59 anos, justamente aquelas que apresentam maior presença masculina no Brás. (Tabela 28)

Por sua vez, a população paulistana parece estar "envelhecendo" e aumentando seu potencial de participação nas chamadas idades ativas (PIA - população em idade ativa) e consequentes inserções na PEA (população economicamente ativa). "Entre 1980 e 1990 os paulistanos entre 15 e 60 anos de idade terão um aumento de 1.6 milhões(...) o aumento maior será nas faixas etárias entre 30 e 44 anos (...) a população idosa aumenta a taxas crescentes: de 1970/80, de 4,11% ao ano e entre 1980 a 1990 a taxa estimada é de 4,35% ao ano".(113)

Observe-se também que a população jovem (até 14 anos) apresenta-se para o Município em torno de 80% do total desde 1940 a 1990, mas não é essa a característica da população do Brás, com menor presença de crianças, pois apresenta o percentual de 17,8% (0 a 14 anos)(114). O Brás contrasta pois, com a cidade e com as pirâmides esperadas nos países "em desenvolvimento", com predomínio de base jovem. As restrições às crianças nos cortiços e a migração, são hipóteses já citadas na explicação de tal fato.

Na distribuição da estrutura etária pela cidade, sobressaem diferenciais por localização intraurbana. A área central, como definida pelo Plano Diretor(1985) sendo dividi-

---

(113) São Paulo,Município - População Paulistana na virada do século. Secretaria Municipal de Planejamento, Suzana Pasternak Taschner, maio 1990, mímeo, p. 15.

(114) Idem, ibidem.

TABELA 28 - População Residente no Brás (subdistrito) por sexo e faixa etária

FAIXA ETÁRIA / SEXO	MENOS DE 1 ANO	1 A 4	5 A 9	10 A 14	15 A 19	20 A 24	25 A 29	30 A 34	35 A 39	40 A 49	50 A 59	60 A 69	70 E MAIS	TOTAL
F	296	953	1113	1125	1139	1741	2009	1812	1461	2296	2150	1593	1170	19058
M	313	971	1173	1057	1383	2508	2615	2194	1666	2393	1917	1315	724	20229
TOTAL	609	1924	2286	2182	2722	4249	4624	4006	3127	4689	4067	2908	1894	39287
(%)	1,5	4,9	5,8	5,6	6,9	10,9	11,8	10,2	7,9	12,0	10,3	7,4	4,8	

FONTE: SEMPLA-DECOR - Fundação SEADE.

da em anel central e anel interior de acordo com o percentual de população jovem, até 15 anos, abriga o Brás no chamado anel interior[115] e aponta uma frequência de 19,5% em 1980 para jovens até 14 anos. É evidente o direcionamento dos jovens para a periferia. TASCHNER afirma: ..."A espacialização dos grupos etários mostra, entre 70 e 80, um padrão mais idoso nos anéis interior e intermediário, um padrão com idade média elevada, mas com tendência a rejuvenescimento no anel central e padrão jovem no anel exterior e sobretudo no periférico".[116]

Esses dados se complementam com o exame das taxas de crescimento diferencial dentro do tecido urbano. Enquanto na década de 70 o aumento da população se fez nitidamente através das periferias (os anéis exterior e periférico cresceram 84,11%) no período 80-87 os percentuais de aumento de população na periferia são de 69,73% e em contrapartida, o incremento da zona central (anéis central e interior) que nos anos 70 foi de 6,86%, no período 80/87 foi de 14,2%. Supõe-se, pois, que o Brás refletiu esse crescimento, seguramente nos seus cortiços.

Esse contingente se caracteriza pela pobreza, sem dúvida. Em 1980, a renda familiar no subdistrito do Brás[117] apresentava a seguinte distribuição: 46,4% ganhavam até cinco salários mínimos e 30% apresentavam renda de 5 a 10 S.M. A mesfonte dava para o Município de São Paulo para essas mesmas faixas de renda a proporção de 44,8% e 28,9% respectivamente, ou seja, o Brás já revelava maior acento na pobreza. Já para 1989,

---

(115) Suzana P. Taschner - op. cit. Essa classificação divide o Município em anel central, interior, intermediário, exterior e periférico.

(116) São Paulo, Município -"População paulistana na virada do século". Sempla-1990, p. 18.

(117) Censo Demográfico - FIBGE, 1980.

projeções davam um perfil distinto em parte: há menos famílias com renda familiar até cinco salários mínimos (38,4%), sendo que 21% auferem até três salários mínimos e 17% de 3 a 5 salários mínimos. A proporção dos que ganham acima de cinco salários mínimos (5 a 12 S.M.) subiu para 46,42% e 15,2% dos moradores estão acima desse patamar mensal. Esse quadro não é o mais pobre do município, assemelhando-se aos subdistritos do Bom Retiro, Santa Ifigênia, e outros centrais, mas distinguindo-se de muitos outros, de melhor desempenho quanto a esse aspecto (118).

Já a pesquisa OD-87 (119) avaliou que o poder real de compra do salário mínimo em São Paulo caiu em 60% durante período 1977-1987 na proporção de US$550 de renda familiar média em 1977 para cerca de US$290 em 1987 na região metropolitana de São Paulo. Assim, a comparação não pode ser feita apenas com base nos salários mínimos nominais, com a queda dos níveis de renda familiar da ordem de 50%. Dessa maneira, as faixas de renda familiar até três salários mínimos equivaleriam às até 4 S.M. e as de 3 a 5 S.M. às de 4 a 8 salários mínimos; nos limites até 10 S.M. estariam agora aqueles que percebem até 15 salários mínimos e aos que ganhanvam 20 salários mínimos vão corresponder os que ganham até 30 S.M. Na região metropolitana estariam cerca de 50,3% até 8 S.M.; no Município de São Paulo, 44,8% de sua população estão nessa situação.

---

(118) São Paulo, Município - Secretaria Municipal de Planejamento - DECOR - Estudos Populacionais - 1º Relatório de Andamento - 1989 - mímeo.

(119) São Paulo, Município - Secretaria Municipal de Planejamento - Distribuição Espacial da População e das Atividades - Abril/1990.







BRÁS - 1990
LARGO DA
CONCÓRDIA

F-23: Lgo.da Concórdia - Feira de Sábado

F-24: Lgo. da Concórdia

F-25: Lgo. da Concórdia

familiares da Eletropaulo, e as listagens de códigos de uso e padrões do TPCL (impostos territorial, predial, conservação e limpeza, Rendas Imobiliárias - Secretaria das Finanças do Município). Essas listagens foram acrescidas de contribuições trazidas pelas equipes pastorais (Igreja), dos setores próprios de HABI (Escritório regional da AR-Sé) endereços atualizados. Disso resultam alguns mapeamentos, apesar das limitações de cada fonte(122).

Justamente a comparação entre essas duas fontes permitiu a realização de um trabalho que procurava oferecer subsídios ao dimensionamento de cortiços no Município de São Paulo. Realizou-se um exame de consistência entre esses dois cadastros, uma vez que o conceito de cortiço adotado permitiu a identificação de sua presença sob diferentes modalidades de imóveis e que variava em uma e outra fonte(123).

---

(122) A listagem da Eletropaulo, que consiste de imóveis multifamiliares por ela cadastrados e para os quais há uma redução das contas de luz com aplicação de tarifa mínima - subsidiada - em função do grande número de famílias residentes no imóvel. Essa listagem não é completa pois depende do interesse do locador na procura da Eletropaulo e assim, há muitos cortiços que não conhecem o programa e não estão cadastrados. Segundo essa listagem, em setembro de 1987 existiam 61 imóveis encortiçados no Brás, onde residiam 668 famílias estimando-se a população residente em 2.405 pessoas. Os índices de 3,6 pessoas por grupo residente foram extraídos da pesquisa Cortiços em São Paulo: Frente e Verso. Sempla, 1985 - op. cit.
Quanto ao cadastro do TPCL, apresenta limites quanto ao dimensionamento, mas apresenta subsídios que, mediante correções estatísticas, podem oferecer estimativas mais seguras quanto ao encortiçamento na área.

(123) Maura P.B.Véras e Aida P.Nogueira. Subsídios ao dimensionamento de cortiços em S.Paulo-Análise de fontes secundárias disponíveis - SEMPLA/CDH,1988. O uso habitacional nas tabelas do cadastro TPCL recebe diferentes códigos: 10 (residência), 12 - residência coletiva (exclusiva cortiços) 13 - Cortiço; 14 - Residência e loja (predominância residencial), 20 (apartamento em condomínio), 21 - prédio apartamento não em condomínio - uso residencial, 22 - apartamento ou misto (uso misto); 80 - hoteis, pensões, hospedarias. Pesquisas anteriores e o citado trabalho de consistência provaram a probabilidade de cortiços nos vários códigos, em especial os códigos 13, 14 mas também nos códigos 12 e 80. O código 13 que seria o mais apropriado apenas atingiu 10% do total de cortiços da amostra, porque normalmente na área central,o cortiço aparece com outros usos: 42,43,64,84, respectivamente loja e residência (predominância comercial) outras edificações de múltiplo uso(43 e 64) e edificações de uso múltiplo especial. Especialmente na área central há muitos cortiços entre pensões ou seja, cód.80. Estamos nos prendendo mais aos códigos de uso que aos padrões de construção, pela ambigüidade dos critérios, predominando sempre os padrões médios.

> "Assim é que para o Cadastro Imobiliário TPCL, como não há diferenciais marcantes de impostos segundo o uso, o enquadramento de imóveis como cortiços aparece com frequência mesclado a outros códigos. Hipóteses anteriores foram confirmadas: além do cód. 13, há cortiços no cód. 12 - casas coletivas, no código 14 e 42 (uso misto) e sobretudo no cód. 80 (hotéis, pensões, hospedarias). Para um dimensionamento de cortiços, pois, o uso da fonte TPCL deve ser acompanhado de cuidados que estimem corretamente tais possibilidades: é provável que se encontrem, proporcionalmente, os cortiços nesses códigos que apresentam, pois, maior 'vocação' para esses equívocos (...). Além disso, outros códigos revelam possíveis enquadramentos 43 (comércio, junto a utilizações múltiplas, 64 (serviço, junto a utilizações múltiplas) e 84 (usos especiais junto a utilizações múltiplas) (...) os códigos 13 e 80 podem ser usados com cuidados e os de nºs 12, 14, 43, 64 e 84... podem ser utilizados mediante localização urbana e pesquisa de campo". (124)

Agregando-se os dados nos setores fiscais (TPCL) de nºs 2, 3 e 25, procurou-se conhecer o uso habitacional do subdistrito do Brás (limites aproximados) e em especial, o uso cortiço.

O uso habitacional prevalescente nos setores fiscais considerados é o enquadrado no código 42 (uso misto, com loja, prédio e residencial), seguido do de prédios de apartamentos com uso misto (cód. 22) e do cód. 20 (apartamento em condomínio). As residências horizontais, as residências coletivas, os cortiços e os hoteís, pensões e hospedarias, juntos, perfazem apenas 20,5% da área construída do bairro. O uso comercial e de serviços, prepondera, portanto, sobretudo quando associado ao uso habitacional.

O parque imobiliário do bairro, pois, nos setores aqui abrangidos, revela-se como composto de muitos prédios de até quatro pavimentos e com a presença de uso comercial na fren-

---

(124) Idem, ibidem, p. 32.

Tabela 29 - Uso Habitacional no Brás (Setores Fiscais 2, 3 e 25)

CÓD.USO	CÓDIGOS DE USO															
	10 RES. HORIZ.		12 RES. COLETIVAS		13 CORTIÇOS		14 USO MISTO: RES. E LOJA		20 APART. EM CONDOMÍNIO		21 PRÉDIOS NÃO EM CONDOMÍNIO		22 PRÉDIOS:APT. E USO MISTO		42 USO MISTO: RES. E LOJA		80 HOTÉIS, PENSÃO, HOSPEDARIAS	
SETOR FISCAL	Nº DE CASOS	ÁREA CONS.	Nº DE CASOS	ÁREA CONS.	Nº DE CASOS	ÁREA CONS.	Nº DE CASOS	ÁREA CONS.	Nº DE CASOS	ÁREA CONS.	Nº DE CASOS	ÁREA CONS.	Nº DE CASOS	ÁREA CONS.	Nº DE CASOS	ÁREA CONS.	Nº DE CASOS	ÁREA CONS.
2	481	42.137	55	7.145	5	1.167	1	270	1.886	105.908	2	1.495	196	202.780	424	115.848	9	7.026
3	595	49.837	85	13.043	16	5.390	19	3.319	1.259	87.271	4	2.572	90	68.897	281	68.709	10	4.625
25	1.192	105.592	94	16.519	29	7.327	72	10.311	1.228	92.184	1	2.190	252	64.971	949	259.872	42	19.404
%		(14,5)		(2,7)		(1,0		(1,0)		(20,9)		(0,5)		(24,6)		(32,5)		(2,3)
TOTAL	2.258	197.566	234	36.707	50	13.884	92	13.900	4.373	285.363	7	6.257	538	336.648	1.654	444.429	61	31.055
ÁREA MÉDIA CONST/ UNID.		87,49m^2		156,86m^2		277,68m^2		151,08m^2		65,25m^2		893,85m^2		625,74m^2		268,69m^2		509,10m^2

FONTE: Rendas Imobiliárias - Cadastro TPCL - 1988 - Resumo Estatístico

OBSERVAÇÃO: As áreas construídas não coincidem com a área total de uso residencial da Tabela 27 (p. 624) pela diversidade dos limites entre o subdistrito e os setores fiscais aqui arrolados. Os dados são aproximados apenas.

te ou no térreo, seguida de uso habitacional coletivo acima e aos fundos. No quadro habitacional da cidade de São Paulo, agravado pela alta de aluguéis e insuficiência do estoque para locação, o encortiçamento do Brás continua sendo uma alternativa cabível[125].

Procurando identificar o número de cortiços da área, utilizamo-nos do raciocínio exposto pelo citado estudo do teste de consistência entre dados do TPCL e da Eletropaulo[126] e fazendo os ajustes estatísticos entre as duas fontes, estimamos para a área do Brás em apreço as seguintes possibilidades de encontrar cortiços nos seguintes códigos:

ESTIMATIVAS	Cod.10	Cod.12	Cod.13	Cod.14	Cod.42	Cod.80	TOTAL
% DE CORTIÇOS POR CÓDIGO DE USO	2,25	32,0	100,0	40,75	10,63	41,0	-
TOTAL DO CÓDIGO NOS SETORES	2.258	234	50	92	1.654	61	4.349
ESTIMATIVAS DE CORTIÇOS	51	75	50	37	176	25	414

OBS.: Sem condições de estimar apartamentos encortiçados (cód. 20,22 e 21).

---

(125) Em 1990, a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano realizou um Concurso Público Nacional de Anteprojetos de Habitação Popular, cujos resultados foram divulgados em 1º de março. A "Vila do Brás", projeto do Arq. Sylvio Podstã, foi o vencedor e buscava adequar-se ao entorno do bairro. Nos 6 mil m² de área, em frente às torres da COHAB-SP (em frente à R.Dr. Mursa e R.Aristides Lobo), o projeto prevê a construção de cerca de duzentas e trinta unidades (casas térreas e sobrados com dois ou três andares) que abrigariam até quase mil moradores e com 30m² cada uma. Pretendendo ser uma "mini-cidade", está prevista uma praça interna, um páteo como centro de convivência e, levando em conta, a proximidade ao Metrô e o centro de São Paulo, previu lojas nos andares térreos, além de estacionamentos para servir aos usuários e trabalhadores de escritórios. A idéia era obter recursos com esses equipamentos para instalar outros recursos institucionais como creches, lavanderias e sede da associação dos moradores, de modo a que estes só tivessem de pagar a fração ideal relativa à moradia. O projeto admite seis tipologias, desde "quartos de pensão" até unidades de dois dormitórios diversificando os usuários. Mas, apesar do passado do bairro, que nasceu popular e de sua atualidade, ainda tão plena de cortiços, houve reação da população ao supracitado projeto habitacional. Aqueles ora residentes nos edifícios de apartamentos para renda média promovidos pela Cohab-SP vieram a constituir um "movimento de recuperação" do Brás - o SOS Brás, temendo a vizinhança de "prédios-favelas", realizando muitas reuniões com moradores e condôminos e fazendo manifestações públicas (Plenária dos Movimentos de Habitação - Fac.de Direito do Largo S.Francisco em 20/4/90), abaixo-assinados a serem enviados à Prefeita e ao Poder Judiciário: "a fim de resguardarem os interesses e direitos dos que já há algum tempo compraram apartamentos nos prédios junto à Estação Brás do Metrô, ainda na Administração do então Prefeito Janio Quadros". - Jornal do Brás, 2a. quinzena de abril/1990.

(126) Maura Véras e Aída R. Nogueira, op. cit., 1988.

Servindo-nos das estimativas do número de pessoas por imóvel (33,5) apontadas por pesquisas anteriores[127] a população moradora em cortiços do Brás atingiria cerca de 13.869 pessoas, ou seja, 35% dos residentes no subdistrito[128]. Como a distribuição por renda demonstrou estarem 38% dos moradores na faixa de até cinco salários mínimos, julgamos possível tal proporção quanto à precariedade habitacional[129].

Como apenas 21% dos terrenos do subdistrito é ocupada para uso residencial, depreende-se que este uso aparece junto com comércio e serviços (cód. 42 e 14, por exemplo) que têm maiores áreas construídas. Verifica-se também que isso ocorre com as habitações coletivas que têm maior área construída(cód. 13, 12, 21 e 80). Tudo a revelar o adensamento de alguns pontos no bairro.

Como consta da introdução sobre o tema cortiços, é suposição clássica, surgirem estas "cabeças de porco" — pensões ou casas de cômodos — em regiões bem servidas de infraestrutura (água, luz, esgoto) equipamentos urbanos de educação, saúde, abastecimento, lazer, religiosos e sobretudo,transporte coletivo e oferta de emprego. No passado, a moradia operária ao longo das ferrovias e parque fabril. No caso do Brás de hoje, região de comércio, serviços e indústria, com proximidade ao Centro, é grande a frequência dessas habitações precárias de aluguel.

---

(127) São Paulo,Cidade:Cortiços em São Paulo:Frente e Verso.1985, op. cit.

(128) Baseando-nos nas estimativas de população de SEMPLA/DECOR/1989.

(129) Com base na Pesquisa OD-87/SEMPLA, a proporção daqueles que possuem baixa renda (até 8 sal.mínimos) chega a 51,6% do bairro.

A presente caracterização dos cortiços do Brás aproveitou-se dos dados de uma pesquisa mais ampla levada a efeito sobre esta forma de habitação precária coletiva em todo o Município de São Paulo, sob minha coordenação, junto à Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo durante o 2º semestre de 1984[130]. Estamos apresentando dados coletados em cinco cortiços do Brás que pesquisamos de acordo com nossos propósitos para este projeto. Mais tarde, em novembro de 1987, realizamos nova pesquisa em mais um grande cortiço, nos limites do Brás e Móoca. Objetivou-se conhecer vários níveis: 1) tipos arquitetônicos desses imóveis "deteriorados", explicáveis pelo processo histórico de ocupação da cidade. Assim é que se procurou conhecer as dimensões dos imóveis: lote, ocupação, taxa de ocupação, concepção original, como por exemplo: casarão burguês, ou casa padrão médio, etc., os acréscimos sofridos durante o processo de encortiçamento e que irão configurar a depreciação da qualidade de vida. Dispomos, portanto, de uma caracterização das condições físicas de habitabilidade: ventilação, material empregado, conservação etc. O quadro de Identificação de cortiços do Brás, permite visualizar tais informações (Ver Anexo IV). Verifica-se também a alta frequência de vilas (já construídas no início do século para imigrantes e hoje, ocupadas por nordestinos) e de imóveis adaptados para este uso; 2) O segundo nível referia-se à localização urbana e suas condições de melhorias e equipamentos. 3) O terceiro nível aborda as condições de uso do imóvel (se residencial), estritamente encortiçado ou com unidades autônomas - se de uso misto (comercial, residencial, serviços ou indústria); as condições de ocupação - congestionamento e salubridade (nesse caso, temos indicadores para apreen

(130) São Paulo,Cidade. Secretaria Municipal de Planejamento: Cortiços em São Paulo: Frente e Verso. SP, 1985. Ver Anexo II e Anexo III.

der os níveis de habitabilidade tais como índices de pessoas/ bacia sanitária, superfície/habitante, torneira/pessoas etc.

Nesse mesmo nível procurou-se conhecer a gestão do imóvel. Quem o explora, se o proprietário, sub-locador,enfim, quais os intermediários e a lucratividade desse "empreendimento", tão lesivo a seus usuários; 4) Por último, pesquisou-se a caracterização sócio-econômica das famílias e grupos residentes nos cortiços visitados: naturalidade, procedência,sexo, idade, ocupação, setor de emprego, renda do chefe, renda familiar, escolaridade, orçamento doméstico, bem como sua vinculação ao bairro: local de trabalho, condução e tempo utilizados, uso de equipamentos de entorno. Essa caracterização é feita para chefes, cônjuges e companheiros, filhos e agregados, permitindo visualizar o grupo residente e respectivas estratégias de sobrevivência.

Quanto à seleção dos endereços e número de casas pesquisadas é importante registrar que não se trata de amostra quantitativa, mas de caracterização qualitativa desse tipo de moradia. Não se pretendeu nenhum tipo de generalização com base em parâmetros estatísticos(131).

Nossa análise pretende, pois, servir-se das contribuições dos estudos realizados por ocasião do levantamento de

---

(131) Cf. Maura Véras . Relatório de Andamento da Pesquisa de Cortiços no Município de São Paulo - Sempla - 1984. É importante relatar as fontes: dados da Prefeitura do Município de São Paulo - Secretaria das Finanças - Rendas Imobiliárias, através do imposto sobre os imóveis, por código de uso: habitação, comércio, indústria etc., do chamado TPCL - Territorial, Predial, Conservação e Limpeza. Tais impostos, em rol por endereço, taxam os imóveis em cortiços, pensões, apartamentos etc. Essa fonte era a única disponível, apesar dos problemas já apontados.

65 imóveis no Município de São Paulo, distribuídos pelo anel central, intermediário e anel periférico nos anos de 1984,1985 e 1987. Especialmente a comparação do contingente estudado se justifica com os encortiçados na área central, além do cotejo com a população da cidade como um todo. O subconjunto representado pelos cortiços pesquisados do Brás, pretende, pois, ilustrar os processos de segregação e inserção na cidade descritos neste trabalho.

QUADRO VII- Cortiços no Bairro do Brás

Coleta: Julho e agosto/84

Novembro/1987

ENDEREÇOS PESQUISADOS	OBSERVAÇÕES DE 1987	Nº DE CÔMODOS/FAMÍLIAS PESQUISADOS	Nº DE PESSOAS PESQUISADAS
1. Rua Caetano Pinto, nº 252	Demolido em 1986.	5	26
2. Rua Caetano Pinto, nº 235	Mudança de algumas famílias em 1987.	4	10
3. Rua Visc. de Parnaíba, nº 1042	Mudança de algumas famílias em 1987.	4	15
4. Rua Maria Domitila, nº 110	Mudança de algumas famílias em 1987.	5	18
5. Rua Pires Ramos, nº 26	Mudança de algumas famílias em 1987.	3	9
6. Rua Wandenkolk, nº 483	Pesquisada em 1987.	14	54
TOTAL		35	132

Os cortiços do Brás não diferem muito dos outros existentes na cidade de São Paulo e, em especial, na área central. Quanto aos aspectos arquitetônicos, dentro de uma variada gama dos tipos encontrados para o Município, os imóveis do Brás consistem, na sua maioria, de construções concebidas para uso coletivo - edificações de 2 e 3 pavimentos, vilas (R. Visconde de Parnaíba e Caetano Pinto,236) e metade deles são de uso misto: comércio e indústria nos térreos e uso coletivo nos andares superiores. Trata-se de estoque edificado até 1930, bastante antigo portanto. O chamado "Mineirão" (R.Caetano Pinto,252, hoje demolido) era exclusivamente residencial, assim como o "Maracanã" (R. Wandekolk,483). Os demais sempre abrigaram alguma atividade comercial ou serviços ou indústrias na frente ou no térreo; no próprio "Maracanã", uma placa na porta diz: "Concerta-se roupas".

Há dois imóveis que sofreram transformação adaptando-se para cortiço (R. Pires Ramos e R. Wandekolk), outros carregam a memória do bairro em termos de alojamento coletivo da força de trabalho desde o início do século, combinando-se aqui a "herança" do bairro popular, e a "deterioração". Próximo à área atacadista e da Rangel Pestana, a região é residencial e mista, de baixo padrão habitacional.

As áreas construídas são relativamente grandes, oscilando de 144m^2 a 1140m^2, com grande congestionamento dos lotes, pois superam as cifras de 60% na maioria, algumas chegando a 88% de ocupação. O uso misto (oficinas, comércio, serviços ou indústria) não chegou a diminuir o porte da área encortiçada — o número de cômodos alugados varia entre 12 a 76, em média 14,6 cômodos/imóvel, mas esse desempenho é superior à média encontra

da para o Município que é de 13,9 cômodos/cortiço[132] indicando que no Brás estão as maiores aglomerações nesse sentido. Além disso, as habitações coletivas do Brás estão quase totalmente ocupadas (cerca de 90% delas) o que é comum às áreas centrais da cidade.

São cortiços geralmente explorados e administrados tanto pelo proprietário (4 casos) quanto por sublocador (2 casos), mas aparece a utilização de imobiliárias (2 casos em 6) e zeladores como intermediários.

A densidade populacional encontrada foi de 68 pessoas por imóvel, dada a concentração de grandes imóveis (o Mineirão comportava 159 pessoas, o Maracanã outras 65 pessoas, a vila da R. Visconde de Parnaíba cerca de 62 pessoas e na Rua Maria Domitila moravam 71 pessoas). Apenas os cortiços da Rua Pires Ramos e o da Caetano Pinto nº 235 eram de menor porte. A média encontrada para o Município era de 33,5 pessoas por imóvel e na área central, de 41,0 pessoas/cortiço. Isso indica que no Brás os cortiços são dos maiores da capital.

Por sua vez, a média de habitantes por cômodo de cortiço encontrada na cidade para os cortiços foi de 2,6 pessoas; no Brás, essa média foi de 2,4 pessoas. Embora isso possa sugerir que o congestionamento é menor aqui que em outras áreas, é bom lembrar que a área dos cômodos é indicador muito importante porque no cômodo são exercidas todas as funções, consistindo da unidade de moradia. À função de dormir, somam-se a de alimentação, lazer, trabalhar e isso implica no mobiliário que é variado. A média do Município das áreas dos cômodos dos cortiços foi

---

(132) Cortiços em São Paulo: Frente e Verso. Op. cit., p. 102. Todos os índices citados aqui são baseados nesta pesquisa sobre cortiços.

de 12,1m^2. No Brás a média chegou a 14,1m^2, revelando as construções antigas de cômodos de maiores dimensões que as do anel intermediário e periférico. Há contudo cômodos em que habitam 12 a 14 pessoas (Rua Wandenkol e Caetano Pinto, por exemplo) e em outros, apenas uma só pessoa.

A área encortiçada por pessoa, importante indicador de qualidade da moradia, é bastante reduzida; para os moradores desses cortiços da capital é de 6,5m^2/pessoa, representando nível patológico no dizer de especialistas. Para os imóveis do Brás essa área é de 4,2m^2/pessoa.

Tudo agravado pela ausência de cozinhas, pontos de água, apenas dois imóveis possuem cômodos com torneiras, nos outros, elas são coletivas; são indicadores dessa precariedade os índices médios de pessoas por torneira, que oscilam de 17,3 pessoas/torneira até 1,83 pessoas, ficando em torno de 8 pessoas para cada equipamento. Os tanques usados para roupas, utensílios e até higiene pessoal, também são raros: há casos de 12 pessoas/tanque. O mesmo ocorre com as bacias sanitárias (entre os do Brás é o índice de 12,8 pessoas/bacia, equivalente ao índice da cidade (12,3 pessoas/bacia, nos mais graves). Isso ocorre também com chuveiros, ausência de janelas e as demais caracterizações já conhecidas.

5.7. Condições de vida dos moradores do Brás

Algumas das hipóteses sobre o encortiçamento referem aos supostos de que o cortiço é alternativa de moradia para migrantes recém chegados à cidade, portanto, como etapa provisória; de que se trata de população adulta, indivíduos sós e idosos (com menor incidência de família e filhos pequenos); de que o cortiço abriga parcelas consideráveis de desempregados, desocupados e até mesmo marginais; que a economia de transporte para os moradores é grande variável norteadora para a moradia em cortiços, pois a população procura locais centrais de grande oferta de empregos e por outro lado procura adaptar-se e ajustar-se ao mercado de trabalho do entorno; que há uma estreita vinculação entre a opção cortiço em áreas de urbanização consolidada e oferta de equipamentos sociais e comunitários de educação, saúde, lazer, evitando sua mudança para outras regiões e que o encortiçado não quer mudar. Buscando conhecer a especificidade de moradia no Brás e sua inserção na cidade procurou-se fazer uma caracterização sócio-econômica dos habitantes(133).

---

(133) Foram aplicados formulários a moradores de cômodos, na proporção de no mínimo três por imóvel, procurando diferenciais no mínimo um por edificação, um por pavimento. A unidade de pesquisa aqui é o grupo residente no cômodo e não o imóvel, sendo informante o chefe (cônjuge e companheiro) ou, na sua ausência no dia da coleta, um membro (acima de 14 anos) que possa oferecer dados sobre a unidade de consumo. Os aspectos enfocados abrangem: a estrutura etária da população, distribuição por sexo, composição familiar, local de procedência dos chefes ou responsáveis, anos de residência no Município de São Paulo, trajetória habitacional anterior, tempo de residência no bairro e no cortiço, ocupação, renda pessoal, renda familiar, número de pessoas que trabalham por família ou grupo, orçamento do grupo, peso do aluguel, escolaridade, setor de emprego e situação de emprego, alternativa de mudança preferida; vinculação do entorno, medida pelo uso de equipamento de educação, religião, lazer, saúde, do entorno e pelo local de trabalho e condução com tempo de percurso para o trabalho diário.





BRÁS - 1990

F-26: Largo da Concórdia- à esquerda Viaduto Alberto Marino

F-27: Av. Rangel Pestana - Comércio de confecções

No Brás a estratégia familiar parece ser diferente. Os cônjuges trabalham em proporção maior que os da área central 16,8% deles estão no setor de serviços.e 2,4% são autônomos e 60% não trabalham. Entre os moradores de cortiços pesquisados no Brás, 48% deles não trabalham e 52% contribuem para o sustento da família, além da presença de agregados e filhos que também colaboram.

Os moradores pesquisados do Brás são jovens na maioria, pois nas faixas de idade de até 45 anos estão quase 90% deles, mas há forte concentração de adultos (entre 22 e 45 anos), sugerindo grande participação no mercado de trabalho. Apenas 12,1% se colocam acima de 46 anos. Essa distribuição é semelhante à dos encortiçados do Município de São Paulo.

A análise desses dados se completa na comparação com outras fontes, como o Censo Demográfico para o Município de São Paulo, ou mesmo com outras pesquisas realizadas sobre cortiços e outros segmentos de população moradora de subhabitações como favelas, por exemplo.

QUADRO VIII- Comparação entre a distribuição de idade por faixas entre várias pesquisas: sobre cortiços,favelas e Censo Demográfico (em porcentagem)

FAIXAS ETÁRIAS	FAVELAS 1974	FAVELAS 1982	CORTIÇOS 1975	CORTIÇOS 1985	CENSO DEMOGRÁF. 1980	CORTIÇOS DO BRÁS (1985-87)	BRÁS (SUBDIST) (1989)
0 - 14	49,4	45,7	44,6	35,5	30,0	39,4	17,8
		(15-49)					
15 - 60	48,7	47,1	50,7	61,5	63,6	60,6	70,0
		(50 e mais)	(65 e mais)				
61 e mais	1,9	3,3	4,7	3,0	6,4	-	12,2

FONTES: Pesquisa HABI/COPED Caderno Especial nº 1 - 1974 (para Favelas 1974); Perfil das Famílias das Favelas do PROMORAR - FABES,1982(para Favelas 1982); Boletim nº 6 - SEBES/HABI - (1975); Pesquisa SEMPLA(para Cortiços 1985) e Censo Demográfico do Município de São Paulo - 1980 (para Censo 1980).
Para o subdistrito do Brás (1985), Fundação SEADE - SEMPLA.

Em comparação com os dados do Município de São Paulo, verifica-se que a população encortiçada comporta-se de forma assemelhada, com ligeiro aumento da população até 14 anos,mais alta entre estes moradores de cortiço que no restante da população da cidade. As outras faixas recebem menor expressão entre os encortiçados, sobretudo há menos idosos que na população do Município de São Paulo. No Brás, é mais elevada a proporção dos jovens e assemelhada ao dos encortiçados no Município quanto à faixa dos adultos, diferentes dos dados do subdistrito do Brás que revelou um contingente mais adulto e idoso. É importante considerar na análise dessa variável o peso das migrações, quer sobre a população do Município, quer para os moradores de cortiço. Na presente pesquisa, constata-se que na sua grande maioria trata-se de população migrante, especialmente de homens em idade considerada mais frequente para o ingresso e a participação no mercado de trabalho (15 e 49 anos),justamente a faixa cuja porcentagem aumentou consideravelmente na tabela. Também as faixas etárias iniciais recebem maior peso entre os encortiçados, provavelmente referindo-se aos filhos de encortiçados já nascidos na Capital.

De acordo com as últimas pesquisas(134), houve significativa alteração na forma de crescimento populacional do Município. Antes ainda era fortemente baseado nas migrações,e agora passou a ser influenciado mais pelo componente vegetativo, com participação de 55,6% no incremento total da população,contra 44,4% do componente migratório, o que contrasta com o ocorrido na década 1960-70, onde o saldo migratório era maior. Is-

---

(134) Fundação SEADE. 1989 e 1990. Ver também São Paulo,Município - São Paulo, crise e mudança - Ed. Brasiliense/SEMPLA.

so alterou sobremaneira a pirâmide etária de São Paulo, pois com a forte participação do componente migratório, pela atração à cidade de uma população "em idade de trabalhar", alterava-se a estrutura etária da configuração tradicional brasileira, onde as faixas jovens são de maior peso. Contudo, o menor ritmo migratório ainda não foi suficiente para provocar tal alteração.

Na população encortiçada, a distribuição por sexo se apresenta de forma invertida à da população em geral para o Município, segundo o Censo de 1980, que apontou 48,9% de homens e 51,1% de mulheres. Observa-se entre os encortiçados ligeiro predomínio do sexo masculino (50,5%) sobre o sexo feminino (49,5%). Ainda o peso da migração pode explicar essa distribuição. Entre os cortiçados do Brás é maior a diferença: 53,8% de homens e 46,2% de mulheres, talvez pela grande presença de emprego industrial e serviços que em outras regiões centrais.

A presença de famílias nos cômodos prevalece nos cortiços pesquisados do Brás e do Município de São Paulo como um todo, onde aumenta do centro para a periferia, enquanto que, paralelamente, a proporção de indivíduos sós também aumenta na mesma direção. Inversamente, a proporção de indivíduos associados (sem vínculo familiar) diminui do centro para o Anel Intermediário e desaparece na periferia. No Brás, como visto, as famílias encortiçadas (nucleares e agregados) representam quase a totalidade. Só houve um caso de pessoa morando só. Quanto ao estado conjugal de fato, enquanto perto de 30% dos chefes não tem parceiro, 51,5% são amasiados e 20,0% são casados e vivem com o cônjuge. Dessa forma, há 71,5% de casais; os que vivem sem parceiro, são viúvos, solteiros, morando com filhos e agregados (irmãos, cunhados, sobrinhos, sogras).

A média observada de grupo residente para o total pesquisado de cortiços do Município foi de 3,6 pessoas/cômodo. A pesquisa de SEBES/HABI (1975) sobre cortiços apontava o índice de 3,6 pessoas/cômodo, o que sugere ter-se mantido constante essa faixa para os encortiçados durante esses dez anos, apesar do crescimento da população do Município de São Paulo em geral e dos moradores em cortiços em particular.Observa-se, pois, que o índice de pessoas/grupo residente nos cortiços,entendidos como pessoas por famílias (dada a grande frequência de famílias nos conjuntos pesquisados), são inferiores aos da população da Grande São Paulo, que é de 3,9 pessoas e para o Município de 3,7 pessoas/família(135). Isso pode, em parte,ser explicado pelo alto congestionamento dos imóveis, com reduzidos cubículos para moradia, pela pressão exercida por proprietários, sublocadores na locação dos cômodos em não aceitar famílias numerosas com crianças pequenas, e o peso de cada morador nas despesas mensais. Entre os cortiços do Brás a média de pessoas por grupo é 3,8, maior que a do Município, portanto(136).

Procurando conhecer as condições da população moradora em cortiços de inserir-se no mercado de trabalho e integrar-se ao contexto metropolitano, selecionou-se um conjunto de variáveis tais como: procedência do chefe (último lugar antes de

---

(135) Pesquisa Emprego e Desemprego em São Paulo - Fundação SEADE/DIEESE - 1985.

(136) Censo de Favelas de 1987 (SEHAB-Habi - Divisão de Planejamento). Entre os favelados, o índice encontrado de pessoas por família foi de 5,42 pessoas/grupo, evidenciando que a favela abriga grupos mais numerosos, sendo população que, via de regra, não paga pela sua moradia e não encontra os mesmos obstáculos que os encortiçados neste aspecto. Ver também Maura Véras e Suzana P. Taschner. Evolução e Mudanças das Favelas Paulistanas - trabalho apresentado na ANPOCS - outubro 1990 - mimeo.

São Paulo), naturalidade da população, tempo de residência no Município de São Paulo, anos de residência no cômodo pesquisado, tipo de moradia imediatamente anterior, escolaridade e análise da força de trabalho (posição na ocupação, setor de atividade).

Uma das hipóteses presentes sobre o processo de encortiçamento em geral e no Brás em especial referia-se à população moradora como composta de migrantes, recém chegados à cidade e que o cortiço, portanto, constituía-se como etapa provisória de vida. De fato, enfocando-se os chefes de famílias pesquisados nos cortiços do Brás, a maioria deles é migrante(91,4%) e vêm do nordeste (57,3% deles), especialmente de Pernambuco (28,8%), Bahia (17,1%), Paraíba (8,6%) e Ceará (2,8%). Apenas 8,6% dos chefes nasceram no Município de São Paulo.Do interior de São Paulo procederam 20% dos chefes, 2,8% vieram do Maranhão, 2,8% de Minas Gerais, 2,8% de Goiás e 5,7% do Rio de Janeiro. Quanto às características rurais ou urbanas, a maciça maioria (74,2%) veio de região urbana; apenas 20% declararam procederem da região rural. Parece configurar-se, pois, migração de longa distância e passagem por cidades menores antes de virem para São Paulo.

No caso do contingente encortiçado do Município de São Paulo, a tendência é a mesma: apenas cerca de 6% dos chefes entrevistados nasceram no Município de São Paulo, evidenciando que a maciça maioria dos encortiçados é migrante (94% deles). Também em sua maioria vieram da Região Nordeste como um todo, mais especialmente da Bahia e Pernambuco, perfazendo 54% dos migrantes. Outras porcentagens significativas são dos chefes que procedem do Interior do Estado de São Paulo (16%), da região Sudeste, sobretudo do Estado de Minas Gerais (14,5%),sen-

do que das demais regiões e mesmo do Exterior, há frequências bem menos expressivas.(137)

A análise desses dados completar-se-ia com exame mais profundo dos fluxos migratórios que demandaram a São Paulo nas últimas décadas. Sabe-se, porém, que a transição para o trabalho na metrópole vai-se fazendo com passagens por diferentes centros urbanos, pois nem sempre a migração é direta para São Paulo. O local de procedência indica muitas vezes, cidades que representavam possibilidades de ocupação rentável para esses trabalhadores já "excluídos". Além disso, como já dito, o peso do componente migratório sobre o crescimento da população no Município vem diminuindo nas décadas de 1970/80 e 80/90,em proporção à década de 60-70. Como resultante disso o Município de São Paulo teve sua participação diminuída relativamente à Grande São Paulo:

> "enquanto em 1970 a população paulistana representava 72,8% da população da Grande São Paulo, em 1980 sua participação caiu para 67,5% ou seja, a Região Metropolitana atrai maiores parcelas de contingentes populacionais". (138)

Já verificando-se as condições do local de procedência dos chefes encortiçados do Município, nota-se que há relativo

---

(137) Pela pesquisa SEBES/HABI (1975), a grande maioria (79,1%) era migrante, provindo quer do interior do Estado de São Paulo(24,3%) quer dos outros Estados Brasileiros (48,0%), quer do Exterior (5,9%). Predominavam entre os migrantes de fora do Estado de São Paulo, aqueles que procediam da Região III (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Fernando de Noronha), com 29,9% desses encortiçados.

(138) Cf. Plano Diretor do Município de São Paulo - SEMPLA - 1985, p. 49. Em 1990, estudo realizado por Suzana P. Taschner para o Plano Diretor 91 indicava que o padrão de crescimento horizontal do Município havia diminuido proporcionalmente, tendo acontecido um adensamento das regiões centrais, especialmente na região da Sé. Acresce-se a isso o aumento do coeficiente de mortalidade infantil no Brás, Santa Cecília, Liberdade, indicando baixa qualidade de vida — encortiçamento — percebido pela Faculdade de Saúde Pública. Suzana P. Taschner - População Paulistana na Virada do Século - SEMPLA, 1990.

equilíbrio na frequência dos que declararam provir de zona urbana (50,7% do total) e zona rural (49,3%), com ligeira predominância portanto dos urbanos. No Brás, a frequência da experiência urbana é mais forte, talvez indicando que de acordo com essa trajetória, preferiram morar em locais centrais da cidade, não optando pelas periferias.

Torna-se fundamental conhecer a naturalidade dos chefes e da população para obter as diferenças entre a origem dos chefes de família encortiçados e a população em geral moradora dos cômodos permitindo distinguir o peso dos fluxos migratórios e do nascimento de crianças na Capital sobre o total pesquisado. De forma geral, constatou-se um comportamento diferencial ao da variável local de procedência, pois detectou-se grande proporção de filhos de encortiçados migrantes, nascidos nesta cidade e no próprio cortiço, muitas vezes.

Nos moradores de cortiços da cidade de São Paulo,como um todo, a maior frequência está para os nascidos na cidade de São Paulo (35,8%) diferentemente dos dados relativos às procedências dos chefes que só nasceram aqui na proporção de 5,7%. Trata-se agora, em sua grande maioria, de filhos de migrantes, crianças nascidas em São Paulo e geralmente, no próprio cortiço. É ainda alta a porcentagem dos que nasceram no Nordeste, pois, somando-se aos que nasceram em Pernambuco e Bahia, perfazem 38,1% dos encortiçados. Assim, a população encortiçada não nasceu no Interior do Estado de São Paulo na mesma proporção da população da cidade de São Paulo, indicando que os moradores de cortiço originam-se mais de fluxos migratórios interregionais, do que dos do próprio Estado e constituem contingente,via

de regra, já "excluído" em seu local de nascimento[139].

No Brás, destaca-se que 37,2% dos chefes nasceram em Pernambuco, 14,4% na Bahia, 5,7% na Paraíba, 5,7% no Ceará, 2,8% em Alagoas, perfazendo 63,8% de nordestinos. São Paulistas cerca de 20% dos encortiçados desse bairro e menos da metade destes é paulistana. Os mineiros representam quase 9,0% dos residentes do Brás. Ainda nasceram em Goiás (2,8%) e Paraná (2,8% esses chefes moradores neste bairro. Já os filhos dos encortiçados do Brás apresentam outro perfil da naturalidade. Cerca de 66% nasceram na Capital de São Paulo, e quase 10% no Interior de São Paulo, perfazendo 75,5% de paulistas. São nordestinos apenas 16,4% dos filhos de encortiçados, especialmente pernambucanos e cearenses, e 4,9% são mineiros e 3,2% são do Estado do Rio de Janeiro. Os migrantes, estão no Município de São Paulo há mais de onze anos, a metade deles.

Quanto à hipótese de os cortiços representarem etapa provisória na trajetória habitacional de chegada à metrópole, os dados referentes aos chefes de família dos imóveis pesquisados do Brás revelam o inverso: 40% deles chegou à capital há mais de 15 anos, e 70% estão aqui há mais de 8 anos, enquanto só 28,5% chegaram até 8 anos. Menos de 20% estão

---

(139) Comparando-se aos dados do Censo Demográfico de 1980, verifica-se que, de acordo com essa fonte, dos fluxos migratórios que vêm à Capital o mais forte é representado pelos nascidos no Interior do Estado de São Paulo (64,6%), seguido de longe pelos que nasceram no Estado de Minas Gerais (7,5%), Bahia (6,6%) demais Estados do Nordeste (6,5%) e Pernambuco (4,4%). Da região sul, vieram 3,5% dos moradores de São Paulo. Esses contingentes estão bem representados entre os moradores de cortiço.

há menos de quatro anos[140].

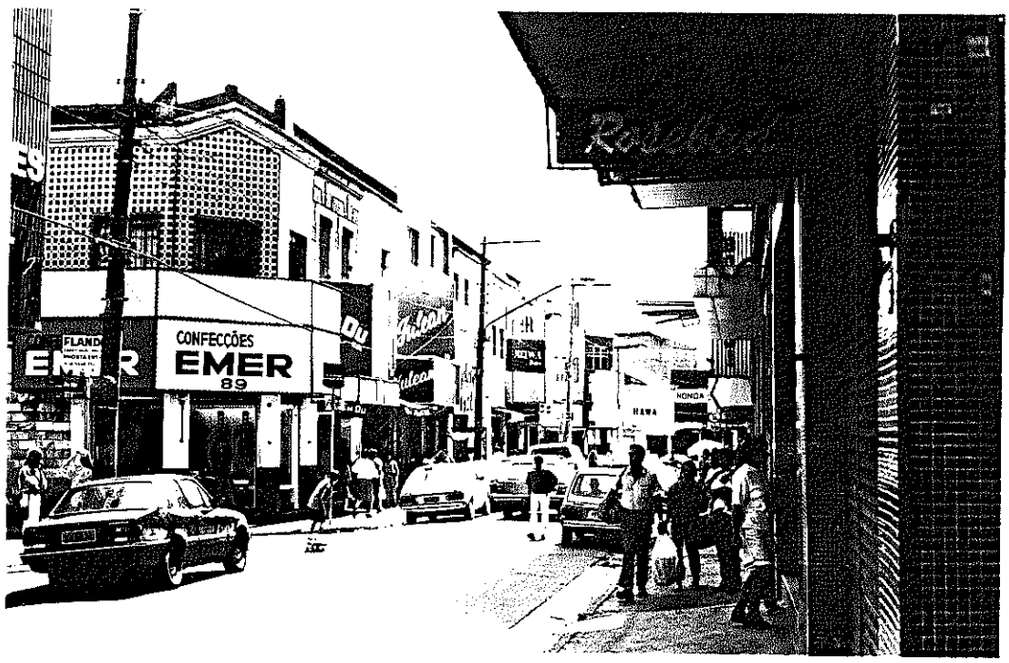
A análise dos anos de residência em São Paulo também considerada para os encortiçados migrantes do Município(1985) mostrou que a hipótese não se confirma: a maior frequência é a dos que permanecem há mais de 10 anos no Município de São Paulo. Como sabemos que apenas 5,7% são da Capital, isso significa que dos migrantes, a grande maioria não está no cortiço como etapa provisória devido à curta permanência nesta cidade.

No caso do Brás, os dados são mais expressivos, sugerindo que este contingente é mais estável na Capital que os encortiçados da cidade em geral. Tais características são comuns aos encortiçados das áreas centrais, onde prevalecem as maiores frequências entre os que aqui estão há mais de 10 anos decrescendo os percentuais quando decresce o prazo de permanência.

A explicação para esses dados pode ser encontrada não só pela análise dos processos históricos de encortiçamento dos diferentes subdistritos da Capital, onde já se insinua a idéia de ser mais antigo no Brás, como também pelos fluxos migratórios que percorrem a história da cidade e que se somam na compreensão do fato aos primeiros fatores.

---

(140) Pelos dados da pesquisa realizada em 1975, já citada, 20,9% dos habitantes de cortiço sempre havia residido no Município de São Paulo. Dos migrantes, cerca de 70% aqui estavam há mais de 10 anos, período que pode ser considerado razoável para a "adaptação ao contexto metropolitano". E, com acima de vinte anos de residência na capital havia cerca de 22% dos entrevistados. Cerca de 41% dos moradores de cortiço poderiam configurar-se em um período de adaptação recente ou seja,até 2 anos de residência no Município de São Paulo. Na oportunidade, já se descartava, pois, como única hipótese explicativa de que o cortiço seria etapa provisória de adaptação na metrópole, permanecendo, assim a suposição de que, para mais da metade dos encortiçados, a alternativa cortiço era a única encontrada para trabalhadores, premidos por um processo de pauperização que os afastava de moradias mais satisfatórias.





BRÁS - 1990.

COMÉRCIO, IMEDIAÇÕES DO LARGO DA CONCÓRDIA

F-28: Rua Milley

F-29: Rua F. Withaker - ao fundo a fábrica ZELO, outrora Cine Oberdan.

No caso do Brás a média do tempo de permanência no cômodo pesquisado é de 4,9 anos, similar à encontrada para a área Central, portanto.

De maneira geral, o movimento de permanência do cômodo não acompanha o tempo de residência no Município de São Paulo, sendo até mesmo inverso. No Anel Central, por exemplo,mesmo no caso do Brás onde o processo de encortiçamento é bem antigo,o que poderia sugerir maior estabilidade, verifica-se que há grande freqüência de migrantes residindo há mais de 10 anos na Capital e é significativa a porcentagem de pessoas que residem no cômodo até 1 ano(25,7%).

No Brás, pois, moram no cômodo há menos de 3 anos 60% das famílias, 26% deles ali residem de 3 a 10 anos. Apenas 14% estão há mais de 10 anos.

Não se pode concluir as causas do encortiçamento ou mesmo dessa alta rotatividade dos seus moradores, apenas através de cada uma das variáveis examinadas. Nesse sentido,há que considerar um conjunto de fatores. Entre aqueles de caráter urbano propriamente dito, como o uso do solo, verifica-se, por exemplo, que há zonas em que o processo de encortiçamento é bem antigo, de bairros que já surgem como populares como Brás. E há regiões que abrigam notadamente "classes médias" e que vêm sofrendo processos mais recentes de alteração de uso e de "deterioração", como Perdizes e Consolação. Embora isso não seja suficiente para explicar a rotatividade, auxilia sua compreensão. Outros fatores devem ser levados em conta, principalmente os de ordem sócio-econômica, como as condições não formais desse mercado de locação, a rotatividade de emprego, e as inúmeras pressões sofridas pelos moradores graças aos baixos salários recebidos.

O percurso habitacional dos grupos encortiçados do Município de São Paulo, através da distribuição por tipo de habitação imediatamente anterior ao cortiço, apontava que a maior frequência estava entre os que já moravam em moradia alugada com cômodos alugados no próprio bairro, além dos que sempre moraram no cômodo pesquisado, perfazendo, pois, cerca de 38% que já moravam naquele bairro há tempo considerável. Somando-se estes aos que vieram de outros bairros (12,4% dos moradores) cerca de 50% dos chefes entrevistados utilizaram-se de cômodo alugado. Vieram de unidade habitacional unifamiliar cerca de 32% dos moradores de cortiço, distribuindo-se por casa própria (21%) e alugada (11%). Vinham de casa própria unifamiliar migrantes, referindo-se este local pois, a casos de outra cidade ou Estado.

Entre os encortiçados do Brás repete-se a tendência: a alternativa aluguel apareceu muito forte em 60,0% das moradias anteriores, inclusive na modalidade casa coletiva precária (37,2% moravam já em cortiços, no mesmo pesquisado e em outros do Brás ou fora dele) e de casas e apartamentos unifamiliares alugados, principalmente fora de São Paulo (14,3%), mas também da capital (8,5%). A porcentagem dos que vieram de casa própria é bem restrita (5,6% apenas dos grupos) e os que constituiram família aqui em São Paulo, ou seja, passaram a morar longe dos pais em São Paulo eram 11,4% do total — casais mais jovens, portanto. Cerca de 20% dos grupos encortiçados do Brás provieram de outras alternativas habitacionais. Outro aspecto importante é que a experiência em moradias coletivas (cortiços, com parentes em São Paulo ou fora de São Paulo) atinge as maiores frequências (46,0%) e a moradia unifamiliar (casa própria ou alugada) representa menor parcela (39,0%). Des-

sa forma, a moradia em cortiços no Brás significa a etapa mais recente de uma longa trajetória, por si mesma já precária, de acomodação coletiva para fazer frente aos custos de moradia. Essa tendência é comum aos cortiços da área central e de periferia, enquanto no anel intermediário é maior a porcentagem dos que vieram de casa unifamiliar, própria ou alugada. (Ver Tabela 30).

Tabela 30 - Grupos encortiçados do Brás por tipo de residência imediatamente anterior (tipo e condição de ocupação)

TIPO		%
ALUGUEL	No mesmo cortiço	14,3
	Outro cômodo no Brás	8,6
	Cômodo em outro bairro	14,3
	Sub-total - Cortiços	37,2
	Casa unifamiliar em São Paulo	5,7
	Casa unifamiliar fora de S.Paulo	14,3
	Apartamento em São Paulo	22,8
SUB-TOTAL - ALUGUEL		60,0
CASA PRÓPRIA UNIFAMILIAR	Casa própria unifamiliar em S.Paulo	2,8
	Casa própria fora de São Paulo	2,8
	Sub-total - casa própria	5,6
	Casa dos pais	11,4
SUB-TOTAL - CASA UNIFAMILIAR		17,0
	Casa dos patrões	5,7
	Com parentes em São Paulo	2,8
	Com parentes fora de São Paulo	5,7
	Favela	2,8
	Albergue	2,8
SUB-TOTAL OUTRAS ALTERNATIVAS		19,8
NÃO RESPONDEU		2,8
TOTAL		100,0 (35 grupos)

Para caracterizar as condições de inserção no mercado de trabalho desses moradores do Brás, iniciamos pela sua situação de escolaridade. Enquanto na cidade de São Paulo como um todo os encortiçados apresentavam a maioria dos chefes com baixo nível de escolaridade (56,6%), distribuindo-se em 27,6% deles que eram analfabetos e 29,0% que eram semi-analfabetos (não chegaram à 4ª. série do 1º grau), aqueles que apresentavam da 4ª. série em diante só eram 20%, no Anel Central, os escolarizados (4ª. série completa do 1º grau em diante), perfazem 38,9% dos chefes, enquanto são analfabetos e semi-alfabetizados 61,1% deles. O Brás apresentou porcentagem mais alta de analfabetos (39%) e semi-alfabetizados (30,6%), perfazendo 69,6% nessa condição. Contudo, há 13,8% de seus moradores que terminaram o 2º grau.

Comparando-se esse perfil com o da população ocupada do Município de São Paulo[142] entre analfabetos (5,2%) e alfabetizados sem escolarização (1,3%) havia o total de 6,5% de escolarização deficiente; a partir da 4ª. série do 1º grau (60,5%, sendo 50,8% incompletos) 11,9% completavam o 2º grau (5,6% não completavam esse grau) e 15,5% estavam no nível superior. Esse indicador é relevante, pois, para identificar a precariedade dos encortiçados de inserção no mercado de trabalho, e os do Brás, como visto, apresentam as maiores cifras de analfabetismo e escolarização deficiente da cidade de São Paulo.

A análise da inserção no mercado de trabalho dessa população é fundamental, pois são seus níveis de renda deter-

---

(142) Pesquisa Emprego e Desemprego na Grande São Paulo - DIEESE-SEADE, out/nov/dez, 1984.

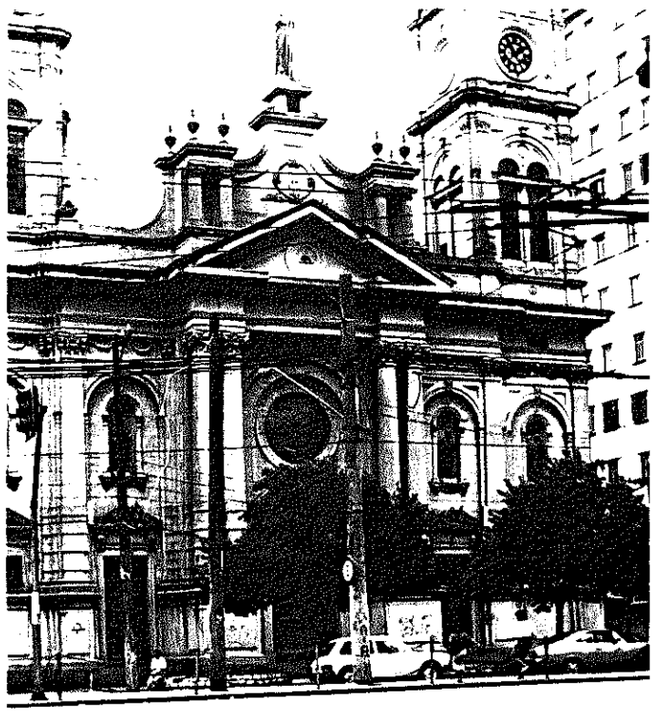
minantes no consumo da habitação, além disso, porque pesa sobre o encortiçado a "pecha" de bagunceiros, maloqueiros e desocupados[143].

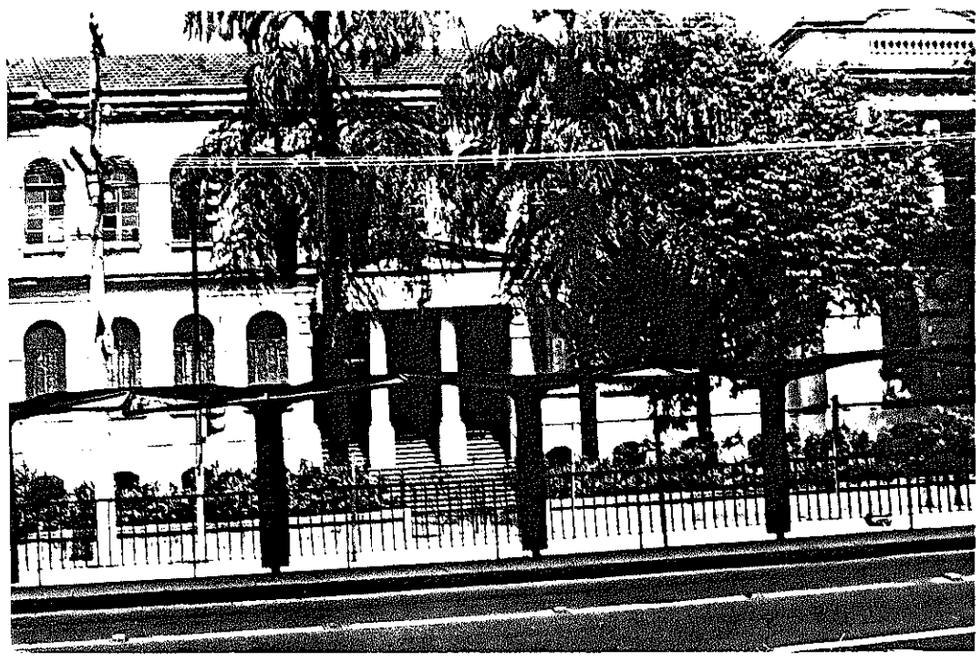
No contexto da grave recessão econômica que atingiu especialmente a região metropolitana de São Paulo, com a contração das atividades industriais e consequente retração do mercado de trabalho, as condições de vida da população em geral rebaixaram-se sensivelmente. No caso da população encortiçada evidenciou-se o descompasso entre o crescimento da força de trabalho, a queda dos níveis de emprego no Município de São Paulo, os expedientes que esse contingente teve de utilizar para sobreviver e consequentemente níveis de renda e consumo, no caso, o da habitação precária. O desemprego em São Paulo inicialmente circunscrito a segmentos menos qualificados da mão-de-obra (como, por exemplo, da construção civil), acabou expandindo-se para outros segmentos, até atingir especialmente a indústria de transformação que a partir de 1980 libera contínuas levas de trabalhadores canalizados então para o setor terciário.[144]

---

(143) Diagnóstico sobre o fenômeno cortiço no Município de São Paulo. SEBES-HABI, 1975. Na verdade, já em 1975, percebera-se que o cortiço abrigava trabalhadores, pois cerca de 86% dos chefes de família pesquisados trabalhavam, 3% estavam desempregados e 11% eram aposentados e pensionistas. Dos que trabalhavam, a maioria estava no mercado formal de trabalho, com 68% de empregados registrados, 16% de autônomos, apesar da alta rotatividade de emprego. No levantamento da SEMPLA (1985), isso se comprova. Diminuiu, entretanto, a porcentagem dos que trabalham (agora 83,4%), enquanto aumentou a de desempregados (4,7%), permanecendo mais ou menos constante a proporção de pensionistas e aposentados (11,9%).

(144) Conforme Plano Diretor do Município de São Paulo - SEMPLA/1985.





BRÁS - 1990

F-30: Igreja Senhor Bom Jesus do Brás - Av. Rangel Pestana

F-31: Grupo Escolar Romão Puiggari - Av. Rangel Pestana

São autônomos 16,7% dos chefes do Brás, e geralmente caracterizam "serviços" e subempregos, tais como camelôs, comércio de ferro velho, costureiras, sapateiros, pequena oficina mecânica, pintores, bilheteiros e empregadas domésticas diaristas. São empregados do comércio apenas 8,3% e são frentistas de postos de gasolina e balconistas. São desempregados apenas 2,7% dos chefes, o que sugere que, em lugar de desemprego aberto, há um desemprego disfarçado, perceptível na frequência dos autônomos (e subemprego).

É significativa a porcentagem de aposentados (8,8%) do total do Município, mas no Brás, os aposentados são dois casos em 35 (8,3%).

São segurados e pensionistas apenas 2,7% dos chefes. De qualquer modo, se somarmos as categorias ocupacionais que não auferem renda fixa no mercado formal ou sem renda, teremos quase 20% (desempregados, autônomos) e como inativos (aposentados, pensionistas, segurados) cerca de 11%.

Convém informar também que no Brás trabalham 50% dos moradores de cortiços (66 pessoas no total de 132) enquanto na cidade toda os encortiçados apresentam 45% que trabalham.

Adotando o conceito de força de trabalho como aqueles maiores de 14 anos (por dificuldade de desagregar as faixas de idade até 10 anos), ter-se-á 64,1% da população e destes, são população economicamente ativa (estão trabalhando e percebendo renda) 44,7% do total pesquiado; a população não economicamente ativa é da ordem de 55,3%. No Brás, 82,2% estão acima de 14 anos e trabalham e percebem renda 82,5% deles.

Em comparação aos dados do Censo Demográfico de 1980 para o Município de São Paulo, onde se verifica que há 43,5% de

população não economicamente ativa e 56,5% da população economicamente ativa (sobre a população maior de 10 anos), no Brás. comportam-se de acordo com a tendência geral da cidade e participam mais ativamente do mercado de trabalho, contando-se com o concurso dos chefes, cônjuges, filhos e agregados.

Também de acordo com o Censo Demográfico para o Município de São Paulo para 1980, da população economicamente ativa, as maiores frequências estão nos ocupados da indústria (41,2% desse subconjunto), especialmente na indústria de transformação; a seguir serviços (38,3%), especialmente serviços em geral e atividades sociais; no comércio estão ocupados 12,1%. Estão no terciário, pois, 50,4% dos que trabalham no Município de São Paulo. Como se viu entre os encortiçados pesquisados (no Município e no Brás), atualmente a maioria está empregada no setor terciário e autônomos. Contudo, quanto aos empregados na indústria, os encortiçados participam menos (30,0% dos encortiçados da cidade e 22,8% no Brás). Isso pode ser explicado pelo seu baixo perfil ocupacional e pela integração do encortiçado no mercado de trabalho do seu entorno mais próximo, como já foi visto.

Dos subdistritos do Anel Central, ao contrário dos cortiços da Móoca, onde prevaleceu a porcentagem dos empregados da indústria (o dobro das outras), no Brás, apesar de ter a mesma frequência para indústrias que a Móoca, esta é superada pela porcentagem dos empregados nos serviços, mais que o dobro.

Em síntese, os dados da pesquisa sugerem que a integração ao mercado de trabalho parece fazer-se mediante a localização espacial do cortiço. Essa população tende a adequar-se à oferta de emprego mais próxima de sua moradia, uma vez que não consegue ocupações mais qualificadas e que justificassem maiores deslocamentos. Por causa da alta rotatividade do emprego,

muitas vezes a moradia acaba sendo mais estável que o emprego, tornando-se o eixo provável de encontrar outro emprego nas áreas próximas ao cortiço, parecendo básica a estratégia de diminuir gastos com transporte, morando próximo ao trabalho. Mesmo quando isso não ocorre, a moradia em cortiço continua opção mais adequada quando se deslocam espacialmente em função dos empregos encontrados.

A análise de distribuição da renda desses moradores revelou um quadro compatível à sua participação no mercado de trabalho e a seus perfis de escolaridade e ocupação.

Para a análise dos malabarismos que esses trabalhadores tem que desenvolver na luta pela existência é conveniente considerar além da sua renda individual, a renda familiar que se lhes apresenta como estratégia de sobrevivência, pois, além do chefe, o cônjuge ou companheiro, filhos e agregados são chamados muitas vezes a colaborar com a receita doméstica contribuindo com suas forças de trabalho individuais e seus salários para o consumo comum.

Em outros casos, a mulher/companheira embora não trabalhe, auxilia na manutenção do grupo: através de atividades domésticas, preparo de alimentos, cuidado com os filhos, etc. A família aparece pois, como unidade de consumo e também como produtora do trabalhador (sua reprodução). A renda familiar passa a ser, portanto, um indicador significativo desses níveis de consumo, entre os quais, o da habitação e no caso específico, o aluguel do cômodo de cortiço e despesas de água e luz.

No caso de grupos de indivíduos associados na moradia do cômodo, sem vínculo de parentesco, essa estratégia se torna ainda mais evidente. Trata-se de Renda do Grupo[145], reve-

(145) Para efeito de composição da Tabela constou como Renda Familiar.

lando o poder aquisitivo deste contingente, bem como a população economicamente ativa e o peso que os não ocupados representam para ela.

A população encortiçada do Município, no seu todo, incluindo pessoas inativas e crianças conta com 54,5% de pessoas sem renda. Conclue-se que das pessoas pesquisadas, mais da metade delas não trabalham (não auferem renda), cabendo, pois, as pessoas que garantem e ajudam a sobrevivência desses moradores um peso considerável. Como a PEA (População Economicamente Ativa), está em 45,5% desse contingente, cada trabalhador sustenta 1,2 pessoas em média.

No caso do Brás, exatamente a metade da população trabalha, o que indica que cada trabalhador sustenta em média duas pessoas e a média de trabalhador por família é 1,9, enquanto a média de pessoas/família é 3,8.

Além disso, os índices salariais são muito baixos, pois até um salário mínimo estão 16,3% dos moradores e até três salários mínimos — perfazem 40,9% dos encortiçados. E, se somarmos os "sem renda" aos que recebem até três salários mínimos, teremos 85,4% da população encortiçada do Município.De maneira geral, o peso que os que percebem renda têm de suportar é ligeiramente maior que a metade da população. Os sem renda são na sua grande maioria menores de 14 anos havendo, contudo, 25,2% desse subconjunto que têm de 15 a 35 anos, idade considerada produtiva e apenas 10,2% têm acima de 36 anos, incluindo os mais idosos e aposentados. Convêm lembrar que dos chefes de família do Brás, 71,4% são homens e 28,6% são mulheres, e estas são viúvas e estão acima de 50 anos. A maioria dos chefes (60,0%) têm de 26 a 40 anos.

No Brás, a distribuição de renda do chefe aponta concentração na faixa de até 1 salário mínimo (31,4%) — 1 a 2 (28,6%) e até 3 salários mínimos (20,0%) perfazendo 80,0% até 3 salários mínimos, até 5 salários mínimos estão 97,2% dos chefes do Brás, só um caso ultrapassa essa faixa de rendimento mensal.

Isso acontece também para os encortiçados da cidade, para os que recebem renda, já vimos que a maior concentração está na faixa de 1,1 a 3,0 salários mínimos e, verifica-se que deste subconjunto, a maior parte está representada pelas que têm de 15 a 35 anos. Aliás, essa faixa de idade é a mais significativa em todas as faixas de renda individual.

No tocante à renda familiar, ela se apresenta diferente da renda individual, graças ao concurso do trabalho de outros membros de cada grupo residente.

A renda familiar ou a renda do grupo residente foi obtida como a soma dos rendimentos dos componentes da família ou cohabitantes do cômodo (quando não há vínculo de parentesco). A maior frequência para as famílias e grupos do total pesquisado na cidade está na faixa de 1 a 2 salários mínimos. No bairro do Brás, as famílias dos cortiços pesquisados apresentaram a maior frequência na faixa de 2 a 3 salários mínimos (28%) e entre 1 e 2 salários mínimos (16,8%). Portanto, 88% recebem até 3 salários mínimos.

Assim, a renda familiar distribue-se de forma acentuada na maior concentração até 4,0 salários mínimos (78,3% dos grupos aí se situam no Município de São Paulo, e sobretudo de 1 a 3 salários mínimos, com 54,5%), enquanto no Brás estão 72,8% até 4,0 salários mínimos.

Pequena parcela destas famílias trabalhadoras recebem renda acima de 4,0 salários mínimos (19,6% no Município de São Paulo e 16,8% no Brás).

A maioria dos grupos dessa população encontra-se inserida no mercado de trabalho, no sistema formal, haja visto a grande frequência de "empregados", aparecendo pequena porcentagem dos "sem renda".

Com relação à população do Município de São Paulo, entretanto, a distribuição de renda familiar mensal dos encortiçados revela ainda tratar-se de contingente "excluído", pois além de maior percentual dos "sem renda", entre as famílias de cidade há 11,6% que percebem até 2,0 salários mínimos e 34,4% de 2,0 a 5,0 salários mínimos, perfazendo 46,8% enquanto para os encortiçados é de 90%; é essa, obviamente, a causa maior do tipo de habitação usufruído e de sua precariedade.

Além disso, é indiscutível a piora nas condições de vida da população trabalhadora, o que provavelmente canalizou moradores, outrora de habitações satisfatórias para a alternativa cortiço. O quadro a seguir ilustra essas afirmações.

Quadro IX - Famílias residentes em domicílios particulares por classes de rendimento mensal

RENDIMENTO MENSAL	1979	1981	1982
Até 1 salário mínimo	6,2	7,3	9,0
1 a 2 salários mínimos	14,8	19,1	19,6
2 a 5 salários mínimos	28,5	40,0	38,2
Mais de 5 salários mínimos	36,0	31,8	27,6
Sem rendimentos	4,2	5,3	5,3
Sem declaração	0,3	0,5	0,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTES: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - 1979, 1981 e 1982, conforme Plano Diretor - SEMPLA - 1985.

Tabela 31 - Distribuição dos grupos encortiçados por renda familiar (S.M.) e número de pessoas que trabalham nos grupos

NÚMERO DE PESSOAS QUE TRABALHAM / RENDA FAMILIAR		0,6 a 1,0	1,1 a 2,0	2,1 a 3,0	3,1 a 4,0	4,1 a 5,0	5,1 a 10,0	10,1 e mais	NÃO RESP.	TOTAL F.ABSOL.	TOTAL (%)
1		4	3	3	3	2	-	-	1	16	45,9
2		1	1	7	2	1	-	1	-	13	37,2
3		-	2	-	-	1	1	-	-	4	11,3
4		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5		-	-	-	-	1	-	-	-	1	2,8
6		-	-	-	-	-	-	1	-	1	2,8
TOTAL	Nº ABSOLUTO	5	5	10	5	5	1	2	1	35	100,0
	(%)	14,0	16,8	28,0	14,0	14,0	2,8	5,6	2,8	100	

QUADRO X - Comparação da distribuição de renda familiar(Salário Mínimo) dos encortiçados da cidade(1985), dos moradores do Brás(1987), dos encortiçados do Brás(1985) e favelados(1987)

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR	FAVELAS (1987)	CORTIÇOS MSP (1985)	MORADORES BRÁS (SUBDISTRITO) (1987)	CORTIÇOS DO BRÁS (1985)
Até 1,0	4,2	14,8		14,0
1 - 2	22,0	31,8	26,9	16,8
2 - 3	20,6	22,7		28,0
4 - 8	17,9	11,1	24,1	14,0
8 - 15	11,2	9,5	21,9	14,0
15 - 30	24,1	10,1	22,5	2,8
30 e +			4,7	-
TOTAL	Renda Média: 3,85			

FONTES: Pesquisa SEMPLA - 1985 - Cortiços do Município de São Paulo e Cortiços do Brás

Censo Favelas - 1987 - SEHAB-HABI

Pesquisa O-D - Metrô - SEMPLA - 1987, para o subdistrito do Brás.

Dessa forma, cada vez maior número de pessoas é chamado a colaborar na sobrevivência dos grupos familiares.

Em mais da metade dos grupos entrevistados da cidade apenas uma pessoa trabalha (53,9%) e no Brás (45,9%) indicando não consistir ainda estratégia generalizada o concurso de mais membros além do chefe. Trata-se, na maciça maioria, de famílias nucleares com filhos pequenos e geralmente o marido trabalha; o cônjuge contribui no trato das crianças e no universo doméstico.

A média de pessoas que trabalham por grupo residente verificada no Brás foi de 1,9 pessoas/grupo enquanto a média de pessoas por família/grupo foi de 3,8 pessoas. Na cidade toda, esses índices são 1,6 e 3,6 respectivamente.

Observa-se por outro lado, que se aumentar a classe de renda, aumentará o número de pessoas que trabalham, reafirmando a estratégia da venda combinada da força de trabalho. Trabalham 2 pessoas por domicílio em 37,2% dos cortiços do Brás (34% na cidade). Em 8,8% dos domicílios da cidade trabalham 3 pessoas e 11,3% no Brás, onde 5,6% dos cômodos têm 4 a 5 pessoas por família trabalhando.

De maneira geral, tudo parece indicar que os cônjuges/companheiros na maior parte (52%) dedicam-se às tarefas mais diretamente ligadas à reprodução da força de trabalho no ambiente doméstico. No caso do Brás, 48% deles não trabalham e quando o fazem a maior frequência se dá na faixa de 1 a 2 salários mínimos (24%) e até 1,0 salário mínimo (20,0%) e de 2 a 3 salários mínimos (8,0%).

No Brás, verifica-se que houve apenas um cônjuge/companheiro trabalhando no setor indústria, poucos no comércio e a grande maioria está empregada nos serviços, além de que a maior parte está nas prendas domésticas.

As ocupações desses cônjuges estão bastante vinculadas às condições de oferta de emprego do entorno, pois há preferência em não deslocar-se para grandes distâncias; assim, as características de cada região expressam-se de forma clara; o setor Serviços predomina nas áreas centrais e no Brás.

Como se vê, o encortiçado tem de dar conta dos diversos itens de despesas mensais com sua renda familiar, substantivamente girando em torno do salário do chefe e eventualmente, de esposa e filhos.





BRÁS - 1990.
RUA CAETANO PINTO

F-32: Cortiço

F-33: Cortiço

Observa-se, pois, que tais custos pesam bastante na renda familiar, predominando as porcentagens relativas às faixas de 11 a 40% das receitas.

Com sua renda familiar o encortiçado tem de fazer frente aos diversos itens de despesa mensal: alimentação, vestuário, transporte, saúde, educação, lazer e especialmente a habitação. Sabe-se que aumentaram significativamente as despesas com transporte nas últimas décadas; verificando-se, por outro lado, que a moradia em cortiço toma-lhe parte de seus rendimentos, torna-se provável que ele venha a sacrificar outros itens de sua cesta de consumo, inclusive alimentação. De acordo com pesquisas realizadas sobre a estrutura dos gastos de famílias de São Paulo, vem se alterando progressivamente no sentido do seu aumento as despesas com transporte e "despesas pessoais", enquanto diminuem as parcelas relativas à alimentação, educação, saúde e habitação. Verificando-se o agravamento nas condições de vida da população trabalhadora.

Não se dispõe desses dados em detalhe, mas constata-se que as despesas com habitação ocupam, para a maioria dos habitantes dos cômodos de cortiço até 40% de sua renda mensal, estando as despesas médias em torno de 0,56 salário mínimo para o total pesquisado. Entretanto há famílias que gastam mais de 40% de sua renda com o cômodo alugado de cortiço, indicando os malabarismos e cortes que devem ser feitos no seu consumo básico. Há casos em que os custos com habitação atingem mais de 80% de sua renda e estes se localizam, principalmente, no Anel Intermediário, depois no Anel Central e nenhum na Periferia — esta última, onde se concentram os custos mais baratos com a habitação em pauta.

Pode-se supor, pois, que se a economia de dinheiro e tempo com o transporte diário para o trabalho constitui estratégia para essas famílias, especialmente nas regiões do Anel Central; no Brás, a estratégia de morar perto do trabalho e/ou economizar dinheiro do transporte é muito forte.

A proximidade ao local de trabalho, tão associada ao encortiçamento, continua válida como hipótese para as regiões centrais e menor para o Anel Intermediário e Periférico, medindo-se pelo tempo de percurso de cada viagem diária.

Além disso, os tempos de percurso para o trabalho entre os chefes de família encortiçados do Brás estão nas faixas de até 15 minutos (34,5%) e até meia hora (41,4%) indicando que cerca de 75% não gasta mais que esse tempo para o trabalho e vai a pé ou de ônibus/metrô. Os locais de trabalho que mais marcaram presença para este contingente foram o próprio Brás (14,3%), a Praça da Sé (8,6%), Ipiranga e Moóca (5,7% cada) e o "Centro" (também 5,7%). Além de 20% não terem local fixo de trabalho, surgiram pelo menos uma vez, fluxos para Guarulhos, Suzano, Praça da República, Tatuapé, Vila Carrão, Sapopemba, Aclimação, Paraíso, Pinheiros, Arouche, Anhembi[147].

---

(147) Também é diferenciado o comportamento da variável "tempo de percurso" de acordo com o Anel considerado, sugerindo o peso da localização urbana nas estratégias de sobrevivência dos moradores. Observa-se que no tempo mínimo de viagem, até meia hora, vai decrescendo o percentual na medida em que se desloca em direção à periferia. No Anel Central, a maciça maioria se enquadra neste tempo (78%); no Anel Intermediário é a metade dos trabalhadores pesquisados (57%) e no Anel Periférico apenas 28% dos chefes, frequência bem inferior. Dessa forma se explicam os dados relativos aos encortiçados do Brás.

Quadro XI - Evolução dos gastos familiares
Município de São Paulo (em porcentagem)

FAIXA DE RENDA FAMILIAR / GASTOS DISCRIMINADOS	0 a 2 S.M.		2 a 6 S.M.		6 a 12 S.M.		12 a 33 S.M.	
	1971/72	1981/82	1971/72	1981/82	1971/72	1981/82	1971/72	1981/82
Alimentação	53,9	48,9	43,5	41,10	37,0	33,4	27,4	27,6
Habitação	23,5	18,3	22,7	20,1	22,4	17,8	22,8	18,8
Despesas pessoais	10,4	18,8	13,6	16,7	14,4	16,5	14,0	15,4
Vestuário	1,7	2,8	6,4	4,9	6,3	5,5	6,9	5,7
Transportes	4,2	7,7	6,4	11,5	10,0	18,6	12,3	19,8
Saúde	5,0	3,2	5,3	3,9	5,8	4,9	9,2	6,1
Educação	1,3	0,8	2,1	1,9	4,1	3,3	7,1	6,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE - Pesquisa de Orçamentos Familiares - São Paulo - 1971-72 e 1981-82, reproduzido do Plano Diretor para o Município de São Paulo - SEMPLA - 1985.

Quadro XII-Renda mensal por pessoa, renda familiar média, despesas com habitação. Peso da habitação sobre a renda familiar

CORTIÇOS PESQUISADOS	RENDA MÉDIA POR PESSOA* (S.M.)	RENDA FAMILIAR MÉDIA (S.M.)	DESPESAS MÉDIAS COM HABITAÇÃO (S.M.)	% MÉDIA DE DESPESAS DE HABITAÇÃO SOBRE A RENDA FAMILIAR
Brás	0,72	2,72	0,61	22,4
Anel Central	0,85	2,70	0,54	20,4
Anel Intermediário	0,72	2,70	0,61	23,7
Anel Periférico	0,49	2,23	0,42	18,4
Município de São Paulo	0,75	2,60	0,56	21,6

(*) Divisão da renda familiar pelo número de membros da família (incluindo os que trabalham e os dependentes dos grupos residentes)

As despesas médias de habitação por grupo indicam, por sua vez, que no Brás estão as tendências mais altas desse mercado habitacional, com as mais altas despesas do Anel Central. E o peso desses gastos na renda familiar que em média no Município de São Paulo é de 21,6%, no Anel Central é de 20,4% e no Brás mais alta que isso. No Anel Intermediário, sobe para 23,7%; são mais baixas no Periférico.

No Anel Central, quanto a este aspecto, parecendo indicar que embora os custos de moradia não sejam elevados em si, são pesados para a estrutura de renda de seus habitantes. Isso sugere prováveis deslocamentos espaciais para regiões que ainda lhes permitam sobreviver. Com tendência possível, cabe pois a hipótese de que, em geral, enquanto as despesas com o cômodo ainda se contiveram nos limites de até 20% da renda familiar,esses moradores tenderão a estabelecer-se no mesmo espaço. Acima desses

limites, será esperada sua expulsão para outros locais e para outros arranjos existenciais.

Para destacar o peso da localização urbana nas explicações sobre o processo que leva os indivíduos a morar em cortiços do Brás, procurou-se apreender a vinculação ao entorno e bairro. A vinculação ao bairro/entorno pode ser considerada uma das estratégias de sobrevivência da população encortiçada, constando mesmo de inúmeras fontes bibliográficas como a principal delas enquanto economia dos gastos e desgastes de transporte (proximidade ao local de emprego) e apego a equipamentos sociais e serviços urbanos.

Procurou-se conhecer o grau de apego ao bairro e ao entorno próximo através de alguns indicadores tais como a proximidade do local de trabalho dos chefes, condução utilizada, tempo gasto em cada percurso, uso de equipamentos sociais, bem como a alternativa de mudança preferida, caso pudessem alterar seu padrão de moradia.

Iniciando-se pelo aspecto mais diretamente ligado às expectativas desse trabalhador, suas aspirações, que nem sempre são desvinculadas das reais oportunidades de que desfruta.

De fato, o nível de aspiração desses moradores é residir em habitação menos precária, é evidente, mas poucos crêem na possibilidade concreta de mudança. Assim é que 8,8% dos encortiçados do Município de São Paulo declararam preferir continuar no mesmo cortiço com algumas reformas e melhorias, todos eles no Anel Central (notadamente Perdizes e Moóca) e Intermediário (Vila Maria em especial). O SFH e a COHAB receberam a preferência de apenas 5,7% dos chefes encortiçados pesquisados e mais os da periferia que os dos outros anéis, talvez por-

que o padrão oferecido pelos órgãos oficiais esteja sendo o de implantação de conjuntos cada vez mais em áreas periféricas, estratégia essa já utilizada por esses encortiçados em questão.

O apego ao bairro atual é muito forte principalmente na região Central. As alternativas de moradia que envolvem a manutenção no bairro recebem frequências expressivas: casa alugada no próprio bairro (30%), casa própria no bairro (11,9%), melhoria neste cortiço (8,8%), perfazendo 50,7% do total pesquisado.

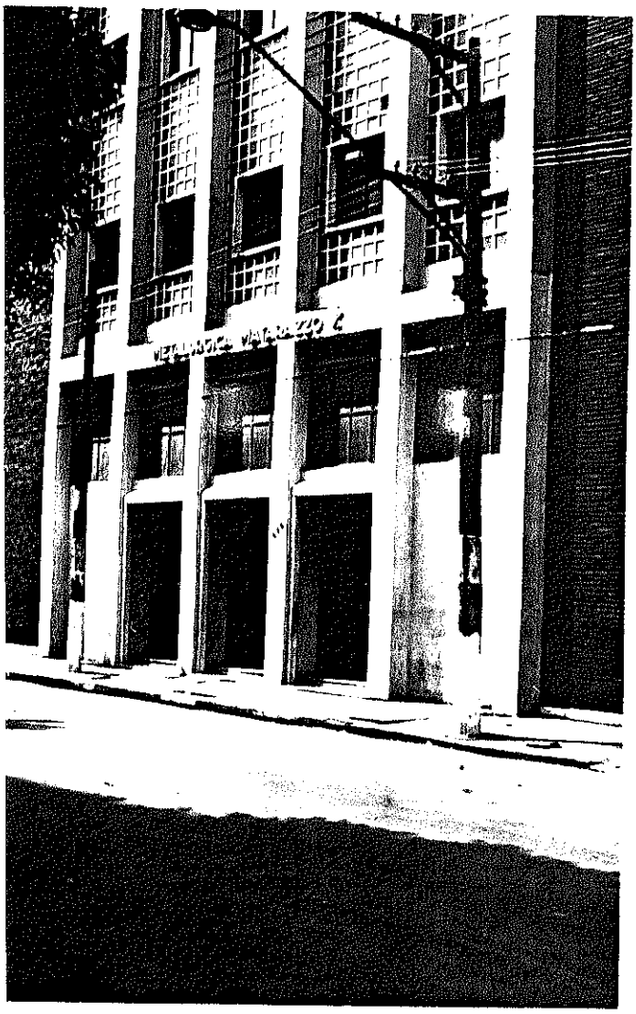
Isso confirma o arranjo de terem-se ajustado ao mercado local de trabalho, acostumado às vantagens da região mais bem servida de infra-estrutura e serviços urbanos básicos, equipamentos sociais em geral. Esse é o caso do Brás em que 28,5% querem continuar no bairro (em casa alugada ou casa própria), além de 2,8% que querem melhoria no próprio cortiço. A resposta mais frequente (34,2%) foi "comprar terreno, construir", solução via COHAB (17,1%), querem qualquer lugar de São Paulo(5,7%), barraco de favela (2,8%) e não quer mudar (2,8%), quer sair de São Paulo e voltar para terra (5,7%). Assim, não querem sair do bairro cerca de 54,1% dos entrevistados.

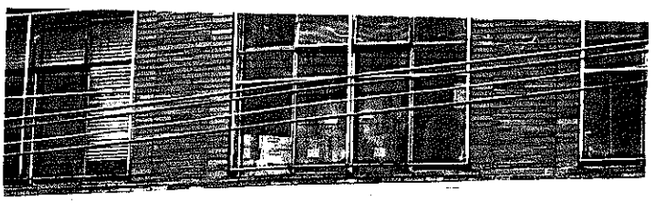
Dessa maneira, a população encortiçada está fortemente vinculada ao seu entorno comprando seus alimentos, remédios no próprio bairro. Especialmente os equipamentos de educação, saúde e religião foram pesquisados para indicar essa ligação.

Dos equipamentos de educação, foram selecionados como mais indicativas a escola de 1º grau e a creche, por exigirem maior proximidade em função de suas clientelas constituirem-se de faixas de idade mais jovens e porque as distâncias dificultam o transporte e acesso.

Tabela 32 - Distribuição dos encortiçados por alternativas de mudança preferida

ALTERNATIVAS DE MUDANÇA	%
Comprar terreno e construir	34,2
Casa alugada neste bairro	17,1
Casa própria neste bairro	11,4
BNH - COHAB	17,1
Melhoria neste cortiço	2,8
Sair de São Paulo/voltar para sua terra	5,7
Casa própria em outro bairro	2,8
Casa alugada em outro bairro	2,8
Barraco de favela	2,8
Não quer mudar	2,8
TOTAL	100,0







BRÁS - 1990.
RUA CAETANO PINTO



F-34: Metalúrgica Mattarazzo

F-35: Instituto Fontoura

F-36: Igreja Nossa Senhora de Casalucce

O equipamento creche foi valorizado no discurso dos entrevistados, mas é pouco utilizado. Apenas 17,0% das famílias do Brás recorrem e/ou têm acesso a creches, sendo a maioria localizadas bem próximas à moradia. A maior frequência está nos "não se aplica", ou seja, a família não tem crianças, ou elas não estão na idade abrangida pela creche. Entretanto, parte significativa dos grupos de moradores não utiliza o equipamento ou não respondeu, o que explica a grande quantidade de crianças que perambulam pelos corredores, pátios, ou mesmo ficam fechadas nos cômodos enquanto seus pais trabalham, episódios frequentes durante a fase de coleta de dados desta pesquisa. Isso ocorre também com as Escolas de Educação Infantil (faixa de 3 a 6 anos), onde apenas 4 casos responderam afirmativamente sua frequência a este tipo de equipamento.

O equipamento Escola de 1º grau é um dos pontos de ligação muito forte ao bairro/entorno. Excetuando-se os que não têm filhos nesta faixa de idade escolar, a maioria que utiliza a escola o faz próximo ao cortiço (50%). Contudo, para os encortiçados da cidade, há 14% de famílias com filhos na idade de 1º grau e que não frequentam escola onde se sabe também extensa a rede de escolas. É a necessidade de ingressar no mercado de trabalho uma das causas mais fortes detectadas. Mas para os que frequentam fazem-no perto de casa. É pouquíssima a frequência a escolas de 2º grau ou supletivos.

No tocante ao posto de saúde, 18% dos moradores de cortiços do Brás não o utilizam. Os grupos residentes que o fazem, na sua maciça maioria (80%) contam com o equipamento próximo à moradia e 20% procuram-no longe de casa.

No Brás, a religião congrega esses moradores mais do que se poderia supor. Apenas 31% não recorrem a equipamentos

religiosos: igrejas católicas, protestantes, nas várias modalidades, cultos espiritualistas, umbandistas etc. Isso ocorre na cidade de São Paulo como um todo para os demais encortiçados.

A maioria declarou-se católica, mas há presença razoável junto a centros espíritas também. Dos que frequentam igrejas/cultos de maneira geral, 75% fazem-no junto do cortiço e 25% longe. Essa é a tendência geral da cidade.

Assim, num contexto de baixos salários, a maioria dos moradores combina a economia com transporte, o aluguel acessível, à presença de equipamentos e serviços, como motivo de habitar nos cortiços.

Entretanto, os argumentos mais fortes parecem estar na proximidade ao local de trabalho, o que representa menor desgaste com condução (tempo e dinheiro) e maior oferta de emprego, conforme já analisado(148).

Contudo os cortiços localizam-se em locais com acessibilidade aos transportes coletivos, facilitando com essa oferta de condução as locomoções rotineiras dos trabalhadores residentes nos cômodos.

Indica que 29,5% deles utilizam-se de ônibus e distribuem-se pelos três anéis, sendo que no centro gastam meia hora de viagem e nos anéis Intermediário e Periférico, perdem 1 hora em média em cada viagem.

---

(148) A pesquisa realizada em 1975 por SEBES/HABI, dizia que 75% dirigiam-se a pé, até meia hora e apenas 10% gastavam mais de 1 hora, a atual pesquisa aponta algumas alterações nesse quadro, pois relaciona esse fato às diferentes localizações urbanas. Naquela ocasião, grande parte dos chefes de família encortiçados declara ser este o motivo principal de ali morarem. Isso não se verifica em 1985 com a mesma intensidade pelo menos para os moradores do Anel Periférico e parte do Anel Intermediário.

O metrô contempla os moradores do Brás, Liberdade e Vila Mariana em pequena proporção e é mais rápido nas viagens (meia hora em média). Ir a pé, por sua vez, nem sempre significa muita proximidade, pois, parcela deles gasta de meia hora a uma hora no trajeto.

Para que se visualise mais concretamente as distâncias percorridas pelos chefes encortiçados no percurso moradia x emprego, coletou-se o bairro/subdistrito em que trabalham. O exame desses dados revelou que mais da metade trabalha no próprio bairro, indo a pé. Os outros, dirigem-se diariamente a bairros, nem sempre tão próximos como se supunha.

Parece-nos, pois, que examinando os fluxos citados anteriormente de percurso moradia x emprego, e reafirmando que a maioria trabalha no próprio bairro, o Brás é ponto de atração para trabalhadores pauperizados. A maioria dos percursos pode ser descrita como relações intra-anel (no caso do Centro) e interanéis (no caso dos anéis Intermediário e Periférico) embora tenham ocorrido roteiros e estratégias totalmente estranhas a isso. Exemplos: Brás-Suzano (vai de trem); Pari-Guarulhos (vai de ônibus); São Miguel-Cumbica (vai de ônibus). A presença de ônibus, acessível na mesma rua do cortiço ou muito próximo é, pois, determinante na explicação dos cortiços serem estratégicos.

Os nexos que prendem esses trabalhadores no Brás morando em cortiços são múltiplos. Para entender estes nexos é preciso, pois, considerar que além dos estágios alcançados pela expansão da cidade, seus processos de transformação conjugados a formas de especulação imobiliária, deve-se levar em conta os recursos utilizados pelos moradores de cortiço que variam sempre de acordo com as oscilações da remuneração do





BRÁS - 1990.

F-37: Cortiço - Rua Wandenkolk

F-38: Construção de 1896

artesanato aos domingos, foi talvez a primeira nesse comércio. Além disso, no Anhembi, na Liberdade, no Largo 13 e Santo Amaro, em Pinheiros e no Largo da Concórdia.

Assim, as "casas do norte" ganham um significado especial. No Brás, nas imediações da Estação do Norte, e também no Parque D. Pedro, procuradas por vasto contingente de migrantes nacionais aqui residentes.

Fato interessante pode ser constatado aos domingos em São Paulo: na Praça da Sé, Rodoviária, Estação da Luz, verdadeira multidão de nordestinos se aglomera, passeando, comprando os quitutes e buscando encontrar conterrâneos e conhecidos, em um verdadeiro refúgio de contatos primários e simpáticos dentro do emaranhado das relações secundárias e categóricas da metrópole.

Um domingo na Estação Rodoviária de São Paulo, por exemplo, revela uma aglomeração desses migrantes na busca de encontros solidários: verdadeiro "footing" das cidades do interior paulista, a despedida de amigos e parentes, a recepção aos recém-chegados, a oportunidade de achar notícias de familiares "de lá" e mandá-las "de cá", o consumo do salgado e do doce preferidos. Quando não por isso, talvez para ouvir mais frequentemente o sotaque familiar, as vogais abertas, os "erres" arrastados, os termos regionais.

Ao lado de tantas "colonias" estrangeiras — italiana que desde o início do século aqui estão ajudando a construir esta cidade, japonesa (especialmente na Liberdade) espanhola, portuguesa, alemã, os nordestinos constroem a metrópole[149].

---

(149) Pelo Censo Demográfico de 1980 (FIBGE) havia aproximadamente 325 mil estrangeiros e 55 mil naturalizados dentre a população municipal de 8,5 milhões de habitantes de São Paulo, ou seja, 4,47% do total. Deles, a maioria é de portugueses (115 mil habit.), japoneses (44 mil), italianos (38 mil), espanhóis (31 mil).

A eles se somam os judeus, coreanos, chineses, russos, americanos, incorporando-se no cotidiano e na cultura da cidade, marcando seus bairros, misturando suas comidas, músicas e artesanato. A feira da Liberdade e da Praça da República são exemplos dessa amálgama — artesanato hippie, comidas baianas, músicas e bonecas típicas japonesas, e o sotaque "baiano", o inglês e japonês, e português com vários sotaques regionais do Brasil.

O chamado Centro Velho — em especial a Praça da Sé, é o palco de muitos desses encontros nordestinos. Desde o início de 1989, os ambulantes tomaram conta de quase toda a Praça com seus artigos "populares" que abrangem desde a calça "jeans" à mais industrializada possível, até o artesanato de renda, os comestíveis, até a mais variada gama de miudezas: pentes, linhas, agulheiros, brinquedos, miniaturas. Desde os meados da década de 70 a Praça é local de encontro. Nesse contexto o vendedor de ervas curativas é um episódio em si interessante. Nas calçadas, estende-se uma quantidade de quase cem sacas, entreabertas, exibindo as folhagens, cascas de árvores e raízes recomendadas a diferentes males e mazelas desde "doenças cardíacas" até impotência e mal de amor. E esse consultório popular, acessível à maioria, concentra esperanças e ilusões, não só para esses migrantes como para muitos paulistanos desencantados com sua "exclusão" pelos preços da medicina tradicional. Entre outros pontos, na Av. Rangel Pestana, saindo da Praça da Sé em direção ao Brás, ficam esses vendedores de "poções mágicas".

Aos domingos, os retratos tirados no lambe-lambe da Praça da Sé são indispensáveis para muitos nordestinos, tendo ao fundo os espelhos d'água e os chafarizes. Os fotógrafos faturam nesse dia. Alguns dispõem de equipamentos mais sofisticados como a Polaroid, que faz a surpresa encantada dos retratados.

Vendedores de pinga e badulaques e as músicas,repentes, desafios, além do vestuário "a caráter" de Lampião de muitos, configuram uma feira nordestina na Praça da Sé.

Durante a gestão Jânio Quadros, os marreteiros e ambulantes temiam o "rapa" e usavam o domingo como uma "forra" das proibições cotidianas, sobretudo para artistas populares. Com o fechamento do comércio no feriado, era a oportunidade de faturar, driblando a Prefeitura. Assim, diferentemente da época em que o Centro se amoldava para uso das elites, o Centro agora é frequentado pelo proletariado, sem sombra de dúvida.

Os cantadores se desdobram, com repentes e desafios na viola, muitas vezes versejando sobre episódios ocorridos na hora, ou improvisando descrições sobre esses personagens populares, como batebocas em função da pinga, ciúmes e malentendidos. Os ânimos passam a serenar com a música. As "caixinhas" para recolher "subsídios" não recebem muito, mas a apreciação é grande.

Em duplas ou isolados, trocam desafios, insultos engraçados entre si, ou duelam poesias(150).

No Brás, no Largo da Concórdia, também existiam fotógrafos "lambe-lambe", ofício de há mais de 40 anos naquele local e nas ruas Almeida Lima, Gomes Cardim, nas imediações desse Largo e da Estação Roosevelt. Nesse trecho estão também as inúmeras pensões, os cortiços, as cabeças de porco. O velho fotógrafo Sr. Waldemar, curvou-se hoje aos sinais dos tempos: virou marreteiro, vende roupas no Largo da Concórdia. Se alguém pedir, ele retrata.

---

(150) Jornal Shopping News - City News. Jornal da Semana. Série "O Jeito de ser São Paulo".

Alguns projetos universitários, dedicados à troca de saberes entre a academia e a identidade cultural popular, voltaram-se para o Bar do "Conterrâneo", no Brás (hoje fechado).

A questão do "repente" nordestino, o improviso versejado e musicado nunca foi devidamente explorada em nossa literatura. Como símbolo de resistência da cultura nordestina em São Paulo, alguns eventos na década de 70 procuravam recuperar suas origens e propiciar a reunião de cantadores (poetas repentistas) e a realização de encontros. O Congresso de Repentistas com encerramento no TUCA, em 1974, foi um marco e promovido por uma empresa que pretendia dedicar-se à cultura nordestina — a "Folk — empresa brasileira de comunicação popular" — reunindo artistas populares e tentando levá-los ao debate universitário(151).

O Congresso dos Repentistas se realizava em vários pontos da cidade: na Ladeira da Memória (onde era a sede da Folk), com cantorias na USP e na PUCSP, inclusive no Bar do Conterrâneo, no Brás. Nomes famosos aqui vieram como Otacílio Batista e Diniz Vitorino, de Pernambuco, além de Guriatã de Coqueiro, Januário (Pernambuco), José Ferreira (de Iguatu, no Ceará), e muitos outros convidados.

Nessa oportunidade, foi possível apreender a diversidade de gêneros dessa literatura de cordel (do repente versejado e cantado). Existem, por exemplo, a sextilha (usada quase sempre no início das cantorias — "Vim da terra da viola e trou-

(151) Essa firma já não existe mais, liderada por nordestinos em São Paulo (J. M. Veras e José Luiz Silva)e realizou vários eventos como o congresso de repentistas, organização do Coral dos Coveiros (porque a maioria deles era nordestina) formado e ensaiado pela Folk com cânticos religiosos do Nordeste e que acompanhou a missa campal de finados em 1974 no Cemitério Getsemani oficiada pelo Cardeal Arcebispo de São Paulo. A Folk tinha também um programa diário na Rádio 9 de julho,que se chamava "Nordeste Capital-São Paulo". Este programa,base de sustentação da firma, foi extinto pelo fechamento da Rádio Nove de Julho,cuja concessão não foi renovada pelo Governo Federal por motivos políticos, ao que consta.

o sangue nas veias de cablocos que usam tangas e alpargatas de correias, mas que não invejam glórias das ricas terras alheias" (Diniz Vitorino). O cantador é quem decide o gênero a utilizar, dependendo das características da platéia, geralmente mesclando-os para não cansá-la e manter o interesse. O público também participa e dá a dinâmica da cantoria através dos motes — estes geralmente são glosados em gênero épico que é o martelo agalopado — estrofes que sempre terminam com o mote, no modelo de um soneto alexandrino e que poêm em cheque a capacidade poética e versatilidade do cantador que improvisa na hora.

Há também a gemedeira (entremeada de queixumes - ai,ui), e o quadrão (que se compõe de armadilhas para o cantador oponente — "Você cai" e o outro "Caio, mas me levanto".

O galope à beira mar, geralmente dedicado a temas ecológicos, canta a natureza: mar, rios, peixes, animais. Existe ainda o mourão.

O coco ou embolada, permite até a dança, é improviso geralmente acompanhando ao ritmo do pandeiro e muito aplaudido nas feiras do Nordeste (a Paraíba é considerada a terra dos cantadores e Pernambuco em segundo lugar). A vaquejada, com seu aboio, ligada a festas típicas do sertão, um poema musicado. Os refrões se repetem, "o boi de carro se acostuma com o gambão, com o grito do carreiro, e a vara de ferrão" - frase impregnada da crítica à opressão do trabalhador nordestino, ao mesmo tempo revelando-o "conformado", comparando-o ao gado — e indicando a diferença entre "gado e gente".

Geralmente a cantoria acontece com duplas de cantadores, com base na viola ou no pandeiro, ou mesmo, de forma mista, combinando os dois instrumentos. Mas o importante é a cria

tividade, o improviso, "a voz do poeta", como se intitulam. Muitas dessas toadas acabam aparecendo, sugadas ou camufladas, nos compositores ou cantores do nordeste, com arranjos até sofisticados nas gravadoras comerciais.

Com o tempo, em São Paulo, a cultura nordestina vai se assimilando, perdendo-se os hábitos, misturando-se as comidas, os gostos, aderindo à comercialização dos "hamburguers", do rock e do inglês. Alguns nordestinos parecem querer "esquecer as origens", afirmando aqui estar há mais de vinte anos... É a defesa contra o preconceito, para não receber a pecha de "baiano", que é uma mistura de "brega", atrasado, caipira, provinciano, ignorante, sem gosto na linguagem burguesa. Um bar na esquina da Rua Gomes Cardim com Cavalheiro, uma placa na porta dava o cardápio: "Macarronada, carne assada, fígado, sarapatel, mocotó", evidenciando a mescla da culinária do bairro.

No Brás, a proximidade entre os nordestinos lhes imprime alguma segurança. Visitam-se, o pessoal de um cortiço e outro e aos parentes residentes na periferia (São Miguel, Santo Amaro). No Bar do Conterrâneo, "um lugar de respeito, onde podem vir senhoras desacompanhadas", na Rua Paulo Afonso, cercado de cortiços por todos os lados, perto de onde ficava o Bar Recanto dos Poetas, na mesma rua, o ambiente era familiar, repreendendo-se alguém que por ventura bebesse um pouco mais.

Alguns motes:

> "O poeta quando canta faz da tristeza alegria"
> "Estou vivendo uma vida que ninguém quer viver nela"
> "Toda miséria é um pranto; em todo pranto um grito igual" (152).

indicando a tristeza impressa em cada frase.

---

(152) Jornal Porandubas - PUCSP - Abril 1981 - "Lição de Repente", referindo-se a uma equipe da Faculdade de Serviço Social em projeto piloto junto ao Brás.

Em entrevista a um repórter, um dos cantadores do Bar do Conterrâneo[153] relatava:

> "Em São Paulo o movimento é fraco, os nordestinos encontram novo sistema de vida, falta divulgação (...) eu quase entrei em cana porque abri o bocão contra umas coisas erradas, numa época em que ninguém falava nada";
> e em versos:
> (...) já fui pajem de madame, criado em casa nobre, vi de perto o desrespeito do rico pelo pobre/o mundo foi minha escola; e recebi da viola o diploma de professor; fiz do cantar magistério; da poesia o império; da vida do cantador. Cantador é mensageiro, ligado com o povão, quando está na cidade canta as coisas do sertão/Fala pelo lavrador, pobre sem chão para plantar e o rico com tanta terra/perdida, sem cultivo/Reclama na cantoria, da bruta plutocracia e do patrão repressor, que vive diariamente sugando o sangue inocente do pobre trabalhador". (um cantador paraibano, de 34 anos à época).

Estabelecem-se as diferenças entre a cantoria no Nordeste e aqui em São Paulo:

> "Lá existe identificação total com a população: o cantador é mestre, é repórter, é poeta que exprime os sentimentos de todos. Apesar do confinamento da arte popular, no Nordeste há inúmeros programas de rádio dedicados à cantoria. Já em São Paulo, 23 cantadores contam com um programa próprio mas de pouquíssimo tempo de rádio. Eles já foram considerados marginais, corridos das praças, principalmente quando falam de política. Daí se explica porque a cantoria se confinou nos bares, restaurantes 'típicos', sujeitando-se à barulheira (suprema ofensa é conversar enquanto tem gente cantando). Cada vez menos o dinheiro que sai do chapéu ou da bandeja dá para sustentar os artistas, zeladores e faxineiros em sua maioria. Em comparação com a música sertaneja, eles têm uma ponta de orgulho: 'não é tão boa como o repente porque não tem improviso, não dá resposta em cima da hora' — mas o repentista em São Paulo não tem tanta inspiração, pois tanto ele como seu público sentem-se distantes das suas raízes"(154).

Os repentistas cantadores, muitos deles, encaravam sua atividade como coisa passageira, outros procuravam profissionalizar-se e outros, ainda, encaravam-na como perspectiva

---

(153) Jornal Porandubas, op. cit., p. 9.
(154) Idem, ibidem.

política de atuação, como manifestação dos interesses da maioria.

Em 1981, os cantadores referiam-se ao Brás como "berço da cantoria, mas que está um lugar muito barra-pesada, com passação de tóxicos" e por isso, era questão de honra esparramar sua arte para outros bairros(155).

O fechamento do Bar do Conterrâneo como do Recanto dos Poetas, da Pensão da "Dona Biu", na Rua Gomes Cardim, imediações da Rua Uruguaiana, lugar de encontro dos cantadores e nordestinos, demonstra a assimilação à nova vida e demolição dos antigos padrões culturais.

Até os forrós e em quase uma vintena deles(156) espalhados pela cidade toda, os mais famosos eram o Asa Branca, ainda existente em Santo Amaro e Pinheiros — hoje começam a apelidar-se de "Casas de Dança", não assumindo todos seu feitio regional.

Moradores do bairro entrevistados em 1989 falam que essas cantorias acabaram. Na Cantina Italiana, famosa por abrigar grandes cantores, como Carlos Galhardo, hoje está um açougue. A cantina do italiano Libanio, hoje é a Casa dos Enxovais Iracema, no Largo da Concórdia. Ali, onde havia o Teatro Colombo hoje é um sanitário público. Onde havia o Cine Teatro Oberdam, hoje estão as Casas Bahia, outrora Enxovais Zelo. Tudo a configurar as grandes alterações desse espaço.

---

(155) Jornal Porandubas - op. cit., p. 9.

(156) O termo forró parece ter-se originado do inglês "for all" que foi abreviado para essa forma atual - de forrobodó (for all body?). Em 1974 a firma Folk havia cadastrado quase 20 forrós; desses, muitos fecharam ou se transformaram em casas de dança.

O Largo da Concórdia, outrora local de reunião dos italianos e suas famílias, encontra-se hoje vazio, com poucos ocupantes e menos ainda remanescentes dos antigos moradores. Um deles, Sr. A. Teixeira(157), por nós entrevistado, falou de suas lembranças do velho Teatro Colombo, das famílias que frequentavam o largo e dos locais perigosos a evitar. Um deles, os baixos do Viaduto Alberto Marino, a passarela sobre os trilhos da ferrovia. Um domingo à tarde, que por lá passávamos, foram grandes os sustos. Muitos rapazes, alguns machucados,outros em duplas, aguardando nossa passagem. Um carro da polícia, em vistoria pelo local, nos chamou para não ficarmos alí, de forma alguma.

Os dados de criminalidade no bairro (8º Distrito Policial) são ilustrativos (Quadro XIII).A maior frequência para 1987 e 1988 está no caso de crimes contra o patrimônio (60,9% dos crimes do bairro) e contra a pessoa (29,7% e 25,6% dos crimes do 8º D.P.). Depois desses, vêm as contravenções penais (5,6% e 8,0% do bairro), cabendo destaque ainda para os crimes contra a incolumidade pública (1,7% e 2,9% do Brás). Contudo, em comparação aos dados da capital como um todo, observa-se que pesam mais fortemente os crimes contra a incolumidade pública, as contravenções e os crimes contra a fé pública. Para o ano de 1988, mantêm-se quase as mesmas proporções, com exceção do aumento dos crimes contra a incolumidade pública (5,16% na capital, enquanto em 1987 era de 3,30%) as contravenções penais (3,63% na capital e 8,0% no bairro). Aumenta-

---

(157) Sr. Abílio Teixeira, descendente de portugueses, ex-garçon, dono de bar, e hoje aposentado, frequenta com seus velhos amigos o Largo da Concórdia, mas só até às 18:00 horas, devido à frequência de marginais no local.

ram também os crimes contra a administração pública (2,60% da capital em 1988 e 1,05% em 1987)[158].

No detalhamento dos crimes mais frequentes no bairro, ou seja, crime contra o patrimônio, contra a pessoa e contravenções penais, percebeu-se que a maior frequência está nas ocorrências de lesões corporais dolosas e lesões corporais culposas em acidentes de trânsito, ameaças, no caso dos crimes contra a pessoa. Nos crimes contra o patrimônio, prevalecem os furtos de veículos e qualificados, roubos, danos e estelionatos. E nas contravenções penais são mais numerosos os portes de armas, falta de habilitação no trânsito e direção perigosa, jogo do bicho. Os crimes que proporcionalmente são mais frequentes diante do total de ocorrências na Capital são: contra a incolumidade pública e contra a fé pública. Incluem-se nas ocorrências mais comuns no Brás contra a incolumidade pública o tráfico e o uso de entorpecentes, especialmente com aumento expressivo de 1987 para 1988 (39 casos para 112). Além disso, existem o exercício ilegal da medicina, jogos de azar, vadiagem e embriaguez.

Os crimes contra a família aparecem em números inexpressivos no Brás. Dessa forma, apesar da inequívoca pobreza, parece manter-se a relativa solidez da família nordestina, permanecendo pais e filhos nos cortiços. Embora haja pontos de extrema deterioração, prostíbulos e prostituição nas ruas centrais, casos de estupro (15 em 1987, 8 em 1988), foram constatados como casos de prostituição apenas 6 em 1987 e 7 em 1988,

---

(158) Os dados são da Polícia Civil de São Paulo, Secretaria do Estado dos Negócios da Segurança Pública. DEPLAN - Centro de Análise de Dados - SP - 1987-1988 - Capital e 8º D.P. Os dados relativos a 1989 (janeiro a setembro) não foram computados por não permitirem a comparação completa com anos anteriores.

raptos (oito casos), atos obscenos, tentativas de estupro em 12 casos e 7 respectivamente, enquanto no Município de São Paulo essas ocorrências são de mais de mil.

Aos domingos, zonas desertas são perigosas. Há bêbados dormindo em calçadas em muitas esquinas. Mesmo os homicídios dolosos ou suas tentativas não ultrapassam 59 casos em 1987 e 44 em 1988, porém, de janeiro a setembro, já haviam ocorrido 60 casos de assassinatos, o que evidencia o agravamento da situação.

O Centro de Análise de Dados (Polícia Civil) registrou, para o 8º D.P., o crime de "preconceito de raça" — dois casos (em 1988 e 1989), mas não conseguimos especificar em direção a que etnia, fato esse digno de registro em um bairro onde convivem negros, coreanos, judeus, nordestinos de maneira geral e alguns descendentes de italianos, ou de europeus, genericamente.

Os dados não identificam a nacionalidade ou naturalidade do transgressor, nem seu nível sócioeconômico, não permitindo, pois,análises mais aprofundadas quanto a esse aspecto.

O preconceito contra o nordestino pobre é visível em muitas situações. Identificando-o aos empregados na construção civil (os ocupados no Metrô, da reparação das ruas), a varredores de ruas — as margaridas — aos balconistas, comerciários em geral, a sociedade burguesa serve-se deles (como no caso das empregadas domésticas) e os despreza, querendo afastá-los, ou ridicularizá-los tanto quanto ao "carcamano" de outrora, recebe o apelido de "baiano".

Quadro XIII - Criminalidade e contravenções - Brás - Capital (1987/1988)

ANO	1987				1988			
TIPO DE CRIME	(A) BRÁS	%	(B) CAPITAL	A/B %	(A) BRÁS	%	(B) CAPITAL	(A/B) %
Crime contra a pessoa	1.432	29,7	86.655	1,65	1.410	25,6	88.754	1,60
Crimes contra o patrimônio	2.936	60,9	187.177	1,57	337	60,9	199.719	1,70
Crimes contra os costumes	42	0,9	3.672	1,14	49	0,9	3.728	1,31
Crimes contra a família	10	0,2	1.291	0,77	5	0,1	1.225	0,41
Crimes contra a fé pública	10	0,2	493	2,03	12	0,2	604	1,99
Crimes contra a adm. pública	29	0,6	2.772	1,05	69	1,2	2.653	2,60
Crimes contra a incolumidade pública	82	1,7	2.485	3,30	159	2,9	3.082	5,16
Crimes diversos	6	0,1	394	1,52	11	0,2	411	2,68
Contravenções penais	271	5,6	12.735	2,13	447	8,0	12.327	3,63
TOTAIS	4.818	100,0	297.674	1,62	5.548	100,0	312.504	1,77

FONTE: Secretaria do Estado dos Negócios da Segurança Pública - DEPLAN - Centro de Análise de Dados - 1987/88.

No episódio recente de eleições presidenciais, dos candidatos que chegaram ao segundo turno, ambos com origens no Nordeste, evidentemente o candidato da Frente Brasil Popular - Lula - representava de forma indiscutível o migrante nordestino pobre, operário metalúrgico de baixa escolaridade, líder sindical. Foram inúmeros os ataques que partiram não só da burguesia, como do proletariado à sua eventual condução à Presidência da República. Em 1988, Luiza Erundina elegeu-se prefeita da cidade, também nítida representante nordestina. Sua administração é alvo de ataques, independente de desempenho, por ser nordestina: programas de televisão, comentaristas (ex.: Ferreira Neto fala que São Paulo está se tornando a Feira de Caruaru, por conta dos nordestinos, ambulantes, estarem tomando conta da cidade). Collor ganhou no segundo turno no Brás.

No primeiro turno das eleições presidenciais de 1989 o desempenho das seções (91ª a 151ª) da 3ª Zona Eleitoral, correspondentes ao Brás, revelou um comportamento semelhante às demais regiões do Município de São Paulo, ganhando Mário Covas, depois se situando Paulo Maluf, Collor e Lula a seguir(159).

Os candidatos considerados conservadores (Maluf, Afif, Collor) ganharam no Brás (48% contra 46%) diante dos "progressistas" (Lula, Covas, Brizola, Freire, Ulisses) e isso se confirmou com a vitória de Collor no 2º turno.

---

(159) Boletim de Urnas - 3a. Zona Eleitoral - Seção 91 a 151ª Brás - Justiça Eleitorial - SP - 1989.

Quadro XIV - Resultado em vinte seções eleitorais - 1º Turno eleições presidenciais - 1989.
Boletins de Urnas - 3a. zona eleitoral
Seções 91ª a 151ª - Brás
Resultado em 20 seções:
Eleitores: 8.434 (31,7%do total de votantes)
Total de eleitores: 26.573

Desempenho de oito candidatos:

CANDIDATOS		% TOTAL DE ELEITORES	
Collor	1680	19,9	3º
Lula	1050	12,4	4º
Brizola	212	2,5	6º
Covas	2468	29,2	1º
Maluf	2148	25,5	2º
Afif	278	3,3	5º
Ulisses	105	1,2	7º
Roberto Freire	97	1,1	8º
Outros (Aureliano, Caiado, Afonso C., Zamir, PG, Enéas)		4,9	
TOTAL		100,0	

FONTE: Justiça Eleitoral de São Paulo - 1989.

O preconceito para com o nordestino aparece também na literatura:

> "(...) atualmente é este o triste panorama que se vê no velho bairro do Brás; um império que fora construído com lágrimas, suor e sacrifícios por milhares de imigrantes italianos, portugueses e espanhóis e seus descendentes, hoje infelizmente entregue às mãos dos nordestinos, que, afinal, não são culpados; eles gozam dos mesmos direitos que nós, porquanto são brasileiros e,acima de tudo, humanos; é bem verdade que, infelizmente, parte é considerada selvagem,mas não culpados; culpados são os meios em que viveram numa sociedade de inertes, onde não souberam ou não quiseram evitar esse êxodo em massa, que vem se verificando até os dias de hoje (...) é claro que procuram melhores dias em outro lugar (...)e São Paulo teve de se desdobrar para atender às levas de forasteiros que a cada dia aumentava mais a ponto de somente a zona Leste ter de comportar, atualmente, cerca de dois milhões e meio de nordestinos! a continuar nesse ritmo (...) outros bairros serão atingidos... eles continuarão chegando!(...) hoje o Brás se tornou uma espécie de consulado da Bahia, onde os nordestinos são absolutos. Devemos dizer que eles "mandam e desmandam", como foi atribuído outrora aos italianos! Por certo que, oxalá, não esperemos que os poucos peninsulares que ainda lá se encontram (...) não venham um dia a falar que "siamo tutti báiani"... Desgraçadamente, o bairro do Brás vai perdendo a fisionomia, já não tem o mesmo ambiente de outrora, amável e acolhedor... Ave, Maria, olhai por nós e devolvei o nosso antigo Brás..."(160).

Quando, nos inícios deste século, personagens de Oswald de Andrade falavam de preconceitos para com os italianos, perdurava a mesma atitude das famílias abastadas e tradicionais paulistas no final da década de 30: "Não gosto dessa maneira de dizer adeus a vocês - tchau" e retruca o outro: "mas tolera perfeitamente o 'good bye' dos americanos, hein? Tchau!"(161).

Se esse diálogo hoje não teria muito sentido, graças

---

(160) Geraldo Sesso Júnior - Retalhos da Velha São Paulo - SP - OESP Gráfica, Editora Maltese, 1986, pp. 167 e 169.

(161) M. Celestina Torres. O Bairro do Brás, op. cit., p. 227.

ao amálgama entre italianos e brasileiros, caberia outra descrição, embora datada de 1969, porque a situação que se enunciava agora exacerbou-se:

> "Mas é bom conversar com o povo. Se, para compreender o passado é mister entrevistar os mais velhos, por que não conversar hoje com os mais moços? É muito interessante conversar com as comerciárias que correm para tomar apressadamente um lanche — 'não há tempo para ir para casa'; com as normalistas que se apressam para não perder a aula, quase nas vésperas das férias: — 'hoje vamos saber a nota de algumas matérias'; com os vendedores de jornais: - 'venha dentro de dois dias; vamos ter reportagens sobre as festas do aniversário do Brás'; com o garçon, que atende atenciosamente, mas com pressa: — 'não há muito tempo para conversas"; e, finalmente, voltar até o viaduto, novamente atravessá-lo e visitar a Hospedaria dos Imigrantes, instalada em vasto e magnífico prédio à Rua Visconde de Parnaíba.
>
> Não variam muito as nossas perguntas, nem são muito significativas as respostas.
>
> Uma volta por alguns quarteirões que se estendem entre a avenida Rangel Pestana e a Visconde de Parnaíba, além dos trilhos da estrada de ferro, revelam um casario modesto, no alinhamento da rua, pequenos e mal-cheirosos bares e botequins, nem sempre muito limpos, e agências de viagens a vender passagens de São Paulo para o Nordeste — a Crato, por exemplo, viaja-se durante três dias, de ônibus, praticamente sem paradas, afirma um agente. Nessa agência, um filho de italianos afirma não sentir mais o mesmo prazer em residir no Brás:
> — 'a maioria das casas por aqui é pensão para rapazes que aqui buscam emprego, vindos de toda parte. Tenho uma filha mocinha que não pode sair de casa por causa dos gracejos que lhe dirigem... Quando houver jeito deixarei o Brás; quero subir...".
>
> Para o cearense, o Brás é lugar ideal, onde se encontra, com certeza, um 'colega' do Norte, aqui chegado outro dia mesmo ou aqui morando há mais tempo — 'Dê uma volta, Dona, e veja como há gente do Norte por cá...'."

"Numa outra agência vendem-se passagens para Pernambuco, para o 'Recife', como diz o agente: — 'Neste lado da avenida, Dona, só há gente do Nordeste. Venha passear uma tarde de domingo por aqui e verá... é tudo do Norte'.

Nova volta na Praça da Concórdia, viaduto do Gasômetro, rua Oriente. Na banca de jornais, o filho de imigrantes italianos, homem de seus cinquenta anos, sorri às perguntas, mas responde satisfeito a todas elas:

'Nasci, cresci e vivi a vida inteira no Brás. No Brás quero morrer. Aqui há gente de toda parte, mas mais italianos, espanhóis e portugueses; do outro lado da avenida há mais nordestinos'."(162)

Muito já se tem escrito sobre a forma das classes populares na vida associativa e política do país e de São Paulo. A imagem de um proletariado amorfo, por sua recente origem rural, o atrelamento dos sindicatos ao Estado e por isso com baixo poder conscientizador, as distinções entre o "morador", diferente do "cidadão" (163), uma representação da passividade e conformismo diante da sociedade de consumo, fica alterada pelo quadro dos últimos quinze anos, do qual são evidências:

---

(162) M. Celestina Torres - op. cit., pp. 229-230.

(163) F.H. Cardoso et allii. Cultura e Participação na cidade de São Paulo. SP, Ed. CEBRAP. 1978- O morador sente-se vitorioso só por conseguir viver na metrópole e o cidadão representaria a consciência cívica e política de todos seus direitos.

> "votações recolhidas pelo MDB nas eleições a partir de 1974, a extensão e as características dos movimentos populares nos bairros de periferia da Grande São Paulo, a formação do chamado 'Movimento Custo de Vida', o crescimento de correntes sindicais contestadoras da estrutura ministerial tutelar, o aparecimento das comunidades de base, as greves a partir de 1978, a formação do Partido dos Trabalhadores seriam manifestações de um comportamento coletivo de contestação da ordem social vigente". (164)

Dessa maneira, refletir sobre as condições de vida dos trabalhadores e moradores do bairro do Brás importa também em contrastá-los com o restante das classes subalternas da cidade. Além das contradições de classe propriamente ditas, ganham significado as experiências de vida, que se cristalizam em suas representações, tornam-se maneiras de identificação do grupo — sem contudo apresentar-se de forma acabada no reconhecimento de seus objetivos, de seus "inimigos", da concepção de mundo. Alguns trabalhadores de São Paulo constituiram movimentos sociais, cuja base espacial — e a reivindicação urbana — creches, água, postos de saúde e moradia foram estudados muito desde os finais da década de 70.

Os moradores do Brás pouco ainda percebem a situação de pauperismo em que estão mergulhados, à exceção de alguns incipientes movimentos pela melhoria de moradia em cortiços, geralmente por iniciativa da Igreja. A parcela da classe trabalhadora que representam não deixa de passar pelas experiências concretas de vida que lhes imprimem uma dada significação cultural. Essa concepção é compatível com a de constituição histórica das classes sociais de E.P. Thompson:

> "As classes acontecem à medida que os homens e mulheres vivem suas relações de produção e experimentam suas situações determinantes, dentro do 'conjunto de relações sociais' com uma cultura e expecta-

---

(164) Eder Sader. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. RJ, Paz e Terra, 1988, p.30.

> tivas herdadas e ao modelar essas experiências em formas culturais". (165)

Vivem, pois, a experiência da condição proletária na cidade em um determinado bairro, com suas particularidades.

Muito do desencanto com as condições urbanas e sociais de vida deve-se ao fato de serem migrantes, aqui chegados carregados de esperanças. Encontram o bairro já deteriorado, a habitação que podem consumir é a de qualidade infra-humana, além de extorsiva; as oportunidades de emprego são limitadas pelo baixo perfil de qualificação ocupacional e de escolaridade que resultam da baixa renda. Afora eventual solidariedade de vizinhança, o ambiente é competitivo e não acolhedor.

J. Wilheim diria em entrevista sobre as correntes migratórias:

> "(...) as pessoas que ainda vêm para cá estão deixando lugares onde a vida é pior do que aqui. Onde existe menos oportunidades do que aqui. Quando aqui chegam, a diversificação de mercado, de emprego, de oportunidades faz com que todos os migrantes se lancem com grande veemência na conquista dessa terra nova e dessas oportunidades novas. Isso faz com que cada cidadão se comporte de uma forma individualista e voraz". (166)

A palavra voracidade aplica-se bem a alguns desses migrantes, à correria, à busca do progresso — compatível a viver em uma metrópole de crescimento vertiginoso e que, para realizar-se, teve de "destruir e refazer constantemente seu ambiente construído"(167). Em outros, migrantes não bem sucedidos, a voracidade se transforma em desânimo, quando não desespero, com perdas e sacrifícios.

---

(165) E.P. Thompson. "Lucha de clases sin clases?" In Tradición, revuelta y consciencia de clase, Barcelona, Ed. Anagrama, 1978.

(166) Folhetim - 27.01.80 apud E. Sader, op. cit., p. 66.

(167) E. Sader. Op. cit., p.67.

Essa massa migrante, de desterrados do local de origem, continua desterrada e desabrigada na metrópole. Pertencendo,pois, ao setor terciário nos níveis menos qualificados, vive a experiência da condição proletária em São Paulo.

Assim, a experiência do migrante, notadamente nordestino, configura especial inserção na sociedade de classes.

> "Não encontra outro lugar que se torne o seu lugar, nem outra gente que se torne sua gente. Sai de sua terra de origem e não se estabelece no lugar de destino. Vive em uma situação, mas tem o coração em outra. Isto é o que chamamos de desenraizamento"(168).

Esse processo de perda de raízes, de fato, registra os traumas da chegada — a ele reagem com certo saudosismo do que perderam:

> "da trama de relações pessoais e comunitárias onde se reconheciam e eram reconhecidos. O quase isolamento no qual se vêm na chegada a um ambiente desconhecido, a ignorância das regras urbanas e o medo de serem enganados, à exigência de papéis de identidade cuja obtenção é complexa e cujo significado parece incompreensível; a luta por empregos em que os critérios de admissão não valorizam as habilidades que têm; e, sobretudo, o ritmo de vida da cidade capitalista — desde o controle do tempo na fábrica até os horários rígidos para a condução, a comida e os demais"(169).

Mas não se pode deixar de anotar que a idealização da vida rural é apenas uma faceta da questão, pois já eram excluídos nesse local original. A rejeição desse mundo começa quando optam por mudar.

O trauma do desenraizamento não será superado quando seu projeto de integração à nova sociedade for abordado ou mal sucedido. Muitas vezes até a revolta ou o lamento pela solução já são feitos nos moldes e padrões da vida urbana. Muitos poucos retornam à roça.

---

(168) Vários autores. Os nordestinos em São Paulo, SP, Ed. Paulinas, 1982, p. 33, apud E. Sader, op. cit.
(169) E. Sader, op. cit., p. 90.

Chegando à cidade grande, sem posses materiais, sofrem a "perda de propriedades cognitivas"(170) e tendem a ocupar posições penosas e mal remuneradas no mercado de trabalho, pois o que sabem fazer não serve mais. Isso se espelha em todos os dados coletados para os moradores dos cortiços do Brás, cruzando renda, escolaridade etc.

No entanto, eles procuram enfrentar o desafio,na medida em que identificam seus problemas mais urgentes:

- moradia
- emprego (e documentação legal)
- choque cultural
- falta de profissão
- alimentação(171)

Apoiados por vezes na trama de relações com familiares e conterrâneos já residentes em São Paulo — e assim, os cortiços no Brás até representam certo conforto, embora o individualismo já esteja prevalecendo — também a família permanece lugar central da reelaboração de experiências na construção e reconstrução dos projetos de vida(172). Os cortiços do Brás espelham isso com clareza.

O apoio familiar (família extensa, composta,com agregados) faz reconstruir uma teia de normas e valores comunitários. Os migrantes, ao chegarem, procuram locais onde haja presença de conterrâneos ou familiares.

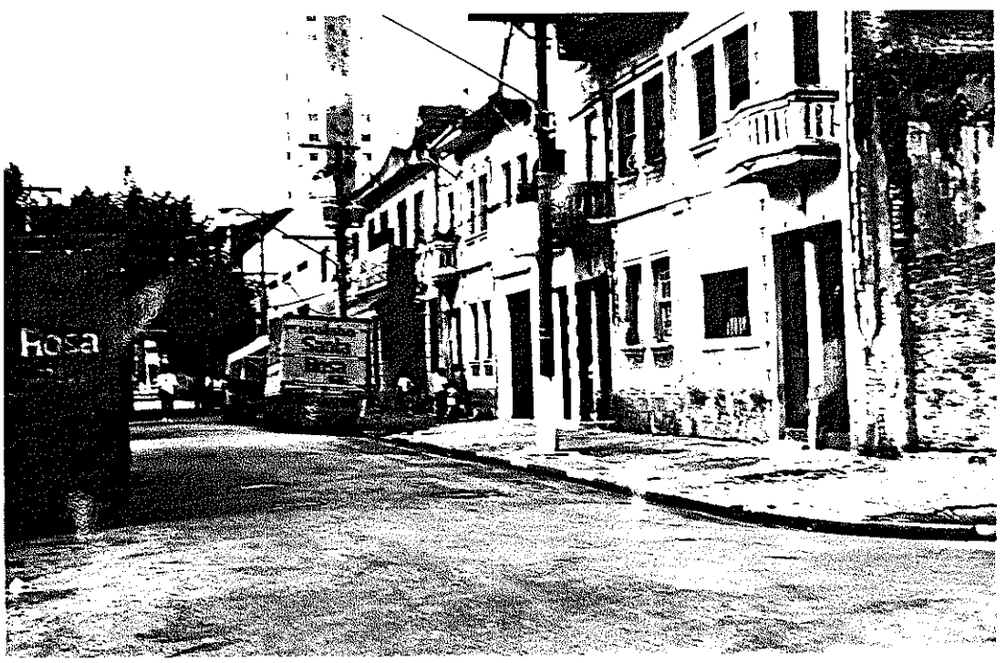
---

(170) Lucio Kowarick. Espoliação Urbana, RJ, Paz e Terra, 1980.

(171) Os dados são de M. Belinck. Marginalidade social e relacões de classe em São Paulo, Vozes, 1975 e Migracão, pobreza e participação do migrante na periferia de São Paulo, 1975-1983, Centro de Estudos Migratórios, 1983.

(172) Eunice Durhan. A caminho da cidade. SP, Ed. Perspectiva, 1973.





BRÁS 1990.

F-39: Torres da COHAB-SP

F-40: Torres da COHAB-SP

F-41: Torres da COHAB ao fundo e o contraste com o entorno Rua Campos Sales

tarde de domingo (1990) fizemos esse trajeto: sob o viaduto, cheiro forte de urina, mendigos, raros rapazes, escondendo-se da viatura da polícia. A passarela, muito antiga, de degraus de ferro já desgastados, trepida quando se passa; a freqüência do lugar é de assustar. A sensação é de um local ermo, abandonado, impressão essa que nos acompanhou durante longo tempo de percurso pelo bairro no domingo. Nos dias úteis, os centros comerciais ainda são congestionados e as praças regurgitam de gente na hora da condução. Na Av. Rangel Pestana, à noite, há prostitutas circulando.

Na Matriz de Bom Jesus do Brás, na Av. Rangel Pestana com Monsenhor de Andrade, em frente à R. Piratininga, a qual necessita de reparos internos e externos, os poucos fiéis que assistiam à missa de domingo à tarde, ao sairem pela entrada principal tinham de passar pelos degraus repletos de excrementos de pássaros e pombos, que "ornavam" também as faces exteriores da porta.

Uma tese de doutoramento[173] já reconhecia o estado de deterioração do aglomerado construtivo adjacente ao Largo (tendo-se de recorrer, na época, ao Arquivo dos registros legais das construções para reconstituição, e às entrevistas com moradores antigos). O trabalho procurou realizar levantamento atual (1972) e o de 1930. Essa análise mostrou, na categoria "exterior" — intensa circulação mecanizada (especialmente de ônibus) recortando o Largo em várias e pequenas ilhas. Nesse espa

---

(173) Sylvio de Barros Sawaya. O Largo da Concórdia: estudo de arquitetura e urbanização. Tese de doutoramento apresentada à FAU-USP, SP, 1971, preocupada com uma arquitetura da cidade, e utilizando esquemas e categorias: "Exterior" (circulação, mecânica e pedestre e permanência: consumo, serviços, lazer) e "Interior" (estadia: moradia, produção e armazenamento), procurava levantar a origem e evolução do Brás em várias épocas, documentando especificamente (iconograficamente) o Largo da Concórdia, pelo seu papel subjacente à principal rua de circulação - a Rangel Pestana.

ço se dava a circulação pedestre, dentro e inter ilhas, procurando fugir ao assédio da circulação mecanizada. Lazer, quando havia, ficava circunscrito ao tempo de espera.

Na categoria "interior", a circulação penetrava nas edificações, através do consumo, caracteristicamente atendendo aos pedestres nos térreos, adaptando-se o estoque edificado (a população atendida era de renda baixa e média suburbana).

A produção no Largo estava representada por uma indústria e havia quatro prédios de moradia. Todo o largo, nesse sentido, parecia um grande acampamento à beira de uma estrada movimentada — "sem querermos dizer que a estrada tenha encontrado a sua melhor maneira de ser, pelo contrário, pois ela oprime e castiga aqueles que dela se utilizam"(174).

Numa das entrevistas realizadas em 1972, o Sr. Manfredo revela ter sido proprietário por mais de 50 anos de cantina situada no Largo da Concórdia nº 28, registro do Brás de outrora. No local, hoje, há um açougue(175). Fica-se a pensar que é melhor que estes velhinhos não tenham mais condições de ver tudo que mudou, pois a cidade (e o bairro) que conheceram não existe mais. Além das comparações com o Brás dos inícios do século, percebe-se que as alterações recentes — nos últimos quinze anos, acabaram em longo processo de deterioração.

Se não existe mais o xaxado, o repente nordestino (e ouvem-se pelas janelas dos cortiços os sons dos radinhos de pilha e aparelhos de som tocando rock), o Carnaval está presente.

Registra-se a presença importante de uma Escola de

---

(174) Sylvio de Barros Sawaya, op. cit., p. 39.
(175) Idem, ibidem pp. 64 e 65.

Samba, a Colorados do Brás, principalmente formada por negros. Alguns dos seus líderes, não residentes no Brás, associaram-se a artistas plásticos, comerciantes e industriais, e formaram a agremiação. Informa-se ter-se originado por volta de 1978. Conta como integrantes pessoas moradoras do bairro, dos estratos de baixa renda, pequenos comerciantes, e desfila no 2º grupo do Carnaval paulistano, já tendo pertencido ao 1º grupo.

Essa escola de samba, sediada em um bar nas proximidades da Rua Oriente, conseguiu um terreno para quadra de ensaios, mas preferiu montar inicialmente uma creche, dando prioridade, pois, às finalidades sociais da agremiação.

A campanha para arrecadar fundos era feita com base na colaboração dos associados: feijoada, futebol e samba, a velha trinca brasileira. Os jogos de futebol aconteciam no campo em frente ao Canindé, Serra Morena; as costureiras trabalhavam e orientavam voluntários e faziam a preço de custo as fantasias; as feijoadas eram beneficentes, com bingo.

No Carnaval de 1987, por exemplo, a Escola teve como enredo a Guerra dos Mascates, bem a propósito para moradores do Brás, inseridos no terciário: ambulantes, comerciários.

Apesar dessas associações, de alguns movimentos pastorais de moradia, mais especificamente de cortiços, como a Nossa Casa, Casa das Irmãs ligadas à Paróquia São José, não se conhecem muitos movimentos organizados no bairro.

O contraste nesse sentido é muito grande com os tempos de seu apogeu enquanto bairro industrial, o movimento sindical, o anarquismo. A propósito, pode-se estabelecer um paralelo entre o Brás até 1930 com o atual município de São Bernardo do

Campo, onde a classe operária tem marcado posição, onde os sindicatos de metalúrgicos se organizaram, e que se constituiu berço do Partido dos Trabalhadores.

Contudo, desde abril de 1985, como uma das raras organizações anarquistas que sobreviveu nos últimos anos, foi aberto o Centro de Cultura Social (CCS), instalado modestamente em duas salas de antiga construção da rua Rubino de Oliveira — lá mesmo onde funcionara até 1968. O sapateiro Jaime Cubero, atualmente com 63 anos, era seu secretário geral e informava que o objetivo era "resgatar e difundir os valores libertários"(176), reunindo quase uma centena de militantes que se juntaram para organizar o Centro, entre eles muitos jovens como professores, fotógrafos, atores, metalúrgicos. Entre as alterações no perfil do anarquismo dos velhos tempos, diziam os participantes do Centro que tinham muito a aprender com as lutas do passado e com a classe trabalhadora, e por isso buscavam as origens no anarco-sindicalismo em especial, e outras correntes libertárias, mas aceitam hoje a participação de cristãos como os da Teologia da Libertação, até mesmo a "filiação político-partidária" deixou de ser pecado, e muitos até filiados ao PT. Apenas continuam dizendo que "demarcamos por princípio, que o poder tem que ser autogerido pelos trabalhadores, de maneira direta, sem a embromação da burocracia(177).

O Centro de Cultura Social está se dedicando também à programação de eventos educativos como exposições em cineclubes, grupos de teatro, cursos e debates. Participa também do Movimento Pró-Brás, procurando recuperar a identidade do bairro e des-

---

(176) Como nos velhos tempos. Revista Isto É. 17.04.1985, p. 50.
(177) Idem. Ibidem.

cartar os estereótipos que o perseguem.

Assim, procurando ser fiéis aos ideais das greves de massa tão significativas como as de 1917 e 1919, o CCS terá muito que fazer no Brás, apesar da grande diferença entre seus usuários de hoje e os de outrora. A base espacial de luta hoje se concentra na "recuperação" do bairro.

A situação aqui descrita concentra-se, pois, nas condições de vida e trabalho das classes trabalhadoras das grandes cidades, após a recente intensificação da acumulação capitalista no Brasil.

Esse sistema lhes impõe necessidades imediatas de sobrevivência, onde se alinham as estratégias de trabalho no entorno, da comida mais barata possível, a economia de transporte e o aluguel barato (ou o não aluguel como a favela, a "invasão"), e um mínimo de capacidade de interpretar o contexto social em que vivem — entender as regras do ambiente urbano construído, suas relações para também sobreviver culturalmente. Acomodam-se como podem a "soluções" precárias do ponto de vista da racionalidade burguesa, mas, se informais desse ponto de vista, são "soluções" porém da própria perspectiva.

Inseridos geralmente no setor informal de economia, ou nos cargos de menor qualificação do setor formal, suas rendas são insuficientes para consumir melhor qualidade de vida urbana.

No Brasil, de industrialização recente, a força de trabalho urbana não se apresenta ainda com um comportamento coletivo e consciência de capitalismo avançado. Seria muito pedir aos moradores do Brás tal politização. Contudo, o contraste com o passado é muito grande. Daí a comparação com São Ber-

nardo de hoje e o Brás de ontem.

Daí também a criminalidade no Brás, em determinados pontos, como nas imediações da Estação Roosevelt e Largo da Concórdia. Mas a maioria pobre, oprimida e trabalhadora, tem de submeter-se não só às adversidades do capitalismo industrial quanto às investidas do lumpenproletariado.

Não existe, assim, uma cultura urbana das classes subalternas, mas várias culturas se interpenetrando. A dos migrantes nacionais na metrópole é, por isso, fragmentada, impregnada de valores rurais, dos valores de cultura de massa, dos heróis da nossa história, do folhetim, da história em quadrinhos, dos valores burgueses de ascensão social, em contraste com as limitadas oportunidades estruturais e conjunturais de que desfrutam.

Escapa muitas vezes aos analistas sociais, à luz das teorias sociológicas mais tradicionais, compreender a complexidade dessas múltiplas determinações — as injunções das identidades, a captação do sentimento vivido por esses agentes sociais, sem que com isso se queira dizer que tais culturas (significativamente vividas) sejam menos reais[178].

Nesse sentido, o pensamento das ruas e das praças ganham importância na compreensão do urbano, da cidade. É valido também recuperar a memória de um bairro, reconstruí-la é indispensável na conquista da cidadania, requisito mínimo da ordem burguesa e necessária, também, para sua superação.

As tentativas de preservação urbana são, dessa forma, necessárias à consciência do cidadão, de maneira geral, e às

---

(178) Michel Maffesoli. O Conhecimento comum. SP, Ed. Brasiliense, 1988.

classes subalternas, em particular. Na região Leste, e no Brás em especial, salienta-se a importância disso, graças ao seu significado na trama urbana e sua história no conjunto da cidade(179).

Alguns pontos do bairro, marcos da herança ambiental, história do cotidiano dessa população, são importantes marcos em seu processo de identificação cultural, que nosso trabalho referenciou em vários momentos. Procurando identificar imóveis isolados ou em conjuntos, selecionamos(180) vários deles, apresentando os que merecem maior destaque como a Estação do Brás, a Hospedaria dos Imigrantes, o Largo da Concórdia, as vilas populares, como a Vila Queiroga por exemplo, o Gazômetro e assim por diante (ver Anexo).

Apesar de tentativas de manter pontos do espaço construído e vivido no Brás, o bairro já não mostra sua antiga face. Em contrapartida, revela muito do processo nacional e das transformações ocorridas em São Paulo. Não pode ser visto destacadamente da cidade de que faz parte. Ele carrega em si as marcas paulistanas, paulistas e brasileiras.

O Brás tem a cara do Brasil. Aplica-se aos seus moradores muito do que se atribui ao proletariado urbano nas metrópoles, aos /deserdados da sorte" das várias capitais do terceiro mundo. Mas o conhecimento de perto da realidade de suas vi-

---

(179) O Movimento SOS Brás, contudo, é formado por moradores de estratos médios da população, moradores nos conjuntos de apartamentos da COHAB e querem erradicar cortiços, não só os precários, mas a população de baixa renda que eventualmente venha a residir nos conjuntos propostos pela Administração Municipal na gestão Luiza Erundina. Reflete, portanto, a marca inexorável da valorização imobiliária e a "expulsão" dos pobres para mais adiante.

(180) São Paulo, Cidade: Secretaria Municipal de Cultura e Coordenadoria Geral de Planejamento: Patrimônio Municipal - Zona Metrô Leste. São Paulo, janeiro 1978.

das, documentou e ilustrou os dramas dos trabalhadores pauperizados em São Paulo.

A história urbana — as pedras da cidade — conta muito desses dramas, assim como o fazem as letras das músicas populares e as poesias. Tudo a revelar nossa angústia diante de certa impotência do cientista em transformar essa realidade.

Dentro de nós

Guarda estes nomes: bidonville, taudis, slum,
witch-town, sanky-town,
callampas, cogumelos, corraldas,
hongos, barrio paracaidista, jacale,
cantegril, bairro de lata, gourbville,
champa, court, villa miseria,
favela.
Tudo a mesma coisa, sob o mesmo sol,
por este largo estreito do mundo.
Isto consola?
É inevitável, é prescrito,
lei que não se pode revogar
nem desconhecer?
Não, isto é medonho,
faz adiar nossa esperança
da coisa ainda sem nome
quem nem partidos, ideologias, utopias
sabem realizar.
Dentro de nós é que a favela cresce
e, seja discurso, decreto, poema
que contra ela se levante,
não pára de crescer.

Carlos Drumond de Andrade

Corpo

RAPAZIADA DO BRÁS

Alberto Marino

Lembrar,
Deixem-me lembrar,
Meus tempos de rapaz,
no Braz...
As noites de serestas,
casais de namorados,
e as cordas de um violão
tocando em tom plangente
aqueles ternos madrigais!
Sonhar,
deixem-me sonhar,
lembrando aquele amor
fugaz
uma sombra envolta na penumbra
por trás da vidraça,
faz um gesto lânguido e
cheio de graça...
imagem de um passado
que não volta mais.
Tão somente uma recordação restou
daquele grande amor,
daquelas noites de luar,
daquela juventude em flor,
hoje os anos passam
mais depressa
e a gente já não tem calor
e uma saudade imensa
é tudo queanto resta
aos pés do trovador...

LAMPIÃO DE GAZ

Lampião de gaz,
lampião de gaz,
quanta saudade você me traz
sua luzinha, verde azulada
que iluminava minha janela...
Minha São Paulo doce e serena,
que era pequena e hoje é grande demais,
lampião de gaz
que saudade me traz...

SAMBA DO ERNESTO

Adoniram Barbosa

O Ernesto nus convidou
p'rum samba,
ele mora no Brás...
Nóis fumo
e num encontremo ninguém...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Digo: o real não está na saída, nem na chegada: ele se dispõe para a gente no meio da travessia".

Guimarães Rosa, em Grande Sertão: Veredas

"A memória é a forma mais alta da imaginação humana, não é apenas a capacidade automática de recordar. Se a memória se dissolve, o homem se dissolve".

Octávio Paz - 1989

O estudo que empreendemos foi revelando aos poucos a verdadeira face da questão urbana em São Paulo. Através do exame da constituição e transformações da cidade de São Paulo, apreendidas pelo bairro do Brás ao longo do século XX, procuramos desvendar as condições de vida e trabalho dos moradores da maior metrópole da América Latina. Sem querer caracterizar tais habitantes, circunscritos a uma determinada porção do espaço urbano — um pedaço da cidade — um bairro, como se tivessem características especiais que os distinguissem dos demais trabalhadores dos países do Terceiro Mundo, cremos ter ilustrado uma feição presente nesses contingentes.

As mudanças do bairro refletem as diferentes etapas do processo capitalista no Brasil, processos esses que, por sua vez, moldaram o tecido urbano de São Paulo.

O bairro do Brás nos finais dos anos 1980 apresenta-se totalmente descaracterizado de seu feitio inicial da transição para o século XX: junto com a Penha e São Miguel, forman-

do os três núcleos iniciais de ocupação da Zona Leste em São Paulo, formou-se ao redor da capela de Bom Jesus do Brás (Senhor de Matosinhos), crescendo pelos pousos de tropa no percurso de ligação ao Rio de Janeiro. De caráter semi-rural até meados do século XIX com chácaras de lazer das classes mais favorecidas, acaba se transformando profundamente após a expansão cafeeira, com a implantação das estradas de ferro (San Paulo Railway e Central do Brasil) e a intensificação das correntes migratórias. Ao redor dos trilhos e dos eixos viários de penetração se assentaram as indústrias e esse foi o processo inicial característico da ocupação: a indústria geradora de empregos e as muitas e modestas habitações operárias (cortiços).

A mancha urbana espalhou-se ocupando várias ruas, com edificações construídas pelos "capomastri" italianos; grandes lotes eram destinados às indústrias (alimentação e vestuário), que se entremeavam com residências, comércio, serviços, principalmente em volta das estações ferroviárias.

A grande vida social e política efervescente do bairro, ao lado das indústrias e fabriquetas, gravitava em torno do Largo da Concórdia; o Brás foi grande centro comercial dos anos 20,30 e 40.

A partir da década de 50 começará a transformação e sua chamada "deterioração", pelos processos de diversificação industrial de metrópole, à incorporação de novas áreas ao tecido central, com o afastamento das indústrias para outras regiões da cidade e fora dela (expansão rodoviária) e pela expansão do sistema viário.

Acompanhando a necessidade de circulação com as áreas periféricas, o sistema viário se sofistica e se amplia: a implantação da Radial Leste e do complexo de viadutos que desfigurou o Parque D. Pedro II, extirpando um dos poucos pulmões verdes da cidade.

Várias unidades industriais sofreram alteração de uso, transformando-se em depósitos ou foram desativadas. Em contrapartida, os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços se multiplicaram, criando zonas especializadas (madeira, Rua do Gasômetro), peças e acessórios para máquinas (Rua Piratininga), vestuário (Rua Oriente), couro (R. Vasco da Gama), atacadista e cereais (imediações da Av. do Estado).

O Metrô deu o golpe decisivo: desapropriações, expulsão dos pobres e a retirada dos de melhor renda atingiu a trama urbana, com amplos terrenos vagos durante 10 anos. Em 1989, a Cohab oferece seus quase 3 mil apartamentos para as classes de renda média.

O uso residencial continua coexistindo com os demais porém esvaziado, e com nítido processo de encortiçamento, havendo inúmeros prostíbulos e albergues, pensões, que abrigam não só migrantes recém-chegados nas estações ferroviárias, como cada vez mais amplos setores pauperizados.

A população também foi alterada: o imigrante europeu foi substituído pelo brasileiro — notadamente nordestino, depois coreanos. Muitos saíram da área espontaneamente.

O espaço urbano carrega em si, pois, as marcas do passado, um certo confronto entre tradiçao e modernidade. A história se evidencia no traçado, nas edificações, monumentos, nas atividades, e nos hábitos de seus velhos moradores, abarcando a singularidade do cotidiano. E a modernidade se expressa nas novas exigências feitas pelas novas atividades econômicas, novos estilos de vida urbana. Novos habitantes, novas marcas, a condição moderna exige novas escolhas individuais e sociais e estas são por sua vez, moldadas pelo conjunto cultural, inclusive pelas tradições. A organização sócio-espacial traz as marcas desse herança cultural e é acrescida de novos usos e interpretações.

Assim, nordestinos hoje vivendo no Brás vivenciam festas religiosas italianas de San Genaro ou Nossa Senhora da Casaluce, enquanto pensam no Padre Cícero ou em São Raimundo Nonato. Os espaços públicos são reinterpretados: a praça da Concórdia, de palco de lutas operárias, greves e comícios dos anarquistas, passa a lugar a ser criticado pela frequência de desocupados.

O Estado (Escolas, a Hospedaria dos Imigrantes, a estação de trem), a Igreja (a Igreja do Brás), continuam a ser espaços públicos marcantes, mas resignificados, com novos ocupantes. As ruas e as festas se redimensionam. Da tarantella, do sarau dos Centros Culturais Anarquistas, aos forrós, danceterias.

Os espaços privados são domiciliares: resumem-se, porém, à vida das famílias de trabalhadores pauperizados, nas habitações coletivas, os cortiços. Espaços esses ao mesmo tem

po públicos (coletivos) e privados.

Na "modernidade", os espaços públicos são terciarizados, é o mundo do mercado que se explicita, onde além dos negócios, o lazer é cada vez mais mercantilizado.

Dessa forma, a cidade — as ruas, praças, equipamentos — e a casa (unifamiliar ou coletiva) materializam espacialidades que expressam memória, formas de sociabilidade.

A memória liga o cidadão ao seu cenário. O Brás, em duas épocas distintas, foi habitado por moradores "desenraizados", "expulsos" de sua "pátria", saudosos. A saudade, a nostalgia, têm marcado suas pedras urbanas. E essa saudade se configurou na "Picola Italia" de transição para o século XX e na "Feira de Caruaru" hoje montada no comércio de produtos nordestinos. Conflitos culturais e conflitos sociais, idealização do passado e rejeição do presente. Sujeitos que carregam certa ambiguidade, sentimentos antitéticos entre adaptar-se ao presente, apelos da sociedade de consumo, adequando a vida ao mercado, ao progresso, individualista ou o apego ao passado mais comunitário e solidário.

O imaginário urbano se multiplica, a cidade capitalista se torna plena de diversidade. Ao morador acaba ficando a tarefa de construir sua cidadania nessa tensão de impulsos, na sedução pelo presente e saudade do passado. E o cenário urbano traz a marca dessa apropriação, construção e reconstrução.

A memória se revela um recurso para a vivência legítima da urbanidade. Por isso falam muito os relatos individuais dos que têm captado a história, embora subjetivamente, na sua singularidade.

Do Brás, que já nasceu operário, dos primeiros tempos da industrialização, podem falar as palavras de Pagu[1]:

"teares
São Paulo é o maior centro industrial da America do Sul: o pessoal da tecelagem soletra no cocoruto imperialista do "camarão" que passa. A italianinha matinal dá uma banana pro bonde. Defende a patria.
— Mais custa! O maior é o Braz!

(...)

(...) "O Largo da Sé é uma gritaria. Voltam cansadas para os seus tugurios as multidões que manipulam o conforto dos ricos.
Os jornaes burguezes gritam pela boca maltratada dos garotos rasgados os ultimos escandalos.
O camarão capitalista escancara a porta para a vitima que lhe vae dar mais duzentos reis, destinados a Wall Street.
O bonde se abarrota. De empregadinhas dos magazins. Telefonistas. Caixeirinhos. Toda a população de mais explorados, de menos explorados. Para os seus cortiços na imensa cidade proletaria, o Braz.
O camarão pára ofegando, segue. Otavia, Rosinha Lituana, Corina, Luiz, Pepe.
Luiz e Pepe são caixeiros de camisaria na Rua Direita.
(...)

"instrução publica
Escola Normal do Braz. Reduto pedagogico da pequena burguezia. O estudo não é muito caro. Os paes querem que as filhas sejam professoras, mesmo que isso custe comer feijão, banana e brôa todo dia.
(...)
O predio grande, amarelo e sujo. O jardim de formigas do jardineiro José. Eternas serventes. O porteiro bonito que estuda Direito. O secretario anão e poeta. Os lentes sem finalidade. O sorveteiro. O amendoim torrado. As meninas entrando, saindo. Bem vestidas. Mal vestidas. As bem vestidas são as filhas dos medicos do Braz e a Matilde, a filha daquela girl do Arruda. Todas acham ela bonita. Tem o sorriso triste. Os olhos muito verdes. As coxas aparecendo sob o jersey curtissimo. Paga sorvete pra todas. Cada lanche! Como corista ganha! Mas ela não contra pra ninguem que já trabalhou na Fabrica."
(...)

---

(1) Patrícia Galvão - Parque Industrial - pp. 3,17,27,28,93,99,101,133.

"habitação coletiva
Os tanques comuns do cortiço estão cheios de roupas e de espuma. No capim, meia dûzia de calças de homem e algumas camizolas rasgadas. Mãos esfoladas se esfolam. Creancinhas ranhudas, de um loiro queimado, puxam as saias molhadas."
(...)

Metade do cortiço sae para a Fabrica
A fumaceira se desmancha enegrecendo a rua toda, o bairro todo.
O casarão de tijolo, com grades nas janelas.
O apito escapa da chaminé gigante, libertando uma humanidade inteira que se escôa para as ruas da miseria.
Um pedaço da Fabrica regressa ao cortiço."
(...)

(...) "O theatro Colombo, opaco e iluminado, indiferente aos estomagos vasios, recebe a aristocracia pequena burgueza do Braz que ainda tem dinheiro pra cinema.
Na porta, o enigma claro de Greta Garbo, nas cores mal feitas de um reclame. Cabelos desmanchados. O sorriso amargo. Prostituta alimentando, para distrair as massas, o caften imperialista da America."
(...)

(...)"O Braz acorda. A greve é uma festa!
— Companheiros soldados! Não atirem sobre seus irmãos! Voltem as armas contra os oficiaes!
As espadas dos cavalarianos gargalham nas costas e nas cabeças dos trabalhadores irados.
Eles só tem os braços algemados para se defender.
Os grevistas se amassam nas patas dos cavalos.
Recuam."
(...)

"O comicio no
Largo da Concordia

"Os soldados erguem os uniformes e balançam as espadas sobre cavalos de crise, enferrujados, comidos de carrapato. Alguns se embriagaram com permissão superior e caracoleiam.
Têm ordem de pisar e matar o proletariado irredutivel. Marcham em pelotão na direção do Largo da Concordia, pela noite que começa."
(...)

Do Brás que teve seu apogeu comercial nos anos 30 e 40, fala em 1972 um recordador, Sr. Manfredo, dono de cantina no Largo da Concórdia[2]:

"Quando eu conheci o Largo da Concórdia era um jardim com um coreto, posteriormente fizeram um mosaico e ainda mantiveram o Teatro Colombo. Devido ao viaduto eles tiveram que cortar o Largo da Concórdia. Tiraram o mosaico e ajardinaram novamente. Acredito que no início devia ser de terra batida este largo. Sendo um largo deveria ter algum comércio onde andavam burris e carroças com transportes. Havia até um local para amarrar os burros. Atrás do teatro Colombo havia um bebedouro público que posteriormente eles retiraram. Quando fizeram o Colombo deixaram lá o bebedouro. Há bem pouco tempo ele ainda existia e quando por aqui apareciam carroças eles usavam o bebedouro. O teatro Colombo antes de ser teatro foi um mercado. No setor artístico, o teatro Colombo apresentou vários artistas como: Alda Garrido, Nino Nello, Vicente Celestino, Chico Alves, Paraguassú, Vera Nunes que fazia teatro infantil e o Piolim estiveram no Colombo. Artistas estrangeiros que dançavam tango e companhias italianas. O largo possuia um footing, fizeram o Cine Babilônia e ele continuou, depois, casualmente, de uma hora para a outra, deixou de ser aqui para ser defronte do cine Universo. Por volta de 1940 ainda havia footing nessa praça, depois ele passou a ser mais perto da rua Bresser. Aqui então ficou mais vazio. Ficou mais transitável. O cine Olímpia também era muito conhecido na época, hoje é indústria de móveis. Outro concorrido era o Oberdam, no seu local dizem que vão construir um supermercado. Era artisticamente bem montado e nesse aspecto era mais bonito do que o Colombo. Onde hoje é o cine Piratininga existia o cine Mafalda que foi derrubado para construir o novo cinema. Onde hoje é o super-mercado Eletroradiobrás era o cine Babilônia posteriormente cine Brás.

O largo era a mesma coisa que agora. Sempre ele foi mais comercial. Quando meu pai comprou isto aqui em cima era só de táboa, foi ele quem modificou esta parte pondo alvenaria. Quando eu comecei a enxergar, lá pelos anos de 1932, este bairro já era especificamente comercial.

Antes de ser ocupado pela Eletroradiobrás aquele corredor que vocês viram era a saída do cine Babilônia para a praça da Concórdia. A entrada principal era pela Rangel Pestana. Pela Concórdia era a entrada da geral e pela Rangel Pestana era a entrada das poltronas.

Antes de qualquer coisa ali era o Frontão que depois de comprado foi modificado para ser o Cine Babilônia posteriormente Cine Brás e hoje está ocupado pela Eletroradiobrás. A iluminação elétrica para a praça chegou por volta de 1934-35 quando eles puseram o mosáico no jardim. Aqui aconteciam bailes nas ruas adjacentes e no Minas Gerais hoje transformado em bilhar. No Largo da Concórdia mesmo havia o Coreto. Não me lembro de ter existido feira aqui no Largo, lembro-me uma vez que eles colocaram um parque infantil que não ficou por muito tempo. Aqui na cantina nós recebemos fregueses de todos os estados. Aos domingos temos a casa mais cheia. Para o Ano Novo já tivemos pedido de um freguês nosso do Paraná que virá com a família passar o Natal aqui em São Paulo e virá fazer a ceia do ano conosco".

---

(2) Cf. Sylvio B. Sawaia - op. cit. pp. 64 e 65. No lugar dessa cantina, nº 28 do Largo da Concórdia, há um açougue.

Por outro lado, o Brás de hoje abriga uma população pauperizada, migrantes que se acomodam em habitações insalubres e insuficientes, cortiços. Como antes era essa também a forma de habitação prevalecente dos italianos pobres. Na década de 70, a cultura nordestina florescia no bairro embora pareça ter sido relegada a segundo plano. Ainda em 1979 um duelo entre cantadores, no "Recanto dos Poetas" flagrava a disputa entre corintianos e palmeirenses, mostrando que o Brás era palco de duelo entre velhos (italianos palmeirenses) e novos moradores (corintianos nordestinos) [3] duelo esse acirrado, apesar do fato de que ambos os times nasceram no bairro e de que italianos e nordestinos têm suas semelhanças culturais, são extrovertidos, falam "alto" e cantado e ambos foram "excluídos" e mereceram desprezo das altivas elites burguesas — de ontem e de hoje.

Os cantadores, eles mesmos nordestinos, passavam ali à noite e tiravam seu sustento, improvisando sobre o jogo clássico de domingo entre Palmeiras e Corintians. Alguns nordestinos também escolhem o Palmeiras.

"Eu até já fiz um plano
plano que valeu pra mim:
Quando chegar em São Paulo
Não torcer pra time ruim.
Então escolhi o Palmeiras
Por achar ser bom assim".
(...)
Sempre do princípio ao fim
É do país uma grandeza
O Corintians é do povo
A sua maior riqueza
Por isso esse alvinegro
É o time da pobreza".
(...)

---

(3) Jornal da Tarde - O Estado de São Paulo - 19/05/79.

Domingo será o dia
De tirarmos os enganos,
vou beber, vou fazer raiva,
vou rir dos corintianos,
mas na tristeza e na alegria,
Viva o Brás e os baianos".

Mas, um rasgo de orgulho de sua origem transparece nesses versos:

"Vim da terra da viola
Trouxe sangue nas veias
De caboclos que usam tangas
e alpargatas de correias,
mas que não invejam glórias
das ricas terras alheias".(4)

O Brás atual, dos anos noventa, apresenta novos problemas. O lazer dos nordestinos desapareceu. Sem cinema, sem forrós, sem cantoria, desaparecidos o bar Recanto dos Poetas, e seus grupos de convivência. O largo da Concórdia é local de assaltos, desfigurado — só restam os bares e a televisão, crianças correndo nos corredores dos cortiços.

Apesar da intervenção recente das torres de apartamentos da COHAB e a classe média chegando ao bairro e se organizando para a "limpeza" do bairro (o SOS Brás querendo o afastamento dos cortiços e seus moradores) e também vai receber equipamentos para as classes médias — o Brás continua um espaço segregado — processo que se inicia junto com o bairro, que se interrompe no apogeu comercial e recomeça após 1950.

No dizer de um de seus "ilustres moradores", Rubens Ricúpero, que chegou a embaixador em Genebra, houve um processo de esvaziamento.(5)

---

(4) Poeta popular Diniz Vitorino - Congresso dos Repentistas, SP, Folk, 1974, mimeo.
(5) Folha de S.Paulo, 20/09/1987 - Rubens Ricúpero: prefácio a "Brás, Bexiga e Barra Funda - de Alcântara Machado" - 1982.

"As memórias de um ilustre morador do Brás

(...)

Meu mundo,até aos dezoito anos, era o próprio miolo, a quintessência do Brás tradicional, nossa família, uma das últimas a deixar o velho sobrado patriarcal, vivia perto da Avenida Rangel Pestana, a algumas centenas de metros da matriz do Bom Jesus do Brás, ao lado da famigerada rua Caetano Pinto, numa travessa da rua Carneiro Leão. Perto ficavam a rua do Gasômetro, onde Tranquilo Zampinetti brandia perigosamente a navalha e as ruas Piratininga e da Figueira, onde o barbeiro, já próspero, vai adquirir prédios de rendimento.

Além dos sobrados e das precárias habitações populares dos cortiços, as ruas daquela zona eram ocupadas por fábricas, armazéns como o de Natale Pienotto, cantinas com queijos e linguiças penduradas à entrada como "mobiles" apetitosos.

Muitos dos pioneiros italianos já se haviam mudado para os bairros de maior prestígio, de onde vinham, às vezes, visitar os antigos vizinhos, com secreta inveja da vida simples do Brás, do jogo de bocce nos fundos das cantinas, do café que se tomava com zambucca.

Em lugar dos italianos desertores, os andaluzes,revolucionários anti-franquistas, fundadores do clube de futebol de várzea "Os Onze Milicianos", erguiam a bandeira com o roxo espanhol da República.

Ao lado das "pizzarias", floresciam as casas onde se compravam, nas manhãs frias de névoa e garoa, os "churros" dourados para acompanhar o café com leite fumegante.

Em meio à multiplicidade das origens peninsulares, naquela colcha de retalhos de dialetos,alguns grupos formavam exceção pela coesão interna,pelo grau de homogeneidade. Tinham quase a característica de clãs, as pessoas ligadas entre si por parentesco, com o padre católico à frente diretamente importado do "paese". Em torno do padre, construíam-se a igreja e a comunidade, preservadas contra os intrusos.

As comidas mereceriam, nesta evocação, um capítulo à parte. Eram pantagruélicos, lembrando contos de Pirandello, os banquetes familiares das festas,com destaque para as massas laboriosamente feitas em casa, regadas por molhos escarlates com porpettas, braciólas recheadas e algumas folhas esmeraldas de manjericão para levantar o aroma. Os doces, recheados de massa de grão-de-bico, castanha e chocolate, eram, dias a fio, mergulhados em tachos de mel. Os biscoitos de sal e erva doce ou os levíssimos, cobertos de "glacé" de açucar e casca de limão. As carnes preferidas cabrito novo, cordeiro, leitão, nunca a vitela dos setentrionais. Dentre as coisas marinhas, o polvo, que se comia na véspera de Natal. Legumes, sobretudo a berinjela recheada ao forno e coberta de queijo parmezzan, os vermelhos pimentões frios, os tomates em tudo, e de todas as maneiras, os antepastos de berinjela, pimentão assado e abobrinha empapados de azeite e folhinhas de hortelã, as aliche e azeitonas gigantes, o tempero de orega-

> no, o finóchio ou erva-doce que se comia à sobremesa antes das tortas de Páscoa recheadas de ricota e grãos de trigo cozidos em leite, das zéppoli de São José Gordas de creme dourado, regados a vinho tinto com fatias maceradas de pêssego, tudo sabendo a Mediterrâneo, a Oriente, a Grécia.
> Por muito tempo, após deixar o Brás, pensei que as festas religiosas e os costumes que evoquei tivessem desaparecido, vítima das obras do "metrô" e dos "freeways", desfiguradores do bairro, do qual expulsaram desumanamente milhares de moradores. Há pouco, porém, quis comparar minhas memórias com os lugares da infância e retracei o itinerário das igrejas, centros da vida comunitária do Brás. Descobri então, com surpresa, que há em marcha uma espécie de renascimento das tradições do velho bairro, um redespertar talvez da consciência Ítalo-paulistana, após um ocaso de décadas. Na matriz do Bom Jesus do Brás, na bela igreja Nossa Senhora da Paz, onde casei, evocadora das basílicas cristãs dos primeiros tempos, com os afrescos de simplicidade giotiana de Pennacchi, na igreja de San Vito,onde havia quermesse e a Virgem Adolorata continuava a receber, na sua estranha beleza lânguida e roxa, as preces românticas dos namorados, em toda a parte, vi sinais de vida e atividade. Contudo, o que mais me espantou foi na rua Caetano Pinto, no ponto onde esperava encontrar uma fábrica no lugar da capelinha cor de anil, topar com a definitiva igreja de Casaluce, pequena mas decente, terminada um ano antes, não sei por que artes ou milagres. E não só se reataram alguns fios como esse que estavam partidos. Novos também foram tecidos, como na igreja de São Januário, na rua da Moóca, onde se inaugurou de uns anos para cá, o que parece ser uma festa de crescente êxito em honra de San Genaro."

Os relatos dos filhos de imigrantes bem sucedidos muitas vezes são saudosistas e idílicos. Porém, de fato, os moradores do Brás hoje — nordestinos, coreanos, migrantes e imigrantes, têm tudo a ver com outros "excluídos" no mundo capitalista, portoriquenhos, negros no Brooklyn, italianos, do Harlem, e com suas manifestações culturais diversas.

Em São Paulo pode-se ver e sentir o preconceito para com esses migrantes empobrecidos, sobretudo os nordestinos:

> "Volta para a tua terra, porque lá você tem um governo que pode construir casa, não constroi porque não quer. Eu já falei e vou repetir: eles têm fome, vêm aqui, coitados, crentes de que vão comer; chegam aqui e não comem, eles têm que matar e roubar. Visto isso, se eu fosse governo federal, ia chamar o governo de Alagoas: 'seu fulano, lá em São Paulo tem muito alagoano'. Chamar o sicrano, do Ceará, e: 'olha, lá tem muito cearense, toma conta porque, senão, nós te tiramos as verbas', (...) Volta para a tua terra e vai trabalhar! Você roubou? Roubou porque tinha fome? Vai trabalhar lá na tua terra, vai criar galinha, pinto, porco. Vai lá. Você já reparou que bandido paulista é muito difícil? Paulista não tem tempo de roubar, paulista quer trabalhar. Você não vê um homem caído no chão que seja paulista, você não vê um paulista metido em confusão." (6)

Os paulistanos de estratos médios da população costumam, pois, chamá-los de "invasores", pois "pioraram a cidade", deixando mais escassas as condições de vida que ela oferecia antes. Com eles teriam vindo a violência, a miséria, a "saturação" dos serviços urbanos(7).

Dessa forma, procuramos mostrar neste trabalho que as classes trabalhadoras, de baixa renda, os excluídos sempre tendem a ocupar as porções mais "desprezadas" do espaço urbano, pois a lógica do capitalismo cobra caro a habitação e acesso à cidade. E cobram custos sociais como o preconceito, a discriminação.

A visão de que os "pobres" ocupam a periferia nas grandes cidades do mundo subdesenvolvido é ainda uma visão simplificada. A não ser que se entenda periferia por exclu-

---

(6) Cf. J.Flávio Pierucci - Estudo sobre a "Nova Direita" - entrevista com 150 moradores de "classes médias", residentes em bairros como Belenzinho, Alto da Mooca - 1986.

(7) Exemplo disso é o projeto de Lei nº 229/90 do vereador Bruno Feder que vinculava o acesso a benefícios e equipamentos sociais municipais a estar empregado na Capital há pelo menos dois anos, ter residência no Município de dois anos e ter Carteira Profissional assinada".

são social, o centro de São Paulo ilustra ser abrigo de porções deterioradas. A deterioração nada mais é que o desinteresse das camadas de renda média e alta de residirem no bairro — o capital imobiliário (e financeiro) quer reconstruir — renovar — e ocorre deterioração. Foi também uma reflexão sobre o cortiço — sua lógica, sua estratégia no centro adensado da metrópole, o Brás ilustra essas diretrizes perversas da urbanização capitalista. Usualmente tem sido decantada a memória do Brás no sentido de resgatar seu passado folclórico italiano, enfatizando seu feitio cultural (saudosismo); e hoje se enfatiza seu aspecto nordestino miserável, encortiçado, prostituído.

"O Brás está cheio de migrantes, malandros, prostitutas e... de polícia"(8).

Torna-se necessário desmascarar as interpretações saudosistas sobre o "idílico passado italiano" e o "presente degradado nordestino", porque italianos e nordestinos são "excluídos" tanto como "carcamanos" quanto "baianos", recebendo apelidos e desprezo, discriminados os de ontem como os de hoje. Havia miséria no Brás de ontem como há no de hoje. Esse aspecto cultural deve ser reavaliado à luz dos processos competititvos da ordem burguesa que aqui se desenvolve. Uma faixa divisória tem demarcado as porções de segregação, o "lado de lá" — e o "lado de cá", crescendo a pobreza urbana de tal forma que se pode falar mais de "bolsões de riqueza", a porção sudoeste cada vez mais acentuada, que do jargão antigo: "bolsões de pobreza".

---

(8) Filme "A próxima vítima", de João Batista de Andrade, 1984. Fala da personagem Delegado, em meio à investigações sobre uma série de assassinatos de prostitutas no Brás.

O Brás nasceu popular, operário, enquanto várzea e bairro misto com indústrias. Ainda conheceu seu auge no período comercial e atacadista, mas seu esvaziamento vai ocorrendo espontaneamente, depois induzido, depois compulsório à época do Metrô.

Nos tempos atuais, um setor de assimilação se delineia, com os prédios de renda média da COHAB e a "reurbanização", enquanto um setor de degradação se conserva, atestando os efeitos da brutal concentração de renda no país.

O Estado tem lidado com a "deterioração" de forma a favorecer a indústria de demolição e expulsão dos pobres. Como nos exemplos europeus, a "renovação urbana" assim procedeu. No caso de cortiços, sempre se pensou em "fazer limpeza", na defesa da saúde pública ou para abertura de avenidas. Um total descaso para com os cidadãos, pelas diferentes formas associativas, para os movimentos de bairros.(9)

A inserção do Brás na cidade de São Paulo e as transformações sofridas ao longo do século XX em um e em outra, podem ser visualizados em muitos outros relatos, inclusive naqueles de memória de velhos. As lembranças do Sr. Amadeu(10) ilustram o quanto a biografia pessoal diz muito da história de um bairro, de uma cidade e de uma nação.

Alguns trechos dessa narrativa falam por si próprios:

---

(9) Exceção seja feita ao Plano Diretor para o Município de São Paulo. 1990/1991 que pretende garantir o acesso à cidade dos estratos da população de baixa renda, através de vários mecanismos como solo criado, ZEIS: zonas especiais de interesse social para garantir assentamentos com favelas, cortiços, vazios urbanos e loteamentos irregulares. Também as experiências pilotos com cortiços, não deslocando a população para outros bairros - Sehab-Habi, 1990.

(10) Bosi, Eclea - Memória e Sociedade, p. 77 e seguintes.

"Nasci no Brás, Rua Carlos Garcia, 26, no dia 30 de novembro de 1906. Meus pais vieram da Itália: meu pai era toscano e minha mãe era vêneta. Meu pai era alfaiate e minha mãe costureira. Vieram no tempo da emigração mas não eram emigrantes, vieram tentar a vida aqui no Brasil, já casados na Itália.
O primeiro filho nasceu aqui em São Paulo e faleceu com meses de vida. Veio o segundo filho, Alfredo Bovi, e mais cinco filhos: Atílio, Artur, Anita, Alda e Amadeu Bovi, seis filhos. Fui o caçula. Minha mãe morou cinquenta anos na casa onde nasci, na Rua Carlos Garcia. Essa Rua Carlos Garcia é nas imediações do comércio de cereais, no Brás, perto da Santa Rosa, Benjamim de Oliveira, Cantareira...
Meu pai, quando chegou em São Paulo, já tinha profissão e foi trabalhar como alfaiate. Naquele tempo o dinheiro era pouco e a roupa barata; o artesão ganhava muito pouco. Naquele tempo os homens usavam o terno completo:meu pai fazia o paletó e o colete, minha mãe fazia a calça. Meu pai trabalhava quatorze, quinze horas por dia; faleceu em 1925 de uma úlcera no estômago.(...)
Nesse tempo não existia luz elétrica na rua, só lampiões de querosena. Em casa também, os lampiões eram pendurados na sala, no quintal e na cozinha. Só quando eu tinha dez anos é que veio a luz elétrica, por volta de uns sessenta anos atrás.
A casa dava para a rua, mas tinha quintal; lembro da sala, dos dormitórios... Na frente da casa passavam os vendedores de castanha, cantarolando. E o pizzaiolo com latas enormes, que era muito engraçado e vendia o produto dele cantando. As crianças iam atrás. A rua não tinha calçada. Elas ficavam à vontade naquelas ruas antigas. Eram ruas de lazer, porque não tinham movimento, e crianças tinha demais. Em São Paulo, nos terrenos baldios grandes, sempre se faziam parques para a meninada. Meus irmãos jogavam juntos futebol na rua. Tínhamos um clube, formado por nós, chamado Carlos Garcia. (...)
Havia no Brás, uma festa de rua, a de São Vito Mártir. Iluminavam a Rua do Gasômetro, a Santa Rosa, a Assunção, imediações da igreja. Armavam palanques para um concurso de bandas que vinham do interior, de Campinas, Jundiaí... Davam prêmios até em libras esterlinas para os músicos (naquele tempo, uma libra esterlina valia 8 mil réis). Os fogos de artifício eram uma coisa extraordinária. No fim da festa tinha um bombardeio que estremecia todas as vidraças do centro da cidade. Essas bombas, chamadas morteiros,eram enterradas e soltas debaixo da terra. Alcançavam uma altitude de trezentos metros, era tão forte quando explodia que quebrava os vidros dos prédios. Comia-se ghimirella, carne de carneiro tostada, e pizza bem mais gostosa que a de hoje.Era uma festa de bareses, puglianeses, napolitanos, todos da Baixa Itália.

A imagem de São Vito ficava na igreja na Rua do Lucas, que ainda existe. Depois a imagem dava a volta no bairro, carregada por oito pessoas.Pra carregar, leiloavam a preferência, cada um pagava uma quota. Uma vez o conde Francisco Matarazzo carregou a imagem e contribuiu com uma nota grande. Hoje, ainda festejam São Vito, em ponto pequeno, com umas barraquinhas perto da igreja.Mas terminou quando começaram asfaltar as ruas, asfaltaram a Santa Rosa, a Benjamin de Oliveira, veio esse progresso, então terminou a festa monumental em que o povo ocupava todas as ruas.Ainda existe a igrejinha de São Vito, São Cosmo e São Damiano. No dia de São Cosmo ainda soltam aquela bateria para recordar o tempo das festas grandes. Perto de minha casa, vinham duas, três vezes por semana, os "mata-mosquitos", fardados de amarelo e com bonezinhos. Vinham com bombas extintoras matar mosquitos nos quintais, poças de água no mato, aquele bairro era quase todo mato.
Quando eu era criança, na Rua Carlos Garcia,precisávamos fugir de casa quase todo mês,um ou dois dias. O rio Tamanduateí enchia fácil, era muito estreito. Uma vez nós saímos de casa, eu tinha uns quinze anos, e fomos dormir três dias numa casa de amigos, no Alto do Cambuci. A água estava já a um metro e vinte do chão. Me lembro que mais de cinquenta vezes saímos de manhã e voltamos só de noite. No Cambuci, a enchente era uma brincadeira, davam conhaque e caipirinha pros bombeiros, as famílias ficavam amigas dos bombeiros.
(...)
Quando eu tinha oito anos veio a guerra, que começou no 14 e terminou no 18. Com a guerra veio muita miséria, nós passamos muito mal aqui em São Paulo. Lembro, na Rua Américo Brasiliense,da Companhia Mecânica Importadora que ajudou muitos desses que não tinham possibilidade de aquisição: um porque o pai foi pra guerra, outros porque tinham dificuldade de encontrar trabalho. Na hora do almoço e na hora da janta ela dava uma sopa para famílias do Brás, da Moóca, do Pari,da classe menos favorecida pela sorte. Com meus dez, onze anos, a miséria era muito grande aqui em São Paulo. Meus irmãos e eu íamos com um caldeirão e eles enchiam o caldeirão de sopa e davam um pão. Em 1917, no finalzinho da guerra, veio uma miséria extrema. Lembro muito da gripe espanhola porque fiquei bem ruim. Todos, menos o Alfredo, pegaram a gripe na minha casa. Foi dado esse nome porque nesse tempo vinham muitos espanhóis para cá e logo depois veio a gripe. Era tanta gente que morria que não havia possibilidade de atender a todos. Quem tinha caminhão se prontificava a carregar os mortos até o lugar indicado pela Santa Casa. São Paulo não tinha o preparo de hoje, não tinha injeções. Foi uma gripe tão agressiva que já não davam conta de fazer remédios. Só limão. Numa certa hora acabaram também os limões em São Paulo.
(...)

"Uma lembrança que nunca me sai do pensamento é a revolução de 1924, do Izidoro Lopes e General Klinger. Essa revolução marcou época, precisamos fugir porque as balas já estavam chegando em minha casa. Fomos para Itaici, um pequeno lugar de Campinas; lá ficamos um mês até terminar a revolução, que foi vencida pelos legalistas. Nesse tempo, quem estava brigando eram os legalistas e os soldados do governo. Tinha dezessete anos. A família de minha esposa, que eram nossos vizinhos, também precisaram fugir.
(...)
Depois da primeira guerra...não, depois da revolução de 24, o povo assaltou o Mercado Municipal. O povo em geral. Eles saquearam não foi só o Mercado mas os armazéns do bairro. Lá na Móoca. No Mercado Municipal tiraram tudo, até balanças e caixas registradoras. Na Companhia do Matarazzo, levaram todos os sacos de farinha do depósito. Quando terminou a revolução, os soldados não tinham condição de controlar o povo. Assaltaram,saquearam, fizeram de tudo. Foi geral, São Paulo inteiro, e durou quatro ou cinco dias. O roubo eles puniam. O saque, não, eles entendiam que era uma coisa da fome, não consideravam um crime,consideravam uma necessidade.
As escolas eram poucas, a maior parte das crianças tinha pouco estudo. Não podiam ter a educação de hoje. No Brás, tinha a Escola Regina Margherita que alfabetizava em italiano, a escola onde Alfredo Bovi estudou. (...)
Ganhei um prêmio certa vez na corrida do circuito do Brás, que era a corrida anual que se fazia antes da São Silvestre. Corri seis mil metros do Brás à Moóca e vice versa. Nesse tempo o campeão era o Alfredo Biasi, que depois foi campeão da São Silvestre.
Os vizinhos daquele tempo já mudaram todos de lá; havia uma boa parte de italianos, portugueses, espanhóis. Chegou o progresso e as famílias mudaram. Nossa casa foi derrubada para dar passagem aos ônibus da Água Rasa que vão para o Largo do Paiçandu. Com essa abertura a ruazinha ficou pela metade, toda de armazéns de cereais e casas de negócios." (...)
"Quando eu era pequeno só havia sobrados na cidade. Para ir até o centro era preciso atravessar um matagal, que hoje é o Parque D.Pedro, onde está o Palácio 9 de Julho; e atravessar o rio Tamanduateí, era um lugar lamacento, perigoso. Eu vi a inauguração do Palácio: estavam presentes os maiores industriais: Matarazzo, Penteado,Crespi,Gambá, que colocaram num poço valores: ouro, prata, dinheiro. Cada industrial colocou ouro e prata no poço, e dinheiro também. Usavam fazer isso como incentivo para a grande obra. O governador também, não sei se Carlos de Campos. Cada um com uma pazinha de cimento. Agora é Palácio 9 de Julho, naquela época era o Palácio das Exposições. (...)

(...)
Na minha infância o bairro fino mesmo era a Avenida Paulista, Avenida Angélica e imediações. Higienópolis nesse tempo ainda não era.
Pra esse lado do Brás, Cambuci, Belenzinho, Moóca, Pari, aqui tudo era uma pobreza, ruas sem calçadas, casas antigas, bairros pobres, bem pobres. A iluminação era a lampião de querosene. Lembro quando em minha casa puseram um bico de luz, foi o primeiro bico que puseram naquela rua, não lembro exatamente o tempo, faz uns cinquenta anos. Era mocinho. Punham um bico só porque a luz era muito cara, mais de 200 réis por mês. Com o tempo punha-se um bico na cozinha, no quarto, no quintal e assim por diante. Mas era usada como uma luz bem econômica porque não dava para pagar no fim do mês.
Bonde a burro lembro pouco, lembro apenas de alguns. Lembro mais do bonde aberto, tipo jardineira, à eletricidade. Tinha o bonde e tinha o "cara dura" que levava os operários. Não lembro quando começou o bonde elétrico, faz uns quarenta e cinco anos.
Naquela época, houve o crime da mala; (...)
E havia o ladrão mais famoso do Brasil, o Meneghetti, talvez internacional. Lembro o primeiro roubo dele, quando ele escalou diversas casas aqui em São Paulo: a especialidade dele era jóias. Mas não era criminoso, depois a história modificou a vida dele, pelo que nós lemos e ouvimos, era até um ladrão muito bonzinho, diz que ajudava os pobres.
(...)
Nesse tempo, às sete e meia da manhã era a entrada; às onze e meia o almoço; ao meio-dia e meia a volta e às cinco horas a saída. Quem não respeitava o horário tinha que enfrentar uma multa. Havia muito extraordinário, horas em que a gente trabalhava depois que tinha terminado as horas do dia. Trabalhávamos até meia-noite. Eu fazia muito extraordinário; a gente trabalhava até as cinco horas e depois pegava empreitada até meia-noite, trabalhando.
Meu irmão levava o serviço para casa porque o trabalho dele era a gravura, uma coisa pequena, um cartão, um estampo e era mais fácil fazer em casa. Não necessitava de máquina, nem de ácido.
Na fábrica, a pessoa que queria aprender a trabalhar à noite na escola, o Liceu de Artes e Ofícios, na Estação da Luz; ali tinha professores de pintura, gravura, tudo grátis. Frequentei o Liceu de Artes e Ofícios dois anos, fui aprender desenho depois de uns três anos de firma. (...)
Parece que o Sindicato começou no 32, no 35. Havia nesse tempo muita camaradagem e um ajudava o outro, em caso de necessidade, porque não havia ganância de dinheiro. O dinheiro era muito curto, existia muito pouco, um ajudava o outro. No início, as firmas não aceitavam o Sindicato, então os operários se reuniam na casa de um, de outro, e combinavam o que fazer para se sindicalizar. Mas faziam isso escondido porque os patrões não gostavam. Depois o Sindicato progrediu bastante e as empresas acabaram entrando, foi obrigatório. Eu já era moço, com 27, 28 anos.

Só tenho conhecimento dos metalúrgicos; antes de 30 não era legalizado; os operários se reuniam escondidos para trocar idéias. Onde eu trabalhava vinham boletins dos sindicatos dos metalúrgicos italianos que chamava-se I Mettalurgici.Eles aproveitavam para copiar alguma coisa para nós.Isso, antes do 30. Depois, na entrada do Getúlio em 32, parece-me que o Sindicato começou aos poucos a sua atividade, fazendo leis internas, colhendo sócios, se firmando, isso por volta de 40. Eles alugaram, no início, um salão numa sociedade chamada Classes Laboriosas, que ainda existe na Rua do Carmo. Lá faziam suas sessões. No início eram só vinte, vinte e cinco por cento dos operários que se reuniam. Um deles ainda existe, é vice presidente hoje: Orlando Malvesi, muito meu amigo. Naquele tempo o Sindicato não era visto como hoje, uma sociedade que ajuda o trabalhador. Pensavam em infiltração comunista, o Sindicato era perseguido. Quando faziam sessões, aparecia o DOPS com cassetetes, metralhadoras e terminava a reunião. Não me lembro das primeiras diretorias; comecei a trabalhar criança e só entrei para o Sindicato sete,oito anos depois.
As Classes Laboriosas tiveram muitos problemas: o Sindicato era uma entidade que a classe empresarial desprezava. Depois a força venceu.Na conquista do 13º salário, os sindicatos anunciaram que sem o 13º ninguém iria trabalhar. O Carvalho Pinto pediu ao operário que fosse trabalhar e esperasse sair o 13º depois. Mas a turma do Sindicato ficava na porta para que ninguém entrasse. Fizeram uma cadeia improvisada na Moóca e prenderam centenas de operários. No dia seguinte os patrões tiraram o cartão de todos os que não tinham ido trabalhar. Estavam despedidos.Eu não fui trabalhar. Tiraram meu cartão. Nessa época tachavam os metalúrgicos de comunistas. O presidente do nosso Sindicato, muito bom, demitiu-se; foi o Remo Forli. Houve um corre-corre em que muitos metalúrgicos foram presos.
(...)
"Comecei a jogar futebol com nove anos. Naquele tempo tinha mais de mil campos de várzea.Na Vila Maria, no Canindé, na Várzea do Glicério,cada um tinha mais ou menos cinquenta campos de futebol. Penha, pode pôr cinquenta campos. Barra Funda,Lapa, entre vinte e vinte e cinco campos. Ipiranga, junto com Vila Prudente, pode pôr uns cinquenta campos. Vila Matilde, uns vinte. Agora tudo virou fábrica, prédios de apartamentos. O problema da várzea é o terreno. Quem tinha um campo de sessenta por cento e vinte metros acabou vendendo pra fábrica."
(...)
"Se nós vamos procurar na memória quantos jogadores da várzea, de uns quarenta anos faz, tinha mais de dez mil jogadores. Aquele tempo era uma coisa! Cada campo tinha um clube; a maior parte dos campos eram dados pelos donos para o lugar progredir, popularizar. O dono é que pedia pra fazerem um campo nesses terrenos baldios. Quando tinha um clube, vinha o progresso. No domingo vinham duas mil pessoas assistir, e começava o comércio, o progresso.

(...)
"Não tinha preto naquele tempo no Palestra. Os torcedores eram noventa por cento italianos ou filhos de italianos. As brigas eram até mais brutas do que hoje. Me lembro de uma passagem do Neco, um dos maiores jogadores do Corinthians. Uma vez ele tirou o cinto e correu atrás do juiz batendo nele o tempo todo. Naquele tempo o Paulistano era o clube da elite. Mas as torcidas maiores eram do Corinthians e do Palestra.No Corinthians estava a massa: os pretos e os espanhóis.
(...)
Meu irmão Alfredo tocava violino nos cinemas; quando era filme mudo... ele tocava os números musicais dos filmes, no tempo do Carlitos.Os companheiros dele, do "Conjunto Musical Excêntrico", devem ter morrido todos... são tantos anos...
Não sou muito do tempo da serenata. Sei que faziam serenatas no Bom Retiro e no Brás, ali no Largo da Concórdia. No início da Ponte do Brás tem uma alegoria do compositor que fez a "Rapaziada do Brás"; por sinal que ele era amigo do meu irmão Alfredo. O Francisco Alves cantava na Companhia de Revistas Tro-ló-ló, no Cine-Teatro Santa Helena. Íamos ao Teatro Bela Vista, ouvir as "canzonetas", italianas pelas Companhias de artistas que chegavam:Minello, Caiaffa, Anita Piccioni...
(...)
"Lembro bem do cinema mudo porque meu irmão tocava no Cinema São Pedro, na Barra Funda. Conforme era o filme, ele procurava acompanhar com a música.
(...)
O carnaval também era uma festa de povo na rua, que brincava com confete, serpentina, lança-perfume. O maior carnaval era feito na rua, não se ia em clubes de bailes. Passava o corso na Avenida Paulista, com carros alegóricos,o desfile era muito mais interessante.
Em 1922, houve festa em São Paulo, pelo Centenário da Independência; a festa foi no Museu do Ipiranga.
Eu devia ter mais ou menos vinte anos quando começou o Martinelli. Eles venderam o prédio para inquilinos e para comércio. O Hotel d'Oeste ficava, se não me engano, no sétimo ou oitavo andar. Em baixo era tudo casa de comércio, me lembro de uma casa grande, de esporte.
A mudança não foi assim tão rápida. O progresso da periferia começou porque no centro já estava ficando difícil morar. O comércio progrediu e ocupou as casas de inquilinos. As pessoas mudavam para pagar um aluguel mais barato. Iam para a Penha, para a Lapa, para o Ipiranga. Mais tarde iluminaram a Avenida São João, isso foi depois do Martinelli. Me lembro do calçamento da Praça Clóvis Bevilacqua, que era descalça. A Catedral levou vinte anos para terminar.
Comecei a ver automóvel há uns cinquenta e cinco anos; antes daquele tempo eram projetos de automóveis. Lembro quando começaram a vir automóveis que faziam corridas no Velódromo; naquele tempo se chamava Velódromo. Lembro a primeira vez que subi num automóvel. Tinha escola de choferes aí na Rua do Lucas, no Brás. Os alunos, no sábado e domingo, deixavam os automóveis. Então, no domingo, íamos a Santos com eles: eu tinha uns dezoito anos quando

(...)
"Havia muito desemprego para aqueles que não tinham ofício, mas aqueles que sabiam uma profissão tinham sempre emprego. Mas, nesse tempo, era muito mais gente que não tinha profissão do que aqueles que tinham, por isso é que havia muito desemprego.(...)
(...) Os operários do Brás festejavam o 1º de Maio, fazendo piqueniques no Parque Antártica; as famílias se reuniam, havia baile na grama, cantavam, brincavam. A maior parte dos 1º de Maio na praça eram paulada. Quando os comícios se alteravam chegava a cavalaria. Uma vez, no Largo do Pari,no fim da Rua Santa Rosa onde se reuniam os trabalhadores... nesse dia tinha umas cinco, seis mil pessoas, o comício estava marcado para as dez horas. Quando chegou a hora do comício, apareceu a cavalaria com cento e cinquenta soldados que desmancharam o comício com cassetete, cavalo por cima da turma e o comício não foi realizado. Eu tinha treze anos, precisamos fugir do quebra-quebra do Largo do Pari.
Sempre fui metalúrgico e assisti os comícios do Sindicato. Os metalúrgicos tinham um jornal chamado Hoje. Me parece que agora o operário está ligando menos para o 1º de Maio, o trabalhador está mais acomodado. Não ligam muito como antigamente; antes esperavam o 1º de Maio como uma vingança. Não havia direito a médico, a remédios na fábrica,em lugar algum. Entrei numa Sociedade Beneficente, as Classes Laboriosas. Com uma pequena mensalidade, davam assistência médica e cinquenta por cento nos medicamentos, operações e hospital. Isso,até a formação do Sindicato, que dá isso e dá muito mais.(...)
O ano em que me casei, 1937, foi um dos anos de maior miséria em São Paulo. Não sei se foi porque era o começo da guerra, foi um ano muito sacrificado,não tinha serviço, era muita miséria. Casei a 13 de abril de 1937. Vai para quarenta e um anos. Foi na Igreja do Brás e depois teve aquela festinha na minha casa, que foi a consagração do casamento.Toda turma da rua veio; vieram todos, eram todos meus amigos. Vieram alguns colegas da fábrica.
(...)
Quando casei, mudamos para um quarto, sala e cozinha, na Rua Benjamin de Oliveira, na casa de uma família do Brás. O primeiro aluguel que paguei depois de casado foi de 120 mil-réis. O aluguel da Rua Carlos Garcia parece-me que era de 20 mil-réis. Depois mudei de novo para a casa de minha mãe,onde eu pagava uma mesada. Lá fiquei um ano e meio somente e mudei para o Cambuci, perto da fábrica.Vim morar bem perto da Dona Alice e do Umberto, e aí paguei 200 mil-réis. Depois passei pra Luis Gama.eram 450 mil-réis. Na Rua Stefano foi um conto de réis. Morei sempre em casa alugada e depois consegui comprar um terreno na Vila Ré, mas isso é recente.
(...)
A comida sempre foi como hoje: arroz e feijão; os outros mantimentos, carne, peixe eram mais baratos que hoje; então havia essa comida na mesa,mas o principal mesmo era o arroz e feijão. Minha mãe era vêneta e fazia bastante sopa, bastante caldo,polenta e outros pratos vênetos. Depois que casei, minha esposa é descendente da Baixa Itália, então é macarronada, "brajola", massas, comidas mais pesadas, mas muito gostosas.

Meus companheiros de trabalho bebiam; saíam às seis horas do trabalho, se reuniam na venda da esquina e ficavam lá até meia-noite, sempre bebendo, discutindo. Bebiam pinga, o vinho para o operário era caro, por barato que fosse, não era para a aquisição do operário. No tempo de meu pai o vinho que vinha em cartolas, em barris,da Itália, era bem barato. Depois de casado tomávamos um vinhozinho no almoço, uum vinhozinho na janta, mas em casa, só um copo. Os que iam no bar saíam de lá embriagados. No Brás eram muito procuradas as cantinas que serviam queijos, azeitonas, atum estrangeiros, mas eu não tinha o hábito de frequentar essas cantinas.(...)
(...)
"Morei muitos anos numa casa-prêmio do IAPI: ali pagava um conto de réis de aluguel quem tinha os quesitos necessários. Lembro de seis quesitos: 1º - ser brasileiro; 2º - ser casado; 3º - ter dois ou mais filhos menores; 4º - ter pago o primeiro recibo do IAPI; 5º - ser sindicalizado; 6º - ter ordenado correspondente. A gente ficava inquilino o tempo que quisesse.Aconteceu depois que o cruzeiro desvalorizou e o IAPI nos obrigou a comprar as casas. Fizeram um preço facilitado, e até foi um alto negócio para os que compraram. Eu comprei, depois vendi, por causa das enchentes. (...)
(...)
"Tem que ser sindicalizado! A pessoa que trabalha não tem condições de ir ao hospital, alugar um quarto, pagar um médico, uma operação se a esposa ou o filho ficam doentes. O trabalhador não tem. O Sindicato é tudo. Antigamente,quando uma fábrica se mostrava contra o Sindicato,apedrejavam a fábrica.(...)"
(...)
No Brás não moravam só italianos. Os portugueses, em São Paulo, não tinham uma grande colônia, como em Santos e no Rio de Janeiro. No Brás, os portugueses ficavam nas padarias e nos bares.Eram poucos. Mais espanhóis do que portugueses. Os espanhóis ficavam nos armazéns de cereais, mas principalmente no ferro-velho. Na fábrica, poucos. A maioria preferia se estabelecer por conta própria. Abriam uma portinha de cebolas na Santa Rosa. Hoje,os espanhóis ficam principalmente na Rua Piratininga. Comercializam ferro-velho, depois ficaram com a venda de peças de automóvel. Conheci muitos espanhóis: o Rafael Morales, pai do jogador de pingue-pongue; Macotera, Sevillano que já tem oitenta anos, Francisco Hererias... O filho de Sevillano mora no Jardim Paulista. O velho, já com oitenta e dois anos, mora ainda no Brás. Está sempre alisentadinho, dizem que toma sete ou oito Caracus por dia.
Pretos, no Brás, tinha muito pouco. A maior parte eram descarregadores de sacos lá no Mercado Pequeno, um mercado de peixe, na ladeira do Empório Toscano, perto do Parque D. Pedro. Nós não sabíamos onde morávam aqueles pretos. Deviam morar longe,no Alto da Moóca, Alto do Ipiranga. Eram lugares longe, descampados, onde a turma tinha um terreninho,

depois do Monumento. Preto distinto conheci um. Era um senhor preto, gordo, fiscal da Companhia Antártica. Andava com um tílburi, fiscalizava os bares onde serviam bebidas da Antártica. A maioria dos pretos descarregavam sacos. Naquele tempo, no Brás só havia um por cento de pretos. Mas depois da guerra, principalmente no Largo da Concórdia, o Brás virou a Bahia.
Não me lembro de nordestinos naquele tempo. Essa invasão dos baianos não passa de vinte anos. Começaram a morar lá no Brás. Na Caetano Pinto tinha muito cortiço. Antigamente eram dos italianos, depois eles foram progredindo e saíram. Na Baixada da Moóca, também. Quando os nordestinos vieram, São Paulo já era grande. Mas eles vieram contribuir muito para o progresso, eram pedreiros, faziam qualquer serviço. Pegavam prática de construção. Só depois é que entraram nas fábricas. No Nicoli ainda tem alguns italianos, ou filhos, são os mestres. Mas as seções de serviço mais fácil são os nordestinos. Na estamparia, por exemplo, a pessoa fica vendo o estampador e com o tempo vira estampador, mas fica naquilo. Não é como antigamente que levava quatro ou cinco anos para aprender o ofício. Antes tinha que aprender a desenhar, e ir na escola de desenho; por exemplo, o Liceu de Artes e Ofícios ensinava desenho e artes, gratuitamente. Agora o Liceu é mais artesanato.
Os nordestinos se dedicam ao trabalho de cinco a oito anos, mas só para conseguir umas economias para comprar um sítio e trabalhar com a família. Esses que trabalham no Metrô fazem sociedade com cinco, dez pessoas, trabalham dezesseis horas no Metrô onde não têm tempo nem de dormir. Um fica em casa fazendo comida, lavando roupa. Compram tudo por atacado ou no fim da feira. Fazem economia, no fim de um ano põem dinheiro a juro e depois de cinco a oito anos compram um terreno lá no Nordeste, em lugares muito afastados onde não existe quase nada. Trabalham em fábrica, são choferes de lotação. Eles se juntam e gastam uns vinte por cento do que ganham. Só têm a despesa da comida.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- Produção teórica sobre a Questão Urbana, seu componente espacial, Segregação e Espacialização das Classes Sociais

ALTHOUSSER,Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. Brasil/Portugal, Presença, Martins Fontes, 1974.

ALVAREZ,Amélia, DEL RIO,Pablo et allii. La vida en barrio, estudio sobre formas de vida y modelos urbanos en Sevilla y su casco histórico, Madri, Pro Sevilla S.A., 1978.

BACHELARD,Gaston. A Poética do Espaço, SP, Livraria Martins Fontes, 1989.

BACON,Francis. "Progresso da Ciência", Os Pensadores. SP, Abril, 1974.

BERMAN,Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar, SP, Cia. das Letras, 1987.

BOSCHI,Renato R. (org.). Violência e Cidade. Série Debates Urbanos, RJ, Zahar Ed., 1982.

BRESCIANI,M.Stella. Londres e Paris no Século XIX, Brasiliense, 1984.

BRUNO,Giordano. "Infinito, Universo e os Mundos", Os Pensadores, SP, Abril, 1974.

BENEVOLO,Leonardo. História da Cidade. SP, Ed. Perspectiva,1983.

BETTANINI,Tonino. Espaço e Ciências Humanas. RJ, Paz e Terra, 1982.

BONDUKI,Nabil; FARIAS,Hamilton e TEIXEIRA,Carlos. "Considerações acerca do urbano" - trabalho apresentado à FAU/USP, 1982, mimeo.

BURGUESS,Herbert. Urban Ecology Studies. Chicago University Press, 1950.

CASTELLS,Manuel (org.). Estrutura de classes y politica urbana en America Latina. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.

————. La Question Urbana, Mexico, Ed. Siglo Vientiuno,1977.

————. Cidade, Democracia e Socialismo. RJ. Paz e Terra,1980.

————. "Posfácio à Questão Urbana" in Revista Espaço e Debates nº 1. SP, Cortez Editores, 1980.

————. Lutas Urbanas e Poder Político. Porto, Afrontamento, 1976.

————. "Crise do Estado, Consumo Coletivo e Contradições Urbanas" in Poulantzas,Nicos(org.) o Estado em Crise, RJ, Graal, 1977.

————. Problemas de investigación en Sociologia Urbana.Siglo Vintiuno, Madrid, 1973.

CASTRO,Manuel Manrique e MAGUIÑA,A.(org.). Problema Urbano y Trabajo Social. Lima-Peru, Celats Ediciones,1980.

CLAVAL,Paul. Espaço e Poder. RJ, Zahar, 1979.

CERASI,Maurice M. La lectura del ambiente. Barcelona, Col. Oficial Arquitetos de Cataluña y Baleares, 1970.

CHOMBART DE LAUWE,P. e OUTROS. Famille et Habitacion. Paris, CNRS - 2 vol., 1976.

CINTRA,Antonio Otávio e HADDAD,P.H. Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. RJ, Zahar, 1978.

DINIZ,Eli (org.). Políticas Públicas para Áreas Urbanas.Série Debates Urbanos nº 7, RJ, Zahar, 1982.

DONZELOT,Jacques. A Polícia das Famílias, RJ, Ed. Graal, 2a. edição, 1986.

DURKHEIM,Emile. As regras do método sociológico. SP, Cia. Ed. Nacional, 1970.

————. A divisão do trabalho social. Lisboa,Ed. Presença, 1974.

ENGELS,Friedrich. A Questão da Habitação. In Textos, nº 2, SP, Ed. Sociais.

————. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Série O Saco de Lacraus, Porto, Afrontamento, 1975.

FELDMAN,M. "Uma resenha crítica da questão urbana de Castells" in Revista Espaço e Debates nº 1, SP, Cortez Editores, 1981

FERNANDES,Florestan. Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica. SP/RJ, Livros Técnicos e Científicos, Ed. 3a. edição, 1978.

FOLIN,Marino. La ciudad del Capital y otros escritos. Col.Ciência Urbanística, México, G. Gilli, 1977.

FORTI,Reginaldo(org.). Marxismo e Urbanismo Capitalista.(Textos críticos), SP, Livraria Ed. Ciências Humanas, 1979.

FOUCAULT,Michel. Microfísica do Poder, RJ, Graal, 1979.

————. Vigiar e Punir. RJ, Vozes, 1977.

GEORGE,Pierre. Geografia Urbana. SP, DIFEL, 1983.

GIDDENS,Anthony. A estrutura de classes das sociedades avançadas. RJ, Zahar, 1973.

GOITIA,Fernando Chueca. Breve história do urbanismo. SP E Lisboa, Martins Fontes e Presença, 1982.

GRAMSCI,Antonio. Os intelectuais e a organização da Cultura.RJ, Civilização Brasileira, 2a. edição, 1978.

————. Obras Escolhidas, Lisboa, Ed. Estampa,1974, 2 vol.

GUIDUCCI,Roberto. A cidade dos cidadãos. SP, Brasiliense, 1980.

HARVEY,David. A justiça social e a cidade. SP, Hucitec,1980.

————. "O trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em torno do Ambiente Construído nas Sociedades Capitalistas Avançadas" in Revista Espaço e Debates nº 2 . SP, Cortez Ed., 1982. trad. de Flávio Vilaça

————. The Condition of Postmodernity, London, Cambridge University Press, 1989.

HAUSER,Philip(org.). La investigacion Social en las zonas urbanas. Barcelona, Editorial Labor, 1972.

HEGEL,F. "A fenomenologia do Espírito; A certeza sensível",SP, Col. Os Pensadores, Ed. Abril Cultural, 1974.

IANNI,Octávio (org.). Teorias de Estratificação Social. SP, CE Nacional, 1967.

————. A Sociologia e o Mundo Moderno, SP, EDUC, 1988.

————. Marx. SP, Ática, 1978.

KAUTSKY,Karl. La Cuestion Agraria: Estudio de las tendencias de la agricultura moderna y de la politica agraria de la sociedad. Barcelona, Editorial LAIA, 1974, cap. 5, pp. 63/100.

KOSIK,Karel. Dialética do Concreto. RJ, Paz e Terra, 1980.

LACASCADE,J.L. Actes de collogue, segregation spacial, Rénes, 16-17 mai, Plan Constructa, 1978.

LEFÈBVRE,Henri. O Direito à Cidade. SP, Documentos, 1969.

————. Espacio y Politica, el derecho a la ciudad II. Barcelona, Edicions 62, 1976.

————. La Revolución Urbana, Madri, Alianza, 1978.

————. O Pensamento marxista e a cidade. Portugal, Ulisseia, 1972.

LEIBNIZ,G. "Correspondência con Clarke". Os Pensadores. SP, Abril, 1974.

LENIN,Vladimir. Imperialismo, estágio superior do capitalismo. SP, Global, 1979.

LIPIEZ,Alain. Le Capital et Son Espace. Paris, Librairie François Maspero, 1977.

LOCKE,John. "Ensaios acerca do Entendimento". Os Pensadores. SP, Abril, 1974.

LOJKINE,Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. SP, Livraria Martins Fontes, 1981.

————. "Existe uma renda fundiária urbana?" in R. Forti(org.), Marxismo e Urbanismo Capitalista, SP, LECH, 1979.

————. "Análise Marxista do Estado" in Revista Espaço e Debates nº 1 SP, Cortez Ed., 1981.

LOWBEER,Jacqueline. Dinâmica do Mercado Fundiário X Investimento Público. Uma análise da valorização em áreas próximas ao Metrô. Dissertação de mestrado apresentada à FGV. 1987.

MARX,Karl e ENGELS,F. La Ideologia Alemana. Buenos Aires, Ed. Pueblos Unidos, 1974.

MARX,K. El Capital. México, Fundo de Cultura Econômica, 6a. edição, 3 volumes.

MARX,K. e ENGELS,F. Manifesto do Partido Comunista in Textos 3. Edições Sociais, 1978.

MARX,K. "Salário, Preço e Lucro" in Textos 3. SP, Edições Sociais, 1978.

————. "A guerra civil na França". Textos 3. SP, Edições Sociais, 1978.

————. O 18 Brumário de Luiz Bonaparte. In: Textos 3,1978.

————. Contribuição à Crítica da Economia Política. Col. Os Pensadores, SP, Abril Cultural, 2a. ed., 1978.

MARSHALL,T.H. Cidadania, Classe Social e Status. RJ, Zahar Ed. 1967.

MELLOR,R.J. Sociologia Urbana. Trad. de Alvaro Monteiro, RES Ed., 1984.

MERTON.Robert. Sociologia, teoria e estrutura. SP, Ed. Mestre Jou, 1970.

————. (org.) Sociologia de la vivienda. Buenos Aires, Ed.Paidos, 1963.

MOLES,A. Psicologia del Espacio, Ricardo Aguilera, 1972.

MORAES,Antonio Carlos e COSTA,Wanderley. A Valorização do Espaço. SP, Ed. Hucitec, 1984.

MOYNIHAN,Daniel. O desafio urbano. SP, Cultrix, 1972.

MUMFORD,Lewis. A Cidade na História. SP,Brasiliense, Martins Fontes e Ed. UnB, 1982.

————. A Cultura das Cidades. Belo Horizonte, Ed. Itaticia Ltda., 1961.

NEWTON,Isaac. "Princípios Matemáticos da Filosofia Natural". Os Pensadores. SP, Abril, 1974

PARK,Robert. The City. Chicago, University of Chicago Press, 1967.

————. "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano" in O.G.Velho(org.) O Fenômeno Urbano, RJ, Zahar, 1967.

PERROT,Michele. Os Excluídos da História, RJ, Paz e Terra,1988.

PINSKI,Jaime(org.). Questão Nacional e Marxismo. SP, Brasiliense, 1980.

PORTELLI,Hughes. Gramsci e o Bloco Histórico. RJ, Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS,Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. RJ, Zahar, 2a. ed., 1978.

PRADILLA,C.B. "Notas sobre el problema de la vivenda" in Ideologia y sociedad nº 16. Bogotã, 1976.

RATTNER,Henrique. Planejamento Urbano e Regional. SP, Cia. Ed. Nacional, 1978.

REMY,Jean e VOYE,Liliane. Ville, ordre et violence. Paris, Presses Universitaires de France, 1982.

RICHARDSON,Harry. Elementos de Economia Regional. RJ, Zahar, 1973.

ROSSI, Aldo. La arquitectura de la ciudad, Barcelona, Gustavo Gili, 1966.

SANTOS,Milton. O Espaço Dividido. RJ, Lins Francisco Alves,1979.

_____. A cidade nos países subdesenvolvidos. RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1965.

_____. Por uma Geografia Nova. SP, Hucitec, 1980.

_____. Economia Espacial e alternativas. SP, Hucitec, 1979.

SILVA,L.C. Machado (org.). Solo urbano, tópicos sobre o uso da terra. Série Debates Urbanos nº 1, RJ, Zahar Ed., 1982.

SINGER,Paul. "O uso do Solo Urbano na Economia Capitalista" in Maricato,Erminia(org.), A produção capitalista da Casa(e da Cidade) no Brasil Industrial. SP, Alfa Omega, 1979.

SCHMIDT,Benício. A politização do espaço no Brasil, Salvador, 33a. Reunião SBPC, mimeo, 1981.

SCHMIDT,Benício e FARRET,Ricardo. A Questão Urbana. RJ, Jorge Zahar Ed., 1986.

SCHORSKE,Carl. Viena,fin de siècle, Política e Cultura, SP,Cia. das Letras, Ed. UNICAMP, 1988.

SMITH,Adam. An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations. N.York, Modern Library Edition, 1937.

SMOLKA,Martim e CUNHA,Paulo de. "Notas críticas sobre a relação entre rendas fundiárias e o uso do solo", São Paulo, FUNDAP, 1978.

SOUZA,M.Adélia de e SANTOS,Milton(org). A construção do espaço. SP, Ed. Nobel, 1986.

TOPALOV,Cristian. "Analise do Ciclo de Reprodução do Capital Investido na Produção da Indústria da Construção Civil" in R. Forti (org.) Marxismo e Urbanismo Capitalista,SP,LECH,1979.

_____. Les promoteurs imobilliers. Paris, Mouton, 1974.

_____. Capital et proprieté foncière, Paris, CSC, 1973.

THOMPSON,E.P. "Eighteenth-Century English Society: Class Struggle without class?" Social History, vol. 3, nº 2, Maio, 1978.

_____. "Lucha de clases sin clases?" in Tradición,revuelta y consciencia de clase, Barcelona, Ed. Anagrama, 1978.

TUAN,Yi-Fu. Espaço e Lugar. SP, DIFEL, 1983.

VELHO,Otávio Guilherme(org.). O fenômeno urbano.RJ,Zahar, 1967.

VILLAÇA,Flávio. O uso do solo urbano. SP. CEPAM, 1975.

_____. O que todo cidadão precisa saber sobre Habitação. SP, Ed. Global, 1986.

WEBER,Max. Economia y Sociedade. México, Fondo de Cultura Economica, 1969, 2 volumes.

WILHEIM,Jorge. O Substantivo e o Adjetivo. SP, Ed. Perspectiva/ EDUSP, 1976.

WIRTH,Louis. "O urbanismo como modo de vida" in Velho,O.G.(org.) O fenômeno urbano, op. cit., 1967.

. Processo Histórico de Urbanização no Brasil, de São Paulo, do bairro do Brás. Condições de Vida e Cultura.

ALBANO,M.Celina e LEMOS,Celina B. "Entre os limites do passado e as demandas do futuro: uma análise da cidade histórica de Ouro Preto-MG". Texto apresentado à ANPOCS-Caxambu, 1990.

ALCÂNTARA MACHADO,A. Brás, Bexiga e Barra Funda. SP,IMESP, 1984.

AMARAL,A.B. O bairro de Pinheiros. Prefeitura Municipal de São Paulo. Dept. Cultural, SP, 1968.

ALVIM,Zuleika M.F. Brava Gente! Os italianos em São Paulo.SP, Brasiliense, 1986.

AMERICANO,Jorge. São Paulo nesse tempo - 1915-1935. SP, Melhoramentos. 1962.

ANDRADE,Mario de. Paulicéia Desvairada, SP, Ed. C. Mayença,1922.

ANDRADE,Oswald de. Marco Zero - Revolução Melancólica - 1943.

ANTUNES,Ricardo. Classe Operária, Sindicato e Partidos do Brasil. SP, Cortez Editora, 1982.

ANDRADE,Carlos Drumond de. Corpo, SP, Ed. Record, 1989.

ARANTES,Antonio Augusto(org.)- Produzindo o passado. SP, Brasiliense, 1984.

ARAUJO,Oscar Egidio. Latinos e não Latinos no Município de São Paulo in Revista do Arquivo Municipal, vol. 76.

ARTIGAS,R.C. e BAYEUX,G. Brás: espaço e uso. PMSP-SMC-IDART, Cadernos 2, SP, 1980.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS DO BRASIL. A cidade de São Paulo, estudo de Geografia Urbana. SP, Cia. Ed. Nacional, 1958,4 vol.

————————. "Vilas e Cidades do Brasil Colonial" in Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros - vol. 11 - Tomo I - 1957, São Paulo.

AZEVEDO,Aroldo. Subúrbios Orientais de São Paulo. Tese do concurso à cadeira de Geografia Brasileira, FFCL/USP, SP, 1945.

————————. (coord.) Aspectos Geográficos de um Bairro de São Paulo: Pinheiros. Ed. USP, SP, 1963.

AZEVEDO,Sergio e ANDRADE,Aureliano. Habitação e Poder, da Fundação de Casa Popular ao BNH, RJ, Zahar, 1982.

BAER,Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. RJ, FGV, 1965.

BEIGUELMAN,Paula. Os Companheiros de São Paulo, SP, Ed. Global, 1981.

BASBAUN,Leôncio. História Sincera da República. SP, Ed. Alfa Omega,1976.

BAYEUX,Gloria et allii - Brás, espaço e uso. SP, IDART, 1980.

BANDEIRA, Moniz e OUTROS. O Ano Vermelho. RJ, Civilização Brasileira, 1967.

BANDEIRA JUNIOR,A.,Ant. Franc. A Indústria do Estado de São Paulo em 1901. SP, Typografia do Diário Oficial, 1901.

BARCELLOS,Tania(coord.). Segregação Urbana e Mortalidade em Porto Alegre. Fundação de Economia e Estatística,Porto Alegre,1986.

BEIGUELMAN,Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro. SP, Pioneira, 1977.

————————. Os companheiros de São Paulo,SP,Global Editora, 1981.

BERARDI,M.H.P. Santo Amaro. Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura, Deptº de Cultura,SP, 1969.

BLAY,Eva(org.). A luta pelo espaço. Petrópolis, Ed. Vozes,1978.

————————. Eu não tenho onde morar - vilas operárias na cidade de São Paulo. SP, NOBEL, 1985.

BERLINCK,Manoel Tosta. Marginalidade Social e Relações de Classes em São Paulo. RJ, Vozes, 1977.

BÓGUS,Lucia M.M. - Vila do Encontro - a cidade chega à periferia. Dissertação de mestrado. PUC-SP, 1980.

————————. (Re)Urbanização: por que e para quem? Tese de doutoramento. FAU-USP, 1987.

BOLAFFI,Gabriel. A casa das ilusões perdidas , Caderno CEBRAP 17, 1976.

BONTEMPI,Silvio. "O Bairro da Penha; Penha de França, Sesmaria de Nossa Senhora". PMSP Secretaria de Educação e Cultura de São Paulo, 1969.

BONTEMPI,Silvio. O Bairro de São Miguel Paulista: Aldeia de São Miguel do Ururaí na História de São Paulo. PMSP Secretaria de Educação e Cultura, 1970.

BOSI,Ecléa. Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos. SP, T.A. Queiroz Ed., 1979.

BONDUKI,Nabil e ROLNIK,Raquel. "Periferia, ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho". Cadernos PRODEUR nº 2, FAU-USP, SP, 1979.

BONDUKI,Nabil. "Origens do problema da habitação popular" in Revista Espaço e Debates, SP, Cortez Ed., Ano 2, nº 5,maio/junho, 1982.

BLAY,Eva. "Dormitórios e Vilas Operárias: o Trabalhador no Espaço Urbano Brasileiro" in VALLADARES,Lícia(org.) Habitação em Questão. RJ, Zahar, 1980.

BONDUKI,Nabil. Notas e Hipóteses sobre a Evolução da Habitação Popular em São Paulo. Relatório Preliminar de Pesquisa apresentado à FAPESP, 1980.

————. "Origens do problema da habitação popular em São Paulo" in Revista Espaço e Debates, SP, Cortez Ed., Ano 2, nº 5, maio/junho, 1982.

BRUNO,Ernani S. São Paulo, terra e povo. Porto Alegre, Ed. Global, 1967.

————. História e Tradições da Cidade de São Paulo. SP, Editora Hucitec, Secretaria Municipal de Cultura, 1987, 2a. edição, 3 volumes.

CAMARGO,Candido Procópio e OUTROS. São Paulo 1975: crescimento e pobreza. SP, Ed. Loyola, 1976.

CANO,Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. SP, DIFEL. 1978.

CARONE, Edgar. Movimento Operário no Brasil - 1887-1946. RJ, Difel, 1979.

CARPEAUX, Otto Maria . O Estado Novo (1937-1945), São Paulo, DIFEL, 1977.

————. "Uma voz da democracia paulista" in Presenças, RJ, INL, MEC, 1958.

CARVALHO,José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República. SP, Cia. das Letras, 1987.

CENNI,Franco. Italianos no Brasil. SP, Martins e EDUSP, 1975.

COSTA,Emilia Viotti da. Da Monarquia à República, São Paulo, Livraria C. Humanas, 1979.

————. Da Senzala à Colonia. SP, DIFEL, 1966.

COSTA,Manoel Augusto (editor). Estudos de demografia urbana. IPGA, nº 18, RJ, 1975.

————. Urbanização e migração urbana no Brasil. IPGA, nº 21, RJ. 1975.

CARDOSO,Fernando Henrique e OUTROS. "Notas sobre o desenvolvimento de São Paulo - Cultura e Participação" in Cadernos CEBRAP, SP, 1973.

_____. Autoritarismo e Democratização. RJ, Paz e Terra,1975.

CARNEIRO,Cecílio. Brás. SP, Ed. Bartyra, 1935.

CARELLI,Mario. Carcamanos e Comendadores: os italianos em São Paulo, da realidade à ficção. SP, Ed. Atica, 1985.

CARONE,Edgar. A Primeira República. SP, DIFEL, 1975.

_____. A República Velha: Instituição e Classes Sociais. SP/RJ, DIFEL, 1975.

CARDOSO DE MELLO,J.M. e BELLUZZO,L.G. Desenvolvimento no Brasil, SP, Brasiliense, 1982.

CASTRO,Antonio Barros de. Ensaios sobre a Economia Brasileira. RJ, Forense, vol. II, 1975.

CARPEAUX,Otto Maria. "Uma voz da democracia paulista" in Presenças, RJ, INC-MEC, 1958.

CAVALCANTI,Marly e TOLEDO,A.H. Pompeo (org.). Planejamento Urbano em debate. SP, Cortez e Moraes, 1978.

CHAIA,Miguel. "As dimensões urbana e industrial na pintura figurativa paulista", mimeo, 1984.

CORDEIRO,Helena Kohn. O centro da metrópole paulistana - expansão recente - tese de doutoramento - Geografia FFCL/USP,SP,1980.

CHALHOUB,Sidney. Trabalho, Lar e Botequim. SP, Brasiliense, 1986.

COVRE,M.Lourdes M. A fala dos homens - Análise do pensamento tecnocrático. SP, Brasiliense, 1983.

COHN,Gabriel- "Problemas da industrialização no século XX" in Carlos G. Mota(org.) Brasil em perspectiva, SP,DIFEL,1973.

CUNHA,Antonio E. Viação Férrea no Brasil. RJ, Secretaria de Viação e Obras Públicas, 1909.

DEAN.Warren. A industrialização em São Paulo. SP, DIFEL,1971.

DEAN,W. e STEIN,Stanley. The Brazilian Cotton Manufacture, Cambridge, 1957.

DECCA,Edgard de . O nascimento das fábricas. SP, Brasiliense, 1982.

DECCA,M.A.G.de. "Alguns Aspectos da Vida Operária em São Paulo" in Revista Plural nº 3. janeiro/março de 1979.

_____. A vida fora das fábricas. RJ, Paz e Terra, 1987.

DERTONIO,Hilario. O Bairro do Bom Retiro. PMSP. Secretaria de Educação e Cultura, SP, 1971.

DULES,John F. Anarquistas e Comunistas no Brasil. RJ,Nova Fronteira, 2a. ed., 1977.

DIAS,Everardo. História das Lutas Sociais no Brasil. SP, Ed. Alfa Omega, 1977, 2a. ed.

DIAS,Eduardo. Um Imigrante e a Revolução. SP, Brasiliense, 1983.

DURHAN,Eunice. A caminho da cidade, SP, Ed. Perspectiva, 1984, 3a. edição.

FAUSTO,Boris. A Revolução de 1930. SP, Brasiliense, 1982, 8ª ed.

————. Trabalho Urbano e Conflito Social. SP, DIFEL, 1979.

————. Pequenos Ensaios de História da República(1889-1945). Caderno CEBRAP nº 10, SP.

FAUSTO,Boris(org.). História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano. vol. 2, SP.

————. Crime e Cotidiano. A criminalidade em São Paulo(1880-1924). SP, Brasiliense, 1984.

FARIA,Vilmar. O Sistema Urbano Brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. Estudos CEBRAP nº 18, SP, 1976.

————. O processo de urbanização no Brasil: notas para seu estudo e interpretação. ABEP, Anais do I Encontro Anual.

————. Urbanização e qualidade de vida no Brasil. CNPq,1981(mimeo).

FERNANDES,Florestan(org.). Comunidade e Sociedade no Brasil. SP, Cia. Ed. Nacional, EDUSP, 1972.

FELDMAN,Sarah. "As segregações espaciais da prostituição feminina em São Paulo" in Revista Espaço e Debates. SP, Ano IX, 1989.

FERREIRA,Antonio Barros. Meio século de São Paulo. SP, Melhoramentos, 1954.

FERNANDES,Florestan. "Caracteres rurais e urbanos na formação e desenvolvimento da Cidade de São Paulo" in Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas, SP, 1955.

————. "Imigração e Relações Raciais" in Revista Civilização Brasileira I(8). Julho, 1966.

FERREIRA, Antonio Barros. O Nobre e Antigo Bairro da Sé. Secretaria de Educação e Cultura, SP, 1971.

FREIRE,Gilberto. Ingleses no Brasil. RJ, Livraria J. Olímpio, 1948.

FURTADO,Celso. Formação Econômica do Brasil. RJ, Fundo de Cultura, 1959.

————. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. RJ, Civilização Brasileira, 1966.

————. Análise do Modelo Brasileiro, RJ,Ed. Civilização Brasileira, 1972.

GALVÃO,Patricia(MARA LOBO). Parque Industrial. SP, Ed. Alternativa Ltda., 1933.

GALVÃO,Maria Rita Eliezer. Crônica do Cinema Paulistano, SP, Ed. Ática, 1975.

GATTAI,Zélia. Anarquistas Graças a Deus. RJ,Record, 1980.

GOUCH,Ian. The political economy of Welfare state. London, Machimilla,1979.

GORENDER,Jacob. O Escravismo no Brasil Colonial. SP, Ática, 1978.

GUILHERME,Wanderley. Cidadania e Justiça. RJ,Ed. Campus.

HARDMAN,Francisco Foot. Nem pátria enm patrão. SP, Ed. Brasiliense, 1983.

HALL,Michael e PINHEIRO,Paulo Sérgio. A Classe Operária no Brasil. SP, Alfa Omega, 1979/81, 02 vol.

HARDMAN,Francisco Foot e LEONARD,Victor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil. SP, Globo Editora, 1982.

HALL,Michael. The Italians in São Paulo. 1880-1920. Trabalho na reunião anual da American Historical Association, 28 de dezembro de 1971, mimeo.

————. The origins of mass imigration in Brazil,1871-1914, Columbia University, 1969.

HOMEM,M.Cecília Naclério. O Prédio Martinelli, a ascensão do imigrante e a verticalização de São Paulo. SP, Projeto 1984.

IBGE. Enciclopédia dos Municípios, Censos Demográficos.

HOLLOWAY,Thomas. Imigrantes para o Café. RJ, Paz e Terra,1984.

IANNI,Constantino. Homens sem paz. RJ, Civilização Brasileira, 1972, 2a. ed.

IANNI,Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil. RJ, Civilização Brasileira, 1968.

————. Uma cidade antiga, Campinas, Editora UNICAMP,São Paulo, Museu Paulista da USP, 1988.

————. Estado e Planejamento Econômico no Brasil, RJ, Civilização Brasileira, 1986.

————. Raças e Classes Sociais no Brasil, SP, Brasiliense,1987.

————. Classe e Nação. Petrópolis, Ed. Vozes, 1986.

————. A Sociologia e o Mundo Moderno. SP, EDUC, 1988.

————. A Ditadura do Grande Capital. RJ,Civilização Brasileira,1981.

————. "Proletariado Rural e Relações de Produção" in O. Queda e T. Szmereczanyi(orgs.) Vida Rural e Mudança Social, SP, Cia.Ed. Nacional , 1973.

IANNI,Octávio. O Ciclo da Revolução Burguesa. Petrópolis,Ed. Vozes, 1984.

KHOURY,Yara A. As Greves de 1917 em São Paulo. SP, Cortez,1981.

KOVAL,Bóris. História do Proletariado Brasileiro 1857-1957. SP, Ed. Alfa Omega, 1981.

KOWARICK,Lúcio; VÉRAS,Maura; ANT,Clara. O Cortiço: sua história e atualidade. SP, SEMPLA, ed. mimeo, 1981.

KOWARICK,Lúcio. A Espoliação Urbana. RJ, Paz e Terra, 1980.

KRISCHKE,Paulo(org.). Terra de Habitação x Terra de Espoliação. SP, Cortez, 1984.

KOWARICK,Lúcio. Escravos, Párias, Proletários. Tese de livre-docência apresentada à USP, 1981.

————. As lutas sociais e a cidade. RJ, Paz e Terra, UNRISD, 1988.

————. Trabalho e Vadiagem. SP, Ed. Brasiliense, 1987.

———— e OUTROS. Cidade, Usos e Abusos. SP, Brasiliense,1978.

————. Capitalismo e Marginalidade na América Latina. RJ, Paz e Terra, 1975.

KOWARICK,L. e ANT,C. "Cortiços: cem anos de promiscuidade". Revista Novos Estudos, CEBRAP, vol. 1, nº 2, 1982.

LANGENBUCH,Richard J. A Estruturação da Grande São Paulo.Ed. IBGE, RJ, 1971.

LAGENEST,Barruel. Os Cortiços. Revista Anhembi, nº 139-06, 1962.

LOBATO,Monteiro. Obras Completas, SP, Brasiliense, 1946.

LOPES,Juarez R. Brandão. Sociedade Industrial no Brasil, SP, DIFEL, 1964.

LIBANEO,M.Lucia. A invenção da cidade de São Paulo, dissertação de mestrado, PUCSP, 1989.

LUZ,Nícia V. A luta pela industrialização. SP, DIFEL, 1961.

LEBRET,Louis (Direção Geral). Estrutura urbana da aglomeração paulistana. Datilografado, inédito, SP, 1968.

LEEDS,A. e LEEDS,E. A Sociologia do Brasil Urbano, RJ, Zahar Ed., 1978.

LEVY,Maria Stella. "Papel da Migração Internacional na Evolução da População Brasileira(1872 a 1972)" in Revista de Saúde Pública nº 8, SP.

LEITE,A. Pequena História da Casa Verde,Elvino Pocci. SP, 1940.

LEMOS,Carlos. Cozinhas etc... SP, Ed. Perspectiva, 1926.

————. O que é patrimônio histórico, SP, Brasiliense, 1981.

LEMOS,Carlos A.C. Alvenaria Burguesa. SP, Nobel, 1985.

MACHADO,Alexandre R. Marcondes(Juó Bananere). La divina increnca, SP, Ed. Falco Masucci, 1966.

MAGNANI,Sílvia Lang. O Movimento Anarquista em São Paulo. SP, Brasiliense, 1982.

MAFFEI,Eduardo. A Greve. RJ, Paz e Terra, 1978.

———. A morte do Sapateiro. SP, Ed. Brasiliense, 1982.

MAIA,Francisco Prestes. Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo. SP, Cia. Melhoramentos, 1930.

MAFFESOLI,Michel. O conhecimento comum, SP, Ed. Brasiliense, 1988.

MARCILIO,Maria Luiza. A Cidade de São Paulo: povoamento e população. SP, Pioneira, EDUSP, 1974.

MARTINS,Antonio Egidio. São Paulo Antigo(1554-1910). SP, Louis Francisco Alves, 1911.

MARICATO,Erminia(org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. SP, Ed. Alfa Omega, 1979.

MAGNANI,José Guilherme. Festa no Pedaço. SP, Brasiliense,1982.

MARTINS,Carlos Estevão. Estado e Capitalismo no Brasil. SP, Hucitec, 1977.

MARTINS,José de Souza. A imigração e a crise do Brasil agrário, SP, Pioneira, 1973.

MARTIN,André Roberto. O Bairro do Brás e a Deterioração Urbana. Dissertação de mestrado, Deptº de Geografia da USP, 1984.

MASSAROLLO,P.D. O bairro da Vila Mariana. PMSP, Secretaria de Educação e Cultura, SP, 1975.

MARAM,Sheldon Leslie. Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro - 1890-1920. RJ, Paz e Terra, 1979.

MELLO,João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. RJ, Paz e Terra, e BELLUZZO,L. e COUTINHO,R. - Desenvolvimento Capitalita no Brasil, SP, Brasiliense, 1982.

MENDES,R. Freguesia do Ó. PMSP, Secretaria de Educação e Cultura, SP, 1974.

MOISÉS,José Álvaro e OUTROS. Cidade, Povo e Poder. RJ, CEDEC-Paz e Terra, 1982.

———— e outros. Contradicões Urbanas e Movimentos Sociais, SP, Cedec e Paz e Terra, 1979.

MONBEIG,Pierre. Aspectos geográficos do crescimento de São Paulo. Ed. do IV Centenário, SP, 1954. Separata do Boletim Paulista de Geografia, nº 16, AGB.

MORSE,Richard. Formação Histórica de São Paulo. SP, DIFEL, 1970.

MOTA,Carlos Guilherme(org.) Brasil em Perspectiva. SP, DIFEL, 1973.

MOURA,Paulo Cursino de. São Paulo de Outrora. SP, Livraria Martins Ed., 1943.

MULLER,Nice L. "Em menos de um século a cidade de São Paulo viu alterar-se profundamente sua fisionomia urbana" in Boletim Paulista de Geografia nº 16. SP, 1954.

NIGRIELLO,Andreína. Conservar para desenvolver, tese de doutoramento apresentada à FAU-USP, São Paulo, 1987.

OITICICA,José. A Doutrina anarquista ao alcance de todos. SP, Economia Ed., 1983.

OLIVEIRA,Francisco de. "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista". Seleção CEBRAP 1, SP, Brasiliense, 1975.

————. Economia da Dependência Imperfeita. SP, Ed. Graal, 1977.

————. O Estado e o Urbano no Brasil. Apostila FUNDAP SP,1979.

————. O Elo Perdido. SP, Ed. Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA,J.J. Machado de. Quadro Histórico da Província de São Paulo até o ano de 1882. SP, Ed. Brasil Machado,1897,vol. 1.

ORTIZ,Renato. Cultura Brasileira: Identidade Nacional. SP, Ed. Brasiliense, 1985.

OTTONI,Dácio. São Paulo, Rio de Janeiro, Século XIX e XX; da formação de seus espaços centrais. Tese de doutoramento apresentada à FAU-USP, 1972.

PENTEADO,Jacob. Belenzinho,1910. SP, Livraria Martins Ed.,1962.

PEREIRA,José Carlos. Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo. SP, C.E. Nacional, 1967.

————. Formação Industrial do Brasil e outros estudos. SP, Ed. Hucitec e Secretaria Estadual da Cultura, 1984.

PRADO,Antonio. Libertários no Brasil. SP, Ed. Brasiliense,1986.

PRADO JÚNIOR,Caio. História Econômica do Brasil. SP, Brasiliense, 1978.

————. Evolução Política do Brasil e outros estudos. SP, Brasiliense, 1957.

————. A Cidade de São Paulo. SP, Brasiliense, 1983.

PEREIRA,Luiz. Ensaios de Sociologia do Desenvolvimento. SP,Pioneira,1970.

————. Urbanização e Subdesenvolvimento. RJ, Zahar, 1969.

————. Estudos sobre o Brasil Contemporâneo. SP, Pioneira, 1971.

PENTEADO,A.R. "A área suburbana de São Paulo e sua caracterização" in Anais da AGB. vol. 12 (1958-1959), 1960.

———— "Contribuição ao Estudo da área suburbana de São Paulo" in Anais da AGB. vol. 9 (1954-1955), 1957.

PERROT,Michele. Os excluídos da História, RJ, Paz e Terra,1988.

PERUZZO,Dilvo. Habitação, controle e espoliação. SP, Ed. Cortez, 1984.

PINHEIRO,Paulo Sérgio. Política e Trabalho no Brasil. RJ, Paz e Terra.

PINHO,Maria Lúcia R. Desenvolvimento Urbano e Habitação Popular em São Paulo - 1870-1914. mimeo, 1974.

PINTO,M. Inez Machado Borges. Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo - 1890-1914. Tese de doutoramento - USP, 1984.

POLANY,Karl. A grande transformação. RJ, Ed. Campus, 1980.

RATTNER,Henrique. Industrialização e concentração Econômica em São Paulo. RJ, F.G. Vargas, 1972.

REIS,F. Nestor G. Quadro da Arquitetura no Brasil. SP, Perspectiva, 1973.

————. Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil, SP, Liv. Ed. Pioneira e Ed. Un. de São Paulo, 1968.

REALE,Ebe. Brás, Pinheiros, Jardins. SP, EDUSP/Pioneira,1982.

ROLNIK,Raquel. De como São Paulo virou a capital do capital. SP, tese de mestrado FAU-USP, 1981.

————. O que é cidade, SP, Brasiliense,1986.

————. "São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política" in L. Kowarick(org.) As lutas sociais e a cidade, RJ, Paz e Terra, 1988.

RODRIGUES,Leôncio Martins. Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil. SP, DIFEL, 1966.

RODRIGUES,José Albertino. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. SP, DIFEL, 1968.

RODRIGUES,Edgar. Os anarquistas. SP, Ed. Global, 1984.

————. Trabalho e Conflito, Pesquisa Histórica,1900-1935. RJ, Arte Moderna, sem data.

ROSA,J.Guimarães. Grande Sertão: Veredas, RJ, José Olympio,1956.

RUDOLFER,Bruno. "O problema da habitação" in Revista do Arquivo Municipal nº 82. SP, 1942.

———— e LEVOCI,A. "O Transporte Coletivo na cidade de São Paulo". Pesquisas e Estudos Técnicos.

SADER,Eder - Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. RJ, Paz e Terra, 1988.

SANT'ANA,Nuto. São Paulo Histórico. SP, Dept. de Cultura,1937-1944, 6 vol.

SAINT-HILAIRE,Augusto de. Viagem à Província de São Paulo. SP, Livraria Martins Editora, 1940.

SAES,Décio. Classe Média e Política na Primeira República Brasileira(1889-1930). Petrópolis, Vozes, 1975.

_____. Industrialização, Populismo e Classe Média no Brasil. SP, Caderno UNICAMP, nº 6, Brasiliense, 1976.

SAIA,Luis. Morada Paulista. SP, Ed. Perspectiva, 1972.

SÃO PAULO,Cidade: São Paulo: crise e mudança - Sempla/Plano Diretor, Ed. Brasiliense, 1990.

SALMONI,Anita e DEBENEDETTI,Emma. Arquitetura italiana em São Paulo. SP, Ed. Perspectiva, 1981.

SAWAIA,Silvio. O Largo da Concórdia: estudo da arquitetura e urbanização, tese de doutorado FAU-USP, 1972.

SÃO PAULO(Município). Estudo sobre o Fenômeno Favela no Município de São Paulo. SEBES-HABI, 1974.

_____. Plano Diretor do Município de São Paulo, 1985.

_____. Cortiços em São Paulo: frente e verso, SEMPLA,SP,1985.

_____. Diagnóstico sobre o Fenômeno Cortiço no Município de São Paulo. 1975.

_____. "Brás, espaço e uso" - IDART, Casa das Retortas, 1980, G. Bayeux et allii.

_____. Bens Culturais Arquitetônicos no Município e Região Metropolitana. SNM-SEMPL-EMPLASA, 1984.

SCARLATO,Fr. Capuano. Metropolização de São Paulo e o Terceiro Mundo, SP, IGLU Edit., 1987.

SCHMIDT,Benício Viero. O Estado e a Política Urbana no Brasil. Porto Alegre, Ed. da Universidade UFRS e LP e M, 1983.

SEVCENKO,Nicolau. Literatura como missão. SP, Brasiliense,1983.

SESSO JÚNIOR,Geraldo. Retalhos da Velha São Paulo. SP, OESP, Ed. Maltese, 1986.

SILVA,Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Industrialização no Brasil. SP, Ed. Alfa Omega.

SIMONSEN,Roberto. Evolução Industrial do Brasil e outros estudos, SP, Cia. Ed. Nacional, EDUSP, 1973.

STIEL,Waldemar Correa. História dos Transportes Coletivos em São Paulo. SP, USP/McGraw Hill, 1978.

SIMÃO,Azis. Sindicato e Estado, SP, Ed. Dominus, 1966.

STREET,Jorge. A lesgislação Social no Brasil. SP, Ed. Escola Salesiana, 1934.

SKIDMORE,T. Brasil de Getúlio e Castelo. RJ, Paz e Terra,1976.

STEIN,Stanley. The Brazilian Cotton Manufacture, Textil Enterprise in Underdeveloped Area 1850-1950. Cambridge, Massachussets, Harvard University, 1957.

SILVA DIAS,Maria Odila Leite. Quotidiano e Poder Século XIX, SP, Brasiliense, 1984.

SINGER,Paul. Economia Política da Urbanização. SP, Brasiliense/ CEBRAP, 1976.

————(coord.). Urbanización y recursos humanos. El caso de San Pablo, Ed. SIAP, 1972.

————. Economia Política do Trabalho. SP, Hucitec, 1979.

————. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. SP, Ed. Nacional, 1968.

SPINDEL,Cheiwa. "Metropolização, Urbanização e Recursos Humanos" Caderno CEBRAP nº 25, 1976.

————. Homens e Máquinas na transição da Economia Cafeeira. RJ, Paz e Terra, 1980.

TASCHNER,Suzana Pasternak. "População paulistana na virada do século". São Paulo,Cidade, SEMPLA, 1990.

————. Habitação e Pobreza. Cadernos PRODEUR, 1983.

————."Perfil da Habitação de Aluguel no Município de São Paulo" in CDH, SP, 1988.

TAUNAY,Affonso de. História da Cidade de São Paulo. Melhoramentos, 1975.

TAVARES,Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. RJ, Zahar, 1972.

TOLEDO,Benedito Lima de. São Paulo, três cidades em um século. SP, Duas Cidades, 1981.

TORRES,M.C.T.M. O Bairro de Santana. PMSP - Secretaria de Educação e Cultura, 1970.

————. O Bairro do Brás. PMSP - Secretaria de Educação e Cultura, 1969.

TRENTO,Angelo. Do outro lado do Atlântico, um século de imigração italiana no Brasil. SP, Ed. Nobel, Inst. Cultural Italo-Brasileiro, 1988.

VALLADARES,Lícia do Prado. Passa-se uma casa. RJ,Zahar Ed.,1978.

————(org.). Habitação em Questão. RJ, Zahar Ed. 1980.

————(org.). Repensando a Habitação no Brasil, RJ,Zahar,1983.

VELHO,Gilberto. A Utopia Urbana. RJ, Zahar, 1973.

VILLAÇA,Flávio. A Estrutura Territorial da Metrópole Sul Brasileira. FFCL/USP, Dept. de Geografia, 1978, 2 vol.

VILLELA,Aníbal V. e SUZIGAN,Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira. RJ, IPEA, 1975.

VÉRAS,Maura P.B. A Vida em Conjunto, um estudo da Política de Habitação Popular. Dissertação de mestrado apresentada À PUC-SP, 1980.

VÉRAS,Maura P.B. e TASCHNER,Suzana P. Evolução e Mudanças das Favelas Paulistanas - texto apresentado à XIV ANPOCS, Caxambu, MG, 1990.

VÉRAS,Maura P.B. "Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI" - Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, nº 1, 1987.

VÉRAS,Maura P.B. e NOGUEIRA,A.P. Cortiços em bairros centrais em São Paulo: o caso de Campos Elíseos, Suplemento D.O.M, Ano 33, nº 176, 17/09/88.

———— e BONDUKI,Nabil. "Política habitacional e as lutas pelo direito à habitação" in Covre,M.(org.) A cidadania que não temos SP, Ed. Brasiliense, 1986.

VÉRAS,Maura P.B. Diagnóstico da Situação Habitacional em São Paulo - Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano, 1989.

VIANNA,Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. RJ, Paz e Terra, 1976.

WILHEIM,Jorge. São Paulo, Metrópole 65. DIFEL, 1965.

————. Projeto São Paulo. SP, Paz e Terra, 1982.

———— . "A Metropolização da cidade de São Paulo" in Florestan Fernandes (org.) Comunidade e Sociedade no Brasil. SP, Cia. Ed. Nacional,1972.

———— . O substantivo e o adjetivo, SP, Ed. Perspectiva, Ed. USP, 1976.

WILLIAMS,R. Marxismo e Literatura, RJ, Zahar Ed., 1979.

WEFFORT,Francisco. "Do Anarquismo ao Populismo" - Caderno de Debate nº 1, SP, 1976.

————. Classes Populares e Políticas, SP, FFCL/USP, 1968.

WOODCOCK,George(org.). Os Grandes Escritos Anarquistas. Porto Alegre, LP e M. Ed., 1977.

ZALUAR,Emilio. Peregrinação pela Província de São Paulo-1860/1861, SP, Livraria Martins, 1953.

SÃO PAULO(Estado) - Perfil da Habitação de Aluguel no Município de São Paulo - Cia. de Desenvolvimento Habitacional - CDH, SP, 1988

SÃO PAULO,Estado - Sumário de Dados da Grande São Paulo. EMPLASA, 1978 e 1990.

SÃO PAULO,Município - Secretaria Municipal de Planejamento - Distribuição Espacial da População e Atividades, abril/1990 O-D 1987.

CENSOS DEMOGRÁFICOS - FIBGE - 1960, 70 e 80

PESQUISA OD - 1977/87

JORNAIS

FOLHA DE S. PAULO
PORANDUBAS
SHOPPING NEWS
REVISTA ISTO É
REVISTA VEJA - Edição: Os italianos, cem anos de imigração, 19/02/1975.

A N E X O I

O cotejo dos diferentes dados disponíveis revela vantagens e problemas em cada uma das fontes, como discriminamos a seguir:

1) IBGE - O censo demográfico (consultado a cada década, especialmente o de 1980) apresenta a área enquanto 7º subdistrito - o do Brás - e se subdivide em 42 setores censitários, ou seja, setores censitários de nºs 53, 55, 28, 3, 29, 47, 27, 26, 45, 15, 13, 25, 23, 40, 43, 41, 38, 12, 16, 1, 5, 22, 36, 20, 4, 18, 30, 31, 48, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 33, 49, 34, 52, 65, 64, 27 (o Censo de 1970 apresentava o seguinte rol de setores censitários para o subdistrito do Brás: nº 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 21, 22, 30, 23, 31, 32, 34, 25, 26, 36, 35, 27, 12, 20, 19, 28, 47, 18, 17, 16, 13, ou então 31 setores). Parece que no Censo de 1980, alguns setores de 1970 foram subdivididos como tais.

   É possível agregar dados para subdistritos, somando seus correspondentes setores censitários com vantagens na regularização do espaço, permitindo diagnóstico mais localizado. Contudo, a divisão em subdistritos/setores censitários nos fornece dados sobre população (há dados desde o século XIX, e por décadas de 20, 30, 40, 50, 60, 70, 80), permitindo projeções para o final dos anos 80. Há informações sobre população (nº de habitantes, distribuição etária, migração), uso do solo, renda, emprego, e também relativos aos serviços urbanos - água, esgoto, etc.).

2) TPCL - Os dados da Secretaria das Finanças - Rendas Imobiliárias, referem-se aos impostos sobre imóveis: territorial, predial, conservação e limpeza (TPCL) e fornecem importantes informações sobre os imóveis, seu uso, tipologia, área e valor venal do terreno etc. As tabelas do TPCL são fornecidas ano a ano. Por elas, é possível estimar o número de imóveis de uso residencial - código 10-12-13-14 (horizontais) e verticais (código 20, 21...), Padrões: alto,médio, baixo - Problemas: 1) Código de uso e padrões; 2) as áreas dos setores RI são muito extensas e não compatíveis aos limites, quer dos setores censitários, quer dos subsdistritos, o que dificulta a utilização dos dados. Os dados são agregados por AR.

3) EMPLASA - Subzonas O.D. microárea - 24 subzonas - Projeto MUT. Os dados da pesquisa origem-destino, Emplasa, feita em 1977, podem fornecer informações sobre projeção da população por faixa-etária e faixa de renda (salário), densidade populacional, nº total de famílias, total de empregos, área construída residencial.

O subdistrito do Brás compreende as 17 subzonas O.D. de nºs 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 286, 275, 276, 296, 297, 293, 294 e 295, que estão incluídas nas zonas:

Zona 13 - subzonas 293, 294, 295
2 - subzonas 277, 278, 279, 280
3 - subzonas 281, 282, 283, 284, 285, 286
11 - 275, 276
12 - 296, 297

Em 1987, nova pesquisa O-D (Cia. do Metrô) foi trabalhada pela SEMPLA/Demplan para elaboração do Plano Diretor do Município.

4) ELETROPAULO - A Eletropaulo cadastrou imóveis no Programa Social de tarifas subsidiadas enquanto habitações multi-familiares - cortiços e nos fornece o número de cortiços, e de família por imóvel, distribuídos por localidade(agregação Eletropaulo). Representa uma aproximação ao conhecimento do número de residências coletivas precárias - cortiços - para o Brás (localidade Brás, nº 488, agência Belém). Problema: nem todas as habitações coletivas existentes no Brás foram cadastradas pela Eletropaulo por não serem participantes dos programas sociais. Outro problema: os limites da localidade Brás não coincidem com subdistrito ou setor censitários ou setor fiscal, RI ou subzona O.D.
Além disso, o subdistrito do Brás está compreendido parte na AR-SÉ e parte na AR-MO. Ademais, para efeitos de diagnóstico habitacional, utilizando-se dos órgãos oficiais (Secretaria de Hab. e Desenv. Urbano - Habi-Superintendência de Habitação Popular) das unidades regionais de atendimento habitacional, o Brás pertence à Habi centro e, parcialmente, a Habi Móoca.
Assim, a depender dos objetivos do estudo, as fontes se complementam ou se excluem.

Para projeções demográficas, quanto menor o agregado considerado, mais difícil a obtenção de resultados com margem mínima de erros, porque, quanto menor a unidade territorial considerada, menor peso tem o componente vegetativo do crescimento populacional e maior a importância atribuída às correntes migratórias. Dessa forma, o erro de projeção a curto prazo aumenta no nível municipal e minimiza-se no nível federal... No município, a migração é importante.

Deslocamentos populacionais, ao nível intra-urbano, se relacionam a mudanças no Sistema de Transporte, preço da terra, restrições do uso do solo, tipo do terreno, sistema viário, etc.

Dessa forma, nossa opção foi pela base territorial do subdistrito do Brás e dos setores fiscais de RI que se aproximam - Setor 2, 3 e 25, para dados de população, área, densidade e uso do solo. Para caracterização de habitação, dados da Eletropaulo, TPCL e vistoria de campo, servindo-nos, sempre que possível e necessário, dos dados da SEMPLA (Operação Urbana Várzea do Carmo - 1987 e 1988).

OCUPAÇÃO				INDICADORES DE SALUBRIDADE											
	Nº DE CÔMODOS	% DE CÔMODOS OCUPADOS	GESTÃO	% FAMÍLIAS	% PESSOAS SÓS/ ASSOCIADAS	ÁREA MÉDIA DOS CÔMODOS	NÚMERO DE PESSOAS NO IMÓVEL	NÚMERO DE PESSOAS POR CÔMODO	ÁREA CONST. POR PESSOAS (m²)	% DOS CÔMODOS P/ ÁGUA PELO TOTAL DE CÔMODOS	% COZINHAS POR TOTAL DE CÔMODOS	JANELA/ CÔMODO	PESSOAS/ TORNEIRA	PESSOAS/ BACIAS SANITÁRIAS	PESSOAS/ CHUVEIRO	PESSOAS/ TANQUE	ÁREA DO MENOR CÔMODO (m²)
to - tiça	76	71%	Explorado por sublocador, que não mora no imóvel. Há ainda zelador e faxineiro.	74	26	13,3	159	2,94	2,57	1,3	0	0,84	17,3	22,7	22,7	11,3	2
par rvi- de odo a - .	12	100%	Explorado diretamente pelo proprietário, que não mora no imóvel. Mora em frente.	75	25	15,0	27	1,83	7,5	0	50	0,83	1,83	7,3	22	3,6	13
ear- rti- de ente	25	96%	Explorado diretamente pelo proprietário que encarrega secretária de cobrar aluguel.	74	26	20,9	62	2,5	6,97	0	72	0,72	4,7	7,75	7,75	5,64	7
e a - rte.	24	83%	Explorado pelo sublocador, pelo zelador e imobiliária.	85	15	9,7	71	3,55	2,71	8,3	0	0,70	14,2	14,2	14,20	11,8	3,4
rti	21	100%	Explorado por imobiliária.	86	14	17	65	3,1	2,21	40	10	0,8	5,4	10,8	13,5	9,0	3,40
tal- do.	13	85%	Explorado pelo proprietário, zelador não mora no prédio.	90	10	9,2	28	2,8	3	30,7	0	1,0	5,6	14	14	14	6,3

QUADRO : Cortiços Pesquisados no Bairro do Brás - Quadro de Identificação

	CONCEPÇÃO ARQUITETÔNICA					OCUPAÇÃO						
ENDEREÇO PESQUISADO	ORIGINAL	DATA PROVÁVEL CONSTRUÇÃO	ESTADO ATUAL	PÉ DIREITO	TESTADA (m)	ÁREA CONSTRUÍDA (m²)	ÁREA DO TERRENO (m²)	Nº DE PAVIMENTOS	% OCUPAÇÃO DO LOTE	VALOR VENAL DO TERRENO $	USO	Nº DE CÔMODOS	% DE CÔMODOS OCUPADOS
1 R. Caetano Pinto, nº 252 (demolido em 1986) (Mineirão)	Conjunto de cômodos para aluguel com 3 pavimentos, construídos sobre o alinhamento e divisas do lote uma só edificação, em configuração de vila, constituida pelos cômodos, com circulação coletiva regular, com instalações sanitárias coletivas.	1900	Conjunto de cômodos de aluguel tipo vila numa edificação de 3 pavimentos sobre alinhamento e divisas laterais do lote, voltados para uma circulação coletiva regular (circulação externa no 2º e 3º pav.) com instalações sanitárias coletivas, índice de acréscimo nulo e taxa de ocupação muito alta do lote.	4,0	10m	900 a 1140 m²	750	3	74	36.564,00	Residencial e totalmente encortiçado	76	71%
2 R. Caetano Pinto, nº 235	Conjunto de casas coletivas e cômodos de aluguel implantados em lote irregular e composto por edificações de 1 e 2 pavimentos.	1930	Conjunto de cômodos para aluguel de 1 e 2 pavimentos, tipo vila, sobre o alinhamento e divisas laterais do lote (parciais), lote de forma irregular, voltados para uma circulação coletiva irregular com instalações sanitárias coletivas, índice de acréscimo nulo e taxa de ocupação alta do lote.	3,0	5m	500 a 700m²	979	1	60	36.564,00	Misto, cortiço, parcialmente e Serviços (oficina de consertos eletrodomésticos, encanador e chaveiro).	12	100%
3 R. Visconde de Parnaíba, nº 1042	Conjunto de cômodos de aluguel com 1 pavimento, com unidade residencial unifamiliar na frente do lote, os cômodos germinados sobre uma das laterais do lote e instalações sanitárias coletivas na outra lateral com circulação central em forma de avenida em lote irregular.	1920	Conjunto de cômodos para aluguel de 1 pavimento, tipo vila, sobre o alinhamento e divisas laterais do lote voltados para uma circulação coletiva irregular, com instalações sanitárias coletivas, índice de acréscimo nulo e taxa de ocupação alta do lote.	3,0	10,17m	663-área encortiçada 1839m²	925	1	64	28.897,00	Residencial e parcialmente encortiçado (1 unidade autonoma na frente do lote).	25	96%
4 . Maria omitilia, nº 110	Edificação de 3 pavimentos, de uso misto, indústria no térreo e residencial multifamiliar no 2º e 3º pavimentos, padrão baixo, sobre alinhamento e divisas laterais.	1930	Edificação de 4 pavimentos sobre o alinhamento e divisas laterais. Acréscimo de 2 pavimentos no fundo do lote sobre o 1º pavimento e sobre a laje de cobertura com índice médio de acréscimo e ocupação total do lote.	3,0	6m	250 a 318 m²	170	2	80	37.052,00	Misto, Cortiço e Indústria: Serraria de médio porte.	24	83%
5 R. Wandenkolk nº 483	Edificação com 2 pavimentos de uso misto, comercial no térreo e unifamiliar no 2º pavimento, padrão baixo, sobre alinhamento e divisas laterais.	1910	Edificação de 2 pavimentos sobre o alinhamento do lote: subdivisão do terreo para cômodos, com acréscimo de sanitários em alguns deles. Acréscimos na área livre lateral de e taxa de ocupação muito alta. Esquina.	6,0	6/16m	144m²	96	2	88		Uso residencial, totalmente encortiçado.	21	100%
6 Pires s, nº 26	Edificação de 2 pavimentos, de uso misto, comercial no térreo e unifamiliar no 2º pavimento, padrão baixo.	1930	Edificação de 2 pavimentos sobre o alinhamento e divisas laterais do lote e acréscimos de 1 pavimento no fundo e lateral do lote em forma de L e subdivisão de parte do pavimento térreo em 2 pavimentos com índice médio de acréscimos e taxa de ocupação muito alta.	4,6	6m	235m²	266	2	35,6	27.826,00	Residencial, totalmente encortiçado.	13	85%

ANEXO II

DADOS DISPONÍVEIS PARA O BRÁS

Fonte: ELETROPAULO (localidade 488 - Brás - Ag. Belém)

Nº de imóveis cadastrados participantes dos Programas Sociais

ENDEREÇO	Nº DE FAMÍLIAS	PCP. ESTIMADA
1. R. Visconde de Parnaíba, 2287	9	
2. R. Brig. Machado, 80	7	
3. R. Marajuí, 172	23	
5. Rua 21 de abril, 538	6	
6. Rua 21 de abril, 1025 - apto. 21	7	
7. R. João A. de Lima, 344	22	
8. R. João A. de Lima, 358	10	
9. R. João A. de Lima, 360	12	
10. R. João A. de Lima, 364	6	
11. R. João A. de Lima, 336 - casa 1	7	
12. R. João A. de Lima, 336 - casa 2	18	
13. R. Bresser, 1362 - fundos	8	
14. R. Bresser, 1370	5	
15. R. Bresser, 1372	5	
16. R. Bresser, 1380	9	
17. R. Bresser, 1369	11	
18. R. Bresser, 1367	8	
19. R. Piratininga, 232 - sobr.	16	
20. R. Almeida Lima, 341 - c.9	19	
21. R. Almeida Lima, 341 - c.6	19	
22. R. Uruguaiana, 141	17	
23. R. Uruguaiana, 48	15	
24. R. Gomes Cardim, 352	15	
25. R. Gomes Cardim, 351 - casa 3	7	
26. R. Gomes Cardim, 209	15	
27. R. 21 de abril, 188	21	
28. R. 21 de abril, 190A - Casa I	36	
29. R. 21 de abril, 436	6	
30. Sobral, 25 - 1º andar	5	
31. Sobral, 25 - 2º andar	9	

ANEXO II (cont.)

32. Flora, 92	5	
33. Azevedo Jor, 82	5	
34. R. da Assunção, 95	6	
35. R. da Assunção, 99	7	
36. R. Santa Rosa, 167	3	
37. R. Figueira, 231	13	
38. R. Figueira, 217	4	
39. R. Figueira, 215	13	
40. R. Figueira, 203	13	
41. Fernandes Silva,247 - fds.	3	10,8
42. João Teodoro, 1318	8	28,8
43. Major Marcelino, 120	12	
44. Almirante Barroso, 403	12	
45. João Boemer, 63	22	
46. Júlio César da Silva, 169	7	25,2
47. Av. Celso Garcia, 507	3	10,8
48. Visconde de Abaetê, 171	28	
49. Carlos Botelho, 274	17	
50. Rio Bonito, 45	6	
51. Rio Bonito, 57	11	
52. Rio Bonito, 67	16	
53. Santa Clara, 440 - fds.	6	
54. Santa Clara, 220	20	
55. Santa Clara, 232	7	
56. Santa Clara, 282	5	18,0
57. Almir Barroso, 749 - frente	4	14,4
58. Almir Barroso, 749 - fds. casa 1	2	7,2
59. Almir Barroso, 770	3	10,8
60. Almir Barroso, 736	9	34,4
61. Souza Caldas, 346	3	10,8
TOTAL DE ENDEREÇOS: 61	668	2404,8

Número médio de famílias por imóvel: 11 famílias/imóvel
Número médio de pessoas/grupo residente: 3.6 (Cortiço em São Paulo, Frente e Verso, Sempla, 1985).

ANEXO III

Quadro síntese dos dados disponíveis sobre o Brás

	Nº Imóveis	nº de cômodos/ família	População Residente Estimada	Índice Cômodo/ Imóvel	Índice Pessoa/ Cômodo	Pessoa Imóvel
Estimativa nº cortiços Brás (A) (1987)	414	3850	13869	9.3	3.6	33,5
Cortiços cadastrados pela Eletropaulo (B) 1987	61	668	2405	11	3.6	39.4
"Amostra" cortiços do Brás (C) (pesquisa)	6	35	132	—	3.7	-
% B/A	14.7	17.3	17.3	-	-	-
% C/A	1.4	0.9	0.95	—	--	—
% C/B	9.8%	5.2	5.5			

ANEXO IV

Legenda do Quadro de Identificação dos Cortiços do Brás

1. T.O. (taxa de ocupação) = $\frac{\text{projeção do maior pavimento}}{\text{área do terreno}}$

T.O. baixa - até 30%

T.O. média - 31 - 50%

T.O. alta - 51 - 70%

T.O. muito alta - 71%

2. Índice de Acréscimo - $\frac{\text{Área de Acréscimo}}{\text{área total construída}}$ (%)

Sem acréscimo - zero

Acréscimo baixo - 1 - 25%

médio - 26 - 40%

alto - 41 - 60%

muito alto - 61% e mais.

CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS MORADORES E VINCULAÇÃO AO BAIRRO/ENTORNO

Tabela 1: Distribuição dos encortiçados do Brás por características do grupo de moradia

COMPOSIÇÃO FAMILIAR	Nº ABSOLUTO	%
Famílias nucleares	29	82,9
Famílias nucleares mais agregados	5	14,3
Indivíduos sós	1	2,8
Indivíduos associados	-	-
TOTAL	35	100,0

Tabela 2: Distribuição dos encortiçados do Brás por sexo e idade

IDADE \ SEXO	HOMENS	MULHERES	TOTAIS Nº ABSOLUTO	%	% ACUMULADA
0-3	11	7	18	13,6	13,6
3-7	4	5	9	6,8	20,4
8-14	17	8	25	19,0	39,4
15-21	7	4	11	8,3	47,7
22-35	19	20	39	29,6	77,3
36-45	8	6	14	10,6	87,9
46-60	5	11	16	12,1	100,0
61 e mais	71	-	-	-	-
TOTAL Nº ABSOLUTO	71	61	132	100,0	
TOTAL %	53,8	46,2		100,0	

Tabela 3 - Distribuição dos chefes por estado civil e conjugal de fato

ESTADO CONJUGAL / ESTADO CIVIL	PESSOAS SÓS (SEM PARCEIRO)	AMASIADO COM PARCEIRO	CASADO VIVE COM O CÔNJUGE	TOTAL	
				Nº ABSOLUTO	%
Solteiro	4	16	-	20	57,2
Casado	1	2	7	10	28,5
Viúvo	4	-	-	4	11,4
Desquitado/Divorciado	1	-	-	1	2,9
TOTAL Nº Absoluto	10	18	7	35	100,0
TOTAL %	28,5	51,5	20,0	100,0	

Tabela 4 - Distribuição das mulheres acima de 21 anos por faixa etária e situação conjugal

IDADE DAS MULHERES	COM PARCEIRO	SEM PARCEIRO	TOTAL	
			Nº ABSOLUTO	%
21	1		1	2,6
22-30	14	2	16	42,2
31-40	6	2	8	21,0
41-50	2	1	3	7,9
51 e mais	1	9	10	26,3
TOTAL	24	14	38	100,0
%	63,2	36,8	100,0	

Tabela 5 - Distribuição dos chefes por local de procedência (último local antes de vir para São Paulo) e características rurais ou urbanas

ESTADO DE PROCEDÊNCIA / ZONA RURAL OU URBANA	RURAL	URBANA	NÃO RESPONDEU	Nº ABSOLUTO	%
Município de São Paulo não se aplica	-	3	-	3	8,6
Interior de São Paulo	1	5	1	7	20,0
Maranhão	1	-	-	1	2,8
Minas Gerais	-	1	-	1	2,8
Paraíba	-	3	-	3	8,6
Pernambuco	2	8	-	10	28,8
Ceará	-	1	-	1	2,8
Bahia	3	3	-	6	7,1
Goiás	-	1	-	1	2,8
Rio de Janeiro	-	1	1	2	5,7
TOTAL	7	26	2	35	100,0
%	20,1	74,2	5,7	100,0	

TABELA 6 - Distribuição dos chefes por naturalidade

NATURALIDADE	Nº ABSOLUTO	%
Município de São Paulo	3	8,6
Interior do Estado de São Paulo	4	11,4
Ceará	2	5,7
Goiás	1	2,8
Minas Gerais	3	8,6
Alagoas	1	2,8
Paraíba	2	5,7
Paraná	1	2,8
Pernambuco	13	37,2
Bahia	5	14,4
TOTAL	35	100,0

Tabela 7 - Distribuição dos chefes por estado de procedência e anos de residência no Município de São Paulo

ANOS DE RESIDÊNCIA / ESTADO DE PROCEDÊNCIA	Menos de 1 ano	2 a 4	4 a 6	6 a 8	8 a 10	10 a 15	+ de 15	TOTAL	%
Nasceram no Município de São Paulo	-	-	-	-	-	-	3	3	8,6
Interior de São Paulo	-	-	-	-	1	1	5	7	20,0
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	1	1	2	5,7
Maranhão	-	-	-	1	-	-	-	1	2,8
Minas Gerais	-	-	-	-	-	1	-	1	2,8
Ceará	-	-	-	-	-	1	-	1	2,8
Paraíba	-	-	1	-	-	-	2	3	8,6
Goiás	1	-	-	-	-	-	-	1	2,8
Pernambuco	-	3	1	1	2	3	-	10	28,8
Bahia	-	2	-	-	-	1	3	6	17,1
TOTAL	1	5	2	2	3	8	14	35	100,0
%	2,8	14,3	5,7	5,7	8,6	22,9	40,0	100,0	
(%) ACUMULADA	2,8	17,1	22,8	28,5	37,1	60,0	100,0		

OBS.: Não há nenhum caso de 1 a 2 anos de permanência.

Tabela 8 - Distribuição dos chefes por tempo de residência neste cômodo

ANOS DE RESIDÊNCIA	Nº ABSOLUTO	(%)	(%) ACUMULADA
Até 1/2 ano	5	14,3	14,3
1/2 a 1 ano	4	11,4	25,7
1 a 2	7	20,0	45,7
2 a 3	5	14,3	60,0
3 a 5	4	11,4	71,4
5 a 10	5	14,3	85,7
+ 10	5	14,3	100,0
TOTAL	35	100,0	

Tabela 9 - Distribuição dos grupos encortiçados por tipo de residência imediatamente anterior

TIPO DE RESIDÊNCIA ANTERIOR		%
Casa própria unifamiliar	São Paulo	2,8
	Fora de São Paulo	2,8
Casa alugada unifamiliar	São Paulo	5,7
	Fora de São Paulo	14,3
Cômodo aluguel Brás		8,6
Cômodo aluguel outro bairro		14,3
Apartamento unifamiliar alugado		2,8
Casa cedida c/patrões		5,7
Casa dos pais (unifamiliar)		11,4
Albergue		2,8
Com parentes em São Paulo		2,8
Favela		2,8
Com parentes, fora de São Paulo		5,7
Sempre morou aqui		14,3
Não respondeu		2,8
TOTAL		100,0

Tabela 10 - Distribuição dos chefes por escolaridade e condição e setor de emprego

CONDIÇÃO E SETOR / ESCOLARIDADE	EMPREG. COMÉRCIO	EMPREG. SERVIÇOS	EMPREG. INDÚSTRIA	AUTÔNOMO (SERVIÇOS)	DESEMPREGADO	APOSENTADO	SEGURADO	TOTAL Nº ABSOLUTO	TOTAL %
Analfabeto	3	3	4	2	-	1	1	14	39,0
Primário Incompleto	-	3	2	1	1	1	-	8	22,3
Até 4ª série do 1º Grau	-	-	-	2	-	1	-	3	8,3
1º Grau incompleto	-	1	-	1	-	-	-	2	5,6
Até 8ª série do 1º Grau	-	2	1	-	-	-	-	3	8,3
2º grau incompleto	-	1	-	-	-	-	-	1	2,7
2º grau completo	-	4	1	-	-	-	-	5	13,8
Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL Nº Absoluto	3	14	8	6	1	3	1	36*	100,0
TOTAL (%)	8,3	39,0	22,3	16,7	2,7	8,3	2,7		100,0

(*) Observação: um chefe tem dois empregos.

Tabela 11 - Número de pessoas na família por número de pessoas que trabalham

Nº DE PESSOAS NA FAMÍLIA / Nº DE PESSOAS QUE TRABALHAM	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11 e +	TOTAL Nº ABSOL.	TOTAL %
1	1	5	4	4	-	1	-	-	-	-	-	15	42,9
2	-	3	7	3	-	-	-	1	-	-	-	14	40,0
3	-	-	1	1	1	-	1	-	-	-	-	4	11,5
4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2,8
6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2,8
7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL Nº ABSOLUTO	1	8	12	8	1	1	1	1	1	-	1	35	100,0
%	2,8	22,8	34,3	22,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	-	2,8	100,0	

132 pessoas no total - trabalham 66 pessoas.

Peso por trabalhador: $\frac{132}{66} = 2$ (cada trabalhador sustenta 2 pessoas em média)

Média de nº de trabalhador/família = $\frac{66}{35} = 1,9$

Média de número de pessoas/família = 3,8

Tabela 12 - Distribuição dos chefes por sexo e idade

SEXO / IDADE	HOMENS	MULHERES	TOTAL	
			Nº ABSOLUTO	%
20-25	3	-	3	8,6
26-30	8	2	10	28,6
31-35	5	2	7	20,0
36-40	4	-	4	11,4
41-45	2	1	3	8,6
45-50	2	-	2	5,7
51-55	1	3	4	11,4
56-60	-	2	2	5,7
TOTAL	25	10	35	100,0
(%)	71,4	28,5	100,0	

Tabela 13 - Distribuição dos chefes por ocupação e renda do chefe
(em Salários Mínimos)

RENDA (em S.M.) / ÇÃO	ATÉ 0,5	0,6 a 1,0	1,1 a 2,0	2,1 a 3,0	3,1 a 4,0	4,1 a 5,0	5,1 e mais	TOTAL		%
;ica	-	1	-	1	-	-	-	2		
;iro	-	4	-	-	-	-	-	4		
;urário Banco	-	-	-	1	-	-	-	1		
; (vigia)	-	1	1	1	-	-	-	3		
.zador	-	-	-	-	-	1	-	1		
; Enfermagem	-	-	-	-	1	-	-	1		
;iro	-	-	-	-	1	-	-	1		
;o	-	-	1	-	-	-	-	1		
;ro Lanchonete	-	-	1	-	-	-	-	1		
;ista Lanchon.	-	-	1	-	1	-	-	2	17	48,7 subtotal terciário
;te Pedreiro	-	-	1	-	-	-	-	1		
;teiro	-	-	1	-	-	-	-	1		
;te de Mecânico	-	1	-	-	-	-	-	1	8	22,8 subtotal secundário
;eira	-	-	1	-	-	-	-	1		
heiro	-	-	-	1	-	-	-	1		
;te	-	-	-	1	-	1	-	2		
;ário shows	-	-	-	-	-	-	1	1		
	-	-	-	1	-	-	-	1		
ro	-	-	1	-	-	-	-	1		
erro Velho	-	1	-	-	-	-	-	1		
cista	-	-	-	1	-	-	-	1	5	14,3 % autônomos
tados	-	-	-	-	-	-	-			11,4% Aposentados, Segurados, Desempregados
dos	-	3	1	-	-	-	-	4	4	
regados										
	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2,8% N.R.
		11	10	7	3	2	1	35	35	100,0%
		31,4	28,6	20,0	8,6	5,6	2,8			

Salário mínimo da época (agosto/84 = Cr$97 mil)
Salário mínimo da época (novembro = Cz$ 3.000,00)

Tabela 14 - Distribuição dos cônjuges/companheiros por setor de emprego e renda (em Salários Mínimos)

SETOR DE EMPREGO / RENDA (em S.M.)	0,51 a 0,75	0,76 a 1,0	1,1 a 2,0	2,1 a 3,0	3,1 a 4,0	SEM RENDA	TOTAL Nº ABSOLUTO	TOTAL (%)
Empregado-Comércio	-	-	1	1	-	-	2	8,0
Empregado-Serviços (doméstica, ajudante cozinha, faxineira, lavadeira de hotel)	2	3	3	1	-	-	9	36,0
Desempregado	-	-	-	-	-	3	3	12,0
Empregado-Indústria (ajudante de solda)	-	-	1	-	-	-	1	4,0
Aposentado	-	-	1	-	-	-	1	4,0
Prendas domésticas	-	-	-	-	-	9	9	36,0
TOTAL Nº ABSOLUTO	2	3	6	2	-	12	25	100,0
(%)	8,0	12,0	24,0	8,0	-	48,0	100,0	

Número de casos sem cônjuge/companheiro = 10

Número de cônjuges/companheiro = 25.

Tabela 15 - Distribuição dos grupos por orçamento familiar em termos de aluguel dos cômodos e despesas (em S.M.)

OUTRAS DESPESAS		ÁGUA E LUZ						PRESTAÇÕES					SUB-TOTAL	
ALUGUEL(S.M.)	SEM ESPECIFICAR	ATÉ 0,10 S.M.	0,11 a 0,20	0,21 a 0,30	0,31 a 0,50	0,51 a 1,0	SUB-TOTAL	ATÉ 0,20 S.M.	0,21 a 0,50	0,51 a 1,0	1,1 a 2,0	NÃO TEM PRESTAÇÃO	Nº ABS.	(%)
Até 0,25	-	-	2	-	-	-	2	-	-	-	-	2	2	5,7
0,26 a 0,50	9	1	2	4	-	-	16	-	1	-	-	15	16	45,8
0,51 a 1,0	3	2	4	2	1	-	12	-	1	2	-	8	11	31,4
1,1 a 1,5	2	-	-	-	-	1	3	-	-	-	1	3	4	11,4
Não paga aluguel	-	-	1	-	1	-	2	1	-	-	-	1	2	5,7
TOTAL Nº ABSOLUTO	14	3	9	6	2	1	35	1	2	2	1	29	35	100,0
(%)	40,0	8,6	25,8	17,1	5,7	2,8	100,0	2,8	5,8	5,8	2,8	82,8	100,0	

Despesas médias com habitação = 0,61

Tabela 16 - Distribuição dos chefes por condução e tempo de percurso de cada viagem para o trabalho

TEMPO / CONDUÇÃO	ATÉ 15 min.	ATÉ 30 min.	30 a 1 hora	1 a 2 horas	2 a 3 horas	Nº ABSOLUTO	(%)
a pé	7	4	1	-	-	12	41,5
1 ônibus	2	5	3	1	-	11	37,9
2 ônibus	-	-	-	-	-	-	-
Trem	-	1	-	-	-	1	3,4
Metrô	1	1	-	-	-	2	6,9
Ônibus/Metrô	-	-	-	2	-	2	6,9
Outro (carro próprio/moto)	-	1	-	-	-	1	3,4
TOTAL Nº ABSOLUTO	10	12	4	3	-	29	
(%)	34,5	41,4	13,8	10,3		100,0	

NOTA: Sete casos - não trabalham/sem lugar fixo ou aposentados/desempregados, etc.
Um chefe com dois empregos.

Tabela 17 - Distribuição dos chefes por local de trabalho e condução utilizada para o trabalho

CONDUÇÃO	A PÉ		UM ÔNIBUS			TREM	ÔNIBUS METRÔ	METRÔ	NÃO SE APLICA	OUTRA CARRO PRÓPRIO/MOTO	TOTAL	
BAIRRO	PERTO	LONGE	18 MIN.	30 MIN.	+ 30 MIN.						Nº ABS.	(%)
Não se aplica	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	7	20,0
Centro	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	5,7
Brás	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	14,3
25 de Março	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	2,8
Moóca	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5,7
Vila Carrão	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	2,8
Tatuapé	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	2,8
Ipiranga	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2	5,7
Lapa	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	2,8
Aclimação	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	2,8
Paraíso	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	2,8
Pça. República	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,8
Pinheiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2,8
Arouche	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,8
Viaduto Chá	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,8
Praça Sé	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	3	8,6
Largo Café	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,8
Anhembi	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2,8
Suzano	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	2,8
Guarulhos	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2,8
Nº ABS.	8	5	4	3	2	1	2	2	7	1	35	100,0
TOTAL (%)	22,8	14,3	11,4	8,6	5,7	2,8	5,7	5,7	20,0	2,8	100,0	

Tabela 18 - Distribuição dos encortiçados por utilização de equipamentos sociais e respectivas distâncias

	UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	N.R.	A PÉ	UMA CONDUÇÃO	NÃO UTILIZA	SUB-TOTAL	NÃO SE APLICA	TOTAL
EDUCAÇÃO	Creche	13	3	1	6	23	12	35
	Escola 1º grau	14	10	-	5	29	6	35
	Escola Educ.Infantil	14	4	-	4	22	13	35
	Escola 2º grau	15	2	-	18	17	-	35
	Supletivo	13	1	-	21	14	-	35
SAÚDE	Posto de Saúde	-	18	5	12	35	-	35
	Hospital	-	15	13	7	35	-	35
	Pronto Socorro	-	13	8	14	35	-	35
	Igreja/culto	-	20	4	11	35	-	35
	Clube esportivo	-	1	4	30	35	-	35
	Praças	1	9	2	23	35	-	35

Tabela 19 - Distribuição dos grupos por % de vinculação ao entorno muito próximo

EQUIPAMENTO EDUCAÇÃO	Escola 2º grau	2/35	5,7%
	Supletivo	1/35	2,8%
	Creche	3/35	8,6%
	Escola 1º grau	10/35	28,6%
	EMEI	4/35	11,4%
EQUIPAMENTO SAÚDE	Posto	18/35	51,4%
	Hospital	15/35	42,8%
	Pronto Socorro	13/35	37,1%
EQUIPAMENTO RELIGIOSO		20/35	57,1%
EQUIPAMENTO ESPORTE		1/35	2,8
EQUIPAMENTO URBANO		9/35	25,7

Tabela 20 - Comparação entre distribuição da renda familiar (Salário Mínimo) dos encortiçados (1975 e 1985), Favelados (1982) e Município de São Paulo (1980)

FAIXAS DE RENDA FAMILIAR	FAVELAS PROMORAR	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (CORTIÇOS) (1985)	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (CORTIÇOS) (1975)	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (1980)	CORTIÇOS BRÁS
Sem rendimentos	3,83	2,1	-	0,8	-
Até 1,0 S.M.	16,64	12,7	27,8	2,5	14,0
1,1 a 2,0 S.M.	39,93	31,8		9,1	16,8
2,1 a 3,0 S.M.	21,59	22,7	41,0		28,0
3,1 a 4,0 S.M.	9,69	11,1		34,0	14,0
4,1 a 5,0 S.M.	4,22	9,5	31,2		14,0
5,1 a 10,0 S.M.	2,13	10,1		25,4	2,8
11 e mais S.M.				25,8	-
Não Respondeu	1,97				
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Mediana = 1,69 S.M.				

FONTES: Favelas - PROMORAR - FABES - 1982.
Cortiços 1975 - Pesquisa SEBES/HABI - Caderno nº 6.
Cortiços 1985 - Pesquisa SEMPLA - 1985.
Município de São Paulo - Censo Demográfico - 1980.

ANEXO

IMÓVEIS PARA PRESERVAÇÃO HISTÓRICA

Da arquitetura civil de função pública:

E.E.P.G. Romão Puiggari - Av. Rangel Pestana, 1482
Construído em 1898 - Z8-200. Faz parte do perímetro do antigo largo do Brás, contrapondo-se à Igreja Matriz de Bom Jesus de Matosinhos. Estilo eclético, contemporâneo ao Instituto Caetano de Campos, que lhe é contemporâneo.

Estação do Brás - Praça Agente Cícero
Construída em 1867, Z8-200, arquitetura industrial de influência inglesa.

Hospedaria dos Imigrantes - Rua Visconde de Parnaíba, 1316
Construída em 1888, Z8-200
Edifício de influência neo-clássica, que sofreu acréscimos.

Arquitetura civil de função privada:

Cine Teatro Oberdam - Rua M. F. Witacker, 63
Construído antes de 1927. Estilo eclético, cheio de elementos decorativos, situado em área predominantemente comercial.

Conjunto Residencial Largo da Concórdia - Quadra Cel. Belisário-Cel. Trancoso, Barão de Ladario, R. Miller.
Construído antes de 1905, Z8.200 - comercial de gabarito baixo, arquitetura do meio do século, sem ornatos. Construção de edifício da Caixa Econômica Federal desfigurou o Conjunto.
Vila Queiroga - Conjunto de residências localizadas entre os logradouros de Vila Queiroga e Rua Pires Ramos - perpendiculares à Av. Rangel Pestana e Maria Domitila.
Construída aproximadamente 1907, 1905, 1901, 1984. Z8.200 - Configura ocupação do processo de industrialização a coexistência de habitação próxima. O conjunto é formado de edifícios de um e dois pavimentos, ao lado do Gazômetro, sofrendo alterações de uso.

Arquitetura industrial:

Gasômetro - Rua do Gazômetro 100. Construída em 1890 (mais ou menos). Construção típica de procedência inglesa. A Casa das Retortas se destaca - Z8-200, hoje utilizada como Dep. Patrim. Histórico da Secretaria de Cultura do Município.
Metalúrgica - Rua Caetano Pinto, Grupo IRFM.